AS «CRIANÇAS CARITAS», ENTRE A ÁUSTRIA E PORTUGAL (1947-1958)

ANA REGINA DA SILVA PINHO

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

Edições Afrontamento

AS «CRIANÇAS CARITAS», ENTRE A ÁUSTRIA E PORTUGAL (1947-1958)

ANA REGINA DA SILVA PINHO

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

Edições
Afrontamento

Título: ***As «Crianças Caritas», entre a Áustria e Portugal (1947-1958)***

Autoria: Ana Regina da Silva Pinho
Design gráfico: Helena Lobo Design | www.hldesign.pt
Imagem da capa: Chegada de crianças austríacas a Portugal, em Outubro de 1948. Imagem cedida pelo ANTT
Co-edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória
Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt
Edições Afrontamento, Lda. | Rua Costa Cabral, 859 | 4200-225 Porto
www.edicoesafrontamento.pt | geral@edicoesafrontamento.pt
N.º edição: 2012
Depósito legal: 469066/20
ISBN: 978-972-36-1811-2 (Edições Afrontamento)
ISBN: 978-989-8970-18-3 (CITCEM)
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-8970-18-3/cri
Porto, Dezembro de 2019
Impressão e acabamento: Rainho & Neves Lda. | Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt
Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.
comercial@companhiadasartes.pt

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projecto UID/HIS/04059/2019.

A todos quantos fazem da Caridade
um modo de vida.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 7

SIGLAS E ABREVIATURAS 11

INTRODUÇÃO 13

1. ACOLHIMENTO, INTEGRAÇÃO E MEMÓRIA: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS 19
1.1. Acolhimento familiar e protecção da infância 21
1.2. Movimentos populacionais e evolução de conceitos definidores do acolhimento 23
1.3. Processos de integração, solidariedade e criação de capital social e humano 30
1.4. Memória e História 37
1.5. Triangulação metodológica e análise de conteúdo 42

2. O NASCIMENTO DO HUMANITARISMO NA EUROPA DO PÓS-II GUERRA MUNDIAL 55
2.1. A situação da Europa no pós-Guerra 57
2.1.1. Perdas Materiais e Humanas 57
2.1.2. Fome, doenças e deslocados de guerra 59
2.1.3. Crimes e Punições 62
2.1.4. Guerra Fria 64
2.1.5. 1947-1958: do caos à recuperação 66
2.2. A Áustria depois da guerra 74
2.2.1. Destruição generalizada 75
2.2.2. O caso vienense 76
2.2.3. Alimentação, habitação e ajuda internacional 78
2.2.4. Responsabilidade e neutralidade 80
2.3. As crianças europeias nas guerras mundiais e o nascimento do humanitarismo 85
2.4. Os transportes para restabelecimento de crianças 97
2.5. A caridade cristã e a acção humanitária da Igreja 106
2.5.1. *Caritas Internationalis* 109

3. PORTUGAL, PAÍS DE REFÚGIO 113
3.1. O Estado Novo e a II Guerra Mundial 115
3.2. Portugal no pós-II Guerra Mundial 121
3.2.1. A Igreja Católica e o Estado Novo 128
3.3. O acolhimento de refugiados em Portugal e a criação da Caritas Portuguesa 134

4. ACÇÃO *CARITASKINDER* 145
4.1. Organização e transportes a nível internacional 147
4.1.1. Critérios de selecção e contextos pessoais das crianças enviadas 156
4.1.2. Pormenores da preparação e experiências de viagem 177
4.1.3. Chegada ao país de destino e distribuição das crianças 202

4.2. Portugal e a Acção *Caritaskinder* 216
4.2.1. Organização e transportes a nível nacional 216
4.2.2. A estadia em Portugal 300
4.2.3. A partida e a vida pós-Acção 401

CONCLUSÃO 489

FONTES E BIBLIOGRAFIA 503

ANEXOS 529
Anexo 1. Guião de Entrevista a «crianças Caritas» 531
Anexo 2. Guião de Entrevista a famílias de acolhimento 532
Anexo 3. Ficha de entrevistada Ilse Preschinsky 533
Anexo 4. Ficha de entrevistada Johanna Oswald 534
Anexo 5. Ficha de entrevistada Christa Schuller 534
Anexo 6. Ficha de entrevistado Peter Zenkl 535
Anexo 7. Ficha de entrevistada Hannelore Martinovsky 535
Anexo 8. Ficha de entrevistada Fini Gradischnig 536
Anexo 9. Ficha de entrevistada Ingunde Wieser 538
Anexo 10. Ficha de entrevistada Katharina Karrer 539
Anexo 11. Ficha de entrevistado Werner Arthofer 539
Anexo 12. Ficha de entrevistado Alois Sablatnig 540
Anexo 13. Ficha de Gerhard Schiesser 540
Anexo 14. Ficha de Peter Pross 542
Anexo 15. Ficha de Gottfried Nemcicky 543
Anexo 16. Ficha de Elfriede Peter 544
Anexo 17. Ficha da família Medeiros 545
Anexo 18. Ficha da família Bicho 546
Anexo 19. Ficha da família Sarmento 547
Anexo 20. Ficha da família Carvalho 549
Anexo 21. Ficha da família Antunes 549
Anexo 22. Outras crianças austríacas acolhidas em Portugal 550
Anexo 23. Fotos do arquivo pessoal do Padre Alexandrino Brochado 551

AGRADECIMENTOS

À Câmara Municipal do Porto, na pessoa do seu Presidente, Dr. Rui Moreira, cujo apoio inestimável tornou possível este projecto, acarinhado inicialmente pelos saudosos vereadores Dr. Manuel Sampaio Pimentel e Dr. Paulo Cunha e Silva.

À Faculdade de Letras da Universidade do Porto, na pessoa da sua Directora, Prof.ª Dr.ª Fernanda Ribeiro, que o abraçou como seu, e dos professores Dr. Gaspar Martins Pereira e Dr.ª Helena Vilaça, cujo auxílio foi essencial em todo o processo.

Ao Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória que facilitou cada um dos passos desta investigação, e em especial à sua coordenadora, Prof.ª Dr.ª Amélia Polónia, por continuar a confiar no meu trabalho.

À Embaixada da Áustria, iniciadora do projecto, em especial ao Dr. Ingo König, por toda a extraordinária e generosa ajuda e pelos contactos facilitados.

À Caritas Diocesana do Porto, na pessoa da Dr.ª Daniela Guimarães, por todas as horas de consulta permitidas, ao Padre Alexandrino Brochado, que recordo com saudade, e à sua secretária, D. Maria Antónia, pela partilha de memórias e materiais valiosos para a investigação.

A quantos, com generosidade e entusiasmo, me abriram tantas portas e me levaram ao mais profundo das suas memórias, dos seus sentimentos, das suas almas. Grata pela luz que trouxeram aos muitos momentos de dúvida. Grata por partilharem sem medo exemplos vividos de Caridade: Sr. Luís, Sr. Adelino, D. Helena e Sr. Manuel Bento; Sr. Werner Arthofer e D. Balbina Fernandes; D. Ilse Kustka e D. Ilona Fonseca; D. Maria de Fátima Soares, D. Ema Correia e Sr. Alois Sablatnig; D. Johanna Oswald, D. Christa Schuller e D. Gertrude Faria (que permitiu o contacto com as suas amigas acolhidas); Sr. Francisco Zenkl e Sr. Peter Zenkl; D. Katharina Karrer, Irmã Dominica Maria, D. Hannelore Martinovsky, D. Fini Gradischnig e Sr. Gerhard Schiesser; D. Maria João Medeiros, D. Maria de Fátima Basto, D. Maria João Amaral, D. Maria da Luz Lencastre e Sr. Manuel Godinho; D. Maria Lucinda e D. Constança Sarmento; D. Júlia, D. Margarida, Sr. Nuno e Sr. Luís Delgado; bem como todos os que, de alguma forma, procuraram contribuir com memórias, testemunhos ou contactos. Uma nota especial também para a D. Fernanda Sampaio, a D. Heidemarie Stubner, a D. Ursula Brunner, o Sr. António Falcão, o Sr. Mário Tropa, o Sr. Ricardo Lima e o Sr. Robert Manners Moura, pelo seu contributo.

Aos meus anjos da guarda, que me acompanham sempre.

De forma muito especial aos que ofereceram o seu tempo, paciência e talentos para que este projecto chegasse a bom porto, a quem devo mais do que algum dia conseguirei expressar… Dedico-vos o que de melhor guardo no coração: minha Mãe, tão dedicada, e meu querido Pasquale, extraordinariamente paciente. Vocês mais que ninguém merecem toda a minha gratidão. Também o meu Pai, sempre apaziguador, o meu Irmão, sempre prestável, a minha Avó, sempre protectora, e a minha Mana de toda a vida, sempre comigo. Ana Laranjeira, pela tua generosidade infinita, muito obrigada!

A todos os que, em algum momento, com o seu exemplo de perseverança ante todas as dificuldades, me ajudaram a crer que «os caminhos do Senhor são insondáveis» e que o universo conspira de alguma forma para que mais um degrau tenha sido construído numa direcção necessária, que tudo vale a pena e que as pequenas gotinhas se transformarão em oceano, um que todos possamos navegar, livres, seguros, respeitados como seres humanos que somos…

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACDP	Arquivo da Caritas Diocesana do Porto
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ACP	Acção Católica Portuguesa
AHDMNE	Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
ANUAR	Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento
ARA	American Relief Administration
ARAECF	American Relief Administration European Children's Fund
AUCPL	Arquivo da Universidade Católica Privada de Linz
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Económica Europeia
CIVC	Comité Internacional da Cruz Vermelha
CRS-SAE	Croix-Rouge Suisse — Secours aux Enfants
OIR	Organização Internacional de Refugiados
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ÖPG	(Österreichisch-Portugiesische Gesellschaft) Sociedade de Amizade Austro-Portuguesa
OSE	Oeuvre de Secours aux Enfants
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PRE	Programa de Recuperação Europeia
PVDE	Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado
RCM	Refugee Children's Movement
SCF	Save the Children Fund
SPN	Secretariado de Propaganda Nacional
UISE	Union Internationale de Secours aux Enfants
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

Em 2015, quando iniciámos o projecto que deu origem à dissertação que viria a inspirar esta publicação, a palavra «acolhimento» foi escolhida como a terceira mais importante do ano em Portugal, com «refugiados» e «terrorismo» a ocuparem o primeiro e o segundo lugares[1]. Assim, o estudo aprofundado das características e do impacto de um processo de acolhimento, ainda que temporário, de crianças em contexto de pós-guerra, que deixou marcas nas vidas daqueles que dele participaram, adquire uma relevância especial. Numa altura em que as questões ligadas ao acolhimento de cidadãos estrangeiros na Europa, e nomeadamente nos países da Europa Central, estão na ordem do dia, assim como em outras regiões de especial relevância em termos de definição das directivas da Política Internacional, tal relevância ganha um peso acrescido, principalmente quando os países que outrora foram de envio estão hoje entre aqueles que mais entraves colocam à entrada de cidadãos afectados por iguais ou piores circunstâncias do que aquelas que justificaram a Acção Crianças Caritas, a nível europeu, há mais de 70 anos.

Com origem numa iniciativa da Embaixada da Áustria em Lisboa, a ideia de uma investigação que aprofundasse o conhecimento já existente acerca do acolhimento, por intermédio da Caritas Portuguesa, de alguns milhares de crianças austríacas no nosso país, após a II Guerra Mundial, seria abraçada pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, através do CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, e pela Câmara Municipal do Porto. Visando aprofundar a análise dos testemunhos e memórias quer das crianças austríacas acolhidas quer das respectivas famílias de acolhimento, e, simultaneamente, com base em pesquisa documental mais alargada, recorrendo, essencialmente, à imprensa diocesana da época e ao Arquivo da Caritas Portuguesa (cuja documentação, a que acedemos, se encontra digitalizada no Arquivo da Universidade Católica Privada de Linz), compreender as motivações, os processos e as redes envolvidas neste acontecimento, tanto na perspectiva política e diplomática como na religiosa e social, no contexto histórico do pós-II Guerra, o projecto almejou, desde uma fase incipiente, unir duas vertentes de investigação paralelas e complementares, tratando-se de uma dissertação desenvolvida no âmbito de um Doutoramento em História mas contando com uma forte componente sociológica, com o intento de enriquecer o trabalho final, recorrendo ao diálogo transdisciplinar.

Na perspectiva histórica, pretendeu-se averiguar o peso relativo de Portugal na acção internacional levada a cabo pela Caritas de acolhimento de crianças de países devastados pela II Guerra Mundial em nações não directamente afectadas pela mesma, compreender os respectivos contextos, bem como aferir o nível de instrumentalização política desta mesma acção humanitária por parte do governo português e a forma como foi e é percepcionada pela população em geral, procurando também esclarecer o conceito de «refugiado» — em várias ocasiões utilizado para fazer referência às crianças em causa — e a sua evolução histórica, tantas

[1] *Conselho Português para os Refugiados*, [s.d.].

vezes relacionada mais com propósitos políticos do que com preocupações humanitárias propriamente ditas. Por outro lado, de acordo com a vertente mais sociológica da pesquisa, investigaram-se os processos de acolhimento e respectivas consequências para as crianças acolhidas, as famílias de acolhimento, e as relações entre os primeiros e o país hospedeiro, perscrutando as especificidades dos contextos envolvidos e tendo em conta os processos de reconstrução da memória associados. Finalmente, e enquanto meta agregadora dessas análises complementares, procurou-se apreciar os resultados práticos desta acção que, como tantas outras no campo humanitário, muitas vezes por escassez de análises que esclareçam os processos e consequências, suscitam mais interrogações do que certezas em torno dos objectivos que estiveram na sua base[2].

Nesse sentido, definimos as seguintes questões de partida:

1. Que razões justificaram o envio de crianças para estadias em países estrangeiros no período pós-II Grande Guerra? Que tipo de organismos se envolveram na organização deste tipo de acção humanitária e porquê?
2. Que países participaram na Acção Crianças Caritas e em que medida? De que forma se envolveu Portugal e quais os motivos para a participação do país nesta Acção?
3. Como foram organizados os transportes de crianças austríacas para Portugal? Quantos se realizaram? Quando? Quantas crianças participaram neles?
4. Que factores determinaram a selecção das crianças enviadas e das famílias de acolhimento nos países de destino? Que tipo de preparação recebeu cada uma das partes?
5. De que forma se processou a integração das crianças nas famílias de acolhimento? Que problemas enfrentaram? Que momentos da sua estadia em Portugal foram mais marcantes para elas e para as famílias de acolhimento?
6. De que forma se repercutiu a Acção nos meios de comunicação nacionais? Até que ponto foi usada como instrumento de propaganda do Estado Novo?
7. ‹Que efeitos teve o regresso ao país de origem na percepção da realidade de ambas as partes? De que forma se repercutiu a Acção na vida de ambas as partes a partir de então? O contacto manteve-se? De que forma? Como encaram os envolvidos a participação, própria ou de familiares, na Acção? De que forma influi na sua visão do mundo actual e dos desafios actuais?

Para responder da forma mais completa possível às questões formuladas, trataremos, no primeiro capítulo, de esclarecer alguns dos conceitos essenciais à compreensão deste processo de acolhimento.

No segundo capítulo — O nascimento do humanitarismo na Europa do pós-II Guerra Mundial —, procuraremos perceber a situação económica, social e política da Europa do

[2] BEIGBEDER, 1991: X.

pós-II Guerra, numa tentativa de explicar no desenvolvimento do humanitarismo como hoje o conhecemos, bem como a acção solidária de organismos relacionados com a Igreja Católica que o acompanhou, com maior destaque para a situação da Áustria, os transportes de crianças para países não afectados pela guerra e o nascimento da *Caritas Internationalis*, de especial interesse para a contextualização do tema estudado.

A análise da situação de Portugal durante e após a II Guerra Mundial, com especial enfoque sobre a relação entre a Igreja Católica e o Estado Novo, o acolhimento de refugiados em Portugal, em diferentes momentos históricos, e a criação e desenvolvimento da Caritas Portuguesa, dará forma ao terceiro capítulo — Portugal, país de refúgio —, no qual procuraremos também contextualizar a participação do país na acção de acolhimento de crianças estrangeiras.

A *Acção Caritaskinder* propriamente dita será abordada no quarto e último capítulo, dedicado na totalidade aos transportes de crianças austríacas para países não afectados pela destruição da II-Guerra Mundial, nomeadamente para Portugal. A análise começa com uma perspectiva geral sobre a organização dos transportes com origem na Áustria e destino, primeiramente, a regiões menos afectadas do próprio país e, numa segunda fase, a vários países europeus. Serão também examinados os critérios de selecção e os contextos pessoais das crianças participantes, os pormenores da preparação das famílias no país de origem, bem como das viagens, possíveis rotas e perspectivas das crianças acerca daquelas e dos processos de distribuição, à chegada ao país de destino.

Num segundo momento, o destaque será para a perspectiva portuguesa sobre a Acção, com enfoque sobre a organização do acolhimento das crianças, passando pelos números envolvidos e a selecção das famílias candidatas para o efeito, a sua preparação e a recepção das crianças estrangeiras no seu seio. Será também dado realce à perspectiva da imprensa nacional sobre os transportes de crianças Caritas com destino a Portugal, incluindo não só os transportes de crianças austríacas mas também francesas, alemãs e húngaras, às quais foi dada maior atenção por parte dos jornais diários e diocesanos analisados.

Quanto à estadia, examinaremos os aspectos mais marcantes do ponto de vista dos intervenientes e de acordo com a documentação consultada, entre os quais os relacionados com as dificuldades experienciadas, quer tenham exigido a intervenção da Caritas quer tenham sido ultrapassadas por outros meios, que também mencionaremos, com a integração das crianças, tanto no que se refere aos momentos extraordinários, nomeadamente as festividades, as actividades promovidas pela Caritas e a relação com António de Oliveira Salazar, como em relação às vivências quotidianas. Dentro deste último ponto, destacaremos os processos de aprendizagem da Língua, tenha havido recurso a métodos mais formais ou não, a forma como se estabeleceu a relação com a família de acolhimento e como se manteve ou não a comunicação com a família de origem, na Áustria. Salientaremos também os prolongamentos de estadia e a forma como se processaram, bem como os casos em que o regresso ao país de origem foi adiado indefinidamente por razões trágicas.

No último ponto, analisaremos a forma como foi preparado, antecipado e vivido o regresso das crianças à Áustria, quer pelas crianças quer pelas famílias de acolhimento, bem como a reintegração no país de origem das crianças e as diversas formas como se mantiveram ou não as relações com o país e as famílias que as acolheram e as consequências que a experiência teve em ambas as partes, no seu percurso de vida.

1

ACOLHIMENTO, INTEGRAÇÃO E MEMÓRIA: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Tendo em conta as hipóteses formuladas, afirma-se como fundamental a análise de um conjunto de conceitos recorrentes ao longo da investigação que nos propomos levar a cabo. Assim, e para um estudo consciente das causas e condições do «acolhimento familiar», em Portugal, de crianças à época consideradas «refugiadas», e uma análise profunda daquelas que foram as características e consequências da sua «integração» no meio familiar e social em que foram inseridas, bem como das «memórias» que guardam dessa época, importa, em primeiro lugar, esclarecer tais conceitos, essenciais à compreensão dos temas em discussão e da metodologia utilizada na sua abordagem.

No que diz respeito à Acção Caritas e às características que a definiram, interessa em primeiro lugar esclarecer o conceito de acolhimento familiar, o qual, na falta de um enquadramento legal relativo ao acolhimento temporário de crianças em ambiente familiar num país terceiro, será tomado como referência. Relativamente ao mesmo ponto, e tendo em conta também o envolvimento e as circunstâncias políticas que determinaram a participação portuguesa nesta Acção, apresenta-se como fundamental uma análise da evolução dos movimentos populacionais e do conceito de refugiado, amplamente utilizado à época, e ainda, em alguns casos, actualmente, para definir as crianças acolhidas nos diversos países participantes. Cruzando este segundo ponto de interesse da nossa investigação, focado nas razões e na forma como se processou o acolhimento em Portugal, com o seguinte, relativo aos ecos desta Acção na memória individual e colectiva, importa ainda esclarecer dois outros conceitos basilares: o de integração, associado ainda ao de capital social e humano, e o de memória, cuja explanação preliminar se revela essencial.

1.1. ACOLHIMENTO FAMILIAR E PROTECÇÃO DA INFÂNCIA

Como previamente referido, dado o vazio legal relativamente ao acolhimento temporário de crianças no âmbito de acções do género da estudada, importa perceber o enquadramento geral das acções de acolhimento de crianças em risco em Portugal para uma plena compreensão do assunto em foco, neste primeiro momento da nossa análise.

Regidas por princípios casuísticos, à época como hoje, as acções de acolhimento temporário em contexto familiar de crianças oriundas de países terceiros tendem a seguir os princípios gerais que definem o acolhimento temporário no país a que dizem respeito. Na época em estudo, no entanto, tais princípios eram ainda inexistentes, tendo sido deixada à responsabilidade das instituições promotoras a definição das condições a ser aceites e observadas pelos intervenientes a título individual.

Efectivamente, o Acolhimento Familiar foi pela primeira vez institucionalizado em Portugal em 1979, segundo o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 288/79, de 13 de Agosto:

> […] *a colocação temporária de crianças cuja família natural não esteja em condições de desempenhar cabalmente a sua função educativa, em famílias consideradas idóneas, que devem proporcionar um meio substitutivo que garanta a segurança, o afecto, e o respeito pela personalidade, pelo nome, origem e identidade.*

O espírito da época reflecte-se não só na terminologia jurídica utilizada, mas também nos parâmetros da medida, a qual «depende sempre da concordância prévia dos pais ou tutores e não limita o poder paternal nem o seu exercício», definindo que:

> […] *a colocação pode ser remunerada ou gratuita* […], *formaliza-se por intermédio da celebração de um documento escrito, de que consta o período previsível da estadia, os contactos com a família de origem e o consentimento dado por estes últimos para o acolhimento. A estadia é transitória, porque a finalidade da medida é o regresso à família de origem, que deve contar com o apoio dos serviços e instituições adequadas para recuperar a plenitude do exercício das suas funções naturais (art. 2.º), de modo a garantir o desenvolvimento ético, social e cultural da criança, temporariamente ameaçado ou interrompido (art. 3.º)*[3].

Alterada pelas reformulações de 1992 e 2008, a entretanto denominada Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Risco define a estrutura que viria a ser basilar na definição da prática nas décadas seguintes, institucionalizando aquela que à época da primeira formalização era já há muito prática comum. À semelhança da Adopção, o Acolhimento Familiar sempre existiu na sociedade portuguesa, sendo o destino de crianças órfãs e abandonadas, por vezes colocadas nas rodas dos expostos e mais tarde entregues à Casa Pia de Lisboa ou às Misericórdias, ou, já no século XX, Casas de Correcção e Reformatórios ou outras instituições de regime fechado[4].

Em paralelo com o que aconteceria no contexto social europeu, nomeadamente nos períodos de pós-guerra em que milhares de crianças seriam, pelas circunstâncias, deixadas à sua sorte[5], a institucionalização afirmar-se-ia como principal medida de protecção da infância. No entanto, no início dos anos 60, o estabelecimento de regras para o recrutamento de amas, modalidade precursora do Acolhimento Familiar, destacaria a importância de outras formas de apoio e protecção da infância[6].

Ainda que não enquadrada por nenhuma das legislações referidas, porque ainda não existentes numa época em que o sistema de apoio social se encontrava ainda em fase de revolução[7], a Acção Caritas em estudo, de carácter definido como humanitário, em tudo se assemelha em escopo, valores orientadores e objectivos ao que hoje seria definido como Acolhimento Familiar:

> […] *o cuidado prestado na casa dos acolhedores, numa base temporária ou permanente, através da mediação de uma autoridade reconhecida, por acolhedores específicos, que podem ou não ser parentes da criança acolhida (definida de modo diferente em diferentes países), que pode ou não residir oficialmente com eles*[8].

---

[3] DELGADO, 2010: 337.
[4] TRIBUNA & RELVAS, 2002: 53-120.
[5] UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM, [s.d.].
[6] MARTINS, 2005: 63-84.
[7] CORTÈS BRAÑA, 2016: XVII-XIX.
[8] COLTON & WILLIAMS, 1997: 292.

Segundo Paulo Delgado, as raízes do Acolhimento Familiar «estendem-se à génese do grupo, ou da comunidade, e fundamentam-se no espírito solidário, de entreajuda, ou nos deveres inerentes aos laços familiares», justificando-se pela necessidade «do bem-estar, da educação e do afecto a que as crianças acolhidas devem ter acesso e que se resume a um direito essencial: o direito a viver em família»[9].

Tais características são, pelo menos em teoria, em tudo relacionáveis com as que definiram a Acção Caritas e outras semelhantes levadas a cabo por outros organismos, à época em foco e em momentos históricos análogos, tendo em vista o hoje exaltado «superior interesse» das crianças nelas envolvidas.

As circunstâncias que as definem como «em risco» — a ser analisadas em momento oportuno —, ainda que em muito divergentes daquelas que hoje assinalam situações de «perigo», no que se refere à legislação vigente relativa a crianças abrangidas pelo sistema institucional português, reportam-se igualmente à falta de condições para o «cabal desempenho das funções» esperadas de uma família no desenvolvimento integral da criança.

No caso em estudo, tal falta de condições está directamente relacionada com a destruição provocada pela guerra, as carências do período que se lhe seguiu e as perdas e traumas associados, e aí encontra fundamento para a colocação, com o mesmo carácter temporário, das crianças mais afectadas (tentaremos aferir com este trabalho se tal se verifica de facto) em famílias escolhidas segundo critérios definidos por uma instituição específica (os quais discutiremos igualmente mais adiante), com o objectivo de lhes proporcionar essas mesmas condições de desenvolvimento integral, num ambiente considerado livre das dificuldades resultantes de uma situação em muitos aspectos extraordinária.

Obviamente sem um carácter compulsório, ao contrário do que acontece nas situações de retirada que dão origem a acolhimentos familiares previstos por lei, o afastamento das crianças acolhidas em Portugal vindas de outros países, à semelhança do que aconteceu noutros momentos históricos e circunstâncias, não deixa no entanto de se revestir dos mesmos desafios e potencialidades (agravados, manifestamente, num caso de separação forçada), acompanhados de um conjunto de necessidades e consequências em grande medida semelhantes. As mesmas serão tratadas também aquando da avaliação dos impactos e condições específicas que envolveram a Acção Caritas.

1.2. MOVIMENTOS POPULACIONAIS E EVOLUÇÃO DE CONCEITOS DEFINIDORES DO ACOLHIMENTO

Neste ponto tentaremos perceber em que medida a evolução dos movimentos populacionais e do conceito de asilo, a eles directamente associado, se relaciona com as circunstâncias que procuraremos clarificar ao longo desta tese com respeito às crianças austríacas acolhidas em Portugal no pós-II Guerra Mundial. Interessa, portanto, analisar não só os conceitos utili-

[9] DELGADO, 2010: 336-343.

zados mas também as motivações, políticas, sociais, religiosas, subjacentes à sua utilização, partindo de um quadro geral acerca das migrações no seu todo, nomeadamente no que se refere à época contemporânea em que nos focamos, mas procurando dar especial destaque às deslocações forçadas que, ainda que não abranjam aquelas que são para nós tema de discussão, interessa compreender, visto aquelas serem repetidamente incluídas no mesmo espectro.

As migrações globais, que adquiriram uma renovada dimensão no início deste milénio, viram os «processos de integração simbólica, económica, financeira e de mercados de trabalho, associados a desastres ambientais e humanitários» conferir-lhes uma visibilidade sem precedentes[10]. «Novos em escala e alcance» posteriormente a 1945, os movimentos populacionais, em resposta ao crescimento demográfico, às mudanças climáticas, ao desenvolvimento e intercâmbios de produção, ou às guerras e conquistas e consequente formação de estados e impérios, sempre foram uma parte da história humana, produzindo migrações de carácter quer voluntário quer forçado[11]. Entre as deslocações forçadas de grandes contingentes humanos incluem-se os deslocados, apátridas, requerentes de asilo e aqueles a quem é conferido o estatuto que, de entre todos, é tendencialmente mais globalmente reconhecível: refugiado.

Na Europa Ocidental «a migração é uma faceta importante de larga duração na vida social e da economia política», particularmente a partir da década de 1650, com o papel vital desempenhado na modernização e industrialização do continente[12]. Tendencialmente apresentadas enquanto «mercado em que os trabalhadores decidem livremente deslocar-se para a área onde encontrarão mais benefícios»[13], a verdade é que as migrações internacionais, mesmo quando voluntárias e não regulamentadas, tendem também a ser recebidas com «discriminação institucional e informal que podem limitar a liberdade e igualdade reais dos trabalhadores envolvidos»[14].

A origem do Direito de Asilo, aparentemente mais coerente no que diz respeito à relação entre a imagem pública e a realidade dos factos, remonta à Antiguidade. Derivado do termo grego *asulon*, que significa santuário, lugar inviolável, estava inicialmente ligado aos locais de culto ou naturais que de alguma forma estivessem associados a uma presença divina[15]. As características da religiosidade pagã mantiveram-se quando, no séc. IV d. C., foi adoptado pela tradição cristã enquanto um dever da consciência que prega o amor ao próximo e a ideia de remissão dos pecados. O direito de asilo cristão garantia assim a protecção das leis temporais a quem buscasse refúgio em qualquer igreja consagrada, quer fugisse inocentemente quer não[16], facto que levaria a que se tornasse numa fonte de conflito entre a justiça eclesiástica e a laica[17] e

[10] FERIN & SANTOS, 2008: 19.
[11] CASTLES *et al.*, 2005: 67.
[12] MOCH, 1995: 126.
[13] BORJAS, 1990: 9-18.
[14] CASTLES *et al.*, 2005: 69-70.
[15] CRÉPEAU, 1995: 29-30.
[16] RODRIGUES, 2006.
[17] Ver trabalho *La crise du droit d'asile* de Philippe Ségur *apud* BARICHELLO & ARAUJO, 2015: 107-108.

a graduais alterações, que viriam a ser adoptadas entre os séculos X e XV, resultado de profundas mudanças no continente europeu[18].

No séc. XVI, a competência de concessão de asilo transferir-se-ia gradualmente para o poder civil, culminando, no séc. XVII, com a definição, pelo pai do Direito Internacional, Grotius, do Direito de Asilo como um Direito Natural que só deveria ser concedido a pessoas perseguidas por ideais políticos ou religiosos. Ainda que o fenómeno da fuga forçada de pessoas de suas casas sempre tenha existido, os primeiros refugiados reconhecidos como tal no sistema de Estado moderno foram os Huguenotes, protestantes franceses em fuga após a revogação do Édito de Nantes (proclamando a tolerância das minorias religiosas sob o domínio católico) por Louis XIV, em 1685[19].

Intimamente relacionado com a condição de «estrangeiro», vinculada à soberania nacional, que, no âmbito do Direito Internacional, foi sendo, em grande medida, objecto de tratamento recíproco ou equivalente nas relações bilaterais entre os Estados, o conceito assumiria o significado de «aquele que procura abrigo noutro local por motivos endógenos, visto não poder ter uma vida normal no seu país de origem»[20].

Os conceitos de soberania e Estado-nação, com origem na Revolução Francesa, darão sentido à ideia hoje universalizada de que todo o ser humano pertence a um Estado e que cada Estado tem autoridade para regular os movimentos para dentro e fora do seu território[21]. A perseguição a que foram votadas as minorias (judeus, hereges, leprosos, protestantes, católicos, etc.) apareceu como sintoma maior da «construção da identidade dos Estados» marcada pela transformação de uma sociedade hospitaleira para com o estrangeiro numa que privilegiava o proteccionismo das fronteiras, gentes, cultura e religião próprias, e a repressão, perseguição, isolamento e condenação ao exílio do diferente[22].

A questão voltaria a colocar-se de forma premente no pós-I Guerra Mundial, com a queda dos impérios russo, alemão, austro-húngaro e otomano e a nova ordem criada pelos tratados de paz, que alteraram profundamente as bases territoriais da Europa Ocidental, modificando em escala inédita o padrão de pessoas que não eram bem-vindas nem assimiláveis por lugar algum, acrescentando às massas em movimento o aparecimento de minorias étnicas no interior dos Estados recém-desenhados[23].

> *Quando acabou a Primeira Guerra Mundial as fronteiras é que foram inventadas e ajustadas, enquanto, de modo geral, as pessoas ficaram onde estavam. Depois de 1945, aconteceu exactamente o oposto:* […] *as fronteiras permaneceram basicamente intactas e as pessoas foram deslocadas*[24].

---

[18] ANDRADE, 2006: 105.
[19] BARNETT, 2002: 1.
[20] BARICHELLO & ARAUJO, 2015: 106.
[21] LEQUIN, *dir.*, 1988: 15.
[22] RODRIGUES, 2006: 6.
[23] AGAMBEN, 1996: 20-30.
[24] JUDT, 2006: 27.

Inicialmente tuteladas por meio de tratados internacionais garantidos pela Sociedade das Nações, rapidamente as minorias se tornaram no bode expiatório da situação económica em rápida deterioração, sendo remetidas à categoria de «alienígenas que ameaçavam a coesão cultural e nacional»[25].

A desnaturalização em massa por motivos políticos seria prática comum na Europa a partir do primeiro conflito mundial, multiplicando o número daqueles que antes de refugiados foram apátridas. Em resposta a esta situação, a Sociedade das Nações, juntamente com o Comité Internacional da Cruz Vermelha, criaria, em 1921, a primeira organização oficial para protecção de refugiados, o Alto Comissariado para Refugiados Russos, com o objectivo de socorrer os quase 2 milhões de pessoas que se viram obrigadas a deixar o seu país durante e após a Revolução Russa[26]. De carácter temporário e coordenado pelo delegado do governo da Noruega na Sociedade das Nações, Fridtjof Nansen, o Comissariado conseguiu sensibilizar a comunidade internacional para o problema dos refugiados e para a ratificação de um acordo que instituiu o Certificado de Identidade para Refugiados Russos que, apesar de não definir o conceito, os dotou de um estatuto jurídico que lhes permitia viajar nos países que os reconheciam como tal[27]. Nenhum era, no entanto, obrigado a recebê-los, o que, na prática, tornava a medida por vezes ineficiente[28].

Em 1924, o mandato do Comissariado seria estendido à protecção dos arménios, vítimas do primeiro grande genocídio do século XX[29]. As primeiras definições do conceito centravam-se assim no estabelecimento do carácter jurídico do grupo étnico ou nacional ao qual o refugiado pertencia[30].

Em 1936 seria criado o Alto Comissariado para os Refugiados da Alemanha, em resposta à perseguição e consequentes desnaturalizações massivas (por motivações inéditas, não relacionadas com questões ideológicas mas antes biológicas) encetadas pelo regime nazi, que estabeleceu um novo critério definidor do acesso ao estatuto de refugiado, excluindo da possibilidade de protecção os que deixam o seu país por conveniência: a perseguição. A Convenção constituinte, promulgada em 1938, reiteraria a nível internacional o princípio de *non-refoulement*[31] e seria estendida, no ano seguinte, às pessoas provenientes da Áustria. Na mesma altura seria criado o Alto Comissariado da Liga das Nações para Refugiados (ACLNR), unificando os organismos que tratavam das questões relacionadas num único organismo de carácter internacional[32]. A partir de então a ênfase da definição do conceito de refugiado passou a centrar-se no indivíduo e a sua história pessoal, criando a necessidade de um procedimento de análise.

---

[25] LOESCHER, 1996: 34.
[26] JUBILUT, 2007.
[27] LOESCHER, 1996: 34
[28] BARNETT, 2002: 4.
[29] ANDRADE, 1996.
[30] KNOX & KUSHNER, 2012: 11.
[31] ESPONDA FERNÁNDEZ, 2003: 75-121.
[32] BARBOSA & HORA, 2007: 16.

> […] *os novos refugiados não eram perseguidos por algo que tivessem feito ou pensado, mas sim em virtude daquilo que imutavelmente eram — nascidos na raça errada* [como no caso dos judeus na Alemanha], *na classe errada* [como os aristocratas na Rússia], *ou convocados pelo governo errado* [como no caso dos soldados do Exército Republicano espanhol][33].

Em 1943, ainda antes de a II Guerra Mundial chegar ao fim, e tendo em vista a dissolução da Sociedade das Nações, a preocupação dos países aliados com as movimentações de pessoas na Europa levou a um acordo para a criação daquela que seria a Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento (ANUAR) — a primeira organização internacional a utilizar a denominação «Nações Unidas» — para assistência e repatriação de pessoas e reconstrução de zonas afectadas[34]. Estabelecida enquanto organismo internacional de carácter temporário, a ANUAR pretendia garantir socorro a todos os deslocados pela guerra, representando a preocupação humanitária generalizada que caracterizaria uma mudança no Direito dos Refugiados[35].

Quando a guerra terminou, em 1945, 30 milhões de pessoas, entre as quais soldados, não queriam ou não podiam voltar a casa devido a alterações nas fronteiras dos seus países de origem[36]. Destinada a procurar soluções para os que não tinham lar, nem país, nem nacionalidade, por toda a Europa, a ANUAR assumiu gradualmente a responsabilidade pelo bem-estar e repatriação ou realojamento de milhões de deslocados de guerra, depois de um primeiro momento em que foram os exércitos aliados de ocupação (na Alemanha, Áustria e Norte de Itália, onde se congregavam mais refugiados), especialmente dos EUA, a ocupar-se do gerenciamento das populações. Desempenhando um papel vital na situação de emergência do pós-guerra, a agência usou recursos provenientes, na sua quase totalidade, dos governos dos EUA, Canadá e Reino Unido, destinando-os maioritariamente a antigos aliados na Europa Oriental (Polónia, Jugoslávia e Checoslováquia) e à União Soviética, bem como a deslocados de guerra na Alemanha e em outros países, dos quais só a Hungria pertencia ao Eixo. Na Alemanha e na Áustria a agência partilhou a responsabilidade da gestão de deslocados e refugiados de guerra com a Organização Internacional de Refugiados (OIR), cujos estatutos foram aprovados pela Assembleia Geral da (entretanto criada) Organização das Nações Unidas (ONU), em 1946, sendo também maioritariamente financiada pelas potências ocidentais aliadas (EUA, Reino Unido e França)[37].

A ANUAR adoptou a terminologia privilegiada por ingleses e norte-americanos relativamente àqueles que protegiam durante a guerra, definindo o seu mandato como «assistência às vítimas da guerra em qualquer área sob o controlo das Nações Unidas», referindo-se a «des-

[33] ARENDT, 1979: 294.
[34] SMERALDI, 2004: 10.
[35] HATHAWAY, 1990: 129.
[36] KNOX & KUSHNER, 2012: 10 e 218.
[37] JUDT, 2006: 29.

locados» em lugar de «refugiados», o que sugeria a possibilidade de retorno a casa[38]. A constituição da OIR deu um passo em frente relativamente à definição daqueles a quem destinava protecção — «vítimas de regimes nazis, fascistas ou similares; vítimas de perseguição por questões de raça, religião, nacionalidade ou opinião política; refugiados de longa duração» — permitindo incluir na definição dissidentes políticos da Europa Oriental e judeus que permaneciam na Alemanha e na Áustria[39]. Ambas as organizações, semelhantes em competência e alcance, foram consideradas pela URSS instrumentos exclusivamente ocidentais, criticadas por impedirem os deslocados de regressar a casa, o que restringiria os serviços das agências a áreas controladas pelos exércitos aliados de ocupação. Tendo garantido o regresso ao país de origem a 7 milhões de pessoas, a ANUAR seria substituída pela OIR assim que o mandato da primeira chegou ao fim, em 1947, condenada pelas tensões e a hostilidade soviética[40]. Seria só nessa altura que a repatriação forçada (incluindo para o bloco soviético) seria oficialmente suspensa, com o início da Guerra Fria e a «nova disposição para tratar os deslocados do bloco soviético como refugiados *políticos*»[41]. A OIR encarregar-se-ia de encontrar uma solução para os cerca de 1,5 milhões de refugiados que ainda se encontravam nos campos europeus, bem como para os que continuavam a chegar do Leste. Ao todo recolocaria mais de 1 milhão de refugiados no Canadá, Austrália, EUA e Israel.

Neste período, os países da Europa Ocidental estavam relativamente abertos à recepção de deslocados e refugiados, dada a escassez de mão-de-obra no pós-guerra, e faziam um esforço para apoiar refugiados do Bloco de Leste, ao adoptar também a «ideologia de Guerra Fria que dominaria a assistência a refugiados durante os 40 anos seguintes»[42]. Entretanto, como a OIR se dedicava à assistência a refugiados, os deslocados de guerra alemães eram impedidos de usufruir do seu auxílio.

> *A distinção entre deslocados (que supostamente tinham um lar para onde voltar) e refugiados (classificados como desabrigados) foi uma das várias nuances introduzidas naquele período. As pessoas eram tratadas de modo diferente se fossem cidadãs de países aliados (Checoslováquia, Polónia, Bélgica, etc.) ou de antigos países inimigos (Alemanha, Roménia, Hungria, Bulgária, etc.). Esta distinção valia também no momento de se estabelecer prioridades para a repatriação de refugiados.* […] *Quanto aos alemães, a determinação era deixá-los onde estavam para serem absorvidos pela cultura local*[43].

Em 1950 iniciou actividades o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) com a tarefa fundamental de conceder protecção jurídica internacional aos refugia-

[38] MELANDER, 1988: 7-14.
[39] KOURULA, 1997: 51.
[40] RUTHSTROM-RUIN, 1993: 17.
[41] JUDT, 2006: 31.
[42] BARNETT, 2002: 6.
[43] JUDT, 2006: 29.

dos, adoptando a Convenção de Genebra de 1951 relativa ao estatuto dos mesmos. Tal estatuto, com as alterações de abrangência introduzidas pelo Protocolo de 1967, estabeleceu as características que ainda hoje aplicam o estatuto de refugiado a:

> […] *qualquer pessoa que temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da protecção desse país, ou que, não tendo nacionalidade se encontra fora do país no qual tinha residência habitual, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar ao mesmo*[44].

Definidos como refugiados são aqueles reconhecidos como impedidos de regressar a casa em condições de segurança, sendo-lhes, por este motivo, concedido um conjunto especial de garantias sociais no país de acolhimento[45]. No entanto, a decisão sobre quem é ou não admitido como refugiado «permanece intimamente ligada a interesses de política externa», sendo as crises de refugiados, segundo Hein, «consequência das dinâmicas políticas de formação e transformação de Estados, e da crescente interdependência global que mina a estabilidade dos mesmos»[46].

O direito de asilo, «apesar de ter por finalidade proteger a pessoa humana, é ainda um direito do Estado e não do indivíduo», e o Estado tem o direito de «admitir dentro do seu território as pessoas que julgar conveniente»[47]. Durante as décadas de 50 e 60, os requerentes de asilo eram geralmente bem acolhidos no Ocidente, sobretudo se provinham de países comunistas. Nessa altura a utilização dos movimentos populacionais como «instrumentos da sua política externa» por parte dos Estados tornou-se ainda mais evidente[48], denotando a influência das relações/interesses internacionais nas suas políticas. O incentivo, por parte dos países ocidentais, aos que viviam sob regimes comunistas a exercer o seu «direito de partir» era usado como forma de «embaraçar o inimigo e de desacreditar o seu sistema político», oferecendo às pessoas da Europa de Leste «uma imagem [por vezes] exagerada do que as esperava no mundo livre». Os refugiados de Leste foram assim utilizados como «instrumentos da política externa e de segurança pelos países de destino», que enfatizavam os motivos humanitários da sua acção enquanto faziam depender as suas respostas da «simpatia política, ética e ideológica para com o país de origem dos refugiados»[49]. Desta forma, indivíduos que, no passado, eram recebidos «de forma calorosa» — alguns protegidos, inclusivamente, pelo estatuto de refugiado — passariam mais tarde a ser impedidos de entrar ou mesmo a ser classificados como imigrantes ilegais em países que necessitando dos seus serviços ou do seu peso enquanto

[44] UNHCR, [s.d.].
[45] HEIN, 1993: 49.
[46] HEIN, 1993: 55.
[47] MAGNO, 2012: 197.
[48] CIERCO, 2004: 153.
[49] CIERCO, 2004: 154-155.

«armas políticas» outrora promoveram a sua instalação no interior das próprias fronteiras, quando tal deixou de ser conveniente[50].

As respostas, apesar de, progressivamente, se aproximarem de uma estratégia generalizada de aparente cooperação[51], passam ainda hoje, muitas vezes, por acções unilaterais com contornos de proteccionismo que tendem a transformar a lei da migração num «bastião de soberania»[52].

Actualmente, e numa tendência que se vem destacando ao longo dos tempos, migram sobretudo jovens, homens e, cada vez mais, mulheres, não necessariamente os mais pobres mas antes aqueles que possuem contactos com o exterior e meios suficientes para suportar as deslocações[53]. Dos estimados 244 milhões de pessoas deslocadas no mundo, correspondentes a 3,3% da população mundial, cerca de 60 milhões, aproximadamente 1 em cada 100 pessoas, são migrantes forçados, o maior número e percentagem da população mundial desde a II Guerra[54]. Segundo dados do ACNUR, no entanto, o número de refugiados em 2016 era ligeiramente inferior ao do início da década de 1990, após a queda do muro de Berlim. Ainda que o número de deslocados devido a situações de conflito seja quase o dobro de há um quarto de século atrás, em 2015 aqueles a quem era reconhecido tal estatuto não somavam mais de 8% do número total de migrantes internacionais[55]. Sendo verdade que uma maior consciência e cuidado na recolha de dados e distinção de deslocados internos pode ter influência nestes números, também o é que as políticas e interesses particulares de cada país continuam a ser determinantes na definição de quem é ou não aceite como «refugiado».

Só à luz destes factos podemos aceitar a definição das crianças acolhidas no pós-guerra em Portugal, e outros países europeus, enquanto dotadas do estatuto de «refugiado». Em momento oportuno discutiremos as condições que levaram a que tal medida (o acolhimento) se apresentasse como necessária na vida dos afectados, mas importa desde já perceber que, ainda que a definição tenha sido usada quer pela documentação oficial consultada quer pela comunicação social que tornou o assunto do domínio público, o termo «refugiado» só pode ser aceite como adequado ao caso em estudo tendo em conta as circunstâncias políticas específicas da época em causa.

1.3. PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO, SOLIDARIEDADE E CRIAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL E HUMANO

A inviolabilidade do Estado-nação, fundamentada pelo sistema legal internacional no tratado de Vestefália de 1648, e discutida anteriormente, consagra o princípio segundo o qual,

---

[50] MELO, 2001: 268.
[51] SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS, 2001.
[52] DAUVERGNE, 2008: 2; PINHO, 2011: 204.
[53] FERIN & SANTOS, 2008: 20-21.
[54] CONNOR, 2016.
[55] UNHCR, 2016; CASTLES *et al.*, 2005.

«para existir, um Estado deve ter um território, uma população e capacidade de autogovernação»[56]. Tal princípio exige a definição de quem pertence à população, a quem são reconhecidos certos direitos e deveres comuns aos residentes permanentes de um Estado e que lhes confere o estatuto de cidadania nacional[57], pressupondo que aqueles que partilham uma mesma nacionalidade partilham também laços culturais, originando assim uma «comunidade política imaginada»[58].

Do ponto de vista dos movimentos populacionais, nos quais se insere o presente objecto de estudo — quer queiramos referir-nos a ele utilizando a terminologia usada à época («refugiados») quer não —, os processos de integração social são, portanto, entendidos como «os modos de incorporação dos actores individuais em novos quadros de interacção, em consequência de episódios de mudança social e de deslocamentos intra-sistemas de ordem (ciclos geracionais ou mobilidade social), ou intersistemas de ordem (migrações)»[59], incluindo processos de desintegração da sociedade de partida e de (re)integração na sociedade de chegada.

No caso das crianças austríacas (e de outras nacionalidades) em concreto, tais processos ocorrem nos dois sentidos (país de acolhimento e país de origem) em intervalos de tempo na maioria dos casos muito mais curtos do que os habitualmente assumidos como relevantes, mas durante uma fase da vida em que os mais pequenos períodos assumem uma importância grandemente exponenciada, principalmente por se tratar de crianças saídas de situações potencialmente traumáticas. Os conceitos de etnização e assimilação discutidos por Rui Pena Pires enquanto lógicas de integração possível numa sociedade estrangeira[60] não se aplicam, no entanto, a crianças acolhidas como «refugiadas» — no contexto em causa —, por períodos previsivelmente reduzidos e numa lógica de acção de cariz humanitário.

Interessa, portanto, aqui, focar o processo de integração em termos mais latos, que envolve os processos de integração estrutural (relacionados com as condições de vida, nomeadamente de habitação, entre outras não aplicáveis ao caso específico), social (das relações sociais propriamente ditas) e cultural (incluindo mudanças a nível cognitivo, de comportamento e atitude), os quais não devem ser confundidos com um quarto processo que diz respeito à identificação com a sociedade de acolhimento (remetendo para o nível subjectivo do sentimento de pertença)[61].

Encarar a integração enquanto processo afirma-se, precisamente, como uma necessidade decorrente da impossibilidade de compreensão da mesma de um modo acabado, visto que «envolve todo o ser social das pessoas implicadas e da sociedade no seu conjunto»[62]. A noção pressupõe a integridade da pessoa a quem diz respeito, quer se denomine como adaptação, assi-

[56] HOLLIFIELD, 2004: 885-912.
[57] BRUBAKER, 1989: 30.
[58] ANDERSON, 2005: 25.
[59] PIRES, 2003: 50.
[60] PIRES, 2003: 96.
[61] HECKMAN, 2005: 2.
[62] VERMEULEN, 2001: 38.

milação ou inserção, expressões que em momentos e contextos diferentes foram usadas para definir o mesmo processo sociológico[63].

Sendo importante na vida do cidadão comum de uma sociedade, tal perspectiva torna-se ainda mais decisiva na esfera dos movimentos transfronteiriços, que se apresentam como «situações críticas não só sobre a ordem interactiva, mas também sobre o próprio *habitus*, disrupções estas que constituem potenciais momentos de aprendizagem social, eventualmente incorporável sob a forma de um novo estrato de disposições generativas»[64], de alcance previsivelmente mais alargado em menores em circunstâncias de fragilidade acrescida.

Importa, neste sentido, encarar a integração enquanto «uma pluralidade vasta, aberta e mutável de estilos de vida, todos partilhando a cidadania […], todos eles conservando, aprofundando e exprimindo capacidades de escolha», não a pensando como uma «homogeneidade restritivamente decretada» ou «uma autodefinição grupal», nem mesmo como «um conjunto de representações, valores e comportamentos que uma dada cultura avalia de forma positiva»[65]. O critério essencial na definição da não exclusão — entendida como antónimo de integração — seria então, segundo João Ferreira de Almeida, a capacidade de agir de forma diferente no futuro, a real possibilidade de opção, contrariando a tradição sociológica de condenação de um amplo e heterogéneo conjunto de comportamentos e, com eles, pessoas, definidos como desviantes. Uma perspectiva de acordo com a afirmação da necessidade de uma redução dos contrastes sociais das minorias como garantia de não exclusão, não aplicável aos contrastes culturais, compatíveis com uma noção de integração como processo aberto[66], constituído por contrastes e continuidades, quer sociais quer culturais, passando as pertenças a ser «uma questão de grau» e não de tudo ou nada[67].

Parsons, que considera os sistemas sociais como «elementos do sistema mais geral de acção», também constituído por sistemas culturais, sistemas de personalidade e organismos comportamentais, cada um dando primazia a uma função específica, realça a importância da interpenetração entre os diferentes sistemas, nomeadamente da internalização dos objectos sociais e normas culturais na personalidade do indivíduo.

Tais processos de intercâmbio entre sistemas são especialmente notórios ao nível da construção de significados e motivações, por exemplo no que diz respeito à «comunicação simbólica», a qual exige dos indivíduos a apreensão de códigos culturais comuns como a língua.

Partindo da definição de sociedade enquanto «o sistema social caracterizado pelo maior grau de auto-suficiência», isto é, «maior estabilidade nas relações de intercâmbio e capacidade de controlá-las de acordo com o interesse funcional da mesma», o estatuto de pertença aparece como garantia de colaboração mútua entre as personalidades individuais dos seus membros e os

---

[63] SAYAD, 1999: 305-309.
[64] PIRES, 2003: 50.
[65] ALMEIDA, 1993: 830-831.
[66] MACHADO, 2002: 381.
[67] VALA, 1996: 28.

organismos constituintes, sendo que nenhuma sociedade poderia ser considerada auto-suficiente se a maioria dos seus membros estivesse «alienada». A integração aparece assim, para Parsons, como uma zona de especial interpenetração entre os sistemas social e de personalidade, contando com a internalização de partes do sistema cultural e da estrutura social pelas personalidades dos indivíduos, e a institucionalização de partes do sistema cultural pela sociedade[68].

A avaliação do «grau de pertença», tendo em conta ambas as perspectivas, deverá ter então em conta a adesão a quatro componentes essenciais do sistema de acção: os valores (institucionalizados pelo sistema social enquanto «representações colectivas» definidoras do «desejável» dentro do sistema), normas (essencialmente ligadas a orientações no sentido da manutenção de padrões, definida como primazia do sistema cultural), colectividades (associadas à esfera da personalidade, com foco na busca de objectivos) e papéis (associados à esfera comportamental, com primazia para a função adaptativa)[69]. Tal segmentação foi essencial na delineação de um quadro de análise sociologicamente justificado dos padrões de integração das crianças austríacas na família/sociedade de acolhimento, com destaque, pelas características do processo em causa, para as duas primeiras esferas: social e cultural.

No mesmo sentido, importa também ter em conta a distinção entre integração social, encarada por Lockwood como «confinada a indivíduos e actores», e integração sistémica, que engloba «as relações entre as diferentes instituições de uma sociedade ou sistema social, ou, dito de outro modo, entre os seus vários subsistemas»[70].

O conceito de «integração sistémica» desenvolvido por Lockwood como resposta ao debate assente na dicotomia estrutura/acção e na procura de instrumentos para uma teoria englobando os níveis de análise micro e macro, abarca os vários níveis de articulação da interacção[71]. Imprescindível para uma compreensão mais completa do fenómeno, visto que os dois tipos de integração se inter-relacionam, o domínio da interacção sistémica foca-se nas relações entre relações, entre subsistemas sociais, ao passo que a integração social diz respeito à reciprocidade entre actores na interacção presencial[72], sendo que, como referido por Perkmann, «a acção [das pessoas] pode afectar a integração sistémica, e os padrões estruturais [das partes] podem ser propiciadores ou inibidores da integração social»[73].

No caso específico, interessa particularmente perceber de que forma a integração das crianças na sociedade portuguesa foi ou não potenciada pela inserção das famílias de acolhimento em instituições, fossem elas de carácter político, educacional, desportivo, artístico, ou outras, com justificável interesse acrescido pelas de carácter religioso, nomeadamente as ligadas à Igreja Católica.

---

[68] PARSONS, 1971: 4-9.
[69] PARSONS, 1971: 7-11.
[70] Ver trabalho *Social integration and system integration* de David Lockwood *apud* VILAÇA, 2008: 24.
[71] VILAÇA, 2008: 24-25.
[72] PIRES *et al.*, 1999: 37-39.
[73] PERKMANN, 1998: 493.

De destacar também a importância da noção de que nem todos os sistemas culturais correspondem a um sistema social ou sociedade, sendo de notar a existência de subculturas, dentro de sociedades ou de sistemas sociais, e de sistemas sociais que não podem ser admitidos como sociedades pelo baixo grau de auto-suficiência, como é o caso, precisamente, da Igreja Católica, ainda que centralmente comum ao sistema europeu de sociedades modernas[74]. Neste sentido importa ainda, dada a pertinência relativamente ao objecto de estudo, referir os conceitos de solidariedade e capital social, intrinsecamente ligados aos processos que procuramos clarificar.

Remetendo genericamente para «uma ideia de laços, de cooperação, de altruísmo»[75], o conceito de solidariedade pode ser historicamente identificado em várias fases, cada uma correspondente a um tipo de solidariedade, no seu conjunto tendencialmente associados ao religioso.

Com destaque para instituições como a Igreja Católica, Liliane Voyé identifica cinco tipos: a solidariedade religiosa, base do modelo Estado/Igreja, que estruturou a Europa Cristã, fazendo corresponder a cada identidade nacional uma de carácter religioso; a solidariedade por obediência, típica de épocas como a da Revolução Industrial, em que o poder económico por vezes se associava à filiação religiosa impondo certas pertenças e práticas aos mais desprovidos; solidariedade por dependência, que acentua a desigualdade e estigma dos beneficiados relativamente ao estatuto dos beneficentes; solidariedade emancipatória, que destaca o papel da Igreja na promoção das populações; e a solidariedade de visão do mundo, mais recente, que denota um esforço da Igreja Católica no sentido de exercer influência através de novas modalidades mais de acordo com o desaparecimento do sentido de pertença associado a factores territoriais (pastorais sectoriais, movimentos, etc.)[76].

> *O princípio da solidariedade, também enunciado sob o nome de «amizade» ou de «caridade social», é uma exigência directa da fraternidade humana e cristã* […] *esta lei da solidariedade humana e da caridade, ditada e imposta tanto pela comunidade de origem e pela igualdade da natureza racional entre todos os homens, seja qual for o povo a que pertençam* […] *manifesta-se, em primeiro lugar, na repartição dos bens e na remuneração do trabalho*[77].

Apesar de actualmente central na doutrina social da Igreja, o termo «solidariedade» desenvolveu-se, na segunda metade do século XIX, no âmbito do primeiro socialismo, como «a nova, racional e eficaz resposta ao problema social», em contraponto ao amor cristão. Imediatamente a seguir à II Guerra Mundial, em resposta à formação do Bloco de Leste — em que o socialismo substituía a religião e proibia, ou fortemente limitava, a sua expressão —, no Oci-

[74] PARSONS, 1971: 10.
[75] VILAÇA, 2008: 29.
[76] VOYÉ, 1995: 105-135.
[77] *Catecismo da Igreja Católica*, [s.d.].

dente, a Democracia Cristã, com o seu modelo liberal de economia, tornar-se-ia a expressão política do Catolicismo europeu, marcando a reconquista de um lugar de prestígio por parte das Igrejas cristãs e dando origem à cristianização da solidariedade[78].

O Concílio Vaticano II introduziria, na década de 60, uma mudança definitiva que se traduziria num desvio do campo de acção da Igreja Católica da esfera política para a sociedade civil, numa tentativa de fazer face ao processo de secularização característico da modernidade. Os grupos e movimentos criados então, para dar resposta aos novos desafios enfrentados, manteriam presentes os valores da «responsabilidade uns pelos outros»[79], compaixão ou caridade, entretanto reconvertida e designada de solidariedade cristã. As origens e evolução do conceito de caridade serão, bem como as suas consequências na prática humanitária do pós-II Guerra Mundial, desenvolvidas nos capítulos 2.3. e 3.3. deste estudo. Interessa, entretanto, perceber de que forma este conceito e suas ramificações pode ser aplicável à análise dos percursos das crianças acolhidas em Portugal no mesmo período.

Para tal, torna-se necessário adoptar o conceito de capital social, assumido por Bourdieu como alternativa à conceptualização cristã de solidariedade e definido como:

> […] *o conjunto de recursos efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento, ou, noutros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns* […] *mas também unidos por laços permanentes e úteis*[80].

O capital social apresenta-se, assim, como dizendo respeito a «aspectos das estruturas ou relações sociais que promovem actividades sociais/cooperação entre indivíduos», incluindo normas de reciprocidade, compromisso cívico e confiança social, que colocam o conceito no espectro do «comunitarismo», por oposição ao individualismo utilitário que enaltece o interesse próprio face aos interesses comuns[81]. Daí que Putnam relacionasse o conceito com as virtudes cívicas que estimulam o interesse em questões políticas e, consequentemente, a participação na vida comunitária, através da pertença a associações que promovem a cooperação, a confiança mútua e a tolerância de diferentes pontos de vista. A interdependência entre estes aspectos — confiança, reciprocidade e redes sociais — produz e reproduz capital social que, ao contrário do capital físico, se multiplica ao ser utilizado[82].

Enquanto o capital físico advém de «transformações de materiais em instrumentos que facilitam a produção», e o capital humano resulta do desenvolvimento de conhecimentos e «capacidades que tornam as pessoas capazes de agir de formas novas», o capital social resulta

---

[78] FOGARTY, 1962: 109-124; LAMBERTS, 2000: 113-125.
[79] RATZINGER, 2003.
[80] BOURDIEU, 1980: 2-3.
[81] BILLIET, 1998: 235.
[82] PUTNAM, 2007: 170.

de «alterações nas relações humanas que facilitam a acção». O capital social é, então, definido pela sua funcionalidade enquanto facilitador das acções dos actores, proporcionando o alcance de certos objectivos que sem ele não seriam possíveis, identificando a utilidade de certos aspectos da estrutura social enquanto recursos que ajudam os actores a atingir determinados fins. Assim, um grupo em que reine a confiança mútua é capaz de alcançar muito mais do que um em que tal confiança não exista[83], facto que ajuda a explicar a convicção de Billiet na existência de uma correlação positiva entre o envolvimento religioso-filosófico e uma ética de confiança, altruísmo e cooperação, promotora de integração social[84].

A existência de tal ética e a sua importância nas acções levadas a cabo, não só pelo Estado português, mas também pelas famílias de acolhimento das crianças vindas de países destruídos pela guerra, será analisada tendo em conta as especificidades da sociedade portuguesa à época. A forma como o capital social proporcionado pelas experiências de acolhimento influiu no percurso das crianças em causa será ainda examinada tendo em conta a relação deste com as outras formas de capital, bem como a influência na escolha daquelas que seriam definidas pela Caritas como famílias beneficentes ou famílias idóneas.

> *Embora seja relativamente irredutível ao capital económico e cultural* […]*, o capital social nunca é completamente independente deles pelo facto de que as trocas que instituem o inter-reconhecimento supõem o conhecimento de um mínimo de homogeneidade «objectiva» e de que ele exerce um efeito multiplicador sobre o capital possuído com exclusividade*[85].

A existência de uma rede de relações não é um dado adquirido, quer «naturalmente» (por laços familiares) quer socialmente, mas antes o resultado de um «conjunto de estratégias de investimento social, consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou reprodução de relações sociais» duráveis e úteis, e, portanto, aptas a proporcionar lucros materiais ou simbólicos a curto ou longo prazo[86]. De especial destaque para o caso em estudo é a capacidade de criação de capital humano a partir do capital social.

Tendo em conta que o contexto familiar inclui capital físico, humano e social, Coleman demonstra a importância deste último no desenvolvimento intelectual da criança, considerando-o mais importante que o capital humano, dado que se aquele possuído pelos cuidadores não for complementado pelo capital social, presente nas relações entre estes e as crianças, tal capital torna-se «irrelevante para o crescimento e a educação» destas. O capital social familiar afirma-se então como um recurso tão importante quanto o físico ou o humano, destacando o papel de sociabilidades saudáveis e positivas no desenvolvimento integral da criança, por vezes mais significativas do que as condições económicas ou o estatuto profissional/qualifica-

[83] COLEMAN, 1988: 98-101.
[84] BILLIET, 1998: 234.
[85] BOURDIEU, 1980: 1.
[86] BOURDIEU, 1980: 2-3.

ções académicas dos cuidadores (ainda que estes possam por vezes definir a qualidade das relações sociais dos mesmos e, portanto, das crianças).

Neste sentido, outro aspecto importante na investigação de Coleman para os aspectos que nos propomos analisar é a noção de que o mesmo capital, com o mesmo valor para o desenvolvimento infantil, pode ser também encontrado na comunidade envolvente, sendo que mudanças constantes de residência tendem a afectar negativamente esse recurso, provocando, inclusivamente, regressões no desenvolvimento, e que o capital social da comunidade pode também compensar a sua ausência no seio familiar. Coleman defende, por isso, que a substituição de certas formas de organização formal de enquadramento por organismos sociais de carácter voluntário pode, muitas vezes, significar benefícios maiores para crianças e jovens[87].

Será à luz destas premissas que analisaremos a importância da integração das crianças acolhidas no âmbito da Acção Caritas em famílias com condições (níveis de capital físico, humano e social) teoricamente contrastantes com as das famílias de origem, tendo obviamente em conta as próprias perspectivas dos envolvidos acerca das mesmas. Por isso, torna-se de especial relevância a compreensão dos mecanismos de memória que afectam tais perspectivas. A análise dos processos *per se* será deixada para depois da análise dos factos durante a fase de pesquisa; interessa, no entanto, compreender *a priori* os conceitos associados para que a explanação dos de investigação seleccionados se torne o mais clara possível.

1.4. MEMÓRIA E HISTÓRIA

> *A memória humana é uma compilação de milhares de histórias que recordamos através da experiência, histórias que recordamos porque ouvimos falar delas, histórias que lembramos porque as compusemos como tal. Qualquer história pode ter chegado à nossa memória por uma destas três vias. O ponto fulcral é que uma vez que estas histórias passam a fazer parte da nossa memória, passamos a confiar nelas como base de tudo o que podemos dizer e entender*[88].

Durante milhares de anos as pessoas têm contado histórias umas às outras, tornando-as num instrumento da maior importância no que diz respeito à interacção humana. A sua relevância no que concerne à memória humana é, no entanto, maior do que a de uma simples forma de interacção. A razão pela qual os humanos narram histórias uns aos outros prende-se com o facto de serem elas que criam as conexões entre uns e outros, sendo que, «no que respeita à interacção com recurso à linguagem, todo o nosso conhecimento está contido nas histórias e mecanismos para as construir e partilhar»[89].

Tratando-se de um tópico tão vasto, que perpassa áreas tão diferentes quanto a Neurologia, a Psicologia, a Filosofia e até mesmo a Zoologia, a memória será aqui apenas tratada

[87] COLEMAN, 1988: 109-118.
[88] SCHANK & ABELSON, 1995: 3.
[89] SCHANK & ABELSON, 1995: 2.

enquanto objecto e instrumento da História Social. Actualmente considerada basilar em ramos da História que se estabeleceram como disciplinas em nome próprio — nomeadamente a História Oral e a História Etnográfica — de acordo com Fentress e Wickam, continua a faltar, principalmente entre os historiadores que a trabalham, uma consciência da «natureza especial da memória enquanto fonte». Os autores notam a tendência daqueles em tratar a memória como «uma série de documentos que em vez de estarem no Arquivo Nacional Público estão na cabeça das pessoas», objectificando-a[90].

Tal tendência segue o paradigma da cultura moderna, letrada, que define o conhecimento enquanto «afirmações expressas por meio da linguagem ou proposições de notações lógicas ou científicas». Tipicamente dividido em conhecimento proposicional (sobre as coisas), sensorial (das coisas) ou experiencial (como fazer as coisas) — sendo que apenas o primeiro é geralmente tratado em pleno como tal —, o conhecimento é usualmente definido como algo exterior ao conhecedor, não dependendo a veracidade de uma informação da pessoa que a verbaliza. Tal perspectiva não se aplica, no entanto, à memória, a qual, ao contrário do conhecimento, aparece como directamente associada à experiência, sendo que saber alguma coisa é independente de recordar-se dela.

Ao contrário do conhecimento objectivo, as memórias aparecem assim como uma parte indissociável da pessoa, ainda que algumas correntes admitam a divisão da memória em dois segmentos: uma parte objectiva, que funciona como um passivo «receptor de factos», e uma parte subjectiva, constituída pelas informações e sentimentos pessoais, colocando-se na consciência a tarefa de distinguir factos objectivos de interpretações subjectivas. Na prática, o que faz da «memória objectiva» mais aparentemente objectiva que a dos sentimentos e experiência pessoal é o simples facto de que é mais fácil de articular e comunicar por meio de palavras. Esta distinção, no entanto, não está em nada relacionada com a estrutura da memória mas antes com a sua articulação que é, em si, um aspecto de carácter social. Tendo presente a perspectiva de Durkheim, que define as ideias aceites colectivamente enquanto «factos sociais», a memória apresenta assim um carácter subjectivo e pessoal mas também social, uma vez que estruturada pela linguagem, pela aprendizagem e observação, pelo senso comum e pelas experiências partilhadas[91].

Nas sociedades ocidentais, a história da memória assinala a sua desvalorização progressiva enquanto fonte de conhecimento, cada vez mais remetida ao âmbito pessoal — uma fonte privada, não social —, em proporção inversa à evolução e crescente domínio do «paradigma textual do conhecimento».

Os historiadores sempre consideraram as memórias e os relatos de testemunhas oculares escritos como fontes históricas consistentes. Acontece que, ainda que estruturados pela linguagem escrita, tais testemunhos, tal como os análogos orais, assentam na memória humana,

---

[90] FENTRESS & WICKAM, 1992: 2.
[91] FENTRESS & WICKAM, 1992: 2-7.

e a forma como recordamos, seja por escrito seja através da oralidade, é sempre «uma representação de nós mesmos perante nós mesmos e perante os que nos rodeiam»[92].

Historicamente, a escrita foi considerada um complemento da memória. A crescente quantidade de informação legal e social essencial ao normal funcionamento das sociedades modernas criaria, no entanto, a necessidade de a preservar de forma a estar disponível onde e quando útil, muitas vezes indefinidamente. O texto passaria então a ser não um auxiliar da memória mas antes um seu substituto, não sendo, nem sequer almejando ser, contudo, um espelho dos processos de pensamento individuais, e representando apenas indirectamente a consciência colectiva. Coloca-se, assim, a possibilidade de que o conhecimento daquilo que a comunidade é e foi esteja localizado algures fora da própria comunidade, em diametral contraste com a assunção das sociedades de tradição oral que não imaginavam o conhecimento como podendo existir em qualquer lugar que não fosse a cabeça humana.

Na Antiguidade, a memória era classificada como ramo da retórica, a arte de bem falar, mais tarde alargada à escrita[93]. Durante o Renascimento ganhou força a convicção do carácter visual do conhecimento, associado à retenção de imagens e ao conhecimento directo de algo, em oposição àquilo que se ouve dizer sobre[94].

Descartes seria o iniciador de uma corrente que deslocaria a ênfase das imagens para a causalidade, tornando a conexão mnemónica numa de carácter lógico, mais focada na componente do conhecimento, de acordo com a evolução do pensamento filosófico e científico que separava o pensamento do mundo físico[95]. Conhecer alguma coisa implicava saber o seu nome e posição num esquema de classificação e descrição que transformou o problema de memorizar o mundo do século XVI num de o classificar cientificamente[96]. As palavras apareciam, assim, como suporte da «memória das coisas», separando-as da sua essência mas apoiando a semantização das «coisas» em significados, típica das culturas que priorizam a alfabetização. Tal como a distinção entre «memória das palavras» e «memória das coisas» é legítima, também o é a distinção entre memórias semântica e sensorial, ambas constituindo formas de interpretar e categorizar a experiência, sendo que as duas estão intrinsecamente conectadas. Qualquer que seja o caso, no entanto, toda a memória implica interpretação, sendo que, em termos do seu funcionamento, recordações de imagens sensoriais não são menos conceptuais e consequentemente distorcidas do que conceitos semanticamente organizados[97].

Na memória há sempre uma tendência para a simplificação e esquematização, e muitas vezes a organização das informações chega a ser «reconstruída para manifestar relações de causa-efeito que originalmente não existiam»[98]. Segundo Frederick Bartlett, a característica

[92] FENTRESS & WICKAM, 1992: 7.
[93] CURTIUS, 1967: 68.
[94] YATES, 1978: 140.
[95] VIANO, 1988: 254.
[96] FEBVRE & MARTIN, 1958.
[97] FOUCAULT, 2000.
[98] FENTRESS & WICKAM, 1992: 14-32.

mais importante da memória é, todavia, o facto de nunca estar descontextualizada, determinando-a como «esforço pós-significado», ou seja, quando o processo para recordar algo é accionado, quer de forma consciente quer inconsciente, as memórias semântica e sensorial tendem a complementar-se para formar um quadro que faça sentido para quem lembra, mesmo quando a informação que ambas suportam está fundamentalmente errada. A memória aparece desta forma como ligada a um quadro interpretativo, determinada pelas intenções e predisposições dos indivíduos cujas estratégias, conscientes ou não, são, em grande medida, determinadas pela cultura em que se inserem[99].

Mary Warnock nota que, pelo menos no contexto pessoal, «a memória é a única das nossas faculdades mentais cujo funcionamento aceitamos como normal quando falha»[100]. A memória humana expressa uma conexão entre mente e corpo e entre este e o mundo natural e social à nossa volta, sendo que o nosso controlo consciente sobre ela nunca é mais que parcial e limitado, da mesma forma que o não é sobre o que nos envolve. O mesmo se aplica à memória social ou colectiva, que não é mais do que memória articulada, uma vez que para ser social tem que ser transmitida e para ser transmitida precisa primeiro de ser articulada, nem sempre através da palavra.

O alto nível de articulação necessário para tornar a memória «social» não a faz, no entanto, necessariamente mais semantificada do que a individual. Torna-a, contudo, obrigatoriamente mais conceptualizada, uma vez que para a sua transmissão as imagens têm de ser simplificadas ao máximo. Tal faz a memória individual mais rica do que as imagens colectivas, comparativamente mais esquemáticas e menos validáveis, uma vez que, enquanto as memórias individuais encontram, normalmente, forma de contextualização em outras memórias, a memória social refere-se, habitualmente, a circunstâncias nem sempre experienciadas em nome próprio e, portanto, comparativamente, mais descontextualizadas[101].

> *A memória não é organizada como um texto físico, que permite uma base de comparação entre versões,* […] *congelando, por meio da escrita, um discurso* […]*, mas como o pensamento em si mesmo; não é um receptáculo passivo mas antes um processo de restruturação activa em que certos elementos podem ser retidos, reordenados ou suprimidos*[102].

Facto natural do processo de memória, a verdade é que, em termos sociais, o esquecimento é usualmente tido como um defeito. Paul Connerton distingue, no entanto, pelo menos sete tipos de esquecimento corroborantes da não culpabilização do indivíduo pelo esquecimento professa: repressivo, prescritivo, para formação de uma nova identidade, amnésia estrutural, anulação, obsolescência planeada e silêncio por humilhação.

---

[99] BARTLETT, 1932: 3-5.
[100] Ver trabalho *Memory* de Mary Warnock *apud* FENTRESS & WICKAM, 1992: 3.
[101] FENTRESS & WICKAM, 1992: 47-49.
[102] FENTRESS & WICKAM, 1992: 40.

O primeiro diz respeito à condenação da memória e ao apagamento de «provas» relativas a pessoas ou factos ligados a perspectivas contrárias ao poder político instituído, como forma de o legitimar. A destruição de estátuas de antigos ditadores ou o esquecimento forçado dos nomes de certas regiões aquando da Revolução Francesa são alguns exemplos, sendo que nem sempre as negações são acompanhadas de violência, podendo limitar-se a um acordo silencioso num Parlamento, marcando definitivamente uma ruptura histórica[103].

O segundo, tal como o antecedente, é também levado a cabo pelo Estado mas, ao contrário daquele, resulta de acordo entre os interesses das partes anteriormente envolvidas em conflito, podendo ser publicamente discutido. No pós-II Guerra Mundial, por exemplo, a identificação e punição de nazis foi esquecida na Alemanha do princípio dos anos 50, enquanto o número de condenados na Áustria e em França se tornava irrisório. Em nome da coesão civil e da necessária legitimação do novo Estado, o desejo de esquecer o passado recente tornou-se, assim, norma[104].

O esquecimento que se apresenta como essencial à formação de uma nova identidade foca-se nos «benefícios obtidos por aqueles que sabem como descartar memórias que não servem nenhum propósito relacionado com a nova identidade e presentes objectivos». Esquecer torna-se, nestes casos, «parte de um processo através do qual novas memórias partilhadas são construídas […] frequentemente acompanhadas pela partilha implícita de silêncios». O que é esquecido conscientemente — detalhes acerca de casamentos anteriores dos antepassados, afiliações políticas ou religiosas anteriores, por exemplo — abre espaço a projectos presentes, tornando-se parte de um processo activo de criação de uma nova identidade partilhada, por vezes num novo lugar[105]. A longo prazo tal tipo de processo é inclusivamente responsável pela emergência de novo vocabulário, referente a presente e futuro (Revolução, Liberalismo, Socialismo…), em detrimento daquele que passa a ser considerado obsoleto[106].

Na linha do tipo de esquecimento anteriormente referido, a amnésia estrutural foi definida por John Barnes como a tendência de alguém para lembrar apenas os laços familiares que considera socialmente importantes.

No pólo oposto encontram-se a anulação — referente ao processo de arquivação (iniciado no século XVI) e difusão por parte dos meios de comunicação de massas (na actualidade) de informação que, por isso mesmo, pode ser descartada da memória humana — e a obsolescência planeada — referente às necessidades do mercado moderno que «obriga» a um rápido «esquecimento» do produto anterior para que um novo possa ser produzido e comercializado[107] — nenhuma das duas últimas sendo, no entanto, pertinente relativamente ao objecto do nosso estudo, pelo que não nos deteremos numa análise mais detalhada.

---

[103] CONNERTON, 2008: 59-71.
[104] JUDT, 1992: 83-118.
[105] CARSTEN, 1995: 317-335.
[106] CASEY, 2009: 5-6.
[107] CONNERTON, 2008: 64-67.

O último tipo de esquecimento é «dissimulado, despercebido e desconhecido», provocado por episódios de vergonha colectiva e consequente vontade de os não lembrar. A destruição e consequentes situações de miséria causadas pela II Guerra Mundial e o silêncio público acerca do assunto que se lhe seguiu são referidos por Connerton como sintomáticos desta humilhação e imposição tácita de um tabu por parte da sociedade como um todo. O autor reconhece neste esquecimento um tipo de repressão que funciona como garantia de sobrevivência, visto que tentar enterrar tais memórias constitui para quem as tem presentes a única forma de conseguir continuar a viver entre ruínas que, além de físicas, eram marcas presentes da destruição emocional causada. As cidades destruídas, os corpos em decomposição, a indigência comum, a ocupação estrangeira, as violações, e, mais tarde, o «milagre» da reconstrução económica seriam acompanhados de um luto silencioso, parte de uma amnésia colectiva que se fez sentir, especialmente na Alemanha, até mais de 50 anos depois do término do conflito. O mesmo tipo de silêncio havia sido imposto sobre os soldados sobreviventes da I Guerra Mundial, abandonados à sua sorte, muitos deles mutilados, enquanto monumentos eram erguidos e elegias eram consistentemente proferidas por toda a Europa em nome dos mortos em combate[108].

Dos sete tipos de esquecimento referidos há quatro que se destacam enquanto aplicáveis às crianças, hoje adultos, que beneficiaram da Acção Caritas há sete décadas atrás: o repressivo, ainda que na Áustria, o nosso caso de estudo, as evidências de tal acção sejam comparativamente menos notórias do que, por exemplo, na Alemanha; prescritivo, directamente relacionado com o estatuto de «vítima» imediatamente imposto pela comunidade internacional à Áustria; o esquecimento dos horrores da guerra, consciente ou inconscientemente adoptado no pós-guerra para que uma nova identidade, tanto quanto possível livre de medos e culpas, colectivas ou pessoais, pudesse emergir; e, directamente associado a este, o silêncio humilhado, também resultante, em maior ou menor medida, da experiência de guerra. A amnésia estrutural poderá também estar associada a alguns dos casos em estudo.

Descobrir em que medida cada um destes tipos de esquecimento está patente nas experiências que teremos oportunidade de examinar, bem como de que forma se reflecte na memória colectiva que hoje guardamos da Acção, globalmente falando, espelhada na forma como se inscreveu na História de Portugal, são pontos que procurámos também averiguar, ainda que de forma não exaustiva.

1.5. TRIANGULAÇÃO METODOLÓGICA E ANÁLISE DE CONTEÚDO

No tratamento de uma temática que tem tanto de universal, pelos valores e práticas que engloba, quanto de pessoal, pelas vivências traumáticas e íntimas que lhe dão corpo, o cruzamento de metodologias de carácter quantitativo e qualitativo afirmou-se, desde logo, como a opção mais acertada para garantir a compreensão das diferentes dimensões de análise, neces-

[108] CONNERTON, 2008: 67-69.

sárias para uma resposta concertada às diferentes hipóteses a que procuramos dar resposta. A escolha recaiu, portanto, numa estratégia de triangulação metodológica, partindo da premissa que afirma a pesquisa como mais eficiente usando ambos os métodos numa perspectiva de complementaridade: «contribuindo a pesquisa quantitativa para a identificação precisa de processos relevantes, e proporcionando à investigação qualitativa a base da sua descrição»[109]. Uma concepção mais «aberta», «realista» e «pragmática» que a tradicional visão, que tendencialmente associa a triangulação à validação cumulativa, mas antes encarando-a como forma de descoberta de paradoxos e contradições ou como forma de desenvolvimento da informação, não numa perspectiva também tradicionalista de validação mas antes no sentido de aprofundamento dos resultados obtidos, para o desenho de um quadro mais completo e holístico do fenómeno em estudo[110].

Utilizamos nesse sentido, e segundo a categorização de Denzin, não só uma triangulação metodológica mas também de dados, uma vez que recorreremos não só a diversos métodos para estudar o mesmo problema, como forma de integrar diferentes perspectivas sobre o mesmo, mas também a diferentes fontes para a recolha dos dados que a este se referem[111]. Tendo em conta a natureza dos estudos já desenvolvidos acerca do fenómeno em causa — focando precisamente as crianças austríacas acolhidas em Portugal e Espanha, ou outras acolhidas em outros países e circunstâncias —, foi nossa intenção, desde o primeiro momento, um aprofundamento dos materiais disponíveis e sua inserção num quadro mais abrangente, focando diferentes pontos de vista complementares.

Existe já uma dissertação de mestrado sobre as crianças acolhidas em Portugal através da Acção Caritas em estudo, mas baseia-se, contudo, no resumo, comparação e contextualização de experiências individuais de crianças acolhidas, não abordando a perspectiva portuguesa da questão nem recorrendo a documentação do país de acolhimento. Susanne Mayr, a autora, baseou-se essencialmente nas experiências e documentos pessoais recolhidos junto de ex-crianças Caritas, que optaria por manter no anonimato, e nos dados disponibilizados pelo Ministério Federal da Administração Social e pela biblioteca da Universidade Católica Privada de Linz. Apesar de utilizar também alguns testemunhos de famílias de acolhimento, estes aparecem num plano secundário, na sua tese, usados como complemento das informações dadas pelas ex-crianças[112].

Outra publicação, centrada nas crianças austríacas acolhidas na Suíça, à semelhança da referida dissertação, limita-se a reproduzir relatos pessoais daquelas, como forma de ilustrar conclusões gerais acerca da Acção. Sendo indiscutível o valor do trabalho de Partl e Pohl, ficam, no entanto, por aprofundar, vários aspectos, entre os quais a forma como foi preparada a Acção, as razões que a justificaram e a relação com o acolhimento de crianças francesas no

---

[109] CUPCHIK, 2001.
[110] DUARTE *et al.*, 2009: 14.
[111] DENZIN, 1989.
[112] MAYR, 2013: 2-13.

país, alguns anos antes, bem como com a política fronteiriça do mesmo durante o período da II Guerra Mundial. O estudo, cumprindo os objectivos definidos pelos seus autores, aproxima-se assim mais de uma recolha de testemunhos do que de um trabalho de investigação, semelhante, em forma e escopo, ao de José Palma Caetano, que, tendo por base um grupo de ex-crianças austríacas que continua hoje a promover os laços criados com Portugal, reúne os testemunhos daqueles que se prontificaram a partilhar a sua perspectiva sobre a Acção Caritas da qual participaram[113].

A tese de doutoramento defendida na Universidade de Viena por Christine Maisel-Schulz, acolhida enquanto criança no âmbito da mesma Acção, cria um quadro bastante mais completo acerca quer do contexto no seu país natal, a Áustria, quer do país que a acolheu, Espanha, bem como das condições e implicações políticas que envolveram a Acção naquele país. Inspirada pela sua própria experiência, a qual lhe facilitaria também o acesso a documentação da Caritas, e por uma exposição itinerante sobre o assunto, da responsabilidade do *Club Encuentro*, que reúne ainda antigas crianças Caritas acolhidas em Espanha, Maisel-Schulz recorreu a documentos arquivados pela Biblioteca Nacional austríaca e, ainda que em menor medida, pela Caritas de Viena, a fontes hemerográficas, especialmente de Arquivos diocesanos espanhóis, e a documentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros espanhol e da Acción Católica, em Madrid. Usaria também os relatos, escritos, condicionados por perguntas que se destinavam a incitar a reflexão, de algumas ex-crianças que haviam, de alguma forma, partilhado com ela a experiência da passagem por Espanha, aos quais se seguiriam entrevistas exploratórias sobre os assuntos tratados nesses mesmos relatos, cujos resultados serviram também de base à sua tese[114].

Faltava um estudo acerca da perspectiva portuguesa da Acção, cruzando dados fornecidos pela documentação oficial, informações recolhidas na imprensa da época, perspectivas de famílias de acolhimento e também de crianças acolhidas, hoje adultas.

Para tanto decidimos privilegiar a História Oral como técnica base da pesquisa. Tal como referido anteriormente relativamente às questões de memória, em Ciências Humanas, e nomeadamente em História, privilegia-se tradicionalmente o conhecimento empírico do documento escrito, tido por uma vasta historiografia positivista como «infalível». Seriam a Escola de Chicago e autores como Smith, Booth, Habermas ou Ricoeur, entre outros, que desenvolveriam este método de estudo, levando a que, actualmente, se admita que a História baseada em testemunhos escritos tem tanto de falível e subjectivo como a História Oral, sendo que esta última apresenta ainda uma vantagem metodológica: o facto de, ao contrário do que acontece com o documento escrito, ser possível questionar a «testemunha» acerca das suas razões, das suas motivações, e assim «conferir» a autenticidade dos factos relatados com o próprio narrador, bem como das fontes escritas disponíveis[115]. A História Oral afirmar-se-ia

[113] PARTL & POHL, *ed.,* 2005; CAETANO, 2005.
[114] MAISEL-SCHULZ, 2010: 16-25.
[115] YOW, 1994: 10.

como a História dos «esquecidos», dos desfavorecidos, daqueles que ninguém se dava ao trabalho de ouvir, porque representavam o «banal», o «corriqueiro», o «desinteressante»[116].

A História de Vida, construída através do método de entrevista, e privilegiada também pela Sociologia, foi ganhando então terreno, beneficiando das vantagens da evolução da tecnologia na procura do seu objectivo maior: a percepção das perspectivas pessoais, dos valores subjacentes às acções que constituem o dia-a-dia e formam a História enquanto disciplina, tratando-se de uma perspectiva humana, real, prática, que permite compreender trajectórias, identificar vivências e aprender com as experiências de quem as viveu, na primeira pessoa, sem a distância e a frieza dos números. Este tipo de abordagem, ainda que o senso comum aponte nesse sentido, não é exclusivo da Psicologia, muito mais a utilizam a Sociologia ou a Antropologia, Ciências igualmente Humanas, que têm em comum com as restantes da mesma área a busca da compreensão de contextos e não apenas de factos[117].

Para além desta dimensão social inerente à produção de um conhecimento informado, o recurso à História Oral, às histórias de vida, neste caso focadas numa temática específica, transversal a todos os entrevistados, revela-se de igual modo nuclear para a compreensão, tão objectiva quanto possível, da realidade envolvente. Porque tantos actos são accionados por motivações, receios, sentimentos, convicções, por elementos imateriais e intangíveis que as estatísticas e os relatórios oficiais não revelam, procurámos identificar algumas dessas alavancas da acção histórica nas histórias de vida dos seus protagonistas.

Tais histórias espelham um conteúdo emocional da experiência de acolhimento temporário dos menores vítimas da II Guerra Mundial, as suas vivências, interpretações e reflexões particulares, dando lugar a um maior grau de profundidade, flexibilidade e riqueza que faltam ao método quantitativo ou mesmo à análise documental[118].

Como refere Alena Karpava, no seu estudo sobre as consequências do mesmo tipo de acção relativo às crianças vítimas do acidente de Chernobyl na imigração de bielorussos para a província de Granada[119], Bolívar afirma que a investigação baseada em narrativas pessoais não se centra só na recolha e análise dos dados, mas:

> […] *apresenta a perspectiva própria enquanto forma legítima de construir o conhecimento, destacando a faceta afectiva das pessoas, a complexidade das relações e a singularidade de cada acção realizada. Uma metodologia hermenêutica que permite simultaneamente dar significado e compreender as dimensões cognitivas, afectivas e de acção. Contar as próprias vivências e ler (interpretar) tais feitos/acções, à luz das histórias que os agentes narram, converte-se numa perspectiva peculiar da investigação*[120].

---

[116] POIRIER *et al.*, 1999: 12.
[117] ATKINSON, 1998.
[118] PEDONE, 2000.
[119] KÁRPAVA, 2013: 7.
[120] BOLÍVAR, 2011: 2.

Atribui-se, assim, a merecida relevância ao modo como os seres humanos vivenciam e dão significado ao «mundo vivido» através da linguagem, «convertendo a subjectividade numa condição necessária do conhecimento social». Ainda segundo Bolívar, a descrição dos acontecimentos passados permite também estabelecer uma conexão entre o que «era» e o que «é» o narrador, numa «reconstrução do passado, desde o presente e em função de uma trajectória futura». Através da reflexão do sujeito sobre a sua própria história, o mesmo constrói uma identidade, em alguns casos de forma mais crítica, em outros mais reflexiva, ajudando-o a entender-se a si mesmo, a valorizar-se e fazer-se visível socialmente. No caso específico em estudo, pretende-se verificar se tais consequências se aplicam também às acções dos antepassados, no caso dos descendentes ainda vivos, ou das famílias que os acolheram, no caso das crianças acolhidas.

A opção pela utilização dos testemunhos orais justifica-se, portanto, na pretensão de compreender os motivos e experiências de vida dos envolvidos e reconstruir, a partir destes, «a maneira como produzem o mundo social», não se limitando a análise «às estruturas e mecanismos que as regulam mas tendo também em conta a subjectividade inerente às relações sociais e os sentidos e estratégias desenvolvidos pelas comunidades, grupos, famílias e indivíduos»[121]. A História Oral pode acrescentar assim uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas, transformando, como refere Thompson, «"objectos" de estudo em "sujeitos"»[122].

Tendo em conta a selectividade da memória, recorreremos a um contínuo cruzamento dos testemunhos orais, resultantes de reconstruções do passado individual, com outras fontes de informação, no sentido de permitir que as duas se confirmem e complementem, inserindo as visões individuais num quadro mais abrangente.

Entendidas como «procedimentos de recolha de informação que utilizam a forma da comunicação verbal»[123], as entrevistas constituem um instrumento privilegiado na recolha de testemunhos orais, «técnica preferencial para a recolha de normas e classificações de status sociais»[124], pelo que foram naturalmente seleccionadas como instrumento essencial desta investigação.

Colocando a investigação no tempo presente, a entrevista permite um melhor entendimento da realidade estudada, fornecendo informações únicas, porque parte das existências singulares dos informantes, pelo que foi privilegiada a escolha da entrevista semiestruturada (porque mesmo sendo não directiva obedece ao interesse e objectivos do investigador), que visa «levar o interlocutor a exprimir a sua vivência ou percepção que tem do problema» da forma mais fiel possível ao seu processo de elaboração de pensamento[125].

---

[121] MOGARRO, 2015: 149-173.
[122] THOMPSON, 2017: 187.
[123] ALMEIDA & PINTO, 1975: 365-445.
[124] COSTA, 1986: 130-148.
[125] QUIVY & VAN CAMPENHOUDT, 1998.

Os guiões-base das entrevistas[126] foram elaborados de forma a abranger as diferentes fases do percurso dos entrevistados, com especial enfoque sobre a relacionada com a Acção Caritas. Nesta fase preparatória, os manuais sobre as práticas de recolha de História Oral nas Ciências Sociais foram guias essenciais[127].

Tendo em conta a diversidade de perspectivas, desenharam-se quatro guiões distintos: um destinado às crianças acolhidas, outro às famílias de acolhimento, um terceiro a instituições de acolhimento e um último a responsáveis pela organização da Acção. Infelizmente, e dado que mais de 70 anos passaram sobre a Acção, a grande maioria dos intervenientes ao nível da organização, já adultos à época, ou faleceu ou já não se encontra em condições de contribuir com o seu testemunho, excepção feita ao Padre Alexandrino Brochado, grande responsável pela Acção no Porto, que se mostrou desde o princípio interessado em participar da pesquisa, mas que, depois de agendada a entrevista, acabaria por sofrer problemas de saúde que acabariam por conduzir ao seu falecimento. Ainda assim, contámos com o registo gravado de uma entrevista anterior à oficialização do projecto, gentilmente cedido pelo investigador Ingo König, secretário do Embaixador da Áustria em Portugal, na origem do mesmo, e com documentação, na forma de fotografias e relatos, do próprio Padre Alexandrino, guardados no seu espólio pessoal e generosamente partilhados pela sua secretária, D. Maria Antónia, com o seu consentimento. Relativamente às instituições, nomeadamente de cariz religioso, naquelas que conseguimos contactar já não se encontrava alguém que tivesse vivido ou sequer com informações sobre o assunto.

Os dois guiões utilizados, referentes às crianças acolhidas e famílias de acolhimento, partilham a mesma estrutura, focando, numa primeira fase, o contexto sociocultural; numa fase intermédia, as experiências relacionadas com o contexto de guerra e a mundivisão delas resultante; e, finalmente, e de uma forma mais exaustiva, as questões relacionadas com a Acção Caritas e suas repercussões.

Com a fase introdutória pretendemos criar um quadro claro sobre a visão geral dos entrevistados acerca da sua infância, a constituição e posição social da família relativamente à comunidade em que estava inserida e a influência da prática religiosa no seu quotidiano. O objectivo, além de uma contextualização eficiente dos intervenientes, foi possibilitar uma comparação das condições vivenciadas durante os primeiros anos de vida dos dois lados do acolhimento. A etapa seguinte complementa a anterior, procurando aprofundar os vínculos e perspectivas dos entrevistados, tanto crianças como famílias, com e a respeito do conflito mundial, bem como dos «mundos exteriores» àquele que reconheciam como seu.

A etapa de maior desenvolvimento da nossa entrevista foi, naturalmente, dedicada a compreender a perspectiva dos intervenientes acerca da forma como se processou a Acção de acolhimento (o primeiro contacto com a possibilidade, as razões para a adesão e as prepara-

[126] Anexos 1 e 2.
[127] ATKINSON, 1998; POIRIER *et al.*, 1999; YOW, 1994.

ções, em ambos os casos; a viagem, no caso das crianças; as especificidades positivas e negativas do processo de acolhimento; a perspectiva sobre o final da Acção) e que consequências reconhecem no seu percurso de vida, quer a nível individual (no caso das crianças) quer familiar (no caso das famílias de acolhimento).

Constituídas por questões abertas, portanto não directivas, as entrevistas foram conduzidas de modo informal com vista a, numa primeira fase, inspirar uma maior abertura e disponibilidade da parte dos entrevistados e garantir a maior fidelidade possível às suas narrativas. A sequência e definição das questões a colocar foi espontânea, ainda que os objectivos a cumprir tenham sido sempre tidos em conta.

A definição do universo de entrevistados processou-se segundo uma dinâmica de bola de neve. A publicação de um artigo sobre o estudo no jornal *Público* foi responsável por boa parte dos contactos que acabariam por desembocar na realização de entrevistas com elementos de famílias que, directa ou indirectamente, haviam participado da Acção. A partir destes primeiros contactos, outros, quer com outras famílias de acolhimento quer com pessoas acolhidas, à época, como crianças, foram proporcionados, de acordo com a disponibilidade e a vontade dos envolvidos. Outros foram cedidos pela Caritas de Linz e pela Embaixada Austríaca em Portugal.

Relativamente às famílias de acolhimento, procurou-se elencar um grupo o mais representativo possível no que diz respeito às diferentes dioceses portuguesas envolvidas na Acção. No entanto, só foi efectivamente possível entrevistar famílias originárias das, à época, dioceses de Braga, Porto, Coimbra, Guarda e Lisboa (hoje residentes em localidades pertencentes a dioceses diferentes daquelas em que a família acolheu as crianças estrangeiras, em alguns casos). No total foram entrevistadas dez famílias: três da diocese de Braga, duas da diocese de Lisboa, duas da diocese de Coimbra, duas da diocese da Guarda e uma da diocese do Porto. Em três casos, não só crianças austríacas foram acolhidas mas também de outras nacionalidades, factor a ser também tido em conta na análise das diferentes circunstâncias de acolhimento. Também a ter em conta o testemunho de uma família de acolhimento residente na diocese de Lamego, responsável por duas crianças de nacionalidade francesa[128].

Quanto aos acolhidos, partiu-se do mesmo princípio, sendo que concluímos o universo de entrevistados com duas «crianças» acolhidas na diocese de Lisboa, duas no Porto, duas em Braga, uma em Vila Real, uma em Évora e uma na diocese do Algarve, totalizando nove. Além destas, foram também entrevistados o filho de uma «criança» austríaca acolhida em Portugal, já falecida[129], e uma «criança» alemã que, tal como no caso das famílias que acolheram crianças de outras nacionalidades que não a austríaca, nos permite alargar o objecto de estudo e estabelecer um mínimo de comparação relativamente a outras experiências de acolhimento

[128] Tal testemunho, de Maria João Amaral, não tendo sido gravado, devido a dificuldades técnicas, foi registado com recurso a notas escritas, tendo a entrevistada consentido no uso das suas declarações.
[129] Francisco Zenkl, filho de Gustav Zenkl, acolhido em Vale Figueira, Santarém, por Emílio Infante da Câmara, e que se viria a tornar numa referência da tauromaquia nacional.

dentro da mesma Acção. Dos acolhidos entrevistados, a grande maioria comunica facilmente em Português. Nos dois casos excepcionais daqueles que já esqueceram a língua de Camões, as entrevistas foram conduzidas em Inglês. Num caso isolado, em que o entrevistado se exprime unicamente em Alemão, a entrevista foi traduzida em simultâneo, por uma amiga do mesmo que gentilmente acedeu a fazê-lo. Em três casos foram entrevistadas tanto a família de acolhimento quanto a «criança» acolhida, criando uma situação privilegiada no que diz respeito à comparação de perspectivas acerca do mesmo fenómeno.

Todas as entrevistas foram precedidas de contactos, na sua maioria, telefónicos, e, quando possível, partilha de informações contextualizantes e mesmo documentos complementares via correio electrónico. Os encontros foram agendados com pelo menos dois dias de antecedência, de forma a permitir ao entrevistado organizar ideias e reflectir sobre a melhor forma de as partilhar. Antes da entrevista propriamente dita, a cada um foi pedido que lesse com atenção o Consentimento Informado e a Afirmação de Intenção, tendo sido feitos, quando necessário, esclarecimentos acerca do seu conteúdo. Em alguns casos o documento só foi assinado no final da entrevista, na generalidade dos casos a assinatura foi prévia à mesma.

As entrevistas tiveram lugar, na sua grande maioria, nas residências dos entrevistados, precedidas, sempre que possível, por uma conversa prévia sobre o assunto em foco. Procurou-se assegurar a privacidade do entrevistado e a qualidade sonora da gravação, sendo justificada a preferência por locais de referência para os mesmos em termos de convivência familiar, onde a memória é mais facilmente estimulada, inclusivamente pela facilidade de acesso a elementos com carga emotiva relativa ao tema abordado (com destaque para fotografias e outros documentos associados às experiências a abordar). Nos casos em que tal não foi possível, foi deixada ao critério dos entrevistados a escolha do ponto de encontro e realização da entrevista, sendo que, pelo menos num caso, tal local reflecte a relação duradoura da «criança» em causa com a cidade e o país que considera ainda hoje como «seus».

Em quatro situações, mais do que um elemento da família foi entrevistado em simultâneo, passando a entrevista a inserir-se no âmbito dos grupos focais, sendo que em nenhum dos casos a simultaneidade incluiu família de acolhimento e acolhido. Há portanto uma combinação de entrevistas individuais e grupais, sendo que a opção pela segunda modalidade reside na riqueza acrescentada pela interacção das memórias dos diferentes participantes, criando um ambiente mais natural e proporcionando uma interacção social mais autêntica[130] entre indivíduos que vivenciaram, em simultâneo ou em épocas diferentes, idêntica experiência, partilhando recordações e suscitando pormenores nos testemunhos alheios, mas dando também lugar a um confronto de perspectivas que nos permite uma análise complementar da realidade em estudo.

Em duas situações a entrevista foi realizada via Skype ou aplicação equivalente, dada a ausência prolongada dos entrevistados de Portugal e a impossibilidade de deslocação das duas

[130] GASKELL, 2002: 64-89.

partes. Em ambos os casos trata-se de «crianças» e não de famílias de acolhimento.

As entrevistas foram captadas por uma câmara colocada, geralmente, em cima de uma mesa ou elemento de apoio próximo do locutor, na maioria dos casos incluindo captura de imagem. Em três situações a entrevista foi conduzida sem registo de imagem, de acordo com a vontade dos entrevistados. O elemento audiovisual foi utilizado para garantir a qualidade sonora da gravação, sendo que as imagens captadas serão obviamente úteis na análise da linguagem não-verbal dos entrevistados, nomeadamente nos casos em que há interacção entre diferentes elementos, mas não foram o foco essencial do registo.

Como previamente referido, todos os Consentimentos Informados foram assinados antes ou após a entrevista. Os documentos, juntamente com as gravações áudio, foram disponibilizados ao Arquivo da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, para efeitos de futura investigação.

> *Quando ouvimos uma história ou fantasiamos, a memória, simplesmente, existe, raramente temos que fazer um esforço. Apesar disso, a função da memória nas histórias é ainda mais importante por ser tão marcadamente invisível. As histórias fazem mais que representar eventos específicos: elas conectam, clarificam, e interpretam eventos de uma forma generalizada. As histórias fornecem-nos um conjunto de explicações subjacentes às nossas predisposições para interpretar a realidade da forma que a interpretamos.* […] *A memória não é apenas retrospectiva, é também prospectiva, fornecendo uma perspectiva para interpretar as nossas experiências no presente e para prever as futuras*[131].

Uma vez recolhidas as entrevistas, seguiu-se a transcrição integral das mesmas, da forma mais fiel possível ao discurso dos locutores, mantendo as particularidades mesmo quando as mesmas se traduzem em incorrecções gramaticais ou ortográficas. Tal fidelidade reforça a importância de encarar o discurso enquanto processo, assinalada por Quivy, sendo «a partir dos esforços de domínio da palavra, das suas lacunas e das suas doutrinas que o analista pode reconstruir os investimentos, as atitudes, as representações reais»[132]. As transcrições foram enviadas a cada um dos participantes para revisão do material recolhido e aprovação da publicação do mesmo.

As histórias de vida recolhidas foram então analisadas à luz das circunstâncias pessoais nelas expostas, do contexto histórico que as fundamenta, dos aspectos gerais da Acção que as marcou como seleccionáveis para o presente estudo e das tendências sociopolíticas que as condicionaram. Cada uma delas é complementada por meios facilitados pelos entrevistados: documentação pessoal, fotografias, cartas e até publicações acerca da experiência, assim como informações adicionais cedidas pelos intervenientes em momentos pós-entrevista, que foram, obviamente, analisados tendo em conta as condições de partilha das mesmas. A intenção é

[131] FENTRESS & WICKAM, 1992: 51.
[132] BARDIN, 1998.

criar uma visão o mais completa possível sobre o objecto de estudo, utilizando os diferentes testemunhos, dotados de perspectivas distintas e complementares.

A informação recolhida foi tratada recorrendo à análise de conteúdo. Enquanto técnica de tratamento de informação, o recurso à análise de conteúdo justifica-se na medida em que permite passar da descrição à interpretação, atribuindo sentido aos dados num processo de desconstrução do discurso a que Jorge Vala chama de «localização-atribuição de traços de significação», o qual tem em conta as condições de produção do mesmo[133]. Tal processo pressupõe a dissociação da informação da sua fonte e condições em que foi produzida, a colocação dos dados num contexto novo construído com base nos objectivos e objecto da pesquisa, e a consequente formação de um novo texto, manipulado para fornecer respostas às perguntas do investigador. As representações dos sujeitos são assim reconstruídas através das inferências dos textos para os contextos de produção, através da criação de categorias não ambíguas, isto é, com exaustividade e exclusividade.

No caso em estudo, as categorias de análise foram construídas com base nos guiões de entrevista, aprofundando-os. Assim, foram definidos os perfis (etário, social, profissional, geográfico), à época e actuais, quer das famílias de acolhimento quer dos acolhidos; grau de proximidade dos elementos das famílias entrevistadas com a Acção, ou seja, se tiveram um contacto directo ou indirecto com a mesma; dependência da memória colectiva nas recordações individuais das «crianças», bem como a forma como vivenciaram a oportunidade de participação na Acção e a viagem (maior ou menor satisfação); a forma como se processaram as relações familiares (referência a dificuldades/facilidades, práticas religiosas e sociais, integração); as consequências (manutenção ou não de contacto e benefícios resultantes) e perspectiva geral acerca da experiência.

A análise de conteúdo seguiu um esquema horizontal, de maneira a permitir uma análise comparativa das entrevistas. A comparação dos casos em estudo foi matéria de análise estatística dos dados recolhidos. A intenção é atribuir-lhes sentido e categorizá-los, através de uma análise em que se tomaram como unidade de registo as unidades semânticas, baseada na construção, para cada entrevista, de uma tabela síntese da informação por temas, acompanhada por um conjunto de excertos mais significativos dos testemunhos dos entrevistados.

Ao mesmo tratamento foram sujeitos os dados recolhidos durante a pesquisa hemerográfica destinada a complementar a investigação nas várias vertentes que assumiu. Foram seleccionados dois jornais generalistas, «O Comércio do Porto» e o «Diário de Lisboa», pela importância assumida a nível nacional à época, e sete jornais diocesanos, mais uma vez seguindo o critério de representatividade: «A Voz do Pastor», do Porto, e «A Voz da Verdade», de Lisboa (que permitem também uma perspectiva comparativa relativamente aos seus congéneres generalistas), «Correio de Coimbra», «Correio do Vouga» (Aveiro), «A Guarda», «Mensageiro de Bragança» e «Notícias de Beja». A pesquisa de artigos relativos à Acção Caritas ini-

[133] VALA, 1987: 104.

ciou-se pelas publicações diocesanas (semanais ou quinzenais), nas publicações entre 1946 e 1958, sendo estas a definir os períodos de pesquisa nos jornais generalistas (diários). Recolhidas todas as ocorrências, foi feita uma listagem e categorização dos artigos, tendo em conta a classificação definida por Aldo Schmitz[134]. Assim, tivemos em conta a origem das fontes, a responsabilidade, o tipo de acção que encerra e os créditos. A estes acrescentamos uma comparação relativa à relevância dada ao assunto em estudo, à linguagem utilizada e à presença ou não de preferências (por tipo de texto ou visados) e juízos de valor.

Relativamente aos documentos escritos recolhidos, e em alguns casos traduzidos, quer nos Arquivos das poucas delegações da Caritas que se disponibilizaram a fornecer a informação de que dispunham acerca do tema (Caritas Portuguesa, através da Embaixada Austríaca; Caritas Diocesana do Porto; Caritas de Linz; Caritas Holandesa e Caritas Internationalis), Arquivo Oliveira Salazar e Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, quer junto dos entrevistados, a selecção foi realizada tendo em conta a relevância dos mesmos para a compreensão o mais completa possível do fenómeno.

Os documentos não escritos, fotográficos (também presentes nas fontes hemerográficas) e cinematográficos (um documentário da época disponibilizado pela Cinemateca Portuguesa[135]), foram também seleccionados segundo critérios de relevância e representatividade, procurando escrutinar e conferir significado à utilização de determinada tipologia de imagética em determinado tipo de contexto, tendo em conta que,

> […] *mesmo que tenha tido uma origem difusa e funções inespecíficas, a fotografia vai-se definindo, no contemporâneo, como suporte da necessidade de vínculos entre os momentos desencontrados do todo impossível, como documento da tensão entre ocultação e revelação, tão característica da quotidianidade*[136].

Oferecendo um registo restrito mas poderoso das acções temporais e dos acontecimentos reais, a imagem, quer única e parada quer numa sequência e/ou em movimento, não está, no entanto, isenta de problemas ou manipulação, não sendo «nada mais que representações, ou traços, de um complexo maior de acções passadas»[137].

Além de um instrumento evocador de pormenores, particularmente útil durante o processo de entrevista, permitindo desencadear memórias passivas, a fotografia foi também analisada no sentido de permitir uma interpretação mais completa das experiências relatadas, no que diz respeito aos testemunhos recolhidos.

---

[134] SCHMITZ, 2011.
[135] *A Caridade não tem Fronteiras*, [1950].
[136] MARTINS, 2008: 35.
[137] LOIZOS, 2002: 137-138.

Relativamente aos registos visuais presentes nas publicações periódicas e no excerto cinematográfico disponibilizado pela Cinemateca Portuguesa, os mesmos foram analisados tendo em conta as especificidades da sua utilização em contexto, atentando, nomeadamente, na «compreensão culturalmente construída sobre o que é apropriado» e na potencial «manipulação ideológica» dos mesmos materiais[138], sendo que, tal como no que diz respeito à memória individual, «o que é deixado de fora é tão importante quanto o que está presente»[139]. Procurámos assim, e contando também com o auxílio indispensável da bibliografia especializada seleccionada, delinear uma contextualização o mais completa possível do acolhimento das crianças austríacas em Portugal no período que sucedeu à II Guerra Mundial, utilizando diferentes métodos, fontes e perspectivas acerca do fenómeno em questão.

[138] LOIZOS, 2002: 140-145.
[139] ROSE, 2002: 343-362.

2

O NASCIMENTO DO HUMANITARISMO NA EUROPA DO PÓS-II GUERRA MUNDIAL

2.1. A SITUAÇÃO DA EUROPA NO PÓS-GUERRA

Nesta secção procuraremos esclarecer as condições económicas, sociais e políticas que serviram de contexto ao envio de crianças austríacas para outros países europeus, no pós-II Guerra Mundial, justificando o crescimento do humanitarismo e a acção particular dos organismos ligados à Igreja Católica. Importa, nesse sentido, perceber a dimensão das perdas materiais e humanas, a extensão da fome e doenças consequentes, a importância das deslocações populacionais e das punições pelos crimes de guerra, bem como de que forma o clima de Guerra Fria, com destaque para os acontecimentos que, a nível mundial mas principalmente europeu, marcaram o período em estudo, se relacionam com a realidade em que focamos a nossa pesquisa. A cada uma das temáticas corresponde um subponto com o qual esperamos estabelecer um quadro o mais abrangente possível para uma compreensão do assunto em foco.

2.1.1. Perdas Materiais e Humanas

No final da II Guerra Mundial, a Europa era um cenário de destruição completa. Nos países ocupados pela Alemanha nazi, a guerra constituiu uma experiência primordialmente civil, tendo-se restringido o combate militar formal ao início e ao final do conflito[140]. Envolvendo a quase totalidade dos Estados independentes do mundo, enquanto países beligerantes, ocupados ou as duas coisas em simultâneo, esta, claro exemplar do conceito de guerra moderna, «que envolve todos os cidadãos e mobiliza a maioria», ampliaria a guerra maciça a «guerra total»[141].

Em alguns países a ocupação duraria quase todo o período da guerra, a experiência seria, contudo, muito diferente de outras, marcada por percentagens significativas de mortes civis, sendo que boa parte dos povos submetidos ao comando germânico depois de 1939 foi obrigada a servir o Reich ou destinada ao extermínio. Travada com armamentos que exigiam um desvio da economia para a sua produção, a guerra também seria marcada pela mobilização do Estado com o objectivo principal de «conquistar e explorar outros europeus», enquanto a impessoalidade proporcionada pelo uso da tecnologia tornava as vítimas quase invisíveis e fazia da vida civil um alvo estratégico. Países como a França, a Bélgica, a Holanda ou a Noruega contribuíram grandemente para a produção bélica germânica, sendo os nazis tão bem sucedidos que só em 1944 a população civil alemã começaria a sentir as restrições normais em épocas de guerra[142].

O pior da destruição física aconteceria na Alemanha apenas no último ano do conflito, durante o período da campanha a oeste da União Soviética. Por toda a Europa, poucas seriam as aldeias e cidades que conseguiram escapar ilesas da guerra, sendo os maiores danos mate-

[140] JUDT, 2006: 13-14.
[141] HOBSBAWM, 1995: 22-38.
[142] JUDT, 2006: 14-16; HOBSBAWM, 1995: 42-43.

riais causados pelos bombardeamentos realizados pelos Aliados ocidentais, entre 1944 e 1945, e pelo avanço do Exército Vermelho, de Estalinegrado até Praga. As cidades em ruínas eram a prova mais evidente da devastação que deixaria milhões de pessoas sem abrigo por toda a Europa: a oeste os sistemas de transportes e comunicação estavam seriamente danificados, mas a leste, onde as forças de ocupação alemãs foram impiedosas — em parte porque a resistência local (principalmente na Grécia, na Jugoslávia e na Ucrânia) travava contra elas «uma batalha tão incansável quanto inútil» —, a situação era ainda mais dramática[143].

As perdas materiais sofridas pelos europeus durante a guerra foram, no entanto, insignificantes quando comparadas às perdas humanas, estimando-se que cerca de 36 milhões e meio de europeus tenham sucumbido, entre 1939 e 1945, por causas relacionadas com a guerra, incluindo um número extraordinariamente revelador de mortos entre os civis não-combatentes: pelo menos 19 milhões, mais de metade do total, superando as baixas militares em vários países. As causas da morte incluem «massacres em campos de extermínio e de batalha, doenças, subnutrição e fome (induzidas ou não), fuzilamento ou incineração de reféns (pela Wehrmacht, pelo Exército Vermelho e pelas diversas resistências), represálias, explosões, bombardeamentos e batalhas, fuzilamentos de filas de refugiados e o sacrifício de indivíduos submetidos a trabalhos forçados». As estimativas de perda de vidas civis, só no território da União Soviética, excedem os 16 milhões, aproximadamente o dobro das baixas militares, sendo que boa parte destas era de prisioneiros de guerra (5 milhões e meio só pelos alemães). Por sua vez os soviéticos fizeram 3 milhões e meio de prisioneiros de guerra, principalmente alemães, austríacos, romenos e húngaros, a maioria dos quais voltou para casa quando a guerra terminou. Apesar disso, muitas foram as crianças que, por toda a Europa, cresceram sem figura paterna[144]. Em certos países, os números de perdas humanas não ultrapassaram as centenas de milhares, mas representaram largas fracções da população total em vários, principalmente na Áustria e Holanda, criando um efeito igualmente devastador[145].

Nos últimos meses da guerra, enquanto os exércitos da União Soviética avançavam rumo a oeste, milhões de civis — a maioria dos quais alemães — fugiam dos soviéticos que tentavam oferecer ao inimigo o mesmo tratamento que haviam sofrido na Rússia. As principais vítimas eram os homens adultos (se houvesse sobreviventes) e as mulheres de qualquer idade: em Viena, 87 mil mulheres terão sido violadas por soldados soviéticos nas três semanas subsequentes à chegada do Exército Vermelho à cidade; em Berlim o número terá sido ligeiramente mais elevado, principalmente no período imediatamente anterior à rendição alemã. Ambas as estatísticas não incluem as aldeias e cidades na rota da marcha soviética pela Áustria e através do Oeste da Polónia até à Alemanha. O mesmo terá acontecido na Hungria, Romênia, Eslováquia e Jugoslávia, as crianças nascidas destes ataques engrossando as estatísticas dos órfãos e dos sem-abrigo: só em Berlim, no final de 1945, havia 53 mil crianças perdidas; em

[143] JUDT, 2006: 16-17.
[144] JUDT, 2006: 17-19.
[145] KESTERNICH *et al.*, 2014: 3.

Roma, os jardins do Quirinale ficariam conhecidos, durante algum tempo, como local de encontro de «milhares de crianças italianas mutiladas, desfiguradas e perdidas»[146].

2.1.2. Fome, doenças e deslocados de guerra

A intervenção imediata da ANUAR — como referido anteriormente, criada ainda durante a guerra e antecedente do ACNUR — e dos exércitos de ocupação dos Aliados seria essencial para evitar grandes epidemias e a disseminação de doenças contagiosas: durante grande parte do ano de 1945 a população de Viena subsistiu com cerca de 800 calorias diárias; em Budapeste, em Dezembro do mesmo ano, 556 calorias por dia, quando o mínimo diário aconselhável seria de 2000 calorias. Durante o «Inverno da fome» na Holanda, na passagem de 1944 para 1945, 16 mil cidadãos holandeses (a maioria idosos e crianças) terão morrido com quantidades semanais de calorias inferiores às provisões diárias recomendadas pela Força Expedicionária Aliada para os soldados. Na Alemanha, em Junho de 1945, na zona de ocupação norte-americana, a ração diária oficial disponível para consumidores alemães «normais» desceu para cerca de um terço da média entre adultos durante a guerra. A escassez de fornecimento de comida nos territórios ocupados e a ausência de ajuda internacional para os alemães, nos primeiros tempos do pós-guerra, ditaria esta situação que se prolongaria até 1947, sendo que só no ano seguinte a desnutrição começaria a ser ultrapassada[147].

O problema decorria em parte da destruição de zonas de produção agrícola, bem como de falhas no sistema de comunicação e, sobretudo, do número elevado de «pessoas desprotegidas e improdutivas que precisavam de ser alimentadas». Uma vez que o dinheiro pouco interessava aos camponeses, visto não haver o que comprar, a comida aparecia no mercado paralelo a preços que somente os criminosos, os ricos e as forças de ocupação podiam pagar. Entretanto o povo padecia de fome e doenças, sendo estas mais comuns em regiões onde o combate efectivamente acontecia, especialmente entre as famílias de base socioeconómica mais baixa[148].

Em 1945 um terço da população de Pireu, Grécia, foi acometido de conjuntivite, devido à aguda deficiência vitamínica. Em Berlim, durante um surto de disenteria ocorrido em Julho do mesmo ano, foram registadas 66 mortes em cada 100 crianças nascidas. Durante muitas semanas depois de terminada a guerra, no Verão de 1945, foram sérios os riscos, especialmente em Berlim, de doenças provocadas por corpos em decomposição. Por toda a Europa, crianças contraíam enfermidades resultantes da escassez, principalmente tuberculose e raquitismo, mas também pelagra, disenteria e impetigo. Poucos eram os recursos disponíveis, nomeadamente em termos de cuidados de saúde, crianças saudáveis pereciam em consequência da falta de leite e a maioria sofria de desnutrição crónica: em Viena, durante o Verão de 1945, a mortalidade infantil foi quase 4 vezes maior do que a registada em 1938, e mesmo nas

[146] JUDT, 2006: 19-21.
[147] KESTERNICH *et al.*, 2014: 9; JUDT, 2006: 21.
[148] KESTERNICH *et al.*, 2014: 10; JUDT, 2006: 21.

ruas relativamente prósperas de cidades do Oeste europeu as crianças passavam fome e a comida era rigidamente racionada[149].

O problema de alimentar, abrigar, vestir e cuidar dos civis europeus (e de milhões de prisioneiros de guerra das ex-potências do Eixo) foi agravado e aumentado pela escala sem precedentes da crise dos refugiados, um facto acompanhado de uma novidade: na II Guerra Mundial foi a política do Estado, não o conflito armado, que causou maiores danos. Estimava-se que, em Maio de 1945, 40 milhões e meio de pessoas estivessem «desenraizadas» na Europa, tendo o vocábulo «apátrida» surgido à época para definir aqueles que não tinham para onde regressar[150]. Entre 1939 e 1943, Hitler e Estaline «expatriaram, deslocaram, expulsaram, deportaram e dispersaram» milhões de pessoas, num processo que se reverteu com a retirada dos exércitos do Eixo. Na Alemanha e na Áustria, além dos milhões de soldados da Wehrmacht detidos pelos Aliados e de soldados aliados recém-libertados dos campos de prisioneiros alemães, havia muitos cidadãos não-germânicos que tinham lutado a favor dos alemães e também homens e mulheres recém-libertados que tinham sido recrutados pelos nazis para trabalhar na Alemanha e que por ali preferiram ficar depois da libertação[151].

As perdas de bens materiais estavam muitas vezes associadas à perseguição, resultando em movimentos demográficos severos das populações em três períodos principais: durante a guerra, a fuga de judeus e opositores do regime nazi; no fim da guerra, com as mudanças de fronteiras na Europa de Leste (a Alemanha perderia ¼ do seu território e somaria uma estimativa de 2 milhões de pessoas mortas quando tentavam fugir); depois da guerra, nos países de Leste, quando as economias socialistas nacionalizaram propriedades privadas, o mesmo tendo acontecido na França, no final da guerra, com colaboradores do regime nazi[152].

O exercício de reorganização étnica, até certo ponto voluntária, e de deslocação populacional sem precedentes (comunidades de origem alemã expulsas dos Sudetas, Hungria, Jugoslávia, Polónia, totalizando 13 milhões de refugiados, estabeleceram-se na Alemanha Ocidental) não suscitaria muita reprovação: era opinião comum que, se as minorias sobreviventes não podiam contar com uma protecção internacional eficaz, seria então melhor que se mudassem para locais mais favoráveis. Com poucas excepções, especialmente no Ocidente, a II Guerra Mundial ajudaria a resolver disputas fronteiriças antigas, reunindo grupos étnicos numa única entidade geográfica. O resultado foi uma Europa constituída por Estados-nação mais etnicamente homogéneos.

Em grande parte, o gerenciamento inicial de refugiados e deslocados de guerra — «o esforço de reuni-los, montar acampamentos e prover alimentação, roupas e atendimento médico» — foi levado a cabo pelos exércitos aliados que ocupavam a Alemanha, especialmente o exército dos EUA. Contudo, depois que o sistema de acampamentos foi instituído, a

[149] JUDT, 2006: 21-22.
[150] HOBSBAWM, 1995: 44.
[151] JUDT, 2006: 22-24.
[152] KESTERNICH *et al.*, 2014: 9.

«responsabilidade pelo bem-estar e pela repatriação ou reassentamento de milhões de deslocados de guerra» coube, cada vez mais, à ANUAR, fundada com o objectivo de prevenir prováveis necessidades que surgiriam aquando do final da guerra, desempenhando, entre Julho de 1945 e Junho de 1947, um papel vital na situação de emergência instalada[153].

Como já vimos, a distinção entre deslocados e refugiados foi estabelecida neste período, com notórias diferenças de tratamento relativamente a cidadãos de países aliados ou de antigos países inimigos, nomeadamente no que dizia respeito à repatriação dos refugiados. Devolver cidadãos franceses, belgas, holandeses, britânicos ou italianos aos países de origem era simples relativamente ao Leste europeu onde havia duas complicações: havia deslocados na Europa Oriental que na verdade não tinham uma nação para onde retornar, e muitos não queriam voltar, nomeadamente a países que estavam agora sob domínio comunista, sendo que estónios, letões e lituanos abrigados em acampamentos de deslocados de guerra nas zonas ocidentais da Alemanha e da Áustria tinham a opção de voltar ao Leste ou procurar novas pátrias no Ocidente porque os Aliados não reconheciam a anexação dos estados bálticos à URSS, imposta por Estaline durante a guerra. De forma contrastante, entre 1945 e 1946, as autoridades ocidentais preferiram ignorar esses sentimentos e forçar cidadãos soviéticos e de outras nações de Leste a voltar aos seus locais de origem, sendo que, até 1953, 5 milhões e meio de cidadãos soviéticos foram repatriados, tendo como destino a execução ou o Gulag. A repatriação forçada só seria suspensa em 1947, com o início da Guerra Fria e a «nova disposição de tratar os deslocados do bloco soviético como refugiados políticos» (os 50 mil cidadãos checos que ainda estavam na Alemanha e na Áustria aquando do golpe comunista em Praga, em 1948, adquiriram, imediatamente, o referido estatuto). Em 1951, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem garantiu-lhes, finalmente, o direito de não serem repatriados à força para locais onde seriam perseguidos[154].

Numa primeira fase, certos Estados da Europa Ocidental, com destaque para a França, a Bélgica e a Grã-Bretanha, carentes de mão-de-obra para a reconstrução económica, mostraram-se abertos à importação de determinadas categorias de apátridas, capazes de responder às necessidades do momento. Entretanto, de um modo geral, os refugiados não eram recebidos de braços abertos, «ninguém queria idosos, órfãos ou mães solteiras», e os judeus — principalmente qualificados em trabalhos não-manuais — não eram bem-vindos a leste nem a oeste pelo que, ironicamente, acabariam por permanecer na Alemanha. A dificuldade em recolocar a população judaica europeia só seria resolvida entre 1948 e 1951, com a criação do Estado de Israel. Outros partiriam para França, Grã-Bretanha, Austrália e Américas, onde se juntavam a deslocados e refugiados da II Guerra Mundial aos quais, entre 1947 e 1949, se somaria uma nova geração de refugiados políticos saídos dos países da Europa Central e Oriental.

---

[153] JUDT, 2006: 24-29; KESTERNICH *et al.*, 2014: 3-4.
[154] JUDT, 2006: 29-31.

Em finais de 1951, quando a ANUAR e a OIR foram substituídas pelo recém-criado ACNUR, restavam apenas 177 mil pessoas em acampamentos de deslocados de guerra na Europa, na sua maioria idosos e doentes, que ninguém queria receber. O último acampamento na Alemanha foi fechado, na Baviera, em 1957[155].

2.1.3. Crimes e Punições

Os deslocados e refugiados na Europa sobreviveram não apenas à guerra generalizada mas também a uma série de guerras civis, várias entre colaboracionistas e resistências, em muitos casos com a ocupação estrangeira que se seguiu a legitimar a busca de interesses políticos e o reforço de antagonismos que já existiam antes da guerra. A violência passou a fazer parte do quotidiano e, para a maioria dos europeus, «os direitos deixaram de existir numa ordem em que o governo era o principal predador». Consequentemente, o medo generalizado dava lugar a suspeitas e denúncias e estas a vantagens ilícitas. A partida de judeus, por exemplo, permitiu a ocupação de estabelecimentos comerciais e habitações que lhes pertenciam por parte de cidadãos «húngaros, polacos, checos, holandeses, franceses e de outras nacionalidades que assim se tornaram cúmplices do genocídio nazi como beneficiários»[156].

No pós-guerra, a expropriação das populações alemãs completaria a transformação iniciada com a remoção dos judeus. Depois da libertação, enquanto a oeste os Aliados dispunham de recursos para a reconstrução, na Europa Central prevalecia «o colapso total, económico, social e político», notando-se uma clara divisão no continente: «a leste do Elba aquilo que não estava inteiramente desacreditado estava irremediavelmente avariado», sendo que, contrastando com o que acontecia a ocidente, «aos antigos governantes dos países de Leste não restava mais do que decidir que nova forma política substituiria o passado irresgatável»[157].

Após a punição de indivíduos cujos crimes eram mais graves ou davam azo, a nível psicológico, a uma catarse colectiva, a maioria das pessoas que viviam em terras até então ocupadas não estava disposta a incriminar conterrâneos por crimes cuja responsabilidade era, segundo consenso geral, atribuída aos alemães. De tal forma que até a Áustria seria declarada oficialmente, nos termos da Declaração de Moscovo, acordo dos Aliados de 1943, «primeira vítima de Hitler» e merecendo por isso, terminada a guerra, tratamento diferente da Alemanha, visto que a localização geográfica estratégica da Áustria e a incerteza em relação ao futuro político da Europa Central sugeriam ser prudente separar o destino dos dois países. Uma decisão actualmente alvo de críticas de incoerência tendo em conta que: na Áustria o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães tinha contado com uma alta percentagem de membros, havendo ainda, no final da guerra, 536 mil nazis registados no país; 1 milhão e 200 mil austríacos tinham servido em unidades germânicas durante o conflito, sendo que a representação austríaca nas SS e na gestão dos campos de concentração tinha sido igualmente des-

[155] JUDT, 2006: 31-32.
[156] JUDT, 2006: 32-38.
[157] JUDT, 2006: 38-40.

proporcional; a vida pública e a alta cultura austríacas foram durante muito tempo representadas por simpatizantes nazis. Considerando as circunstâncias, a Áustria foi muito poupada: 135 mil austríacos foram investigados por crimes de guerra, dos quais apenas 23 mil foram a julgamento, 13.600 considerados culpados, 43 condenados à morte mas apenas 30 executados. Em 1946 as quatro potências aliadas envolvidas nas ocupações concordaram em, a partir de então, deixar a Áustria lidar com os seus próprios criminosos e com o processo de erradicação do nazismo. No ano seguinte, as autoridades austríacas aprovariam uma lei que distinguia entre nazis mais e menos incriminados: de entre os últimos 500 mil foram amnistiados no ano seguinte; dos primeiros 42 mil foram-no até 1956. Depois disso, os austríacos esqueceram o seu envolvimento com Hitler, uma vez que convinha a todos os partidos conseguir os votos de ex-nazis, principalmente no advento da Guerra Fria. Os mesmos princípios eram aplicáveis à Alemanha, mas ali a população local não era ouvida no que dizia respeito ao seu próprio destino. Na mesma Declaração de Moscovo, de 30 de Outubro de 1943, que isentava a Áustria de responsabilidade pela aliança com os nazis, os Aliados advertiam os alemães de que eles seriam responsabilizados por crimes de guerra. Numa série de julgamentos realizados entre 1945 e 1947, as forças de ocupação na Alemanha — EUA, Grã-Bretanha, França e União Soviética — processaram nazis e colaboracionistas por «crimes de guerra, crimes contra a humanidade, assassinato e outros delitos cometidos em defesa dos objectivos nazis». Ao todo, os Tribunais de Crimes de Guerra nas zonas ocidentais condenaram 5 mil pessoas, das quais quase 800 a pena de morte, sendo 486 executadas[158].

Definidos por alguns como «justiça do vencedor», a verdade é que os processos eram revestidos de hipocrisia. Se, por um lado, o facto de os soviéticos presidirem a julgamentos de crimes que os próprios haviam cometido deixava claro que «afinal os crimes em questão eram justificáveis e desculpáveis quando cometidos por líderes governamentais em determinadas circunstâncias»[159], por outro lado, o estabelecimento de uma culpa individual tão fortemente focada na liderança nazi fomentava no povo alemão, de modo geral, uma auto-imagem de «vítima passiva» a qual resultaria, poucos anos mais tarde — e quando os Aliados, no advento da Guerra Fria, abandonaram os esforços destinados à erradicação do nazismo —, na restituição de ex-colaboradores (alguns dos quais integrantes das SS ou Gestapo) a cargos de chefia ou de responsabilidade pública (incluindo corpo diplomático ou chefias de polícia) nas zonas de ocupação ocidentais. Na zona soviética a realidade não era muito diferente, centrando-se, contudo, as capturas e expropriações em «empresários, funcionários corruptos, professores e outros indivíduos responsáveis pela defesa dos interesses da classe social que supostamente apoiava Hitler», correspondente àquela que, politicamente, os soviéticos pretendiam combater com um comunismo localmente frágil[160].

---

[158] JUDT, 2006: 51-53.
[159] George Kennan *apud* JUDT, 2006: 54.
[160] JUDT, 2006: 54-60.

Na Áustria, nas eleições realizadas no fim de 1945, o Partido Comunista cometeu o erro de rejeitar o apoio crucial de nazis comuns e antigos membros do Partido, acabando com as perspectivas do comunismo na Áustria no pós-guerra. Contudo a lição seria aprendida em Berlim, onde o Partido Comunista Alemão (KPD) decidiu, então, oferecer assistência a milhões de ex-nazis. Mas não foi caso único: na Áustria ainda, as autoridades ocidentais favoreceram muitas vezes ex-fascistas aos quais cederam também permissão para trabalhar em jornalismo e outras actividades sensíveis, em nome de um recomeço que prudentemente silenciava o passado. Entretanto, também no Leste europeu, a promessa dos comunistas de propiciar um novo início revolucionário em países onde todos tinham algo a esquecer (actos cometidos pelos próprios ou contra eles cometidos) era a mais apelativa das suas premissas[161].

> *Esse descrédito em relação à memória recente, a busca por mitos de antifascismo que pudessem ser úteis — para a Alemanha dos antinazis, a França da Resistência ou a Polónia das vítimas — foi o legado invisível mais importante da 2.ª Guerra Mundial. Sem essa amnésia colectiva, a recuperação pós-guerra não teria sido viável*[162].

2.1.4. Guerra Fria

Quando, a 25 de Abril de 1945, os exércitos norte-americano e soviético se encontraram pela primeira vez, face a face, no final do segundo conflito mundial, nada indiciaria que a guerra havia sido vencida por uma coligação de sistemas incompatíveis, sendo que o êxito dessa vitória dependeria da concretização de objectivos compatíveis entre esses dois sistemas contrários, ambos com pretensões universais, assentes em princípios enraizados: enquanto a Revolução Americana reflectira uma profunda desconfiança da autoridade centralizada, defendendo que a liberdade e a justiça só poderiam ser alcançadas através da limitação do poder, a Revolução Bolchevique implicara a adopção dessa mesma autoridade como meio de derrotar os inimigos de classe e consolidar uma base para a revolução proletária que se espalharia pelo mundo inteiro, disseminando a igualdade[163].

A ideologia da União Soviética gozava de grande respeito na Europa, pois tinham sido os comunistas a liderar, em grande parte, a resistência contra os alemães. Além disso, era o único dos vencedores que, apesar de destroçado pela guerra, tinha saído dela com uma liderança reforçada (Roosevelt falecera pouco antes, Churchill seria afastado do poder pouco depois e a França era um caos político). Na União Soviética e no movimento comunista internacional, Estaline era temido mas também venerado. O custo, em sangue e em bens, da guerra, pensava, deveria determinar em grande parte o que caberia a cada um no final, sendo que a União Soviética ficaria, portanto, com a maior parte, reavendo os territórios perdidos para os alemães mas também conservando os previstos pelo Pacto de não-agressão estabele-

[161] JUDT, 2006: 59-62.
[162] JUDT, 2006: 61.
[163] GADDIS, 2007: 17-20.

cido com Hitler antes do início do conflito (partes da Polónia, Finlândia, Roménia e todos os Estados Bálticos), e exigindo que os Estados além dessas fronteiras alargadas permanecessem dentro da esfera de influência de Moscovo[164]. A divisão da Alemanha, porém, seria mais baseada na posição dos exércitos de ocupação aquando da sua rendição do que propriamente nos acordos que a antecederam, votando a premissa do sangue derramado ao fracasso[165]. Segundo os planos de Estaline, a Alemanha seria ainda punida através da ocupação militar, a expropriação de bens, reparações de guerra e conversão ideológica. Para tal, Estaline precisava de paz, ajuda económica e anuência diplomática dos seus antigos aliados, pelo que continuaria a cooperar com americanos e ingleses, enquanto esperava que os capitalistas entrassem em confronto entre si e que os europeus, desiludidos, adoptassem o comunismo como alternativa. A sua visão incluía, portanto, o domínio da Europa de forma «pacífica mas historicamente determinada». Os norte-americanos, por outro lado, viviam divididos entre garantir a própria segurança e servir de modelo para o mundo, mantendo-se isolados dele. Pretendendo uma influência mundial no domínio das ideias, defendiam que «todos os homens nascem iguais», apoiando a liberdade de todos mas defendendo apenas a dos seus. Pearl Harbor acabaria por conduzi-los a uma guerra em que Roosevelt entrou com quatro grandes prioridades: manter os Aliados, assegurar a sua cooperação para definir a ordem do pós-guerra e garantir que esta implicasse uma nova organização de segurança colectiva com poder para dissuadir e se necessário punir a agressão, assim como um sistema económico mundial revigorado para impedir a depressão. A estas somava-se a necessidade de vender ao povo americano a ideia já defendida por Woodrow Wilson de que a segurança dos EUA podia ser ameaçada pelo que acontecia do outro lado do mundo e que precisavam de criar um que fosse «seguro para a democracia»[166].

A coligação — que contava também com britânicos e franceses, mais preocupados em sobreviver a todo o custo, mas procurando influenciar ao máximo as condições do pós-guerra em benefício próprio — tinha sido, desde o início, tanto um meio de cooperação para derrotar o Eixo como um instrumento usado pelos vencedores para conseguir o máximo de influência no mundo que se lhe seguiria, tentando conciliar objectivos políticos divergentes enquanto perseguiam uma tarefa militar comum. Foi nesse sentido que americanos e britânicos decidiram não recusar os pedidos de Estaline relativamente a territórios e se comprometeram com a criação de uma segunda frente (ainda que «apenas no último instante, quando pudessem facilmente influenciar o resultado da guerra, assegurando por completo os seus interesses»), por forma a garantir a participação de ambos na capitulação e ocupação da Alemanha[167]. Assim, em 1944, seria acordada entre Estaline e Churchill uma influência partilhada na Jugoslávia e na Hungria, e predominantemente russa na Bulgária (75%) e Roménia (90%), em troca do

[164] GADDIS, 2007: 21-23.
[165] JUDT, 2006: 104.
[166] GADDIS, 2007: 23-27.
[167] GADDIS, 2007: 27-29.

predomínio britânico na Grécia (90%), sendo que as percentagens estabelecidas não seriam mais do que «mera formalidade». O mesmo seria aplicável à Conferência de Ialta, realizada em Fevereiro de 1945, em que os Aliados ocidentais «venderam» a Polónia e outros Estados situados entre a Rússia e a Alemanha[168].

A divisão da Europa em zonas de influência deixaria poucas oportunidades aos europeus para decidirem o seu futuro, tendo previamente criado a Roosevelt — que explicara a guerra aos americanos como uma luta pela autodeterminação — a necessidade de conciliar a sua proposta com o avanço do Exército Vermelho para ocidente, instalando regimes subservientes em quase toda a Europa de Leste. Ao contrário daquela, nunca houve dúvidas de que a Alemanha seria alvo de ocupação conjunta, no entanto, a forma como se efectivou — apenas ⅓ da população alemã e uma percentagem ainda mais pequena das suas indústrias para os soviéticos — deixou os russos com a sensação de terem sido enganados. O recurso à bomba atómica, em Agosto de 1945, e consequente ocupação do Japão por parte dos americanos seria um motivo mais para alimentar tal desconfiança[169].

A derrota dos inimigos comuns e a redução dos incentivos para que os antigos Aliados dominassem as suas ansiedades faria com que cada crise que surgisse alimentasse a seguinte e que, consequentemente, a Europa dividida se tornasse uma realidade. As circunstâncias no continente, nomeadamente as reunidas no ano de 1947, fariam dele um terreno fértil ao proliferar dessa mesma divisão.

2.1.5. 1947-1958: do caos à recuperação

Absorvidos pelos trabalhos de reconstrução e implantação de uma infra-estrutura institucional que permitisse uma recuperação duradoura, os europeus veriam, em 1947, a sensação de alívio pela paz dar lugar a uma desilusão crescente. Quase dois anos após o final da guerra, o problema fundamental de fornecimento de alimentos ainda não fora resolvido e, à excepção da Suíça e da Suécia, a escassez de alimentos era ainda geral. Não fossem os mantimentos da ANUAR, armazenados durante a Primavera de 1946, austríacos, italianos e franceses teriam passado fome nos 12 meses seguintes. Além de não poder contar com os celeiros da Europa Oriental, onde também faltava comida, a Europa Ocidental viveu uma situação catastrófica quando chegou aquele que seria o pior Inverno desde 1880: a incipiente recuperação parou, o carvão além de escasso não tinha como ser transportado, e a produção industrial sofreu uma brusca queda. De seguida viria um dos Verões mais quentes e secos jamais registados, trazendo consigo inundações (pelo derretimento das neves), a queda da produção agrícola em cerca de um terço e a necessidade de importação de géneros alimentícios (e não só) dos EUA e possessões britânicas[170].

---

[168] JUDT, 2006: 102.
[169] GADDIS, 2007: 29-38.
[170] JUDT, 2006: 86-87.

Na Primavera de 1947 a Europa estava à beira do abismo. O desaparecimento da Alemanha — onde não havia moeda corrente e o mercado negro prosperava — da economia do continente ajudava a fortalecer o desespero dos europeus e o apelo do comunismo como alternativa ao risco de anarquia. Na Alemanha Ocidental, as autoridades aliadas temiam que o neonazismo ou os soviéticos pudessem tirar vantagem da nostalgia pelos dias melhores do nazismo — somada à reacção contra os programas de *desnazificação*, à escassez de alimentos e à prática generalizada de contravenções — e fazê-la sucumbir à guerra civil, ao fascismo ou ao comunismo.

Quando, a 12 de Março de 1947, Harry S. Truman pediu ao Congresso Americano 400 milhões de dólares para auxílio à Grécia e à vizinha Turquia, daria o primeiro passo naquela que seria conhecida como Doutrina Truman, a qual orientaria as acções norte-americanas face à ameaça omnipresente do comunismo soviético, definindo, em boa medida, o futuro da Europa e do mundo a partir de então. A «doutrina» determinava que, a partir daquele momento, era «política dos Estados Unidos da América apoiar os povos livres que resistem a tentativas de subjugação por minorias armadas ou pressão externa», para eliminar a «miséria» e a «vontade», definidas como «as sementes do totalitarismo»[171]. A Grécia, ocupada pelos nazis durante a guerra, vira desenvolver-se no seu seio dois grupos de resistência, um monárquico e outro comunista, o qual, após a libertação, recusaria unir-se ao novo governo, rebelando-se contra a Monarquia. A rebelião seria abafada por forças britânicas que, no entanto, não se sentiram em condições para suportar, militar e financeiramente, nova acção contra-revolucionária quando, em 1946, um novo levantamento comunista voltou a irromper em território grego. Suspeitando (erroneamente) de apoio soviético aos rebeldes, o governo dos EUA concluiria que, sendo os únicos que podiam ajudar (economicamente) a Grécia, e temendo que esta crise fosse só «o princípio», devia assumir-se como «líder do mundo livre» e ajudar a «fortalecer a Europa»[172].

A ideia já vinha a ganhar forma desde que George F. Kennan, diplomata norte-americano e especialista em assuntos da Rússia, analisando as intenções de Moscovo num telegrama que causaria muita discussão, no mesmo ano de 1946, concluiu que seria necessária uma «contenção paciente mas firme e vigilante, a longo prazo, das tendências expansionistas russas», apresentando uma lista das várias razões que poderiam levar a Europa a sucumbir: a existência de «muitos sobreviventes sem tecto, famintos e sem emprego» e de uma inflação que «rouba os salários a quem trabalha»; o facto de os agricultores sofrerem com a seca e de as cidades não terem ainda condições para comprar os seus produtos pois «fábricas, caminhos-de-ferro, pontes, centrais eléctricas e sistemas de água» estavam «danificados ou destruídos»; a interrupção do comércio e a não existência de capital para a reconstrução[173].

Quando, a 28 de Abril de 1947, George C. Marshall regressou de um encontro em Moscovo com os ministros dos negócios estrangeiros aliados, decepcionado com a indisposição

[171] GADDIS, 2007: 41.
[172] CONSTITUTIONAL RIGHTS FOUNDATION, [s.d.].
[173] CONSTITUTIONAL RIGHTS FOUNDATION, [s.d.]: 2.

soviética em colaborar com a reabilitação alemã, e abalado pelas condições económicas e psicológicas da Europa Ocidental, estava convencido de que era preciso tomar medidas drásticas, afirmando a «importância de encontrar alguma iniciativa que impedisse o controlo total da Europa Ocidental»[174]. Esta convicção resultaria em conversações para um Programa de Recuperação Europeia (PRE), o qual sucederia aos biliões de dólares em auxílios e empréstimos que os EUA já haviam despendido com a Europa desde o final da guerra e que se haviam revelado um fracassado meio de tapar buracos (principalmente na Grã-Bretanha e em França). O novo auxílio deveria estender-se durante alguns anos, tratando-se de um programa estratégico de recuperação e crescimento e não de um mero fundo de emergência[175].

Kennan e Marshall convenceriam Truman, que já havia então anunciado o programa de ajuda económica e militar à Grécia e à Turquia, da necessidade de um programa de auxílio massivo para toda a Europa[176]. Este programa de recuperação, anunciado em Junho de 1947, seria proposto aos europeus enquanto «esforço colectivo das nações europeias para planear a reconstrução da Europa», sendo que os EUA forneceriam «ajuda amigável» para desenhar o plano e os fundos necessários para o fazer funcionar, não contra algum país mas sim «contra a fome, a pobreza, o desespero e o caos»[177]. Internamente, a verbalização dos pressupostos era ligeiramente diferente: essenciais para a sua aprovação foram as ideias de que a ameaça mais séria aos interesses ocidentais na Europa não era a possibilidade de uma intervenção militar soviética mas o perigo de que a fome, a pobreza e o desespero pudessem levar os europeus a eleger para o governo os seus próprios comunistas e que a ajuda económica americana produziria benefícios psicológicos imediatos e bens materiais que inverteriam essa tendência[178].

Em Julho de 1947 seriam 16 as nações europeias a participar nas conversações para definir a distribuição da ajuda: Grã-Bretanha, Irlanda, Islândia, França, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Noruega, Suécia, Suíça, Luxemburgo, Itália, Grécia, Turquia, Áustria e Portugal. Como previsto pelos norte-americanos, nenhum futuro país comunista participaria do Programa, apesar de a oferta ter sido apresentada a todos e do inicial interesse manifestado por Polónia, Checoslováquia, Hungria, Bulgária e Albânia[179]. A União Soviética, considerando-o um esquema para dominar economicamente a Europa, não aceitaria a ajuda nem o permitiria aos seus Estados satélites, prejudicando assim a sua relação com aqueles. Num telegrama também marcante, desta feita de Washington a Moscovo, Nikolai Navikov tinha já resumido a perspectiva soviética relativamente à questão: «a política externa dos EUA reflecte as tendências imperialistas do capitalismo monopolista americano [e] caracteriza-se por uma luta pela hegemonia mundial»[180].

---

[174] GADDIS, 2007: 41.
[175] JUDT, 2006: 87-90.
[176] GADDIS, 2007: 42.
[177] CONSTITUTIONAL RIGHTS FOUNDATION, [s.d.]: 2-3.
[178] GADDIS, 2007: 42.
[179] JUDT, 2006: 91-92.
[180] GADDIS, 2007: 40-42.

Marshall insistia no estabelecimento de uma economia industrializada, condições de vida razoáveis e diminuição de barreiras comerciais no Ocidente, bem como na participação da Alemanha no Programa (contrariando as dúvidas francesas), como necessária à recuperação da Europa Ocidental[181]. A necessidade de oferecer à Alemanha a perspectiva de um futuro melhor — como ponto essencial para garantir que a humilhação, ressentimento e vulnerabilidade do pós-I Guerra não se repetiriam — era também premissa subjacente ao discurso de Marshall[182]. O Congresso aceitá-lo-ia, um ano após as conversações iniciais, como ajuda humanitária à Europa, meio de prevenção de nova depressão económica — fazendo do velho continente, de novo, mercado dos produtos agrícolas e industriais americanos — e, mais importante, como barreira económica à expansão soviética. O *Economic Cooperation Act*, de 1948, seria aprovado, precisamente, após a tomada soviética do governo da Checoslováquia, a que se seguiu, no imediato, uma parcela extra de «ajuda de emergência» à França, Itália e Áustria, países com partidos comunistas activos à época. Os propósitos publicitados eram «garantir a liberdade individual, instituições livres e independência genuína», e a restauração de «prósperas condições económicas»[183].

Entre 1948 e 1951, o chamado Plano Marshall tentou implementar várias estratégias económicas e reformas no sentido de: responder à necessidade de comida, medicação e habitação dos europeus; aumentar a produção industrial e agrícola, reconstruindo infra-estruturas; combater a inflação e estabelecer estabilidade financeira; e criar um mercado comum livre de barreiras nacionais ao comércio (o qual só prosperaria como tal mais tarde). Algum auxílio chegaria na forma de ajuda técnica mas a maioria, partilhada pelos 16 países participantes, em dinheiro (doações ou empréstimos)[184].

Chegados a 1952, quando a Ajuda Marshall chegou ao fim, os EUA tinham gasto cerca de 13 biliões de dólares que ajudaram a produção industrial europeia a crescer 40% relativamente ao período anterior à guerra, o comércio e as exportações a desenvolver-se, o mercado de trabalho a estabilizar, o nível de vida a aumentar e os partidos comunistas a perder influência. Mais uma vez, Reino Unido e a França tinham sido receptores das quantias mais elevadas, mas o impacto relativo terá sido maior em países como a Itália e outros beneficiários em menor escala: na Áustria, por exemplo, durante o primeiro ano do PRE, de Julho de 1948 a Junho de 1949, 14% da receita nacional veio do Plano Marshall. A Europa Ocidental recuperaria, com um programa que foi económico mas que evitou uma crise política, e a convocação de Marshall obrigaria os Estados europeus, mutuamente desconfiados, a coordenar respostas em conjunto. Na Áustria, os comunistas locais — apoiados pelas forças soviéticas que ocuparam a região leste do país até 1955 — jamais conseguiram abalar a popularidade dos norte-

[181] CONSTITUTIONAL RIGHTS FOUNDATION, [s.d.]: 3.
[182] JUDT, 2006: 106.
[183] CONSTITUTIONAL RIGHTS FOUNDATION, [s.d.]: 3.
[184] CONSTITUTIONAL RIGHTS FOUNDATION, [s.d.]: 4.

-americanos e da ajuda dos EUA: eles alimentavam o povo e isso era o mais importante[185]. Para além disso, a brutalidade com que o Exército Vermelho ocupou e a unilateralidade com que conduziu os assuntos na Alemanha e Europa de Leste (que levaria os próprios alemães a concordar, ainda que relutantemente, com a divisão definitiva do país) contribuiriam também em grande medida para a falta de legitimidade do regime soviético face à que o seu equivalente no Ocidente depressa conquistaria[186].

Quando, em Fevereiro de 1948, quase meio ano após a criação do Cominform — agência de informação comunista, sucessora da Internacional Comunista —, Estaline aprovou um plano dos comunistas checoslovacos para tomar o poder no único Estado da Europa de Leste que conservava um governo democrático, as esperanças de qualquer tipo de independência na sua esfera de influência pareciam mortas, o que, juntamente com o bloqueio de Berlim e a improvisada ponte aérea que se lhe seguiu, alguns meses mais tarde, conquistaria a gratidão dos berlinenses e o respeito da maioria dos alemães para com os Aliados, e representaria um êxito de relações públicas internacionais para o lado oeste, fazendo Estaline parecer «não só um selvagem mas também incompetente» aos olhos da opinião pública[187]. Os dois episódios serviriam também para convencer, definitivamente, os Aliados ocidentais quanto à instalação de um Estado alemão ocidental, dando início, na Europa, à Guerra Fria[188].

Ademais, os acontecimentos de Praga juntamente com o bloqueio de Berlim convenceram os beneficiários europeus da ajuda económica americana de que também precisavam de protecção militar, o que os levou a solicitar a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO — *North Atlantic Treaty Organization*), a qual obrigava os EUA, pela primeira vez na sua história, à defesa da Europa Ocidental em tempo de paz. Quando Estaline, relutantemente, levantou o bloqueio a Berlim, em Maio de 1949, já o Tratado tinha sido assinado em Washington e a República Federal Alemã (RFA) proclamada em Bona, outro desfecho que não desejara. Contudo, nos anos 1949 e 1950, o Ocidente assistiria a uma série de aparentes reveses: por um lado, semanas após o levantamento do bloqueio a Berlim, a União Soviética conseguia a sua própria bomba atómica — o que lançaria as bases para uma escalada bélica sem precedentes e daria azo a grandes escândalos de espionagem nos EUA e Reino Unido; por outro, a expansão da Guerra Fria à Ásia Oriental, com a proclamação da República Popular da China, em Outubro de 1949 — por um devoto marxista-leninista, Mao Tsé-Tung —, o Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviético que se lhe seguiu, e a invasão da Coreia do Sul pela Coreia do Norte, aprovada por Estaline[189].

Numa altura em que o medo se tornara omnipresente «numa ordem internacional do pós-guerra na qual fora depositada tanta esperança», os EUA saíram em defesa da Coreia do Sul

---

[185] JUDT, 2006: 96-97.
[186] GADDIS, 2007: 34.
[187] GADDIS, 2007: 43-44.
[188] JUDT, 2006: 125-126.
[189] GADDIS, 2007: 44-52.

sob a autoridade das Nações Unidas, numa atitude encarada pelos próprios como de extrema importância do ponto de vista da Europa, onde se temia que aquela fosse apenas uma primeira jogada de uma ofensiva global soviética. Se não tivessem intervindo na Coreia, acreditavam, e dado o clima de incerteza e medo vivido no Ocidente, «os europeus poderiam concluir que não podiam confiar nos americanos e que os russos podiam ir onde quisessem sem dizermos nada»[190]. Quando, dois anos depois, em Julho de 1953, se chegou finalmente a um acordo sobre um armistício, a guerra devastara a península coreana sem que houvesse uma vitória clara, sendo seu único resultado decisivo o precedente criado: poderia haver um conflito sangrento e demorado entre nações com armas nucleares sem que nenhuma as usasse, uma conclusão especialmente tranquilizante numa altura em que era pensamento generalizado que qualquer recurso à força, em tais circunstâncias, poderia destruir aquilo que se destinava a defender[191].

Entretanto, os EUA tinham proposto à URSS a adesão a novas organizações internacionais: Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, as quais, juntamente com a ONU, tinham o objectivo de diminuir a possibilidade de depressões, combinando a liberalização económica com a segurança colectiva. Estaline ficaria contente por ver a União Soviética enquanto membro fundador das Nações Unidas, mas encararia os outros dois organismos como instrumentos para salvar o capitalismo, não os adoptando. Tal atitude deixaria os norte-americanos perplexos e justificaria o envio do longo telegrama de Kennan a Washington, esclarecendo a sua explicação para o comportamento de Estaline e indicando, pela primeira vez de forma clara, que os EUA admitiam um confronto[192].

Simultaneamente, Estaline garantia a segurança da sua pessoa e do regime que representava através de purgas que, entre 1949 e 1953, afectariam cerca de um milhão de comunistas da Europa de Leste: incapaz de competir com a ajuda económica americana na Europa, a União Soviética respondera reprimindo as zonas do continente que podia controlar. Os homens que sucederam a Estaline esforçar-se-iam, no entanto, por libertar o marxismo-leninismo da herança do estalinismo: Lavrentiy Beria, que assumiu o controlo da URSS após a sua morte, mostrar-se-ia, em Maio de 1953, disposto a aceitar um Estado alemão unificado e capitalista em troca da sua neutralidade. No ano anterior, Estaline havia-se mostrado disposto a abdicar do regime comunista instalado na República Democrática Alemã (RDA) para impedir a integração da RFA na NATO, propondo a reunificação em troca da neutralidade. Porém, a ideia, consideravelmente menos radical, não fora aceite. Agora, a tentativa propulsionaria o eclodir de tumultos proletários em Berlim Leste, os quais seriam esmagados pelas tropas soviéticas. Beria seria condenado à morte enquanto «agente do imperialismo norte-americano» e substituído por Nikita Khrushchev que, por sua vez, em Fevereiro de 1956, escandalizaria os delegados do Congresso comunista ao condenar os crimes de Estaline. A sua intenção era preservar o comunismo, depois de ter concluído que já não bastava ter a História do seu lado: precisava

[190] ASSOCIATION FOR DIPLOMATIC STUDIES & TRAINING, 2016.
[191] GADDIS, 2007: 54-63.
[192] JUDT, 2006: 108.

também do povo. O Partido Comunista polaco levaria as lições a sério e começaria a libertar presos políticos, o que conduziria, à semelhança do que acontecera na Alemanha de Leste, ao eclodir de novos tumultos. No entanto, ao colocarem um ex-condenado pelas purgas no poder, os polacos conseguiriam obrigar Khrushchev a aceitar o «rosto humano» dado ao socialismo, como o próprio sugerira[193]. A Polónia, cuja «estabilidade e confiabilidade» era vista como essencial pela URSS — pelo seu potencial como escudo face a uma agressão alemã ou ocidental —, seria ainda agraciada com tolerância face à classe agrícola independente, impensável em outros países do «bloco», e à Igreja Católica, publicamente activa no país. Além dos julgamentos por traição, no pós-guerra, ou de políticos anticomunistas, mais tarde, os tribunais seriam também usados pelos regimes comunistas da Europa de Leste para punir e fechar igrejas em países como a Roménia, a Checoslováquia ou a Hungria, onde religiosos eram condenados às centenas, pelas mais variadas razões. Na Hungria, entre 1948 e 1953, cerca de um milhão de pessoas terão sido perseguidas, presas ou deportadas, sendo que uma em cada três famílias húngaras foi directamente afectada[194].

Em Julho de 1956, esperando mais distúrbios, o novo líder soviético decidiu afastar do poder o estalinista húngaro Matyas Rakosi, acabando por provocar mais pedidos de concessões e, no final de Outubro, inspirados pelo exemplo polaco, os húngaros prepararam uma sublevação em grande escala, não só contra os dirigentes comunistas mas contra a própria União Soviética. Os combates sangrentos nas ruas de Budapeste levariam o Exército Vermelho a retirar-se durante alguns dias em que pareceu que a Hungria poderia ser autorizada a sair do Pacto de Varsóvia (aliança militar criada pelos russos no ano anterior como contrapeso à NATO), mas, perante a insistência de Mao Tsé-Tung, Khrushchev mandaria as tropas regressar à Hungria e esmagar a revolta: 1.500 soldados soviéticos e 20 mil húngaros foram mortos, e Imre Nagy, primeiro-ministro, que chefiara o regime rebelde, foi executado. Centenas de milhares de húngaros que haviam sobrevivido tentaram desesperadamente fugir para o Ocidente, testemunhas da grande lição húngara, verbalizada pelo líder soviético: «ser comunista é indissociável de ser estalinista», o que, à época, parecia significar «opressão» em lugar de «revolução», reduzindo a decepção as expectativas renovadas pela «destalinização»[195].

No final daquele ano, ultrapassava também o milhão o número daqueles que abandonaram a Alemanha de Leste em busca não só de liberdade política mas também de melhores condições económicas, sendo estes desproporcionalmente bem instruídos e qualificados. Desde 1949 a população da RDA passara de 19 para 17 milhões, o que representava uma grave crise para o comunismo soviético e culminaria na construção de um muro dividindo Berlim, em 1961. Entretanto, do outro lado, o «capitalismo reformado» vivia a sua «idade de ouro», com a produção industrial a quase quadruplicar e o desemprego na Europa Ocidental a quase

[193] GADDIS, 2007: 103-113.
[194] JUDT, 2006: 172-178, 192.
[195] GADDIS, 2007: 113-117.

desaparecer, entre o início dos anos 50 e o início dos anos 70[196]. Nesta época, e visto que «a maioria dos partidos e periódicos de tendência fascista ou ultraconservadora estava proscrita» (excepção feita à Península Ibérica) e que a maioria das pessoas não queria sequer lembrar-se do apoio recebido pela extrema-direita no período entre guerras, as expressões públicas de aliança política restringiam-se ao centro e esquerda, e as afiliações ideológicas extremavam-se entre anticomunistas e antifascistas[197].

Mesmo parecendo que o poder gravitava entre Moscovo e Washington, as duas superpotências foram tendo cada vez mais dificuldades em dominar as potências mais pequenas, principalmente em consequência do declínio e desaparecimento do colonialismo europeu, cujas justificações, já abaladas pela revolução bolchevique e os Catorze Pontos de W. Wilson, se tinham esgotado definitivamente com a II Guerra Mundial, uma vez que um continente devastado não poderia continuar indefinidamente a governar a maior parte do mundo. Ainda que não pudessem desligar-se dos Aliados britânicos, franceses, holandeses e portugueses, os americanos não estavam dispostos a defender o colonialismo europeu, o mesmo sendo válido para a União Soviética, cujos interesses em termos de influência se centravam no velho continente. Entretanto, com a internacionalização da Guerra Fria, o movimento daqueles que não queriam pertencer a nenhum dos lados em conflito ganharia força enquanto *não-alinhamento*. O processo, liderado pela Jugoslávia de Tito, contaria também com Nehru da Índia e Chu En-Lai da China que, em conjunto, convocariam, em Abril de 1955, a primeira conferência de nações não-alinhadas em Bandung, Indonésia. O seu objectivo era «fomentar a autonomia instando à neutralidade». Entre os convidados estava o coronel Abdel Nasser, do Egipto, que convenceria os EUA a financiar a construção da barragem de Assuão, no Nilo, enquanto comprava armas à Checoslováquia, duas decisões que provocariam a primeira grande crise do Médio Oriente, durante a Guerra Fria. Esta conduziria a uma invasão anglo-franco-israelita, em Outubro de 1956, precisamente no auge da crise na Polónia e na Hungria, quase desfazendo a aliança da NATO pois Eisenhower ficaria furioso com a atitude dos Aliados, anunciando, em Janeiro de 1957, a «Doutrina Eisenhower», que comprometia os EUA a colaborar com os países daquela região para a manter livre do comunismo. Em Julho de 1958, os EUA fariam um último esforço para conter o nacionalismo árabe, com um desembarque de fuzileiros navais no Líbano, após o derrube de um governo pró-ocidental no Iraque. Os resultados não seriam os esperados e os americanos convencer-se-iam de que apoiar o nacionalismo árabe poderia não ser má ideia[198].

Nasser demonstraria que ser uma potência na Guerra Fria nem sempre era sinónimo de conseguir aquilo que se queria, sendo um precedente numa lista de «Aliados» que começaram a ganhar poder ao alimentar, por exemplo, receios de que os seus regimes cairiam se os protectores não lhes garantissem o apoio desejado. São exemplos a Coreia e a Alemanha divididas, com cada um dos lados a pressionar uma das potências, e a China — no caso soviético — ou a

[196] GADDIS, 2007: 121-124.
[197] JUDT, 2006: 197-198.
[198] GADDIS, 1997: 175-182.

França — no caso norte-americano. A V República, estabelecida em França em 1958, daria, de facto, a De Gaulle todo o poder de que precisava, levando-o, tal como a Mao, a procurar recuperar a auto-estima nacional provocando os grandes. Tais atitudes, apesar dos incómodos causados às duas grandes potências, eram a prova, no entanto, que o Tratado do Atlântico Norte de 1949 e o Tratado Sino-Soviético de 1950, alianças que tinham por objectivo reanimar as potências mais pequenas, tinham atingido os seus fins[199].

Um sinal desta revitalização — e também da mudança de direcção dos esforços das ex-potências coloniais em favor da Europa — seria o investimento no projecto europeu que levaria, em 1952, à entrada em vigor da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e, a 1 de Janeiro de 1958, da Comunidade Económica Europeia (CEE), que, no entanto, resultava de «uma situação de fraqueza e não de força», dependendo totalmente da segurança propiciada pelos EUA[200].

2.2. A ÁUSTRIA DEPOIS DA GUERRA

Quando, em 1918, o Império Habsburgo colapsou, no final da Primeira Guerra Mundial, um dos novos Estados estabelecidos, unindo as partes do império em que se falava Alemão, foi a Áustria, com um regime republicano. Seguir-se-iam, em 1934, duas curtas mas cruéis guerras civis, uma entre o movimento trabalhista e o governo autoritário católico, apoiado por organizações fascistas (em Fevereiro), e outra seguida de um golpe de Estado nazi, contra esse mesmo governo (em Julho). Nos anos seguintes, o partido nazi austríaco, clandestino, faria parte das tentativas de Hitler para forçar o governo de Viena a concordar com a união com a Alemanha nazi. Em Março de 1938, depois de um ultimato do governo alemão, o ditador austríaco — Kurt Schuschnigg, chefe do regime autoritário clericalista em que o partido cristão social, católico, monopolizava o poder — resignou e entregou o poder aos nazis austríacos, seguindo-se a ocupação do país por tropas alemãs. Hitler seria entusiasticamente aclamado nas ruas de Linz e Viena, e a Áustria tornou-se parte da Grande Alemanha, sendo o seu exército incorporado no alemão[201].

Como escreveu Tony Judt,

> *Nos primeiros anos do século XX, Viena era a Europa: o centro fértil, nervoso e autocomplacente de uma cultura e civilização às vésperas do apocalipse. Entre as duas guerras, reduzida da condição de gloriosa metrópole imperial à de capital empobrecida de um rebotalho de Estado, Viena decaíra de modo constante, acabando por se tornar num posto avançado do império nazi, ao qual a maioria dos vienenses jurou fervorosa lealdade. Depois que a Alemanha foi derrotada, a Áustria viu-se do lado ocidental e foi agraciada com o estatuto de «primeira vítima» de Hitler. Esse golpe de sorte, duplamente imerecido, permitiu a Viena exorcizar o passado*[202].

---

[199] GADDIS, 2007: 128-149.
[200] JUDT, 2006: 302-304.
[201] KESTERNICH *et al.*, 2014: 1.
[202] JUDT, 2006: 2.

A 25 de Abril de 1945, depois da derrota da Alemanha na II Guerra Mundial, a Áustria foi reconhecida pelos Aliados como Estado independente, e foi estabelecida a II República Austríaca. A parte leste do país foi libertada e ocupada pelo exército soviético, entre 29 de Março e 13 de Abril (final da batalha de Viena), a restante por franceses (chegados a 29 de Abril), britânicos e norte-americanos (a 8 de Maio). Já em Outubro de 1943 os Aliados (Reino Unido, EUA e URSS) tinham começado a coordenar planos para o pós-guerra. Para a Áustria, os ministros dos negócios estrangeiros acordaram na chamada *Declaração de Moscovo*: a Áustria tinha sido a primeira vítima da política externa agressiva da Alemanha nazi, encarando a «anexação imposta à Áustria, pela penetração alemã de 15 de Março de 1938, como nula e vazia» e pedindo o restabelecimento de uma Áustria livre e independente, depois da vitória contra a Alemanha nazi. O estabelecimento de zonas de ocupação foi atribuído à recém-criada Comissão Consultiva Europeia (EAC), e o seu propósito formulado no Acordo sobre Mecanismos de Controlo na Áustria: garantir a separação da Áustria relativamente à Alemanha, assegurar o estabelecimento de um mecanismo administrativo central austríaco para preparar eleições livres, e administrar provisoriamente a Áustria. As primeiras propostas de divisão foram submetidas à EAC em Janeiro de 1944, sendo que um ano mais tarde a França se juntaria às discussões apresentando a sua proposta para uma zona (acabando por ficar com o Tirol, inicialmente atribuído aos EUA). O acordo chegaria a 9 de Julho, 3 meses após a libertação aliada, e a ele se seguiriam trocas que o alterariam substancialmente, ficando registadas num sumário publicado pelos 4 poderes de ocupação em Agosto de 1945: o Noroeste pertenceria à URSS, o Nordeste aos EUA, à França caberia o Sudoeste e ao Reino Unido a zona sudeste. Viena seria igualmente subdividida mas a jurisdição seria administrada em conjunto pela Autoridade de Controlo Aliado[203].

Viena seria então controlada por uma unidade de polícia aliada comum, informalmente conhecida como *4 in the Jeep*, permanecendo unida apesar da divisão administrativa em quatro zonas. Também para o país, ao contrário do que acontecia na Alemanha, existia um governo unificado, inicialmente apenas reconhecido pelos soviéticos, mas mais tarde (em Outubro) também pelas forças ocidentais. Duas semanas após a libertação de Viena pelo exército soviético, representantes de tendências antifascistas e democráticas na Áustria tinham formado um governo provisório, com elementos dos partidos Popular (conservador), Socialista e Comunista, sendo o mesmo sistema tripartido instalado em diversas cidades e vilas austríacas, facto que ajudaria a manter a unidade do país mesmo durante o período de Guerra Fria[204].

2.2.1. Destruição generalizada

Depois da guerra, algumas cidades e a maioria das indústrias austríacas estavam destruídas, as infra-estruturas (transportes, energia, água) inoperáveis, havia necessidade de criar de raiz estruturas políticas de administração democrática, problemas com as administrações alia-

[203] KÖNIG *et al.*, 2016: 5-6.
[204] GARSCHA, 1997: 2.

das — nomeadamente, nas primeiras semanas, com os soldados soviéticos — e, por todo o país, falta de comida. O número de pessoas a morrer de fome era, no entanto, relativamente baixo — mesmo nos piores meses de 45 — mas a resistência destas seria severamente reduzida pela subnutrição persistente, que resultaria numa maior susceptibilidade a doenças e, consequentemente, num crescimento da mortalidade[205].

Em 1945, 270 mil pessoas tinham sido vítimas de bombardeamentos, e metade do espaço habitável na Áustria destruído. No imediato pós-guerra a população estava, portanto, principalmente preocupada com necessidades primárias, nomeadamente a falta de alimentos, sendo que em Salzburgo havia um défice médio de quase 7kg entre trabalhadores, tendo este aumentado para quase 9kg, no ano seguinte. Já durante a guerra o fornecimento tinha vindo a piorar, na generalidade: as calorias consumidas rondavam as 1.400-1.600 para consumidores normais, quando o mínimo necessário era de 2.000. Terminado o conflito, a situação, já preocupante, piorara dramaticamente com o caos instalado: os armazéns eram saqueados e aqueles que não podiam comprar ou conseguir algo dos roubos ou do mercado negro conseguiam uma média de apenas 900 calorias diárias. Além disso, a destruição das áreas cultivadas era também um problema: a produção de trigo reduzira-se em 1/5, o mesmo para a batata. Em Abril de 1945, o fornecimento da população tinha colapsado por completo. O período de 1945 a 1947 seria, assim, marcado por carestia generalizada, sendo que só conseguia melhores condições de sobrevivência quem tinha meios próprios de produção agrícola ou podia pagar os preços extraordinariamente altos do mercado negro[206]. Ainda que intensamente combatido pelas autoridades, com penas pesadas para os infractores, este mercado — principalmente de bens consumíveis, combustíveis, vestuário e medicamentos — desenvolveu-se, sendo que os fornecedores eram muitas vezes os próprios soldados aliados, já que as mercadorias para as tropas não eram controladas. A maioria dos produtos era trocada ou então vendida a preços exorbitantes, que só viriam a cair consideravelmente com a melhoria do controlo estatal[207].

2.2.2. O caso vienense

Nos primeiros meses, Viena simplesmente não funcionava, com falta de meios de transporte e estradas, rede de comunicação pública, electricidade, água e jornais ou notícias. Quando a luta pela cidade acabara, não havia comida, parte destruída, parte levada pelas tropas ou pela população desesperada. Do exterior nada podia ser trazido por falta de meios e infra-estruturas. Nos primeiros dias após a tomada de Viena, e depois de procurarem tropas inimigas e nazis por toda a parte, tinham sido os russos os primeiros a prover alimentação à população austríaca. Durante as primeiras semanas, os 4 ocupantes negociariam formas de fazê-lo, contudo, só em Setembro de 1945 assumiriam a distribuição de forma

[205] MAISEL-SCHULZ, 2010: 39.
[206] MAYR, 2013: 14-17.
[207] MAISEL-SCHULZ, 2010: 51-52.

coordenada. Durante este período a população de Viena era aliviada pelas reservas do Exército Vermelho[208].

> [Na] *outrora capital do vinho, mulheres e canções* […] *os vienenses não podem banhar-nos em vinho, flores e frutas como os franceses fizeram, porque na cidade não há quase nada. Ainda assim, as frauleins dão aos americanos aquilo que podem.* […] *Naturalmente, os americanos aproveitam-se da sua popularidade junto dos nativos mas permanecem cautelosos relativamente ao acolhimento entusiasta. Da população de 2 milhões, anterior à guerra, diz-se que 700 mil pertenciam ao partido nazi: alguns deles receberam Hitler da mesma forma quando marchou sobre Viena em 1938*[209].

Vendo ainda a cidade como «baluarte da cultura ocidental cristã do passado, face aos infiéis bárbaros do Leste», os vienenses ficaram desiludidos quando perceberam que não eram os norte-americanos quem assumiria o controlo em lugar dos russos. Devido à propaganda nazi, que demonizava os comunistas, e aos relatos de má conduta do exército soviético na Hungria, a população austríaca estava aterrorizada pelos libertadores. A sede de vingança e de recompensas justificaria ataques à população arruinando ainda mais a reputação soviética, principalmente pela violência sexual exercida contra as mulheres. Em contraste, a reputação das tropas ocidentais — que entraram pela fronteira oeste cerca de um mês mais tarde — era muito melhor e, além disso, os residentes das zonas definidas como soviéticas estavam ansiosos quanto aos desenvolvimentos políticos sob ocupação comunista, o que levaria muitos deles a fugir para as zonas previstas para ocupação ocidental[210].

Viena já era pobre antes da guerra mas estava mais pobre ainda depois dela, destroçada por 22 mil toneladas de bombas lançadas pelos aviões norte-americanos, luta armada terrestre aquando da tomada da cidade pelo Exército Vermelho, e pelos fogos lançados pelas SS em retirada. Durante vários meses, as pessoas continuariam a viver entre os escombros das estruturas, as ruas encheram-se de entulho, os parques e praças transformaram-se em cemitérios russos e o único trânsito era militar. As poucas pessoas nas ruas eram homens idosos e mulheres, alguns obrigados a caminhar cerca de 30 km, uma vez por semana, para ir ao campo comprar batatas e vegetais aos agricultores, outros, às centenas, recolhiam lenha para os fogões, transportando-a às costas durante dolorosas caminhadas até casa. Muitos eram também vistos a remexer as pilhas de lixo em busca de algo útil. À parte o mercado negro, quase não havia comércio na cidade e as escolas acabariam por fechar, ao fim de alguns meses, devido à malnutrição e às doenças entre as crianças, sendo que os vienenses estavam desnutridos há anos, mas com o final da guerra tinham ficado próximos da inanição[211].

---

[208] MAISEL-SCHULZ, 2010: 39-40.
[209] FREEMAN, 1945.
[210] KÖNIG *et al.*, 2016: 6.
[211] FREEMAN, 1945.

2.2.3. Alimentação, habitação e ajuda internacional

A Agência Central de Nutrição seria responsável pela distribuição de cartões de racionamento pela população de Viena. O Estado assumiria assim o controlo da indústria alimentar, garantindo que uma catástrofe de maiores proporções não ocorria. Os cartões distribuíam-se entre alimentação geral e especial — para pão, frutas, vegetais, batatas, açúcar, carne, sabonetes e cigarros —, sendo que têxteis e sapatos só eram adquiríveis para quem possuía cartas de referência[212]. Eram ainda divididos por grupos de consumidores, normalmente definidos pela faixa etária (menores de 3 anos, 3-6, 6-12, 12-18 e adultos) ou de acordo com necessidades especiais (referentes a grávidas, doentes ou trabalhadores de funções fisicamente exigentes)[213].

Apesar das dificuldades logísticas, a população vienense gozou de apoio especial por parte da restante Áustria: no Tirol, por exemplo, foram tomadas medidas para reduzir as rações da população e canalizar o remanescente para a capital, sendo que alguns produtos seriam prescindidos pela ocupação francesa em favor de Viena[214].

A gestão do fornecimento começou em Maio de 1945, juntamente com a regulação de preços: os agricultores só podiam guardar mantimentos para responder às próprias necessidades e sementes para o ano seguinte, o restante deveria ser distribuído pela população com recurso aos cartões de racionamento, sendo expressamente proibida a venda a não portadores de cartão. Os preços eram regulados por uma relação salário-preço, que definia que os preços só podiam aumentar na sequência de um aumento salarial. O maior problema, no entanto, não eram os preços mas a falta de comida, sendo que muitas vezes os produtos a que correspondiam os cartões não existiam para venda: vegetais frescos e carne eram raros e na maioria dos casos eram enlatados vindos dos EUA, deixando a qualidade da comida muito a desejar, em muitas situações[215].

Como os poderes de ocupação não tinham os mesmos bens disponíveis e havia muitas dificuldades organizacionais, a distribuição alimentar entre as várias zonas tornou-se desigual, quer qualitativa quer quantitativamente. Esta dependia da estrutura agrícola e económica local, sendo que do lado russo havia mais vegetais e do lado ocidental mais produtos animais e industrializados. Nas zonas rurais, com uma estimativa de 2 milhões e meio de trabalhadores agrícolas por conta própria, as necessidades não eram sentidas da mesma forma que nas cidades, onde os parques chegariam a ser usados para cultivar batatas. Salzburgo, por exemplo, estava muito melhor servida, no início do pós-guerra, quando comparada com a Baixa Áustria no geral e Viena em particular. A auto-suficiência no campo era controlada pelas autoridades, mas ainda assim a população de Viena agradecia quando as famílias das zonas rurais podiam prover quantidades extra, por muito que as possibilidades de transporte fossem limitadas[216].

---

[212] MAISEL-SCHULZ, 2010: 41.
[213] MAYR, 2013: 19.
[214] MAISEL-SCHULZ, 2010: 44.
[215] MAYR, 2013: 18.
[216] MAISEL-SCHULZ, 2010: 47-48.

Graças à ajuda internacional, o número de calorias diárias por consumidor subiria pela primeira vez em Dezembro de 1945. No entanto, os invernos de 1946 e 1947 viriam alterar o equilíbrio recém-conquistado. No *ano da fome* de 1947 teria sido difícil para a população austríaca sobreviver sem a ajuda internacional: mesmo em Salzburgo, 56% da alimentação era fornecida pela ajuda norte-americana, 19% pela Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento (ANUAR) e só 18% era gerado localmente, com o restante a chegar do Norte e outras zonas da Áustria. Em Maio de 1946 a ANUAR assumira o fornecimento ao país, mas pouco tempo depois seria necessário o suplemento de 350 calorias adicionais por dia, por parte dos EUA, para garantir o mínimo de 1.200 previsto pela própria organização. Assim, já no Outono de 1946, as doações de militares americanos e da Caritas Americana garantiriam 300 calorias diárias a pelo menos 15 mil crianças nas escolas de Salzburgo[217].

A população estava, assim, grandemente malnutrida, o que tinha efeitos especialmente dramáticos na saúde e crescimento das crianças. A situação era tão perturbadora em Viena que várias organizações tomariam a seu cargo a alimentação dos mais pequenos de forma continuada, como analisaremos de forma mais aprofundada no subcapítulo seguinte. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) alimentava diariamente 420 mil crianças, algumas dirigiam-se às paróquias para receberem uma refeição diária; outras organizações, como a Swedish Aid, Danish Aid, Caritas ou Cruz Vermelha, apoiadas pelas doações de vários países, ocupavam-se de outros cuidados, auxiliando hospitais e outros organismos de cariz sociocultural, sendo que as festas organizadas por várias delas para crianças eram especialmente populares. Outra iniciativa particularmente popular foi a distribuição dos pacotes CARE[218], inicialmente enviados exclusivamente dos EUA, mais tarde também do Canadá e de outros países, endereçados a famílias em situação de especial necessidade (com crianças ou idosos) e contendo inicialmente apenas rações de comida, mais tarde também têxteis e sapatos. Seriam uma grande ajuda para a população austríaca e principalmente para Viena[219].

Só em 1948 o fornecimento de alimentos básicos começaria a melhorar gradualmente, até que, em 1953, finalmente, o controlo foi levantado. De 1948 a 1952 tentar-se-ia restabelecer

---

[217] MAYR, 2013: 17-19.

[218] O CARE Package, no original inglês, ou Care-Packet, como ficaria conhecido nos países germanófonos, teve origem em 1945, na então recém-formada Cooperativa para as Remessas Americanas para a Europa (*Cooperative for American Remittances to Europe*), aquando do início de um programa para envio de ajuda alimentar a partir dos EUA. A organização conseguiu obter a permissão do governo norte-americano para autorizar ao cidadão comum comprar, por 10 dólares, um pacote — inicialmente destinado às tropas que invadiram o Japão mas nunca utilizado — contendo parcelas de alimentos não perecíveis que seriam depois enviados a famílias necessitadas nos países afectados pela II Guerra Mundial. Mais tarde, os pacotes seriam adaptados às necessidades específicas do destino, tendo estes evoluído da Europa do pós-guerra até à Ásia e, depois, outras partes do mundo. Os primeiros chegariam a França em Maio de 1946, sendo, à época, proibida a sua distribuição na Alemanha ocupada, mas tendo-se mais tarde tornado essencial (60%) no fornecimento à Berlim sitiada pelo bloqueio de 1948-49. A distribuição terminaria nos anos 60, quando a CARE (*Cooperative for Assistance and Relief Everywhere*) se passou a focar em projectos a longo prazo, além da ajuda de emergência. CARE, [2013].

[219] MAISEL-SCHULZ, 2010: 58-59.

a economia e reduzir o racionamento de comida, mas, só a partir de 1953 começaria um processo de crescimento a longo prazo que duraria até aos anos 70[220].

Esta fase de crescimento sustentado coincide de forma evidente com a entrada em acção do Plano Marshall, um ano após a ajuda alimentar massiva norte-americana e dois depois da primeira grande crise do Inverno de 1946. Nenhum país europeu beneficiaria mais do PRE do que a Áustria, com 61% da ajuda utilizado primeiramente em alimentos e reconstrução de infra-estruturas, e os restantes 39% usados em assistência a médio e longo prazo. Único país ocupado pela URSS a participar do programa além da Alemanha, a Áustria receberia um total de 1,1 biliões de dólares, de 1947 a 1953, sendo 81% gastos nas zonas ocidentais e só 19% na zona soviética. Não havendo registos que permitam concluir que tenha havido diferenças substanciais no tratamento das diversas regiões do país durante a guerra, fica clara a diferença em termos de esforços de reconstrução nas zonas soviética e não soviéticas, o que também contribuiria, em grande medida, para a resposta migratória das populações e da distribuição das actividades económicas, com uma tendência dominante de passagem da zona soviética para as não soviéticas[221].

Os novos recursos permitiriam também, em 1948, a aprovação de um fundo para a reconstrução residencial, que promovia melhorias nas condições de habitação através de subsídios ou empréstimos sem juros: no final da guerra, 270 mil vienenses não tinham casa, principalmente nas zonas com mais indústrias ou infra-estruturas importantes, alvos preferenciais dos bombardeamentos. No final de 1948, já 20.418 edifícios estavam prontos a ser habitados, mas ainda assim a maioria das pessoas vivia em casas demasiado pequenas para o número de habitantes, a maioria só com quarto e cozinha e sem camas para todos os elementos da família nem casa de banho. Em 1951, 10% da população ainda não tinha electricidade e 2/3 nem água nem luz, sendo que a maioria das pessoas só conseguia lavar a roupa uma vez por mês. As condições de habitação insalubres e os baixos níveis de higiene eram uma das razões para o estado de saúde da população vienense em geral, particularmente das crianças: as pessoas doentes não podiam ser isoladas das saudáveis, o que propiciava a propagação de doenças infecciosas e tornava muitas delas epidémicas. As condições de habitação e a falta de capacidade de fornecimento à população vienense — nomeadamente de electricidade e combustíveis — seriam então das principais razões para que o Inverno de 1946-47 fosse tão catastrófico, resultando num aumento de novos casos de tuberculose, sendo essa a maior causa das mortes registadas entre crianças até aos 4 anos de idade, de tal forma que seria apelidada de *doença vienense*[222].

2.2.4. Responsabilidade e neutralidade

Em 1945 houve um grande influxo de refugiados germânicos para a Áustria, juntamente com outros deslocados, voluntários ou não, vindos, na sua maioria, de países vizinhos (Checoslováquia, Hungria, Roménia, Jugoslávia). De um total de 540 mil, 340 mil ficariam

[220] MAYR, 2013: 20.
[221] KÖNIG *et al.*, 2016: 10-15.
[222] MAISEL-SCHULZ, 2010: 65-70.

permanentemente na Áustria, tentando chegar às zonas ocidentais, independentemente de qual fosse o seu destino final. Entre 1950 e 1953, cerca de 86% dos que permaneceram ficariam na zona não-soviética, um número desproporcional mesmo tendo em conta que aquela era maior que a outra zona e que, antes da ocupação, 60% da população austríaca morava fora da zona soviética. Antes de restrições à movimentação entre zonas de ocupação, impostas durante os primeiros meses de libertação, cerca de 11% da população residente na zona soviética terá escapado para as restantes. Dentro do grupo dos migrantes internos contavam-se também ex-nazis[223].

> [Além das dimensões mensuráveis da destruição (vidas perdidas — entre 370 e 380 mil austríacos, ⅔ dos quais militares — e danos físicos)], *o principal problema do governo e novas administrações antifascistas austríacas era serem constituídos por elementos recém-saídos de prisões e campos de concentração alemães — que tinham lutado com os exércitos austríacos ou na resistência jugoslava, que tinham fugido da Áustria em 1938 ou vivido escondidos — e que agora tinham de liderar uma maioria ainda influenciada pelas ideias nazis, sem vontade de reconhecer responsabilidade sobre o que haviam feito ou visto fazer, sem oferecer oposição, no período nazi*[224].

Em Outubro de 1943, quando os Aliados se haviam reunido em Moscovo para decidir como organizar o pós-guerra, foram lançadas duas declarações públicas: a primeira falava da punição das atrocidades cometidas pelos alemães nos países ocupados da Europa; a segunda proclamava a restauração da Áustria como país independente por ter sido a primeira vítima da guerra, devendo os austríacos responsabilizar-se apenas pela participação no conflito contra os Aliados. O facto é que, se era verdade que o governo fora forçado a resignar sob pressão militar, económica e política — tendo a Áustria sido incorporada antes do falso plebiscito de 10 de Abril de 1938 —, sendo o mesmo aplicável aos membros das novas administrações democráticas — à época perseguidos pelos nazis —, à pequena minoria que ajudara os perseguidos e às poucas centenas que se juntaram a movimentos de resistência clandestina — organizada sobretudo por activistas católicos e monárquicos —, não o era para a grande maioria da população. O Governo provisório criaria tribunais especiais para crimes nazis cometidos por austríacos, os quais, mesmo nos casos daqueles que haviam apoiado a ditadura nazi até aos últimos meses antes da libertação, se considerariam «vítimas», utilizando o estatuto como desculpa para tudo, de forma a evitar responsabilidades e a exigir, inclusivamente, no caso de soldados e suas famílias, compensações ao governo, sendo que o mesmo não aconteceria às vítimas ou ex-elementos da resistência. Baseados na Lei de Proibição Nazi e na Lei de Crimes de Guerra — que precederiam o Estatuto de Londres para os Julgamentos de Nuremberga —, os Tribunais Populares, como seriam denominados, existiram entre 1945 e 1955, afirmando que

[223] KÖNIG *et al.*, 2016: 8.
[224] GARSCHA, 1997: 2.

«a obrigação de obedecer a ordens não protegia o perpetrador», ainda que quem ordenasse devesse ser punido mais severamente. Apoiada pelos Aliados — que precisavam da maioria da população alemã do seu lado no princípio da Guerra Fria —, a reintegração de ex-nazis na sociedade significava um eleitorado de 500 mil antigos membros do partido, cuja condenação como perpetradores não seria compatível com a ideologia de vítima. Minado por influências políticas, o trabalho dos tribunais — existentes em Viena, Graz, Linz e Innsbruck — só seria permitido pelos Aliados ocidentais até Abril de 1946, cessando funções em resultado do clima de Guerra Fria e tendo continuidade apenas na zona soviética[225].

> *Quando, a 15 de Maio de 1955, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos poderes de ocupação se encontraram para assinar o Tratado de Independência da Áustria, Leopold Figl, antigo chanceler e ministro dos Negócios Estrangeiros austríaco, apareceu na varanda do Palácio Belvedere, em Viena, gritando «Österreich ist Frei!» O tratado reinstalou a soberania austríaca pela primeira vez desde o Anschluss, de Março de 1938, que a anexara à Alemanha Nazi, decretando a partida das forças de ocupação e banindo qualquer futura união com a Alemanha, bem como o Nazismo*[226].

Quando, a 26 de Outubro de 1955, e após 10 anos de controlo dos Aliados, a Áustria conseguiu aquela que seria considerada por muitos austríacos como a verdadeira libertação do país, uma forte pressão da opinião pública para acabar com tudo o que pudesse lembrar a guerra e a ocupação que se lhe seguira justificaria a abolição dos tribunais especiais, poucas semanas depois da partida dos Aliados. Além disso, a Áustria declarar-se-ia permanentemente neutral, nem ligada à NATO, nem ao Pacto de Varsóvia. O estatuto de neutralidade da Áustria seria defendido por Eisenhower, contrariando a política antineutralidade de Truman, enquanto única forma de «tapar o buraco na linha Norte-Sul da NATO», tendo em conta que a existência de tropas austríacas pró-ocidentais poderia atrasar um possível ataque soviético e assistir na mobilização da linha entre a Alemanha Ocidental e a Itália, o que implicava, portanto, uma defesa com recurso a forças militares. Em sentido contrário, a nomenclatura pós-Estaline revertera a propaganda da neutralidade defendida pelo ditador, em 1954, ao perceber que mesmo com ocupação militar, a Áustria continuava fora da esfera de influência soviética, completamente integrada na economia e cultura ocidentais[227].

Desde o início da Segunda Guerra que os EUA haviam começado a custear actividades de carácter cultural, mas a criação do Programa Fulbright, em 1946, marcaria definitivamente a entrada dos norte-americanos numa «guerra cultural» em que os soviéticos — com o seu Movimento pela Paz — já estavam envolvidos. Inicialmente votados à «reorientação democrática», os projectos culturais e educacionais financiados pelos EUA (alguns, de forma não ofi-

[225] GARSCHA, 1997: 3-8.
[226] ASSOCIATION FOR DIPLOMATIC STUDIES & TRAINING, 2016.
[227] RATHKOLB, 2001: 1-2.

cial, pela própria CIA) focar-se-iam, a partir de 1947, em metas anticomunistas com resultados particularmente satisfatórios na Alemanha Ocidental e na Áustria. Ali, contando com controlo absoluto dos *media* e da produção cultural da zona americana — por parte do Departamento de Serviços de Informação — e com o impacto notável das Casas da América, os norte-americanos conseguiriam que uma percentagem significativa da população de Salzburgo e Viena fizessem empréstimos de livros e jornais nas suas infra-estruturas e substituíssem o Francês pelo Inglês enquanto língua clássica mais estudada pelos austríacos. O cinema norte-americano teria também a sua quota-parte de influência neste quadrante[228].

Entretanto, a assistência dos EUA tinha-se tornado nuclear no exército austríaco e sê-lo-ia até princípio dos anos 60, sendo este quase exclusivamente baseado em tecnologia e armamento norte-americanos, prevendo que, em caso de ataque, o exército deveria defender exclusivamente as zonas de Klagenfurt e Tirol, o que implicaria uma divisão do território em dois. A componente militar da neutralidade austríaca, assente na capacidade de o exército suprimir um potencial golpe comunista e atrasar um ataque do bloco soviético no território, começaria, em 1956, a fazer-se notar no orçamento austríaco, até então devotado aos interesses imediatos da população que, dez anos após a desmilitarização, não o veria com bons olhos. Tal visão esbater-se-ia quando, ainda no mesmo ano, um comportamento pró-ocidental acompanharia a intervenção soviética na Hungria e a entrada de mais de 170 mil refugiados na Áustria. Com largo apoio financeiro e político internacional, o pequeno «jovem» Estado estava pronto a fornecer asilo aos recém-chegados, ao mesmo tempo que uma cobertura mediática agressivamente anti-soviética aplaudia os «heróis húngaros», e o chanceler Julius Raab pedia o «restabelecimento da liberdade em respeito dos Direitos Humanos»[229].

> *Quando cheguei a Viena* […] *a atmosfera era um pouco difícil, a espionagem era sem dúvida a maior indústria* […] *Viena era importante, não só pelo que se passava lá mas também por tudo o que passava por lá. Estávamos no meio da Europa de Leste. Muitos desertores e refugiados passavam por ali.* […] *Tínhamos vários objectivos na Áustria: primeiro, promover valores positivos americanos; segundo, contrariar a propaganda soviética, mas não de forma tão estridente que causasse represálias contra nós ou os nossos amigos austríacos. Além disso, muito do trabalho que fizemos com os austríacos foi para restaurar o seu próprio orgulho e confiança. Eles tinham comprado as ideias de Hitler, ainda que tenhamos dito que foram forçados a isso — e muitos certamente sentiram que foram de facto forçados —* [apesar de] *todo o sentimento pró-nazi que existia antes do Anschluss.* […] *Havia ainda muito pensamento próximo do Nazismo na Áustria, mas sentimos que devíamos libertá-los e deixá-los encontrar o seu próprio caminho*[230].

---

[228] JUDT, 2006: 223-224.
[229] RATHKOLB, 2001: 2-4.
[230] Horace G. Torbert, Coordenador de Espionagem (1950-1955), e Chester H. Opal, Oficial de Relações Públicas (1951-1953) dos EUA na Áustria *apud* ASSOCIATION FOR DIPLOMATIC STUDIES & TRAINING, 2016.

Mesmo durante o período de ocupação aliada, a Áustria tinha um estatuto especial: o seu valor estratégico permitia que, ao contrário do que acontecia na Alemanha, bastasse a aprovação de uma das forças ocupantes para que as iniciativas do Governo provisório fossem possíveis, sendo que também a imprensa era livre. Era a «diferença entre libertação e conquista», segundo os norte-americanos. Depois de 1956, uma nova percepção começaria a desenvolver-se: a da Áustria como país neutral de asilo. A partir de então, os preconceitos, alimentados por uma situação económica ainda tensa, seriam ultrapassados pela necessidade instalada pelo ambiente de Guerra Fria e as garantias internacionais de que os refugiados ficariam apenas até poderem seguir viagem para os EUA ou Canadá. Até 1968 a cobertura mediática internacional estabeleceria tal percepção, que se enraizaria de forma especial na Europa de Leste e URSS, sendo que a Suíça seria mais associada ao conceito de «país politicamente neutral», especialmente no Ocidente. Esta visão da Áustria viria a ganhar força, precisamente, no final dos anos 60 e princípio dos anos 80, com as crises de refugiados checos e polacos respectivamente, ainda que nessas épocas a oposição interna se tenha feito sentir de forma mais notória. Suportada, ainda que indirectamente, pela «teoria da vítima», a neutralidade tornar-se-ia uma componente importante da identidade nacional austríaca, em grande parte apoiada pela exclusão de memórias históricas do passado nazi[231].

> *Esquecida, convenientemente, a aliança nazi, a capital da Áustria — cidade «ocidental» cercada pela Europa «oriental» soviética — adquiriu nova identidade, passando a ser vista como guardiã e modelo do mundo livre. Na percepção dos antigos súbditos, agora encurralados na Checoslováquia, Polónia, Hungria, Roménia e Jugoslávia, Viena representava a «Europa Central»: uma comunidade imaginária caracterizada pela civilidade cosmopolita que os europeus tinham, de certo modo, perdido ao longo do século. Nos anos em que o comunismo agonizou, a cidade tornou-se uma espécie de posto de escuta da liberdade, um local revigorado de encontros e despedidas para cidadãos do Leste Europeu que fugiam para o Ocidente e para ocidentais que construíam pontes para o Oriente*[232].

Apesar de todas as contradições internas, e das dificuldades que faziam prever um futuro pouco promissor para a democracia austríaca, no princípio do pós-guerra, a Áustria não só conseguiu evitar a repetição da História — que os Aliados temiam — como também foi capaz de, num curto intervalo de tempo, se «reorganizar como modelo de democracia alpina: neutra, próspera e estável». A proximidade do Exército Vermelho — dentro de fronteiras até 1955 e a partir de então a apenas alguns quilómetros de distância, na RDA, Checoslováquia, Hungria e Jugoslávia — seria em parte responsável pela busca, a nível interno e externo, de políticas conciliatórias que garantissem que confrontos ideológicos como os que tinham dividido o país antes da guerra não se repetissem, nomeadamente através de coliga-

[231] RATHKOLB, 2001: 4-5.
[232] JUDT, 2006: 2.

ções entre democratas cristãos e socialistas. A Guerra Fria atribuiria também ao país uma «identidade por associação — ocidental, livre e democrática», que dificilmente se poderia constituir dentro dele[233].

2.3. AS CRIANÇAS EUROPEIAS NAS GUERRAS MUNDIAIS E O NASCIMENTO DO HUMANITARISMO

As duas Guerras Mundiais mataram, feriram e incapacitaram milhões de crianças, deixaram muitas em situações de orfandade, mendicidade, separadas das suas famílias, sujeitas a doenças e mutilações, passando fome e frio, vendo, em muitos casos, o seu futuro comprometido. A tenra idade tornava-as especialmente vulneráveis, tolhendo-lhes os meios para lidar com as circunstâncias particularmente difíceis[234]. Durante os dois conflitos, enquanto os pais que regressavam inválidos e as mães que sobreviviam se ocupavam do sustento da família, as crianças sofriam mais intensamente os danos colaterais e posteriores dos conflitos, de forma silenciosa, muitas vezes sendo negligenciadas, acometidas de doenças contagiosas e particularmente sensíveis aos efeitos da fome.

Tradicionalmente, os menores órfãos, abandonados ou de alguma forma incapacitados eram objecto da filantropia, especialmente de carácter confessional. Já no século XIX, organizações religiosas e caritativas tinham implementado práticas filantrópicas de apoio a crianças na Europa, tendo por objectivo contrariar o aumento da pobreza e da mortalidade infantil que acompanharam os processos de modernização e industrialização das sociedades. Procurando a sua protecção em vários campos, instituições de caridade privadas e religiosas ajudavam a colocar crianças órfãs ou abandonadas sob cuidado institucional, ocupando-se dos mais pobres, sendo as obras de beneficência geralmente apoiadas pelas classes mais abastadas com preocupações ligadas à desestabilização social[235].

Em finais do século XIX, na Europa, uma nova concepção de criança, que começara a construir-se já em finais da Época Medieval, desenvolveu-se, entre as classes médias cultas, acabando por se estender à generalidade da população, com a Revolução Industrial, disseminando-se as ideias de «crença na inocência da infância, prática de segregação das crianças dos adultos e o isolamento e prolongamento da infância como uma condição especial e protegida». Devido a estas crenças, as organizações filantrópicas de diferentes confissões competiam para salvar as crianças das classes por elas consideradas perigosas, enquanto eram ainda «maleáveis», ao contrário dos adultos[236]. Nos países desenvolvidos, abrir-se-ia então espaço a uma implicação progressiva do Estado nos assuntos da infância, por motivos de ordem pública, demográficos e económicos, tendo particularmente em conta a luta contra a mortalidade

[233] JUDT, 2006: 261.
[234] CORTÈS BRAÑA, 2016: 1.
[235] KIND-KOVÁCS, 2013: 2.
[236] Ver trabalho *Armies of the Young: Child Soldiers in War and Terrorism* de David M. Rosen *apud* CORTÈS BRAÑA, 2016: 33-34.

infantil e dando lugar à institucionalização da educação formal obrigatória, que contribuiria para a afirmação deste novo conceito reflectindo a perspectiva, por parte dos Estados, das crianças enquanto «grande activo da nação»[237].

Paradoxalmente, a grande diferença entre militares e civis afectados pelo conflito era que os últimos não contavam com recursos nem legislação que os protegesse, o que obrigaria as organizações humanitárias a empreender esforços para libertar mulheres, crianças, idosos, pessoal médico e eclesiásticos das mais diversas situações que antes afectavam exclusivamente os militares[238].

Os avanços técnicos do século XIX permitiram a despersonalização do inimigo que levaria, com a I Guerra Mundial, à inauguração de uma nova fase dos conflitos bélicos caracterizada por um aumento desproporcionado do número de vítimas no geral e civis no particular, atingindo níveis particularmente devastadores durante o segundo conflito mundial, com 66% de mortes civis. Com os Estados a não conseguirem fazer face à emergência, seria a sociedade civil a cobrir as carências, dando lugar a uma grande mobilização humanitária internacional[239].

A mudança de século seria assim marcada por uma viragem rumo a uma intervenção progressivamente mais governamental no campo da protecção e bem-estar da criança com origem nas várias acções de assistência e promoção dos direitos e estatuto da criança a nível internacional e com benefícios para a generalidade da população e para o trabalho humanitário que, consequentemente, se afirmaria enquanto campo de actividade económica, em expansão desde a I Guerra Mundial, com crescente profissionalização e influência.

A I Guerra Mundial inspiraria os primeiros esforços internacionais para reabilitar as crianças obrigadas a deslocações ou votadas a limpeza étnica. Com o fim do Império Austro-Húngaro, em 1918, por exemplo, as grandes mudanças territoriais e populacionais originariam a expulsão de minorias étnicas e consequentes migrações massivas que resultariam num grande número de crianças «perdidas» (não supervisionadas, órfãs ou negligenciadas)[240]. Entre 1919 e 1922, a Europa Central e de Leste viveriam aquela que seria considerada como a pior fome em três séculos, especialmente em cidades como Viena e Budapeste. Com raízes no bloqueio naval dos Aliados, vigente desde 1914 e prolongado até depois da guerra, num esforço para restringir o fornecimento de bens alimentares aos Poderes Centrais, a desnutrição afectaria a saúde infantil de uma forma especialmente dramática, com um quarto das crianças austríacas incapaz de andar devido ao raquitismo e um terço ameaçado pela tuberculose (origem da associação da doença a Viena). Em geral, a mortalidade infantil quintuplicara relativamente ao período antes da guerra e escolas elementares da capital austríaca tiveram que fechar por falta de alunos, sendo que a situação dos húngaros não se afigurava melhor. O permanente bloqueio de produção e importações deixaria os pequenos sem roupa ou sapatos

[237] CUNNINGHAM, 2005: 135-172.
[238] CORTÈS BRAÑA, 2016: 39.
[239] BOURKE, 2001: 2-3.
[240] KIND-KOVÁCS, 2013: 3.

e a destruição das casas e grande número de refugiados votaria as famílias a condições de habitação precárias, comparáveis às dos equipamentos de saúde. Muitas crianças viam-se obrigadas a começar a trabalhar prematuramente para substituir os homens, sendo que a falta de condições e de referências positivas as conduzia, em muitos casos, à delinquência e à prostituição, e à consequente proliferação de doenças venéreas e filhos indesejados, também resultado de violações. Em consequência, um grande debate sobre a legalização do aborto surgiria, juntamente com tentativas por parte dos Estados de conservar, por vezes, as crianças sob sua tutela por razões demográficas. As experiências traumáticas afectavam as relações familiares e o número de suicídios crescia, acompanhando o aumento constante do custo de vida. Os novos casamentos dos progenitores obrigavam a readaptações o que, da mesma forma que a ausência dos pais, afectava a autoridade parental e propiciava a violência doméstica[241].

Foi neste contexto que várias organizações humanitárias ou políticas de carácter internacional tornaram o destino das crianças, «enquanto vítimas indesejáveis da guerra», num assunto público, desempenhando um papel central na provisão de ajuda material aos países empobrecidos da Europa Central. Com um continente profundamente dividido — inclusivamente entre populações que esperavam vingança pelo seu sofrimento individual —, a retórica de discriminação punitiva levaria a opinião pública, nomeadamente norte-americana e britânica, a rejeitar, inicialmente, a ideia de ajuda aos Estados inimigos. Fazendo face a crenças como aquela que defendia que alimentar crianças russas propagaria o bolchevismo, seriam decisivas personalidades como Eglantyne Jebb e Herbert Hoover e as organizações por eles representadas, defendendo as crianças enquanto «zona de paz», e garantindo ajuda aos filhos do inimigo. Para tal seria essencial o aumento da representação visual do sofrimento das crianças no discurso público, já anteriormente usada por filantropos mas que então se tornaria responsável por uma imensa fascinação, jogando com a empatia e compaixão que contrariavam a teoria política do «inimigo ou vilão indigno» propagada e garantiam apoio financeiro a medidas de assistência. Numa altura em que sinais físicos de fome já não representavam estigma social, nasceria uma nova perspectiva acerca dos «corpos mutilados, esfomeados e sofredores», transformando a imagética do sofrimento de um instrumento de propagação do ódio ao inimigo — usado por políticas de vitimização nacional — num elemento essencial de uma nova forma de noticiar que associava as pessoas, de forma emocional, às vítimas, ao serviço de objectivos políticos e humanitários[242].

O *Save the Children Fund* (SCF) foi a primeira organização não-governamental (ONG) que se ocupou da protecção das crianças a nível internacional, tendo surgido, em 1919, no Reino Unido, como resposta directa ao bloqueio aliado à Europa Central, no pós-I Guerra Mundial, com o objectivo de alimentar as vítimas do mesmo. Usando estrategicamente a causa das crianças como forma de apaziguar as críticas daqueles que se opunham à ajuda aos chama-

[241] CORTÈS BRAÑA, 2016: 40-51.
[242] KIND-KOVÁCS, 2013: 3-5.

dos «inimigos», tinham como lema «colocar as crianças primeiro», defendendo que não havia «crianças inimigas» e introduzindo o conceito de «superior interesse da criança». Procurando elevar a filantropia a ciência, seria Eglantyne Jebb a grande obreira de uma demarcação da caridade tradicional que procurava uma aproximação científica, profissional e eficiente mas livre de interesses, e a não discriminação de nenhuma criança, afirmando-se também como não confessional, com o objectivo de garantir o máximo de potenciais apoios (o que se traduziria na prática numa atitude multiconfessional). Nesse sentido, tornar-se-ia especialista em colectas massivas de fundos para suportar obras filantrópicas a nível internacional, e mais tarde também nacional, garantindo simultaneamente fundos estáveis à organização, através da promoção de apadrinhamentos, programas de fidelização, criação de um fundo de emergência, tendo-se tornado particularmente influente através do uso da propaganda e meios de comunicação. Acreditavam que a ajuda de emergência não devia ser apenas conjuntural, apostando na criação de bases para melhorias estruturais nas condições de vida das crianças através da formação de pessoal local e estímulo dos beneficiários a ajudar-se a si próprios, e actuando como grupo de pressão no impulso da causa. Encarando-as como «primeiras vítimas da guerra e da pobreza», viam-nas como «titulares de direitos que a comunidade internacional tinha que proteger», o que impulsionaria uma reformulação do conceito de criança e do seu lugar no mundo, em parte inspirada na Declaração de Genebra, adoptada por Jebb enquanto guia das suas actuações — uma proposta também aprovada pela Sociedade das Nações (SDN), primeira declaração em matéria de Direitos Humanos por uma organização intergovernamental e primeiro tratado específico para as crianças. O SCF transformar-se-ia assim em agência de reconhecida eficiência na distribuição de alimentos, roupa e dinheiro, assumindo um papel coordenador e de distribuição de fundos, cujo crescimento acelerado propiciaria a internacionalização da organização e a criação da *Union Internationale de Secours aux Enfants* (UISE) para coordenar uma colecta interconfessional sem precedentes, reunindo mais de 20 organizações relacionadas com o acolhimento de crianças na Suíça, onde teria sede. Favoreceria também a formação do profissional humanitário enquanto especialidade laboral, facto que seria em parte responsável por uma mudança estratégica interna, em 1921, quando a sua razão (conjuntural) de ser se extinguiu, adoptando como lema o «esforço internacional para preservar a vida das crianças onde quer que fosse ameaçada por condições económicas difíceis e sofrimento», impulsionando o Estado-Providência ao passar «da fase de caridade à de responsabilidade social, da protecção à prevenção», ocupando-se também de situações de crise de refugiados[243].

No entretanto, o *American Relief Administration European Children's Fund* (ARAECF), ONG de ajuda humanitária às crianças europeias vítimas da I Guerra Mundial criada por Herbert Hoover, enquanto entidade privada sob tutela do Governo dos EUA (e portanto paragovernamental), seguiria os mesmos princípios a partir do lado oposto do Atlântico. As origens

[243] CORTÈS BRAÑA, 2016: 153-191.

da organização encontram-se na ajuda de emergência à Bélgica e à França setentrional ocupadas, que resultariam na criação da *Comission for Relief in Belgium*, em 1914, inicialmente com o objectivo de repatriar os norte-americanos apanhados pelo início da I Grande Guerra na Europa. Até 1917, com a Cruz Vermelha Americana encarregada de coordenar a ajuda humanitária, os EUA serviam os dois lados da guerra, o que terá ajudado a prolongá-la; a partir da sua entrada no conflito começariam a distribuí-la de forma estratégica através da *American Relief Administration* (ARA), criada em 1919 para socorrer os famintos europeus no pós-guerra marcado pela continuidade do bloqueio naval aliado, cumprindo funções que o Congresso norte-americano não podia levar a cabo directamente. Hoover (então chefe da *US Food Administration*), encarregado por Woodrow Wilson da coordenação, afirmava não se justificar «fundamentar a paz na fome de mulheres e crianças», e, tendo em mente o temor da possível inclinação dos alemães para o bolchevismo e os excedentes cerealíferos dos EUA que podiam precipitar o país em dificuldades financeiras, defendia a abertura do comércio norte-americano a todos (países libertados, neutros e inimigos) e empréstimos ilimitados para compras ao seu país. A ARA iniciaria então a sua acção de ajuda de emergência e reconstrução na Europa, deixando de fora alguns dos países mais necessitados (Alemanha, Áustria, Hungria, Bulgária e Turquia) pelo seu carácter de agressores, ao mesmo tempo que afectava negativamente outras organizações caritativas ao monopolizar o campo a seu favor. Hoover acabaria, no entanto, por conseguir alguns milhões para a Áustria, enquanto os relatórios alarmantes sobre o alto índice de desnutrição das crianças, e a necessidade de manter a Europa (seu principal cliente) viva, levariam — aquando do final do bloqueio e da ARA — a fundar uma organização específica para as crianças que desembocaria na criação da ARAECF. O humanitarismo evidente misturava-se assim com motivações económicas e ideológicas, aproveitando o prestígio e as estruturas da organização precedente e garantindo que a sua retirada não parecia tão drástica, ao mesmo tempo que o poder económico era utilizado para conter o comunismo, prestando auxílio ao governo socialista austríaco (para que resistisse à pressão bolchevique) e excluindo da ajuda oficial húngaros, polacos e jugoslavos (que viriam a ser beneficiados por um programa especial de solidariedade dos americanos com origem naqueles países). Várias missões nacionais nasceriam um pouco por toda a Europa (na Hungria, só depois da queda de Béla Kun, pró-bolchevique), influenciando a criação e afirmação de sistemas de solidariedade social, oficial e não oficial, enquanto direito absoluto, assentes na crença que defendia que «o bolchevismo era o que acontecia quando boas pessoas ficavam com fome», afirmando a luta contra o bolchevismo como um acto humanitário. A ajuda humanitária, agora destinada exclusivamente às crianças e de carácter gratuito, era também encarada como um investimento para cultivar uma clientela presente e futura, tendo sido para isso essencial deixar claro a quem era devida a gratidão pelos donativos através de acções de grande impacto propagandístico, que além disso serviam simultaneamente o objectivo de implantar a cultura norte-americana (capitalismo, individualismo, pragmatismo) num sentido amplo, e a tentativa de «infiltração» na Rússia através da ajuda humanitária às crianças russas, em 1919, sendo propó-

sito declarado da administração norte-americana à época. Na Áustria e na Alemanha, em relação às quais a opinião pública estava mais reticente, o operativo seria mais discreto. Ainda assim, na Áustria (onde 79% dos menores estavam desnutridos) entre 40 a 50 mil crianças (na maioria de Viena, onde a percentagem chegava aos 96,2%) beneficiariam de programas de acolhimento no estrangeiro para poderem melhorar a sua condição, especialmente na Suíça, Países Baixos e Escandinávia (também na Grã-Bretanha, França e Itália), enquanto na Hungria todos os donativos (especialmente em forma de pacotes — *Love Gifts* — provenientes das famílias de origem húngara residentes nos EUA, que a CARE copiaria no pós-II Guerra Mundial) levavam a inscrição «*America to the Children of Hungary*»[244].

Como já tivemos oportunidade de analisar, um pouco por toda a Europa, o pós-II Guerra Mundial não trouxe muitas melhorias relativamente à escassez do período de conflito: a fome alastrava com a falta de campos de cultivo, sementes, fertilizantes e mão-de-obra para semear os campos, o que levaria, por exemplo, o governo britânico a autorizar que os adolescentes trabalhassem na agricultura. Os países não tinham meios para importar produtos de primeira necessidade e os invernos foram particularmente cruéis, prolongando o racionamento do tempo de guerra[245]. A 12 de Outubro de 1945 diversas ONG lançariam um apelo urgente a um esforço conjunto para salvar as crianças da fome, face aos números assustadores avançados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que calculava que houvesse 40 milhões de menores de 15 anos desnutridos nas zonas ocupadas da Europa, no ano anterior[246].

As calorias não cobriam os mínimos de sobrevivência e as crianças gastavam as poucas energias na procura de comida e combustível. A malnutrição e a subalimentação influíam negativamente no rendimento intelectual, provocando também perda de peso e altura e reduzindo a resistência a doenças infecciosas que alastravam pela falta de condições higiénicas e de cuidados de saúde, com a tuberculose a assumir posição de destaque[247]. Faltavam alimentos básicos, vitaminas e medicamentos, roupa, calçado e materiais para os confeccionar, além de condições dignas de habitação. A guerra tinha deixado milhares de crianças incapacitadas, e a mortalidade infantil e perinatal aumentavam a um ritmo avassalador. A própria sociedade estava desestruturada, tendo a dignidade e a própria identidade das pessoas sido afectada, elevando a extremos ainda mais preocupantes as consequências que já se haviam verificado na I Guerra Mundial: as relações sociais, comunitárias e familiares tinham sido vítimas da distorção de valores promovida pelos próprios governos, colocando-se o totalitarismo, os delitos pela pátria e a luta pela sobrevivência entre as prioridades absolutas; a prostituição (por vezes encorajada pelos próprios pais)[248] e a delinquência aumentavam entre os menores, marcados pela perda de referências e os desejos de vingança pelos horrores vividos sob ocupação estran-

[244] CORTÈS BRAÑA, 2016: 219-290.
[245] NICHOLAS, 2006: 456.
[246] BROSSE, 1949: 10.
[247] SHIELDS & BRYAN, 2002: 88.
[248] SOSNOWSKI, 1962: 36.

geira; os suicídios e o aborto entravam na ordem do dia e mesmo a vida escolar era ocasião de humilhação, desorganizada e massificada que estava, com milhares de crianças analfabetas, ideologicamente contaminadas e/ou com necessidades emocionais especiais que em tais condições não podiam ser correspondidas[249].

A instabilidade da vida familiar, que culminaria num aumento dos divórcios, concorreria também para uma situação que já de si ameaçava a sensação de segurança e continuidade essenciais a um desenvolvimento saudável da criança.

A II Guerra Mundial repetiu, de facto, os efeitos da I, expandindo-os com uma agravante que condicionaria de forma particular o trabalho das ONG: o totalitarismo. A política racial do regime nazi havia estabelecido a perseguição de minorias, a qual haveria de promover situações e deslocações traumáticas para quem as viveu e decisivas para quem haveria de as tentar aliviar:

> *As crianças estavam destinadas a ser germanizadas; os da França e democracias nórdicas eram para ser educados para funcionários solícitos da Nova Ordem, gregos e eslavos deviam ser reduzidos à condição de trabalhadores semiletrados, enquanto judeus, ciganos e crianças com deficiências mentais deviam ser sujeitos a um processo de eliminação*[250].

A legislação anti-semita encurralara progressivamente as famílias judias num conceito de raça, em detrimento de uma definição religiosa, afectando de forma particular as crianças, especialmente pelo empobrecimento e pela exclusão social por ele encorajadas. A *Kristallnacht*, de Novembro de 1938, levaria líderes judeus e *quakers* britânicos a porem em marcha uma operação de resgate destinada a 10 mil crianças austríacas, alemãs, checas, polacas e de Danzig (à época livre) que deveriam ser acolhidas no Reino Unido através de uma operação que ficaria conhecida como *Kindertransport*. O *Refugee Children's Movement* (reunindo organizações de várias confissões) conseguiu assim salvar o número estimado de crianças, com o estatuto de «transmigrantes» (temporariamente e com garantia de custos suportados por particulares ou ONG, incluindo 50 libras esterlinas para financiar um eventual retorno), utilizando o *slogan* «Temos que salvar as crianças», popularizado pelo SCF entre os ingleses[251].

O SCF seria, efectivamente, uma das organizações participantes na evacuação das crianças judias para a Grã-Bretanha, sendo que já desde 1936 trabalhava com o governo britânico no sentido de proteger as locais de ataques aéreos. Aquando da invasão nazi à Polónia, seria a homóloga húngara a primeira a assistir os refugiados. No entanto, a desvalorização da libra faria o SCF recuar e dedicar-se exclusivamente à protecção das crianças dentro de fronteiras. Tal facto dever-se-ia também à perda de independência (relativamente à I Guerra Mundial) a que fora votado pela necessária incorporação (dada a magnitude e complexidade da ajuda de

[249] CORTÈS BRAÑA, 2016: 123-134.
[250] MACARDLE, 1949: 12.
[251] STERLING, 2002: 63-74.

emergência) no *Council of the British Societies for Relief Abroad*, que respondia à ANUAR. No pós-guerra dedicar-se-iam de forma particular à Alemanha, recebendo fortes críticas[252].

Entretanto a UISE — que se vira obrigada a restruturar-se à medida que a situação das crianças ia melhorando no pós-I Guerra Mundial e que o valor das suas acções empalidecia face à ajuda massiva dos EUA, principalmente em cidades como Viena ou Budapeste — tornara-se, durante a II, colaboradora do *Cartel Suisse de Secours aux Enfants Victimes de la Guerre* (ou Cartel Suíço), que reunia várias organizações privadas suíças na assistência às crianças, nomeadamente através de fornecimentos, apadrinhamentos e acolhimentos, tendo ainda cooperado com o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) num projecto de convenção para a protecção de crianças no evento de conflito armado que inspiraria a IV Convenção de Genebra, em 1949[253].

Limitado na sua capacidade de actuação pela neutralidade que lhe estava subjacente, e fazendo face à mesma concorrência e crise existencial que obrigara a UISE a reinventar-se, também o CICV se começara a sentir posto de fora do jogo humanitário pela nova preponderância dos Estados, encontrando nas crianças, geralmente alvo de consenso, a oportunidade de que precisava para recuperar o seu espaço natural e fazer um trabalho significativo, oferecendo-lhe também campo de actuação nos países vencidos.

Tendo-se iniciado em 1863 com a criação do CICV em Genebra, por Henry Dunant, o Movimento da Cruz Vermelha, constituído por diferentes ONG independentes mas unidas debaixo da mesma bandeira, tornar-se-ia uma referência para todas as organizações de ajuda de emergência. Originalmente votado aos militares, e procurando desenvolver medidas para melhorar os serviços médicos no campo de batalha, levaria à adopção por parte de vários países da I Convenção de Genebra, estabelecendo pela primeira vez regras vinculativas que garantiam a neutralidade e protecção a soldados feridos. A partir de então, o número de signatários e delegações nacionais multiplicar-se-ia, facto que se revelaria essencial na resposta à I Guerra Mundial, durante a qual se converteria num verdadeiro actor do conflito ao alargar o seu espectro de acção com a criação de uma secção destinada à população civil, em 1914, da qual se destacavam o apoio na busca de desaparecidos e a assistência às crianças, contando com uma larga rede de sociedades nacionais (muitas das quais eram membros da UISE e portanto colaboradores do SCF)[254].

Seria durante a II Guerra Mundial, contudo, que o papel da Cruz Vermelha (CV) em relação às crianças ganharia importância. Mantida, pela sua neutralidade, à margem dos preparativos do pós-guerra assumidos pelos Aliados, a CV viu-se sem um campo de acção face à máquina humanitária dos EUA que parecia tornar as outras organizações prescindíveis. Se o socorro e restauração do pós-I Guerra Mundial tinham sido confiados a uma empresa dirigida por Hoover, agora era uma estrutura intergovernamental das Nações Unidas — Administra-

[252] CORTÈS BRAÑA, 2016: 192-195.
[253] BEIGBEDER, 1991: 24; CORTÈS BRAÑA, 2016: 198-202.
[254] INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS, 2016.

ção das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento (ANUAR) — que assumia a responsabilidade. A CV Internacional centraria então a sua acção nas crianças, de maneira a «delimitar esforços e evitar dispersão», especialmente dos países inimigos — para os quais a ANUAR não tinha mandato — e mais devastados pela guerra (Jugoslávia, Albânia, Polónia) onde os resultados seriam mais notórios[255]. Diante da extensão das necessidades criadas pela II Guerra Mundial, o Estado Suíço, à época já com grande tradição no acolhimento de crianças vítimas de guerra, aceitaria alterar os estatutos da CV suíça para ampliar o seu mandato a acções humanitárias de carácter civil, em 1942, promovendo a sua união ao Cartel Suíço, formando a *Croix-Rouge Suisse — Secours aux Enfants* (CRS-SAE). Funcionando como comité autónomo da CV suíça, a CRS-SAE dedicou-se particularmente ao acolhimento em território suíço de crianças vítimas de guerra (com o objectivo de acolher 10 mil crianças por trimestre), tendo-se também ocupado da ajuda humanitária às vítimas de guerra no estrangeiro (enviando alimentos, leite, medicamentos, soros e vitaminas, trabalhando de perto com as delegações nacionais) e promovido o apadrinhamento (que pressupunha o envio de pacotes com produtos alimentares e de primeira necessidade ou o financiamento de estadia numa residência ou sanatório) como alternativa ao acolhimento familiar. Em 1947 a maioria dos apadrinhamentos referia-se a crianças austríacas, enquanto o fornecimento de alimentos do pós-guerra se focava nos países agressores no geral, dando prioridade à Áustria e Alemanha, sendo a CV a única organização autorizada nas zonas de ocupação soviéticas. A maioria da ajuda, no entanto, principalmente em termos de acolhimentos, tinha-se destinado à amiga e vizinha França (mais de 40%), sobretudo durante o período de guerra. Em 1949 o organismo CRS-SAE deixaria de existir, passando a tarefa à CV suíça que reorientaria definitivamente as suas actividades para os civis, em substituição da missão original de estar ao serviço da saúde do exército suíço. No mesmo ano, e em resultado directo dos trabalhos conjuntos do CICV e da UISE para estabelecer zonas seguras para as crianças, seria aprovada a IV Convenção de Genebra, centrada na protecção de civis em tempo de guerra, essencial para contrariar uma grave falha no Direito Humanitário que se tornaria particularmente evidente durante a II Guerra Mundial: o facto de as crianças estarem menos protegidas do que os militares[256].

Vendo-a como uma aliança de países de uma só facção do conflito, e com reticências relativamente à reconstrução patrocinada pelos EUA, a Suíça recusar-se-ia a juntar-se à ANUAR durante a guerra, sendo a própria Cruz Vermelha suíça, à qual fora requisitado pela ANUAR serviço na Alemanha, aconselhada a envolver-se o menos possível na acção. Alvo de críticas e pressões internacionais, o Governo Federal Suíço procuraria libertar-se da imagem de país não solidário através da criação de uma organização humanitária (semigovernamental) que reforçasse o seu modelo de país implicando a participação de toda a sociedade. Mantendo a fidelidade à sua independência e neutralidade, a Suíça encontraria a sua fórmula para

[255] CORTÈS BRAÑA, 2016: 301-308.
[256] CROIX-ROUGE SUISSE, [s.d.]; CORTÈS BRAÑA, 2016: 334-347.

não alinhar em formações não neutrais, e responder simultaneamente às suas preocupações relativamente aos deslocados de guerra e à normalização da situação da Europa (necessária para a sua própria prosperidade), no *Don Suisse* (DS). Afirmando-se como livre de interesses políticos e económicos, o DS utilizava infra-estruturas do Estado e Exército suíços, pondo em evidência os valores nacionais que defendia seguir (independência e solidariedade) e deixando claro que optava por uma via própria que, confiava, levaria a comunidade internacional a perdoar-lhes a neutralidade[257]. Tratava-se também de uma alternativa ao aumento da quota de imigrantes judeus exigido por alguns e que a Suíça não estava disposta a aceitar a não ser em caso de trânsito para outro país[258].

Começando a sua acção em 1944, e apresentando-se como organização autónoma destinada a evitar dispersão de esforços, o DS reunia instituições e departamentos do Estado, organismos de carácter laico (entre os quais CRS-SAE) e confessional (como a Federação de Igrejas Protestantes da Suíça ou a Caritas), coordenando as obras levadas a cabo pelas instituições privadas ao dotar organizações preexistentes de recursos para intervenção rápida. Ainda que tal não estivesse previsto, o DS dedicaria ¾ do seu orçamento às crianças, as quais funcionariam como justificação para ajudar os países agressores[259]. A luta contra o bolchevismo e a defesa dos interesses económicos suíços no país vizinho seriam também usados como forma de convencer a opinião pública, mais benevolente com austríacos do que com alemães (como acontecia na generalidade dos países aliados), a agir também na Alemanha, a partir do Inverno de 1945-46. A Áustria acabaria por ser o país mais beneficiado depois do Luxemburgo, num lote em que se incluíam França, Bélgica e Países Baixos, seguindo uma lógica que priorizava — respondendo a interesses geopolíticos — os países vizinhos, mesmo que agressores[260].

Se em certos países, como a Hungria, a ajuda era distribuída de forma discreta e através de delegações do CICV — sem detalhar a procedência até ao «momento em que não signifique perigo» e «possa mesmo ser favorável» —, em Viena todas as organizações caritativas estavam agrupadas debaixo do nome *Ajuda Suíça à Áustria*, reforçando a componente patriótica, também preferida pelos EUA. A organização insistia para que as ONG que dela faziam parte prescindissem do nome próprio nas actuações humanitárias por sua conta, facto que nem sempre se verificou, principalmente no caso da católica Caritas, que usaria de ambiguidade, dando prioridade a países em que os seus fiéis eram maioria, como a França, a Itália ou a Áustria, procurando protagonismo. Alguns críticos acusavam o DS de ter ajudado mais católicos do que protestantes, de ser demasiado centralizador e ligado ao governo, e de endividar a Confederação, sendo demasiado discreto. As mais graves acusações, no entanto, prendiam-se com

---

[257] CORTÈS BRAÑA, 2016: 354-357.
[258] Ver trabalho *Le Don suisse et la politique étrangère: Quelques réflexions* de Jean-Claude Favez *apud* CORTÈS BRAÑA, 2016: 357.
[259] CORTÈS BRAÑA, 2016: 361-363.
[260] Ver trabalho *Le Don Suisse (1944 à 1948); une étude de la distribution de ses fonds en faveur des pays européens: entre critères humanitaires, intérêts nationaux et contraintes politiques* de Marc Renkens *apud* CORTÈS BRAÑA, 2016: 387.

a hospitalização financiada de tuberculosos estrangeiros em sanatórios e estabelecimentos de repouso suíços que em muito beneficiariam o sector hoteleiro suíço. Usando fundos federais (na sua maioria) mas também de colectas (verdadeiramente nacionais) realizadas pela sociedade civil, com intenções educativas, o DS: financiaria estadias de um ano na Suíça a crianças provenientes de campos de concentração alemães e preocupar-se-ia em encontrar-lhes acomodação fora da Suíça; acolheria crianças e jovens judeus para os entregar a organizações sionistas e serem enviados para a Palestina; subvencionaria as acções da *Union Suisse Caritas* com crianças abandonadas e da *Oeuvre Suisse des Enfants Emigrés* para aqueles que se encontravam em trânsito pelo país; bem como várias acções sociais e de formação em outros países. A sua actuação na Europa de Leste seria posta em causa pelo princípio da Guerra Fria, que obrigaria à sua retirada em países como a Roménia, onde delegou no Fundo das Nações Unidas para a Infância (*United Nations Children's Fund* — UNICEF), tendo a Assembleia Federal optado pelo final das suas actividades em 1948 (vindo a ser retomadas pela *Aide Suisse*)[261].

A UNICEF tinha nascido, precisamente, dos escombros da primeira vítima da Guerra Fria, a ANUAR. Tendo a administração norte-americana como principal financiador, as operações da organização, que auxiliavam também zonas maltratadas do Leste europeu, chegariam a um fim precipitado em Agosto de 1946 (previsto para princípio de 1947), face à recusa dos EUA de continuarem a apoiar países agora comunistas, sendo mais tarde substituídas pelo Plano Marshall, recusado pela URSS e países na sua órbita[262]. Seguindo as passadas da ARA e sua substituta ARAECF, em alternativa ao abandono brusco da ANUAR, seria criado um Fundo dedicado às crianças, enquanto agência especializada da ONU dando prioridade às dos países «vítimas de agressão»[263]. A maior proporção seria destinada a Itália, Jugoslávia, Polónia e Grécia, devendo, em todos os casos, constituir apenas um complemento ao plano governamental e das agências humanitárias de cada país. A grande prioridade era o fornecimento de alimentos, vestuário, calçado e vitaminas, seguida do restabelecimento de instituições e serviços dedicados ao bem-estar infantil, e, por fim, a formação de pessoal especializado na saúde e bem-estar das crianças[264]. Além destas, a luta contra a tuberculose definir-se-ia também como grande prioridade da UNICEF, tendo proporcionado, desde 1948, ajuda médica a menores e mães na luta contra doenças infecciosas[265].

Organização intergovernamental originalmente de carácter provisório, criada com o objectivo de fazer frente à situação de emergência no período crítico de 1947 a 1950, recorrendo às crianças como solução para dar continuidade ao trabalho da ANUAR e oferecer ajuda essencial numa altura em que as circunstâncias políticas o impediam, a UNICEF veria, em 1953, prolongada a sua existência por período indefinido, em boa parte graças ao sucesso

[261] CORTÈS BRAÑA, 2016: 363-417.
[262] BRAUMAN & PETIT, 2002: 18.
[263] U. N. GENERAL ASSEMBLY, 1946.
[264] UNICEF, 1951.
[265] CORTÈS BRAÑA, 2016: 424-437.

das suas acções globais de angariação de fundos que beneficiaria de várias formas a nascente ONU, reunindo todos numa causa comum que enfatizava um mundo unido, seu princípio fundador, ao mesmo tempo que chamava a atenção para a existência do organismo. A agência teria também um papel fulcral na mudança de paradigma que reorientaria a ajuda de emergência no sentido da cooperação para o desenvolvimento, uma vez que, com a recuperação europeia e a permanência de problemas não menos graves em outros pontos do globo e consequente pressão dos países por eles afectados, a Assembleia Geral da ONU aprovaria a decisão de «dedicar uma parcela maior dos recursos da UNICEF ao desenvolvimento de programas fora da Europa»[266], factor que contribuiria também para a tornar um ponto de referência a nível internacional relativamente à promoção das crianças enquanto prioridade dos Estados.

A luta das organizações humanitárias para, durante as duas Guerras Mundiais, colocar as crianças no centro da atenção da sociedade seria, por um lado, crucial para garantia da sobrevivência e alívio do sofrimento dos afectados, assegurando também a própria sobrevivência da Europa, por outro, efectivamente essencial à evolução dos cuidados à infância e do estatuto da criança na sociedade contemporânea, definindo-os como verdadeiramente prioritários. De tal extensão seriam os efeitos que haveria mesmo quem afirmasse ter sido a guerra positiva para a infância[267].

Transformando-as em objecto das relações internacionais, fizeram do bem-estar das crianças, em geral, uma preocupação a nível global (com maior destaque para Europa e EUA), estabelecendo, com os seus erros e sucessos, as bases do humanitarismo actual, convertendo a filantropia tradicional num novo campo de actividade profissional.

Independentemente do grau de instrumentalização política e/ou económica por parte dos Governos, a que de uma forma ou outra estavam inevitavelmente associadas, as organizações actuantes (das quais as referidas, ainda que representativas, são apenas exemplos) impulsionariam de forma decisiva o Estado-Providência moderno (nomeadamente em países industrializados), o desenvolvimento do direito humanitário, a legislação em matéria de Direitos Humanos e a assistência aos países em desenvolvimento, ao destacar a importância das condições ambientais no desenvolvimento da criança e a responsabilidade do Estado na protecção e fomento do mesmo, afirmando a assistência social como direito.

Para as próprias organizações significaria também uma opção honrosa e garantia de sobrevivência (e fundos) numa época em que os Estados se afirmavam como grandes actores do cenário humanitário, tendo o efeito paradoxal de as definir enquanto novos actores do panorama internacional, com função consultiva e/ou cooperativa, proporcionado pelo facto de se terem prestado ao papel de veículo (melhor ou pior dissimulado) da política dos governos a que em muitos casos deviam boa parte do financiamento, estruturas ou mesmo a existência.

---

[266] UNICEF, 1951: 30.
[267] DWORK, 1987.

As consequências da guerra nas crianças e a forma como com elas lidaram as organizações humanitárias promoveram ainda estudos (e campo de experiências, na maior parte dos casos) com consequentes progressos em campos distintos de interesse geral: nutrição e higiene alimentar, cuidados de saúde física (principalmente na I Guerra Mundial), psicologia e psiquiatria infantil e bem-estar geral (uma ampliação introduzida na II) e conhecimento acerca dos efeitos da guerra e das evacuações nas crianças, com consequências nas respostas em quadrantes como a pedagogia, a institucionalização ou o tratamento da delinquência de menores[268].

2.4. OS TRANSPORTES PARA RESTABELECIMENTO DE CRIANÇAS

O transporte de crianças e sua recolocação de curto ou médio prazo em zonas consideradas seguras foi uma das práticas mais comuns e drásticas entre vários dos organismos, governamentais ou não, que lhes prestaram assistência durante e após os dois conflitos mundiais. Este tipo de acção, que ganharia destaque nesta época ao ser grandemente documentada pelos *media* contemporâneos, aparece, contudo, na senda de uma série de práticas filantrópicas de apoio a crianças carenciadas, levadas a cabo não só na Europa mas também na América do Norte. Com origens no século XIX, aparecera como resposta à crescente pobreza e mortalidade infantis que acompanhavam os processos de industrialização e modernização.

Uma das primeiras acções deste género foi promovida pela *US Aid Society* em meados do século XIX, nos EUA. Com carácter de experiência social, o *Orphan Train Movement* levaria entre 150 e 200 mil crianças abandonadas, órfãs ou sem-abrigo, de grandes cidades para famílias de acolhimento em cidades mais pequenas ou aldeias[269]. Dentro dos mesmos moldes, em resposta à Grande Fome de 1845-52 na Irlanda, muitas crianças seriam enviadas e mesmo adoptadas por famílias no Canadá e na Austrália[270]. Em resposta à Fome Russa de 1921, a Rússia Soviética enviaria 2000 crianças de zonas mais desprovidas para a Checoslováquia[271]. Em sentido contrário seguiriam crianças órfãs e abandonadas espanholas, durante a Guerra Civil, entre 1936 e 1939, algumas tendo sido também encaminhadas para França, Inglaterra e México, o mesmo tendo acontecido durante a Guerra Civil Grega, entre 1946 e 1949, durante a qual as crianças eram transportadas para a Europa Central e de Leste[272].

Durante as duas Guerras Mundiais, os transportes ganharam uma dimensão e alcance até então inéditos, devido à propaganda visual documentando o sofrimento das crianças antes das acções de socorro, a implementação das mesmas, e a transformação conseguida por meio delas. Usando imagens idealizadas das estadias, estas eram vistas e publicitadas, durante e após ambos os conflitos, como necessárias para garantir o bem-estar físico das crianças empobrecidas e

[268] CORTÈS BRAÑA, 2016: 487-539.
[269] HUBINETTE, 2006: 141.
[270] O'GALLAGHER, 2008: 50-56.
[271] SMIRNOVA, 2010: 26-50.
[272] KIND-KOVÁCS, 2013: 5-6.

esfomeadas, incorporando quer as crianças quer as organizações que as auxiliavam, «ideais de inocência, pureza, humanidade e solidariedade». Ao testemunhar a dor mas também o seu alívio, o cidadão comum podia identificar-se com as organizações «salvadoras», apresentadas como heróicas pela contra-imagem — visual mas também verbal — da guerra e sentir-se parte da acção meritória, tornando-se doador e aumentando o apoio público das organizações[273]. O mesmo tipo de documentação, usada no início dos conflitos para garantir a mobilização dos povos em confronto — incluindo das crianças —, como parte da propaganda oficial de cada nação, era, nos seus últimos anos e anos posteriores, usado para evidenciar a degradação das condições de vida, nomeadamente de saúde (durante a I Guerra Mundial), com o objectivo de garantir apoio público (e) internacional. As imagens do sofrimento, usadas pelas organizações humanitárias — de modo especial pela *Save the Children*, que colocaria a ênfase da culpa pela situação desesperada das crianças no bloqueio aliado — seriam então, no pós-I Guerra Mundial, seguidas das do seu alívio imediato em resultado das acções daquelas organizações.

Para fazer frente à situação de privação generalizada criada pela guerra e pelo bloqueio aos Impérios, tornada mais severa devido às consequentes baixa produção agrícola e interrupção dos transportes internos, a *Kaiser Karl Wohlfahrtswerk* (organismo de assistência social para o Império Austro-Húngaro, com sede em Viena) procuraria, já durante o conflito, oferecer assistência às crianças do Império, especialmente afectado pelo culminar da situação de malnutrição severa no pós-guerra. Ainda que de forma temporária e só para os mais pobres, principalmente nas cidades — mais marcadas pelo degradar das condições de vida promovido pela industrialização e mais afectadas pela destruição causada pela guerra —-, além de alimentar os famintos, o organismo provia cuidados médicos, colocava órfãos em famílias de acolhimento ou asilos estatais e iniciaria uma acção de Verão de grande escala, nos últimos anos da guerra. Enviando crianças necessitadas das zonas urbanas para áreas rurais ou costeiras, as campanhas *Kinder Ausland* e *Kind aus Gast* iniciaram o transporte de centenas de crianças promovendo um intercâmbio através do Império. Para recuperarem das agruras dos tempos de guerra, crianças malnutridas, dos 6 aos 14 anos de partes germanófonas da Boémia e da Baixa Áustria, eram enviadas para *resorts* de férias ou famílias nas zonas rurais húngaras, com melhores condições do que outras regiões, principalmente durante o tempo de guerra e bloqueio. Em contrapartida, a *Acção Férias de Verão* (conhecida como *Károly Király Gyermeknyaraltatása,* no original húngaro) levaria milhares de crianças frágeis húngaras para a beira-mar do Adriático. Maioritariamente entregues aos cuidados de famílias de acolhimento (idealmente agricultores, que podiam oferecer alimentos mais nutritivos), as crianças seriam também acolhidas em castelos vazios, cedidos pelo clero e aristocracia, em várias regiões do Império. A condição física geral das crianças definia quais receberiam ajuda nas cidades e quais seriam enviadas para o campo e para a beira-mar, normalmente as que fossem suficientemente magras para justificar a necessidade. Avaliadas por exame médico, só eram aceites as

[273] SONTAG, 2002.

que não estivessem doentes, especialmente com doenças contagiosas, deixando de fora as que mais sofriam a nível de saúde, sendo que todas as crianças se deveriam apresentar em condição «impecável» (com roupa e higiene apropriadas) sob pena de não poderem participar dos transportes. As estadias não deviam ser interrompidas por contacto de qualquer tipo com as famílias de origem para garantir que a estadia também fortalecia a independência emocional e as capacidades sociais da criança. Na verdade, além do bem-estar físico das crianças, alcançado na maioria dos casos, pelo menos a julgar pelos relatos da imprensa da época, outro dos objectivos da Acção era fortalecer os laços entre as diferentes terras da coroa, progressivamente mais marcadas por conflitos nacionalistas, e contra a Monarquia, antes da dissolução do Império Austro-Húngaro. O símbolo da «criança imperial» seria vital nesses últimos anos do Império, ainda que os próprios transportes acabassem por alimentar a competição entre as diferentes tendências. Em 1917 surgiriam também transportes que atravessavam a fronteira imperial, organizados pelo Departamento Popular de Nutrição do Império, num programa denominado *Children to Switzerland* que teria, no entanto, curta duração, dada a oposição da opinião pública suíça (que preferia dedicar os seus meios às crianças nacionais) e a concorrência que representavam ao programa de transportes interno[274].

Com o colapso do Império Austro-Húngaro, a identidade geográfica, social e política das terras que dele faziam parte seria seriamente afectada. A Hungria sofreria mais no pós-guerra do que durante o período em que durara o conflito, sendo, juntamente com a Áustria, apresentada como lugar onde «a vida é mais pobre», mesmo quando comparada com a restante Europa Central[275]. Com os sistemas sociais do pré-guerra desestruturados, as organizações de apoio às crianças de Viena e Budapeste procurariam ajuda externa, sendo que a destruição a que estavam votadas justificaria piedade internacional acrescida. Além de pontos de distribuição de alimentos, roupa e tratamento médico, fornecimento de habitação temporária, educação e formação de profissionais sociais, a partir de 1920, as agências de ajuda internacional a crianças, em cooperação com os organismos nacionais, enviariam milhares de crianças do antigo Império para estadias com famílias na Suíça, Holanda, Suécia, Grã-Bretanha e, mais tarde, Bélgica. A Acção, suportada na sua quase totalidade pelo SCF e o CICV, seria reconhecida como tendo impacto duradouro na situação física das crianças mas também no turismo internacional e situação económica dos países auxiliados. Idealizados para não irem além dos 6 meses, os transportes resultavam várias vezes em permanências de longo prazo, com uma considerável percentagem de crianças a não mais regressar à família de origem (5 a 10% no que concerne às crianças húngaras na Bélgica, por exemplo), sendo que quanto maior fosse a clivagem económica entre famílias de origem e acolhimento maior era a probabilidade de que tal se verificasse. O facto de se tratar maioritariamente de órfãos tinha também o seu peso[276].

---

[274] SONTAG, 2002.
[275] CHANEBY, 1920.
[276] Vera Hajtó *apud* KIND-KOVÁCS, 2013: 21.

Com grande grau de interferência nas vidas de famílias e crianças, as organizações humanitárias priorizavam o bem-estar físico acima da condição emocional destas últimas, tendencialmente optando por ignorar os problemas relacionados com a separação das crianças das suas famílias de origem nos seus relatórios oficiais[277].

O mesmo aconteceria durante a II Guerra Mundial, ainda que, no referente às crianças judias, os transportes adquirissem um carácter salvífico, significando por vezes a sobrevivência do único elemento de toda uma família. Os *Kindertransporte*, como mencionado anteriormente, levariam, entre Dezembro de 1938 e Setembro de 1939, milhares de crianças para o Reino Unido, dando prioridade a filhos de pais em campos de concentração, sem-abrigo e órfãos[278]. Acolhidas por famílias, em lares ou acampamentos, as crianças enfrentavam as saudades dos pais biológicos, vendo-se obrigadas a adaptar-se a novos costumes, comida, língua e, em alguns casos, à religião das famílias de acolhimento (muitas das quais eram cristãs e tentavam convertê-los), facto que levaria a críticas por parte dos organizadores judeus e a tentativas de as retirar às famílias de acolhimento (inclusivamente através de raptos). Algumas crianças eram também vítimas de abusos, obrigadas a trabalhar, sendo que a selecção das famílias de acolhimento era meramente baseada na aparente respeitabilidade das mesmas e suas condições de habitação (justificável tendo em conta a urgência que marcou a organização destes acolhimentos, anunciados por apelo na rádio *BBC Home Service*), verificada por parte de voluntários do *Refugee Children's Movement* (RCM)[279]. Na Áustria e na Alemanha eram também os seus representantes quem escolhia, organizava e transportava as crianças, contando com o apoio da *World Jewish Relief*, dando conta da quase unanimidade entre os pais das crianças acerca da vontade de enviar os seus filhos para o Reino Unido. Os documentos de viagem eram atribuídos a grupos, dispensando a necessidade de visto, «de crianças a ser admitidas no Reino Unido para fins educacionais», contendo apenas o nome, género, idade, local de nascimento e os nomes completos e morada dos pais. Consigo estavam autorizados a levar apenas uma pequena mala selada, sem quaisquer objectos de valor dentro, e um máximo de 10 marcos em dinheiro[280]. Devido à exigência nazi de não interferência no trabalho dos portos alemães, a maioria dos transportes seria feita de comboio até à Holanda ou Bélgica, seguindo-se a viagem de *ferry* até um porto britânico e de novo em comboio até Londres, acompanhados por representantes *Quaker*. À chegada a Londres, as crianças sem famílias predestinadas eram escolhidas de uma forma que seria comparada a um «mercado de gado», com as crianças menos afortunadas a sofrerem os efeitos da rejeição[281]. As crianças não reclamadas eram encaminhadas para abrigos temporários e campos de férias e mais tarde acolhidas na *Whittingehame Farm School*, na Escócia, propriedade do antigo Primeiro-Ministro britânico Arthur

[277] NEVINSON, 1920.
[278] HODGE, 2012: 17-19.
[279] EAST RENFREWSHIRE COUNCIL'S HOLOCAUST, [s.d.].
[280] HARRIS & OPPENHEIMER, 2000: 98.
[281] TOWNSEND *et al.*, 1979: 66.

Balfour (autor da Declaração Balfour que, em 1917, sugerira a criação de uma «nação para o povo judeu» na Palestina)[282].

Em 1939, a invasão da Polónia marcaria o dia da partida do último comboio da RCM destinado ao Reino Unido. No ano seguinte, aquando da aproximação do exército do *Reich* do Canal da Mancha, os maiores de 16 anos — refugiados de «países inimigos» nos quais se incluíam crianças acolhidas por meio dos transportes, entretanto crescidas — seriam confinados a campos ou obrigados a emigrar, boa parte dos quais deportados para o Canadá e a Austrália (onde eram tratados como inimigos). Os maiores de 18 anos seriam convidados a juntar-se ao esforço de guerra britânico, usando as suas aptidões linguísticas como mais-valia, à medida que a situação de alarme ia retrocedendo e que iam sendo reabilitados enquanto anti-nazis. No final do conflito, muitas das crianças acolhidas procurariam, sem sucesso, sobreviventes das suas famílias biológicas, sendo que, por essa ou outras razões, 75% dos transportados acabariam por ficar na Grã-Bretanha[283].

Entretanto, também a Holanda, a Dinamarca e a Suécia receberiam crianças através dos *Kindertransporte*, a maioria das quais esperava certificados de emigração para a Palestina. Inicialmente, as crianças provinham essencialmente de Berlim e Viena, mas, após a invasão da Checoslováquia, em Março de 1939, começariam a partir também de Praga, terminando tais transportes em Setembro do mesmo ano, com a invasão da Polónia. O último *Kindertransport* registado deixaria a Holanda em Maio de 1940, em consequência da invasão do país, sendo que muitas crianças transportadas estavam ainda ali e na Bélgica aquando da ocupação alemã, acabando por perecer às mãos dos nazis[284]. Na França seria a organização judaica *Oeuvre de Secours aux Enfants* (OSE — nascida na Rússia, em 1912, e transferida primeiro para Berlim, depois para Paris e, por fim, para Creuse, na zona não ocupada da França) que manteria centenas de pequenos judeus alemães, austríacos e checos — chegados após o *Anschluss* — em lares de acolhimento e, depois da ocupação, trataria de auxiliar os escondidos e de, com ajuda de outras organizações humanitárias, assisti-los e negociar a sua libertação de campos de concentração (seguida de acolhimento em lares), por vezes encarregando-se mesmo de os subtrair aos próprios pais quando estes eram deportados. As organizações judaicas esforçar-se-iam por garantir a emigração das crianças, mas teriam de fazer frente, por exemplo, ao cepticismo dos judeus norte-americanos, temerários de uma reacção anti-semita dentro do seu país. A operação *One Thousand Children* acabaria por conseguir, entre 1934 e 1945, que cerca de 1.400 menores não-acompanhados, maioritariamente judeus, fossem levados para os EUA, depois de várias propostas serem recusadas pelo Congresso e de terem sido colocados entraves à entrada de refugiados judeus no país[285].

---

[282] KLINGER, 2010.
[283] FAST, 2010: 74.
[284] THE KINDERTRANSPORT ASSOCIATION, [s.d.].
[285] WYMAN, 1984: 124-142.

Apesar do risco evidente que ameaçava as crianças judias, a comunidade internacional não esteve à altura das circunstâncias. Assim, a emigração destas crianças para os EUA foi muito limitada por vários motivos, entre os quais estavam o sistema de quotas, o isolacionismo, o temor da infiltração de comunistas e espiões, a crise económica e o desejo de dar prioridade aos seus próprios cidadãos.

Perante isto, foram criadas várias redes clandestinas para a transferência de crianças para países seguros, entre as quais se destacaria o trabalho da OSE, principalmente com destino à Suíça, com a criação da Rede Garel — estrutura clandestina com sede em Genebra onde chegavam e eram geridos os fundos provenientes do *American Jewish Joint Distribution Committee*. Apoiada por organizações laicas e religiosas, a rede acabaria por dar por terminadas as travessias fronteiriças em 1944, após a captura e morte de alguns dos seus elementos por parte da Gestapo. Havia também a Rede Marel, na zona de Nice, e a *Croix-Blanche*, na Bélgica, que também passava crianças para a Suíça. Outros dos destinos da chamada «resistência humanitária» eram Portugal e Espanha. Contudo os perigos da passagem pelos Pirenéus dificultavam a viagem[286].

No final da guerra, a OSE tomaria conta, em França, de centenas de crianças saídas de campos de concentração, sendo outras centenas acolhidas na Grã-Bretanha. Os sobreviventes (não só dos campos, mas também dos esconderijos um pouco por toda a parte), particularmente indisciplinados e sedentos de liberdade, tinham-se tornado maioritariamente sem-abrigo, boa parte também apátridas, e muitos tinham dificuldades em reatar laços com os próprios pais. Afectados emocionalmente, tinham que ultrapassar os seus traumas frequentemente sem ajuda, sentindo-se culpados por ainda estarem vivos[287].

Entretanto, organizações sionistas, como a *Youth Aliyah,* procuravam conduzi-los para a Palestina, situação que se exacerbaria no final da guerra, com as crianças refugiadas a serem pressionadas a emigrar. Ao projecto sionista convinha ainda convencer os pais de que seria mais fácil para a família entrar no futuro Estado judaico se deixassem os menores seguir primeiro. A própria ANUAR, tendo a seu cargo as repatriações de 20 mil menores não acompanhados, propiciava a reunificação familiar nestes moldes, consciente das implicações políticas da questão. Frequentemente, as crianças, com vontade de servir a causa judaica indo para Israel, por vezes desejosas de uma «pátria onde não se sentissem diferentes», acabavam por recusar reunir-se às respectivas famílias entretanto emigradas para outros lugares do mundo, como os EUA, uma situação já de si complicada pela dificuldade de estabelecer custódias e adopções. Uma vez que as organizações sionistas queriam, a todo o custo, tutelar os pequenos — com ou sem família —, algumas famílias cristãs (por exemplo, na Polónia e Países Baixos) devolviam-nos em troca de dinheiro, sendo que, por vezes, as organizações apresentavam falsos pais biológicos para conseguir os seus objectivos[288].

---

[286] CORTÈS BRAÑA, 2016: 61-65.
[287] CORTÈS BRAÑA, 2016: 78-81.
[288] ZAHRA, 2011: 89.

Além de judeus, também eslavos e ciganos foram perseguidos, tratados como sub-humanos e eliminados se não servissem qualquer propósito do Reich. Em contrapartida, crianças de aparência germânica de países conquistados pelos nazis — mesmo não sendo órfãs — eram forçadas à adopção por parte de famílias «arianas», destinados à «germanização» que rompia todos os vínculos com as suas origens. Tal facto torná-las-ia praticamente impossíveis de identificar e devolver às famílias de origem, no final do conflito, sendo que muitas famílias alemãs a quem haviam sido entregues acabariam por abandoná-las após a queda do Reich. Outras famílias, no entanto, da mesma forma que funcionários de instituições onde haviam sido também acolhidas crianças, lutavam contra os pretensos países de origem daquelas. Estes, por questões demográficas e de orgulho nacional, pretendiam reavê-las, nem sempre priorizando o interesse dos menores, muitas vezes obrigados a deixarem os pais adoptivos e a serem entregues a instituições ou pais biológicos desconhecidos e pertencentes a uma cultura agora estranha. A França, por exemplo, repatriaria da Alemanha centenas de supostos filhos de pais franceses, mesmo se já com família, numa política que terminaria assim que a taxa de natalidade voltou a aumentar no país. Os Estados, no geral, necessitados de cidadãos para a reconstrução no final da guerra, não só eram selectivos em relação aos imigrantes que aceitavam como cobiçavam os mais pequenos pela sua grande capacidade de assimilação, tornando a adopção internacional em «mais que uma solução para uma crise humanitária». No início da Guerra Fria, por exemplo, os governos dos EUA e da Grã-Bretanha criavam entraves à devolução dos menores a países na órbita soviética, como a Checoslováquia, a Jugoslávia, a Polónia ou os países bálticos. Também instituições religiosas mentiriam sobre a morte dos pais dos pequenos, tentando apropriar-se deles e destiná-los ao sacerdócio. Na Noruega, o Governo tentaria deportar os nascidos de relações (consentidas ou não) com ocupantes para a Alemanha, a Suécia e a Austrália (que procurava migrantes brancos para compensar a alta proporção de asiáticos), acabando por estigmatizá-los e ostracizá-los. O mesmo aconteceria aos filhos de norte-americanos de cor com mulheres do antigo Reich, muitos dos quais acabariam por ser adoptados nos EUA[289].

Entretanto, e desde 1941, crianças de grandes cidades alemãs eram enviadas para acampamentos para melhorar as suas condições de saúde:

> *Assim que começaram os bombardeamentos, dezenas de milhares de crianças foram evacuadas para o campo através do programa Kinderlandverschickung, ou KLV. Crianças dos 6 aos 10 anos de idade foram enviadas para famílias e dos 10 aos 14 anos para acampamentos comunais, ao mesmo tempo que um plano foi elaborado para levar mães com crianças pequenas para comunidades rurais*[290].

[289] ZAHRA, 2011: 112-121.
[290] NICHOLAS, 2006: 123.

Calcula-se que entre 3 e 5 milhões tenham sido evacuados por este programa de transportes, apesar de alguns pais não terem permitido a participação dos seus filhos, porque não era obrigatório e porque o seu objectivo era, na verdade, desvincular as crianças da sua família, «colocando-a[s] na órbita nazi»[291].

Também na Grã-Bretanha houve, no início da II Guerra Mundial, uma grande preocupação com os bombardeamentos, que levaria a uma espécie de psicose geral, a qual justificaria a construção de abrigos antiaéreos e a distribuição de máscaras de gás para as crianças por parte do Governo, bem como a organização de transportes de evacuação de crianças, mães de menores de 5 anos e grávidas das grandes cidades para o campo. Seriam precisamente os britânicos os primeiros a organizar uma operação deste género neste contexto, tendo iniciado já em 1939 (sendo que crianças com deficiências e animais domésticos tinham já sido levados em 1938) a acção que ficaria conhecida como Operação Flautista de Hamelin. O fecho de escolas seria usado para pressionar os pais a aceitarem as evacuações para acampamentos colectivos, mansões em zonas rurais ou famílias de acolhimento. A selecção de quem ficava com quem era feita, à semelhança do que acontecia com os *Kindertransporte*, em local público. Por vezes, as famílias estavam mais interessadas na mão-de-obra barata e/ou ajudas económicas recebidas pelo serviço[292].

Haveria muitas experiências felizes mas também dificuldades, especialmente relacionadas com choques resultantes de níveis de vida diferentes entre famílias de acolhimento e acolhidos. Por outro lado, a escassez de meios e o excesso de pessoas tornariam as evacuações um problema social. Quando, em 1940, começou a Blitzkrieg várias organizações assumiriam a função de transferir as crianças (britânicas e refugiadas) para a América do Norte, África do Sul e Oceânia, sendo que nos EUA surgiria em resposta o *United States Committee for the Care of European Children*, que se encarregaria da sua acomodação (mediante garantia financeira). A aculturação era um dos riscos do processo, juntamente com o cansaço mútuo, pelo prolongamento de uma medida prevista como temporária. A reinserção das crianças evacuadas para outros países criaria também dificuldades, tendo a experiência levado as crianças a conhecer níveis de vida diferentes, o que provocaria, por um lado, situações de hostilidade relativamente aos pais biológicos e sentimentos de culpa por parte dos pequenos, e, por outro lado, uma oportunidade para contactos entre diferentes classes sociais, o que contribuiria, entre outros factores, para o nascimento do Estado-Providência no Reino Unido[293].

No final da II Guerra Mundial, a *Croix-Rouge Suisse — Secours aux Enfants* (CRS-SAE) propor-se-ia, como se referiu anteriormente, a acolher na Suíça 10 mil crianças de países afectados pelo conflito, por períodos de 3 meses. A selecção, realizada com o auxílio das delegações nacionais da Cruz Vermelha, baseava-se essencialmente no estado de debilidade das crianças, independentemente da sua condição social, excluindo todas aquelas que estivessem

[291] MACARDLE, 1949: 19.
[292] JACKSON, 1985: 1-8.
[293] CORTÈS BRAÑA, 2016: 90-95.

doentes: o elevado grau de malnutrição garantia maior probabilidade de ser aceite e «avitaminoses reversíveis, anemias ligeiras, inchaço ganglionar não devido à tuberculose e distúrbios tuberculosos inactivos» não o impediam. Estas deviam ter entre 5 e 13 anos (porque se mais velhos mais problemáticos) ou, no caso dos alemães, austríacos, húngaros e italianos, até aos 10 (para evitar aqueles que pudessem ter sido influenciados pela ideologia nazi)[294].

Cada transporte, realizado por comboios disponibilizados pelos caminhos-de-ferro suíços, levava cerca de mil crianças, as quais tinham antes sido desparasitadas e examinadas nos centros de reagrupamento, sendo depois reunidas num antigo hotel da cidade de Genebra, entretanto transformado em centro de acolhimento para o propósito. Viajavam com uma autorização colectiva da parte da *Police Fédérale des Étrangers*, acompanhadas por voluntárias e uma escolta militar, sendo que o mesmo comboio deveria partir 48 horas mais tarde para fazer regressar a suas casas outras crianças que já haviam beneficiado da estadia. O primeiro destes transportes chegaria a Genebra em Março de 1942, tornando popular a imagem das crianças estrangeiras recebidas como heróis pela população em massa. A CRS-SAE distribuía as crianças pelas famílias (que se encarregavam, na sua maioria, dos seus gastos de sobrevivência) ou instituições, tendo em conta as suas especificidades linguísticas e religiosas, fazendo também um acompanhamento da estadia, especialmente necessário tratando-se de crianças naturalmente traumatizadas pelas vivências em tempos de guerra. As crianças mais velhas eram normalmente sujeitas a uma fase de ambientação em acampamentos e os casos que se revelavam como mais difíceis eram encaminhados para instituições[295].

Os transportes seriam, no entanto, interrompidos aquando da ocupação total da França, em finais de 1942, só sendo retomados após a libertação, ainda com a guerra em marcha, o que causaria muitas dificuldades à organização e à garantia da segurança das crianças implicadas. No final do conflito, o número de transportes de pequenos franceses, luxemburgueses, holandeses, italianos e belgas atingiria o dobro, com britânicos, alemães, checos e húngaros a juntar-se em 1946 e, mais tarde, também espanhóis, polacos e gregos refugiados em França. No ano seguinte, a prioridade passaria para austríacos e alemães (sendo que os da zona de ocupação soviética só a partir de 1948). A CRS-SAE financiava os transportes dentro da Suíça, a alimentação durante as viagens, os cuidados médicos, hospitalizações e manutenção dos lares e os tratamentos a crianças com tuberculose leve (considerada recuperável com a estadia na Suíça). Às organizações que haviam sido incorporadas na CRS-SAE, anteriormente pertencentes ao Cartel Suíço, como a Caritas, foi dada também a possibilidade de organizarem transportes por sua conta, desde que respeitando os princípios e protocolos da organização a que se haviam afiliado e respondendo à sua supervisão[296].

---

[294] CORTÈS BRAÑA, 2016: 315.
[295] Odette Micheli *apud* CORTÈS BRAÑA, 2016: 316-317.
[296] CORTÈS BRAÑA, 2016: 320-321.

2.5. A CARIDADE CRISTÃ E A ACÇÃO HUMANITÁRIA DA IGREJA

Como brevemente referido em pontos precedentes, muito antes do estabelecimento da lei humanitária internacional, a assistência aos afectados por desastres naturais, perseguições, deslocações e guerra era tomada como missão por indivíduos e comunidades religiosas, inspirados pela compaixão, respeito pela dignidade humana, necessidade de ajuda aos mais pobres, protecção dos mais vulneráveis, alívio dos mais sofredores e acolhimento dos que procuravam refúgio.

O tema da justiça para os pobres, os marginalizados e os estrangeiros era já central nas escrituras dos hebreus. Os primeiros seguidores de Jesus Cristo tomariam como bandeira o apoio aos indigentes, escravos, viúvas e incapacitados. Os perseguidos procuravam asilo em templos e cidades de refúgio e mais tarde em mosteiros. Já no Império Romano, o Imperador Constantino IV formalizaria o cuidado aos necessitados por parte da Igreja Católica, obrigando os bispos a visitar prisões e a ajudar as viúvas. As diferentes ordens religiosas afirmariam também o espírito de ajuda ao próximo, estabelecendo-se, entre as diferentes congregações, especialidades em termos de serviços, criando-se hospitais e outras estruturas em várias frentes. Vários homens da Igreja introduziriam, por sua vez, importantes desenvolvimentos no apoio às populações. Esse tipo de ajuda e protecção seria progressivamente assumido pelos Estados, passando as instituições sociais da Igreja a contar cada vez menos com apoios oficiais e mais com a generosidade dos crentes[297]. Seguindo os mesmos princípios — ainda que hoje criticadas pela sua cumplicidade com o colonialismo —, as sociedades missionárias, que floresceriam nos séculos XVIII e XIX na Europa, nas Américas e em África, procurariam evangelizar em continentes distantes, prestando também apoio humanitário e despertando atenção nos seus países de origem para as necessidades noutros locais, o que levava a respostas por parte de outras congregações, deixando um legado de envolvimento da Igreja nos serviços sociais em praticamente todo o mundo, nomeadamente em áreas como a educação e a saúde. Nas tradições ortodoxa e protestante seria estabelecida uma categoria especial de ministério, o diaconado, para levar a cabo o serviço aos outros, baseado não só nos valores cristãos da caridade e misericórdia mas também na crença no valor absoluto da pessoa humana[298].

Da mesma forma, «o Islão enfatiza a dignidade humana, a oferta caritativa e a ajuda aos pobres. O Hinduísmo valoriza a compaixão, a não-violência e o serviço à comunidade. Centrais para o Budismo são os conceitos de compaixão, tolerância, inclusão e empatia pelo sofrimento alheio»[299]. A assistência humanitária moderna baseia-se portanto em antigas tradições e valores partilhados pelas fés de maior relevo no mundo, colocando o papel das organizações de carácter religioso como central no panorama geral da ajuda e protecção humanitárias.

---

[297] KATOLIKUS KARITÁSZ, [s.d.].
[298] FERRIS, 2005: 314, 316-317.
[299] BROOKS, 2014.

Tal como referido anteriormente, o crescimento da preponderância da sociedade civil no auxílio em situações de emergência e os efeitos da globalização criaram solo fértil para a proliferação e crescimento da importância das ONG. Contando com representação em mais países que muitos governos, dispondo, em certos casos, de orçamentos maiores que aqueles com os quais se relacionam, e reunindo mais credibilidade junto dos cidadãos do que organismos de apoio humanitário a eles associados, estas garantem em conjunto mais ajuda humanitária que todo o sistema das Nações Unidas[300].

Dentro das ONG, aquelas que têm base religiosa destacam-se pelo largo número de afiliados, muitas vezes voluntários, que se dedicam ao desenvolvimento de actividades dentro de um variado espectro de acção que inclui a ajuda humanitária, projectos de desenvolvimento a longo prazo e o activismo pela causa da justiça. Partilhando estruturas e projectos com as homólogas de carácter laico, e sujeitas às mesmas influências políticas, sociais e económicas, as organizações religiosas são assim qualificadas pela sua:

> […] *afiliação a uma entidade religiosa; declaração de objectivos com referência explícita a valores religiosos; apoio financeiro por parte de fontes de carácter religioso; estrutura administrativa em que a selecção de cargos de direcção ou funcionários é baseada em crenças religiosas ou afiliação e/ou processos de decisão são baseados em valores religiosos*[301].

No que se refere ao Cristianismo há ainda diferenças entre organizações cujos valores são explicitamente cristãos mas que não estão formalmente relacionadas com Igrejas ou organismos a elas ligados, e aquelas que estão intrinsecamente relacionadas com estes, dos quais são exemplos o Conselho Mundial de Igrejas ou a *Caritas Internationalis*, ambas extensamente envolvidas na comunidade humanitária internacional e mobilizadoras de grandes recursos[302].

As primeiras ONG cristãs apareceram ainda no século XIX, com destaque para a protestante YMCA, criada em 1844, em Londres, e, precisamente, a católica Caritas, fundada em Colónia, em 1897[303]. No imediato pós-II Guerra Mundial, o crescimento do número de organizações criadas para responder a necessidades humanitárias incluiria várias associadas à fé cristã, algumas com origens já no período entre guerras, como a *Christian Aid* ou a *Church World Service*, outras mais tardias, como a Federação Luterana Mundial, de 1947, ou o Conselho Mundial de Igrejas, de 1948. Um estudo de 1953 indicava que 90% de toda a ajuda humanitária do pós-guerra teria sido garantida por instituições religiosas. Nas décadas de 50 e 60, terão sido as ONG, principalmente as de carácter religioso, que terão garantido o apoio aos refugiados, assumindo a liderança na luta pela recolocação de refugiados húngaros após a intervenção soviética de 1956, ao mesmo tempo que promoviam a cooperação entre diferentes

[300] SMILLIE & MINEAR, 2004: 20.
[301] FERRIS, 2005: 312.
[302] FERRIS, 2005: 313.
[303] BARNETT & STEIN, 2012: 215.

organismos. Alguns autores defendem que terão sido as ONG ligadas a Igrejas as principais responsáveis pela inclusão de referências aos direitos humanos na Carta das Nações Unidas[304].

Criticadas por prestar auxílio humanitário imbuído de princípios religiosos e valores ocidentais — dada a tradição colonialista —, as organizações cristãs, nomeadamente as de tradição católica, tendem, no entanto, a ter uma abordagem mais global do que as suas congéneres judaicas e islâmicas (e mesmo protestantes), não respondendo a distinções ligadas a afiliação religiosa e actuando em praticamente todos os países do mundo[305]. Por outro lado, em zonas que enfrentam crises e conflitos, quando os Estados perdem força, as populações tendem a procurar apoio e segurança em estruturas comunitárias tradicionais e instituições religiosas, as quais fortalecem o sentido de identidade, as oportunidades de comunicação e partilha de sentimentos de compaixão, conforto, coragem e esperança. Comunidades locais de carácter religioso, nas quais frequentemente se baseiam as intervenções internacionais das ONG de fundo religioso, têm a capacidade de promover recursos consideráveis em termos de resposta humanitária, incluindo «capital social, recursos humanos, resiliência espiritual, infra-estruturas, e apoio financeiro»[306]. As crenças e convicções religiosas podem constituir uma «base essencial na relação com a fragilidade humana e ordens sociais e económicas decadentes, assegurando esforços comuns para a promoção do bem-estar, dignidade, justiça social e paz civil», à medida que as organizações religiosas trabalham em conjunto com as comunidades locais, em prol de todos, independentemente da profissão religiosa, reforçando a confiança mútua em contextos plurais. Os benefícios são exponenciados pela partilha de identidade religiosa e prioridades entre os beneficiários e as organizações, facilitando esta o acesso a redes e infra-estruturas comuns, bem como a voluntários motivados e líderes locais, conhecedores das maiores necessidades das populações e das formas mais eficientes de lhes dar resposta[307].

As organizações de cariz religioso, nomeadamente cristãs, apresentam ainda um outro aspecto, também alvo de críticas — neste caso de não respeito do princípio de neutralidade —, que as distingue de outras ONG, normalmente diferenciadas como humanitárias (tradicionalmente mais ligadas à ajuda de emergência) ou promotoras de Direitos Humanos (cujo principal objectivo é a protecção das vítimas através da denúncia de violações)[308], ainda que seja impossível separar inteiramente as duas facetas. O compromisso com a defesa da justiça por parte das organizações religiosas tende a tornar ainda mais ténue tal diferenciação, sendo que estas se dedicam usualmente, em simultâneo, à defesa dos direitos e à assistência no terreno, encarando as duas como partes de uma mesma resposta integrada[309]. «Enraizadas em princípios de fé e caridade, suportadas por largas comunidades de doadores e apoiantes, e ligadas às

[304] FERRIS, 2005: 314-315.
[305] FERRIS, 2005: 317.
[306] AGER *et al.*, 2015.
[307] ACT ALLIANCE, 2015.
[308] MINEAR, 1999.
[309] FERRIS, 2005: 320-321.

comunidades locais», as organizações religiosas desempenham portanto um papel de destaque em termos de respostas humanitárias:

> *Normalmente na linha da frente da resposta às situações de emergência* [as organizações de carácter religioso] *têm como única motivação o seu amor pelos irmãos humanos* […] *O mecanismo baseado na fé é muitas vezes a forma mais fácil de os governos chegarem àqueles a quem raramente alguém chega, e, portanto, em maior necessidade*[310].

2.5.1. *Caritas Internationalis*

Em 1891, a Igreja Católica começou a orientar os seus fiéis através de um conjunto de directrizes claras, à luz dos ensinamentos do Evangelho, sobre como os Cristãos devem responder a problemas sociais como a pobreza, a opressão ou a injustiça. Estas directrizes seriam, desde aquela data, publicadas sob a forma de encíclicas papais, das quais a primeira — *Rerum Novarum*, da autoria do Papa Leão XIII — viria a ser tomada como base da denominada Doutrina Social da Igreja. Pretendendo oferecer uma alternativa ao socialismo, numa época em que a industrialização e seus efeitos começavam a afectar a Itália, a *Rerum Novarum* focava-se nos problemas sociais resultantes da revolução industrial e nas condições inumanas em que vivia a classe trabalhadora, proclamando a «interdependência e a cooperação entre classes» e a resolução de conflitos através da «realização das responsabilidades individuais no espírito da doutrina cristã»[311]. Promovendo a «dignidade da pessoa humana, solidariedade e opção preferencial pelos pobres», que inspiraria as encíclicas que se seguiriam, aquela serviria também de inspiração aos defensores de uma acção político-social dentro da Igreja Católica que advogavam a criação de uma associação centralizada que congregasse diferentes obras beneficentes católicas. Tais aspirações, fomentadas principalmente por padres particularmente activos nos campos social e político, encontrariam resposta no jovem e dinâmico padre alemão Lorenz Werthmann, que, reunindo elementos da Igreja que partilhavam da sua perspectiva acerca da necessidade de conjugar esforços no sentido de uma resposta coordenada da acção social católica, formaria, em 1895, em Friburgo, Alemanha, o *Charitas Committee*. Dois anos mais tarde, unindo várias associações independentes alemãs, a organização, então baptizada como *Charitasverband für das Katholische Deutschland* (organização Caritas para a Alemanha Católica), lançaria oficialmente as suas operações em Colónia, focando-se na assistência e apoio social aos pobres alemães, direccionando-as especialmente para a população católica. Recorrendo à boa vontade de trabalhadores voluntários, Werthmann promoveria uma melhor organização dos meios e recursos humanos e a sensibilização da população para os problemas sociais com que lidavam mais frequentemente, com destaque para o alcoolismo, os casos de deficiências físicas e mentais, os problemas dos trabalhadores imigrantes, das pessoas com doenças sexualmente transmissíveis e das mulheres doentes. A falta de assistência social generalizada seria

[310] FERRIS, 2005: 324.
[311] CARITAS UKRAINE, [s.d.].

também combatida através da provisão de cuidados à infância, formação correctiva para jovens, protecção para jovens mulheres e apoio a doentes. Em menos de 3 anos a organização reuniria mais de 1.500 membros, mantendo-se, contudo, «relativamente informal em termos de estrutura, planeamento financeiro e organização operacional»[312]. Seguindo o exemplo alemão, organizações assistenciais católicas seriam estabelecidas noutros países da Europa, usando a mesma denominação e símbolo criados por Werthmann. As primeiras nasceriam na Áustria e Suíça, nos primeiros anos do século XX, assumindo essencialmente o apoio a crianças do sexo feminino, e, durante a I Guerra Mundial, a pessoas deslocadas e repatriadas, dedicando-se também à ajuda de emergência e ao transporte para recuperação de crianças de zonas urbanas em zonas rurais, o qual se tornaria imagem de marca da acção na Áustria[313]. Seguir-se-iam os EUA, em 1910, aquando do estabelecimento da *Catholic Charities*, e, em 1914, a Holanda — em resposta ao fluxo de refugiados belgas durante a Grande Guerra, sob a designação *Roman Katholieke Huisvestingscomité* — e a Hungria — na sequência de uma acção para apoiar essencialmente os soldados e suas famílias, enquanto *Katholikus Karitász*[314].

A I Guerra Mundial traria novos desafios e uma maior pressão à capacidade de resposta da incipiente associação alemã a situações de emergência, expondo a sua fragilidade, marcada por uma estrutura, planeamento financeiro e quadro de objectivos inadequados, e aconselhando uma maior formalização operativa. Em 1916, o organismo — que até então não contava com o reconhecimento oficial da Igreja Católica Alemã — seria reconhecido pelos bispos alemães como única organização que englobava as operações de socorro por parte da instituição por eles representada, tornando-se no braço responsável pelos serviços sociais da Igreja, o que lhe garantia, a partir de então, financiamento[315].

A ajuda oferecida ao povo alemão por parte de organismos internacionais atingiria o seu pico durante os anos que se seguiram à guerra, com grandes ajudas estrangeiras — organizadas por parte de igrejas, comunidades e grupos em favor da população germânica carenciada — a entrarem no país, especialmente após a assinatura do Tratado de Versailles. A necessidade de organizar a ajuda havia já levado o Papa Bento XV a desenvolver a ideia de dar às instituições de caridade um alcance internacional, e inspirado Werthmann a internacionalizar a sua *Charitas* para que pudesse agir em cooperação com a Cruz Vermelha Internacional[316].

A *Deutscher Caritasverband,* como era à época conhecida, havia então adquirido uma base organizacional firme que lhe permitiria a extensão a toda a Alemanha. Em 1922, a organização estava já presente em todas as dioceses do país, sendo que Benedict Kreuz, sucessor de Werthmann, conseguiria estabelecer uma larga rede de instituições educativas, com oferta formativa em vários campos sociais, bem como programas de formação avançada para o cuidado

[312] FUNDING UNIVERSE, [s.d.]; CARITAS GERMANY, [s.d.].
[313] CARITAS ÁUSTRIA, [s.d.].
[314] CARITAS INTERNATIONALIS, [s.d.]; KATOLIKUS KARITÁSZ, [s.d.].
[315] FUNDING UNIVERSE, [s.d.]; CARITAS GERMANY, [s.d.].
[316] RODRIGUEZ, 2011: 81-82.

a crianças, jovens e doentes e aconselhamento. A organização tornar-se-ia, assim, uma das mais importantes instituições de apoio social da Alemanha, contando, ainda antes do final da década, com mais de 10 mil projectos em todo o país[317].

Em 1921, pouco depois da morte do fundador alemão, o director da congénere austríaca havia proposto o estabelecimento de uma rede internacional que unisse as diferentes associações nacionais com a bênção da Santa Sé. Todavia, apenas em 1924, durante o Congresso Eucarístico de Amesterdão, se realizaria uma primeira tentativa de coordenação internacional das várias associações de assistência católicas. O órgão consultivo resultante foi sediado em Lucerna, na Suíça, sob o nome *Unio Internationalis Catholica Operum Caritatis*. Reunindo delegados de 22 países, a conferência, entretanto denominada *Caritas Catholica*, passaria a reunir-se a cada dois anos, aquando da Conferência de Basileia, até 1936, altura em que as reuniões foram interrompidas devido ao agravamento da situação política na Alemanha[318].

A cooperação entre o governo alemão e organizações de assistência não-governamentais terminou assim que a ditadura nazi assumiu o poder, em 1933, votando a um final precoce as actividades da *Caritas Catholica*, ainda que a maioria das organizações que a compunham tenha continuado a sua acção, enfrentando grandes dificuldades, até 1940, no caso da Europa Ocidental, e até à queda dos regimes comunistas, na Europa Oriental. A actuação da Caritas seria, entretanto, fortemente criticada tanto nos países do bloco fascista quanto na URSS: no primeiro caso, devido à defesa da igualdade perante Deus de todas as pessoas — independentemente de questões étnicas ou raciais; no segundo, devido à rejeição das ideias de revolução social e de luta de classes[319]. Entretanto, a própria Igreja Católica enfrentaria perseguições, nomeadamente na Alemanha, por parte do regime nazi, por vezes em reacção à condenação, pelo papado, das acções do regime — de forma particular através de encíclicas —, e seu apoio a acções de resistência e salvamento de judeus e outros perseguidos. Seria também criticada por aqueles que consideravam que a sua reacção não era suficiente, considerando o «silêncio» do Papa como cobarde e cúmplice com as barbaridades nazis[320].

Debaixo de apertada vigilância e apesar dos limites impostos e intimidações às actividades dos seus colaboradores, a associação conseguiria continuar o seu trabalho, tornando-se, juntamente com a associação da Igreja Evangélica, na única organização nacional ainda operacional na ajuda aos necessitados no período do pós-guerra, apoiando na coordenação da ajuda estrangeira, na ajuda a refugiados e expatriados, na reunificação de famílias e na recuperação geral da Alemanha[321].

Entretanto, no imediato pós-guerra, novas organizações nacionais haviam sido criadas, entre as quais o *Secretariado Nacional de Caridad*, em Espanha (1942), a União de Caridade

---

[317] FUNDING UNIVERSE, [s.d.]; CARITAS GERMANY, [s.d.].
[318] RODRIGUEZ, 2011: 82; FUNDING UNIVERSE, [s.d.]; CARITAS GERMANY, [s.d.].
[319] CARITAS UKRAINE, [s.d.].
[320] THOMAS, 2012: 40-49.
[321] CARITAS GERMANY, [s.d.].

Portuguesa (1946), o *Secours Catholique*, em França (1946), a Caritas Sueca (1946), a Caritas Dinamarquesa (1947) e o *Secours International de Caritas Catholica*, na Bélgica (1948)[322].

Os trabalhos a nível internacional seriam retomados em 1947, com duas conferências realizadas em Lucerna, tendo por objectivo a coordenação de esforços para fazer face à destruição causada pela guerra e a revitalização da cooperação internacional. A Secretaria de Estado do Vaticano aprovaria então a reestruturação da *Caritas Catholica*, confiando-lhe a representação oficial das organizações sociais católicas a nível internacional, principalmente nas Nações Unidas. Em 1950, o Vaticano promoveria uma semana de estudo encabeçada pelo Monsenhor Montini, futuro Papa Paulo VI, para discutir as preocupações acerca da coordenação de acções de assistência internacionais entre organizações católicas, que resultaria na decisão de estabelecer uma confederação Caritas Internacional para substituir a união informal anteriormente existente. Um ano mais tarde, a estrutura para a nova organização estava pronta e a Assembleia Geral Constituinte da Caritas teria lugar em Roma, entre 12 e 14 de Dezembro de 1951, com a bênção da Santa Sé, contando com 13 membros fundadores: Alemanha, Áustria, Bélgica, Suíça, França, Holanda, Luxemburgo, EUA, Canadá, Dinamarca, Itália, Espanha e Portugal. Em 1952 uma Comissão de Ajuda de Emergência seria criada sob a supervisão da Caritas Alemã, sendo a sua primeira grande prova a resposta à Revolução Húngara, em Novembro de 1956.

Em 1957, seria adoptada a denominação *Caritas Internationalis*, reflectindo a crescente presença da Caritas em todos os continentes; um ano mais tarde, o director do Departamento de Ajuda Externa da Caritas Alemã continuaria, contudo, a definir «ajuda externa» como: «assistência voluntária organizada por estrangeiros para o benefício dos cidadãos alemães»[323].

> *Porque tive fome, e destes-me de comer; tive sede, e destes-me de beber; era estrangeiro, e hospedastes-me; Estava nu, e vestistes-me; adoeci, e visitastes-me; estive na prisão, e foste-me ver. Então os justos lhe responderão, dizendo: Senhor, quando te vimos com fome, e te demos de comer? ou com sede, e te demos de beber? E quando te vimos estrangeiro, e te hospedamos? ou nu, e te vestimos? E quando te vimos enfermo, ou na prisão, e fomos ver-te? E, respondendo o Rei, lhes dirá: Em verdade vos digo que quando o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes*[324].

Agindo à luz dos ensinamentos bíblicos, a *Caritas Internationalis*, através das suas representantes a nível nacional, seria responsável por várias acções de âmbito humanitário nas quais se incluem os transportes para recuperação de crianças de vários países europeus em tantos outros. Conjuntamente com outras organizações não-governamentais, a Caritas assumiria assim um dos projectos que mais notoriedade lhe traria a nível internacional. Tais transportes, nomeadamente no que diz respeito ao caso austríaco e, em particular, àqueles que se destinaram a Portugal, serão tratados em pormenor em capítulo posterior.

---

[322] FUNDING UNIVERSE, [s.d.]; CARITAS INTERNATIONALIS, [s.d.]; CARITAS SVERIGE, [s.d.]; LISBOA. Patriarcado, [s.d.].
[323] RODRIGUEZ, 2011: 81-83.
[324] Mateus 25:35-40.

3
PORTUGAL, PAÍS DE REFÚGIO

3.1. O ESTADO NOVO E A II GUERRA MUNDIAL

Caracterizado por grandes divergências ideológicas, o novo modelo governativo da República, instaurada a 5 de Outubro de 1910, teria dificuldades em conseguir coesão interna, assente numa base socialmente restrita aos interesses burgueses e aos centros urbanos e dando origem a tensões e greves operárias, tornando-se as acções de repressão numa constante. As políticas anticlericais acentuariam as diferenças relativamente a uma maioria rural e conservadora, provocando uma forte contestação por parte da Igreja e organismos a ela associados. À constante instabilidade interna, exacerbada pela participação portuguesa na I Guerra Mundial, que daria lugar ao golpe militar de 1926, seguir-se-ia, em Abril de 1928, o convite dirigido a António de Oliveira Salazar para assumir o cargo de Ministro das Finanças. Através de medidas que incluíam o total controlo das despesas dos vários ministérios, o professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, também dirigente da Acção Católica e crítico da República[325], conseguiria o equilíbrio orçamental e a estabilidade financeira e monetária, desenhando uma promessa de ressurgimento do país sustentado numa intervenção directa do Estado, que lhe granjearia o apoio de um número progressivamente mais significativo de forças de direita, conservadoras e radicais, nomeadamente de elementos do exército, que fortaleceria o seu projecto e conduziria à transformação da Ditadura Militar em «Ditadura Nacional»[326].

Convidado a assumir a liderança do Conselho de Ministros em 1932, o líder usaria, um ano mais tarde, a nova Constituição para instituir o modelo político-institucional a partir do então denominado Estado Novo, oficializando a sua liderança. Considerado por alguns o «representante ideal dos interesses da extrema-direita católica», Salazar estruturaria o novo regime em torno da oposição ao liberalismo, que defendia culpado pela crise generalizada das nações, e de uma simpatia indisfarçável por princípios que caracterizavam os regimes autoritários que surgiam na Europa. Em resposta à crise económica motivada pelo *laissez-faire*, defendia «um enquadramento da economia e das relações sociais num projecto colectivo, o corporativismo, no qual os interesses individuais se submeteriam aos da Corporação da Nação». O objectivo era fomentar o crescimento da economia, protegendo os sectores mais tradicionais e respondendo, simultaneamente, aos interesses daqueles que haviam apoiado a ascensão do regime[327].

Pretendendo institucionalizar o diálogo entre os grupos sociais e profissionais, a doutrina corporativa substituía os partidos políticos e outras formas de associativismo, impondo como valores políticos as ideias de colectividade e de bem comum, através do intervencionismo económico-social, por meio da criação e regulação de corporações económicas, patronais ou sindicais.

---

[325] PEREIRA, 2011: 24-28.
[326] BAIÔA, 2003: 6.
[327] TADEU, 2011: 13.

Apesar de partilhar das linhas orientadoras de outros regimes totalitários, entre as quais se destacam o nacionalismo, o imperialismo e a defesa de um Estado forte, o regime português afirmava demarcar-se daqueles ao estabelecer o direito e a moral enquanto limites à acção governativa, encontrando na realidade portuguesa a justificação das suas opções: a centralização do poder executivo e legislativo no Presidente do Conselho de Ministros fundamentava-se nas características do povo e das instituições portugueses, da mesma forma que o nacionalismo português assentava na necessidade de fazer frente ao sentimento de descrença generalizada, deixado pela experiência republicana, recorrendo a uma ideia de nação baseada nos momentos mais virtuosos da História de Portugal, nas figuras relacionadas com a formação do país e nos valores a eles tradicionalmente associados. Apoiava-se assim nas ideias de: Deus, considerando o catolicismo como elemento essencial da «alma da Nação» e a sua missão evangelizadora como indissociável dos seus objectivos políticos; Pátria, enquanto «unidade territorial sustentada pela sua ascendência histórica e moral»; Família, «reduto de moral do país» e elemento agregador indispensável à sociedade pretendida; Trabalho, enquanto elemento de dignidade moral, disciplinador e base da regeneração do país; e Autoridade, consagrando ao Estado a defesa do bem comum e dos princípios considerados fundamentais à construção da sociedade idealizada. A missão civilizadora de Portugal era também exaltada como base do seu imperialismo, de carácter colonial[328].

Sustentando-se em tais dogmas, o Estado Novo afirmava-se assim como «um laborioso compromisso entre interesses dominantes e conservadores até aí desavindos», congregando «num equilíbrio instável elites com interesses e objectivos contraditórios». O discurso ideológico do regime imporia, contudo, o sistema de valores dos sectores «de matriz integralista e católica conservadora», atribuindo a si próprio um papel regenerador da sociedade, no qual se enquadra uma função disciplinadora. Apologista das «virtudes do ruralismo», aplicaria a «inculcação organizada e imperativa» da sua pedagogia ao povo, na qual se revelaria essencial a acção do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), criado, em 1933, para — a par da censura e da constrição das liberdades de expressão e associação, em parte garantida pela acção da Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado (PVDE) — fazer face aos «inimigos da ordem». A «Educação Nacional» e o enquadramento corporativo e/ou miliciano, das mais variadas actividades e sectores da sociedade portuguesa, contribuíam também para a formação e mobilização política das elites mas também da generalidade da população, maioritariamente camponesa. A aposta na «educação popular» e na «cultura popular» surgiria assim como forma de integrar «a massa» tanto nos centros urbanos quanto nos campos, exemplo de uma «visão dualista da cultura» que seria também aplicável a outros aspectos da vida do país[329].

A «Campanha do Trigo», de 1929 a 1937, seria demonstrativa da faceta mais rural e proteccionista do regime salazarista, preocupado com a auto-suficiência do país, também visível

[328] PEREIRA, 2011: 31-40.
[329] ROSAS, 1998: 259-262.

no sector industrial. Algumas indústrias de tecnologia leve, como os têxteis, e alguns produtos agrícolas, como os vinhos, o azeite, a cortiça ou a lã, eram, porém, tradicionais produtos de exportação, o que acabaria por dotar a produção nacional do carácter dualista citado, principalmente no pós-II Guerra Mundial[330].

> *Vós sabeis que este regime a que ainda hoje chamam ditadura, e agora carregado com o apodo de fascista, é brando como os nossos costumes, modesto como a própria vida da Nação, amigo do trabalho e do povo. Não há agitação superficial ou profunda, nem divisões das classes, nem ódios irreprimíveis na grande massa, irmanada hoje na aspiração suprema do engrandecimento nacional*[331].

País «pequeno e periférico», Portugal começaria o seu processo de industrialização tardiamente. Segundo dados recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística em 1940, 52,6% dos «varões activos» dedicavam-se à actividade agrícola, sendo que 49% dos portugueses eram considerados analfabetos e só 2,1% se encontravam em situação de desemprego[332].

Portugal totalizava então 7.772.152 habitantes, sendo que 93,1% afirmavam «seguir a religião católica» e apenas 0,4% eram «naturais das colónias» ou de «países estrangeiros», de entre os quais (e ao contrário dos mais numerosos, em continuado decréscimo: espanhóis, brasileiros e franceses) apenas o número de ingleses, alemães, italianos e belgas havia aumentado relativamente à década anterior, facto ao qual «não deve ter sido estranha a situação internacional do tempo em que se verificou o recenseamento»[333].

Apesar de não directamente envolvido no conflito — tendo adoptado oficialmente uma política de neutralidade a muito custo mantida —, Portugal seria, contudo, afectado quase imediatamente pelos primeiros avanços da guerra de 1939, com efeitos económicos, sociais e políticos de tal forma profundos que levariam à primeira crise séria do regime. Mantendo uma fotografia de Benito Mussolini em lugar de destaque no seu gabinete, António de Oliveira Salazar não escondia a natural empatia relativamente aos regimes autoritários que se afirmavam na Europa, nomeadamente naquilo que se referia ao *Nuevo Estado* franquista, cuja ascensão seria por si apoiada. Sempre afirmaria, contudo, as particularidades que distinguiam o seu projecto para Portugal dos daqueles que seriam, durante a II Guerra Mundial, inimigos declarados dos seus aliados históricos, a Itália fascista e o III Reich nacional-socialista. Tal como aqueles, e tendo presente o que considerava a «balbúrdia sanguinolenta» da I República, Salazar afirmar-se-ia sempre contra a democracia, posição que manteria mesmo após o desfecho do conflito mundial, e a favor de Estados fortes que fizessem face ao perigo comunista. Como

---

[330] NEVES, 1994: 1006-1007.
[331] *Portugal, a Aliança Inglesa e a Guerra de Espanha*, discurso de António de Oliveira Salazar proferido na sala dos «Passos Perdidos» da Assembleia Nacional, em 6 de Julho de 1937, ao agradecer aos oficiais de terra e mar as homenagens que lhe prestaram pelo malogro do atentado de que fora alvo no dia 4. *Apud* TORGAL, 2000: 324.
[332] INE, 1945: 23-38.
[333] INE, 1945: 16.

os assumidos regimes fascistas, o Salazarismo destacava-se, precisamente, pelo antiliberalismo, antidemocratismo e anticomunismo, dos quais resultaria uma política externa favorável aos nacionalistas espanhóis — temerosa do perigo de concretização do plano de criação das «repúblicas soviéticas ibéricas» — e simpatizante da posição germânica enquanto «fronteira do Ocidente», a qual se traduziria, da parte das elites portuguesas, numa certa admiração pela Grande Alemanha[334].

> *A nossa ditadura aproxima-se, evidentemente, da ditadura fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu carácter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social. Afasta-se, nos seus processos de renovação. A ditadura fascista tende para um cesarismo pagão, para um Estado Novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para o seu fim, sem encontrar embaraços ou obstáculos*[335].

O Portugal «autoritário, antiliberal e antidemocrático» poderia assim parecer, no contexto de uma guerra «fortemente ideologizada» como aquela em questão, «equivocamente empurrado para o campo contrário ao da sua velha aliada e garante da soberania continental e colonial», a Grã-Bretanha, podendo, em consequência da mesma aliança, ser tido pela Espanha franquista como um suspeito aliado e ameaçador das fronteiras da *nueva España*, onde, «em certos meios, se não escondiam os apetites anexionistas relativamente a Portugal»[336]. Para não colocar em perigo o Império colonial e a própria independência do país, a diplomacia nacional viu-se assim obrigada a agir com a maior prudência face ao avizinhar-se da guerra. Condicionado pela tradicional Aliança luso-britânica e pela nova afinidade ideológica com o regime franquista, Salazar teria que conciliar as suas fidelidades contraditórias com as posições duplas dos próprios «aliados»: por um lado os britânicos, cuja política conciliatória para com a Alemanha levaria Neville Chamberlain a oferecer partes do império português a Hitler, em 1938, numa tentativa desesperada de tentar resolver a questão colonial alemã; por outro lado os espanhóis, cuja ameaça de anexação, sugerida ao ditador por dirigentes próximos de Francisco Franco, levaria Portugal a procurar a assinatura de um Tratado de Amizade e Não-Agressão Luso-Espanhol, a qual viria a ser efectivada a 17 de Março de 1939. Sem uma força militar nem alianças — mesmo com a Grã-Bretanha — que lhe garantissem uma protecção eficiente da soberania nacional, a neutralidade seria então a posição assumida por Portugal a 1 de Setembro de 1939, aquando da invasão da Polónia. Uma posição que ia ao encontro dos interesses britânicos, não alimentando uma possível agitação na Península Ibérica e potencialmente desincentivando a entrada de Espanha no conflito do lado das potências do Eixo. O Reino Unido usaria, aliás, o relacionamento de Salazar e Franco para transmitir mensagens ao líder espanhol no sentido de o dissuadir de apoiar a Alemanha, a qual havia, por sua vez,

---

[334] LOCHERY, 2011: 11; TORGAL, 2000: 321.
[335] Ver página 74 de *Salazar: o homem e a sua obra* de A. Ferro (1933) *apud* TORGAL, 2000: 316.
[336] ROSAS, 1998: 267.

apoiado Franco durante a Guerra Civil Espanhola. Para Portugal a neutralidade era a melhor aposta no sentido de garantir a concretização dos seus objectivos: impedir uma invasão do seu território pela Alemanha, pela Espanha ou por ambas, e, por outro lado, manter um certo grau de independência, o que permitiria a realização de negócios com as várias partes beligerantes[337], essencial dada a situação de dependência externa da sua economia. Importando a quase totalidade dos combustíveis, principais matérias-primas industriais e maquinaria agrícola, o país, cujo principal sector de actividade continuava a ser a agricultura, ver-se-ia a braços com dificuldades resultantes da participação directa na contenda por parte dos seus principais parceiros comerciais: Reino Unido, França, Alemanha e, num momento posterior, EUA. Um dos exemplos mais ilustrativos seria a falta de cereais, minorada pela já mencionada «Campanha do Trigo», outro a falta de combustíveis e adubos, com consequências para a produção agrícola em geral[338].

As incertezas da fase inicial do conflito e uma certa complacência relativamente ao controlo do seu comércio colonial e metropolitano permitiriam a Portugal o desenvolvimento do contrabando com a Alemanha, incluindo o acesso a produtos, divisas e ouro. Um circuito de importação de mercadorias das colónias — como café, açúcar, cacau ou algodão — seguido de exportação para os países do Eixo a taxas lucrativas seria, entretanto, desenvolvido. A queda de Paris, em Junho de 1940, aumentaria, no entanto, a pressão britânica para o fim das relações comerciais portuguesas com o III Reich, por um lado, e a pressão germânica com a presença do seu exército nos Pirenéus, por outro. Enfrentando também uma ameaça de invasão alemã à Península Ibérica, Salazar tinha um segundo motivo para comercializar com os alemães. Assim, a balança comercial portuguesa começaria a lucrar com a exportação de volfrâmio e outros produtos quer para a tradicional aliada britânica quer para a Alemanha nazi, que chegou, a partir da invasão da URSS, em 1941, a atingir uma posição de primazia nas exportações portuguesas. Além do volfrâmio, de cuja exportação as Forças Armadas Alemãs se acabariam por tornar extremamente dependentes, fazendo aumentar o preço da mercadoria, as conservas de peixe eram outro dos produtos essenciais ao esforço de guerra dos alemães que estes buscariam em terras lusas. Em virtude da guerra, a balança comercial portuguesa conseguiria saldos positivos entre 1941 e 1943, alterando-se a composição dos seus produtos, volume de mercadorias transaccionadas, seus preços, origens e destinos: reforçar-se-iam as relações com as colónias, os EUA, Espanha e Alemanha e reduzir-se-iam os contactos com os mercados dos países ocupados; a importância do vinho do Porto entre as tradicionais exportações portuguesas seria assumida pelo volfrâmio, cujo preço compensava o natural desequilíbrio entre importações e exportações, acentuado pelo conflito[339].

Os transportes marítimos e a venda de serviços a diplomatas, refugiados e viajantes — os quais por vezes investiam na banca nacional — reflectir-se-iam também nos saldos comerciais

[337] LOCHERY, 2011: 268-269.
[338] ROSAS, 1990: 94-98; ROSAS, 1998: 269-271, 286-287; TADEU, 2011: 14.
[339] ROSAS, 1990: 139-152; ROSAS, 1998: 293-295.

positivos portugueses. Contudo, ao fazerem aumentar as disponibilidades em ouro e divisas no Banco de Portugal, provocariam perturbações no equilíbrio monetário que determinariam uma forte pressão inflacionária a partir de meados de 1941, o que, juntamente com a restrição de importações essenciais e consequente escassez, punha em causa o lucro do país com a situação[340]. Entretanto, as principais empresas portuguesas, controladas por famílias de elite, eram aconselhadas por Salazar quanto a com quem comerciar, o que incluía muitas vezes a Alemanha, deixando-as com uma dívida de gratidão para com o chefe do Governo[341].

Enquanto Salazar procurava maximizar os ganhos portugueses com a guerra económica e simultaneamente evitar expor o país a um recuo económico ou militar face a qualquer das partes em conflito, britânicos e norte-americanos — que haviam entrado na contenda em 1941 —, convencidos de que o líder português havia agido não no sentido de pôr termo à guerra mas de exponenciar os lucros da nação, apertariam o cerco, entre 1942 e 1943, assegurando-se de que o nível de abastecimento a Portugal era sempre inferior às reais necessidades do país, de forma a desencorajar a reexportação de bens por terra até Espanha e para o território controlado pelos alemães. A atitude seria recebida com antipatia mesmo entre os anglófilos do país, uma vez que, enquanto uma das nações mais pobres da Europa, Portugal tinha dificuldades em lidar com cortes às exportações. As consequências haviam de ser sentidas por todo o país, aumentando a ameaça ao regime por grupos internos de oposição[342].

A verdade é que os «negócios de guerra» não haviam beneficiado a todos, tornando ainda mais evidente a disparidade social entre os miseráveis, que constituíam a maioria da população, principalmente urbana — «uma maioria de trabalhadores analfabetos e sem formação profissional, com baixíssimos salários e sem direitos sindicais» — e as elites afortunadas. A par destes havia os «remediados», os funcionários públicos, que viviam «mal numa sociedade onde não havia uma verdadeira classe média». A escassez e a consequente inflação conduziriam à instituição do racionamento de produtos essenciais em 1943, o que, juntamente com a falta de matérias-primas e combustíveis, conducente a um crescente número de desempregados no período até ao final da guerra, levaria à subnutrição, à miséria e à proliferação de doenças que resultariam num aumento da mortalidade infantil já de si alta, principalmente entre a população citadina. No mundo rural as dificuldades eram uma constante, estando a população já habituada aos sacrifícios diários para garantir a alimentação, apesar de tudo, insuficiente, mas vendo-se os produtores agrícolas em acrescidas dificuldades devido a uma sucessão de maus anos agrícolas, à fuga de mão-de-obra para o sector do minério e ao consequente impacto negativo sobre a capacidade de produção de alimentos e vinhos[343]. A produção industrial cresceria entretanto — e o emprego industrial em consequência — assente em planos de «electrificação nacional» e de «fomento e reorganização industrial», traduzidos

[340] ROSAS, 1998: 297.
[341] LOCHERY, 2011: 72-76; ROSAS, 1998: 270-273; TADEU, 2011: 15-17.
[342] LOCHERY, 2011: 99-102; ROSAS, 1998: 273-275; ROSAS, 1990: 38.
[343] PIMENTEL, 2012; ROSAS, 1998: 276-279.

numa acentuação generalizada da intervenção estatal na produção de bens economicamente significativos para o país, que incluía o lançamento de novas «indústrias de base». Tais planos seriam realizados, em boa parte, à custa da contenção dos lucros do sector agrícola, para manter baixos os custos de produção industrial — bem como os preços dos bens de primeira necessidade no consumidor —, e de uma política de congelamento salarial ou aumento da jornada de trabalho. Estas medidas, acompanhadas das rupturas de fornecimento de combustíveis e matérias-primas e de abastecimento alimentar, ditariam períodos de inactividade dos estabelecimentos industriais — especialmente entre 1943 e 1945 — e provocariam um novo despertar da agitação social no país, entre greves operárias e motins camponeses, acentuados pela acção do Partido Comunista Português, seu principal organizador e animador, e agravados pelas restrições à exploração do volfrâmio[344].

A venda de volfrâmio tornara-se, entretanto, na questão essencial da política portuguesa. Perante as ameaças de ataques alemães a embarcações portuguesas e as ameaças de bloqueio económico britânico às suas mercadorias (em ambos os casos concretizadas), Salazar usaria «o ouro negro» como garantia da manutenção da neutralidade do país. Perante as consequências internas e as pressões externas, nacionalizaria a sua produção, conseguindo arrastar a questão até Junho de 1944, altura em que cederia às pretensões dos Aliados, encerrando as minas e a exportação do material[345]. A política de neutralidade era, no entanto, já desde 1943, ano em que as forças do Eixo enfrentaram especiais revezes, uma «política neutral de colaboração» com os Aliados. A cedência dos Açores para construção de instalações militares por parte de EUA e Reino Unido, em Agosto daquele ano, seria sinal dessa colaboração resultante também na realização de um acordo comercial que aliviaria a difícil situação económica portuguesa[346]. Por esta altura já as expectativas de uma vitória aliada começavam a ganhar fundamento, alimentando a esperança das forças contrárias ao Governo quanto ao triunfo das democracias e a um possível consequente desmoronar do Estado Novo. Por todo o país, tais circunstâncias externas combinavam-se com a agitação social entretanto disseminada e faziam alastrar o descontentamento às classes médias urbanas, base segura do Governo, ameaçando também a coesão interna do regime, com elementos «de confiança» temerosos de se encontrarem do lado errado no final da guerra[347].

3.2. PORTUGAL NO PÓS-II GUERRA MUNDIAL

Portugal preparou-se para sair do conflito como «velho aliado» de uma Inglaterra vitoriosa e participante na liderança de um mundo em que os EUA se afirmavam como novo eixo gravitacional. Salazar não adoptaria, ainda assim, uma nova postura relativamente à democracia vitoriosa, reafirmando o Estado Novo como regime adequado à realidade portuguesa e

[344] ROSAS, 1998: 298-303, 310-313; ROSAS, 1990: 198-206, 215-221, 337-421.
[345] LOCHERY, 2011: 105-106; ROSAS, 1998: 278.
[346] ROSAS, 1998: 279-280; TADEU, 2011: 16-17.
[347] ROSAS, 1998: 329-331.

a sua componente social como a «verdadeira democracia». Em 1944, contudo, procederia a uma remodelação do Governo, no sentido de garantir a sobrevivência do regime, à substituição de alguns dos mais altos cargos no comando das Forças Armadas, a alterações ministeriais, a cedências «essencialmente cosméticas» — que incluem a transformação do SPN em Secretariado Nacional de Informação e o esbater das acções da Censura —, a compensações no sector social — entre contratos colectivos de trabalho e a aprovação da primeira lei de assistência social do regime —, e à realização de obras públicas emblemáticas. Apesar das cedências, o congelamento dos ordenados do funcionalismo civil e militar contribuiria para fortalecer as conspirações e ameaças de derrube do Governo, presentes ao longo de praticamente toda a guerra mas que se aproximariam da concretização apenas no último ano da contenda, obrigando Salazar a recuar na questão dos aumentos e a, entre outras medidas, transformar a PVDE em Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) e convocar eleições antecipadas, numa tentativa de acalmar os ânimos e neutralizar os entusiastas do oposicionismo liberal e aliadófilo. Contra as suas expectativas, o Movimento de Unidade Democrática (MUD) granjearia à oposição grande apoio popular e inclusivamente a adesão de dissidentes do regime. Com uma propaganda essencialmente levada a cabo por «velhos quadros conservadores ou de direita radical» e pela Igreja Católica, o Estado Novo veria a oposição desistir de uma ida às urnas sem garantias de seriedade no acto eleitoral. Todavia só recuperaria do golpe sofrido graças ao apoio dos EUA e Grã-Bretanha, resultado do adensar do clima de Guerra Fria[348].

Efectivamente, a neutralidade portuguesa durante o conflito mundial acabaria por ser benéfica para todas as partes envolvidas: para o Eixo, que beneficiara do acesso a produtos e serviços portugueses e mesmo dos Aliados para o seu esforço de guerra, por via da colaboração portuguesa; para os Aliados, que haviam, muito graças ao esforço diplomático português, conseguido manter a Península Ibérica fora do campo de batalha; para o regime, que sobrevivera ao cataclismo enquanto «zona de paz no meio da guerra» — com todas as vantagens e custos associados — e importante parceiro dos vencedores[349].

Continuando a afirmar o carácter particular da situação de Portugal, que definia o país como um caso à parte de todos os outros e justificara em parte o seu estatuto de neutralidade durante a guerra e a necessidade de o apartar de uma Europa e Mundo em «crise moral acelerada», Salazar não deixaria, contudo, de fazer uso do reconhecimento ao Governo português pela ajuda prestada durante o conflito, por parte dos aliados anglo-americanos, patente no apoio de Grã-Bretanha e EUA ao pedido de adesão de Portugal à ONU (vetada pela URSS), em 1946, para fazer face às tentativas oposicionistas de derrube do Governo através de *putsch*, as quais só se desvaneceriam em 1947, resultado de incompatibilidades no interior da própria oposição e da repressão policial[350].

---

[348] ROSAS, 1998: 332-337.
[349] AMEAL, *dir.*, 1956.
[350] TORGAL, 2000: 325; ROSAS, 1998: 350-353.

Justificando a necessidade de um governo forte e unitário no combate «ao desgoverno, à anarquia e ao comunismo», potencialmente provocados pela política de partidos considerada, por isso mesmo, «contrária à unidade nacional», o Governo começaria assim, no pós-guerra, uma nova fase marcada pela intransigência relativamente a tudo o que considerasse «pelo comunismo» — ameaça da civilização cristã — e, portanto, contrário «à Nação», personificada no regime e agora legitimada internacionalmente[351].

Ainda que encarando a nova ordem internacional com a maior desconfiança, incluindo as aspirações universalistas das pretensões e princípios norte-americanos e a consequente ameaça à soberania colonial portuguesa, e defendendo a capacidade de não sujeição europeia a qualquer das facções em guerra ideológica, o Governo salazarista acabaria por aderir ao Pacto do Atlântico. A crença, apesar de todas as reservas, de que os EUA poderiam garantir a salvação dos valores da Europa, sustentando a sua oposição ao comunismo soviético — que deveria, idealmente, ser assente no nacionalismo e no catolicismo —, em que Portugal teria também um papel importante a desempenhar, fundamentaria a adesão portuguesa à NATO, em 1949[352]. Esta seria precedida pela cedência — não sem reservas e contando mesmo com uma inicial recusa — à ajuda proporcionada pelo Plano Marshall, como forma de fazer face à crise económica e financeira vivida pelo país em 1948, resultado da diminuição das exportações de mercadorias, supervalorizadas em função do conflito mundial, e do aumento de importações que se seguiu às restrições vividas durante aquele período, aos maus anos agrícolas de 1946 e 1947, e que sustentou o programa de industrialização lançado no final da guerra[353].

Efectivamente, tendo a guerra demonstrado a dependência externa e grande necessidade de industrialização da economia portuguesa, o «progresso» seria adoptado como nova ênfase da política do Estado Novo, em claro contraste com a «estabilidade» até então priorizada, no sentido de responder internamente às necessidades da população e à agitação social e política que se vinha acentuando já desde o período bélico. Consciente de que a prosperidade de que alguns portugueses e o próprio Estado haviam gozado durante o conflito se baseava em fontes não permanentes e não sustentadas de produção de riqueza, o Governo apresentaria, em 1945, uma «Lei de Fomento e Reorganização Industrial» baseada numa «filosofia proteccionista e de substituição de importações, com a prioridade concedida à indústria transformadora», que acabaria, na prática, por não adiantar muito ao processo de desenvolvimento industrial, nem tampouco às dificuldades sentidas pelo sector agrícola. Seria, na realidade, a experiência de planeamento económico exigida pelo processo de candidatura ao auxílio financeiro do Plano Marshall, e, em parte, o total de 54 milhões de dólares que dele proveio, que daria lugar à abertura necessária à aplicação do «I Plano de Fomento», o qual orientaria um

[351] ROSAS, 1998: 354-355.
[352] TORGAL, 2000: 330-331.
[353] ROLLO, 1994: 859-860.

programa de investimentos públicos nos 12 anos seguintes[354]. Apesar de continuar a reflectir a ambiguidade da política económica portuguesa do pós-guerra, subordinando a importância do desenvolvimento da indústria ao sector agrícola e centrando a maior parte dos fundos a investimentos em infra-estruturas, o plano acabaria por contribuir decisivamente para uma tendência de crescimento económico que marcaria de forma evidente a década de 50, acompanhando uma, pelo menos aparente, viragem pró-governamental da opinião pública, corroborada pela vitória eleitoral de 1949[355] embora nestas eleições a Oposição acabasse por desistir da ida às urnas.

Seria durante a primeira metade da década de 50 que a estrutura económica portuguesa se alteraria, passando a indústria a constituir o sector de maior destaque, sinal de um corte com a herança económica e social das duas décadas anteriores. Sob uma aparência de estagnação, mantida pela acção da censura, a falta de liberdades e o conservadorismo reinantes, a sociedade portuguesa iniciaria um processo de mudança estrutural profunda, não obstante os focos de resistência ainda subsistentes. O crescimento económico verificado ao longo da década dever-se-ia essencialmente ao crescimento do produto industrial, em detrimento do sector primário, desenvolvendo-se também a população industrial total (dedicada à indústria transformadora e à construção civil e obras públicas), ainda que de forma desigual em todo o país, concentrando-se nas zonas litorais, mais industrializadas e mais densamente povoadas pela população em fuga do interior, o que manteria ou mesmo agravaria o seu carácter agrícola e rural. As assimetrias verificavam-se também entre Sul e Norte do país, onde as indústrias tradicionais tinham mais peso, correspondendo a salários mais baixos e menor participação no produto total. Mesmo nos sectores mais modernos do tecido industrial (metalúrgicas, metalomecânicas, químicas, papel, material eléctrico e de transporte e petróleos), concentrados mais a sul — e contando com melhores remunerações —, o crescimento continuaria a basear-se, porém, numa política de baixo preço dos factores produtivos e na reserva de mercados, com destaque para as colónias.

Reflectindo a «entrada progressiva de Portugal num regime demográfico moderno, com baixos índices de natalidade e mortalidade», sendo mais acentuada a descida dos primeiros — sinal de um progressivo envelhecimento da população —, os valores dos segundos no referente à taxa de mortalidade infantil, ainda elevados, continuavam a revelar o atraso económico do país[356].

O crescimento industrial não garantiria, de facto, o desenvolvimento económico e social do País, assente na preferência por indústrias de rápido lucro e na exploração de uma mão-de-obra barata e mal preparada, dependente de um mercado interno escasso, de uma agricultura que continuava a resistir à modernização e de matérias-primas coloniais e bens de equipamento importados. Tais opções, além de não aproximarem os ritmos de desenvolvimento

[354] NEVES, 1994: 1016-1017.
[355] ROSAS, 1998: 359, 406-407.
[356] ROSAS, 1998: 371-372, 408-409.

nacional dos dos restantes países ocidentais industrializados, impediam o alargamento do mercado interno — essencial a um crescimento sustentado —, promovendo ainda situações de subemprego, desemprego e emigração da população rural. O êxodo rural e uma política de crédito agrícola, iniciada em 1946, promovendo a mecanização daquele sector, favoreceriam apenas as grandes explorações, remetendo cada vez mais ao esquecimento os princípios de «reforma agrária» e tornando as explorações cada vez mais industrialistas e/ou, na prática, subsidiárias da indústria[357]. Um «mal necessário», ainda que «trágico» na perspectiva de Salazar, que havia promovido e continuaria a promover, insistentemente, a «cultura popular» — enquanto síntese de valores da sua ideologia —, exaltando a ruralidade do país e a fidelidade aos princípios de «simplicidade, honra e trabalho», necessários à manutenção da autenticidade de um povo que pretendesse ascender a um patamar espiritual e imaterial superior, a que, defendia, os portugueses estavam votados pela sua «missão civilizadora». A imagem veiculada pelas diversas manifestações — dos «jogos florais», promovidos até 1949, ao Teatro Nacional Popular, de 1956, passando pelo 1.º Grande Festival de Folclore, em 1958 — ilustrava, contudo, «um país bem diferente do real e uma população rural que longe da alegria e felicidade encenadas […] se debatia com o peso excessivo de uma realidade de privações e necessidades que a esmagava afastando-a das imagens idílicas da propaganda»[358].

Era isso mesmo que revelavam os dados estatísticos da época. Relativamente ao ano de 1950, a população residente em Portugal totalizava 8.510.240 habitantes, dos quais 40% eram ainda iletrados e apenas 342.783 não se consideravam católicos[359]. Relativamente aos dados recolhidos em 1940, a percentagem de homens em idade activa mantinha-se inalterada (48%), aumentando em 2% a daqueles que tinham uma ocupação, e em 4,5% o valor de população total dedicada à indústria, face a um decréscimo de 0,9% no respeitante aos «activos com profissão» ligados à agricultura, silvicultura, caça e pesca. A evolução acentuar-se-ia ao longo da década, fazendo-se notar, nos registos de 1960, uma queda mais significativa nos valores associados ao sector primário (5,6%) e um acréscimo maior nos relativos à indústria (4,6%)[360].

O fenómeno de «esvaziamento», nomeadamente das áreas rurais, reforçaria esta tendência, complementada pela emigração, que, tendo até então o Brasil como principal destino, começaria, a partir de 1955, a redireccionar-se progressivamente para França[361]. Além da emigração, o crescimento urbano começaria a absorver, pelo menos parcialmente, o êxodo rural, ainda que não oferecendo às populações, sem recursos económicos, os requisitos — habitacionais, sanitários, de transporte — necessários a uma saudável convivência, facto que promoveria a degradação das condições de vida, com a proliferação de habitações precárias e o aumento da pressão sobre os sistemas de transporte, da prostituição e da criminalidade.

---

[357] ROSAS, 1998: 395, 412-413.
[358] PEREIRA, 2011: 59-60, 65-66.
[359] INE, 1952: 18-19.
[360] SANTOS, 1965: 448, 451.
[361] ANTUNES, 1970: 313.

Simultaneamente aumentaria o acesso das populações à alfabetização, à educação, à cultura e aos meios de comunicação[362].

A geração dominante nos anos 50 era, de acordo com Ramiro Teixeira, efectivamente «altamente politizada», não dispensando — os alfabetizados —, por efeito da vivência recente da II Guerra Mundial, o recurso aos meios de comunicação, tanto tradicionais quanto modernos, com destaque para a televisão. «Mais reaccionária que revolucionária», pela longa lista de confrontos de que havia sido testemunha (Monarquia e República, Socialismo e Bolchevismo, Democracia e Estado Novo, República Espanhola e Fascismo, Aliados e Nazismo e, finalmente, Capitalismo e Comunismo), e guardando memória do facto de ter sido poupada da II Guerra Mundial, esta geração, agora sujeita à ameaça de uma nova guerra e à propaganda intensa de cada um dos seus potenciais causadores — com a contenda da Coreia a, logo no início da década, instalar a crença na iminência de um conflito que se acreditava poder destruir o mundo —, acabaria por estabelecer uma espécie de compromisso com Salazar e o seu Governo, encarando-o como um «mal menor»[363].

Entretanto, e em função do confronto entre os dois blocos político-ideológicos, a cooperação entre os países da Europa Ocidental ia-se fortalecendo, deixando o Estado Novo hesitante entre a pressão de abertura ao exterior e a autarcia nacionalista. A última vingaria até aos anos 60 — suportada em grande parte pelo mercado ultramarino —, ainda que fazendo face ao crescente peso norte-americano, especialmente no respeitante às importações. Beneficiário do *Economic Recovery Program*, Portugal veria efectivamente, durante a década de 1950, aumentar a sua dívida externa, tendo os EUA como principais credores, enquanto Estado e empresários investiam ainda — e num movimento começado em meados da década anterior com o capital acumulado durante a guerra — nos territórios coloniais, com destaque para Angola e Moçambique[364].

Com a oposição desmobilizada pelas divisões internas, pela polícia política e pela censura, desde 1949, e um discurso com renovada força «anticomunista, corporativista, católico, nacionalista, ultramontano», expresso na revisão constitucional de 1951, o Estado Novo havia retomado o «pleno controlo da situação política interna», contando com o claro apoio dos aliados ocidentais. Neste contexto, seria a desagregação interna, nomeadamente daqueles que — saídos das universidades no final da guerra — se reuniriam, dentro do regime, em torno de Marcello Caetano e da sua ideia de «evolução reformista», a qual, a partir de 1951 — aquando da morte do Presidente Óscar Carmona —, provocaria uma sucessão de confrontos internos que Salazar iria minimizando com uma táctica integradora. As dissidências públicas de alguns militares e de personalidades católicas e monárquicas, já nas eleições presidenciais de 1951 e nas legislativas de 1953, levá-lo-iam a apoiar-se na ultradireita do regime — constituída por «homens de formação católica conservadora, integralistas, fascistas reformados, salazaristas

[362] ROSAS, 1998: 373-377.
[363] TEIXEIRA, 2012: 98-99.
[364] ROSAS, 1998: 422-437.

fiéis, em grande parte de formação monárquica», «profundamente enraizados no aparelho do Estado» — e a tomar medidas de abertura aos reformistas, como seria o convite para ministro da Presidência a Marcello Caetano, em 1955. Precisamente em 1955, por um lado, Portugal seria admitido como membro da ONU, por outro, a Conferência de Bandung apareceria para dar suporte aos movimentos de libertação nacional, quer em África quer a oriente, com o apoio claro da URSS e «pelo menos alguma expectativa benevolente dos EUA». Ao longo de toda a década vários seriam os sinais dos ventos independentistas que, começando por soprar na União Indiana, já em 1950, depressa alastrariam às colónias africanas, com tumultos vários (São Tomé em 1951, Angola e Moçambique em 1956) e o aparecimento das primeiras organizações (Guiné em 1954) e partidos anticoloniais (Partido Comunista de Angola, em 1955). Tais fenómenos seriam encarados pelo Estado Novo enquanto «parte de uma vasta manobra russa de cerco e aniquilamento do Ocidente europeu, a que, unicamente por idênticas ambições imperiais […] os Americanos se podiam associar». Apesar de as relações luso-americanas viverem o seu melhor período então — de que seria sinal a intensificação da vida diplomática portuguesa —, a pressão da ONU relativamente às colónias, agora rebaptizadas de Ultramar, viria reforçar o ambiente de isolamento do Governo a nível internacional e também nacional. Internamente, o clima de Guerra Fria, o processo de crescimento em curso e o reinício do surto migratório continuariam a contribuir para um relativo alívio das tensões sociais e um domínio da desmobilização, com a ideia de transição pacífica a tornar-se cada vez mais atractiva para as várias oposições, incluindo a comunista. Entretanto a oposição não comunista vinha sendo dominada pelo Directório Democrato-Social, constituído por «intelectuais e profissionais liberais de classe média», partilhando a «adesão à democracia de tipo ocidental», o «repúdio pelo comunismo» e a «preocupação de estabelecer uma alternativa credível ao regime». Nos meios militares, monárquicos e católicos a captação de personalidades para o campo da oposição ia crescendo, a par do que viria a ser o «catolicismo progressista», «politicamente empenhado na luta pela justiça social e pelas liberdades do homem», cujos frutos se faziam notar nos vários Congressos e Semanas de Estudo organizados pela Acção Católica, culminando com a polémica carta do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, a Salazar, contra as injustiças sociais, a ausência de liberdades e a perversão do corporativismo, em 1958. Tal carta surgiria no rescaldo das eleições presidenciais daquele ano, as quais marcariam o início de um novo período de crise do regime, que não mais se recuperaria totalmente. Começando por lutas internas, quanto aos candidatos a apresentar pelas diferentes partes, a disputa acabaria por definir-se entre o almirante Américo Tomás, pela União Nacional, e o general Humberto Delgado, que se apresentaria como «candidato independente» mas que acabaria por se tornar no candidato de todas as oposições. Retomando os temas de 1951 — «pátria livre, antitotalitária, cristã, alicerçada na família», «alinhada com o Ocidente», «reforma da política ultramarina», «denúncia dos desmandos oligárquicos», «restauração das liberdades» —, a campanha de Delgado — «saído do regime, com apoios no Exército, ligado à NATO, sem compromissos com os comunistas» — transformá-lo-ia num fenómeno de popularidade que apanharia o Governo de sur-

presa. As medidas de intimidação policial e de censura contra a campanha de uma oposição que conquistava cada vez mais apoio popular levariam a manifestações progressivamente mais significativas e a respostas consequentemente mais severas. Denunciada pelo general como fraude eleitoral, a vitória de Américo Tomás seria marcada pela deserção de «significativos sectores monárquicos e católicos», pela «instalação de vários focos conspiratórios no Exército» e por uma onda de agitação política, que conduziriam a uma remodelação governamental, que significaria o afastamento dos chefes das facções internas em luta e desagradaria a todos, e a uma revisão constitucional, no ano seguinte, passando a eleição dos presidentes para a competência da Assembleia Nacional. Tais medidas seriam acompanhadas de outras — aumento dos funcionários públicos e suas regalias, do crédito para a agricultura e a indústria, ou o reforço da fiscalização e repressão sobre todos os potenciais inimigos «da ordem» — que, contudo, não impediriam a luta política contra o salazarismo de alcançar a internacionalização, degradando a imagem externa do regime, e de influenciar também, cada vez mais, as massas a nível interno, graças ainda a uma crescente intervenção do Partido Comunista Português[365].

3.2.1. A Igreja Católica e o Estado Novo

Contrastando com o regime de separação entre o Estado e a Igreja instaurado pelos republicanos em 1911, as relações entre Estado e Igreja assumiriam, com o salazarismo, um papel de especial importância[366].

A implantação da República havia trazido consigo a Lei de Separação do Estado e da Igreja e, com ela, uma «política laicizadora das principais instituições da sociedade» acompanhada de uma «propaganda ideológica vincadamente anticlerical» que, associada a uma «visão messiânica da República», pretendia propô-la como «uma espécie de concepção religiosa de substituição»[367]. O regime instalado seria um de «limitação da liberdade religiosa, de cerceamento do culto e de ingerência abusiva na vida da Igreja»[368], contando com a expulsão e confiscação de bens de ordens e congregações religiosas, a abolição dos feriados religiosos e dos juramentos religiosos, a extinção do ensino da doutrina cristã nas escolas primárias, uma nova lei da família e a legalização do divórcio. Este radicalismo anticlerical provocaria uma forte reacção, de recusa da política laicizadora e denúncia das perseguições sofridas, por parte das instituições religiosas, encabeçada pelos próprios bispos, despertando, simultaneamente, o espírito militante dos católicos, ao acentuar a necessidade de união e organização dos católicos de todos os partidos no objectivo comum de defesa da religião. Determinaria também a progressiva recomposição interna do catolicismo português, assente também na «união católica, na reafirmação do catolicismo como substrato da identidade nacional e no reforço da liderança colectiva do episcopado português», apoiado pelo papado. A quebra de relações diplo-

[365] ROSAS, 1998: 451-475.
[366] CRUZ, 1998: 11-13.
[367] FONTES, 2000: 136-137.
[368] CRUZ, 1998: 13.

máticas com a Santa Sé levaria os bispos a focarem-se cada vez mais na comunicação directa com o povo, o que se traduziria na criação da União Católica, enquanto organização geral dos católicos, e do Centro Católico Português, no sentido de reforçar a organização dos católicos para defenderem os seus valores no campo político[369].

Apesar das medidas apaziguadoras por parte do governo sidonista, que incluíram a anulação de penas de expulsão e o restabelecimento das relações com a Santa Sé, só com a Ditadura Militar instaurada em 1926 começaria um período de verdadeira melhoria das relações entre Estado e Igreja em Portugal. Com «um dos mais autorizados membros do Centro Católico» a assumir a chefia do governo, o Estado Novo dar-lhes-ia um carácter de «colaboração moral e compreensão recíproca, na autonomia de cada esfera», garantindo à Igreja não só «respeito pela sua acção» mas também uma certa «recuperação de influência na vida social». Assim, «a Igreja via não só abolidos e eliminados muitos dos factores de perseguição e limitação da sua acção, como via restaurados muitos dos seus desideratos e criadas condições particularmente vantajosas para a sua actuação»[370].

Depois de a Constituição de 1933 reafirmar o regime de separação já instalado, «expurgado dos aspectos mais lesivos da liberdade religiosa», associando à laicidade do Estado — facilmente aceite após a traumática experiência republicana — uma «orientação católica dominante», o ambiente geral assumido seria de «estreita colaboração moral», na «persecução de interesses coincidentes». Tornando o ensino público independente de qualquer culto religioso, definiria, contudo, como sua orientação os «princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais do País», na revisão constitucional de 1935. Afirmando a liberdade de culto e organização de todas as religiões, rejeitava a intromissão do poder político na vida da Igreja e a ingerência na vida política por parte do clero, não deixando, porém, de estar implícito «um certo confessionalismo da Nação», aproveitando «o fenómeno religioso como elemento estabilizador da sociedade». O compromisso seria confirmado pela Concordata de 1940, que afirmava uma «união moral» com «separação económica e administrativa», traduzida num Estado laico, mas cuja laicidade «não o impediria de reconhecer o especial papel da Igreja Católica e da sua missionação ultramarina» [371]. Reformulando a religião católica como «matriz cultural e civilizacional da nação portuguesa», associaria também a ideia de «restauração da ordem social cristã» ao ideal de restauração nacional preconizado pelo Estado Novo, nomeadamente no respeitante à dimensão imperial[372].

Reconhecendo-lhe personalidade jurídica, o Estado deixaria, efectivamente, de subvencionar a Igreja, excepção feita à acção missionária no Ultramar, resultado de um Acordo Missionário, associado à Concordata. Consagrando compensações mútuas, o Estado Novo conseguiria, desta forma, não só pôr termo à questão religiosa, iniciada pelo liberalismo e exacer-

[369] FONTES, 2000: 137-143.
[370] CRUZ, 2001: 406-408.
[371] CRUZ, 1998: 15-18, 44-45.
[372] FONTES, 2000: 181-182.

bada pela revolução republicana, mas também granjear a simpatia da grande maioria dos portugueses, enquanto católicos. A Igreja via assim garantido o respeito da sua actuação por parte do Estado, numa perspectiva de cooperação no sentido da recristianização da vida social e mesmo política, conseguindo, com isso, um «crescente reconhecimento público, prestígio e capacidade de influência, tanto ao nível da sociedade como ao nível do Estado, onde muitos católicos adquiriam progressivamente papel de relevo público e ideológico». A dissolução do Centro Católico, considerado dispensável e um meio de «intromissão da política na religião», seria justificativo, não sem reservas por parte do campo católico, dessa mesma integração. Salazar convidaria, aliás, publicamente, os centristas a fazerem parte da União Nacional, enquanto sugeria a transformação do Centro num «organismo de acção social»[373]. Daqui resultaria, em 1933, a instituição, pelo episcopado português, da Acção Católica Portuguesa (ACP). Preocupando-se com «a mobilização dos católicos» e a «formação e envolvimento dos fiéis na vida da Igreja», a ACP procuraria a «revitalização do catolicismo» e a «regeneração da própria sociedade», valorizando o campo social como «ponto de partida para a recristianização dos indivíduos e instituições», fazendo eco dos pressupostos da Doutrina Social da Igreja[374] e dando sequência ao movimento social católico e às orientações de Pio XI quanto à restauração da vida social cristã.

Nascendo como «projecto unificador […] em relação ao conjunto do movimento católico existente», a ACP integraria ou agregaria a si as organizações de apostolado preexistentes e criaria uma série de organismos especializados (segundo a faixa etária e o sector de actividade) no sentido de assegurar a presença e intervenção católica em todos os campos sociais, estimulando e enquadrando a iniciativa leiga na sociedade, em articulação directa com a hierarquia católica[375]. Instituída para ser «o braço estendido da hierarquia», e chegar onde o clero não podia, a Acção Católica apoiou a maior parte das iniciativas católicas, ao longo das décadas de 1940 e 1950 — atingindo os 70 mil associados em 1944, contando o episcopado com a sua estrutura e iniciativa para promover a prática religiosa das populações e garantir a formação das elites, em muitos casos para colaboração directa com o regime, de acordo com o seu novo ideal de «catolicismo integral», que previa o envolvimento dos católicos com os problemas sociais[376].

Por esta altura o Papa elogiava Salazar por ter «sabido conquistar não só o amor do seu povo mas também o respeito e a estima do mundo», sendo o regime de separação tido internacionalmente como um modelo[377]. Vivia-se então o auge das relações entre Estado-Igreja em Portugal, sendo o reconhecimento a nível externo também notório na consagração do mundo ao Imaculado Coração de Maria, em 1942, numa mensagem transmitida pelo Papa Pio XII, em Português, a uma escala global, dando a Fátima e à sua mensagem uma ressonância inter-

[373] CRUZ, 1998: 46-51, 18-20.
[374] FONTES, 2000: 177.
[375] FERREIRA & FONTES, 2000: 11-12.
[376] FONTES, 2000: 182-186, 173.
[377] CRUZ, 2001: 408.

nacional, e tornando-a, bem como a Portugal, uma referência em termos de «significado providencial para o catolicismo», especialmente significativo no contexto de guerra então vivido. Fátima e a sua «mensagem» contribuiriam para reforçar uma «visão providencialista-messiânica da nação portuguesa» contra a guerra (e os seus causadores) e o comunismo ateu, «combinando uma mística patriótica» com a «reafirmação da identidade católica do país», tornando-se ponto central da «restauração» em ambos os sentidos. Entretanto, além de promover o «reencontro do povo com a sua fé de sempre», as aparições de Fátima fomentariam também um novo tipo de peregrinação, mais próxima do modelo de espiritualidade de Lourdes, que o episcopado pretendia incentivar, e mais distante das romarias tradicionais portuguesas, dando ainda relevância ao papel das crianças, cuja dignidade se havia tornado, ao longo do século, central quer para a Igreja quer para a sociedade em geral[378].

A II Guerra Mundial não obrigaria o movimento católico português a experienciar a resistência nem a colaboração com socialistas e comunistas, como acontecera nos países directamente afectados. Prevaleceria, consequentemente, «um forte espírito nacionalista, marcado pelo facto de Portugal ter sido preservado da catástrofe». A ACP, que inicialmente se focara na questão operária, haveria de voltar-se essencialmente para a «formação religiosa dos seus filiados», marcada pela realização de grandes actos colectivos, entre peregrinações, celebrações, Semanas de Estudo e Congressos Nacionais, durante os quais os «sectores mais intervenientes» suscitariam «questões de carácter político a partir da problemática social e da liberdade da actuação da Igreja»[379].

A «reafirmação dos princípios morais e sociais cristãos», também promovidos pela ACP, a um nível mais local — através da restauração da vida paroquial, com a promoção de retiros espirituais, jornais especializados, campanhas de sensibilização pública, apoio à catequese e ao cumprimento dos preceitos sacramentais —, surgiria, entretanto, também, para a Igreja Católica, como «resposta necessária na hora da reconstrução europeia no pós-guerra»[380]. As dificuldades sociais e políticas, entretanto surgidas, minariam a credibilidade do sistema junto dos sectores católicos que o haviam apoiado (enquanto alternativa à luta de classes revolucionária e ao individualismo capitalista) na esperança de o cristianizar, haveriam porém, com o final da guerra, de defraudar as expectativas e abrir, entre aqueles e o regime, crescente desentendimento. Por outro lado, a derrota dos nacionalismos, com a vitória das democracias ocidentais, «não só afectou o entusiasmo pelo nacionalismo português […] como fez aumentar o crédito e o entusiasmo pelas ideias democráticas», nomeadamente entre os católicos, que, apoiados pela mensagem radiofónica de Pio XII no Natal de 1944, viam surgir nos países de maior influência católica, e onde os autoritarismos tinham sido derrotados, «importantes formações partidárias democratas-cristãs»[381].

---

[378] FONTES, 2000: 156-159.
[379] FERREIRA & FONTES, 2000: 13-14.
[380] FONTES, 2000: 186-187.
[381] CRUZ, 1998: 32, 93-94.

Na perspectiva de Paulo Fontes, o Estado Novo, considerando-se, por sua vez, «fiel à sua inspiração democrata-cristã», integraria nas suas políticas sociais «muitas realizações das sociedades democráticas». Tais pontos de convergência iniciais, mais ou menos democráticos, não seriam, contudo, suficientes para contentar as aspirações de muitos católicos, frustrando expectativas criadas e dando origem a um gradualmente maior descontentamento que acrescentaria à questão social várias outras, resultado de uma posição progressivamente mais crítica apoiada também por uma «certa evolução intelectual das elites católicas»[382].

As divergências, nomeadamente no campo político, correspondendo a desejos de maior liberdade e participação, começariam a tornar-se visíveis já em 1945, com a adesão pública de algumas figuras proeminentes do mundo católico ao MUD e, em 1949, à candidatura oposicionista de Norton de Matos à Presidência da República[383]. Em 1951, resultado do aumento de tom das manifestações de insatisfação de alguns sectores católicos relativamente ao estatuto público do catolicismo, a abertura de uma questão confessional levaria à inclusão da designação «religião da nação portuguesa» na Constituição[384]. A mesma revisão constitucional incluiria, consequência directa das conclusões da III Semana Social Católica sobre «o trabalho como direito e dever», a integração do direito ao trabalho na Constituição da República[385].

A maioria dos católicos continuava, todavia, a identificar-se com o regime, uma posição reforçada pelo clima de Guerra Fria, apesar do crescente criticismo e da ideia de criação de um partido democrata-cristão ir sendo, ao longo da década de 50, «agitada» entre católicos (principalmente membros da ACP) e não-católicos. A década de 50 veria, contudo, a mesma Guerra Fria, que reforçava os receios de confronto, incitar a crítica da supressão de liberdades nos países comunistas. As mobilizações em solidariedade com as Igrejas perseguidas da Polónia, em 1954, e da Hungria, em 1956, fariam despertar entre os jovens universitários e operários católicos portugueses a consciência da importância da liberdade. A repressão soviética da revolta na Hungria levaria a generalidade dos católicos portugueses a solidarizar-se com a «Igreja do Silêncio», na figura dos operários e estudantes de Budapeste em luta pela sua liberdade, o que aumentaria a simpatia dos portugueses pela própria liberdade. Os reflexos internos não tardariam, fazendo-se sentir nas manifestações estudantis do ano lectivo 1956/1957, em que «a defesa da liberdade associativa era feita em nome da reivindicada autonomia universitária»[386]. A insatisfação católica fazia-se notar também relativamente à resistência do Estado à oficialização e subsidiação do ensino particular católico e à ideia de criação de uma Universidade Católica, a qual faria aumentar as fricções entre a Igreja e a política educativa do regime[387].

---

[382] FONTES, 2000: 189-190.
[383] CRUZ, 2001: 384.
[384] CRUZ, 2001: 409.
[385] CRUZ, 1998: 97-98.
[386] FONTES, 2000: 233.
[387] CRUZ, 2001: 409.

O conflito eclodiria abertamente em 1958, quando a campanha eleitoral de Humberto Delgado acabou por dividir as atitudes no campo católico, arrastando para a oposição «sectores até então tidos como afectos ao regime, entre os quais um grupo significativo de católicos»[388]. A maioria manter-se-ia do lado do regime, continuando a hierarquia da Igreja a «testemunhar-lhe gratidão». O facto de a participação na oposição ser considerada uma transgressão abriria, contudo, «brechas na unidade do movimento católico», levando o regime a acusar a Acção Católica de «ruptura de uma suposta frente nacional». Aumentaria então, no interior da própria ACP, «o desencanto e a crítica em nome da doutrina social católica, da liberdade de intervenção da Igreja e do próprio dever de os católicos agirem politicamente na sociedade». Seria no sentido desta evolução, e na sequência das eleições de 1958, que membros proeminentes do laicado e até da hierarquia da Igreja se demarcariam publicamente do regime. Ao tornar-se pública, uma carta de D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, a Salazar evidenciaria as divisões existentes no seio do catolicismo, condensando «muitas das perplexidades, receios e críticas de uma parte das elites católicas de então relativamente à evolução social e política do país», reivindicando, em suma, a liberdade de ensino e «formação cívico-política» por parte da Igreja e a possibilidade de «organização e acção política» dos católicos[389].

> *A grande e trágica realidade, que já se conhecia mas que a campanha eleitoral revelou de forma irrefragável e escandalosa, é que a Igreja em Portugal está perdendo a confiança dos seus melhores. Não direi se este processo está, em princípio, no meio ou perto do fim; o que é evidente é que tal processo está em curso, por mim penso que muito e muito adiantado.* […] *Está-se perdendo a causa da Igreja na alma do povo, dos operários e da juventude; se esta se perde, que podemos esperar nós da sorte da Nação*[390]*?*

Não negando a sua admiração relativamente às opções do Presidente do Conselho de Ministros em termos de política externa e económica, D. António Ferreira Gomes, embora se dissesse motivado por um problema «da Igreja», criticaria claramente a situação político-social, contestando abertamente a proibição do direito à greve e o corporativismo «espoliador». O afastamento do bispo da sua diocese dividi-la-ia a ela e a toda a Igreja portuguesa, deixando marcas profundas. A questão alastraria à posição do regime relativamente à Acção Católica, cuja orientação no sentido político ou partidário seria questionada, bem como a sua continuidade[391]. A percepção dominante sublinharia a importância de «salvaguardar o quadro institucional que regulava as relações da Igreja Católica com o Estado, em detrimento de qualquer confronto aberto, em nome da memória do que fora a situação de perseguição durante a

[388] CRUZ, 1998: 113.
[389] FONTES, 2000: 234-236.
[390] GOMES, D. António Ferreira (1958) — [Carta] 1958 Jul. 13 [a] Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar. *Apud* FERNANDES, 2001: 76-77.
[391] CRUZ, 1998: 115; CRUZ, 2001: 409.

I República» e perante a «ameaça de revisão unilateral dos equilíbrios estabelecidos pela Concordata», nomeadamente quanto à continuidade da Acção Católica no país.

Ainda que persistindo um catolicismo maioritariamente «assente numa forte religiosidade popular, receoso de qualquer conflito com o Estado»[392], a partir de então a insatisfação católica relativamente ao regime aumentou, juntamente com as denúncias de católicos das acções repressivas por parte da polícia política e da reivindicação das liberdades fundamentais, sublinhadas pelas encíclicas do entretanto eleito papa João XXIII[393]. Quebrava-se assim, de forma inequívoca, a «correlação até então natural» entre «ser católico» e «ser salazarista»[394].

3.3. O ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS EM PORTUGAL E A CRIAÇÃO DA CARITAS PORTUGUESA

Portugal chegaria ao final da II Guerra Mundial com um já significativo histórico de acolhimento de cidadãos estrangeiros que, enfrentando dificuldades, nomeadamente perseguições por motivações de teor político ou «racial», procurariam abrigo no país ou pelo menos uma passagem segura para um local onde se pudessem estabelecer de forma permanente.

Em 1901, por exemplo, seria porto de abrigo de 1.433 bóeres, sul-africanos descendentes dos colonos de origem holandesa e francesa, que fugiam de uma guerra sangrenta com o exército britânico, que pretendia apoderar-se das minas de diamantes e ouro, entretanto encontradas nos territórios sob domínio dos primeiros. Procurando refúgio em Lourenço Marques, no território neutro de Moçambique, homens, mulheres e crianças, entre os quais um número significativo de envolvidos directamente no conflito armado, seriam reenviados para Portugal, por «ultimato» da parte britânica. Ainda com o Ultimato de 1890 bem presente na memória, os habitantes das Caldas da Rainha, Peniche, Alcobaça e Abrantes recebê-los-iam com «Vivas», juntando esforços aos dos demais portugueses e cidadãos dos seus países de origem que contribuiriam para os peditórios destinados a suportar a sua estadia. Durante mais de um ano, os bóeres integrar-se-iam da forma possível na vida local, alguns chegando a encontrar trabalho, e criando mesmo uma escola oficial. Assinado o tratado de paz anglo-bóer em Maio de 1902, definindo a passagem da República do Transval e do Estado Livre de Orange para o domínio britânico, os refugiados regressariam às suas terras, deixando em Portugal pouco mais que boas memórias[395].

Em 1933, ano em que se instituía o Estado Novo e em que Hitler chegava ao poder na Alemanha, surgiria a primeira Convenção sobre o Estatuto Internacional dos Refugiados — que serviria, anos mais tarde, de base à Convenção de Genebra —, garantindo-lhes acesso a passaportes Nansen e, através deles, aos mesmos direitos de que usufruíam os cidadãos nacionais dos países de acolhimento. Como vimos, até então oficialmente restrito aos refugiados

[392] FONTES, 2000: 236.
[393] CRUZ, 1998: 409.
[394] SIMPSON, 2012: 103.
[395] CABRAL, 2015.

russos e arménios, o estatuto passaria, com a crescente perseguição nazi a cidadãos residentes na Alemanha, a aplicar-se também a estes últimos, proibindo ainda a expulsão dos beneficiários para países onde pudessem ser perseguidos[396]. Pouco activo, neste quadrante, durante as décadas de 20 e 30, mesmo tendo aumentado o número de indivíduos que buscavam refúgio em Portugal ao longo daquele período, o Estado Novo não se mostraria preocupado em desenvolver legislação específica relativamente aos refugiados, limitando-se à concessão de bilhetes de identidade a refugiados russos e arménios e às recomendações acerca dos títulos de identidade e de viagem[397]. A atenção à questão aumentaria gradualmente, contudo, à medida que às vítimas da perseguição anti-semita se juntavam os fugitivos do fascismo italiano, do comunismo estalinista e da Guerra Civil Espanhola. Iniciado em 1936, o conflito entre republicanos e franquistas traria, logo desde os primeiros dias de confronto, centenas de espanhóis até às fronteiras portuguesas, principalmente apoiantes das forças governamentais, tentando escapar das «práticas de violência utilizadas pelos nacionalistas»[398]. Numa altura em que a concessão de vistos e autorizações de residência cabia aos governos civis e às administrações concelhias, o facto de o regime salazarista, apesar da posição oficial de não intervenção, ter, em termos práticos, apoiado «com meios e por vias diversas» os nacionalistas espanhóis[399] levaria a medidas no sentido de impedir o contacto da população portuguesa com os chamados «refugiados vermelhos» e à entrega de centenas deles aos rebeldes franquistas[400]. Apesar disso, e do verificado endurecimento da política de fronteiras por parte do Estado Novo, vários foragidos, em número indefinido dada a ausência de registos dos que a eles escaparam, seriam ajudados por portugueses, principalmente das zonas raianas mas também de zonas tipicamente frequentadas pelos veraneantes do país vizinho, como a Figueira da Foz[401]. O auxílio viria também de espanhóis residentes no país, os quais, tal como os portugueses, arriscando a vida e a segurança próprias, os ajudariam a fixar residência em Portugal — pelo menos até ao final do conflito ou de forma mais duradoura, no caso dos opositores de Franco — ou a daqui partir para «mais longínquos exílios, nomeadamente na América do Sul»[402].

A verdade é que, mesmo dadas as alterações relativamente às condições para transposição das fronteiras portuguesas que definiram uma jurisprudência preventiva naqueles anos[403], a generalidade dos naturais de Espanha nunca foi encarada como uma ameaça, permanecendo a maior comunidade estrangeira em Portugal até à década de 1950[404].

---

[396] FARIA, 2017: 65-66.
[397] CHALANTE, 2011: 41-63.
[398] LOPES, 2018: 12.
[399] César Oliveira *apud* VAQUINHAS, 2015: 4.
[400] LOFF, 2006: 9.
[401] VAQUINHAS, 2015: 9.
[402] Ver trabalho *O maquis na guerra civil de Espanha: o caso do cerco a Cambedo da Raia* de Paula Godinho *apud* LOFF, 2006: 33.
[403] CHALANTE, 2011: 41-63.
[404] DGE, 1933: 342; INE, 1945: 38; INE, 1952: 576.

O mesmo não poderiam dizer «polacos, russos, portadores de passaportes Nansen e apátridas», os quais, a partir de uma decisão do Ministério dos Negócios Estrangeiros destinada a «facilitar a visita de viajantes recomendáveis e a evitar o ingresso dos indesejáveis», seriam incluídos neste último rol, juntamente com «os invasores estrangeiros» que ameaçavam a mão-de-obra nacional[405]. Procurava-se, portanto, impedir a entrada de imigrantes e promover a de turistas, enquanto se oscilava entre a ajuda humanitária aos refugiados e a vigilância e/ou repressão aos «militantes políticos», apesar de tudo não menos refugiados do que aqueles aceites como tal.

Em 1938, ano de anexação da Áustria e ocupação dos Sudetas pela Alemanha nazi, e à semelhança do que acontecia em outros países europeus, as primeiras barreiras administrativas à entrada de «emigrantes» — particularmente os que não podiam voltar ao seu país de origem, como era o caso dos judeus — entrariam em vigor em Portugal, nomeadamente no respeitante ao impedimento do seu acesso ao exercício de «profissões liberais». Em Julho desse ano, e dado o esgotamento da capacidade das organizações privadas que então se ocupavam do acolhimento da maioria dos fugitivos da Alemanha nazi, o presidente dos EUA, Franklin Roosevelt, convocaria uma Conferência sobre os Refugiados Políticos, na qual ficaria claro que «nenhum dos Estados estava disposto a aceitar os novos fugitivos da ira nazi»[406]. A conferência, realizada em Evian, precederia uma série de limitações legais à entrada e permanência de judeus alemães, austríacos, checos, polacos e italianos em alguns dos países participantes, com destaque para os EUA, onde se tornaria necessária prova de «utilidade da entrada dos candidatos a vistos», da França e da Grã-Bretanha, que «pretendiam escolher a categoria dos candidatos à entrada» e da Suécia, que instituiria uma «norma para impedir de entrar e expulsar os estrangeiros sem vistos que não pudessem regressar aos seus países por motivos políticos ou em virtude das leis de raça»[407].

Não tendo sido convidado, Portugal não participaria na conferência, «perde[ndo] para sempre o bónus de entrar na história como um país que generosamente contribuiu para o salvamento dos judeus perseguidos»[408]. O MNE português inspirar-se-ia, contudo, na lei sueca para passar a exigir aos «emigrantes judeus» vistos de turismo com a validade de 30 dias, para entrarem em Portugal. Mais motivada pelo receio do «emigrante» do que do «judeu», a política portuguesa, decidida a não permitir que Portugal se tornasse num «país de refúgio», com os perigos «morais e políticos» implicados, impediria a entrada aos judeus que quisessem estabelecer-se no país, endurecendo progressivamente as limitações à sua entrada e estadia, no sentido de garantir que Portugal seria «um país de trânsito, mas nunca um destino definitivo dos refugiados»[409]. O início da II Guerra Mundial e a ocupação alemã da França, em 1940,

[405] CHALANTE, 2011: 47-53.
[406] SCHÄFER, 2014: 17-18.
[407] PIMENTEL, 2015: 48-49.
[408] SCHÄFER, 2014: 19.
[409] PIMENTEL, 2015: 51-52.

marcariam uma intensificação do fluxo de refugiados e, consequentemente, das medidas restritivas relativamente ao seu acesso a Portugal. Tais medidas não impediriam, todavia, a entrada no país de milhares de judeus desesperados, cuja integração, ainda que complexificada pelos seus valores e costumes — muito diferentes dos da sociedade portuguesa da época —, seria facilitada por uma opinião pública que, acompanhando atentamente os acontecimentos internacionais através da imprensa — incluindo a Kristallnacht e os vários episódios de violência que se lhe seguiram —, criaria uma clara empatia para com as vítimas das perseguições nazis[410].

Ainda que «económica e culturalmente subdesenvolvido», facto a que certamente não seriam alheias as «pressões dentro da administração portuguesa e de importantes grupos da sociedade no sentido de impedir a chegada de mais refugiados judeus», o país beneficiaria do seu estatuto de neutralidade — mantendo relações com os Aliados e o Eixo — e também da actuação «em desrespeito pelas normas vigentes» da parte de «alguns dos funcionários diplomáticos e consulares portugueses no estrangeiro» — quer por razões humanitárias quer em benefício próprio — no sentido de se tornar num dos «poucos portos de abrigo europeus para grande número de refugiados». O Estado Português chegaria mesmo a ser alvo de «esforços por parte de governos e grupos particulares» para que «disponibilizasse parte do seu património colonial para albergar refugiados judeus em larga escala», uma solução que seria descartada «devido à intransigência do *Foreign Office*»[411]. Assim, no Verão de 1940, Portugal seria inundado de judeus em busca de, mais do que um abrigo, uma plataforma de fuga para outras paragens. Os que tinham conseguido um visto de entrada noutro país eram directamente encaminhados para Lisboa, os outros para zonas balneares e termais afastadas da capital — Estoril, Caldas da Rainha, Figueira da Foz, Curia, Luso e Buçaco — onde passavam a residir em hotéis e pensões, alimentando as histórias baseadas tanto em factos quanto na imaginação popular, já povoada pela presença assídua quer de figuras internacionais de alto relevo social quer dos mais ou menos discretos agentes dos dois lados da contenda, que desde o seu início operavam em Portugal, particularmente em Lisboa, de uma forma que não ousavam fazer em mais nenhuma cidade europeia. Entretanto, ao mesmo tempo que causava incidentes diplomáticos potencialmente perigosos para a tão prezada neutralidade portuguesa, o acolhimento de refugiados em Portugal começaria a dar origem a elogios à actuação do Estado e povo português, quer a nível nacional quer internacional, enquanto «grande exemplo de virtude cristã»[412]. No sentido de evitar os potenciais efeitos nefastos de tal actuação, em 1940 a gestão de pedidos de entrada e trânsito por Portugal seria entregue à PVDE, a qual seria «responsável pelos refugiados (judeus e não judeus), desde a sua chegada até ao momento da sua partida», não dificultando a vida daqueles que respeitavam o período máximo de estadia permitido, mas sendo temida pelos que não o faziam. A partir de 1941, com a proibição de saída de

[410] SCHÄFER, 2014: 17-19.
[411] SCHÄFER, 2014: 17-20; PIMENTEL, 2015: 51-52.
[412] LOCHERY, 2011: 1, 30-40.

judeus da Alemanha, o número de novos refugiados em Portugal baixa, mas, com a entrada dos EUA no conflito, o número de navios de transporte de passageiros também diminui, pelo que muitos ficariam retidos, à espera de passagem para outro lugar, colocados, por vezes, involuntariamente, em situações de clandestinidade. Entretanto Salazar permitia que organizações de auxílio internacional e mesmo agências judaicas operassem no país, auxiliando os que por cá permaneciam[413], introduzindo «novos hábitos no espaço público», mas, ao contrário do que aconteceria em outros países de exílio, não permitindo aos refugiados a criação de meios que garantissem a sua própria subsistência e assim fomentassem uma estadia mais longa. A sua passagem pelo país, periférico e «orgulhosamente só», não deixaria, no entanto, de marcar uma população que, ao contactar, em muitos casos pela primeira vez, com realidades até então tão longínquas, se tornaria mais permeável ao contacto com diferentes realidades[414].

Tal facto tornar-se-ia manifesto aquando da criação, em 1945, da União de Caridade Portuguesa, mais tarde conhecida como Caritas. Na senda da Doutrina Social da Igreja e do Catolicismo Social, a Caritas Portuguesa seguiria o modelo das suas congéneres criadas desde o princípio do século, um pouco por toda a Europa, à imagem da organização original alemã. Dotando a Igreja Católica Portuguesa de um «organismo central com capacidade para intervir em várias situações de carência e crise social, assim como criar um núcleo de animação e reflexão no âmbito da pastoral social»[415], a versão portuguesa da Caritas nasceria, tal como no caso de outras Caritas nacionais, em resposta a uma necessidade específica. Enquanto na Hungria a *Katholikus Karitász* surgira de uma operação de socorro que apoiava principalmente os soldados e suas famílias durante a I Guerra Mundial (1914)[416], e na Suécia seria a provisão de cuidado a milhares de refugiados europeus que para ali se deslocaram após a II Guerra Mundial a exigir a criação da *Caritas Sverige* (1946)[417], a fundação de organismo equiparado em Portugal justificar-se-ia num apelo internacional no sentido de proporcionar períodos de férias, em países que não tivessem sofrido com a II Guerra Mundial, a crianças especialmente afectadas pelo conflito[418].

> *Entre os infortúnios sem número produzidos pela horrível conflagração, nenhuma* […] *traz ferida mais dolorosa do que a que se abate sobre uma multidão de inocentes crianças, que aos milhões* […]*, privadas das coisas necessárias à vida, em muitas nações caem vítimas do frio, do abandono e das doenças; e que, frequentemente, abandonadas por todos, não só lhes falta o pão, o vestuário, o tecto, mas também aquele afecto com o qual a tenra idade sente tanto a necessidade* […] *aqui exprimimos nosso mais férvido reconhecimento a todos os que com sua generosidade permitiram-nos aliviar a indigência de inumeráveis crianças.* […] *Porém, uma vez que tais pro-*

[413] SCHÄFER, 2014: 21; PIMENTEL, 2015: 54-55; LOCHERY, 2011: 40-44.
[414] PIMENTEL, 2015: 55.
[415] FONTES, 2000: 133.
[416] KATOLIKUS KARITÁSZ, [s.d.].
[417] CARITAS SVERIGE, [s.d.].
[418] TEIXEIRA, 2000: 152.

vidências estão bem longe de se adequar à imensa maioria que passou por tais desventuras, […] *dirigimo-vos um paterno convite, para esconjurar-vos a assumir de modo particular essas crianças necessitadas, e ocupar-vos a mitigar e melhorar suas penosas condições.* […] *Queremos, então, que em cada diocese seja por vós determinado um dia no qual* […] *vós* […] *informeis ao povo dessas urgentes necessidades e o exorteis a sustentar com a oração, com a colaboração e com as ofertas, estas providenciais actividades* […]. *Trata-se, como é notório, de coisas que dizem respeito a todas as categorias de cidadãos seja qual for sua forma de pensar, bastando que sejam dotados de sentimentos de humanidade e de piedade, pertencem, todavia, por razões mais elevadas, a quantos professam a religião cristã, os quais devem ver nesses seus irmãos mais pequeninos, provados pelo abandono e pela miséria, imagem viva do divino Menino, sendo obrigados a recordar a advertência: «Em verdade vos digo, cada vez que fizestes alguma coisa para um dos menores desses meus irmãos, o fizestes a mim» (Mt 25,40)*[419].

Exortando os fiéis a reflectir sobre as crianças enquanto sementes do futuro e acerca da sua responsabilidade relativamente às condições de crescimento daquelas — proporcionadoras de frutos mais ou menos «sadios» —, na sua primeira encíclica de 1946, o Papa Pio XII referia também o trabalho das «inumeráveis instituições» criadas com o objectivo de «educar rectamente a infância, de fazê-la crescer em íntegra beleza moral e de elevá-la, enquanto possível, para uma condição de vida» conforme a uma «civilização superior». Apelava também a que, face às novas necessidades, para as quais as «iniciativas de caridade» de «outros tempos» se revelavam inadequadas, «novos sistemas e métodos» fossem encontrados para dar resposta às carências daquelas crianças, referindo-os como esforços «de vantagem» não só para a religião católica mas também para a generalidade da sociedade civil. Referia ainda, e de acordo com os princípios do catolicismo integral, a humanidade enquanto «rebanho a vós [aos leigos] confiado»[420].

Fernanda Mendes de Almeida Ivens Ferraz Jardim, na altura secretária — e filha do então presidente, almirante Guilherme Ivens Ferraz — da Cruz Vermelha, proporia que a instituição acolhesse temporariamente algumas das crianças mencionadas pelo Papa, na senda de várias acções que, como anteriormente mencionado, vinham acontecendo na Europa. A sua ideia seria, contudo, rechaçada pela «corrente maçónica» da Cruz Vermelha, em resultado de uma «luta de poder» entre aquela e uma facção mais católica da qual Fernanda Jardim era representante. Decidida a corresponder ao apelo de Pio XII «dentro ou fora da Cruz Vermelha», Fernanda Jardim encontraria, todavia, num apelo da Caritas Austríaca que promovia precisamente a ida de crianças austríacas para outros países, a justificação de que precisava para concretizar o seu objectivo. Assim, em 1946 seriam aprovados os primeiros estatutos da União de Caridade Portuguesa, fundada e presidida por Fernanda Jardim — que ocuparia o cargo durante mais de 20 anos —, segundo os quais, a direcção da instituição deveria ser composta por cinco mulheres e o seu objectivo era «ajudar as crianças desfavorecidas», não

[419] IGREJA CATÓLICA. Papa (Pio XII), 1946.
[420] IGREJA CATÓLICA. Papa (Pio XII), 1946.

havendo ligação formal à Igreja[421]. Numa versão que supomos ser anterior, alguns pontos são sublinhados, muito provavelmente por Fernanda Jardim e acompanhados de anotações pela sua mão (sendo a sua caligrafia idêntica à de várias anotações em correspondência da Caritas, por exemplo, destinada a elementos do Governo). Os artigos que mais parecem desagradar à impulsionadora da criação da organização em Portugal são os 4.º e 10.º, no que neles se refere aos sócios — «de ambos os sexos, sem distinção de nacionalidade, residentes na Metrópole ou no Império» — e ao seu poder de «eleger a Mesa da Assembleia Geral e a Direcção e dar-lhes posse»; e os 1.º, 16.º e 17.º no referente à colaboração da União de Caridade Portuguesa «com todas as organizações particulares, civis e religiosas, portuguesas e estrangeiras», «oficiais e particulares», ou «organismos corporativos e de previdência» em «perfeita afinidade». Relativamente aos sócios, o desagrado traduz-se no seguinte comentário: «procuramos fazer trabalho exclusivamente católico, mas, com esta modalidade, amanhã se os sócios forem das esquerdas podem nomear uma comissão desfavorável e é impossível aceitar isto para a Caritas». Quanto à tipologia dos organismos com os quais estava disposta a colaborar, a opinião exprime-se da seguinte forma: «a Caritas é obra da Igreja em todos os países», «que malfeitos estão estes estatutos, ou que desconhecimento TOTAL do que é a Caritas»[422].

Independentemente das anotações e das perspectivas nelas expressas, a União de Caridade Portuguesa haveria de ser criada, como mencionado, sem qualquer ligação formal à Igreja, com aprovação do Dr. Trigo de Negreiros, à época Secretário de Estado da Assistência Social. A primeira grande acção da Caritas Portuguesa seria, precisamente, a organização de viagens e acolhimento para milhares de crianças, que viriam passar «de 3 a 8 meses» a Portugal. A natureza da acção não a impediria, no entanto, de gerar polémica, levantando-se vozes críticas — incluindo entre figuras de destaque público — relativamente à opção pela ajuda a crianças estrangeiras «quando havia tantas portuguesas a passar necessidades». A resposta não se faria esperar na forma de acções de apoio a crianças portuguesas. Todavia, o sucesso público da acção da Caritas geraria também conflito dentro da própria Igreja, ao conseguir, em pouco tempo, mais visibilidade do que o trabalho de organismos como a Acção Católica[423].

De facto, em menos de dois anos, a União de Caridade Portuguesa conseguiria que o reconhecimento de Salazar pelo seu trabalho se traduzisse num despacho indicando que os fundos obtidos pelo Episcopado e pela Cruz Vermelha deveriam ser canalizados para a «obra da Caritas nos termos em que vem sendo desenvolvida», como forma de minorar a «dispersão» da acção ou a «relevância» do esforço, e em demonstração de «todo o carinho oficial» por ela merecido[424]. O despacho de Salazar aparecia, contudo, em consequência de um facto que

---

[421] CASTRO, 2017.
[422] *Estatutos da União de Caridade Portuguesa. 1946-05-09, Lisboa*. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
[423] CASTRO, 2017.
[424] *Despacho de António de Oliveira Salazar sobre o financiamento da Caritas. 1948-04-08, Lisboa*. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

só viria a ser mencionado por Fernanda Jardim, anos mais tarde, em carta de reclamação relativamente ao vazio legal em que, entretanto, caíra a organização. Em exposição aparentemente dirigida a Salazar, Jardim refere que, na sequência de uma visita de Michael Lubbock[425] para «pedir dinheiro para a organização United Nations Appeal for Children (UNAC), conseguiu-se que o Senhor se retirasse SEM dinheiro mas foi pedido à Caritas para intensificar a vinda de crianças estrangeiras vítimas da guerra para justificar essa recusa». Até então, segundo acrescenta, tinham apenas chegado a Portugal os dois primeiros turnos de crianças, de 46 e 75, respectivamente[426]. Assim, segundo artigo de Pedro Castro, 75% do financiamento da Caritas seria estatal, sendo que, e de acordo com documentos elaborados pela mesma directora, entre 1946 e 1958 «foram recebidos ao todo 11 milhões de contos em donativos e 33 mil contos em subsídios do Estado», a que havia que somar as isenções fiscais[427].

Contudo, as contas da directora da Caritas não pareciam fáceis tendo em conta a correspondência trocada com vários elementos do Governo, nomeadamente as quase confidências ao Presidente do Conselho. Segundo afirmaria, em 1951, com o consentimento de Trigo de Negreiros, entretanto nomeado Ministro do Interior, a União de Caridade Portuguesa — cujo alcance depressa justificaria que se convertesse numa «obra nacional subordinada ao episcopado» — havia procurado organizar novos estatutos «de carácter católico» que viriam a ser «aprovados canonicamente por todos os Senhores Bispos», a 11 de Fevereiro de 1950. A partir de então, a Caritas passara, segundo a sua directora, a ser «aprovada pela Igreja, reconhecida em todos os países e principalmente pela Caritas de Roma», mas sem, «segundo dizem, personalidade jurídica em Portugal», uma situação que Jardim afirmava poder ser resultado do facto de a Direcção Geral de Assistência (DGA) não ter sido consultada previamente na elaboração dos estatutos e por isso não os querer tomar em consideração[428].

Na década de 50 a actividade da Caritas começaria a abarcar também a distribuição de géneros alimentares doados pelos EUA no âmbito do Plano Marshall — «excedentes alimentares dos EUA, fornecidos pela *Catholic Relief*»[429], sua congénere norte-americana —, não descurando a «promoção do acolhimento de crianças vindas do centro da Europa durante a Guerra Fria» [430], constantemente recordada como glória maior da instituição pelos envolvidos na sua acção, nomeadamente a sua directora. Numa carta dirigida ao então Ministro do Interior, em 1955, Fernanda Jardim pede justificações para a não consideração da Caritas entre as

[425] Coronel do Exército Britânico que, entre 1945 e 1946 se tornou chefe da Missão da ANUAR para, em 1947, se tornar no primeiro funcionário remunerado da UNICEF em Washington. Em Junho do mesmo ano juntar-se-ia ao recentemente criado Apelo das Nações Unidas para as Crianças (UNAC), o qual desenvolveria e dirigiria entre 1947 e 1948 em 14 países europeus.
[426] JARDIM, Fernanda (1951) — [Carta] 1951, Lisboa [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
[427] CASTRO, 2017.
[428] JARDIM, Fernanda (1951) — [Carta] 1951, Lisboa [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
[429] CASTRO, 2017.
[430] FONTES, 2000: 133.

instituições que receberam subsídios de cooperação naquele ano e no anterior, apesar de «ter de manter a sua responsabilidade e prestígio perante os outros países», fazendo face a elevados gastos «só de correios, transportes, telefone e renda da casa». Jardim justifica com a falta de aprovação dos Estatutos a ausência de uma comissão legal na instituição e consequente incumprimento da lei usado pela DGA para justificar a falta de financiamento (não ordinário). A directora apresenta uma lista dos financiamentos designados «de cooperação» atribuídos à Caritas desde 1951, em diminuendo até ao corte em 1954, num acto que considera de «nítida má vontade para com a Caritas que só por Graça de Deus se tem conseguido manter»[431].

Fernanda Jardim bateu-se, aparentemente durante anos, no sentido de garantir à Caritas, por um lado, o direito à posse de terrenos e imóveis, por outro, os subsídios que considerava devidos a uma organização que defendida não ser «igual a todas as outras».

> *A Caritas não é de facto igual a todas as outras obras de Assistência, bem o demonstra o trabalho que fez com as crianças vítimas da guerra e que tanto prestígio trouxe a Portugal e agora esta extraordinária dádiva da Caritas Americana à nossa organização.* […] *Lidamos com muitos países, temos por vezes de tomar compromissos que implicam a observância de leis desses mesmos países sem prejuízo das nossas e na verdade só superiormente podem aconselhar com segurança o que devemos fazer. Estes assuntos que têm de ser resolvidos com certa urgência e não poderiam ficar à espera do tempo que levam as longas formalidades burocráticas da Direcção Geral e se assim falo, é porque em 1956, ainda não tivemos conhecimento do julgamento das nossas contas de 1946-47-48 e 49 nem sequer a acusar a recepção das mesmas*[432].

Perante tais factos, Jardim chegaria a perguntar-se se teria valido a pena «todo o trabalho que se fez em Roma: o de ter ficado na Comissão Executiva da Obra Internacional […] composta por 7 países escolhidos entre os 37 e o de ter ganho posição, suplantando a Índia que os Americanos queriam pôr […] em vez de Portugal»[433]. Em mais de uma ocasião, demonstraria grande preocupação quanto à recepção dos Delegados daquele organismo «sem ter tudo em ordem», referindo não querer que houvesse «nada a dizer da maneira como recebemos em Portugal»[434].

Aprovada a alteração de estatutos em 1956 — em várias circunstâncias referidos como primeiros — pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, Manuel Gonçalves Cerejeira, amigo íntimo do Presidente do Conselho, a Conferência Episcopal Portuguesa adoptá-la-ia e a Caritas passaria, segundo Paulo Fontes, a «coordenar a assistência social católica», respondendo à hierarquia da

---

[431] JARDIM, Fernanda (1955) — [Carta] 1955 Fev. 24, Lisboa [a] Ministro do Interior. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
[432] JARDIM, Fernanda (1956) — [Carta] 1956 Mar. 29, Lisboa [a] Ministro do Interior. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
[433] JARDIM, Fernanda (1956) — [Carta] 1956 Mar. 29, Lisboa [a] Ministro do Interior. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
[434] JARDIM, Fernanda (1955) — [Carta] 1955 Fev. 24, Lisboa [a] Ministro do Interior. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

Igreja[435]. Apesar disso, Fernanda Jardim continuava a escrever a Salazar notando que «dada a sua nova condição jurídica [a Caritas] não é considerada de utilidade pública embora tenha feito mais que muitas obras juntas», e sugerindo-lhe a criação de uma nova disposição legal que permita isentá-la do pagamento de sisa[436] e outras contribuições[437]. Por outro lado, a oficialização dos novos estatutos, que colocavam certos limites à acção das Delegações — já consideravelmente restrita nos estatutos anteriores, que a resumiam a um papel quase meramente representativo —, criaria também atritos com elementos da Igreja, nomeadamente o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes. Após o reconhecimento canónico da Caritas Portuguesa, Jardim enviar-lhe-ia uma carta, dando conta da sua gratidão após «dez longos anos» de espera pela regularização da situação[438], à qual o Bispo responderia com uma tradução dos Estatutos da Obra Pontifícia de Assistência que deveria inspirar o documento que se recusa comentar, afirmando «liminarmente que as Dioceses sempre merecerão mais que um simples artigo a taxar-lhes representações e incumbências»[439], ideia que faria chegar também ao Presidente do Conselho[440]. A discussão estender-se-ia à responsabilidade pela distribuição dos géneros americanos oferecidos à Caritas, entretanto deixada nas mãos do presidente da Caritas Diocesana do Porto, Padre Alexandrino Brochado[441].

O alcance nacional da organização havia definido, desde o início, a necessidade de se alicerçar em estruturas diocesanas, no sentido de facilitar a coordenação da acção caritativa. Porém, uma primeira fase, que duraria até 1975, seria marcada pela centralização, só existindo uma Direcção Nacional e respectivas Comissões[442]. Às Comissões Diocesanas cabia, efectivamente, a mera representação da Comissão Central a nível local, o cumprimento das acções de que a Comissão Central as incumbisse, a nomeação dos Delegados Concelhios e, «em caso de necessidade ou conveniência», de Delegados Paroquiais. A estes, por sua vez, cabia a representação e cumprimento das missões a si confiadas quer pela Comissão Central quer pela respectiva Comissão Diocesana[443]. Devendo os delegados concelhios ser nomeados pela respectiva Comissão Diocesana, fica claro numa das cartas trocadas entre o secretário da Caritas portuense e o pároco de Santo Tirso que, em certas situações, a Comissão se aconselhava com os

[435] FONTES, 2000: 133.
[436] Actual Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis.
[437] JARDIM, Fernanda (1956) — [Carta] 1956 Jun. 19, Lisboa [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
[438] JARDIM, Fernanda (1956) — [Carta] 1956 Abr. 25, Lisboa [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
[439] GOMES, D. António Ferreira (1956) — [Carta] 1956 Abr. 30, Lisboa [a] Fernanda Jardim. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
[440] GOMES, D. António Ferreira (1956) — [Carta] 1956 Jul. 07, Lisboa [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
[441] BROCHADO, Padre Alexandrino (1956) — [Carta] 1956 Jun. 08, Porto [a] Fernanda Jardim. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
[442] CARITAS PORTUGUESA, 2000.
[443] *Estatutos da Caritas Portuguesa. 1946-05-09, Lisboa*. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

párocos locais quanto às pessoas «mais aptas» para exercer a função, referindo a sua preferência por alguém que fosse «membro da Acção Católica»[444]. O mesmo ocorreria com a selecção das famílias «com condições» para receber as crianças estrangeiras, como veremos adiante.

Com o avançar do tempo e a alteração das necessidades, a Caritas Portuguesa evoluiria rumo a uma maior consolidação das Caritas Diocesanas, tendo estas assumido, então, «plena autonomia e personalidade jurídica própria, com exclusiva dependência do bispo respectivo». Tornar-se-ia então uma União de Caritas Diocesanas do continente e regiões autónomas, marcando presença nas 20 Dioceses do País, sendo também membro da Caritas Internationalis e da Caritas Europa, da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, da Confederação Portuguesa do Voluntariado, da Plataforma Portuguesa das ONGD e do Fórum das Organizações Não Governamentais para a Inclusão Social[445].

[444] SOUSA, Filipe Craveiro (1949) — [Carta] 1949 Abr. 30, Porto [a] Pároco de Santo Tirso. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[445] PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD, [s.d.].

4
ACÇÃO *CARITASKINDER*

4.1. ORGANIZAÇÃO E TRANSPORTES A NÍVEL INTERNACIONAL

O transporte de crianças austríacas para recuperação em países estrangeiros, como referimos, começou a realizar-se de forma consistente já no final da I Guerra Mundial. Além da Suíça, Holanda, Grã-Bretanha, Bélgica e Suécia, principais receptores dos transportes promovidos pelo SCF e pelo CICV, Christine Maisel-Schulz refere a Dinamarca como país de destino de 16 mil crianças vienenses, entre 1919 e 1921, sendo que os transportes, organizados por uma missão de assistência dinamarquesa não especificada pela autora, se prolongariam até 1928[446]. Já no que se refere ao pós-II Guerra Mundial, a investigadora, beneficiária dos mesmos transportes, nota uma predominância da Cruz Vermelha e da Caritas na organização deste tipo de acção, tanto na Áustria como em outros países, fazendo, contudo, referência a outras organizações que, trabalhando em colaboração com congéneres no exterior, enviavam também crianças nestes moldes, nomeadamente associações de escuteiros, associações eclesiásticas, instituições ligadas às Artes (de que é exemplo o Conservatório de Viena) ou a Associação Esperanto. Refere ainda que também o Exército Norte-Americano promoveria o transporte de 10 mil crianças austríacas para a Suíça, país que, entre associações várias e Cruz Vermelha Suíça (CRS-SAE), receberia um total de mais de 150 mil crianças entre os 5 e os 10 anos, até meados de 1948 — sendo que vários outros transportes se haviam realizado já durante o conflito mundial, como referido anteriormente, criando as condições estruturais necessárias para uma resposta rápida no pós-guerra. Curiosamente, países de origem de crianças acolhidas na Suíça (entre os quais se contam França, Bélgica, Holanda, Inglaterra, Checoslováquia, Grécia e Espanha) eram, à mesma época, também países de acolhimento de crianças austríacas[447].

Por esta altura, a protecção de crianças e jovens na Áustria havia já passado para a tutela do Ministério da Segurança Social — rebaptizado Ministério Federal da Administração Social, em 1945, de acordo com essa mesma mudança —, o que lhe conferia mais responsabilidade, até então inteiramente assumida por organizações sem fins lucrativos ou religiosas, inclusivamente no que dizia respeito à coordenação nacional do trabalho, mesmo que de carácter internacional, conjuntamente com a coordenação das instituições públicas. Tal coordenação desempenhava um papel fundamental nos transportes de crianças para recuperação, quer os de carácter estatal, organizados pela Cruz Vermelha, quer os organizados por instituições privadas, como a Caritas, com as quais trabalhava em colaboração. A centralização de esforços incluiria a criação do Gabinete de Assistência Social Austríaco, que controlaria, a partir de 1946, as operações de ajuda externa, incluindo a distribuição de doações estrangeiras, recebendo propostas e relatórios periódicos (acerca do desenvolvimento da recuperação das crianças) da parte do Ministério Federal da Administração Social, e orientando as acções para «os círculos de pessoas mais necessitadas». Partiria deste Gabinete a criação do Gabinete de Assistência Interna e Externa para as Crianças da Áustria[448], estabelecido em 1947.

---

[446] MAISEL-SCHULZ, 2010: 124.
[447] MAISEL-SCHULZ, 2010: 126.
[448] MAYR, 2013: 32-33.

A Caritas Austríaca começaria por organizar estadias de recuperação para crianças desnutridas de Viena em zonas rurais do país, menos afectadas pela destruição — Vorarlberg, Tirol e Alta Áustria —, junto de instituições (em média durante 4 semanas) ou famílias (por períodos médios de 4 meses), normalmente durante o período das férias de Verão, no caso das crianças em idade escolar. A partir de 1947, o destino alargar-se-ia a estadias prolongadas em outros países. Segundo dados da Caritas Austríaca, entre 1947 e 1958, o número de crianças austríacas que participaram neste tipo de acções ultrapassou os 36 milhares. Tais números incluem, contudo, as crianças que viajaram mais do que uma vez para o país de acolhimento, sendo a mesma criança contada tantas vezes quantas tenha recorrido à Caritas para viajar a convite da família de acolhimento.

O quadro seguinte organiza os dados apresentados por Christine Maisel-Schulz na sua tese de doutoramento tendo em conta o volume de crianças acolhidas por cada país participante.

Segundo Susanne Mayr, os dados da Caritas Austríaca relativamente ao envio de crianças para recuperação em países estrangeiros estendem-se até 1983, ainda que, a partir de 1951 se note uma clara redução no número de crianças envolvidas, sendo, a partir de então, mais comum os chamados *Gastkindertransporte*, isto é, os acolhimentos por convite das famílias que previamente haviam recebido as crianças. Os dados recolhidos pela investigadora não são, contudo, conclusivos, visto que, em diferentes fontes terá encontrado diferentes resultados. Os seus dados diferem também dos analisados por Christine Maisel-Schulz, apresentados na Tabela 1, sendo que a primeira refere que a revista da Caritas de Viena assinala que, até 30 de Setembro de 1948, 14.448 crianças teriam sido enviadas, quando os dados gerais da Caritas Austríaca não atingem sequer as 10 mil, no mesmo período[449].

Tabela 1. Crianças austríacas transportadas pela Caritas entre 1947 e 1958

Ano	Bélgica	Holanda	Portugal	Espanha	Suíça	Luxemburgo	Itália	Alemanha	Total
1947		500	121		251	621			1.493
1948	1.486	2.064	1.486		928	618	349		6.931
1949	1.987	2.920	1.989	1.997	465	355	248		9.961
1950	1.145	2.081	1.172	1.133	435	202			6.168
1951	317		64	299	198	135			1.013
1952	689		234	132	371	89			1.515
1953	929		159	120	296	84		291	1.879
1954	1.246		92	70	222	79		244	1.953
1955	847	834	40	86	155	113		57	2.132
1956	765	769	45	76	80	105	33	30	1.903
1957	126	160				36			322
1958	411	471	231	37	49	126			1.325
Total	9.948	9.799	5.633	3.950	3.450	2.563	630	622	36.595

Fonte: MAISEL-SCHULZ, 2010: 63

[449] MAYR, 2013: 38-39.

Relativamente aos dados gerais da Acção, quer referentes às crianças austríacas quer a outras crianças acolhidas em Portugal, o mesmo tipo de dúvida se coloca, uma vez que os dados da Caritas Portuguesa não são esclarecedores — dado que partes das listas de crianças e famílias de acolhimento estão neste momento ilegíveis e as listas gerais não vão além de 1951 — e as informações recolhidas na imprensa — quer generalista quer diocesana — são, por vezes, contraditórias, não se tendo encontrado referências à realização do mesmo tipo de Acção promovido pela Caritas em outros países, sendo que a Suíça — único país referido quer na imprensa generalista quer diocesana analisada — é geralmente assinalada como grande receptora de crianças enviadas por meio da Cruz Vermelha. A Cruz Vermelha é ainda referida, em várias ocasiões, nomeadamente por parte dos jornais generalistas, enquanto promotora a nível nacional do envio de Pacotes CARE para vários países europeus afectados pela guerra, bem como de concertos (alguns dos quais de carácter caritativo) dos «Pequenos Cantores de Viena» em várias cidades portuguesas[450].

Quanto às crianças enviadas pela Áustria através da Caritas, tendo em conta os números recolhidos por Maisel-Schulz, Portugal terá sido, entre 1947 e 1958, e entre os vários países envolvidos nestes transportes, o terceiro que mais crianças recebeu, ultrapassado apenas pela Bélgica e pela Holanda, ambos significativamente mais próximos do país de origem das crianças. De notar que até 1950, último ano em que os transportes se realizaram em grande escala, só a Holanda superava Portugal quanto ao número de crianças austríacas acolhidas por meio da Acção promovida pela Caritas, com 7.565 crianças face às 4.768 recebidas em Portugal. Importante é ter em conta que, se, por um lado, Portugal era o país fisicamente mais distante da Áustria, era também, daqueles a cujos dados temos acesso, o único que não havia estado directamente envolvido em conflito bélico nos anos anteriores: a Bélgica e o Luxemburgo tinham estado sob domínio nazi de 10 de Maio de 1940 a Fevereiro de 1945; a Holanda tinha sido tomada na mesma data mas só seria libertada a 5 de Maio de 1945; a Itália, além de beligerante desde o início do conflito, tinha também sido invadida de 8 de Setembro de 1943 até 2 Maio de 1945. Ainda que em escalas diferentes, todos estes países haviam sofrido perdas materiais e humanas, sendo que os relativamente reduzidos valores no que se refere à Itália e à Alemanha (Berlim) estão mais que justificados pelas condições a que as populações haviam sido votadas, justificando, inclusivamente, o envio de crianças italianas e alemãs, por meio da mesma Acção, nomeadamente para Portugal.

A Suíça, neutral e, portanto, não afectada pela destruição, daria início ao programa já durante o período de guerra, como vimos, e continuaria a somar acolhimentos principalmente através da acção da Cruz Vermelha Suíça, pelo que as crianças acolhidas por meio da Caritas

[450] *Coro infantil austríaco.* «Correio de Coimbra» (01 Jan. 1947), p. 2; *Coro infantil austríaco*. «Diário de Lisboa» (17 Jan. 1947); *Pequenos Cantores de Viena em Lisboa*. «Diário de Lisboa» (03 Fev. 1947), p. 10; *Os Pequenos Cantores de Viena que passam fome e frio, dirigem um apelo aos portuenses.* «O Comércio do Porto» (19 Jun. 1947), p. 4; *Pequenos Cantores de Viena.* «Correio de Coimbra» (15 Fev. 1947), p. 1; *Pequenos Cantores de Viena em Aveiro*. «Correio do Vouga» (13 Mar. 1947), p. 1.

representarão apenas uma parcela do total das que beneficiaram da hospitalidade do país. Mayr nota que, até meados de 1948, a Suíça já teria acolhido 32.525 crianças para estadias de recuperação, ainda que mais curtas do que aquelas que seriam realizadas nos países ibéricos, não ultrapassando os 3 meses[451]. Tendo em conta que um transporte para a vizinha Suíça envolvia menores diligências logísticas e administrativas do que as necessárias a um transporte para a Península Ibérica, justificava-se, portanto, uma permanência mais alargada num país mais longínquo.

Já a Espanha, também neutral, havia sofrido uma guerra civil sangrenta, por alguns considerada «laboratório» para o conflito mundial que se lhe seguiria. Não só tal aspecto não seria impedimento, como a ostracização internacional a que o regime de Franco haveria de ser votado terá sido, segundo Maisel-Schulz, impulsionadora da resposta da Espanha ao apelo apresentado na Conferência de Ministros de Educação dos «países europeus livres», a 4 de Outubro de 1945, em Londres. Perante um comunicado acerca da situação das crianças e adolescentes nos países que haviam sido particularmente atingidos pela guerra e um pedido para que os países participantes acolhessem temporariamente crianças para recuperação, a Espanha oferecer-se-ia para receber 50 mil. Cada país que decidisse participar deveria dar conta da sua disponibilidade, da existência de uma organização voluntária que levasse a cabo a execução da acção, se os órgãos oficiais a apoiariam e se proporcionariam alojamento e a supervisão necessária às crianças, no decorrer de Novembro do mesmo ano. A 24 de Novembro de 1945, Franco emitiria um decreto que definia as condições desejáveis para o acolhimento de crianças estrangeiras em território espanhol, ao mesmo tempo que tornava pública a criação da *Delegación del Gobierno Español para la ayuda española a los niños extranjeros,* para coordenação entre «o Ministério dos Negócios Estrangeiros, os governos dos Estados interessados e as instituições ou organizações internacionais», entre outras medidas necessárias à preparação desse mesmo acolhimento em Espanha. Os contactos com os países potencialmente interessados em enviar crianças, contudo, só seriam iniciados em 1946, sendo a Embaixada norte-americana responsável por transmitir junto das Nações Unidas a proposta espanhola, a que se seguiriam anos de contactos directos e negociações com países potencialmente interessados que adiariam o início dos transportes para Espanha até 1949 e rapidamente reduziriam os esforços de cooperação à Áustria e à Alemanha (envolvida em apenas um transporte). As dificuldades logísticas seriam em muitos casos usadas para justificar as declinações diplomáticas dos representantes de vários dos países contactados. Se as preocupações políticas daqueles estavam implícitas nas suas recusas, eram, no entanto, muito claras nas comunicações entre os representantes da *Delegación* e Franco, o que levaria a *Federación de Movimientos de Acción Católica Española* — organização apolítica — a ser colocada em primeiro plano na sua implementação, segundo Maisel-Schulz, no sentido de evitar suspeitas relacionadas com o contexto

[451] MAYR, 2013: 34.

do país e o envolvimento das crianças numa tentativa de propaganda política[452]. O número de 50.000 crianças revelar-se-ia, desta forma, exagerado, sendo que, na correspondência encetada pelo governo espanhol, entre 1945 e 1946, Maisel-Schulz pôde constatar, além da desconfiança relativamente às intenções espanholas, a não necessidade de tantos transportes, a relutância dos pais em enviarem os seus filhos para os «cuidados de estranhos» (dando preferência a uma assistência directa no próprio país), uma «grande necessidade de auxiliar os refugiados» (de forma permanente e famílias inteiras) em lugar de crianças com suporte familiar, e a existência de grandes dificuldades a nível administrativo (incluindo necessidade de licenças de partida/trânsito nos países ocupados e vistos para países de trânsito), as quais, juntamente com o conflito latente com a França, tornariam impossível a passagem de transportes por aquele país até 1948[453]. As dificuldades de comunicação no pós-guerra, a demarcação das zonas de influência internacional e os morosos processos para obtenção de passaportes e vistos, numa altura em que, em certos casos, não havia relações diplomáticas, tornavam as condições de organização dos transportes especialmente complexas.

No que se refere a Portugal, não foi encontrada, no decorrer desta investigação, qualquer documentação que declare verbalmente o interesse propagandístico por parte do governo de António de Oliveira Salazar na realização destes transportes. Apesar disso, a canalização de fundos da Cruz Vermelha e Episcopado para a «obra da Caritas» e o financiamento da sua acção por parte do Estado durante o período de vigência dos mesmos transportes parecem indiciar que o «carinho oficial» devotado à instituição se revestia de contornos mais próximos das intenções verbalizadas pelos delegados de Franco do que as aparências possam indicar. A proximidade entre a presidente da Caritas, Fernanda Jardim, e o Presidente do Conselho, bem como a difusão da Acção da Caritas por parte dos meios de propaganda do regime, fortalece esta hipótese.

O caso do *Jornal Português*, noticiário cinematográfico oficial realizado em Portugal entre 1938 e 1951, surge como exemplo da utilização, por parte do Secretariado Nacional da Informação, das notícias da chegada de crianças estrangeiras como sinal do triunfo do regime, enaltecido pela sua capacidade de manter o país num clima de «paz e alegria», em tudo contrastante com a realidade da qual as crianças vinham recuperar-se a Portugal. Na sua dissertação acerca do *Jornal Português* enquanto veículo de propaganda do regime, Ricardo Braga refere que, nos anos que se seguiram ao conflito mundial, as várias notícias referentes às crianças acolhidas em Portugal por intermédio da Caritas sublinhavam, de forma constante, «a estabilidade social em que, supostamente, o país vivia», glorificando aquele que persistentemente recordavam como seu obreiro principal: Salazar. Também a «nação amiga», Espanha, e o seu chefe, Franco, encontravam ali palavras de apreço relativas à «mensagem espiritual» que disseminavam, também ela, tal como no caso português, apoiada na imagem de um paraíso

[452] MAISEL-SCHULZ, 2010: 130-148.
[453] MAISEL-SCHULZ, 2010: 139, 145.

idealizado pelas crianças da Europa devastada pela guerra: «nobre iniciativa [que] permitiu que estas pequenas crianças checas, gregas, polacas, romenas e húngaras, e que viveram em campos de concentração, vivam agora nos campos livres de Portugal, onde vão colher às braçadas a flor das novas esperanças […] que se dá muito bem na terra portuguesa»[454]. O discurso utilizado serve claramente o propósito de apresentar a nação portuguesa como o «país das delícias» tantas vezes, e por diversos meios, referido também pela imprensa escrita e guardado pelas memórias da maioria daqueles a quem foi dada oportunidade de se manifestarem publicamente acerca do assunto, pelo menos. Em momento oportuno debruçar-nos-emos com mais atenção sobre tais aspectos, patentes também no curto documentário (de cerca de 9 minutos) disponível na Cinemateca Portuguesa, gravado durante as viagens de barco entre Génova e Lisboa, acompanhando a vinda de um grupo de crianças e o regresso a casa do anterior. Em *A Caridade não tem Fronteiras* são destacadas, precisamente, as dificuldades no país de origem, visíveis nos rostos dos pequenos que, assustados, partiam para a (para muitos) primeira viagem de navio das suas vidas, e os efeitos da passagem por Portugal, patentes na grande quantidade de malas transportadas no regresso e nas danças tradicionais e momentos de oração no percurso de volta à Áustria[455].

Independentemente das intenções subjacentes ao apoio à Acção, esta preconiza de forma indelével a tríade de valores disseminados pelo Estado Novo, «Deus, Pátria e Família», subjacente à organização da Acção, por parte de um organismo católico, com o apoio do Estado português e promovendo valores cristãos e nacionalistas através da inserção em famílias seleccionadas por figuras de proa em ambas as vertentes.

Segundo Mayr, os destinos dos *Kindertransporte* da Caritas coincidiam com os países para os quais a Assistência Interna e Externa enviava crianças através da Cruz Vermelha (Espanha, Suíça, Luxemburgo, Bélgica, Holanda e Itália), sendo que Portugal foi o único país cuja organização de transportes não foi transferida para aquele organismo aquando da sua criação em substituição do Gabinete de Assistência Social. A situação é relacionada pela autora com o facto de os transportes portugueses serem organizados pela Caritas e não pela Cruz Vermelha, cujos transportes eram coordenados pelo referido gabinete e, portanto, constavam dos seus registos periódicos. Os grandes transportes portugueses não são, assim, considerados pelo auxílio interno e externo, constando apenas de algumas referências isoladas às crianças enviadas para Portugal[456].

A comparação entre a realidade portuguesa e outras permite-nos assim concluir que, relativamente às crianças austríacas, Portugal se limitou a transportes organizados pela Caritas, enquanto outros países o fizeram também por intermédio da Cruz Vermelha, facto que justifica a distinção por parte do organismo estatal austríaco, não directamente envolvido naquelas acções. A não discriminação de dados referentes a acolhimentos ou outro tipo de

[454] BRAGA, 2005a: 199-200; BRAGA, 2005b: 168-169.
[455] *A Caridade não tem Fronteiras*, [1950].
[456] MAYR, 2013: 35-36.

auxílio a crianças e adolescentes, no que se refere à documentação oficial consultada pela autora, não permite, por outro lado, uma quantificação exacta dos envios com origem na Áustria. Contudo, a revista da Caritas Áustria permite-lhe definir que, em 1945, a organização proporcionou estadias de recuperação a 5.432 crianças e jovens, aumentando o número, no ano seguinte, para 13.416. Tais estadias referem-se, no entanto, a transportes internos, sendo que os internacionais começariam apenas em 1947[457]. Notado por Maisel-Schulz é o facto de algumas das crianças beneficiárias de transporte internacional serem provenientes de áreas onde, a nível interno, as crianças vienenses iam recuperar-se, nomeadamente Vorarlberg e Tirol[458].

Os Mapas 1 e 2[459] ilustram as divisões administrativas da Áustria e de Viena no pós-II Guerra Mundial, definindo as cores as diferentes zonas de ocupação a que foram votadas por parte de União Soviética, EUA, Grã-Bretanha e França desde 1945 até à «independência», em 1955 (como analisado no capítulo 2.2). Tais definições permitem localizar boa parte das informações que analisaremos de forma mais pormenorizada neste capítulo, nomeadamente no que se refere às zonas de proveniência das crianças acolhidas em Portugal.

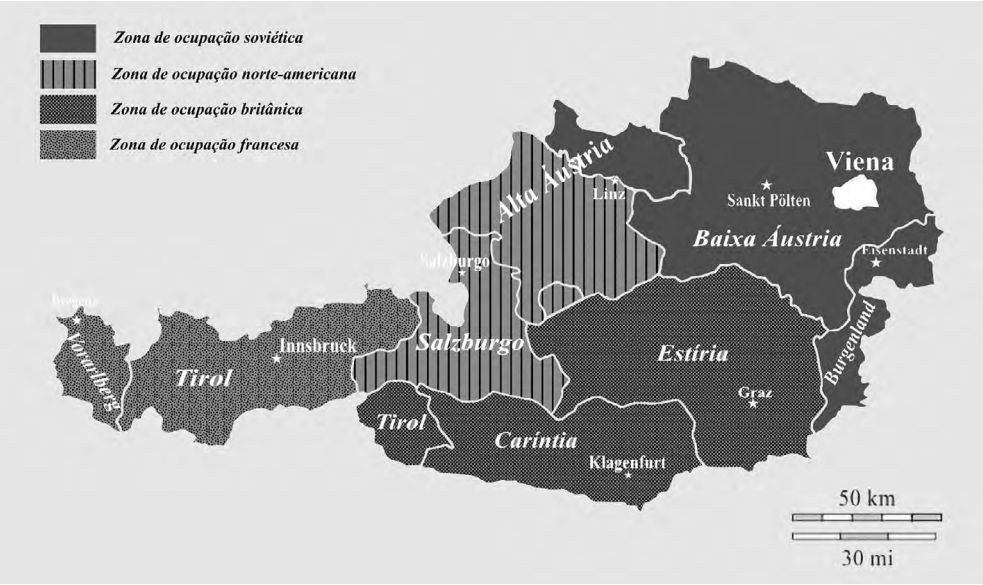
Uma vez que a Caritas, enquanto organização de matriz católica, trabalha essencialmente a nível diocesano, importa acrescentar que a Áustria é constituída por duas arquidioceses, Viena e Salzburgo, que abarcam 3 e 4 dioceses, respectivamente. A Arquidiocese de Viena engloba as dioceses de Linz (correspondente à região da Alta Áustria), Sankt Pölten (Baixa Áustria) e Eisenstadt (Burgenland); a de Salzburgo abrange as dioceses de Graz-Seckau (região da Estíria), Gurk (Caríntia), Innsbruck (Tirol) e Feldkirch (Vorarlberg). A cada região do país corresponde, portanto, uma diocese ou arquidiocese, sendo natural que a documentação oficial trate os assuntos a este nível em detrimento do administrativo, apesar de os dois serem praticamente correspondentes.

Após análise dos dados disponíveis, é-nos possível chegar a um resultado aproximado relativamente aos números associados à proveniência das crianças austríacas enviadas para Portugal para estadias de recuperação, sua idade e sexo. A respeito dos terceiro, quarto e sexto transportes, únicos «grandes transportes» cujas listas completas estão disponíveis no Arquivo da Caritas Portuguesa, apresentaremos então as informações possíveis — porque em vários casos já não visíveis — acerca das características do grupo transportado em cada uma das ocasiões. Tratando-se de três dos maiores transportes realizados com destino a Portugal, sendo que o quinto, como teremos oportunidade de analisar no capítulo seguinte, foi também um dos mais significativos, mas acerca dele não existem dados consistentes, cremos possibilitar-nos esta análise uma visão suficientemente ampla da situação em causa.

---

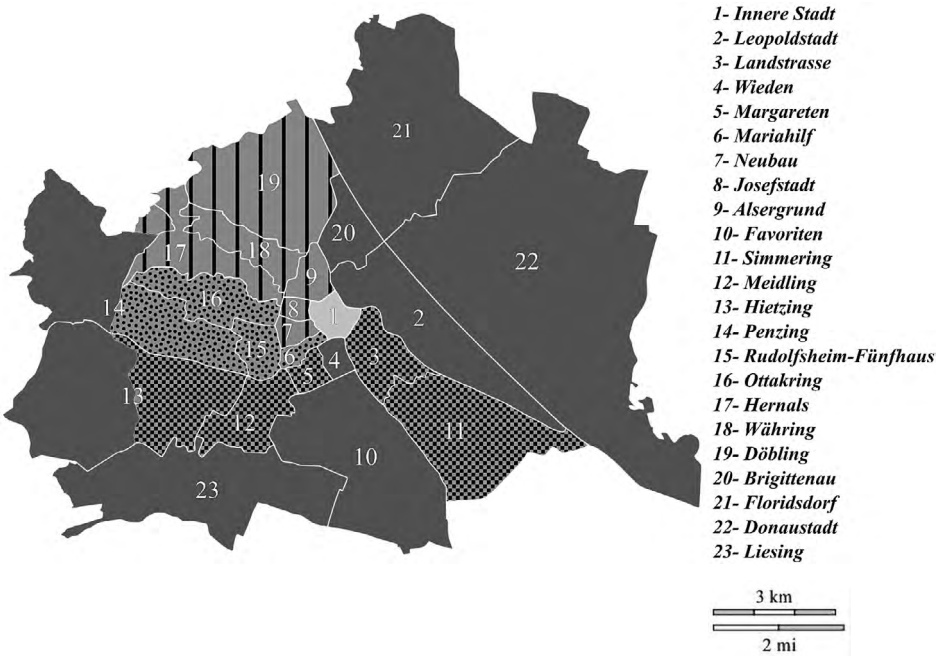
[457] MAYR, 2013: 37-38.
[458] MAISEL-SCHULZ, 2010: 64.
[459] Originais de *d-maps.com* alterados de forma a acrescentar informação necessária à cabal compreensão das circunstâncias da época em causa nas regiões representadas.

Mapa 1. Zonas de ocupação da Áustria no pós-II Guerra Mundial



Fonte: https://d-maps.com/carte.php?num_car=17719&lang=en

Mapa 2. Zonas de ocupação de Viena no pós-II Guerra Mundial



Fonte: https://d-maps.com/carte.php?num_car=34277&lang=en

Do total de crianças constante das listas da Caritas Portuguesa, 2.651, correspondentes aos da sua congénere austríaca, no que se refere aos três transportes assinalados, apenas pudemos apurar 2.037 nomes, 1.736 datas de nascimento e 1.360 moradas, que nos permitem definir, respectivamente, o seu sexo, idade e localidade.

Apesar de se tratar de uma amostra limitada da realidade, cremos que valerá a pena analisar os dados analisáveis. No que diz respeito ao sexo das crianças, é clara a maioria feminina, possivelmente resultado de uma maior «procura» por meninas, da parte dos portugueses, como veremos adiante.

Tabela 2. Crianças austríacas enviadas para estadia de recuperação em Portugal nos terceiro, quarto e sexto transportes, por diocese de proveniência, idade e sexo

Transportes				**3.º turno**	**4.º turno**	**6.º turno**	**Total**
Data				04-1948	10-1948	05-1950	
Total de crianças (segundo dados da Caritas)				498	990	1163	2.651
Sexo			Feminino	288	408	814	1.510
			Masculino	210	151	166	527
Idade							
2 (nascidos em 1946 ou 1948)				0	0	3	3
3 (nascidos em 1945 ou 1947)				0	0	0	0
4 (nascidos em 1944 ou 1946)				1	0	3	4
5 (nascidos em 1943 ou 1945)				10	11	35	56
6 (nascidos em 1942 ou 1944)				36	21	63	120
7 (nascidos em 1941 ou 1943)				58	92	98	248
8 (nascidos em 1940 ou 1942)				104	148	131	383
9 (nascidos em 1939 ou 1941)				125	103	143	371
10 (nascidos em 1938 ou 1940)				53	89	150	292
11 (nascidos em 1937 ou 1939)				30	26	87	143
12 (nascidos em 1936 ou 1938)				40	1	31	72
13 (nascidos em 1935 ou 1937)				16	0	11	27
14 (nascidos em 1934 ou 1938)				11	0	2	13
15 (nascidos em 1933 ou 1937)				2	0	2	4
Diocese de partida							
Arquidioceses	Viena	Viena	Zona internacional	4	4	9	17
		Viena	Zona soviética	116	135	92	343
		Viena	Zona norte-americana	78	72	90	240
		Viena	Zona britânica	66	44	49	159
		Viena	Zona francesa	73	55	71	199
		St. Pölten	Zona soviética	0	28	28	56
		Eisenstadt	Zona soviética	0	0	0	0
		Linz	Zona norte-americana	0	1	212	213
	Salzburgo	Salzburgo	Zona norte-americana	0	0	49	49
		Graz-Seckau	Zona britânica	2	7	38	47
		Gurk	Zona britânica	0	3	33	36
		Innsbruck	Zona francesa	0	0	1	1
		Feldkirch	Zona francesa	0	0	0	0

Fonte: *Listas com a morada das crianças na Áustria. 1948-04-16, Lisboa.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria; *Kindertransport nach Portugal. 1948-10-18, Viena.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria; *Kindertransport nach Portugal. 1950-04-18, Viena.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

Relativamente à idade das crianças, critério de selecção para os transportes, como veremos de seguida, os dados apurados confirmam os adiantados por Mayr na sua dissertação, sendo que a maioria das crianças participantes teria entre 6 e 11 anos, aquando da primeira vinda a Portugal. Raros são os casos, mas ainda assim existentes, de crianças austríacas acolhidas no nosso país com apenas 2 ou já 15 anos.

Quanto à proveniência, os dados analisados permitem perceber uma clara predominância de crianças com morada em Viena, dado que a maior destruição física se verificara ali, justificando que mais de 70% dos acolhidos viessem da capital. De destacar o facto de a maioria das crianças (cerca de 36%) ser proveniente da zona de ocupação soviética. Relativamente às outras dioceses do país, tal diferença esbate-se, sendo de notar apenas um maior número de crianças provenientes de Linz e Salzburgo, na zona de ocupação norte-americana, possivelmente devido à existência de campos de refugiados.

4.1.1. Critérios de selecção e contextos pessoais das crianças enviadas

Relativamente aos critérios de selecção para participação nos transportes internacionais, Mayr estabelece uma comparação entre os realizados pela Cruz Vermelha Suíça para aquele país e os orientados pela Caritas com destino a Portugal. Para os primeiros, o principal critério de selecção relacionava-se com o estado de saúde, que devia ser classificado como «Grau III» (subnutrição muito forte), ainda que as crianças devessem ser, de modo geral, saudáveis, ter um desenvolvimento considerado normal, e ser (se seleccionadas) vacinadas contra a varíola, a difteria e a escarlatina. Outro critério de selecção era a cidadania, que deveria ser austríaca. Para os transportes da Caritas o estado de saúde foi também um dos critérios utilizados, ainda que fosse dada a crianças não severamente subnutridas a possibilidade de serem incluídas nos transportes, sendo sempre necessário um atestado médico comprovando o baixo peso da criança ou a necessidade dos benefícios do clima dos países do Sul para recuperação. Os atestados, por vezes emitidos nas escolas ou no âmbito de triagens em série, serviam essencialmente para comprovar a não existência de doenças infecciosas, nomeadamente de tuberculose, factor efectivamente impeditivo da participação nas estadias de recuperação[460].

No testemunho partilhado no livro *Um Laço de Amizade entre Portugal e a Áustria*, Elfriede Janda, na altura (1949) com 8 anos e meio, conta que foi o facto de estar doente e subalimentada que a tornou elegível para um transporte para a Holanda, através da Caritas[461]. A doença, que nos confidenciaria, em conversa informal, ser do foro pulmonar, que acabaria por impedi-la de viajar rumo ao Norte, como estava previsto, reduzir-lhe-ia as escolhas a dois países de clima mediterrânico, indicado para o seu tipo de maleita, Espanha e Portugal, cujo nome, menciona, lhe terá provavelmente agradado mais, pelo que acabaria por

[460] MAYR, 2013: 43-44.
[461] CAETANO, 2005: 203.

tomar esse destino[462]. Na mesma publicação, Martin Strutzenberger[463] e Elfriede Drescher[464] referem que o facto de fazerem parte, em ambos os casos, de famílias com 4 filhos, subalimentados, terá sido a razão do seu envio a Portugal, sendo que, no caso de Elfriede, a escolha do país em detrimento de Suíça, Bélgica e Espanha se terá prendido com o facto de não desejar ir para a Suíça por os irmãos já terem tido essa experiência e por, mais uma vez, o nome soar «tão estranho e tão bonito» aos seus ouvidos, que, sem saber onde seria, não teria dúvidas em escolhê-lo. Já Aurelia Hayer, na altura com 11 anos, basearia a sua escolha, precisamente, no facto de lhe parecer ser «o país mais distante e onde era mais difícil ir»[465].

Das «crianças» entrevistadas nenhuma menciona especial estado de subnutrição ou doença que justificasse o envio específico para o clima ameno de Portugal. Dos 11 testemunhos recolhidos apenas Annie[466], Christa[467] e Katharina[468] mencionam o racionamento como algo de especialmente marcante. Katharina, oriunda da Alemanha, refere que, apesar disso, teve uma «infância muito boa» e «muita sorte». Juntamente com a mãe e as irmãs, considera que foi bem acolhida numa localidade termal, Bad Rothenfelde, onde a gentileza e o sistema de trocas — tabaco por batatas e cevada, por exemplo — com a população local, os favores dos ocupantes norte-americanos — que, directamente da sua cozinha, partilhavam pão e passas com as crianças — e o «fazer render» da mãe — que de um pacote enviado, segundo recorda, «de Portugal» «pela Caritas»[469], com sardinha e chouriço, conseguia milagres — não deixavam sentir os efeitos da escassez.

O documento que se segue (Fig. 1) diz respeito à versão francesa do formulário para verificação da condição médica das crianças inscritas para estadia de recuperação através do programa da Caritas.

---

[462] Encontrámos Elfriede Janda a 13 de Outubro de 2015, na Capela das Almas, Porto, aquando da celebração do aniversário do Padre Alexandrino Brochado, com quem manteria uma amizade próxima até ao falecimento daquele, alguns meses mais tarde. Infelizmente, e dadas as circunstâncias que acabariam por conduzir à morte do Padre Alexandrino, não nos chegaria a ser possível dar seguimento à entrevista que tínhamos programada com ambos. Ficaram, contudo, algumas notas tomadas aquando da referida conversa.
[463] CAETANO, 2005: 288.
[464] CAETANO, 2005: 332.
[465] CAETANO, 2005: 180.
[466] Johanna Oswald (25 Mai. 2016), entrevista gravada.
[467] Christa Schuller (30 Mai. 2016), entrevista gravada.
[468] Anna Katharina Karrer (22 Fev. 2017), entrevista gravada.
[469] O envio de pacotes de ajuda é mencionado em vários jornais, quer diários quer diocesanos. Não se trata, contudo, e segundo aqueles, de uma oferta da Caritas mas antes da Cruz Vermelha, através do seu Subcomité de Socorro à Áustria, criado propositadamente para prover o apoio necessário à população desfavorecida daquele país. Um dos artigos refere, inclusivamente, a possibilidade de envio de «pacotes de socorro alimentícios da CARE com mais do que 40.000 calorias» para outros países, a saber: «a Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte, Hungria e Roménia». Cf. *Socorro às vítimas da guerra da Europa*. «O Comércio do Porto» (21 Mai. 1947), p. 4.

FICHE MEDICALE

Nom et prénom de l'enfant _____

ADRESSE _____ localité _____

OBSERVATIONS RELATIVES A LA SANTE DE L'ENFANT AVANT LE DEPART ET A L'OPPORTUNITÉ D'UN SEJOUR EN PORTUGAL.

EXAMEN MEDICAL.

1) Quel est l'aspect général de l'enfant _____
Taille _____ poids _____ Le poids est-il suffisant pour la taille _____

2) Etat de la peau: Cicatrices de toutes sortes? _____ non
Maladies de la peau _____ non

3) Appareil ganglionnaire
Hypertrophies ganglionnaires? _____ non
Ablatin des amygdales? _____ non

4) Etat pulmonaire _____
Résultat de l'examen aux rayons X _____

5) Etat du coeur _____

6) Dentures? _____

7) Etat du système nerveux? _____

Résultat de l'examen mental _____

8) Organes des sens _____

9) L'enfant a-t-il eu la diphtérie? _____ non
A-t-il été vaccine récemment contre la diphtérie _____ 1947
A-t-il reçu une piqûre antidiphtérique ou antitétanique? non
Dernière vaccination contre la variole? _____ 1942

_____

Le soussigné, docteur _____ déclare que l'enfant _____ n'accuse actuellement aucune maladie contagieuse et qu'rien, dans son état, ne contre-indique son départ en Portugal.

Adresse _____

Fait à _____ le 11. 11. 1947

Signature du médecin (lisible).

Fig. 1. Versão francesa de atestado médico para crianças candidatas a estadia de recuperação em Portugal através da Caritas
Fonte: AUCPL

Tais documentos fazem parte, juntamente com os mesmos formulários em Alemão, dos dossiers de crianças austríacas acolhidas em Portugal do Arquivo da Caritas Portuguesa, não substituindo, mas aparecendo antes como complemento àqueles, não raramente sendo usados em conjunto com a versão alemã. Dado que ambas as versões incluem praticamente a mesma informação, como teremos oportunidade de analisar mais adiante, o recurso preferencial a uma das línguas em detrimento da outra poderia justificar-se pela proveniência de determinada zona de ocupação, contudo tal não se verifica, sendo, aliás, maioritariamente as crianças provenientes da zona norte-americana e não da francesa, como seria de

esperar, que figuram nos formulários em Francês. Ainda assim, não se tratando de um facto verificado em todos os documentos analisados, não é possível chegar a uma conclusão definitiva relativamente a este ponto, sendo também de considerar a possibilidade de, tal como se verifica em boa parte da correspondência trocada entre a Caritas de Viena e a Caritas Portuguesa[470], a língua francesa ser utilizada no sentido de facilitar a comunicação com a contraparte portuguesa.

O Alemão não seria, aparentemente, uma língua dominada pela generalidade dos funcionários da Caritas em Lisboa, sendo constantes as traduções quer de documentos oficiais quer de cartas ou telegramas trocados com a Caritas de Viena — centro das comunicações com a Áustria — e com as famílias das crianças. Por outro lado, as famílias de acolhimento em Portugal eram também, e segundo dados patentes, por exemplo, nos *Boletins de Inscrição*, recorrentemente versadas em Francês, à época ainda língua franca. O facto de as famílias de acolhimento poderem ter acesso aos atestados referentes às crianças acolhidas poderia também justificar o envio dos mesmos naquela língua, sendo que a ausência destes no Arquivo da Caritas pode ser apenas resultado de serem directamente passados às famílias de acolhimento.

Relativamente à Cruz Vermelha Suíça, outra diferença em termos de critérios da acção da Caritas prendia-se com o envio de crianças não austríacas, incluídas em passaportes colectivos, e transportadas, juntamente com as crianças nascidas no país, a partir da Áustria. Uma carta de Outubro de 1952, enviada pelo director da Caritas da Arquidiocese de Viena a Fernanda Jardim, sugere que as crianças não austríacas só poderiam, de facto, viajar se incluídas num passaporte colectivo, não tendo condições para aceder a um passaporte individual, ao que tudo indica devido ao seu estatuto de refugiadas na Áustria[471].

Exemplo disso são as muitas crianças acrescentadas por Hans Loidl — entrevistado por Mayr e recorrentemente referido por crianças Caritas entrevistadas no âmbito desta investigação — às longas listas que sempre tentava impor ao organismo central da Caritas Áustria, com crianças provenientes de um campo de deslocados existente na região da sua jurisdição, Linz.

Loidl refere ainda que a maioria das crianças era indicada à Caritas pelos Serviços de Apoio a Menores, que tinham à sua responsabilidade as crianças total ou parcialmente órfãs, dado que à época as mães não tinham autoridade sobre os seus filhos[472]. Na carta de Outubro de 1952 previamente referida é notada a exigência por parte da Caritas Portuguesa de uma certificação por uma «autoridade católica» da situação de «necessidade» das crianças, lembrando o director da Caritas vienense que só «crianças de famílias necessitadas, a nível de saúde ou condições sociais» são enviadas para estadias no estrangeiro[473].

---

[470] Disponível no Arquivo da Universidade Católica Privada de Linz, que nos cedeu digitalizações de parte dos documentos da Caritas Portuguesa.
[471] UNGAR, Leopold (1952) — [Carta] 1952 Out. 1, Viena [a] Fernanda Jardim. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[472] MAYR, 2013: 43-44.
[473] UNGAR, Leopold (1952) — [Carta] 1952 Out. 1, Viena [a] Fernanda Jardim. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

Entre os testemunhos compilados em *Um Laço de Amizade entre Portugal e a Áustria*, há vários casos de órfãos, como o de Marianne Just, órfã de mãe e a viver com o pai e dois irmãos em circunstâncias complicadas[474]. Sieglinde Haas não era órfã mas o seu pai era prisioneiro na Rússia, deixando a mãe sozinha com dois filhos, situação que levaria um parente a convencê-la a aceitar a oferta referindo: «de outro modo nunca verá nada disso»[475]. Já a família de Herta Nietruch, tendo perdido tudo num bombardeamento em Graz, haveria de decidir, em conjunto, enviá-la para o estrangeiro[476].

Dos testemunhos recolhidos, dois referem-se a crianças órfãs de pai (em ambos os casos em consequência de participação directa no conflito militar), um a uma criança órfã de mãe e quatro outros casos a situações de ausência da figura paterna.

Hannelore[477], uma das crianças órfãs de pai, refere que o seu terá falecido em resultado de uma intervenção clínica (faradização) em contexto militar. Aquando do evento traumático, em 1942, Hannelore tinha apenas 3 anos. Ainda assim recorda uma vida familiar «feliz» antes da guerra, lembrando que os pais «gostavam muito um do outro e de nós, crianças», e que viajavam juntos. À época a pequena tinha dois irmãos, um rapaz mais velho e uma menina com menos dois anos, e não hesita em definir como caótica a situação em que se viram após o falecimento do progenitor.

> *A minha mãe, pegando-me ao colo, costumava ler-me os contos dos irmãos Grimm desde os meus dois anos. Parou quando o meu pai, uma vítima do Wehrmacht, morreu inesperadamente em 1942 e uma catástrofe seguiu-se a outra: a perigosa escarlatina que me atingiu, a consequente quarentena e hospitalização, uma otite que foi quase fatal e me obrigou a uma cirurgia de emergência; o contínuo bombardeamento de Viena; a chamada às armas do meu irmão de 14 anos; a evacuação por segurança para a Boémia, da minha avó, da minha irmã mais nova e de mim própria; a guerra perdida e a perda da nossa casa e de todos os nossos bens*[478].

A mãe, incapaz de lidar com a situação sozinha, acabaria por sofrer uma mudança de personalidade, conforme recorda a filha. Pouco tempo depois, as primeiras bombas começariam a cair em Viena e a família seria evacuada para a Boémia, à época anexada à Alemanha nazi enquanto parte dos Sudetas, terra de origem da avó materna. A estadia de quase dois anos no campo é ainda hoje relembrada por Hannelore como um período pacífico, ainda assim, com a mãe passando a maior parte do tempo em Viena, por forma a acompanhar o filho que continuava na escola, e o posterior recrutamento daquele para a Juventude Hitleriana — obrigatório desde 1939, respondendo às leis da Alemanha nazi[479] — e para o exér-

---

474 CAETANO, 2005: 78-79.
475 CAETANO, 2005: 274-276.
476 CAETANO, 2005: 398-399.
477 Hannelore Martinovsky (22 Mar. 2017), entrevista gravada.
478 MARTINOVSKY, 2015: 109.
479 KOCH, 2000: 64; UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM, [s.d.].

cito, com apenas 15 anos. A criança, rodeada das preocupações alheias e das suas para com os membros da família — especialmente a mãe, que considerava particularmente frágil —, tornar-se-ia, como a própria hoje define, «traumatizada». O «processo curativo» da vida rural não apagaria as cicatrizes deixadas pela guerra: além da morte do pai e a especial fragilidade que causara na mãe, o facto de o irmão ser feito prisioneiro pelos norte-americanos e de, no final de 1945, já com o irmão libertado e reunido à restante família, todos serem «tomados por alemães» e colocados num campo de concentração «pelos checos»[480], deixaria também as suas marcas.

Ainda em Dezembro daquele ano a família poderia regressar a Viena para descobrir que tudo o que tinham já não existia. Hannelore, os irmãos, a mãe e a avó haveriam de ser acolhidos pelo irmão do pai durante algum tempo, até que encontraram um «apartamento» de 8 m^2 para os cinco. O Inverno de 1945-46 ficar-lhe-ia na memória pelas piores razões. Hannelore e a irmã foram afectadas por uma epidemia de tosse convulsa que quase a levou à morte, acabando as duas por serem enviadas para a casa dos tios maternos, no Tirol, para onde aqueles haviam fugido, também da Boémia. As memórias felizes repetem-se no tempo passado no campo. O regresso a Viena, três quartos do ano volvidos, traria consigo, porém, o regresso a uma atitude «bastante neurótica», «demasiado calma, demasiado obediente, demasiado preocupada com todos».

Seria um assistente do padre da paróquia — que a mãe e a avó não frequentavam mas onde faziam questão que as crianças fossem presença assídua, na catequese — que traria à família a possibilidade de participação em transportes para o estrangeiro, sendo que a irmã seria levada para Espanha e Hannelore para Portugal.

Fini[481] conta que o seu pai, funcionário dos correios, terá sido chamado à guerra, «na Rússia» e não mais voltado a casa, pelo que não guarda memórias dele. A mãe, trabalhadora de uma fábrica «que tratava de coisas de aço» para construção de material de guerra, voltaria a casar depois da guerra, não se dando conta de que a pequena Fini passava a maior parte dos seus dias a juntar metais com os meninos do seu bairro, em Linz, para mais tarde vender. Com o pouco que amealhavam, em conjunto, faziam face à fome que enfrentavam diariamente comprando «papos secos» ou o que conseguissem, e nem o facto de um deles ter perdido um braço devido à explosão de uma «bomba» (provavelmente uma granada) os demoveu das suas buscas quotidianas. A criança encarava com tanta naturalidade o facto de «quase ninguém [ter] nada e os poucos que tinham qualquer coisa tinham roubado dos outros» como hoje a adulta em que se tornou encara a «síndroma de ajudar», por ter «sofrido tanto» naquela altura. A oportunidade de fugir do «inferno» viria por meio do professor de Religião, na escola, que apresentara a Suíça, a Espanha e Portugal como opções. Fini escolheria Portugal por gostar da palavra mas, sabendo que à mãe a ideia não agradaria tanto quanto a ela, pediria ao (meio)

[480] Provavelmente o de Terezín, único existente na região. Sobre o assunto, Hannelore não se alonga, preferindo focar-se no facto de rapidamente terem sido libertados.
[481] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.

irmão mais velho que falsificasse a assinatura da progenitora na documentação a preencher pela família; em troca dar-lhe-ia, até à sua partida, todos os «rebuçados especiais» que, a cada duas semanas, a sua muito querida avó lhes oferecia. A reacção da mãe à informação não seria melhor do que o esperado, mas, conhecedor da situação da família, o padre professor ajudaria Fini a conseguir o que tanto queria, mentindo sobre a situação do processo, segundo diria, já demasiado avançado para poder travá-lo.

Também a Irmã Dominica, baptizada Ingunde[482], refere o conflito armado como causador da morte da mãe à sua nascença: vivendo em Linz, à época, a progenitora havia decidido retirar-se para a sua aldeia de origem, Viechtwang, nos Alpes, onde a probabilidade de ser atingida por um bombardeamento era menor. Menor também era a hipótese de ser socorrida em caso de infecção pós-parto, em que a penicilina — em falta devido à situação de conflito — teria tido um papel essencial. Órfã 11 dias depois de nascer e com o pai, professor de Ciências, chamado às armas mas provisoriamente regressado à Áustria para tratamento de uma doença respiratória, a pequena passaria o primeiro ano de vida num orfanato de Linz. Ao pressentir aproximar-se o final da guerra, o pai fugiria do campo de batalha, recorrendo aos padres do seu conhecimento para regressar a casa sem ser descoberto, substituindo a farda militar pelo hábito religioso. Encontraria as duas filhas na aldeia de origem da mulher falecida, junto da avó materna, onde lhes daria também uma nova mãe. Juntos viveram numa serração, trabalhando na floresta até ao final da guerra. Regressados a Linz, já com dois rapazes e uma menina a mais, a família veria o pai voltar ao trabalho e as crianças em idade escolar a apanhar «todas as doenças» infecciosas que proliferavam na Áustria do pós-guerra: Ingunde acabou em quarentena devido à escarlatina, enquanto a irmã mais velha e a mãe ficaram com problemas de glândulas e de coração para a vida depois de contraírem difteria.

Considerando o facto de «chorar muito» como uma «marca de alguma coisa que não estava [bem]», Ingunde não seria, contudo, enviada devido às situações de doença, entretanto ultrapassadas, mas, segundo diz, por se tratar de uma família numerosa (com 4 crianças) e só o pai, ainda doente, trabalhar. Foi, segundo a entrevistada, o próprio director da Caritas de Linz, amigo pessoal do pai, que, sabendo da situação precária da família, convidou a irmã de Ingunde para uma estadia em Portugal. Já o processo ia adiantado quando a mais pequena adoeceu, sendo-lhe dada a oportunidade de a substituir. A irmã acabaria por, quando recuperada, ser acolhida na Holanda.

Ingunde é a única dos entrevistados a recordar ter sido obrigada a apanhar vacinas antes da viagem. O facto tê-la-á marcado por se tratar num dos casos, segundo conta, de uma «vacina no peito» que lhe terá causado muita dor e potenciado a sua predisposição a chorar muito. É também uma das pessoas que recordam Loidl, irmão do capelão da sua paróquia, enquanto acompanhante da viagem.

---

[482] Ingunde Wieser (22 Fev. 2017), entrevista gravada.

Fig. 2. Gerhard com a mãe e o irmão, em 1944, e com os pais, em 1943
Fonte: SCHIESSER, 2015: 13-14

O pai de Gerhard[483], talhante de profissão, só regressaria do seu cativeiro perto de Riga, depois de ser capturado pelos soviéticos durante a batalha de Kursk-Orel, algumas semanas antes de ver o filho partir para Portugal. Havia sido enviado para a frente russa em 1941, e ali permanecera durante a maior parte dos 9 anos de Gerhard, sobrevivendo graças às calorias extra fornecidas pelo açúcar que caía dos navios que ajudava a carregar. A mãe mantinha-se, a si e aos dois filhos menores, trabalhando como costureira, a sua profissão de sempre, cosendo camisas de comandantes russos para conseguir algum parco rendimento, por vezes em géneros, e viajando até Hollabrunn, hoje, a cerca de uma hora, em transportes públicos, de Viena XX, na zona de ocupação russa. O percurso obrigava-a a atravessar uma «ponte vermelha» sobre o Danúbio, a passagem custava-lhe por várias vezes boa parte dos alimentos que conseguia recolher, ainda assim muito mais apelativos que as latas de ervilhas secas com bicho ou os vegetais murchos que sobravam na capital. Haviam regressado do refúgio em Kirchberg an der Pielach, para onde levara os filhos em 1943, pouco depois de receber as últimas notícias do marido antes do final da guerra, com o objectivo de garantir que não eram expropriados do seu apartamento em Engerstraβe, de onde agora poderiam admirar o pôr-do-sol sem ter de espreitar pela janela. Apesar do frio, abrigavam ali familiares e chegaram a alugar o anexo. Para

[483] SCHIESSER, 2015: 11-14.

chegar até lá haviam caminhado 30 quilómetros até Sankt Pölten e, sem dinheiro para o comboio, a mãe trabalhara até o conseguir. Depois de sobreviverem à invasão soviética escondidos na floresta de Viena, o esforço parecia insignificante, da mesma forma que parecia a Gerhard ter aulas numa escola escura[484] e fria — de tal forma que os alunos tinham que juntar-se e manter os casacos vestidos para conseguirem suportar as aulas — depois de meses a fazer três quilómetros por dia, numa estrada constantemente patrulhada (e por vezes atacada) por forças aéreas, para frequentar o jardim de infância. Seria precisamente na escola que o programa de ajuda internacional, envolvendo essencialmente países neutrais (Suécia, Dinamarca, Suíça, Espanha e Portugal), seria apresentado a professores, pais e crianças, por uma delegação da Caritas que, aparentemente, o fazia de forma regular.

Eram várias as formas como a notícia da possibilidade de partir num destes transportes chegava às crianças e/ou suas famílias, sendo a origem social, também referida por Mayr, um possível factor de decisão[485], o mais provável nos casos referidos, tendo a orfandade um peso claramente relevante. Alguns dos testemunhos compilados por Palma Caetano parecem sugerir que por vezes eram os próprios encarregados de educação a requerer o envio das suas crianças junto das paróquias locais, como o de Günther Wendl, cujo pai escolheria Portugal em detrimento da Espanha porque «gostava muito das sardinhas portuguesas de conserva»[486]. Também Pauline Haberl, oriunda de uma família que descreve como «relativamente pobre», sendo o pai linotipista no jornal «Kleine Zeitung», refere que a mãe, em casa com os 3 filhos, requerera uma estadia de restabelecimento para pelo menos um deles[487], não referindo, contudo, a que organismo se terá ela dirigido no sentido de formalizar essa requisição. Annemarie Wiesmayr conta, por sua vez, que terá sido na catequese que o padre terá avisado que uma criança que deveria ir para Portugal estava doente e que a que quisesse substituí-la teria que possuir um passaporte. Tendo o pai na zona americana de Linz «por razões profissionais», facto que usa para justificar o facto de possuir um passaporte, a pequena não hesitaria em inscrever-se e convencer, através das lágrimas, os seus familiares a deixá-la partir[488].

Das entrevistas recolhidas, a maioria daqueles que se lembram ou têm alguma memória, ainda que não seja própria, refere processos ligados a um elemento da Igreja.

Além dos casos anteriormente desenvolvidos, Ilse[489] refere que, depois de ouvir ler as cartas de uma vizinha que se encontrava em estadia de recuperação na Bélgica, terá sido aconselhada pela irmã daquela, «guia de um grupo de meninas católicas», a ir ao escritório da paróquia inscrever-se. Achando que Ilse não teria hipóteses devido ao seu estatuto de filha única, a mãe acederia ao seu pedido e, duas semanas mais tarde, a pequena ouviria na escola

[484] Na altura tapavam-se as janelas dos edifícios para os proteger, por um lado, das intempéries e, por outro, dos assaltos, inclusivamente por parte das forças de ocupação, segundo o testemunho de Gerhard.
[485] MAYR, 2013: 44.
[486] CAETANO, 2005: 355-356.
[487] CAETANO, 2005: 404-406.
[488] CAETANO, 2005: 64-66.
[489] Ilse Kustka (18 Mar. 2016), entrevista gravada.

(regida por freiras) o seu nome ser indicado como pertencente à lista de crianças seleccionadas para uma estadia de 8 meses em Portugal (por ela escolhido por ser, juntamente com a Espanha, a estadia mais longa, sendo as estadias no Luxemburgo, Suíça, Bélgica, Holanda e Suécia de apenas 3 meses). Durante a guerra, com o pai, ferroviário, ausente porque destacado para trabalhar como carniceiro em França, Ilse e a mãe juntar-se-iam aos avós, camponeses, em Leopoldsdorf, sendo poupadas da fome até ao final do conflito. O pai regressaria só em 1947, altura em que o conheceu, finalmente, depois de ouvir os seus passos, até então irreconhecíveis, a subir as 106 escadas até ao pequeno apartamento da família, em Viena X. Apesar de não terem mais do que uma cozinha e um quarto, os pais de Ilse conseguiriam colocá-la numa escola de freiras — à qual tiveram que continuar a pagar 25 xelins mensais, para garantir lugar, aquando da sua estadia em Portugal — e ali guardar um piano, para que pudesse praticar o que aprendia na escola.

Annie[490], que só teria oportunidade de conhecer o pai — construtor civil de profissão, prisioneiro «na América» — no final da guerra, conta que foi a sua vizinha, que trabalhava «com o padre da freguesia», a contar-lhe da possibilidade de partir para a Holanda. Habitante de Klosterneuburg, cidade nos arredores de Viena, Annie considera ter sido uma criança traumatizada. Apesar de poupada da destruição que afectou o centro da capital, refere não ter assistido a nenhum bombardeamento, mas ter ouvido cada um deles e ter visto, com 5 anos, um avião despenhado junto de sua casa, com duas vítimas mortais. Refere que, a dada altura, com os bombardeamentos diários à capital eram também diários os avisos sonoros para o recolher obrigatório às estruturas subterrâneas para protecção de um eventual ataque às infra-estruturas de gás da localidade. O uso de máscaras de gás, também obrigatórias em caso de ataque, era algo que assustava a pequena Annie, da mesma forma que a viriam a assustar os soldados russos, que entravam em casa sem convite, em busca de bens preciosos, e mataram, um dia, 10 rapazes, em retaliação pelo assassinato de um dos seus oficiais. O medo alargava-se também aos soldados americanos e de outras nacionalidades, dos quais Annie fugia mesmo que por vezes lhe tentassem oferecer comida. Apesar disso, e de recordar os detalhes do racionamento a que foram sujeitos, não se lembra de ter passado fome, muito graças ao quintal dos avós, nem recorda o falecimento de alguém conhecido, mesmo tendo o pai sofrido até ao fim da vida de danos colaterais de um soterramento, um tio sido prisioneiro na Rússia, e vários judeus e utentes de um manicómio, locais, terem sido levados para campos de extermínio. Com um pai extremamente zeloso, em resultado da sua experiência no campo de batalha, mas desejosa de ter as mesmas oportunidades que a vizinha que estivera na Suíça, Annie acabaria por convencer a mãe a inscrevê-la no programa da Caritas no escritório da paróquia. As quotas de meninas e meninos forçá-la-iam, contudo, a integrar o grupo que partiria, por mais tempo, para Portugal. Neste caso, foi a criança que chegou até à Caritas e não o contrário.

---

[490] Johanna Oswald (25 Mai. 2016), entrevista gravada.

Werner[491] recorda que terá sido uma «pessoa da Caritas» que, tal como fizera antes com um dos seus dois irmãos, acolhido em Espanha, informou a família da possibilidade de o outro filho viajar para Portugal. O facto de a mãe ter conseguido manter o seu trabalho durante o período de guerra, enquanto secretária num hospital, e os filhos numa quinta na aldeia de Bleiburg e, no período subsequente, num apartamento de 80 m^2, em Klagenfurt — definido pelo entrevistado como «muito confortável para a época» —, não terá atenuado os problemas que então viveram, com o abandono do lar pelo pai. A sua participação na vida da Igreja — «ponto de encontro da juventude» — enquanto acólito, e nos encontros e jogos de futebol organizados pela mesma, justifica a sua proximidade com o meio. A forma como a Caritas foi informada da necessidade permanece, contudo, por clarificar, ainda que seja provável que o pároco tenha sido o elemento de conexão.

Também de Klagenfurt, na fronteira austro-italiana, é originário Alois[492]. Também ele participante activo nas celebrações e grupo juvenil da sua paróquia, afirma que terá sido o pároco a mencionar a possibilidade numa das reuniões do referido grupo. A sua situação relativamente privilegiada, resultante da posição do pai enquanto funcionário alfandegário em Klagenfurt antes da guerra, não terá sido impedimento para o seu envio para Portugal. Depois de recrutado para o serviço de motorista no exército alemão, o progenitor havia desertado da Hungria, na Primavera de 1945, regressando a um posto público, no Ministério das Finanças, e garantindo à mulher e aos filhos a residência que tinham antes do conflito num edifício para funcionários do Estado. Durante a guerra, que pôs fim à vida de um tio, deixou outro gravemente ferido e um terceiro num campo de concentração (Mauthausen) por dissidência política, Alois, a irmã mais nova e a mãe haviam-se refugiado na aldeia dos avós paternos, onde o avô possuía terrenos e um pequeno negócio. Esse facto acrescentaria à sobrevivência do pai e de um outro tio no campo de batalha um outro motivo para se sentirem privilegiados: o de escaparem à fome. Ainda assim, Alois admite que possa ter sido a malnutrição a razão da sua escolha para participar do transporte que o trouxe até Portugal em 1948. Maria Soares («Mimi»), filha daqueles que seriam os seus pais de acolhimento em Calendário, Vila Nova de Famalicão, recorda que a mãe dizia que «se via pela roupa que ele trazia que era uma pessoa com dinheiro, com certeza, que não vinha feito de farrapilhos, como se costuma dizer»[493]. Alois recorda, efectivamente, uma «grande mala […] absolutamente horrível [com demasiadas coisas]»[494], nada comum entre os relatos recolhidos, usualmente referindo pequenas malas ou mochilas, dada a escassez de bens transportáveis.

[491]Werner Arthofer (09 Fev. 2017), entrevista gravada.
[492] Alois Sablatnig (26 Abr. 2017), entrevista gravada.
[493] Maria de Fátima Correia Soares e sobrinha Ema (08 Fev. 2017), entrevista gravada.
[494] Alois Sablatnig (26 Abr. 2017), entrevista gravada.

Fig. 3. Mala e peluche transportados por Heidemarie Stubner aquando da sua primeira viagem rumo a Portugal[495]
Fonte: Col. privada de Heidemarie Stubner

Das 11 entrevistas realizadas a elementos de famílias que à época acolheram crianças Caritas, entre aqueles que guardam memórias próprias, são comuns as referências a situações de fome dos acolhidos, na maioria dos casos, em resultado de uma dedução. No caso de Luís Bento[496], filho dos pais de acolhimento de Peter Pross, em Cantanhede, Coimbra, e de Maria de Fátima «Nina» Basto[497], filha dos pais de acolhimento de Gottfried Nemcicky, em Barcelos, a dedução — em ambos os casos, expressa em publicação em nome próprio[498] — prende-se com o facto de as crianças comerem crus alimentos que em Portugal é costume serem cozinhados antes de ingeridos. Já Júlia Bicho, filha dos pais de acolhimento de várias crianças, refere que a pequena francesa Françoise «vinha cheia de fome»[499], porque escondia a comida para que ninguém lha roubasse, e que a austríaca Ingrid chegara a casa com um cacete debaixo do braço, o qual não largaria até ao dia seguinte à sua chegada.

Peter, oriundo de uma família de 6 filhos em que o pai era funcionário ferroviário e a mãe doméstica, não recorda as condições em que vivia antes da vinda para Portugal mas conclui que «para mandarem os filhos embora era porque estavam atrapalhados», uma vez que os pais, de uma vez e para o mesmo país, mandaram os 4 filhos em idade de poderem participar

[495] Tivemos oportunidade de encontrar a D. Heidemarie num evento promovido pela Embaixada Austríaca em Lisboa, no dia 18 de Junho de 2019. Tendo testemunhado durante o mesmo acerca da sua estadia em Portugal que se prolongou até à actualidade, a D. Heidemarie acedeu prontamente a partilhar as fotos dos bens que faz questão de mostrar enquanto memória daquele que seria um evento decisivo na sua vida.
[496] Luís Rocha San Miguel Bento e irmãos Adelino, Helena e Manuel (30 Mar. 2016), entrevista gravada.
[497] Maria de Fátima Queirós de Sousa Basto (09 Jun. 2017), entrevista gravada.
[498] BENTO, 2013; BASTO, 2006.
[499] Maria Júlia Lopes Barata Ferreira Bicho Pacheco Delgado e filhos Nuno, Margarida e Luís (11 Jun. 2017), entrevista gravada.

nos transportes. Sabe, porque lhe contaram e não porque recorde — até porque vivia na zona de ocupação francesa, em Viena —, que «apanharam a invasão dos russos», a qual terá sido, segundo conta, «a parte pior», porque os alemães, apesar de invasores, «davam trabalho», enquanto os russos entraram, segundo ouviu, para «rebentar com tudo». Relativamente à situação da família, ficou-lhe na memória apenas uma história:

> *Acho que não tive problemas de saúde.* […] *Talvez de fome…* […] *Contaram-me que eu era p'a ser vendido… Era p'a ser comprado por não sei quantos quilos de toucinho* […]. *Valia imenso na altura da falta de tudo e mais alguma* [coisa]. *Isso, eu não sei se isto é conversa. Parece-me um bocado estranho, mas na guerra tudo pode acontecer, não é. Um bebé… Porque era muito girinho, muito loirinho, muito bonitinho, e então, pelo que me consta, uma enfermeira engraçou comigo e então oferecia não sei quantos quilos de toucinho que era um tesouro naquela altura. Mas eu acho que isto é histórias. Mas eu fiquei com isso porque achei graça à situação, mas não acredito*[500].

Fig. 4. Família Zenkl: Franz, sua segunda mulher, Anna, e os filhos daquele (os dois mais velhos, Giti e Franz) e de ambos (os três mais novos, Margot, Gustav e Peter); e atestados médicos dos três irmãos Zenkl que permaneceram em Portugal
Fonte: Fotografias publicadas na revista «Pais» (Mar. 1991), p. 44 e 46

[500] Peter Zenkl (21 Fev. 2017), entrevista gravada.

Menos comum é a família de acolhimento considerar a de envio como bem posicionada socialmente. Ainda assim, além do caso de Alois, testemunhado por Maria Soares[501], também Maria da Luz[502], filha dos pais de acolhimento de Inge Oman e Felinger, considera que ambas as crianças eram «de boas famílias». O mesmo se aplica a Maria João Amaral[503], neta de Amândio Pereira Carvalho, pai de acolhimento de Martine e Emmanuel Breteuil em Lamego, e a Lucinda Sarmento[504], filha dos pais de acolhimento de, entre outras, Marie Janik de Kercadio. Em ambos os casos é feita referência ao «nível bastante bom» mas à fase «mais complicada» das respectivas famílias de origem das crianças, de origem francesa. Não abordaremos, aqui, os critérios de selecção das crianças francesas, contudo, não podemos deixar de notar que, em mais de uma ocasião, é referido por entrevistados que as crianças «foram escolhidas para» determinadas famílias em Portugal, assunto ao qual voltaremos em momento oportuno.

Segundo a entrevista cedida por Hans Loidl a Mayr, as indicações das paróquias, ainda que significativas, seriam menos frequentes que as dos Serviços de Apoio a Menores, e, aparentemente, mais «aleatórias». Segundo conclusão da autora, que nota, também, serem comuns as informações de professores de religião, padres e «outras entidades religiosas», no caso de uma criança seleccionada não poder, por algum motivo, viajar, era então seleccionada outra que correspondesse a um requisito essencial: a posse de um passaporte individual, necessário para a organização da viagem num prazo breve. Aparentemente, no caso de não haver situação específica que o justificasse, era possível participar de uma estadia através de um sistema de lista de espera, que seria accionado se não fossem preenchidos os lugares previstos para a viagem. Seriam, então, também usuais as selecções relacionadas com o histórico de saúde das crianças e não só com a sua situação aquando da inscrição no programa[505], facto que poderá ter servido de coadjuvante ao envio de Ingunde, por exemplo. Tal cenário poderá também ajudar a explicar o envio de crianças em situação social não desprivilegiada, como seria, aparentemente, Alois.

Outro critério a ter em conta na selecção das crianças era, como referimos, a idade, sendo que, no caso português, e relativamente à Suíça, os limites foram alargados de crianças nascidas entre 1938/39 e 1944 para crianças nascidas entre 1933 e 1944, aparentemente no sentido de garantir que haveria interessados suficientes para todos os envios. A maioria das crianças acolhidas em Portugal nasceu, contudo, e segundo os dados encontrados por Mayr no arquivo da Universidade Católica Privada de Linz, e por nós anteriormente confirmados, entre 1936 e 1944[506], sendo que todos os entrevistados no âmbito desta investigação se enquadram neste perfil.

---

[501] Maria de Fátima Correia Soares e sobrinha Ema (08 Fev. 2017), entrevista gravada.
[502] Maria da Luz Lencastre (29 Jul. 2018), entrevista gravada.
[503] Maria João Amaral (16 Ago. 2017), entrevista anotada.
[504] Maria Lucinda do Espírito Santo Rodrigues Sarmento Melo e sua sobrinha Constança (30 Set. 2017), entrevista gravada.
[505] MAYR, 2013: 47-50.
[506] MAYR, 2013: 45.

Por último, Loidl refere que as famílias teriam que pagar «pequenas contribuições mensais para o transporte, mas apenas na medida em que tivessem possibilidade para o fazer», sendo que a importância — não obrigatória para quem a não pudesse pagar — seria utilizada exclusivamente nos custos de «transporte austríaco» (dentro da Áustria), sendo os restantes assumidos pela Caritas Portuguesa[507].

Segundo Mayr, a gestão dos transportes era, assim, realizada pela Caritas Áustria, contando também com o apoio da Caritas da Arquidiocese de Viena e a Caritas de Linz, na Alta Áustria, consideravelmente menos afectada pela destruição causada pela guerra do que as regiões da Baixa Áustria e Viena, de onde seria, como vimos, originária a maioria das crianças. Na Alta Áustria encontrava-se, contudo, nota Mayr, o campo de deslocados de Haid, de onde Loidl terá levado um terço dos beneficiários daquela região (10% do total de crianças enviadas, segundo a autora) devido ao perigo de contágio com tuberculose[508]. O campo de Haid, criado pela Wehrmacht enquanto campo de trabalho, seria, a partir do final do conflito, porto de abrigo para romenos, jugoslavos, croatas, checoslovacos, húngaros, alemães dos Sudetas e judeus polacos[509].

Após o processo de selecção, que contava, como vimos, com a colaboração dos Serviços de Apoio a Menores, paróquias associadas a comissões diocesanas da Caritas e escolas, as crianças eram sujeitas a exames médicos para obtenção de atestado médico comprovativo da sua aptidão para cumprir os requisitos exigidos (Fig. 5).

Do mesmo constam informações gerais sobre a criança (nome, data de nascimento, endereço) e um questionário sobre o seu estado de saúde antes da partida (aspecto geral, altura, peso, estado do sistema endócrino, pulmões, coração e histórico de doenças, contando com uma lista de doenças infecciosas especialmente comuns naquelas circunstâncias), no sentido de avaliar uma eventual necessidade de estadia em Portugal.

Em nenhum dos arquivos consultados encontrámos formulários correspondentes aos documentos reproduzidos relativos a crianças enviadas de outros países, não nos sendo possível aferir se seriam idênticos ou se os critérios de selecção seriam análogos.

Além das informações médicas, também um relatório pessoal (Fig. 6) era anexado ao processo de cada criança, contendo informações relacionadas com o seu perfil social e de conduta moral e religiosa. Incluía aspectos como a escola frequentada pela criança, os sacramentos recebidos (Baptizado, Primeira Comunhão, Confissão), nomes e profissões dos pais e uma avaliação, normalmente da responsabilidade de um padre, quer do «valor moral e espiritual» da criança quer do ambiente familiar (em termos de rendimento, posição social e moralidade).

---

[507] MAYR, 2013: 46.
[508] MAYR, 2013: 43.
[509] HART, 2002: 18.

Ärztliches Attest

Familien- und Taufname des Kindes: _____

Adresse: _____ Ort: _____

Bemerkungen über den Gesundheitszustand des Kindes vor der Abreise und über die Nützlichkeit eines Aufenthaltes in

1. Wie sieht das Kind im allgemeinen aus? _____

   Größe _____ cm Gewicht _____ kg. Untergewicht: _____ kg (unbedingt auszufüllen)

2. Zustand der Haut, allerlei Narben? _____

   Hautkrankheiten? _____

3. Drüsensystem: _____

   Hypertrophie der Drüsen? _____

   Entfernung der Mandeln? _____

4. Zustand der Lunge: _____

   Röntgenbefund: _____

5. Zustand des Herzens: _____

6. Gebiß: _____

7. Zustand des Nervensystems? _____

   Resultat des Gedächtnisexamens? _____

8. Sinnesorgane: _____

9. Letzte Impfung gegen Diphtherie am _____

   Hat es eine Injektion gegen Tetanus bekommen? _____ Wann? _____

   Letzte Impfung gegen Pocken am _____

   Letzte Impfung gegen Typhus am _____

10. Besondere Bemerkungen: _____

Überstandene Krankheiten:

Scharlach *
Diphtherie
Typhus
Ruhr
Malaria
Tuberkulose
Masern
Mumps
Röteln
Keuchhusten
Feuchtblattern
Lungenentzündung
Mittelohrentzündung
Angina

Thorax-Durchleuchtung
negativ

Ich, unterzeichneter Doktor, erkläre, daß das Kind derzeit an keiner ansteckenden Krankheit leidet und daß in seinem Gesundheitszustand nichts gegen die Abreise nach _____ spricht.

Adresse: _____ Geschrieben zu _____ am _____

Leserliche Unterschrift des Arztes: _____

* Nichtzutreffendes streichen

01223

Fig. 5. Versão alemã de atestado médico para crianças candidatas a estadia de recuperação em Portugal através da Caritas
Fonte: AUCPL

Apesar de provavelmente não ser elemento decisivo em termos de exclusão, tal avaliação, que denota a orientação católica da organização e, como refere Mayr, «é indicador da importância da religião na sociedade austríaca após o fim do regime nacional-socialista»[510], pressupunha também a recolha da declaração de um professor que ajudaria a formar uma opinião acerca do carácter da criança, claramente baseada em valores morais cristãos, classificando-a em termos tão simplistas quanto «boa», «menos boa» e «má». Da mesma forma era avaliada a situação da família, excepto no referente à posição social, definida entre uma das três opções dadas: «civil», «público» ou «trabalhador». Um outro ponto refere-se ainda ao número e idade de eventuais irmãos. No ponto «observações especiais» pede-se ao inquirido que anote «efeitos da guerra e consequências sociais».

A última secção do documento trata da transferência da tutela para a família de acolhimento, nos seguintes termos: «Declaro que tomo conhecimento da disposição, e que aceito a transferência de tutela para aqueles que irão receber, enquanto for necessário, a minha autoridade paterna», ou, no caso de ausência do pai, da custódia atribuída ao Serviço de Apoio a Menores. Juntamente com o atestado médico, também este relatório era cedido à família de acolhimento para ajudar a lidar da melhor forma possível com a criança a acolher (incluindo um ponto que indica «como deve ser tratada»).

A existência de relatórios com diferentes datas referentes às mesmas crianças parece indicar que por cada viagem realizada rumo a Portugal uma nova avaliação tinha de ser realizada, o que se apresenta como perfeitamente justificável dadas as preocupações sanitárias envolvidas, pelo menos no que diz respeito aos documentos médicos. Quanto à avaliação da personalidade, a questão será discutível, de qualquer forma, estes documentos são muito menos frequentes que os primeiros. O conjunto dos relatórios era por vezes acompanhado de fotografias das crianças.

A seguinte Declaração, traduzida do original em Alemão, recolhida por Mayr do arquivo privado de uma das suas entrevistadas[511], deveria ser assinada, antes da viagem, pelos pais dos menores:

Com a minha assinatura declaro o meu consentimento para que:

1. *a Caritas Portugal tenha pleno direito sobre o/a meu/minha filho/a durante a estadia de 6 meses em Portugal,*
2. *não posso visitar o/a meu/minha filho/a durante esse período, nem mesmo em caso de doença,*
3. *no caso de o/a meu/minha filho/a sentir saudades de casa, não será restituído/a a título individual, ainda que, nesse caso, não haja possibilidade de prolongamento da estadia,*
4. *em caso de morte o/a meu/minha filho/a não será transladado/a para a Áustria,*
5. *possa ser transportado por qualquer meio (comboio, barco, automóvel, avião),*
6. *a Caritas Viena não pode ser responsabilizada por qualquer acidente.*

---

[510] HART, 2002: 69.

[511] CARITAS DA ARQUIDIOCESE DE VIENA (1948) — *Declaração, 1948, Viena*. Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 45.

Personalblatt des Kindes

Familienname: _____ Taufname: _____

Taufname des Kindes: _____ Adresse: _____ 7

Ort: _____ Ort und Datum der Geburt: _____

Schule: _____ Welche Klasse? ? _____ Religion: _____

Ist es getauft? _____ In welcher Pfarre? _____

Besucht es die Vorbereitung zur Erstkommunion? _____

Empfängt es die Sakramente? _____ Beichte? _____ Kommunion? _____

Urteil über moralischen und geistigen Wert des Kindes: normale Allgemeinbegabung, nettes Verhalten zu seinen Kameraden u. zum Lehrer.

Mitteilung des Lehrers oder der Lehrerin: Guter Kamerad in der Klasse.

Anmerkung über den Charakter des Kindes: sehr heiteren Charakter.

Wie soll es behandelt werden? Mit Güte

Name und Beruf des Vaters: _____

Name und Beruf der Mutter: _____

Familienmilieu in Bezug auf **Einkommen:** gutsituiert * / minder gut * / arm *

Familienmilieu in Bezug auf **Sozialstellung:** bürgerlich * / Beamter * / Arbeiter *

Familienmilieu in Bezug auf **Moral:** gut * / minder gut * / schlecht *

Anzahl der Geschwister und deren Alter: _____

Besondere Bemerkungen (Kriegseinwirkungen und Folgen, soziale Verhältnisse): _____

* Nichtzutreffendes ist zu streichen.

Unterschrift des Pfarrers und Stampiglie:

Bestätigung des Familienmitgliedes oder Vormundes

Ich Unterzeichneter _____ (Familien- und Taufname)

wohnhaft in _____

stimme zu, daß mein unten genanntes Kind zu einem Aufenthalt von _____ [redacted] Monaten

nach _____ [redacted] reist. _____

Familien- und Taufname des Kindes: _____

Ort und Datum der Geburt: _____

Ich nehme an seinerstatt die Vorschriften des Werkes zur Kenntnis und übergebe denen, die es in Empfang nehmen werden, soweit es notwendig sein wird, meine väterliche Autorität.

Unterschrift der Eltern oder des Vormundes: Karl Schober

Datum: _____

912/90

Fig. 6. Versão alemã do Relatório Pessoal para crianças austríacas candidatas a estadia de recuperação em Portugal
Acessível no AUCPL

A Caritas Áustria eximia-se assim de responsabilidade relativamente a qualquer ocorrência no país de acolhimento, da mesma forma que a Caritas Portuguesa colocava nas famílias de origem a responsabilização, em caso de morte da criança durante a sua estadia no país, pela transladação do corpo, cujos custos ultrapassavam, de um modo geral, os meios financeiros de que as famílias de envio disporiam à época. Numa situação de morte de criança acolhida aquando da sua estadia em Portugal — a que voltaremos com mais pormenor em momento oportuno —, Fernanda Jardim transmitiu à Caritas Austríaca a disponibilização de meios, por parte da família de acolhimento, para ajuda à transladação do corpo do menor para o país de origem. Jardim ofereceu também os préstimos da Caritas Portuguesa relativamente a eventuais «dificuldades especiais» à entrada na Áustria do corpo, não fazendo, contudo, nenhuma referência a valores, à excepção do oferecido pela família, o que confirma a não intervenção da Caritas nestas circunstâncias[512]. Erika Frohnweiler, órfã de pai, conta ter sido este ponto razão de desavenças dentro da família, visto que a tia, não aceitando a opção da mãe de enviar a criança nestas circunstâncias, decidiria nunca mais lhe falar[513].

Os pontos 2 e 3 da Declaração parecem apelar à «independência emocional» usada para justificar o mesmo género de medidas em outras ocasiões, nomeadamente no caso dos transportes organizados no interior do antigo Império Austro-Húngaro (como referimos no ponto 2.4. desta investigação). O ponto 3 serviria também para garantir que o maior número de crianças possível permanecia no país de acolhimento até ao final da estadia estipulada, não criando complicações adicionais à organização dos transportes já de si revestidos de grande complexidade a nível administrativo e logístico.

Além de efectuar a selecção das crianças a enviar, a Caritas ajudava no processo de preparação das mesmas e respectivas famílias, o qual incluía cartas informativas sobre os elementos absolutamente necessários para a viagem. Entre eles destacam-se a posse de um «comprovativo de ausência de infecções», a obter junto do Serviço de Saúde local pouco antes da partida. O mesmo confirmava que mais de 2 meses haviam passado desde os últimos sintomas de escarlatina, difteria ou poliomielite e que, portanto, nenhum risco de transmissão dos vírus dali decorreria.

No primeiro transporte realizado as famílias deveriam também levar uma quantia de «250 xelins», ou a primeira parcela do mesmo valor, e um «cordel resistente», que deveriam ser trocados pelo cartão de identificação das crianças (Fig. 7) à chegada à estação. Aparentemente tratou-se de uma situação excepcional, justificada pelo aumento das tarifas relativas aos caminhos-de-ferro italianos e franceses[514]. Relativamente aos cartões de identificação, Ingunde recorda que, além de terem escrito mal o seu nome — Weiser em lugar de Wieser —, o seu já tinha pertencido a outra pessoa, pois virando-o percebeu que havia outro nome, que tinha sido riscado para dar lugar à sua identificação[515].

---

[512] JARDIM, Fernanda (1953) — [Carta] 1953 Mar. 18, Lisboa [a] Caritas da Arquidiocese de Viena. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[513] CAETANO, 2005: 242-244.
[514] CARITAS VIENA (1948) — *Carta informativa antes da partida, 1948, Viena.* Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 68.
[515] Ingunde Wieser (22 Fev. 2017), entrevista gravada.

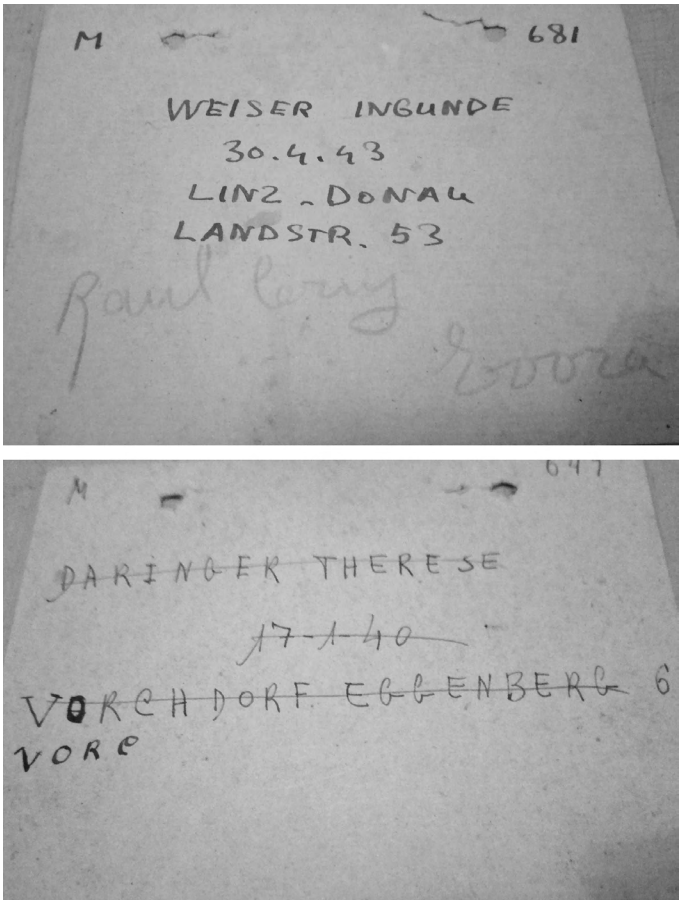


Fig. 7. As duas faces do cartão de identificação de Ingunde Wieser
Fonte: Col. privada de Ingunde Wieser

Pormenores que ajudam a perceber a situação de escassez da época que, certamente, afectou também a organização dos transportes, os quais terão sido organizados de forma a garantir o mínimo de gastos possível.

A Caritas transmitia também uma série de advertências relativamente à bagagem a transportar, a qual não devia ultrapassar uma peça, dado que as crianças teriam que fazer várias mudanças ao longo do percurso. Para além disso eram aconselhados produtos alimentares que aguentassem alguns dias, sendo especificamente referidos como exemplos «chá levemente adocicado, limões, bolachas ou biscoitos» e proibidos «enchidos moles, ovos crus e açúcar», sendo em alguns casos indicado que cada criança deveria levar uma caneca[516]. Rela-

[516] CARITAS DA ARQUIDIOCESE DE VIENA (1948) — *Carta informativa antes da partida, 1948, Viena*. Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 68.

tivamente a roupa, as indicações referiam que cada uma deveria levar «o suficiente para três a quatro semanas, um par de sapatos resistentes e chinelos», além de «artigos de higiene pessoal, uma pequena almofada, um cobertor velho e papel de jornal para forrar o chão do comboio», sendo por vezes também referido papel higiénico. Além de sugestões práticas, os pais eram também encorajados a dar aos seus filhos notas sobre comportamento, pois iria «reflectir a população austríaca», incluindo preparação para recitar as «preces matinais, à refeição e nocturnas», visto serem os portugueses «católicos devotos». As recomendações incluíam ainda levar uma carta dirigida aos pais de acolhimento, se possível escrita em Português, e livros e manuais em Alemão, pois seria difícil consegui-los em Portugal[517].

As indicações eram por vezes levadas tão a sério que chegavam a revestir-se de pormenores curiosos. Constança, filha de Janik de Kercadio, criança francesa acolhida à época por aqueles que viriam a ser seus sogros, conta que a progenitora trazia do pai notas muito claras sobre como deveria comportar-se na sua chegada a Portugal:

> *Eu lembro-me de ela dizer: «Nós vínhamos muito sujos, mas tínhamos recomendações dos nossos pais e das senhoras para nos apresentarmos muito bem», então tinha guardado na mala, para quando chegassem, umas luvinhas brancas* [risos] *para parecer que vinham limpos. Vinham todas porcas, mas vinham com luvinhas brancas*[518].

Outra referência que denota a preocupação dos pais das crianças com a imagem que deixavam nas famílias e país de acolhimento é feita por Maria Soares, relativamente à correspondência trocada entre a criança acolhida pelos pais e a mãe biológica:

> *Ele dizia que estava muito contente, que a família que eram muito amigos dele, que já tinha umas tesourinhas para cortar as unhas…* [risos] *Porque a mãe dizia-lhe nas cartas:* […] *«meu filho, porta-te bem, não faças à menina o que fazes à tua irmã!» Porque ele arreliava muito a irmã. Não arrelies, sê educado… Uma coisa te vou pedir, nunca esqueças de escovar os dentinhos antes de ir para a cama, nunca te esqueças de lavar as mãozinhas quando fores para a mesa* […]». *E ele dizia: «A Dona Maria já me deu uma tesourinha para cortar as unhas, uma lima para as limar» e assim essas pequeninas coisas*[519].

Curiosamente, mas talvez por coincidência, é de «crianças» com famílias de origem consideradas «mais abastadas» por parte das famílias de acolhimento que vêm estes relatos, o que não quer dizer, obviamente, que famílias mais humildes não tivessem o mesmo cuidado.

---

[517] UNGAR, Leopold (1953) — [Carta] 1953, Viena. Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 68.
[518] Maria Lucinda do Espírito Santo Rodrigues Sarmento Melo e sua sobrinha Constança (30 Set. 2017), entrevista gravada.
[519] Maria de Fátima Correia Soares e sobrinha Ema (08 Fev. 2017), entrevista gravada.

4.1.2. Pormenores da preparação e experiências de viagem

A Caritas responsabilizava-se também pela organização dos transportes propriamente ditos, especialmente desafiante dadas as condições das infra-estruturas, à época, em boa parte destruídas um pouco por toda a Europa. Como mencionado, outra questão a ter em conta prende-se com as dificuldades administrativas causadas pela ausência de relações diplomáticas entre os países — nomeadamente entre Portugal e Áustria, interrompidas de 1938 a 1953[520] — ou mesmo a existência de conflitos. Acerca da Espanha, por exemplo, Maisel-Schulz refere que a animosidade entre o país de Franco e a França, na altura, seria a razão principal para que, até finais de 1948, os transportes não fossem efectuados por via terrestre. Para o evitar, os dois primeiros *Kindertransporte* com destino à Península Ibérica realizar-se-iam por via aérea, tendo-se recorrido ao navio para transporte do terceiro turno a partir de Génova. Só no regresso deste, em Outubro de 1948, o primeiro comboio partiria de Portugal com destino à Áustria, com paragem obrigatória para troca na fronteira franco-espanhola — necessária devido à diferença de bitola da ferrovia da Península face ao resto da Europa — e passagem por território francês. Segundo a autora, também as dificuldades de «negociação e cooperação» com as autoridades de ocupação russa atrasariam o principiar dos transportes para a vizinha Espanha até 1949[521].

Com base na documentação recolhida junto da Caritas Portuguesa, nomeadamente da correspondência trocada entre os directores das Caritas de Viena e de Lisboa, é-nos apenas possível reconstituir com pormenor o processo de preparação e distribuição de responsabilidades relativos aos transportes a partir de Junho de 1951. Aparentemente, também os dados dos arquivos austríacos analisados por Mayr se centram neste período. Contudo, além das mudanças relacionadas com os meios utilizados — resultado de vários factores, incluindo as já mencionadas dificuldades diplomáticas —, podemos, pelos relatos recolhidos, supor que os processos terão seguido, desde o princípio, os mesmos trâmites, até porque a Caritas Áustria tinha já uma larga experiência na organização de estadias de recuperação para as suas crianças, quer no próprio país quer no estrangeiro, que certamente terá sido utilizada na orientação dos transportes com destino à Península.

A preparação das viagens começava pelas deslocações entre as localidades de origem das crianças e as estações de Viena, Linz e Salzburgo, onde, ao que tudo indica, e segundo Mayr, se reuniriam os vários grupos das diversas proveniências, sendo alguns acompanhados por professores de religião ou elementos da Caritas[522].

Da sua saída de Viena, Ilse recorda a despedida pelo Cardeal Innitzer[523], na Aspangbahnhof, e as suas palavras de «boa viagem e boa estadia» proferidas, segundo conta, a 500 crian-

---

[520] PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros, [s.d.].
[521] MAISEL-SCHULZ, 2010: 145.
[522] MAYR, 2013: 19.
[523] Arcebispo de Viena de 1932 a 1955, após ter sido Ministro da Solidariedade Social no governo do chanceler Johann Schober (1929 a 1930) e ter visto a sua reputação manchada por um apoio declarado ao regime nazi, numa fase inicial. Posteriormente, e após repreensão do Papa Pio XI, deixaria de aprovar as medidas nazis e acolheria judeus na sua própria casa, passando a dedicar os seus esforços à restauração da Igreja Católica na Áustria, dissociando-se da política e fundando a Academia Católica de Viena para a Formação dos Leigos. Cf. ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, [1998].

ças prestes a partir para Portugal[524]. Sieglinde Haas recorda-se de se ter despedido da família em casa e só na estação de Linz se ter apercebido «de que por bastante tempo não iria ver a minha mãe, os meus avós e o meu irmão e de que ia viajar para um país estranho. Mas a paisagem da região por onde seguia o comboio despertou-me interesse e foi-me distraindo um pouco nesses primeiros momentos»[525].

Fig. 8. Grupo de crianças e acompanhantes na estação ferroviária de Sankt Pölten
Fonte: Fotografia constante da exposição itinerante da Embaixada da Áustria em Lisboa

Fig. 9. Grupo de crianças e acompanhantes à saída da estação ferroviária oeste de Viena, a 25 de Abril de 1950
Fonte: Fotografia constante da exposição itinerante da Embaixada da Áustria em Lisboa

[524] Ilse Kustka (18 Mar. 2016), entrevista gravada; KUSTKA, 2009: 6.
[525] CAETANO, 2005: 274.

Também Pauline Haberl referiria o encontro com as outras crianças, desta feita na Estação Central de Graz, como o momento em que começariam as suas saudades[526]. Annemarie Wiesmayr conta que, na despedida da família em Sankt Pölten, enquanto as outras crianças choravam, ela pensava que «nesse caso deviam ficar em casa». Na troca com o grupo que vinha de Portugal, realizada em Itália, porém, as emoções haviam de tornar-se diferentes: «em Génova mudámos para um grande navio, cerca de mil crianças vinham desse navio e nós tínhamos de subir para ele. A maior parte das crianças que vinham de Portugal já não sabia Alemão e as lágrimas eram muitas. Então senti-me confusa e já não percebia nada»[527].

Como notado por Mayr na sua dissertação, tendencialmente a despedida era fácil para as crianças mas, passadas algumas horas de viagem — para a maioria, se não para todos, a mais longa que alguma vez haviam feito — a falta da família e de casa começava a fazer-se notar. Numa grande parte dos relatos escritos recolhidos por Palma Caetano, a viagem, especialmente a de comboio, ainda que só até Génova, é descrita como «muito fatigante» (mesmo que realizada de avião), parecendo «infindável» (acerca da viagem de barco), ou «longos e tristes dias» (acerca do percurso de comboio)[528].

Para a Caritas, mais do que as dificuldades do trajecto ou as responsabilidades associadas ao cuidado de centenas de crianças, a organização dos transportes pareceria certamente uma tarefa árdua. De acordo com correspondência trocada entre as Caritas Austríaca e Portuguesa em 1951[529], antes de cada transporte a Caritas Áustria pedia à entidade responsável pelos caminhos-de-ferro no país — à época denominada *Bundesbahn Österreich* — o número de vagões necessários ao transporte dos diversos grupos até ao ponto de transbordo, sempre necessário nas viagens até Portugal (no caso, em Zurique para os primeiros, Génova para os seguintes, e Hendaye ou Portbou para os realizados exclusivamente por via terrestre). Numa carta enviada pela Caritas da Arquidiocese de Viena a Fernanda Jardim, em 1952, chega inclusivamente a ser referido que, «por razões de organização», relacionadas com o facto de a Caritas Austríaca estar a preparar 7 outros transportes para o estrangeiro e 15 a nível interno, a «direcção dos caminhos-de-ferro» não lhes cede um vagão para o dia pretendido pela Caritas Portuguesa[530]. O testemunho de Loidl, apresentado por Mayr na sua dissertação, lembra, contudo, que os comboios não eram reservados, o que causaria dificuldades acrescidas à disponibilização de refeições a bordo, também a cargo da Caritas Austríaca, pelo menos até ao momento em que as equipas de apoio portuguesas tomavam a seu cargo o transporte. Também a definição destas equipas, em relação à parte do percurso assumida pela Áustria, estava a cargo da Caritas do país de origem, sendo o pessoal português destacado pela congénere portuguesa. Havia também elementos da Caritas Austríaca ao serviço em Portugal, efectuando

[526] CAETANO, 2005: 404.
[527] CAETANO, 2005: 64.
[528] CAETANO, 2005: 134, 194 e 404.
[529] UNGAR, Leopold (1951) — [Carta] 1951 Jul. 25, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[530] UNGAR, Leopold (1952) — [Carta] 1952 Mai. 16, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

visitas às crianças e enviando às famílias de origem relatórios acerca do seu estado[531], assunto a que voltaremos aquando da análise do período de estadia.

Relativamente à comida a bordo, algumas referências recolhidas por Mayr indicam que a Caritas fornecia, seguramente, pão e bebidas quentes. Quanto a outros elementos, os relatos variam, naturalmente, de acordo com o meio de transporte adoptado[532]. Enquanto numa carta enviada aos pais das crianças participantes no primeiro transporte, realizado em avião, a colaboradora da Caritas Ilona Seilern[533], em Lisboa, refere que o almoço servido a bordo era composto de «costeletas, presunto, pão e manteiga, duas bananas e café com leite»[534], a respeito de um outro transporte, desta feita de comboio, Hans Loidl expõe a situação de forma bem menos animadora: «Se nós tínhamos uma carruagem cozinha, não se pode dizer, mas havia uma carruagem de bagagem, onde se podia fazer chá e limonada efervescente. E pão também tinham, mas não havia nada para pôr no pão». O mesmo entrevistado refere inclusivamente que, certa vez, tendo o transporte sido impedido de avançar durante um longo período, devido a uma greve, o encarregado da circulação naquela zona pediu ao município, perto de Toulon, em França, para abastecer o transporte. A solidariedade foi tanta que até os trabalhadores ferroviários partilharam mantimentos com as crianças e seus acompanhantes. Já na viagem de regresso o cenário seria completamente diferente, havendo abundância «de tudo»[535].

Numa carta aos pais, fazendo menção à perspectiva de acompanhantes de um dos transportes de regresso realizado por via marítima, as assistentes da Caritas referem que «a comida a bordo do navio era muito boa, e deram frutas tropicais às crianças», algumas das quais, por não saberem como comer, na ida, teriam atirado ao mar. Além das «três refeições» são ainda mencionados «três pequenos lanches», reforçando a ideia de uma grande diferença entre as realidades dos dois países naquele momento histórico, pelo menos em determinados círculos[536].

As diferenças faziam-se notar também no pessoal que acompanhava os transportes. Da parte austríaca, segundo Mayr, nas viagens de comboio haveria três ou quatro acompanhantes por carruagem, num total de cerca de 40 pessoas, sendo que a cada noite uma das equipas tinha folga. Tratava-se de funcionários da Caritas ou de voluntários, definidos por Loidl como «aristocratas», geralmente seleccionados pelo facto de dominarem línguas estrangeiras como

---

[531] MAYR, 2013: 40.
[532] MAYR, 2013: 64-68.
[533] Ilona Maria Caroline, Condessa de Seilern e Aspang, nascida em 1913, em Amberg-Sulzbach, Baviera, Alemanha, era filha do Conde Joseph von Seilern, ornitologista e oologista austríaco, descendente de uma família nobre originária da Flandres. Ilona tornar-se-ia na mão direita de Leopold Ungar, na direcção da Caritas da Arquidiocese de Viena. Cf. GENI, [s.d.]; REDER, 2016: 172; *Count Joseph von Seilern-Aspang*, «Ibis», n.º 4 (1940), p. 353-354.
[534] SEILERN, Ilona (1947) — *Carta aos pais do Kindertransport de Dezembro de 1947*. Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 68.
[535] Entrevista com Hans Loidl. *Apud* MAYR, 2013: 75-76.
[536] JARDIM, Fernanda (1950) — *Circular aos pais das crianças do transporte de Abril de 1950*. Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 83.

o Francês, o Inglês ou mesmo o Espanhol, uma habilidade por vezes útil durante os trajectos. Devendo realizar todo o tipo de tarefas durante o transporte — desde vigiar as crianças, lavá-las e alimentá-las, até limpar os seus vómitos, quando se sentiam enjoadas, nomeadamente nas viagens de barco —, nem sempre os acompanhantes eram os mais adequados para responder às necessidades de um grupo de crianças em trânsito durante períodos demasiado longos, tendo em conta as condições sanitárias existentes (nos comboios não havia banheiras ou chuveiros). A equipa austríaca seguia, normalmente, até Génova, no caso dos transportes de barco, ou até à fronteira franco-espanhola, nos transportes realizados exclusivamente em comboio, momentos em que, como referido, a Caritas Portuguesa assumia o acompanhamento do transporte[537]. Os acompanhantes portugueses eram, tal como acontecia na Áustria, seleccionados pela Caritas central, aparentemente de entre os seus colaboradores habituais e/ou famílias da sua confiança. Um transporte de regresso à Áustria efectuado a 22 de Outubro de 1953, por exemplo, fez-se escoltar por cinco «acompanhantes», dois sacerdotes — Padre João Soares Cabeçadas[538] e Padre José dos Santos Marcos, responsável pela Caritas na diocese de Bragança — e três «senhores» — Serafim de Sousa da Conceição, Manuel José Bidarra de Almeida e António Lopo dos Anjos de Sousa Sardinha. Além destes acompanhavam também o transporte quatro «rapazes» — entre os 26 e os 30 anos de idade, filhos dos referidos senhores —, e três «senhoras» — Maria Ivens Ferraz Vasconcelos de Mesquita, viúva, irmã de Fernanda Jardim, e as irmãs, solteiras, Maria Magdalena e Leonor Maria Henriques de Lencastre, filhas dos Condes das Alcáçovas[539].

Relativamente às refeições a bordo, nenhum dos entrevistados no âmbito desta investigação guarda qualquer memória específica. Entre os testemunhos de *Um Laço de Amizade entre Portugal e a Áustria*, por outro lado, há três referências à comida durante os transportes. Uma delas, da autoria de Elfriede Werthan, dá conta de uma paragem em Lourdes, aquando de uma viagem de comboio, da qual a grande memória guardada não se refere à visita ao santuário mas antes à sopa quente servida aquando da paragem, recordada pelas crianças, fartas de «pães com salsicha todos os dias», como um manjar dos deuses[540]. Aurelia Hayer refere, acerca da sua viagem de navio, terem sido «muito bem tratados, também no referente à alimentação»[541], ao que Alois Fischer acrescenta um pormenor explicativo: «todos os dias havia frutos meridionais à sobremesa, o que para nós, crianças, era particularmente agradável»[542].

Quanto aos acompanhantes, além de relações de amizade duradouras — promovidas em parte pelo grupo de encontro de ex-crianças entretanto criado em Linz, de que trataremos mais adiante —, nomeadamente com Hans Loidl, entrevistado por Mayr e referido com espe-

---

[537] MAYR, 2013: 77-78.
[538] Capelão da Marinha Portuguesa, alistado em Novembro de 1945, e primeiro Director do Externato Frei Luís de Sousa, em Almada, onde exerceu funções de 1956 a 1959. Cf. ALMADALMADA, 2013.
[539] *Listas de acompanhantes do Transporte. 1953-10-23.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[540] CAETANO, 2005: 50.
[541] CAETANO, 2005: 180.
[542] CAETANO, 2005: 373.

cial carinho por Ingunde e Fini, Hannelore refere terem sido notórias as diferenças entre as equipas de apoio do país de origem e do país de destino:

> *Quando houve mudança de comboio na fronteira de Espanha, mudaram também os funcionários da Caritas. A diferença foi brutal: as faces cansadas e gastas das austríacas de meia idade, mal vestidas e stressadas, desapareceram e deram lugar a mulheres e homens ainda jovens e bem apresentados, membros da secção portuguesa da Caritas, alegres, com sorrisos quentes e uma atitude acolhedora que pôs as crianças imediatamente à vontade*[543].

As diferenças seriam também notadas relativamente às acompanhantes espanholas que, segundo relata Gerhild Kranner, então Holler, ajudaram, em alguns momentos, durante o trânsito de transporte terrestre entre França e Portugal. Gerhild, que viria a ser acolhida por uma das famílias entrevistadas no âmbito desta investigação, os Sarmento, relata no livro *Um Laço de Amizade entre Portugal e a Áustria* a forma como viveu a viagem e a transição fronteiriça.

> *Depois de termos atravessado a fronteira espanhola em Irún, deixou de haver as «tias» austríacas. Em vez delas, umas espanholas muito jovens, muito bonitas e extremamente simpáticas, que só tinham um defeito: não entendiam nem falavam uma palavra de Alemão! Mas sim Francês. Foi de novo a minha vez, então como intérprete (muito fraca) — já que tinha acabado de fazer o primeiro ano da escola secundária feminina no Sacré-Coeur, onde tinha Francês como língua estrangeira. Pode-se imaginar facilmente que (poucos) conhecimentos eu tinha. Mas fui alojada, como «solução de emergência», no compartimento das lindas espanholas, fui apaparicada por elas também com coisas boas, como bolos e chocolate, e tinha de tentar traduzir problemas como saudades, dor de barriga, uma caneta perdida, etc., sempre que uma criança desesperada e a chorar era trazida por uma «tia»*[544].

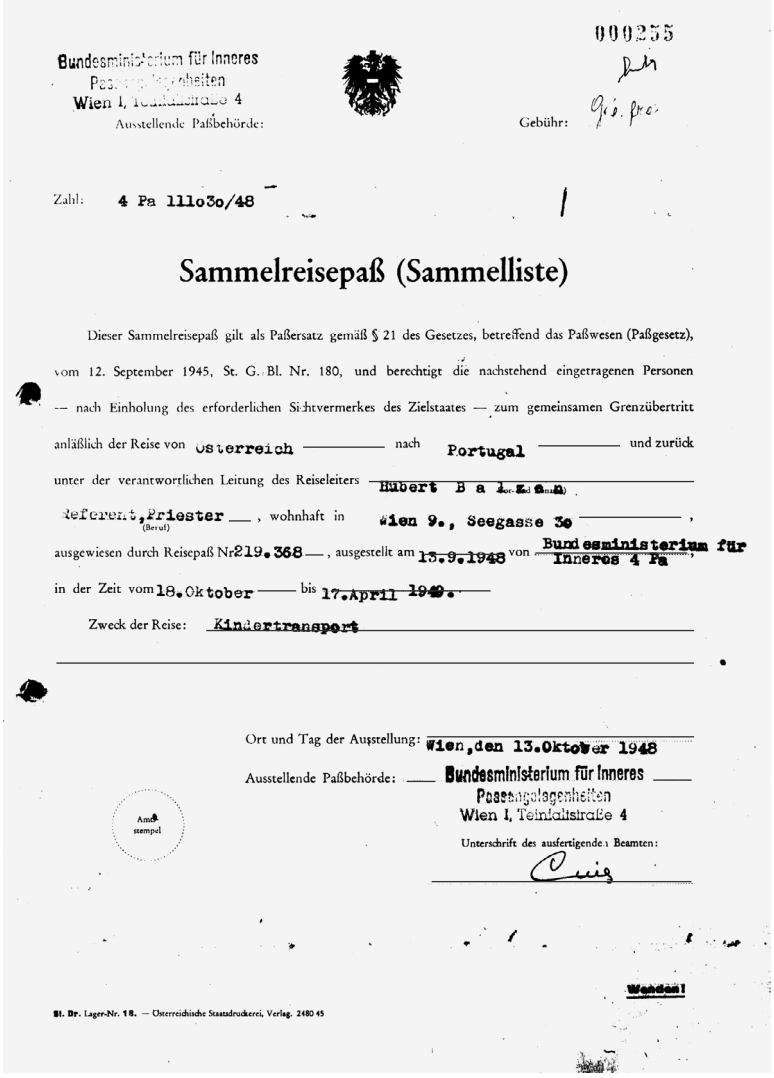
Também Ingunde refere que, na sua viagem de barco, cada criança mais pequena era colocada a dormir num beliche com uma mais velha para que esta última supervisionasse, na medida dos possíveis, a primeira[545]. Tais testemunhos permitem ainda perceber que em algumas ocasiões, de maior ou menor responsabilidade, as crianças mais velhas eram encarregadas de funções que deveriam estar a cargo dos acompanhantes, provavelmente devido à insuficiência de pessoal para a quantidade de crianças a bordo. Por outro lado, tratava-se também de responsabilizar as crianças mais velhas, situação que geralmente era por elas vista com bons olhos.

As diferenças entre equipas de acompanhantes estavam mais que justificadas nos contextos de partida de cada um dos grupos, que justificavam também a realização de estadias de recuperação para as crianças de um país no outro, bem como nas condições de viagem enfrentadas por cada uma delas. De notar que por vezes os controlos fronteiriços levavam várias

---

[543] MARTINOVSKY, 2015: 106.
[544] CAETANO, 2005: 394.
[545] Ingunde Wieser (22 Fev. 2017), entrevista gravada.

horas e, independentemente da rota, entre a Áustria e Espanha as fronteiras a ultrapassar eram mais numerosas do que a única a ser atravessada dali até Portugal. A contagem das crianças era, por vezes, um problema, tendo, certa vez, durado cerca de 4 horas, devido aos constantes erros e repetições por parte dos funcionários de fronteira italianos, em Brennero[546].



000255

Bundesministerium für Inneres
Paßangelegenheiten
Wien I, Teinfaltstraße 4
Ausstellende Paßbehörde:

Gebühr: Geb. frei

Zahl: 4 Pa 111030/48

Sammelreisepaß (Sammelliste)

Dieser Sammelreisepaß gilt als Paßersatz gemäß § 21 des Gesetzes, betreffend das Paßwesen (Paßgesetz), vom 12. September 1945, St. G. Bl. Nr. 180, und berechtigt die nachstehend eingetragenen Personen — nach Einholung des erforderlichen Sichtvermerkes des Zielstaates — zum gemeinsamen Grenzübertritt anläßlich der Reise von Österreich nach Portugal und zurück unter der verantwortlichen Leitung des Reiseleiters Hubert B a l z m a n n (Vor- und Zunamen), Referent, Priester (Beruf), wohnhaft in Wien 9., Seegasse 30, ausgewiesen durch Reisepaß Nr 219.368, ausgestellt am 13.9.1948 von Bundesministerium für Inneres 4 Pa, in der Zeit vom 18. Oktober bis 17. April 1949.

Zweck der Reise: Kindertransport

Ort und Tag der Ausstellung: Wien, den 13. Oktober 1948

Ausstellende Paßbehörde: Bundesministerium für Inneres
Paßangelegenheiten
Wien I, Teinfaltstraße 4

Amtsstempel

Unterschrift des ausfertigenden Beamten:

Wenden!

Bl. Dr. Lager-Nr. 18. — Österreichische Staatsdruckerei, Verlag. 2480 45

Fig. 10. Passaporte Colectivo para transporte de 18 de Outubro de 1948 entre a Áustria e Portugal
Fonte: AUCPL

[546] RIEDLINGER, Martin [s.d.] — *Mit tausend Kindern unterwegs*. [Panfleto católico]. Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 79.

Também a documentação de viagem das crianças era preparada pela Caritas que, no sentido de facilitar o seu processamento, recorreu a passaportes colectivos, que permitiam o envio de crianças estrangeiras residentes no país e tornavam o processo mais célere. Em situações de envios «espontâneos» (como os define Mayr), raros mas ainda assim existentes, em que a Caritas Austríaca tinha que dar resposta a um pedido de envio de um largo contingente de crianças — como no caso de um telegrama de Lisboa que pedia «um milhar de crianças austríacas» para um transporte a realizar dali a apenas 3 semanas —, os passaportes colectivos eram especialmente úteis, assim como as listas de espera que certamente estariam sempre à disposição para potencial envio. O passaporte colectivo, de validade temporária, garantia a passagem fronteiriça — em tantos países quantos os mencionados no mesmo — ao número de crianças enunciado, referindo-se usualmente a grupos de entre 30 e 50, o que significa que por cada transporte eram vários os passaportes colectivos emitidos. Referida por Mayr é a existência de um passaporte colectivo referente a um total de 500 crianças, a 6 de Outubro de 1948[547].

Os documentos indicavam também o nome, morada, profissão e número de identificação pessoal do acompanhante responsável pelo grupo, designado como «guia». O sacerdote Leopold Ungar, mais tarde director da Caritas da Arquidiocese de Viena[548], seria guia de um dos transportes, sendo que entre outros guias se encontravam outros sacerdotes e funcionários da Caritas. No verso de cada documento eram também nomeados os acompanhantes de cada carruagem, com referência ao intervalo de números à sua responsabilidade, sendo que cada criança exibia o seu número de identificação na frente do cartão que levava ao pescoço.

Mais tarde, às crianças convidadas, denominadas *Gastkinder*, seria normalmente exigido um passaporte individual, cuja emissão (que demorava em média 2 a 3 semanas) causava por vezes atrasos na partida[549]. Em situações em que a informação acerca das crianças convidadas chegava com demasiado atraso à Caritas Austríaca, aquelas eram também incluídas em passaportes colectivos, sendo toda a informação tratada de forma extremamente confidencial visto tratar-se de uma ilegalidade[550].

Relativamente aos preparativos da viagem, além de Ingunde, que recorda a vacinação, como previamente referido, só Fini guardou na memória como marcante o facto de ter sido a avó, que define como «a melhor deste mundo», e não a mãe, como na maioria dos casos, a ajudar na preparação da bagagem:

---

[547] MAYR, 2013: 65.

[548] Descendente de judeus, Ungar seria forçado a emigrar para França, onde seria ordenado padre em 1939. Em 1947, regressando à Áustria, dedicar-se-ia a organizar estadias de recuperação para crianças, segundo o website oficial da Caritas de Viena, «na Holanda, na Bélgica e na Espanha». Em 1950 tornar-se-ia director da Caritas de Viena, assumindo, entre 1964 e 1991, a presidência da Caritas Austríaca. Cf. CARITAS WIEN, [s.d.].

[549] MAYR, 2013: 59-61.

[550] SEILERN, Ilona (1952) — [Carta] 1952 Mai. 22, Hendaye [a] Fernanda Jardim. *Apud* MAYR, 2013: 66.

> *O que é isso uma mala? Tínhamos só uma mochilazinha.* […] *a minha avó é que m'ajudou. Depois tinha um bocadinho de roupa interior, mas muito poucochinha; um vestido, não havia mais; sapatos tinha nos pés… Não era assim muita coisa, era uma coisinha de nada*[551].

Quanto às reacções das famílias de origem e às expectativas das crianças, apesar de algumas diferenças menores, os relatos são ordinariamente coincidentes. De um modo geral, as famílias reagiram à oportunidade de uma forma positiva, facto comprovado pela autorização de inscrição e, mais tarde, de participação, por vezes acompanhada, como já vimos, de alguns sacrifícios pessoais. As reuniões com os pais (em Viena) ou contactos directos com professores ou padres (mais comuns em zonas rurais, como na região da Alta Áustria), por vezes bem conhecidos das famílias, terá facilitado uma decisão, à época, especialmente exigente. Os pais de Selma Stecher, contudo, estariam tão decididos a dissuadi-la de viajar para Portugal que lhe disseram ser país onde «havia cobras e aranhas». A pequena, contudo, estava convencida a partir: «queria ir-me embora», refere, para «finalmente comer à vontade»[552].

Annie conta que, com 9 anos, ficou muito entusiasmada com a ideia da viagem, mas que, à medida que a data da partida se ia aproximando, já não queria ir. Talvez as palavras do avô, que lhe garantiu que não mais a veria (o que se viria a confirmar, pois faleceu durante a sua estadia em Portugal) e os medos que o pai tentava incutir nas duas filhas a tenham influenciado nesse sentido. Seria a mãe, com quem tinha uma relação muito próxima, a acalmá-la com promessas de uma curta estadia. Os chocolates trazidos da Suíça pela amiga terão ajudado a convencê-la de que era o melhor a fazer, e as recomendações da mãe, à despedida, para que não se esquecesse de escrever, ainda que não esquecidas, depressa terão ficado para trás, até porque, como diz, se o pai, cuidadoso como era, a tinha deixado ir, era porque aquele era, de facto, o seu «destino»[553].

Tendo toda a vida ouvido dos pais «queremos que a nossa filha tenha uma vida melhor do que nós tivemos», como justificação para o facto de não ter irmãos, aos 7 anos Ilse sonhava com o dia em que, tal como a vizinha, teria uma irmã e uma mãe adoptivas. Quando esse dia chegou, só pensava em «fugir» para o «rico país» que a esperava. O facto de faltar pouco tempo para a ida, quando recebeu a notícia, poderá indicar que Ilse foi uma das crianças escolhidas de uma lista de espera de situações menos problemáticas, que os indícios anteriormente mencionados parecem confirmar[554]. Também Hannelore tinha já ouvido os relatos de crianças que haviam sido acolhidas em Portugal e falavam da simpatia das gentes e do bem-estar que ali haviam experienciado. Perante isto, toda a família, especialmente a avó, se perguntava quando seria a sua vez, de forma que, quando chegou a notícia da escolha de Hannelore e da sua irmã para estadias, respectivamente, em Portugal e em Espanha, foi recebida com alegria

[551] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.
[552] CAETANO, 2005: 379-380.
[553] Johanna Oswald (25 Mai. 2016), entrevista gravada.
[554] Ilse Kustka (18 Mar. 2016), entrevista gravada.

por todos. Considerando-se «bastante aventureira», apesar da constante preocupação com a mãe, que tornaria a despedida mais dolorosa, a pequena Hannelore seguiu feliz rumo ao Sul.

> *Eu tinha encarado bem a viagem e, apesar das tristezas da despedida quando vi a minha mãe, frágil, a aguentar as lágrimas, a ficar cada vez mais pequena à medida que o comboio se afastava da estação em Viena, não fiquei conscientemente traumatizada pela separação da minha família: estava habituada à necessidade de separações, estava habituada às perdas: eu era muito madura e muito corajosa para uma criança de apenas 9 anos*[555].

Para Fini e Katharina, ainda que por razões diferentes, a partida não foi minimamente problemática. Fini conta que, aos 7 anos de idade, poder partir e deixar para trás todos os problemas de que prefere não falar foi «uma sorte muito grande»[556].

Para Katharina, já com 12 anos e em condições diferentes de todos os outros, porque recebida, juntamente com a irmã, por elementos da própria família, a despedida não foi sequer sentida. Viajando acompanhada, sabendo à partida quem a receberia — e que fora o próprio pai quem «fez tudo» —, e que os pais se lhes juntariam no espaço de um ou dois anos, considera a viagem como uma «aventura segura»[557].

Sem tantas seguranças, também Werner, Alois e Gerhard viram a partida como uma aventura. Werner assegura que, com «8/9 anos», «medo ele não sentiu nenhum, foi mais curiosidade, expectativa de ver como é que era o país»[558]. Curioso por natureza, Alois, que, com 3 ou 4 anos, se sentava à beira da estrada principal que ligava a Itália e a Áustria para assistir à entrada das tropas britânicas, e chegou a levar uma granada para casa, encarou a viagem e tudo o que envolveu com a mesma naturalidade e com o interesse redobrado de um apaixonado por máquinas, com uma longa viagem de comboio pela frente: «Sentia-me muito bem, superexcitado. […] Estava pronto para explorar… O mundo estava à minha espera! Ainda está!»[559]. Gerhard refere que, apesar de não saber nada acerca de Portugal, a apatia com que, aos 9 anos, recebeu a proposta da mãe depressa deu lugar a um entusiasmo tão grande que não deu espaço a que qualquer tristeza ou saudade se manifestassem[560].

Dos entrevistados, só Christa e Peter, ambos com 5 anos aquando da vinda para Portugal, e Ingunde, com 6 anos, não têm recordações nem do processo nem da forma como o encararam, o que se justifica, obviamente, pela tenra idade. Em qualquer dos casos, só guardam algumas imagens ténues do período antes do transporte, sendo que Ingunde, ligeiramente mais velha, consegue, por essa mesma razão, oferecer mais pormenores. Em qualquer dos casos, a memória é, na sua maioria, formada a partir de memórias alheias e não das próprias vivências.

---

[555] MARTINOVSKY, 2015: 106.
[556] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.
[557] Anna Katharina Karrer (22 Fev. 2017), entrevista gravada.
[558] Werner Arthofer (09 Fev. 2017), entrevista gravada.
[559] Alois Sablatnig (26 Abr. 2017), entrevista gravada.
[560] SCHIESSER, 2015: 11.

Apesar de a Caritas Austríaca assumir boa parte da sobrecarga organizacional inicial, a responsabilidade era partilhada com a contraparte portuguesa. A análise da correspondência trocada entre as Caritas dos dois países permite-nos concluir que, pelo menos a partir de 1951, e apesar da distância e das dificuldades de comunicação impostas pela situação de pós-guerra, a preparação dos transportes era feita em estreita colaboração. A decisão das datas de partida era tomada por acordo de ambas as partes, tendo sempre em conta a disponibilização de vagões por parte dos caminhos-de-ferro austríacos, a circulação de comboios na linha pretendida — o *Sudexpress*, que liga Lisboa a Hendaye, por exemplo, não circulava todos os dias da semana, pelo que as datas de partida de Viena tinham de ser adaptadas à possibilidade de transbordo o mais directo possível —, a disponibilização da documentação necessária à viagem das crianças (quando passaporte individual mais demorada) e as preferências das duas partes, quer relativamente a datas quer a percurso. Também o consentimento dos caminhos-de-ferro suíços e franceses é referido como necessário numa das cartas enviada pela Caritas Austríaca à congénere portuguesa, sendo de concluir que o mesmo era necessário para todos os países de trânsito[561].

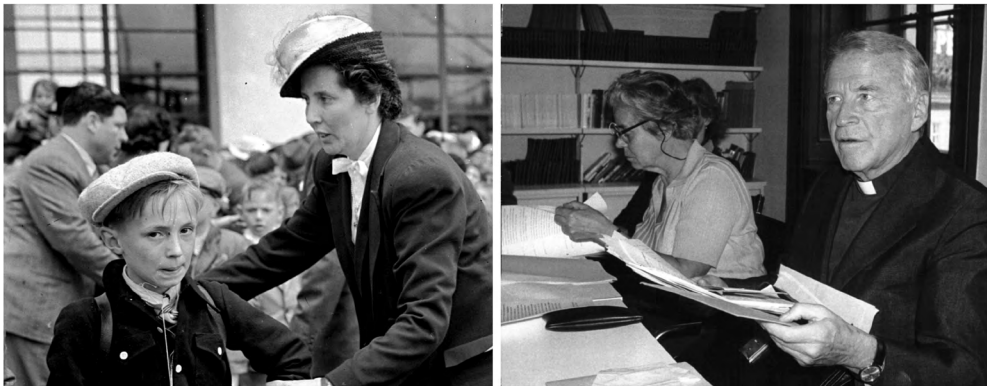


Fig. 11. Fernanda Ivens Ferraz Jardim, presidente da Caritas Portuguesa, com grupo de crianças austríacas aquando da partida do quarto turno, a 9 de Junho de1949 (Fonte: imagem cedida pelo ANTT[562]), e Condessa Ilona de Seilern, supervisora da Caritas em Portugal, com Monsenhor Leopold Ungar, presidente da Caritas Áustria durante o período dos transportes, aqui em 1979 (Fonte: Bildarchiv Austria)

Numa carta enviada à Caritas Portuguesa, Leopold Ungar insiste para que um transporte seja adiado «por razões práticas», para que 60 crianças possam viajar juntas e assim utilizar um vagão referido como «especial» ou então um pequeno grupo possa viajar com apenas uma monitora[563]. Numa outra carta enviada por Fernanda Jardim à Caritas Áustria mencionava-se

[561] UNGAR, Leopold (1952) — [Carta] 1952 Out. 1, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[562] Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais n.º 100, doc. 0547Z. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
[563] UNGAR, Leopold (1951) — [Carta] 1951 Out. 1, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

que a preferência da directora da Caritas Portuguesa quanto à data de realização de transporte recaía sobre a segunda quinzena de Outubro[564], não sendo, contudo, mencionado que tal resultava da vontade pessoal de Jardim de não deixar que as crianças partissem antes do encerramento do Ano Santo, facto apenas referido em nota ao telegrama enviado da Áustria colocando a questão. O mesmo telegrama referia também a necessidade de a Caritas Portuguesa informar o Cônsul Português em Zurique acerca de um transporte para que os vistos de entrada em Portugal fossem gratuitos[565].

Os telegramas permitiam informar a outra parte de mudanças de última hora, nomeadamente relativas a horários de partida e chegada, a crianças a incluir no trajecto porque a autorização dos pais chegava no último minuto ou a retirar por situações de doença ou outros motivos. O mesmo método era também utilizado, precisamente, para lembrar de procedimentos necessários, sugerir ou confirmar datas e horários de viagens, ou informar sobre o decorrer do transporte. A PIDE teria de dar o seu parecer acerca da entrada de cada um dos visados no país[566]. Em mais do que uma ocasião, contudo, a correspondência da parte austríaca refere que, mesmo com um ofício nesse sentido enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros Português, o Cônsul terá cobrado taxas por pessoa inscrita no passaporte colectivo usado para o transporte das crianças, numa das ocasiões sendo também referido que as contrapartes suíça, francesa e espanhola o não fizeram[567]. Tal valor seria assumido pela Caritas Portuguesa, bem como o dos vistos para entrada em Espanha. Relativamente ao financiamento das viagens e gastos associados, tudo indica, de facto, que as despesas fossem partilhadas, num primeiro momento, mas que a Caritas Portuguesa se encarregasse de ressarcir a austríaca dos valores relativos às viagens de e para Portugal. Na documentação analisada, contudo, não existem dados que permitam sustentar esta ideia, uma vez que até 1951 a correspondência entre as duas Caritas relativa a questões de gestão dos transportes é inexistente, resumindo-se a listas de nomes de crianças e outra documentação relativa aos processos de inscrição. Por seu lado, Mayr afirma que o financiamento e a organização dos *Gastkindertransporte* seriam partilhados pelas Caritas dos dois países[568], e 1951 foi, de facto, o ano em que os convites começaram, pelo menos segundo os dados oficiais, a ser significativos, facto que poderia justificar uma mudança na forma de financiamento dos mesmos e, em consequência, uma necessidade de colaboração mais estreita entre as duas Caritas. A partir de 1951, as notas de despesa enviadas pela Caritas Austríaca à Caritas Portuguesa são, contudo, uma constante, parecendo confirmar que o convite feito por Portugal à Áustria incluía o

[564] JARDIM, Fernanda (1951) — [Carta] 1951 Set. 27, Viena [a] Caritas da Arquidiocese de Viena. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[565] CARITAS AUSTRÍACA (1951) — [Telegrama] 1951 Set. 08, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[566] JARDIM, Fernanda (1951) — [Carta] 1951 Set. 27, Lisboa [a] Caritas da Arquidiocese de Viena. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[567] UNGAR, Leopold (1952) — [Carta] 1952 Mai 27, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[568] MAYR, 2013: 66.

pagamento total das despesas associadas aos transportes, o que seria lógico, até porque a Áustria estava envolvida em acções do género com outros países e, como já vimos, mesmo através de outras organizações humanitárias. Os valores deveriam, então, ser saldados pela Caritas do país de acolhimento, por vezes pessoalmente — aquando das trocas de equipas nos postos fronteiriços, nos casos em que as divisas não ultrapassavam o limite estabelecido —, outras vezes através de um adido comercial[569].

As despesas incluíam, no caso de uma viagem totalmente realizada de comboio: gastos referentes a deslocações, estadias e refeições em Zurique e Genebra, para tratamento de questões de vistos nos Consulados Português e Espanhol, e respectivos actos consulares (quando aplicáveis); bilhetes para crianças e acompanhantes, de Viena a Irún/Hendaye e de Irún/Hendaye a Lisboa; transporte de bagagens (em situações de transbordo) e refeições ao longo do percurso[570].

Num caso, o valor, que incluía também as viagens desde «as províncias» até à estação de partida, chegaria (para um transporte de apenas 146 crianças) aos 68.000$00[571]. No referente às *Gastkinder* — cujo processo, ligeiramente diferente, analisaremos no ponto a elas dedicado — a responsabilidade dependia de quem se disponibilizava a pagar as viagens, sendo que as famílias de origem ou de acolhimento faziam chegar os valores necessários às respectivas delegações da Caritas, ou, em casos pontuais, os próprios organismos se dispunham a custeá-los.

A compra dos bilhetes competia à equipa que realizava a viagem. Assim, e de acordo com as indicações dadas por Fernanda Jardim à Caritas Austríaca relativamente a um transporte de 1951, cada equipa — austríaca e portuguesa — deveria comprar os bilhetes de ida e regresso para o número de crianças e acompanhantes — ou só acompanhantes no caso de não haver permuta de grupos — do seu ponto de origem, na Áustria ou em Lisboa, até à fronteira estabelecida para a mesma, visto não ser possível, à época, comprar os bilhetes à distância[572]. A Caritas Portuguesa trataria então, mais tarde, de restituir as importâncias devidas.

Os transportes, como já referido, foram realizados, em diferentes momentos, com recurso a três tipos de meios: aéreo, marítimo e terrestre. Em qualquer dos casos, pelo menos no que diz respeito a Portugal, a viagem iniciava-se e terminava (para o grupo completo) numa das estações ferroviárias de Viena, sendo que, independentemente das rotas tomadas ou do meio de transporte utilizado, a passagem de comboio pelas restantes principais cidades austríacas, para que mais crianças se juntassem ao transporte, certamente seria obrigatória.

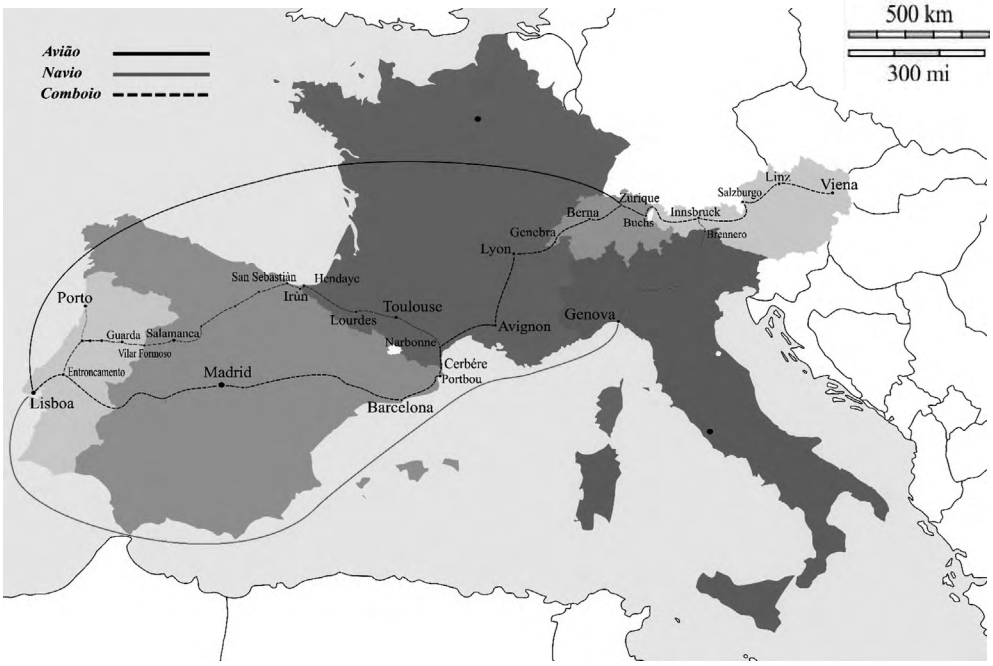
---

[569] UNGAR, Leopold (1952) — [Carta] 1952 Mai. 27, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[570] JARDIM, Fernanda (1952) — [Carta] 1952 Mai. 05, Lisboa [a] Caritas da Arquidiocese de Viena. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[571] UNGAR, Leopold (1952) — [Carta] 1952 Mai. 26, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[572] JARDIM, Fernanda (1951) — [Carta] 1951 Set. 27, Lisboa [a] Caritas da Arquidiocese de Viena. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

Linz, Salzburgo e Innsbruck encontravam-se na rota rumo a sul, tanto no caso das primeiras viagens iniciadas oficialmente no aeroporto de Zurique como no das seguintes que atravessavam o Norte de Itália rumo a Génova, entrando na fronteira de Brennero, ou que atravessavam a Suíça e o Sul de França seguindo rumo a Portugal por Espanha (Mapa 3[573]). Mayr refere na sua dissertação uma possível rota de regresso (certamente seguindo os mesmos pontos de passagem da vinda), começando em Lisboa, passando por Madrid, Barcelona, Portbou, Cerbère, Avignon, Rhône, Genebra, Berna, Buchs, Innsbruck, Salzburgo e Linz[574].

Relativamente a esta viagem, vária correspondência seria trocada entre as duas partes, tendo a Caritas Portuguesa pedido, a uma semana da prevista chegada, mudança do local de transbordo de Portbou a Hendaye, visto enfrentar dificuldades relativamente à ligação àquela estação espanhola[575], ao que a Caritas Austríaca responderia, também via telegrama, não ser possível alterar o percurso e chegar no dia previsto à fronteira[576].

Mapa 3. Rotas dos diferentes transportes de crianças Caritas entre a Áustria e Portugal



Fonte: https://d-maps.com/carte.php?num_car=2232&lang=en

[573] Original de *d-maps.com* alterado de forma a acrescentar informação necessária à cabal compreensão dos trajectos realizados pelos transportes de crianças Caritas entre Áustria e Portugal.
[574] *Größter Kindertransport der Nachkriegszeit. Ankunft aus Portugal Sonntag abends*. «Linzer Volksblatt» (12-13 Mar. 1951). Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 79.
[575] CARITAS PORTUGUESA (1951) — [Telegrama] 1951 Ago. 08, Lisboa [a] Caritas da Arquidiocese de Viena. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[576] CARITAS DA ARQUIDIOCESE DE VIENA (1951) — [Telegrama] 1951 Ago. 09, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

Em carta anterior, a Caritas de Viena questionava Lisboa acerca do local onde deveria efectuar-se a troca, apresentando como hipóteses Irún, Portbou, Paris e Zurique[577]. Os transportes dividiam-se, por vezes, já no interior de Portugal, sendo que algumas crianças seguiam rumo ao Norte, passando pelo Porto, e outras rumo ao Sul, com paragem obrigatória em Lisboa.

O documento seguinte (Fig. 12) refere-se às paragens ao longo de uma viagem de regresso à Áustria realizada em comboio, em 1952. A lista inclui os minutos de paragem nas localidades portuguesas (Lisboa, Entroncamento, Pampilhosa, Santa Comba, Nelas, Guarda e Vilar Formoso), espanholas (Fuentes de Oñoro, Fuente de San Esteban, Salamanca, Medina del Campo, Miranda de Ebro, San Sebastián e Irún) e francesas (Hendaye, Lourdes, Toulouse, Narbonne e Lyon) até à chegada a Genebra, apenas três dias mais tarde. Tal percurso, e nomeadamente a paragem em Lourdes, confirma, tal como os relatos de celebrações ao longo da viagem, quer de Ingunde (transportada de barco) quer de Ilse (de comboio), que veremos de seguida, o carácter cristão da organização, aqui claramente reflectido, e que trataremos com maior pormenor em ponto posterior.

As viagens, como nota Mayr, constituíam em si uma aventura para as crianças, que, na sua maioria, nunca haviam ultrapassado as fronteiras da Áustria ou mesmo da localidade onde tinham nascido. No caso dos entrevistados no âmbito desta investigação, à excepção de Katharina, que nascera na Índia mas não tinha nenhuma memória do país de origem, Hannelore, que se refugiara e fora levada para um campo de concentração na Checoslováquia, e Alois, que vivia numa região entre fronteiras e visitava amigos e familiares na Itália e na Eslovénia, o contacto com realidades externas resumia-se às forças de ocupação na Áustria.

Segundo Hans Loidl, os trajectos realizados de avião podiam chegar a dois dias de duração, os de navio a quatro somados a dia e meio de comboio até Génova, e os realizados exclusivamente em comboio a uma semana[578]. Na perspectiva das crianças que se recordam da viagem, a experiência foi maioritariamente encarada como traumática, extraordinária ou um misto de ambas.

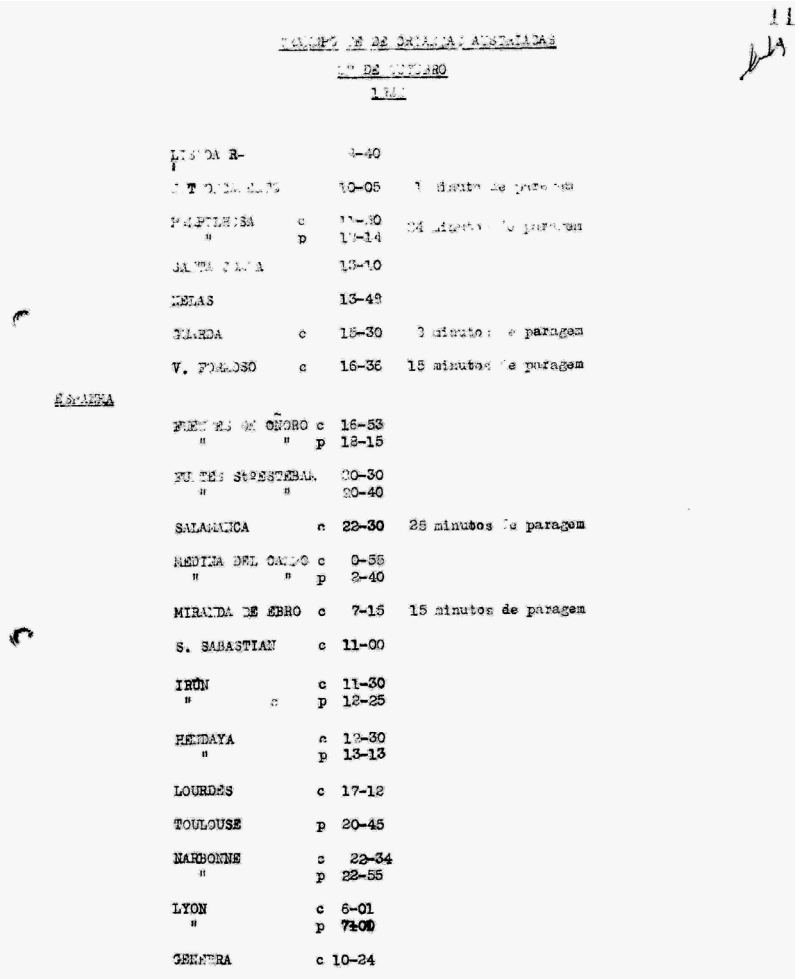
Como mencionado anteriormente, as crianças tendiam a ser as mais entusiastas, não fossem elas as futuras viajantes. Ansiosas por se libertarem das amarras de um mundo em ruínas e descobrir novas paragens, deixavam as famílias em lágrimas, mas levavam a alma cheia de esperanças. Os problemas começavam, todavia, pouco tempo depois da saída das estações de partida.

As viagens de avião, mais curtas, davam menos lugar a crises, contudo. Foram também menos numerosas e para menos crianças, pelo que os relatos são raros. O de Ursula Schulla, incluído na compilação de Palma Caetano, é um deles.

---

[577] CARITAS DA ARQUIDIOCESE DE VIENA (1951) — [Carta] 1951 Jun. 07, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[578] Entrevista com Hans Loidl. *Apud* MAYR, 2013: 76.

Em 21 de Dezembro chegou o momento da partida. O comboio saiu da Estação do Ocidente em direcção a Genebra. Dessa viagem de comboio só já tenho recordações e imagens muito vagas. De Genebra lembro ainda de que houve qualquer coisa como uma volta pela cidade. Pelo contrário, lembro-me perfeitamente do avião e do voo. Deve ter sido um aparelho pequeno, pois fomos sentadas, as 75 crianças que nós éramos, duas a duas num lugar. Durante o voo houve um pequeno pacote de comida com chocolate e, entre outras coisas, também uma banana. Creio que eu era a única criança que sabia o que era uma banana e como se comia, pois enquanto eu estava a comer a minha, ainda estavam a explicar às outras como é que a banana se devia descascar[579].



LISBOA R-		8-40	
[illegible]		10-05	[illegible]
PALPILESA	c	[illegible]	[illegible]
"	p	[illegible]	
[illegible]		13-10	
MELAS		13-49	
GRANDA	c	15-30	[illegible] minutos de paragem
V. FORLOSO	c	16-36	15 minutos de paragem
ESPANHA			
FUENTES DE ONORO	c	16-53	
" "	p	18-15	
FUENTES SPESTEBAN		20-30	
" "		20-40	
SALAMANCA	c	22-30	25 minutos de paragem
MEDINA DEL CAMPO	c	0-55	
" "	p	2-40	
MIRANDA DE EBRO	c	7-15	15 minutos de paragem
S. SEBASTIAN	c	11-00	
IRÚN	c	11-30	
"	p	12-25	
HENDAYA	c	12-30	
"	p	13-13	
LOURDES	c	17-12	
TOULOUSE	p	20-45	
NARBONNE	c	22-34	
"	p	22-55	
LYON	c	6-01	
"	p	7-00	
GENEBRA	c	10-24	

Fig. 12. Lista de paragens em transporte de comboio, Lisboa, 27 de Outubro de 1952
Fonte: AUCPL

[579] CAETANO, 2005: 135.

As novidades do mundo que havia de vir chegavam logo nos primeiros contactos com elementos do país de destino, neste caso, o avião e seus pilotos, enviados de Portugal para o propósito. Independentemente do meio de transporte utilizado, tais contactos resultavam, por vezes, inclusivamente, na aprendizagem das primeiras palavras em Português, de acordo com Mayr, graças ao auxílio dos acompanhantes[580].

Os relatos variam quanto à duração dos trajectos; a impressão, porém, tende a ser unânime: pareciam intermináveis. As condições de viagem certamente não facilitariam. Margarete Hlava, por exemplo, descrevendo-se como «nada aventureira», concordara imediatamente com a inscrição para a viagem; todavia, uma semana inteira com uma «quantidade enorme de crianças comprimidas nos compartimentos do comboio e, quanto mais longe da casa paterna, mais sujas e pegajosas dos doces», que todas tinham levado de casa, faria com que a aventura parecesse progressivamente menos idílica[581].

Preparado para «descobrir novas terras», Günther Wendl refere ter-se sentido, ao entrar no comboio, pela primeira vez «verdadeiramente adulto»; sendo um dos mais novos do grupo. Contudo, rapidamente se sentiria «colocado no lugar», reconhecendo que o terá perturbado mais esse facto do que o não se poder lavar, muito mais problemático para as meninas, nota, que tinham que se «contentar com um pano molhado» por entre a «grande afluência às instalações sanitárias»[582].

Waltraud Hoffinger, com 8 anos na altura (1949), recorda ainda o que levava consigo para a viagem: «papel de jornal para, no comboio, nos deitarmos em cima, uma almofada, uma peça de roupa, umas cuequinhas e uma camisa, assim como passas de uva na bagagem»[583]. Elfriede Werthan recorda um pormenor que ajudará a justificar o conselho dado pela Caritas relativamente ao papel de jornal essencial para a viagem de comboio: o «cheiro intenso a um produto de impregnar madeira, negro e oleoso» que deixava sem ar as crianças mais velhas que, como ela, tinham que dormir no chão. Refere ainda que às mais novas era dada a oportunidade de dormir nos bancos, mas que, mesmo assim, lhe dificultava o sono, «gemendo durante horas pela noite dentro»[584]. Já Ursula Mertin diz que mal se podia aquecer, mesmo levando um cobertor[585].

Rudolf Göstl recorda que a mãe fez questão de o enviar com os seus calções de couro vestidos, porque «tínhamos pela frente uma semana de comboio e umas calças de fazenda não teriam de maneira nenhuma aguentado tão bem a viagem»[586]. Um problema também sentido pelos acompanhantes, tendo Hans Loidl confidenciado a Mayr que, devido ao desgaste sofrido, por transporte precisava sempre de um a dois pares de calças, que eram, acrescenta, providenciados pela Caritas através das doações americanas[587].

---

[580] MAYR, 2013: 83.
[581] CAETANO, 2005: 281.
[582] CAETANO, 2005: 355.
[583] CAETANO, 2005: 155.
[584] CAETANO, 2005: 50.
[585] CAETANO, 2005: 231.
[586] CAETANO, 2005: 294.
[587] MAYR, 2013: 82.

Para Gerhild Holler a vida terá sido ainda mais dificultada do que para a maioria das crianças. Com 11 anos, e por ser provavelmente a mais velha, diz, terá sido incumbida pelas acompanhantes austríacas daquilo que define como uma «tarefa social».

> […] *na última carruagem do longo comboio, na plataforma, estavam os baldes para vomitar e ao lado eu, e em breve vieram as primeiras vítimas da viagem e das saudades de casa: frequentemente aparecia uma «tia» qualquer com uma criança a chorar pela mão, vinda de uma carruagem lá da frente, e eu tinha de, o melhor que podia, ajudar e consolar a infeliz, que se desfazia em vómitos e soluços. Esta acção foi particularmente difícil em Val Canale (Norte de Itália), pois os túneis continuamente nos tiravam a visibilidade* […]. *Muitas horas depois, as crianças já de certo modo se tinham acalmado. Ainda hoje penso com que fascinação registei e guardei conscientemente na memória as cores luminosas e os nítidos contornos, à luz matutina ou vespertina, na Provença, bem como os nomes de diversas cidades: Nimes, Arles, Tarbes, Narbonne, Montpellier, etc.*[588].

As viagens de barco, ainda que contando com novos e por vezes mais graves contratempos, revestiam-se de um encanto especial para as crianças. Tratando-se de algo, para elas, extraordinário, até porque, na maioria dos casos, nunca tinham sequer visto o mar, era por muitos aguardado com ansiedade o momento em que poderiam fazê-lo.

A respeito desta questão, Mayr partilha na sua dissertação uma história contada por uma das suas entrevistadas sobre um menino que, tendo passado a viagem até ao porto de Génova a perguntar insistentemente a Hans Loidl onde era o mar, ao vê-lo pela primeira vez, terá declarado, desapontado: «Oh tio, isto é só um monte de água!»[589].

Outras crianças, ao invés, lembram o momento como «um grande acontecimento».

Deixando para trás uma ainda muito danificada Estação do Ocidente (*Westbahnhof),* Aurelia Hayer recorda ter encontrado em Génova «um negro», pela primeira vez na sua vida, e que era «com ansiedade que aguardava o destino, embora a viagem tivesse para mim algo de avassalador e de novo»[590]. O porto italiano ficaria na memória de Marianne Just como um local que lhe causou uma admiração sem limites, sendo até o carregamento das bagagens e dos automóveis para o navio, com recurso a redes, visto como «um espectáculo fantástico»[591]. Também Erika Nagel lembra ainda a forma como, aos 8 anos, «admirada e curiosa» observou «atentamente o porto de Génova, a partida do barco à noite, as luzes na margem e depois, ao fim de quatro dias, a chegada a Lisboa»[592].

Peter, à excepção de uma imagem, segundo afirma «sem sentido nenhum», em que vai «no barco e da terra mandam setas»[593], não guarda memórias da sua viagem até Portugal.

---

[588] CAETANO, 2005: 393.
[589] Entrevista com Hans Loidl. *Apud* MAYR, 2013: 76.
[590] CAETANO, 2005: 180.
[591] CAETANO, 2005: 78.
[592] CAETANO, 2005: 148.
[593] Peter Zenkl (21 Fev. 2017), entrevista gravada.

A crer que Peter e Margot viajaram juntamente com os outros irmãos Zenkl, Gustav e Franz, a sua viagem terá tido lugar, segundo as listas referentes, a 10 de Abril de 1948[594].

Werner, que afirma que a sua vinda para Portugal terá ocorrido em 1948 ou 1949, menciona uma viagem de comboio até Nápoles — que mais tarde reconheceria como sendo Génova —, num grupo constituído por «100 crianças» de toda a Áustria, e dali de barco até Portugal. Independentemente do grupo em que tenha sido incluído — podendo, pelas características, tratar-se do terceiro ou quinto —, o número estará muito longe da realidade. Com mais certezas, contudo, recorda o facto de se ter sentido «muito mal» no navio, tendo vomitado muito, e também de ter visto as luzes de Gibraltar à noite[595].

Também Sieglinde Haas, que recorda ter sido recebida no barco por «enfermeiras da Caritas vestidas com uniforme azul e branco», associa ainda hoje os beliches, aos quais as enfermeiras a terão conduzido — e que provavelmente seriam destinados às crianças mais pequenas e às que com elas pudessem partilhar a cama —, a enjoo[596]. De facto, os enjoos eram comuns, especialmente em dias de maior tempestade. Devido ao mau tempo, conta Christine Strobl, o navio em que viajava, em 1949, terá tido que esperar uma semana antes de poder partir, e, ao jantar, na noite antes da partida, as crianças terão sido aconselhadas a comer pouco para evitar vómitos durante o percurso. As que, como ela, decidiram comer laranjas de sobremesa, lembra, terão tido o seu «castigo» mais tarde. A viagem, descrita como «boa», porque terão brincado muito na coberta do navio, terá sido também sofrida, uma vez que, sempre que «uma criança do grupo tinha saudades de casa, todas compartilhávamos desse sentimento e chorávamos»[597]. Pauline Haberl partilhava do mesmo sentimento, referindo que «aí começou verdadeiramente o meu tormento. Eu sofria de enjoo e tinha saudades da família. As lágrimas corriam-me durante todo o dia. Ninguém me conseguia consolar»[598].

Similarmente, Fini recorda uma viagem de comboio até Itália e de barco até Lisboa, definindo esta última como «horrível». Apesar de depositar em Portugal a sua «esperança», ainda hoje considera que a experiência foi traumatizante «para todas» as crianças, que «todas estavam maldispostas», bem como os acompanhantes, referindo que quando se encontram ninguém quer falar desse assunto, e que, pela mesma razão, as viagens se terão começado a realizar exclusivamente de comboio, passados alguns anos[599]. Fini referir-se-á provavelmente ao grande transporte que se seguiria àquele que a trouxe até Portugal, pela primeira vez, o quarto, efectivamente realizado, na sua totalidade, por via terrestre, do qual participaria também, assim como o transporte de regresso que a levaria de volta à Áustria, dois anos mais tarde. Não terá, contudo, presentes os transportes realizados entretanto, novamente, de barco. A sua experiência é espelhada no relato que cedeu a Palma Caetano:

---

[594] *Garçons du convoi d'Avril. 1948-04-10.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[595] Werner Arthofer (09 Fev. 2017), entrevista gravada.
[596] CAETANO, 2005: 274.
[597] CAETANO, 2005: 69.
[598] CAETANO, 2005: 404.
[599] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.

Éramos mais de 600 crianças nesse transporte — eu tinha o número 415. Partimos de Linz, de comboio, para Génova, onde embarcámos para Lisboa. O meu desejo de ir para Portugal tinha-se, portanto, tornado realidade. Ainda hoje vejo diante de mim como nós, já de noite, subimos a escada do portaló em fila indiana, com uma mochila às costas. Eu levava um vestido amarelo com cães pretos pintados, imagine-se como seria. Uma semana durou a viagem, na qual todos nós, incluindo os acompanhantes, sofremos de enjoo. Ficávamos enovelados algures num canto da coberta e parecia que vomitávamos as próprias entranhas. Nesse estado horrível ninguém estava em condições de se lavar ou coisa semelhante[600].

Numa entrevista cedida à revista *Visão*, nota ainda que, na sua mochila, levava papel de jornal para se poder deitar no chão do comboio, mas que no barco havia colchões espalhados pelo porão[601]. A respeito dos colchões, Michael Metz, com 12 anos em 1949, conta que terá achado tudo muito divertido, até porque «acostumados a grandes comodidades realmente não estávamos», mesmo quando entrou água no compartimento de carga onde afirma terem sido distribuídos os referidos colchões. Com o chão escorregadio, refere, as crianças ter-se-ão divertido deslizando de um lado para o outro[602]. Uma situação parecida, em Outubro de 1948, teria, em contrapartida, consequências diferentes, segundo descreve Alois Fischer acerca da sua viagem no «J. J. Sister Valencia»:

Era de noite, nós estávamos a dormir deitados nos nossos colchões, quando o navio foi apanhado por uma violenta tempestade. Começou então a baloiçar fortemente de um lado para o outro, nós todos acordámos logo e cada um procurou imediatamente qualquer coisa a que se pudesse segurar. De repente começou a entrar água, que se foi tornando cada vez mais, de modo que a nossa bagagem e os colchões flutuavam, a cada movimento do navio, para um lado e para outro, e tudo parecia numa grande desordem. As crianças mais pequenas choravam e gritavam e eu sentia um grande temor, já que ainda não sabia nadar, embora já tivesse 14 anos. A escotilha foi fechada, a água retirada à bomba e o nosso compartimento limpo e enxuto, depois do que nos deram ainda colchões também enxutos, mas ainda durante muito tempo não conseguimos adormecer depois desse excitante acontecimento[603].

Tendo viajado em 1948, Fini terá feito parte deste mesmo transporte, o primeiro realizado por via marítima com destino a Portugal, visto que o segundo desse ano, e quarto geral, terá recorrido exclusivamente ao comboio.

Deste último participou Ilse que, no seu relato escrito acerca da relação criada com Portugal, descreve com pormenor a viagem até ao país de acolhimento:

---

[600] CAETANO, 2005: 171-172.
[601] RUELA, 2015: 67-69.
[602] CAETANO, 2005: 223.
[603] CAETANO, 2005: 373.

> *Nos transportes de comboio estavam em cada carruagem 3 pessoas para cuidar das crianças e um médico. Também havia uma carruagem com cozinha — e assim as crianças receberam refeições quentes na viagem que durou 6 dias. No dia 5 de Outubro de 1948 da parte da tarde saímos de Wien — Aspengbahnhof para Portugal. O Cardeal Innitzer foi à despedida. Chegámos a Irún no dia 8 à noite* […] *e passámos a noite num grande «hall»* […]. *A viagem era longa* […] *havia discórdias* […], *lágrimas* […], *dormir no chão também não era descanso.* […] *No outro dia, da parte da manhã, chegou o comboio que vinha de Portugal com 570 crianças que já tinham passado lindos tempos e que voltavam à Áustria. Na fronteira entre França e Espanha era preciso mudar de um comboio para outro porque a largura da via era diferente. Senhoras da Caritas Portuguesa acompanhavam as crianças e pouco tempo depois algumas já falavam as primeiras palavras em Português. A partir da mudança na fronteira recebemos um jantar e depois fomos dormir. Agora o comboio tinha carruagem de primeira e segunda classe. Na manhã seguinte estávamos em Salamanca.* […] *Em Vilar Formoso saímos e fomos à missa na Paróquia. No nosso comboio também estava um padre, este organizava rapazes e meninas para a província.* […] *Resolvi com a amiga que arranjei no comboio* [Edith] *que ficávamos com as outras em Lisboa. Nós, 277 crianças, chegámos no dia 11 de Outubro à uma da manhã a Lisboa*[604].

No mesmo comboio viajava Alois Sablatnig. Ávido de aventura, guardou as diferentes cores, cheiros e sensações provocadas pelos locais por onde o levou a passar a locomotiva que o apaixonava e que memorizou com pormenor. À excitação de transpor pela primeira vez as montanhas, a sua «cortina de ferro ao sul» — pelo isolamento a que considera terem-no votado ao longo dos primeiros anos da sua vida, instigando nele a grande curiosidade que ainda hoje o faz percorrer longas distâncias sem sequer se dar conta —, seguiu-se a surpresa face à beleza do pôr-do-sol e das paisagens que hoje reconhece serem Veneza, Milão, Génova, Costa Azul francesa, San Sebastián. Recorda também o facto de viajarem 8 crianças por compartimento e dormirem no compartimento destinado às bagagens, questionando-se como terá sido possível dormir em tais condições. Não sabe se terão passado a noite no mesmo comboio e apenas mudado de manhã, mas lembra claramente o amarelo da cidade de Salamanca no dia seguinte e o interesse que lhe causaram as plataformas das estações de comboio à chegada a Portugal[605].

Também Hannelore viajou no quarto transporte da Áustria, descrevendo-o no mesmo tom dos entrevistados anteriormente referidos:

> *A carga do comboio consistia em 1400 crianças. Vinham da Áustria, por caminho-de-ferro, há já uma longa semana, atravessando paisagens em constante mudança: através da Suíça (ou seria a Itália?), França, mudando de comboio na fronteira espanhola para viajar através de um nunca acabar de paisagens áridas em direcção a Portugal. O comboio foi então dividido, algures a meio caminho, em carruagens que iam umas para Lisboa e outras para o Porto*[606].

---

[604] KUSTKA, 2009: 7-8.
[605] Alois Sablatnig (26 Abr. 2017), entrevista gravada.
[606] MARTINOVSKY, 2015: 106.

O número, mais uma vez, não é correcto, uma vez que Hannelore assume o total de crianças transportadas naquele ano como sendo o total das crianças transportadas naquele turno. A divisão dos comboios em carruagens com destino ao Norte e ao Sul poderá justificar a diferença no número de dias de viagens referido por Ilse e Alois.

Os registos oficiais, nomeadamente as listas de crianças transportadas, parecem indicar que também Gerhard terá sido um dos elementos deste quarto transporte; o seu relato, ainda que referindo a mesma altura do ano, difere, contudo, dos dois anteriores num aspecto fundamental: Gerhard recorda uma viagem de barco e não de comboio.

> *Mais de 2.000 crianças viajaram de comboio da Estação Ferroviária Ocidental para Génova e de lá seguiram para o Mouzinho, sendo acomodadas em cabines com 12 beliches de metal, debaixo do convés. Para a maioria das crianças, foi a primeira vez que viram o oceano. Alguns dias depois, os inconvenientes de uma viagem por mar fizeram-se notar. Ao largo das Ilhas Baleares, o mar ficou muito agitado e muitas crianças, incluindo Gerhard, viram-se forçadas a correr de um lado para o outro, entre a cama e a casa de banho, às vezes numa tentativa de conseguir um pouco mais de ar fresco. Mas depressa ele superou o enjoo, e quando o «Mouzinho» atravessou o estreito de Gibraltar e cada vez mais rumores circulavam de que Lisboa se aproximava, a tensão aumentou,* […] *Ele estava de pé junto ao corrimão desde o nascer do sol. Não conseguia ficar mais na cama e ocupara um assento na proa do navio, na primeira fila. Um lugar que ele não deixaria até à chegada ao porto, porque centenas de outras crianças, naturalmente, também não queriam perder a chegada. Não era caótico ou excessivamente agitado, mas podia-se sentir claramente a expectativa tensa. Lentamente, a velha barcaça «Mouzinho» atravessou a linha costeira* […]. *Neste final de Outono de 1948, ele estava de pé no corrimão, avidamente seguindo a entrada do navio no porto de Lisboa, mesmo que com um pouco frio, com as suas calças de couro, porque ele queria — a pedido da sua mãe — deixar claro onde tinha começado a sua longa jornada. Depois que o vapor atracou, as crianças pegaram seus pertences esparsos e desceram do convés*[607].

As declarações de Gerhard não deixam dúvidas relativamente à vivência do episódio. A sua convicção relativamente ao momento em que terá ocorrido suscita, contudo, algumas dúvidas, uma vez que em 1948 só se realizou um transporte de barco, em Abril e não durante o Outono, como refere, sendo que, na verdade, todos os transportes de navio registados se realizaram durante a Primavera ou Verão.

O regresso do grupo de Abril — terceiro transporte — a casa, juntamente com o segundo grupo de austríacos — chegado em Dezembro de 1947 — e o primeiro grupo de crianças francesas, efectuar-se-ia, de facto, a 10 de Outubro de 1948, de comboio, o mesmo que traria o quarto grupo de crianças da Áustria, com troca efectuada em Hendaye. Dos registos desse transporte constam os nomes dos três entrevistados previamente mencionados, incluindo Gerhard. Tendo em conta estes dados, Gerhard teria chegado a Portugal em Outubro de 1948,

[607] SCHIESSER, 2015: 11-12.

sim, mas de comboio. A duração da sua estadia, que refere de 11 meses, não se coaduna, todavia, com a partida do transporte seguinte com patrocínio da Caritas, o que poderá significar que o seu regresso à Áustria se terá realizado a expensas da família. Por outro lado, também o seu regresso a Portugal, em 1950, poderá justificar as memórias da chegada a Lisboa de barco, uma vez que o único transporte realizado naquele ano — o sexto, e anunciado como «último» — foi efectuado por via marítima.

O referido número total de crianças transportadas, «2.000», poderá, mais uma vez, reportar-se à soma das crianças do quinto e sexto turnos e não apenas a um transporte.

No quinto transporte de crianças austríacas, realizado a 18 de Junho de 1949, chegariam pela primeira vez a Portugal Annie, Christa e Ingunde. Das três, apenas Christa afirma guardar apenas «imagens muito ténues de andar de barco», justificadas, tal como a ausência de memórias da preparação da viagem, com o facto de ter apenas 5 anos[608]. Apesar da tenra idade, e de por esse motivo também não recordar o período que antecedeu a viagem, nem mesmo a despedida dos pais, Ingunde lembra, todavia, vários detalhes do que aconteceu ao longo da travessia marítima, provavelmente pelo carácter extraordinário daqueles.

Fig. 13. Crianças austríacas à chegada a Lisboa, a 16 de Abril de 1948
Fonte: Imagem cedida pelo ANTT[609]

[608] Johanna Oswald (25 Mai. 2016), entrevista gravada.
[609] Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais n.º 98, doc. 0276X. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

Quer dizer, viagem de comboio eu não me lembro tanto. Depois devo ter chorado bastante, então disseram que queriam logo novamente voltar comigo, em Génova, antes de entrar no barco. Acho que devo ter chorado […] *parecia-me que era um gigante aquele barco* […] *E depois eu andei sempre a passear no barco. Era grande. Achei interessante.* […] *Mas depois no barco estávamos sempre numa cama duas crianças* […] *uma mais velha que era responsável pela mais pequenina, com este papel. E eu lembro-me que eu andei pelo barco sozinha e depois vi uma escadaria muito bonita com um tapete e segui, e lembro-me que depois estava de repente numa sala de grandes janelas e só via o céu. Que deve ter sido um posto para ver. E eu lembro-me que: «Ah, agora estou a voar!». Já não se via água, nada, porque eu era pequenina, então via só o céu. Depois eu acho que sempre me apanharam, viram o meu nome de camarata* […] *Então, deve ter um sinal onde eu pertencia, então levaram-me para lá. Lembro-me de uma celebração litúrgica, eu acho que era por volta do Corpo de Deus. Uma grande missa no alto lá em cima, ao ar livre, isso lembro-me*[610].

O facto de Ingunde se ter mais tarde tornado religiosa poderá explicar a sua predisposição para recordar pormenores ligados com a vivência espiritual da viagem, sempre presente e também notória no testemunho de Ilse acerca da sua vinda.

Ao contrário de Ingunde, Annie tem recordações claras também da viagem de comboio. Refere que viajavam sempre em terceira classe e que a passagem por Itália demorava muito tempo, dado que os comboios de passageiros ditos «normais» tinham, afirma, precedência relativamente aos transportes patrocinados pela Caritas.

A reacção face ao meio de transporte que a aguardava não seria muito diferente da da sua compatriota:

Chegámos um dia à noite, ao fim da tarde, e vimos um barco que eu nunca tinha visto, um barco daquele tamanho… E então — a inocência das pessoas: os barcos têm assim uns chinólucos onde sai água […]. *E a minha aflição a dizer: «Olha, o barco já está cheio d'água, nós vamos afundar». Foi a minha aflição! E chegámos lá e trazíamos sempre um cartão com a identidade nossa* […] *e por trás do cartão puseram um número* […]. *Da minha terra ainda eram bastantes, que eu soube depois mas* […] *conhecer conheci poucos. E lá fomos. Ficámos em cima, e pensámos: «Que bem que nós vamos ficar aqui». Mas, quando já estavam todos lá dentro disseram que tínhamos que ir para baixo. Então é que foi o pior* […]. *Ai, meu Deus, quando eu me lembro… E depois tínhamos que procurar, conforme estava o número atrás, o beliche* […] *e estavam seis camas. Dois de cada lado e uma em cima. E pronto, jantámos* […]. *E pronto, andámos 4 dias de barco e eu, lá, muitas vezes estava do lado do barco a olhar* […] *ali a admirar os golfinhos… Estava horas e horas ali a ver até que passou. Chegámos a Lisboa, também de tarde, e vi as pessoas lá no cais a ver, com certeza sabiam que vinha as crianças de fora,* […] *e vi uns miúdos a comer um cacete grande e digo: «Ai meu Deus, isto são pães tão grandes, aqui!»* [risos][611].

[610] Ingunde Wieser (22 Fev. 2017), entrevista gravada.
[611] Johanna Oswald (25 Mai. 2016), entrevista gravada.

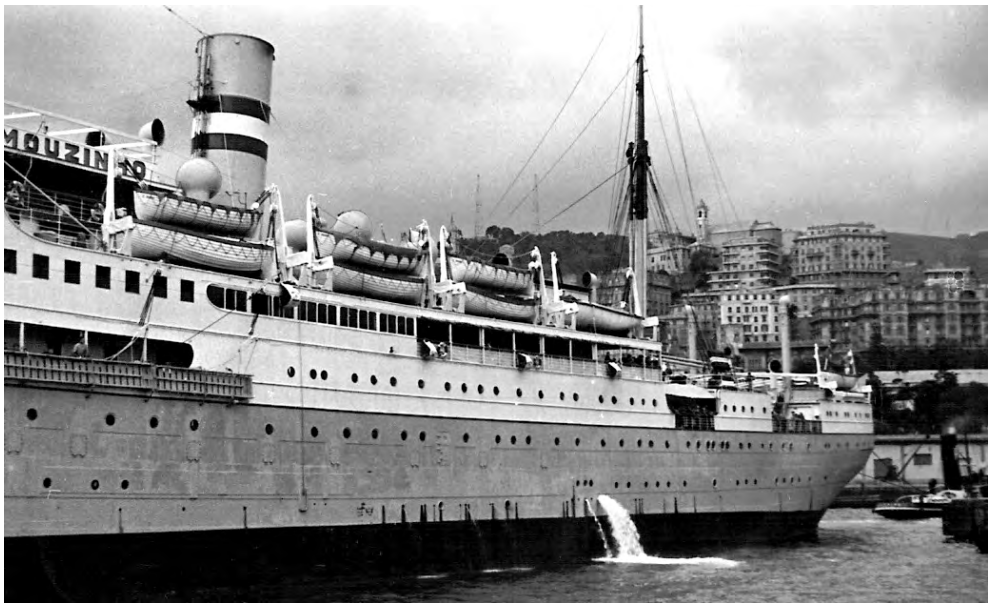


Fig. 14. Navio «Mouzinho», no porto de Génova, 1950
Fonte: Fotografia constante da exposição itinerante da Embaixada da Áustria em Lisboa

Tal como mencionado por Ingunde, os cartões de identificação serviriam também para definir a distribuição das camaratas, havendo por vezes, como anteriormente referido, o cuidado de colocar algumas das crianças mais velhas enquanto, de alguma forma, responsáveis pelas mais pequenas[612]. A companhia dos pares, que entendiam as suas angústias e partilhavam das suas brincadeiras e momentos de alegria ao longo da viagem, terá certamente ajudado a ultrapassar as dificuldades do percurso. Entre os momentos recordados como positivos, a observação dos golfinhos, recordada por Annie, e da beleza imponente de Gibraltar, lembrada por Werner, são dos mais recorrentemente referidos nos relatos, quer por escrito quer de viva voz. Também as explorações solitárias do navio foram marcantes para algumas das crianças, como notam Ingunde, em entrevista, e Marianne Just, no seu relato escrito, em que refere ter vagueado inclusivamente pela zona do navio reservada à 1.ª classe[613]. Segundo Mayr, os aspectos positivos eram também recorrentes nas cartas enviadas pelas crianças aos pais, o que, certamente, terá ajudado a manter vivas essas memórias. O mesmo se pode dizer acerca dos relatórios enviados pela Caritas aos pais, os quais ocultavam, até certo ponto, as características negativas da viagem, provavelmente no sentido de os poupar a preocupações desnecessárias[614].

[612] Ingunde Wieser (22 Fev. 2017), entrevista gravada.
[613] CAETANO, 2005: 78.
[614] MAYR, 2013: 84.

4.1.3. Chegada ao país de destino e distribuição das crianças

Outro momento assumidamente marcante em grande parte dos depoimentos é a chegada ao que muitos não hesitam em designar como «o país das delícias». Tal como na despedida, ainda no país de origem, a chegada ao destino fazia, em muitos casos, se não esquecer pelo menos colocar em segundo plano as preocupações que seriam naturais naquelas circunstâncias.

Acerca da chegada de um dos primeiros transportes, realizado em avião, em 1947, Ilona Seilern refere, num relatório enviado aos pais, que 50 pessoas, entre as quais a presidente da Caritas, se haviam reunido para os receber. Nos anos imediatos, a chegada das «crianças estrangeiras» havia de tornar-se num grande acontecimento, contando com recepções organizadas, multidões e cobertura mediática[615].

Fig. 15. Primeiro turno de crianças austríacas aquando do transporte entre o aeroporto de Lisboa e a colónia de férias onde pernoitariam
Fonte: «Tempo Livre», n.º 6 (Out. 2013), p. 10

Da sua chegada ao porto de Lisboa, em 1949, Aurelia Hayer, na altura com 11 anos, guarda uma boa recordação.

> *A primeira impressão — não é possível descrevê-la — foi de alegria misturada com receio: «O que é que me espera, o que é que me vai acontecer?». Quando entrámos no porto, vieram ao nosso encontro muitos, muitos barquinhos enfeitados com flores. Era impressionante. Eu estava encostada à amurada do navio e não me saciava de olhar e de admirar a alegria com que éramos saudados. No porto havia pessoas que queriam ver logo as crianças. Ainda me recordo de um casal me ter gritado para o navio se eu falava Francês. Eu só pude responder com um «não». Essa recepção cordial e efusiva não deixou que surgisse em nós qualquer saudade de casa*[616].

[615] MAYR, 2013: 85.
[616] CAETANO, 2005: 180-181.

A surpresa de Annie com os cacetes e o espanto de Aurelia com a recepção encontrariam eco nas palavras de Erika Nagel, que se descreve «inteiramente fascinada» com tudo aquilo que via e lhe parecia «muito claro e limpo à luz do Sol»[617], ou de Sieglinde Haas, que, chegando ao porto com um igualmente «magnífico dia de sol», ficaria encantada com «uma multidão imensa» de «pessoas alegres» e «raparigas com belíssimos vestidos de folhos»[618]. Para crianças recém-chegadas de um mundo cinzento repleto de escombros e, naquele momento, apenas rico em escassez e privações, o país de acolhimento parecia, na sua simplicidade, um verdadeiro paraíso.

Fig. 16. Chegada a Lisboa de um grupo de crianças austríacas
Fonte: Arquivo Mário Soares

A biografia de Gerhard expressa, de igual modo, o seu assoberbamento com todas as sensações que lhe foram inspiradas pela chegada a Lisboa:

> *No cais, foram recebidos por pessoal da Igreja e da Caritas. Sem exuberância, mas amigáveis e determinados.* […] *Ainda no porto deu-se a primeira separação: uma parte do grupo permaneceu em Lisboa, as outras 4 foram para a estação da capital. Gerhard Schießer, que atravessou a zona portuária ao lado do seu amigo Fritz Rischanek, observava atentamente tudo o que acontecia nas ruas e nas lojas. O que mais o impressionou foi o cheiro estranho que inicialmente não conseguia identificar:* […] *uma mistura de metais e fumos, mas principalmente* […] *os aromas de frutas, ervas e vegetais estrangeiros. Algo completamente novo para o menino* […], *que estava acostumado aos odores desagradáveis de verduras húmidas e podres e ervilhas bolorentas, na Viena*

[617] CAETANO, 2005: 148.
[618] CAETANO, 2005: 275.

> *do pós-guerra. Mas ele nem sabia os nomes dos cheiros que impregnavam o seu ambiente actual. Depois de uma longa marcha, a multidão de crianças chegou à estação* [onde] *foram novamente divididas.* […] *Mas isso não o incomodou nada, tanta era a excitação com as impressões que experimentava. Nem o facto de ele não comer nem beber há horas o incomodava*[619].

Também Katharina, que da viagem até Portugal só guarda algumas memórias difusas acerca de talvez ter passado uma noite no chão de uma estação de comboios, recorda com carinho a chegada à capital lusa e o espanto que lhe terá causado, depois de anos de escuridão na Alemanha, uma publicidade luminosa à passagem no Rossio: «Lembro-me dum vinho do Porto. Depois acendiam, fechavam, e era uma carruagem também. Fingia que estava a andar […]. Nós ficámos: Ah! Não é? Depois de uma escuridão, realmente era […] um paraíso, não tem noção».

Como outras crianças destinadas à região de Lisboa, Katharina e a irmã seriam levadas para aquilo que define como «as instalações da Caritas, que eram óptimas». Recorda terem sido muito bem recebidas, passado a noite em beliches e, no dia seguinte, ter havido «um chá, no jardim» onde «os senhores portugueses iam escolher as crianças que queriam». No seu caso e da irmã, sempre que um interessado se aproximava, afirma que alguém diria que já estavam destinadas aos próprios tios[620].

Fig. 17. Chegada de crianças austríacas a Lisboa, a 18 de Junho de 1949
Fonte: Imagem cedida pelo ANTT[621]

[619] SCHIESSER, 2015: 8-9.
[620] Anna Katharina Karrer (22 Fev. 2017), entrevista gravada.
[621] Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais n.º 105, doc. 0549Z. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

De acordo com a maioria dos testemunhos de quem viveu esta experiência, era comum as crianças chegarem a Lisboa e dali serem distribuídas para o resto do país, sendo que algumas partiam de imediato para viagens de longas horas até ao destino final, outras ficando, em alguns casos, alojadas na capital, durante períodos variáveis, até serem encaminhadas para as localidades das famílias de acolhimento. Noutros casos ainda, nomeadamente nos referentes às viagens exclusivamente realizadas de comboio, a divisão era já realizada na fronteira portuguesa, seguindo as crianças destinadas ao Norte de imediato para a região onde seriam hospedadas. Numa carta de Ilona Seilern, referida por Mayr na sua dissertação, é relatado aos pais que, à chegada, um dado grupo de crianças teria tido oportunidade de «petiscar e brincar no jardim» de um convento, tendo depois sido examinado por um médico e jantado uma «refeição saudável». Seria só após tais procedimentos que as crianças destinadas «ao Norte de Portugal» seguiriam viagem[622].

O local onde se realizava a concentração à chegada a Lisboa parece ter variado, não havendo dados que possam confirmar de que local se tratava, se eram de facto lugares diferentes em cada transporte ou se, simplesmente, as crianças não terão guardado memórias suficientes, fazendo cada uma a sua leitura pessoal quanto ao mesmo.

Nas suas memórias acerca de Portugal, Ilse refere ter sido levada «para uma casa bem bonita com muitos quartos, sala de jantar e casas de banho», onde partilhava o dormitório com outras 4 meninas. Na altura da escolha por parte das famílias de acolhimento, tendo decidido com Edith, a amiga que fizera no comboio, irem juntas para a mesma família, Ilse recorda ter recusado várias ofertas por parte de casais que queriam levá-la, porque só queriam ir juntas e os interessados não queriam levar mais do que uma criança. A dada altura as duas chegariam à conclusão que se não fossem separadas não teriam quem as levasse, pelo que, ao ser abordada por um simpático casal, constituído por uma jovem que lhe pegou nas tranças e um senhor que lhe falou em Alemão, acabaria por aceder a ir com eles. O casal havia já sido advertido, dir-lhe-iam mais tarde, por uma funcionária da Caritas — «cuidado, a menina não é fácil» —, mas a doçura da jovem e a familiaridade das palavras do senhor «compraram-na», como recordaria, dezenas de anos depois, numa pastelaria que se tornaria seu lugar preferido na «sua» Lisboa. De seguida, recorda que alguém lhe terá pegado na mala e conduzido os seus passos até ao «escritório das senhoras da Caritas», onde duvida se terá encontrado a princesa Benedicta de Liechtenstein[623] ou a condessa Ilona Seilern, ambas colaboradoras da Caritas, mas está certa de que terão sido «despachados» os documentos relativos ao seu acolhimento, dando início à sua «vida nova»[624].

---

[622] SEILERN, Ilona (1947) — *1.ª Carta aos pais das crianças do Transporte de Dezembro de 1947, 1948-01-02, Lisboa*. Col. Privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 85.

[623] Princesa Maria Benedikta Henriette Therese Gabriele Angela Ildefonsa, filha do príncipe Alfred Roman von Liechtenstein e da princesa Theresia Maria, nasceu em Munique a 21 de Março de 1913. Descendente da Casa de Liechtenstein, soberana do Principado com o mesmo nome, terá sido doutora em Filosofia, tendo falecido, solteira e sem filhos, em 1992, na cidade de Graz, Áustria. Informação contida no Certificado de baptismo da Princesa Maria Benedikta (Munique, 04 Abr. 1928), cuja cópia nos foi generosamente cedida por Arthur Stoegmann, funcionário do Museu Liechtenstein.

[624] KUSTKA, 2009: 8-10; Ilse Kustka (18 Mar. 2016), entrevista gravada na Pastelaria Suíça, Lisboa.

Fig. 18. Chegada de crianças austríacas a Portugal, em Outubro de 1948
Fonte: Imagem cedida pelo ANTT[625]

Também acolhido na capital, Peter Zenkl teve uma experiência diferente do processo de selecção mais vulgar, tendo sido «arrebanhado», como diz, por uma das filhas da que viria a ser a sua família adoptiva. Esta, que acompanhava os transportes da Caritas, tendo «engraçado» com o pequeno Peter, o «segurou logo», evitando que fosse àquilo que ele hoje designa como «o leilão»:

> *Porque ainda eram 3000 miúdos, não é, que iam ser distribuídos. E agora, distribuídos como?* […] *Central Eléctrica do Tejo, aquela bonita que agora é museu. À frente há um edifício que eram os armazéns, e* […] *disseram-me que ali é que foram despejados os miúdos e foram feitas as selecções, e foram apanhados conforme convinha, não é. Pois, aquilo era como se fosse gado, nem podia ser de outra maneira, era preciso era sair de lá, isso é que era o importante. E Portugal nisso foi sempre excepcional, sempre pronto a receber os desgraçadinhos*[626].

Fini corrobora esta perspectiva, referindo ter sido escolhida, no caso apenas para integrar o grupo destinado ao «Sul», «como se escolhe agora no mercado qualquer coisa»[627]. Katharina não concorda com esta visão dos acontecimentos, considerando que «há pessoas

[625] Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais n.º 100, doc. 0545Z. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
[626] Peter Zenkl (21 Fev. 2017), entrevista gravada.
[627] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.

que querem ver sempre o mal em tudo»[628]. A opinião de Peter, expressa por muitos dos que à época viveram o processo de selecção, inclui, contudo, uma justificação do método utilizado com as dificuldades logísticas que uma situação deste género acarreta. A visão do momento não é, contudo, aceite da mesma forma por quem efectivamente experienciou a selecção, mesmo entre as famílias de acolhimento.

Christa lembra, por exemplo, ter-lhe sido contado que, tendo sido apresentada ao seu pai de acolhimento a possibilidade de escolher uma criança, ele terá dito que não queria escolher, tendo, no entanto, apontado para ela ao acaso, dizendo «pode ser aquela ali, pronto, aquela loira», sendo que a grande maioria das crianças, nota, eram loiras[629].

Sobre o assunto, Maria Medeiros recorda:

> […] *lembro-me de o meu pai dizer que nunca quis escolher ninguém e que* […] *sobretudo as meninas eram escolhidas, as mais bonitas iam à frente.* […] *Lembro-me de o meu pai dizer isso. Era assim como quem escolhe gado: «Quero aquela que tem os olhos muito bonitos.»* […] *A Caritas se calhar é que depois dizia: «Vai esta». Não sei.* […] *Mas isso tenho a certeza, de ouvir esta conversa. Podia ser um bocadinho exagero do meu pai, mas… fazia-lhe muita aflição aquele momento de recolha das crianças*[630].

Para Artur Vieira de Sousa Basto a decisão de levar para casa uma menina estaria, segundo a filha, tomada antes mesmo de as crianças chegarem ao local de distribuição, em Barcelos. A selecção não correria, contudo, como toda a família esperava.

> *É a minha primeira memória, que eu sei que é minha: o meu pai a chegar a casa com ele. O meu pai saiu de casa a dizer que ia trazer uma menina, e depois sai com um rapazinho, porque diz que ficou comovido, que olhou para ele, um rapazinho sardento, e* […] *normalmente as famílias queriam meninas, e o meu pai achou que ele que estava ali isolado, perdeu-se de amores por ele e trouxe aquele*[631].

Situações como a da família Basto não seriam raras. Mas, se a situação era claramente desconfortável para, pelo menos, algumas das famílias que as acolhiam, para as crianças que não eram escolhidas, e mesmo para aquelas que o eram, podemos imaginar que o fosse a uma escala muito maior. Os testemunhos comprovam-no.

Além da banana como «saudação», Marianne Just descreve como tendo sido inesquecível, mas neste caso também «um grande choque», o facto de, à chegada ao porto de Lisboa, as crianças terem sido colocadas numa fila da qual os pais adoptivos escolhiam as suas predilectas[632]. Helga Bauer conta a forma como tal sentimento acabaria por levá-la a uma atitude

---

[628] Anna Katharina Karrer (22 Fev. 2017), entrevista gravada.
[629] Christa Schuller (30 Mai. 2016), entrevista gravada.
[630] Maria João Medeiros (31 Mai. 2016), entrevista gravada.
[631] Maria de Fátima Queirós de Sousa Basto (09 Jun. 2017), entrevista gravada.
[632] CAETANO, 2005: 78.

que, não tendo sido comum, a julgar pelos testemunhos recolhidos, certamente reflecte a vontade de muitos dos que o viveram.

> *Depois de uma longa viagem de comboio e de barco, chegámos finalmente, cansados e sujos, ao porto de Lisboa, em Portugal. Estávamos numa grande praça com muitas crianças e adultos e esperávamos ansiosamente o que iria acontecer connosco. Muitas mulheres passavam por nós com os maridos e inspeccionavam-nos dos pés à cabeça. O meu receio do que poderia acontecer foi-se tornando cada vez maior. De repente uma mulher falou comigo numa língua que eu nunca tinha ouvido. Naturalmente eu não podia entender, mas notei que ela manifestava grande interesse por mim. Ela copiou o meu nome do cartão que nós tínhamos ao pescoço. Entretanto chegou também o marido* […]. *Eles falaram ainda brevemente um com o outro, até que a mulher se afastou, não sem me ter lançado ainda um longo olhar. Eu estava assim no meio da multidão com esse homem estranho e agarrava-me à minha mala, como se ela me pudesse proteger. Na minha angústia eu só tinha um pensamento: sair dali o mais depressa possível. Vi algumas crianças subirem para um autocarro que estava estacionado ali perto. Num momento em que não estava a ser observada peguei na minha mala e corri, com a maior rapidez que me foi possível, para o autocarro* […]. *Escondi-me lá bem atrás, entre os assentos, no chão, e esperei impacientemente pela partida. Cada vez que o autocarro parava, para deixar sair algumas crianças, eu encolhia-me toda, para não ser descoberta. Quando por fim todas tiveram de descer, éramos só já muito poucas. Lieselotte, uma rapariga de Viena, e eu ficámos em Mourão, uma pequena localidade perto da fronteira espanhola*[633].

O episódio relatado por Helga traduz aquilo que seriam as inquietações de centenas de crianças que, num país estranho, rodeadas de pessoas estranhas, e sem perceberem uma palavra do que lhes era dito, tinham todos os motivos para se sentirem, naturalmente, receosas, e, como nota Ingunde no seu testemunho, sozinhas.

> *Juntamo-nos e então ali fomos entregues aos portugueses. E a minha primeira impressão foi: «Ah, agora estou mesmo sozinha». Quer dizer, eu para mim a experiência foi: solidão não é estar sozinha, mas estar com muita gente de que não percebes nada, então estás sozinha. E isso foi a primeira, mas muita gente estava a ver, cansada, suja…*[634]

Em alguns casos, como refere Erika Wieser no seu testemunho escrito, ainda que fossem «olhados por todos com admiração e presenteados com coisas que nós não conhecíamos, permanecemos, contudo, desconfiados e estávamos alerta»[635]. A bondade prometida dos hospedeiros não era ainda mais que uma história de outras paragens, pelo que, ainda que encantados com as novidades de um país desconhecido, os pequenos, vindos de uma realidade de destruição em que a confiança no estranho não era norma — exceptuando os apoios das entida-

[633] CAETANO, 2005: 86.
[634] Ingunde Wieser (22 Fev. 2017), entrevista gravada.
[635] CAETANO, 2005: 194.

des internacionais que por vezes lhes garantiam a sobrevivência —, encaravam a nova realidade, também, de acordo com as vivências experienciadas no país de origem. Günther Wendl relembra que, depois de terem tomado banho e pernoitado naquilo que diz ser um «convento em Lisboa», ao serem transportadas para o seu destino, «quase todas sentiam um ligeiro mal-estar». Até então tinham estado todos juntos, mas em breve a situação mudaria, e então «como é que nos poderíamos entender? O que é que nos esperava?» Eram os pensamentos que prevaleciam mesmo entre rapazes que, segundo conta, também deixavam correr algumas lágrimas. «Todos juntos éramos realmente fortes, mas assim tão sozinhos…»[636]

O sentimento era muitas vezes expandido, outras vezes diluído, pelo prolongar da própria viagem. Chegadas a Lisboa, na maioria dos casos as crianças tinham ainda que percorrer longos quilómetros após aportarem. Em alguns casos, eram de imediato enviadas para os locais onde deveriam ser acolhidas, noutros permaneciam ainda algum tempo na capital, aguardando o seu destino. Christine Strobl refere ter sido internada juntamente com outras crianças que, como ela, chegaram a Portugal com febre. Com as outras ficaria durante alguns dias num hospital da capital antes de ser recolhida pela família de acolhimento[637]. A mesma preocupação relativamente à condição sanitária das crianças é também referida numa carta enviada pela Caritas Diocesana do Porto a Fernanda Jardim, na qual é mencionado um procedimento que consistia na atribuição de cartões brancos a crianças com sintomas de doenças contagiosas. O secretário da delegação nortenha refere que, para evitar que, por excesso de escrúpulos, se colocassem cartões em todas as crianças, tinha prevista a disponibilização de uma brigada de médicos encarregados de «fazer interrogatórios» às crianças[638].

Erika Nagel conta ter sido levada por Josef Mauler, «austríaco que vivia em Lisboa e que de alguma forma estava relacionado com a Caritas», para sua casa e, duas semanas mais tarde, ter ido com «o Padre Hartwig, Ilona Seilern, a Princesa de Liechtenstein e o futuro Monsenhor Weinbacher», de carro, para Bragança[639]. Nada no seu testemunho justifica o acompanhamento por uma comitiva aparentemente tão especial; poderia tratar-se, contudo, de uma viagem já planeada por parte do grupo ao Norte do país para verificar as condições de acolhimento nas dioceses que pela primeira vez receberiam crianças. Fazendo Ilona Seilern e Benedicta de Liechtenstein parte da equipa que, em diferentes ocasiões, realizaria visitas às crianças em Portugal para enviar relatórios para a Áustria, esta será a explicação mais provável.

Pauline Haberl, para quem a viagem de barco havia sido um tormento, acredita não ter sido escolhida num primeiro momento, num local que refere como sendo «da Caritas», por estar «suja de vomitado». Seria então levada, com outras crianças também não seleccionadas, a um padre, ficando, segundo lembra, alguns dias «numa igreja», de onde, finalmente, alguém acabaria por levá-la para Leiria, crê, graças ao seu «chapéu da Estíria e um *dirndl* que tinha

[636] CAETANO, 2005: 355.
[637] CAETANO, 2005: 69.
[638] SOUSA, Filipe Craveiro (1949) — [Carta] 1949 Mai 31, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[639] CAETANO, 2005: 148.

Fig. 19. Chegada de crianças austríacas a Portugal
Fonte: «Público» (24 Jan. 2013)

vestido»[640]. Acerca do processo de selecção, Günther Wendl acredita que algumas crianças foram rapidamente entregues porque já tinham pais adoptivos definidos, de acordo com pedidos previamente realizados acerca da cor de cabelo, olhos e sexo da criança a receber. Como veremos de seguida, as preferências das famílias não se regiam por este tipo de factores, não deixando estes, no entanto, e segundo vários testemunhos, de ter grande peso no momento da escolha realizada após a chegada das crianças, sob supervisão de elementos da Caritas ou dos párocos locais[641].

A chegada a esse momento, como referido, podia, porém, levar ainda alguns dias, mesmo para aqueles cuja viagem deveria ser, em teoria, a mais rápida. Em alguns casos, e segundo sugere uma carta enviada por um candidato a acolher uma criança à delegação do Porto em que este se oferece para transportar as crianças que sigam para as imediações da sua habitação, o restante percurso seria realizado em viaturas privadas[642]. A maioria, pelo menos no que se refere aos primeiros transportes, seria, contudo, realizada com recurso a meios de transporte públicos.

[640] CAETANO, 2005: 404.
[641] CAETANO, 2005: 355.
[642] [Carta] 1958 Jul. 20, Marco de Canaveses [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

Único testemunho recolhido acerca de uma das primeiras viagens, realizadas de avião, o de Ursula Schulla dá conta da forma como as crianças do segundo transporte para Portugal com destino a paragens mais distantes foram levadas em autocarros para um convento de freiras de onde partiriam, no dia seguinte, rumo ao Norte.

> *Depois de uma noite passada no convento e de um bom pequeno-almoço, começou a nossa «distribuição» pelas respectivas famílias em todo o Portugal. No final* […] *do dia ficaram apenas as crianças que tinham de fazer ainda uma viagem relativamente longa para o Norte de Portugal* […] *Na manhã do dia 24 de Dezembro partimos finalmente. Viajámos o dia inteiro de comboio, olhando com admiração pela janela* […] *De repente vimos árvores com frutos de uma cor vermelho-alaranjada e amarela. Disseram-nos que eram laranjeiras e limoeiros. O que me causou grande admiração. É que era Dezembro e nessa época do ano não havia na Áustria, em parte nenhuma, árvores com frutos. Para nós, crianças, a viagem prolongou-se infinitamente e em cada paragem desciam crianças. Por fim éramos só já cerca de dez que continuávamos no comboio. Deve ter sido já bastante tarde que finalmente nos disseram: Chegámos*[643]*!*

Haviam chegado a Bragança, onde, no Paço Episcopal, uma ceia de Natal, que incluía árvores e chocolates embrulhados, tinha sido preparada para receber as crianças. Em redor da mesa, os «futuros pais e mães adoptivos» aguardavam, sabendo já à partida quem eram as crianças que lhes estavam destinadas. Entre «discursos», que pouco despertaram o interesse das crianças, cansadas e esfomeadas, Ursula seria apresentada pela criada da família aos pais de acolhimento e com eles seguiria para a sua nova casa.

Fini, que veria uma amiga ser escolhida porque «estava cheiinha de febre», em Lisboa, diz ter passado uma noite num local que não recorda, mas que, segundo terá ouvido a outras crianças, seria a Santa Casa da Misericórdia da capital, de aí ter sido «desencardida» e levada de barco até à margem sul do Tejo e então de carrinha até Lagoa, no Algarve[644]. No seu testemunho escrito, Elfriede Drescher acrescenta que, após a divisão do grande grupo em três, ainda em Lisboa, terá seguido com destino ao Sul, num camião, até Faro. Segundo conta, terão sido dois os dias de viagem para 15 a 20 crianças sentadas no espaço de carga de um camião aberto, até serem deixadas numa «sala da Caritas» onde, sentadas nas mochilas, aguardavam que as famílias as escolhessem. Enquanto via as outras crianças serem levadas, Elfriede questionava-se: «quem é que me quer?». Ao ser confrontada com uma senhora vestida de preto, a criança começaria a chorar, recusando-se a segui-la, ao que lhe seria dito que ficaria bem e que «as pessoas tinham o direito de escolher a criança»[645]. Situação idêntica à de Fini, ainda que no seu caso parecesse estar já destinada a uma família, tendo sido a última a ser deixada, na viagem até ao Algarve, o que a levaria a perguntar-se se realmente seria desejada, e se seria «como sempre tinha sido: ninguém me quer!»[646].

---

[643] CAETANO, 2005: 135.
[644] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.
[645] CAETANO, 2005: 332-333.
[646] CAETANO, 2005: 172.

Para Ingunde, a viagem de barco para atravessar o Tejo e chegar ao comboio que a levaria a Évora deixaria uma marca mais forte do que a distribuição pelas famílias.

> […] *no barco — isso lembro-me perfeitamente, eu acho que não é mentira — recebi a primeira banana da minha vida e lembro-me que eles ensinaram-me a descascá-la, e eu queria trincar esta banana e neste momento apita um sino. Apanhei um susto que eu observei que durante meses não comi banana. Isso fixei e mais tarde quando a gente estudava na escola Psicologia e como os bebés que são assustados também não mamam. Se estão a mamar e assustam-se não mamam por* […] *associação, ou como se chama.*

O mesmo tipo de fenómeno explica que um número significativo de crianças acolhidas reagisse negativamente a sons e situações que as remetiam para acontecimentos vividos durante a guerra, assunto a que voltaremos posteriormente. Dos primeiros momentos em Évora Ingunde só recorda o facto de lhe terem sido oferecidas pagelas com santos, numa igreja, onde primeiro terão sido levados, e de depois ter esperado num parque da cidade até que a fossem buscar, tendo os seus hospedeiros, segundo lembra, tardado. Tal facto não lhe causaria, pelo menos segundo recorda, especial preocupação[647].

Para Sieglinde Haas a viagem de autocarro através do Alentejo e até Vila Viçosa seria memorável por razões que ainda hoje lhe fazem sentido:

> *Como eu gosto desta paisagem, que a muita gente pode parecer monótona e pouco atraente nas suas cores, mas para mim significa muito e se transfigura como o rosto de uma pessoa que se ama. Os olivais, os sobreiros, as searas, as povoações: cidades, vilas e aldeias com as casas brancas, o céu límpido e único, o sol brilhante*[648]*!*

Naquela região, a prática de distribuir as crianças à porta da igreja parece ter sido comum, sendo descrita por crianças acolhidas em diferentes cidades alentejanas, chegando a ser definida como «exposição»[649]. A norte os pontos de encontro eram mais frequentemente nos Paços Episcopais ou conventos. Até esse momento, contudo, a viagem, para os que chegavam de barco a Lisboa, era longa. Após uma jornada de uma noite inteira, de comboio, até ao Porto, Annie recorda ter sido conduzida, às primeiras horas da manhã, «ao bispo», onde terá aguardado a chegada das famílias[650]. Christa, que terá viajado juntamente com Annie mas era mais jovem, guarda como primeira recordação de toda a experiência uma imagem de si própria à varanda do Palácio dos Terenas, propriedade da diocese do Porto, junto ao Palácio de Cristal[651]. A imagem de Christa condiz com as várias anotações que encontrámos nos fichei-

---

[647] Ingunde Wieser (22 Fev. 2017), entrevista gravada.
[648] CAETANO, 2005: 275.
[649] CAETANO, 2005: 294.
[650] Johanna Oswald (25 Mai. 2016), entrevista gravada.
[651] Christa Schuller (30 Mai. 2016), entrevista gravada.

ros pessoais das crianças arquivados na Caritas Diocesana do Porto sobre se cada criança teria ou não ido «ao Palácio», o que nos faz supor que aquele seria, de facto, o ponto de encontro para as famílias de acolhimento com as crianças a acolher. Gerhard, por seu lado, lembra a sua chegada à cidade invicta com pormenor, referindo que, após uma viagem de comboio de algumas horas, o grupo de centenas de crianças terá caminhado até ao Paço Episcopal (junto à Sé do Porto) onde lhe terá sido servida uma refeição. Os seus olhos de criança deixaram-se surpreender pela «enormidade» da sala e pelo facto de, mesmo aquela estando repleta de crianças, ter havido comida e bebida suficiente para saciar a todos. Além disso, ao seu paladar, tudo era delicioso. Nada que se pudesse comparar com Viena. Ao cruzar-se com um sacerdote, no caminho para a casa de banho, Gerhard destacar-se-ia, aos olhos daquele, pelo brilho no olhar e a expressão de satisfação após a refeição farta. Seria o suficiente para ser escolhido, juntamente com Josef Seiwerth, e entregue a «pessoas responsáveis da Caritas» para seguir viagem até Santa Maria de Lamas, onde seria acolhido[652]. Após uma viagem de 7 dias, mais extenuante do que para a maioria das crianças devido às suas «responsabilidades sociais», Gerhild chegaria ao Porto, sem passagem por Lisboa, como acontecia habitualmente nas viagens realizadas exclusivamente por meio terrestre. Acerca das suas primeiras impressões escreve:

> *Apeámo-nos (quantos éramos já não sei) e fomos levados para um grande e lindo jardim, onde nos sentámos na relva em grupinhos e nos deram algo para beber. Depois foram surgindo a pouco e pouco as famílias portuguesas, casais novos, alegres, a maior parte com filhos, e escolhiam, do grupo cansado, subalimentado e cheio de saudades de casa e da família, a criança que a cada um mais agradava. Eu estava cheia de uma ansiosa expectativa e sentia já a satisfação de poder ir também com pessoas tão simpáticas — mas, coisa horrível, em mim ninguém reparava! Eu parecia não lhes agradar. (Provavelmente, assim pensei anos depois, eu era já muito crescida e de mais idade e as pessoas preferiam crianças pequeninas e engraçadas, com seis a oito anos; até tínhamos connosco uma criança de quatro anos!)*[653]

Gerhild acabaria por ser acolhida, como já referimos e teremos oportunidade de desenvolver em momento oportuno, por uma família, usando as suas palavras, «extremamente distinta, culta e com uma boa posição». Provavelmente no mesmo comboio terá vindo Hannelore, tendo seguido viagem até Vila Real. Ali seria alojada com duas outras meninas, junto de uma família que acolhera, no ano anterior, uma criança alemã. As 3 continuariam ainda o seu trajecto até às redondezas da Régua, numa viatura pertencente àquela para quem havia, aparentemente, já sido escolhida[654]. Hannelore alimenta ainda «a ideia de que os meus olhos azuis e o meu cabelo de um dourado-escuro foram a causa do privilégio de ter sido levada para a sua casa»[655].

---

[652] SCHIESSER, 2015: 9.
[653] CAETANO, 2005: 394.
[654] Hannelore Martinovsky (22 Mar. 2017), entrevista gravada.
[655] MARTINOVSKY, 2015: 106.

Para os que não eram imediatamente escolhidos, a residência episcopal era, segundo a experiência de Erika Frohnweiler, a solução provisória até que uma família fosse buscar as crianças[656]. Para outros, não escolhidos, como referiria o Padre Alexandrino Brochado em entrevista, a solução acabaria por ganhar um carácter definitivo. O exemplo dado é o de 6 meninos que, não encontrando colocação junto de famílias, acabariam por ficar no Paço Episcopal, «durante muito tempo», comendo «à mesa do Sr. Bispo». O exemplo seria uma realidade comum no referente à não colocação de crianças do sexo masculino. Como veremos mais adiante, os pedidos de meninas eram muito mais numerosos do que a «procura» por meninos. Segundo o Padre Alexandrino, era o resultado de uma opção que gostaria de não ter feito, à época, e que reflecte a discussão previamente referida, acerca do processo de selecção das crianças pelas famílias de acolhimento.

> *Nós nessa altura tínhamos ali uma casa em Campanhã, elas estavam ali, era uma casa enorme, e* […] *nós então tínhamos ali um compasso de espera, vinham as famílias* […] *Eu fiz uma coisa que hoje não faria. É que as crianças estavam ali todas e as pessoas vinham e «ah, aquela que é muito bonita, é muito engraçadinha»* […]. *Hoje não fazia… Naquela altura também, falta de experiência* […]. *Mas é curioso que aqueles que eram menos notáveis fisicamente foram os que tiveram mais sorte. Há algumas que estão ricas e eram as mais feias. É engraçado* […]. *Mas não tivemos dificuldade nenhuma em colocar as crianças, nenhuma, sobretudo as meninas… aquilo chegava, era logo.* […] *Bem, sabe, as meninas têm uns encantos que os rapazes não tinham. Por outro lado, era mais fácil por exemplo vestir uma menina, as roupas de outras crianças, tal… E era menos dispendioso. Gastavam muito menos para vestir uma menina bem. Depois dado a graciosidade de uma menina* […] *têm uma graciosidade que os rapazes não têm, de maneira que todos* […] *antes queriam as meninas. Havia muito mais facilidade na colocação das meninas do que dos rapazes*[657].

O testemunho do Padre Alexandrino leva a crer que a situação seria exclusiva da diocese do Porto, quando na verdade, como já tivemos oportunidade de perceber pelos testemunhos de crianças acolhidas em outras zonas do país, assim não era. As regras eram estabelecidas pela Comissão Central da Caritas Portuguesa, em Lisboa, e seguidas pelas, à época, delegações diocesanas. Tal tipo de procedimento poderá, contudo, ao que tudo indica, ter sido alterado em dado momento, a crer na mensagem de uma missiva enviada pela Caritas Diocesana do Porto a um interessado em escolher a criança que pretende acolher, neste caso, por questões de foro religioso. Na mesma é justificada a não possibilidade de escolha nos seguintes termos: «seria submeter as crianças a uma humilhação evitável, pois as últimas ficariam desgostosas, sentindo-se afastadas e desprezadas»[658]. Assim seria, de facto, para muitas

[656] CAETANO, 2005: 242.
[657] Padre Alexandrino Brochado (02 Out. 2015), entrevista gravada.
[658] [Carta] 1949 Fev. 01, Porto [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

daquelas que, sendo as últimas a ser escolhidas ou não escolhidas de todo, se sentiam não desejadas, como escreve Erna Lumesberger: «infeliz e receosa porque ninguém me queria». Preterida num processo que se desenrolou, segundo conta, num convento, Erna seria uma das últimas 3 crianças que, não sendo seleccionadas por uma família de acolhimento, acabariam por ser levadas, «num horrível automóvel preto», que aos seus olhos de menina se «assemelhava ao de Edgar Wallace», numa longa viagem até ao Norte de Portugal. O aparente infortúnio acabaria por conduzi-la a uma estadia numa residência paroquial em S. Julião do Freixo, Ponte de Lima, o que hoje considera ter sido um golpe de «muita sorte»[659]. Apesar disso, muito diferente da experiência prometida aquando da partida da Áustria.

Muito diferente do esperado, mas no sentido oposto, seria também a experiência de Martha Kreuzhuber. Disposta a «ir até ao fim do mundo» para poder passar algum tempo numa colónia infantil, Martha vira-lhe ser oferecida uma estadia de 3 meses num lar em Lisboa, mas acabaria por ser levada a Frechas, Mirandela, uma aldeia no meio de montanhas[660]. Da mesma forma, Elfriede Münzker, que havia sido enviada, segundo conta, para «cuidar» da irmã mais nova, teria uma surpresa quando, durante a viagem de comboio rumo a Vila Real, o sacerdote que as acompanhava, Padre Minhava[661], as informou de que seriam acolhidas num convento. A sua reacção seria imediata: «para um convento não vou!». A sua opinião não seria, porém, tida em conta, e acabariam por seguir o destino não desejado[662].

Neste caso, no entanto, não parece ter sido resultado de falta de opções, como em alguns dos casos mencionados, mas antes da resposta a um pedido realizado pela congregação que as acolheria, o que, como veremos adiante, era bastante comum. Para outra Elfriede, neste caso Werthan, que viajara um ano antes, em 1948, o problema seria bem diferente, uma vez que, segundo recorda, não haveria, pelo menos num primeiro momento, lugar para as crianças.

> *Em Portugal ainda não havia lugares fixos para nós. Viajámos por todo o país, para cima e para baixo, na esperança de encontrarmos alguém que se apiedasse de nós. Eu fui parar ao Norte de Portugal. O mosteiro de Braga foi a nossa primeira estação. Ao princípio dormíamos duas a duas. Pouco a pouco o número de crianças ia diminuindo: cada dia umas dez crianças encontravam uma família adoptiva. O enorme dormitório estava já quase vazio quando finalmente me chegou a vez de empreender a busca de pais adoptivos. Fomos levadas de automóvel para Barcelos* […] *para a confeitaria «A Colonial», fecharam-se as portas e só se deixava entrar quem de facto estivesse interessado em receber uma das crianças. Mais uma vez tinha eu, pendurado ao pescoço, o letreiro cor-de-rosa: nome, data de nascimento, país de origem. Estava cabisbaixa e tremendo de medo do que me iria acontecer*[663].

---

[659] CAETANO, 2005: 313.
[660] CAETANO, 2005: 253.
[661] Ângelo Minhava, sacerdote da diocese de Vila Real, professor no Ciclo Preparatório e na Escola Técnica de Vila Real, criador e dirigente de vários grupos corais e teatrais no distrito, nomeadamente o Orfeão do Seminário e o Orfeão do Liceu Camilo Castelo Branco, foi também escritor. Cf. RÁDIO RENASCENÇA ONLINE, 2016.
[662] CAETANO, 2005: 307.
[663] CAETANO, 2005: 51.

A referência de Elfriede ao «viajar por todo o país» poderá não ser mais que o resultado da perspectiva de uma criança que, cansada de uma viagem já de si longa, se deparava com a necessidade de percorrer ainda mais uma considerável distância até chegar àquele que pensava que seria, assim que chegasse ao país de acolhimento, o seu novo porto de abrigo. A ansiedade de saber o que aconteceria a seguir com certeza faria com que algumas horas de espera se transformassem em dias aos olhos destas crianças que, além de tudo, não percebiam uma palavra do que lhes era dito. Tal facto tornaria a exposição à selecção por parte das famílias escolhidas para as acolherem numa situação ainda mais tensa e criadora de *stress*. A forma como foram seleccionadas as famílias de acolhimento será discutida no ponto seguinte.

4.2. PORTUGAL E A ACÇÃO *CARITASKINDER*

4.2.1. Organização e transportes a nível nacional

A Caritas surgiu em Portugal, como já mencionámos, por iniciativa de Fernanda Ivens Ferraz Jardim, em resposta ao apelo do Papa Pio XII à caridade dos cristãos no apoio às vítimas da guerra. Ainda antes do término do conflito, a 18 de Abril de 1944, Pio XII presidira à criação da *Pontificia Commissione di Assistenza*, «comissão papal *ad hoc* para auxílio directo a refugiados, prisioneiros de guerra e populações afectadas pela II Guerra Mundial», sem discriminação de qualquer tipo, nomeadamente associada a afiliação religiosa[664]. No âmbito desta comissão, que desde o princípio contou com um relevante apoio económico por parte dos EUA, em 1946, o Papa convidaria 50.000 crianças para uma refeição no Vaticano, patrocinada pelos governos dos países integrantes das Nações Unidas e pela generosidade dos fiéis. O evento seria, à época, lembrado pela imprensa diocesana portuguesa enquanto exemplo maior da generosidade da Igreja e incitador da beneficência dos católicos portugueses aquando dos peditórios anuais em favor das crianças vítimas de guerra[665]. A obra pontifícia seria também, ainda em 1946, apontada como origem directa de vários organismos Caritas na Europa.

> *Aquela Comissão entrou em actividade e conta já hoje ramificações nos países que estão em condições de colaborar nos seus objectivos. A Suíça, em Lucerna, a Union Suisse de Charité que está colocando crianças da Áustria, da Holanda e da Polónia, num movimento muito vasto. Em Paris, surgiu o Comité Catholique de Secours, na Áustria, o Kariter Verbund e outros países estão organizando obras parecidas, em união com a Comissão Pontifícia de Assistência de Roma. Portugal não ficou indiferente a esse movimento e criou já a União de Caridade Portuguesa que está colocando crianças de outras nações no seio de famílias portuguesas, que se prontificam a recebê-las e educá-las. A pedido da Comissão Pontifícia, foi criada na Afurada uma colónia para as crianças vítimas da guerra. Precisa essa colónia de muitos objectos como roupas, talheres,*

[664] SMIT, 1950: 234.
[665] *Em favor das crianças vítimas de guerra.* «A Guarda» (25 Jan. 1946), p. 1; *Papa apela à Caridade*. «Notícias de Beja» (11 Jan. 1946), p. 1; *Pelas crianças vítimas da Guerra.* «A Guarda» (21 Fev. 1946), p. 1-2.

> *etc. e que solicita às almas boas para a definitiva organização dos seus beneméritos serviços. São 400 crianças que ali vão ser instaladas. São numerosas as crianças francesas e belgas que pedem colocação em Portugal. Também a Áustria pede que lhe recebamos 50 crianças. Muitas famílias portuguesas informaram já a União de Caridade Portuguesa, da resolução de receberem uma criança. Mas são precisas muitas mais. Parece-nos que as mães portuguesas deverão criar uma santa emulação em receber uma dessas crianças até por gratidão para com Deus que lhes guardou da guerra os filhos queridos e em solidariedade para com as mães que vêem os filhitos na miséria ou os deixaram na orfandade*[666].

Ainda que abençoados pela Santa Sé enquanto *Caritas Catholica*, à época é errado considerar os organismos referidos no artigo enquanto «ramificações» da *Pontificia Commissione di Assistenza*, criada posteriormente, nomeadamente no que se refere à Caritas Austríaca. Embora a comunhão de princípios e objectivos seja comum, a afirmação é tão duvidosa quanto a designação *Kariter Verbund*, usada para nomear a mesma organização austríaca, situação que, juntamente com a falta de coerência verificada entre diferentes notícias acerca do mesmo assunto, em jornais diferentes ou em momentos diferentes, nos força a um cuidado acrescido no tratamento das informações recolhidas nas fontes hemerográficas, apesar disso, bastante mais completas do que as oferecidas quer pela documentação de arquivo analisada no âmbito desta investigação (a nível de fontes portuguesas) quer pela trabalhada por Susanne Mayr (em termos de fontes austríacas). A adopção da nomenclatura «Caritas» para a *Pontificia Comissione di Assistenza*, por parte do Papa Pio XII, seria, aliás, apenas efectuada em 1948, confirmando a não adequação das prévias referências àquele organismo como origem da Caritas a nível internacional[667].

Relativamente à «colónia para as crianças vítimas da guerra», na Afurada, não foi encontrada nenhuma outra informação que àquela associe as crianças recebidas no âmbito da Acção Caritas, sendo possível, contudo, que outras acções, levadas a cabo por outros organismos, tenham feito uso das referidas instalações. Em Janeiro de 1947, meses após a publicação da notícia reproduzida, o «Diário de Lisboa» referia a realização de uma «Festa Esperantista» para distribuir brinquedos a crianças belgas na Colónia balnear infantil «O Século»[668], indiciando o acolhimento das referidas crianças por outros organismos que não a Caritas, confirmando, por outro lado, o recurso às colónias balneares — usualmente utilizadas no acolhimento de crianças portuguesas de meios menos privilegiados — para o apoio a crianças estrangeiras recebidas em Portugal. Pouco tempo depois, as mesmas crianças são de novo referidas pelo mesmo diário generalista aquando da realização de um evento promovido para a deposição de flores por parte dos «órfãos belgas» no monumento aos Mortos na Grande

---

[666] *30 Milhões de crianças que o Papa procura salvar*. «A Guarda» (02 Ago. 1946), p. 1.
[667] *A obra da Caritas Portuguesa consagrada por Sua Santidade*. «Mensageiro de Bragança» (10 Abr. 1948), p. 4.
[668] *Uma Festa Esperantista para os órfãos de guerra belgas*. «Diário de Lisboa» (04 Jan. 1947), p. 2.

Guerra de 1914-1918, «acompanhados por quatro monitoras do *Office National Belge*»[669], sugerindo um acolhimento acompanhado directamente por elementos do país de origem e, portanto, com características diferentes daquele que estudamos, pelo menos no que se refere às crianças integradas em famílias de acolhimento.

No mesmo ano, e já após a chegada das primeiras crianças austríacas por meio da Caritas, «O Comércio do Porto», diário generalista, noticia a autorização dada à Caritas Portuguesa para o transporte de mais crianças estrangeiras, solicitando às «pessoas que quiserem» receber crianças italianas, austríacas, alemãs ou húngaras que façam o seu pedido para a sede provisória da organização[670]. Três meses mais tarde, a publicação diocesana «A Guarda» acrescentaria àquelas as seguintes informações: seriam 400 as crianças a ser recebidas por famílias portuguesas, devendo o primeiro turno, formado por 100 pequenos italianos, ser transportado em vários grupos de crianças, «conduzidas em avião português que partirá de Roma». As crianças, entre os 4 e os 12 anos, deveriam permanecer 8 meses em Portugal, passando algum tempo em colónias balneares para depois seguirem para «o seio das famílias que, em Lisboa e na Província, tomaram o encargo de as receber e tratar». Mais refere que «a Caritas é uma obra internacional de assistência às vítimas da guerra fundada pelo Santo Padre», repetindo o erro anteriormente assinalado[671]. Uma circular dirigida pela Caritas Portuguesa aos párocos das várias dioceses, divulgada em «O Comércio do Porto», permite esclarecer a situação:

> *Devendo chegar a Portugal no próximo mês de Outubro vários turnos de crianças estrangeiras vítimas da guerra, que ao nosso país vêm procurar refazer-se, física e moralmente, dos horrores da guerra, vimos respeitosamente pedir a V.ª Rev.ª o favor de ver se entre as famílias das suas paroquianas haverá alguma que queira receber e acarinhar uma destas crianças. Evidentemente, esta propaganda terá de ser discreta, para que se não ofereçam a quem se não possam confiar. Com isto não queríamos prejudicar as necessidades locais. No entanto não podemos deixar de esperar da parte de V.ª Rev.ª o melhor acolhimento a esta circular, atendendo que é um dos maiores desejos de SUA SANTIDADE que tantas vezes tem implorado «SALVEMOS AS CRIANÇAS».* […] *Arrancar à morte uma dessas crianças, recebendo-a em casa, é a maneira mais prática de mostrar a nossa gratidão para com DEUS que salvou nossos filhos de semelhante horror. As crianças que vêm são italianas (da Obra Pontifícia), Austríacas, Húngaras e Alemãs das CARITAS dos seus países, e um grupo de Russas que a Delegada do Congresso Internacional da Juventude Católica de Fátima pediu para trazer. Vêm por uma permanência de seis a oito meses.* […] *As Famílias que generosamente queiram corresponder a este apelo devem comunicá-lo à Secretaria particular do Bispado ou directamente à «União de Caridade Portuguesa»* […][672].

---

[669] *Os órfãos belgas depuseram flores no Monumento aos Mortos da Guerra*. «Diário de Lisboa» (21 Fev. 1947), p. 2.
[670] *Crianças estrangeiras vítimas da guerra*. «O Comércio do Porto» (30 Ago. 1947), p. 7.
[671] *Portugal vai receber 400 crianças estrangeiras*. «A Guarda» (07 Nov. 1947), p. 3.
[672] *Afim de ser enviada aos Reverendos Párocos das Dioceses foi recebida nesta Cúria Diocesana a seguinte circular: — UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA CARITAS — O que fizerdes a um destes pequeninos a mim mesmo o fareis*. «A Voz do Pastor» (08 Nov. 1947), p. 2.

Recomendada pelo Bispo do Porto, a iniciativa era assim apresentada com referência clara aos organismos que dela se responsabilizavam em cada um dos casos, sendo que as crianças italianas e russas não estavam a cargo da Caritas, mas antes da Obra Pontifícia e do Congresso Internacional da Juventude Católica de Fátima, respectivamente. Partindo do princípio de que os transportes se realizaram tal como era esperado, tais organismos, supomos, terão também procedido ao transporte e acolhimento das crianças em causa — tal como a organização Esperanto terá feito relativamente às crianças belgas previamente mencionadas —, assim justificando a falta de referências por parte da documentação da Caritas Portuguesa. O documento confirma também a metodologia de angariação de famílias de acolhimento que se foi afirmando, ao longo da investigação, como mais recorrente: o apelo por parte dos párocos às comunidades a si confiadas, quer pessoalmente quer nas celebrações por eles presididas.

Outra ausência tornada notória ao longo desta investigação, relativamente às referências da Caritas Portuguesa, é a das crianças polacas, mencionadas na imprensa diocesana em várias ocasiões. A primeira ocorre em 1948, aquando do apelo às famílias no sentido de receberem «mais crianças vítimas da guerra, 400 alemãs e 500 polacas», segundo o semanário da diocese de Aveiro, que afirma tratar-se de uma acção «pela mão benfazeja da Caritas»[673]. A publicação diocesana de Beja refere, contudo, na mesma data, a chegada a Portugal, naquela semana, de «mais de 1.000 crianças austríacas e polacas que serão espalhadas pelas boas famílias portuguesas», referindo ainda as crianças austríacas e francesas que recentemente haviam deixado o país e que «algumas dezenas» da nova leva ficariam na diocese[674]. Uma vez que nos registos da Caritas Portuguesa consultados não existe nenhuma referência a crianças polacas, pudemos apenas confirmar que, de facto, naquela semana chegaram 990 crianças austríacas a Portugal, mas não conseguimos apurar, na documentação consultada, se entre elas se encontravam algumas de nacionalidade polaca. O «Mensageiro de Bragança» do mesmo mês refere, a propósito da chegada de mais 500 crianças austríacas, a iminência de novos transportes. Desta vez, além de mais crianças austríacas, espera-se que viessem também húngaras, polacas e checoslovacas[675]. No princípio do ano seguinte, três jornais diocesanos noticiavam a chegada de crianças «alemãs e polacas vítimas da guerra», diferindo, contudo, em relação aos números: o «Mensageiro de Bragança» confirmava o avançado inicialmente pelo jornal de Aveiro, 900[676]; o «Correio de Coimbra» fala de 500[677], sendo, no mesmo dia, corroborado pelo «Correio do Vouga»[678]. Alguns meses mais tarde, o «Diário de Lisboa» noticiava a partida de 1.000 crianças austríacas e referia que, entre as 4.000 que

[673] *Crianças Vítimas da Guerra*. «Correio do Vouga» (16 Out. 1948), p. 1.
[674] *Crianças Estrangeiras*. «Notícias de Beja» (16 Out. 1948), p. 1.
[675] *Mais 500 crianças austríacas vítimas da guerra estão recebendo os carinhos da gente portuguesa*. «Mensageiro de Bragança» (20 Out. 1948), p. 1.
[676] *Notícias diversas*. «Mensageiro de Bragança» (01 Fev. 1949), p. 5.
[677] *Crianças Estrangeiras*. «Correio de Coimbra» (19 Fev. 1949), p. 4.
[678] *Peditório nacional para as crianças vítimas da guerra*. «Correio do Vouga» (19 Fev. 1949), p. 1.

anunciava terem já sido beneficiadas pela Acção da União de Caridade Portuguesa, se contavam também crianças das nacionalidades francesa, polaca e alemã[679].

Os dados relativos às crianças acolhidas em Portugal recolhidos junto da Caritas Portuguesa permitem confirmar apenas a vinda de 72 crianças alemãs, no dia 17 de Outubro de 1949, a que se seguiria outro transporte de crianças austríacas, mas só no ano seguinte. Daqui se pode concluir que: ou as crianças polacas não foram, de todo, transportadas para Portugal; ou foram transportadas, não pela Caritas, mas por meio da acção de outra organização internacional, ao contrário do que constantemente afirmava a imprensa portuguesa; ou, tendo sido a Caritas a transportá-las, por algum motivo, foram ocultadas dos registos oficiais. Na entrevista realizada com Júlia Bicho, cuja mãe «angariava pessoas para ficar com as crianças», na diocese da Guarda, e ajudava nos transportes — a partir de Vilar Formoso, «onde eram entregues a Portugal» —, esta recorda como extremamente marcante um episódio relacionado com a despedida das crianças que parece comprovar, pelo menos, a não veracidade da primeira hipótese.

> […] *a partida foi um horror, porque depois saíram de Fátima e os comboios pararam em Vilar Formoso, um dos franceses o outro dos polacos.* […] *Cuspiam-se, atiravam uns aos outros um ódio… atiravam o que podiam* […]. *Foi uma guerra. Porque uns diziam «por vossa causa é que nós aqui estamos». Enquanto estiveram deram-se todos bem mas iam embora e «isto passou-se por vossa causa»… E então foi uma guerra, uma coisa… de tal maneira que tiveram que andar no meio dos comboios, fecharam as janelas de um comboio para o outro e mesmo assim tiveram que separar os comboios. Foi um horror, de tal maneira que um comboio teve que partir mais cedo, e, como a mãe era da Caritas, nós tivemos autorização de entrar no comboio e em Vilar Formoso estarmos com eles, assistimos a isso tudo.* […] *Eu como estava dentro do comboio assisti a isso tudo*[680].

Poderia dar-se o caso de as crianças em causa não serem polacas, mas antes austríacas, o que justificaria, de qualquer forma, as acusações de parte a parte. Contudo, o facto de pelo menos duas daquelas crianças, sempre referidas como polacas, terem sido acolhidas na Covilhã e convivido com a menina francesa acolhida pela família Bicho, bem como com o irmão daquela, acolhido na Guarda, a juntar às referências contínuas por parte dos meios de comunicação social, parece confirmar a efectiva vinda dos pequenos polacos. Como sugere Nuno Delgado, filho da entrevistada, as crianças poderiam, no entanto, vir de França, tal como no caso de outras nacionalidades que viajaram da Áustria, sob passaporte colectivo francês e, portanto, serem assumidas, na documentação, como francesas. Estas crianças poderiam ser algumas daquelas que tentaram uma das rotas de fuga do período de guerra (apresentadas no ponto 2.4.), possivelmente com destino à Península Ibérica, mas que não conseguiram atingir o seu objectivo. Poderiam também ter sido mantidas em campos de concentração franceses,

---

[679] *Mil crianças austríacas que estiveram 7 meses em Portugal seguiram hoje para Génova*. «Diário de Lisboa» (09 Jun. 1949), p. 1 e 11.

[680] Maria Júlia Lopes Barata Ferreira Bicho Pacheco Delgado e filhos Nuno, Margarida e Luís (11 Jun. 2017), entrevista gravada.

não tendo chegado a ser deportadas, ou então ser simplesmente deslocadas, que chegaram, desacompanhadas ou não, a França[681]. Na tabela seguinte, baseada num documento oficial da Caritas Portuguesa, podemos verificar, contudo, que crianças húngaras vindas da Áustria foram referenciadas em separado, talvez por serem portadoras de passaporte individual e assim não colocarem problemas legais à organização dos transportes, o que talvez não acontecesse com as polacas. A questão húngara será desenvolvida no ponto dedicado a «outros transportes» (4.2.1.1.7.), visto tratar-se de uma Acção que, ainda que dentro dos mesmos moldes, se realizou posteriormente e por motivos que ultrapassam o pós-II Guerra Mundial, ainda que com ela estejam, obviamente, relacionados.

Como então teremos possibilidade de analisar com maior pormenor, as crianças húngaras transportadas para Portugal no âmbito da Acção Caritas, num momento posterior, eram refugiadas na Áustria, o que poderá justificar o facto de, também em 1950, serem incluídas no grupo austríaco, mas portadoras de documento de viagem individual.

Tabela 3. Crianças estrangeiras que vieram a Portugal através da Caritas Portuguesa

Data	Turno	N.º de crianças
31-01-1947	1.º turno da Áustria	46
23-12-1947	2.º turno da Áustria	75
16-04-1948	3.º turno da Áustria	498
18-05-1948	1.º turno da França	457
27-09-1948	1.º turno da Alemanha	90
10 e 21-10-1948	4.º turno da Áustria	990
06-02-1949	Convidadas da Áustria	3
18-06-1949	5.º turno da Áustria	998
25-06 a 06-09-1949	2.º turno da França	46
17-10-1949	2.º turno da Alemanha	72
02-05-1950	6.º turno da Áustria	1163
02-05-1950	Crianças húngaras	9
12-03-1951	Convidadas da Áustria	9
23-06-1951	Convidadas da Alemanha	1
04-08-1951	Convidadas da Alemanha	2
18-08-1951	Convidadas da Áustria	57
Totais		4.516
Áustria (Húngaros)	3.839 9	
França	503	
Alemanha (Alemães)	165	

Fonte: UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA (1958) — *Crianças Estrangeiras que vieram a Portugal através da Caritas Portuguesa. 1958-08-31, Lisboa.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

[681] Relativamente a esses dados, supomos que só o *Secours Catholique* pudesse oferecer informações esclarecedoras. Contudo, a congénere francesa da Caritas não se prestou a fornecer quaisquer informações sobre o assunto, alegando nada saber acerca do mesmo.

A tabela permite concluir que, até Maio de 1950, foram transportados para Portugal 6 grandes turnos de crianças provenientes da Áustria, 2 da França e 2 da Alemanha. Até então, 4.435 crianças tinham beneficiado de uma primeira estadia de recuperação em Portugal, sendo 3.779 provenientes da Áustria, 503 provenientes da França e 162 provenientes da Alemanha. Do total das crianças contabilizadas como austríacas, 9 eram, seguramente, húngaras, não havendo outras referências na documentação oficial da Caritas Portuguesa que indiquem que mais crianças de outras nacionalidades possam ter sido incluídas no total referido. Relativamente aos transportes provenientes da Alemanha e da França, nenhuma referência a crianças de outras nacionalidades é feita na documentação oficial consultada. As entrevistas realizadas levantam, contudo, dúvidas acerca da exactidão da definição do transporte de crianças francesas como «primeiro», uma vez que as três entrevistadas que dão conta do acolhimento, por parte das respectivas famílias, de crianças provenientes de França referem datas anteriores a 1948, na maioria dos casos socorrendo-se de documentação que comprova as suas afirmações, nomeadamente agradecimentos da parte do *Secours Catholique*, Caritas Francesa[682].

Desde Fevereiro de 1949, foram-se também realizando transportes de crianças convidadas pelas famílias portuguesas a regressar ao país de acolhimento. Nesse ano são 3 as crianças provenientes da Áustria, a que se seguem 9, em Março de 1951; 1 convidada alemã, seguida de 2 outras, respectivamente, em Março e Agosto do mesmo ano, e 57 convidadas da Áustria, no mesmo mês. Comparando as listas de transportes disponíveis é também possível verificar que, ainda que nem sempre assinaladas como *Gastkinder*, há crianças convidadas nos transportes ditos «normais».

Relativamente às crianças austríacas, e de acordo com os dados oficiais da Caritas Portuguesa analisados no âmbito desta investigação, terá havido dois transportes por meio aéreo e três por meio marítimo, tendo sido os restantes, em número que tentaremos definir com a maior fidelidade possível, realizados por meio terrestre.

Mayr não consegue, na sua dissertação, estabelecer um número definitivo de transportes com destino a Portugal, concluindo, porém, que haveria pelo menos um por ano[683]. Neste ponto tentaremos aproximar-nos o mais possível dos pormenores que permitam delinear com a maior fidelidade a forma como decorreram estes transportes e os números que envolveram. Infelizmente, a existir, não nos foi dada a analisar documentação que inclua informações precisas sobre os transportes que se seguem a Agosto de 1951, exceptuando uma lista de crianças relativa a um transporte realizado em 1953[684].

---

[682] Maria Júlia Lopes Barata Ferreira Bicho Pacheco Delgado e filhos Nuno, Margarida e Luís (11 Jun. 2017), entrevista gravada; Maria João Amaral (16 Ago. 2017), entrevista anotada; Maria Lucinda do Espírito Santo Rodrigues Sarmento Melo e sua sobrinha Constança (30 Set. 2017), entrevista gravada.
[683] MAYR, 2013: 43.
[684] *Crianças Austríacas que se encontram em Portugal. 1953-11-10, Lisboa.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

Tivemos também acesso a correspondência trocada entre famílias de acolhimento e a Caritas Portuguesa que comprova a existência do acolhimento de crianças nunca antes trazidas a Portugal em 1958, em simultâneo com o de crianças convidadas[685].

Conjugando os números da Caritas, apresentados na Tabela 3, com os dados analisados por Maisel-Schulz, organizados na Tabela 1, informações recolhidas nas listas de transportes do Arquivo da Caritas Portuguesa e nas fontes hemerográficas, elaborámos a Tabela 4, que pretende ordenar os dados disponíveis acerca dos transportes de crianças estrangeiras com destino a Portugal, nomeadamente no que diz respeito à forma como foram realizados e ao número de crianças envolvidas.

Infelizmente, os dados disponíveis não nos permitem preencher na totalidade a tabela. Podemos, todavia, supor que os transportes de crianças convidadas, à excepção, talvez, das alemãs, em outros momentos transportadas de avião, foram realizados de comboio. Existe, contudo, pelo menos um caso de uma criança austríaca que terá sido convidada e viajado de avião, a expensas da família de acolhimento[686].

A referência a tais transportes como sendo de crianças convidadas, não é, contudo, confirmada pelos dados oficiais da Caritas, ainda que a correspondência trocada entre as duas delegações nacionais envolvidas o sugira, bem como os dados existentes referentes ao transporte de regresso de Outubro de 1953.

A análise dos dados permite-nos também perceber que o número «superior a 5.000 crianças», não raramente avançado acerca desta Acção, poderá referir-se, na verdade, à totalidade das crianças estrangeiras acolhidas em Portugal, contabilizando todas as suas viagens, e não às austríacas, vindas pela primeira vez, possivelmente tomadas pelo todo[687]. Tal número pode também referir-se aos dados da Caritas Austríaca, analisados na Tabela 3, que incluem uma diferença de aproximadamente 1000 crianças a mais, relativamente ao 5.º turno da Áustria.

O turno de 1958, que nos permitimos denominar de sétimo, uma vez que seria o sétimo destinado a crianças que nunca tinham estado em Portugal, ainda que convidadas o integrassem, seria o último a ser realizado, baseando-se os dados que apresentamos nas informações recolhidas nas fontes hemerográficas, que exporemos no capítulo seguinte.

---

[685] *Relatório de Bernardo Nogueira à Caritas Diocesana do Porto. 1958-07-28, Ancede.* Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[686] UNGAR, Leopold (1952) — [Carta] 1952 Jan. 01, Viena [a] Fernanda Jardim. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[687] CAETANO, 2005: 9-18.

Tabela 4. Transportes de crianças estrangeiras promovidos pela Caritas Portuguesa

Transporte	Data	Meio	N.º de crianças	Regresso	Meio
1.º turno da Áustria	31-01-1947	Avião	46	21-12-1947	Avião
2.º turno da Áustria	23-12-1947	Avião	75	?-08-1948	Comboio
3.º turno da Áustria	16-04-1948	Navio	498	08-10-1948	Comboio
1.º turno da França	18-05-1948	Comboio	457	"	"
1.º turno da Alemanha	27-09-1948	Comboio	90	"	"
4.º turno da Áustria	10 e 21-10-1948	Comboio	990	09-06-1949	Navio
Convidadas da Áustria	06-02-1949	Comboio?	3	?	Comboio?
5.º turno da Áustria	18-06-1949	Navio	998	21-04-1950	Navio
2.º turno da França	25-06 a 06-09-1949	Comboio	46	06-09-1950	Comboio
2.º turno da Alemanha	17-10-1949	Avião	72	??-12-1950	Avião
6.º turno da Áustria	02-05-1950	Navio	1.163	07-03-1951	Comboio
Crianças húngaras	"	"	9	"	"
Convidadas da Áustria	12-03-1951	Comboio	9	?	Comboio?
Convidadas da Alemanha	23-06-1951	?	1	?	?
Convidadas da Alemanha	04-08-1951	?	2	?	?
Convidadas da Áustria	18-08-1951	Comboio?	57	?	Comboio?
Convidadas da França?	??-??-1951	?	?	?	?
Convidadas da Áustria	23-05 e 13-06-1952	Comboio?	234	??-10-1952	Comboio?
Convidadas da Alemanha?	??-06-1952	?	?	??-10-1952	?
Convidadas da Áustria	18-07-1953	Comboio?	159	22-10-1953	Comboio
Convidadas da França	11-08-1953	Comboio	13	?	?
Convidadas da Áustria?	??-??-1954	Comboio?	92	?	Comboio?
Convidadas da Áustria?	??-??-1955	Comboio?	40	?	Comboio?
Convidadas da Áustria?	??-??-1956	Comboio?	45	?	Comboio?
«Crianças» húngaras	14-12-1956	Avião	61?	?	?
7.º turno da Áustria?	1958	Comboio	231	?	?
Total apurado de crianças estrangeiras acolhidas em Portugal			5.391		
Total de crianças austríacas em transporte «normal»			4.001		
Total de crianças austríacas em transporte Gastkinder			639		
Total de crianças austríacas acolhidas em Portugal			4.640		

Fonte: UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA (1958) — *Crianças Estrangeiras que vieram a Portugal através da Caritas Portuguesa. 1958-08-31, Lisboa.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria; *Crianças Austríacas que se encontram em Portugal. 1953-11-10, Lisboa*. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria; MAISEL-SCHULZ, 2010: 63.

Antes ainda, ordenando as informações constantes da lista de moradas de famílias de acolhimento de Dante Bernardin[688], gentilmente cedida pelo secretário da Embaixada da Áustria em Lisboa, contruímos a Tabela 5, no sentido de clarificar, com a maior exactidão possível, de que forma foram as crianças distribuídas pelas diferentes dioceses portuguesas. Do total de 4.001 crianças que pudemos apurar terem sido acolhidas em Portugal — algumas mais que uma vez —, 3.256 constam da lista, portanto, bastante completa, do ex-presidente da Associação dos Austríacos em Portugal.

A análise da Tabela 5 permite-nos comprovar a clara predominância de crianças do sexo feminino, mais do dobro, e a supremacia da diocese de Évora, seguida do Patriarcado, e, já com uma larga diferença, das dioceses de Braga e Porto. De notar que Évora é a diocese com maior extensão territorial, que o Patriarcado incluía, além de Lisboa, as actuais dioceses de Santarém e Setúbal, e que as dioceses do Norte começaram a receber crianças estrangeiras mais tarde do que as do Sul, como veremos de seguida. Os dados referentes às 745 crianças em falta, poderão ou não confirmar as tendências.

Tabela 5. Distribuição por diocese das crianças acolhidas por intermédio da Caritas Portuguesa

Diocese	Meninas	Meninos	Total
Braga	277	150	427
Vila Real	39	34	73
Bragança e Miranda	93	59	152
Guarda	70	52	122
Lamego	38	34	72
Porto	216	101	317
Aveiro	53	16	69
Viseu	147	57	204
Coimbra	88	47	135
Leiria	49	30	79
Portalegre	138	89	227
Patriarcado	411	193	604
Évora	524	176	700
Beja	22	7	29
Algarve	37	9	46
Total apurado	2202	1054	3.256

Fonte: BERNARDIN, Dante — *Liste lang*, Embaixada da Áustria em Portugal; UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA (1958) — *Crianças Estrangeiras que vieram a Portugal através da Caritas Portuguesa. 1958-08-31, Lisboa.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria; MAISEL-SCHULZ, 2010: 63.

[688] Tendo presidido, nos anos 80, à Federação Mundial dos Austríacos no Estrangeiro, Dante Bernardin, já falecido, foi presidente da Associação dos Austríacos em Portugal, tendo, com a sua mulher, Gertrude Bernardin, levado a cabo a missão de ajudar ex-crianças austríacas a procurar as suas famílias de acolhimento em Portugal, anos após a Acção Crianças Caritas.

4.2.1.1. Os transportes com destino a Portugal segundo a imprensa nacional

As fontes hemerográficas e algumas listas de crianças inscritas para as diferentes viagens servirão o propósito de delinear com maior definição as informações previamente apresentadas. Uma análise crítica da forma como a imprensa lidou com os diferentes transportes será deixada para um momento posterior.

4.2.1.1.1. O primeiro transporte de crianças da Áustria

Relativamente ao primeiro transporte de crianças estrangeiras para Portugal, na sua secção «Pelo País», o «Correio de Coimbra» noticiava, a 1 de Janeiro de 1947, que um avião português fretado pela União de Caridade Portuguesa «foi a Zurique buscar um grupo de 50 crianças de diversas nacionalidades, órfãos de pais mortos na última guerra»[689]. Menos de um mês depois, «O Comércio do Porto» difundia as mesmas informações, acrescentando que o bimotor, da Companhia de Transportes Aéreos, comandado por Henrique Dantas Maia, partiria rumo a Zurique apenas no dia 29 daquele mês e no regresso faria escala em Barcelona, devendo chegar a Lisboa no dia seguinte[690]. A 1 de Fevereiro, o «Diário de Lisboa» noticiava que foram 46 as crianças austríacas — e não 50 de várias nacionalidades como havia sido comunicado — que, a bordo de um bimotor «Douglas-Dakota», chegaram, no dia anterior, a Lisboa para passar algum tempo «numa das colónias da FNAT». Acompanhadas por duas enfermeiras austríacas e duas senhoras pertencentes à Caritas, «que durante toda a viagem lhes prodigalizaram todos os carinhos», as crianças, de ambos os sexos, terão sido recebidas no aeroporto por várias personalidades públicas, entre as quais dirigentes da FNAT — que lhes terão oferecido «pequenos lanches» —, representantes da Companhia de Transportes Aéreos e do Aeroporto, D. Fernanda Ivens Ferraz Jardim, o sacerdote suíço Ervino Helmle e D. Maria Luiza Albuquerque, da Caritas, e o monsenhor Vitor Wurzer, capelão da colónia austríaca em Lisboa. Segundo este artigo, as crianças, entre 5 e 10 anos, seriam todas «filhas de trabalhadores austríacos que perderam todos os seus bens devido aos bombardeamentos de Viena», tendo seguido, «bem agasalhadinhas», de autocarro, para o Cais do Sodré, de onde embarcariam para a Costa da Caparica[691].

No dia seguinte, «O Comércio do Porto» insistia na definição «órfãs de guerra», mas acrescentava que as crianças passariam apenas 2 meses nas instalações da FNAT, findos os quais seriam «entregues ao cuidado de famílias que para tal fim se ofereceram». Referia também que a Sr.ª Maxime Valtier estaria no aeroporto juntamente com a directora da Caritas, em sua representação[692].

As crianças haviam chegado à Suíça de comboio, de onde viajaram, então, a expensas da Caritas Portuguesa, até Lisboa[693].

---

[689] *Órfãos de guerra*. «Correio de Coimbra» (01 Jan. 1947), p. 4.
[690] *Cincoenta órfãos de guerra vêm passar uma temporada a Portugal*. «O Comércio do Porto» (26 Jan. 1947), p. 6.
[691] *Chegaram ontem 46 crianças austríacas para férias em Portugal*. «Diário de Lisboa» (01 Fev. 1947), p. 6.
[692] *Chegaram ontem a Lisboa, cinquenta crianças austríacas órfãs de guerra*. «O Comércio do Porto» (02 Fev. 1947), p. 5.
[693] MAYR, 2013: 74.

Fig. 20. Primeiro turno de crianças austríacas à chegada ao aeroporto de Lisboa
Fonte: «Tempo Livre», n.º 6 (Out. 2013), p. 10

A 21 de Dezembro, o «Diário de Lisboa» daria conta da partida das mesmas crianças, num «quadrimotor "Skymaster" dos TAP, […] para a Suíça, donde seguirão para o seu país», sempre acompanhadas pelo Rev. António de Azevedo Pires[694] e pelas duas enfermeiras vienenses que com elas haviam viajado para Portugal. Referidas como tendo entre 6 e 11 anos de idade, depois de serem agraciadas com um pequeno-almoço no bar-restaurante do aeroporto, as crianças terão recebido as despedidas de uma série de personalidades nacionais, entre as quais a mulher do Presidente da República, D. Maria do Carmo Carmona, «que lhes ofereceu agasalhos e guloseimas»; pela comissão da Caritas e presidente da Obra de Protecção à Rapariga, a condessa de Fontalva e a marquesa do Cadaval; representantes da FNAT, do aeroporto, do secretariado da Aeronáutica e dos TAP, «que lhes ofereceram livros e bandeirinhas»; Sousa Lara e João Pereira Duarte e respectivas mulheres, e famílias em cujos lares estiveram, «entre as quais duas famílias modestas de Lamarosa, primeira freguesia que se ofereceu para alojar» as crianças.

[694] Cónego, seria autor de várias publicações, entre as quais *Um homem que é Deus: a pessoa de Jesus* e *Para um verdadeiro humanismo*, ambos publicados em 1954, ou *Um homem que é Deus: o testemunho da humanidade a respeito de Jesus Cristo*, publicado em 1955.

Fig. 21. Primeiro turno de crianças austríacas à partida de Lisboa
Fonte: «Sábado» (18 Jun. 2017)

É ainda referido que o mesmo avião traria, no regresso a Lisboa, o segundo grupo, de 70 crianças, que iriam em dois grupos para Bragança e Tomar, e que à directora da Caritas fora deixada, da parte das crianças, uma carta em que «agradecem ao Sr. Presidente do Conselho o carinhoso acolhimento que tiveram em Portugal»[695].

Entretanto, vinham já sendo publicitados os transportes de crianças italianas, austríacas, alemãs e húngaras previamente mencionados, bem como a vontade de as acolher por parte das famílias portuguesas. Os números relativos a esse interesse crescem de forma exponencial em apenas 3 meses: a 7 de Novembro, «A Guarda» refere que sobram lugares para as 400 crianças que a Caritas foi autorizada a transportar para Portugal, entre os 500 pedidos de colocação efectuados[696]; a 19 de Dezembro, o «Correio de Coimbra» comunica a partida do primeiro turno de crianças e a chegada de 75 outras, comentando que «mais viriam se houvesse facilidades de saída e de passaporte», pois 2.400 famílias portuguesas teriam já enviado à Direcção

[695] *Seguiram hoje de avião as 46 crianças austríacas que passaram algumas semanas em Portugal*. «Diário de Lisboa» (21 Dez. 1947), p. 1.
[696] *Portugal vai receber 400 crianças estrangeiras*. «A Guarda» (07 Nov. 1947), p. 3.

da Caritas pedidos para as receber[697]; a 11 de Janeiro, já após a chegada do 2.º turno, «O Comércio do Porto» informa «as 3.200 famílias que, em Portugal se inscreveram na Caritas, para acolherem crianças vítimas da guerra, que os esperados turnos devem chegar dentro em pouco»[698]; a 20 do mesmo mês, o «Mensageiro de Bragança» confirma o número, fazendo ainda saber que «perante os numerosos pedidos para receber crianças francesas a Caritas está já a trabalhar a vinda dessas crianças esperando para muito breve a sua chegada»[699].

4.2.1.1.2. O segundo transporte de crianças da Áustria

O 2.º turno de crianças provenientes da Áustria terá chegado, segundo dados da Caritas Portuguesa, a 23 de Dezembro de 1947, sendo composto por 75 crianças. Transportados pelo mesmo avião que havia levado para a Suíça o 1.º turno, os pequenos, entre os 4 e os 12 anos de idade, de ambos os sexos, terão sido recebidos em «casas de particulares», na diocese de Bragança e «nos arredores de Lisboa», mais especificamente em Tomar, por um período de 8 meses[700]. Tal viagem seria recordada por uma das entrevistadas de Susanne Mayr, referindo que não haveria no avião espaço suficiente para todas as crianças, sendo que algumas viajaram, por isso, numa «cama de emergência à frente do cockpit»[701].

Os voos, muito mais confortáveis para crianças e seus acompanhantes, especialmente pelo tempo de viagem, muito mais reduzido, seriam abandonados devido aos custos, comparativamente avultados[702], só vindo a ser retomados anos mais tarde, com o transporte de crianças alemãs, numa só ocasião, e aquando da crise húngara e consequente transporte de crianças daquela origem, refugiadas na Áustria.

O regresso deste turno, tendo em conta o testemunho de Ursula Schulla, incluído no livro *Um Laço de Amizade entre Portugal e a Áustria*, terá sido já efectuado de comboio, tendo-se a concentração em Fátima, na noite anterior à partida[703].

4.2.1.1.3. O terceiro transporte de crianças da Áustria e os primeiros turnos da França e da Alemanha

A 16 de Abril de 1948, ainda durante a permanência do turno anterior em Portugal, chegaria a Lisboa o 3.º turno vindo da Áustria, com 498 crianças. O acontecimento parece ter passado despercebido aos diários generalistas analisados, não sendo referido nem pelo «Diário de Lisboa» nem pelo «O Comércio do Porto». Já o diário «O Século» publicava, no seu suplemento semanal, uma pequena anotação ilustrada da chegada das crianças naquele que seria o primeiro transporte realizado de comboio até Génova e de barco até Lisboa.

---

[697] *A caridade Portuguesa*. «Correio de Coimbra» (19 Dez. 1947), p. 3.
[698] *Crianças vítimas de guerra vão ser agasalhadas em Portugal por intermédio da «Caritas»*. «O Comércio do Porto» (11 Jan. 1948), p. 6.
[699] *União da Caridade Portuguesa*. «Mensageiro de Bragança» (20 Jan. 1948), p. 3.
[700] *Crianças Austríacas*. «Correio de Coimbra» (27 Dez. 1947), p. 4.
[701] MAYR, 2013: 74.
[702] MAYR, 2013: 75.
[703] CAETANO, 2005: 142-143.

Relativamente a este transporte, o «Correio de Coimbra» informava que «500 crianças austríacas» atracaram no porto de Lisboa, tendo viajado a bordo do navio «J.J. Lister»[704]. O «A Voz da Verdade», semanário lisboeta, noticiava que as mesmas «500 crianças» terão sido «confiadas a famílias cristãs do Patriarcado»[705], dando a entender que todas terão sido acolhidas por famílias pertencentes ao mesmo, o que talvez justifique a escassez de mais informações relativas àquele transporte por parte de outras publicações.

Fig. 22. Terceiro turno de crianças austríacas à chegada a Lisboa
Fonte: «O Século» (24 Abr. 1948), p. 18

A nível nacional, as atenções depressa se começariam a centrar no transporte de crianças francesas, realizado cerca de um mês mais tarde, no dia 18 de Maio, com um número de crianças aproximado do 3.º turno austríaco: 457. O «Diário de Lisboa» antecipava a chegada das «480 crianças francesas, muitas delas filhas de operários portugueses ali residentes nas mais precárias condições, depois da guerra», escrevendo, no dia anterior, sobre a sua viagem «em comboio especial» até Vilar Formoso, acompanhada por um sacerdote português, Dr. Bernardo Xavier Coutinho[706], enviado pela Caritas a França, pela mulher do presidente do município de Paris, Madame Pierre de Gaulle (e cunhada do general Charles de Gaulle) e «sua assistente do Socorro Católico». À sua chegada à fronteira, prevista para as 3h30 da madrugada seguinte, seguir-se-ia novo transporte de comboio até à Guarda, onde se efectuaria a divisão em dois grupos, seguindo um para o Norte e outro para Lisboa, «onde as carruagens especiais atreladas ao chamado "rápido de Madrid"» deveriam chegar às 16 horas[707].

[704] *Crianças Austríacas.* «Correio de Coimbra» (17 Abr. 1948), p. 4.
[705] *500 crianças chegaram a Lisboa.* «Voz da Verdade» (02 Mai. 1948), p. 2.
[706] Xavier Coutinho (1909-1987), padre católico e historiador, desenvolveu a sua actividade na cidade do Porto, tendo sido professor na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
[707] *480 crianças francesas algumas filhas de portugueses são esperadas em Portugal na próxima madrugada.* «Diário de Lisboa» (17 Mai. 1948), p. 2.

No dia seguinte, o mesmo diário dava conta de um atraso devido ao facto de não ter havido tempo de inscrever nas listas respectivas os nomes de algumas crianças, e de a chegada a Vilar Formoso se ter também atrasado em 2 horas. O jornal noticiava ainda as «grandes provas de carinho por parte da multidão», com que foram recebidas, bem como o pequeno-almoço que ali lhes foi servido, seguido de uma merenda, à passagem pela Guarda. O número de 480 continuava a ser referido, devendo 280 ser confiadas às dioceses da Guarda, Lamego, Porto, Braga, Vila Real e Bragança, e as restantes 200 à diocese de Lisboa, onde a filha de Pierre de Gaulle, Jeanne Chantal de Gaulle, as deveria também aguardar, tendo viajado naquela manhã, de Marrocos, para o efeito[708].

A notícia da sua chegada a Lisboa figura da publicação do dia seguinte, descrevendo com grande pormenor as «duzentas crianças, pequeninas francesas, de olhos azuis quase todas», que, depois de 3 dias de viagem, terão jantado e pernoitado no refeitório da Legião Portuguesa, «à Junqueira, em caminhas a par, dormindo o melhor que puderam ser arrumadas», onde também terão tomado o pequeno-almoço naquela manhã — café com leite e pão — e o almoço — puré de feijão com hortaliça, puré de batata e ovos mexidos com fiambre, pão, água e nêsperas —, antes de serem distribuídas em grupos de 10, 13 e 16 para seguir viagem rumo a Portalegre, Beja «e outras terras do Sul», nos comboios das 14h20, 19h25 e 21h40. Refere-se que, «melhor alimentadas do que as pequenas austríacas», estas crianças, muitas das quais filhas de operários portugueses, «dão a entender que a situação difícil de seus pais não provém dos efeitos da guerra, que se desenrolou longe dos seus lares, mas da falta de trabalho bem remunerado e de condições de regular aquisição de géneros», tendo feito uma enorme festa ao pão branco e sofrido as consequências das grandes quantidades de laranjas comidas à passagem por Espanha. O artigo, anormalmente longo, assinala ainda que muitas das crianças seriam vacinadas contra o tifo e a varíola e que algumas, cerca de 50, estariam ainda sem destino definido — pois vieram sem as fichas correspondentes à sua identidade —, não tendo podido ainda seguir o destino das restantes, escolhidas por famílias que as haviam visitado naquela manhã, e dos pequenos austríacos, «seus irmãos de infortúnio», já habilitados a escrever e a receber notícias das famílias, para as quais enviavam também por vezes «pequenos presentes de açúcar, de conservas e de arroz», que, «invariavelmente, como se fosse lei do coração, os pais agradecem», escrevendo aos filhos que tudo guardarão até ao seu regresso, para que não sintam «logo as faltas que [n]os consomem»[709].

Também no Porto e restantes cidades de acolhimento, se noticia a chegada das crianças vindas de Paris de forma entusiástica. «O Comércio do Porto» chama o assunto à primeira página, num artigo ilustrado acerca das «crianças francesas que vêm passar alguns meses ao Norte do País».

---

[708] *Crianças francesas a caminho de Lisboa*. «Diário de Lisboa» (18 Mai. 1948), p. 2.
[709] *As crianças francesas estão encantadas com o pão branco.* «Diário de Lisboa» (19 Mai. 1948), p. 6.

Fig. 23. Chegada ao Porto do 1.º turno de crianças francesas
Fonte: «O Comércio do Porto» (19 Mai. 1948), p. 1

O artigo refere que o grupo de 200 crianças, que partira da Guarda, tomara na Pampilhosa o comboio que, com duas carruagens reservadas agregadas, as fizera chegar a S. Bento às 20 horas do mesmo dia em que entraram em Portugal. À espera durante várias horas haviam estado várias pessoas, principalmente de «algumas famílias abastadas» que se inscreveram para as receber, «senhoras pertencentes aos organismos da Acção Católica, o Rev. cónego Dr. Gaspar de Freitas e o Rev. Alexandrino Brochado, fâmulo do prelado da diocese», em sua representação. A acompanhá-las desde Paris, além do já referido padre Dr. Xavier Coutinho, estariam também «algumas senhoras da Caritas Portuguesa», a que se juntariam, na fronteira e até ao Porto, «os Revs. Ângelo Minhava, António Maria Cardoso e Francisco Reis Ramos; a médica Dr.ª D. Branca Chiote; a professora Sr.ª D.ª Maria Luísa Vaz das Neves e a Sr.ª D.ª Ernestina Temudo da Caritas». Apresentando evidentes sinais de fadiga, além dos rostos e mãos sujos do carvão da locomotiva e dos olhos avermelhados por terem «apanhado a sua faulhazita», as crianças, descritas como alegres e de uma boa-disposição contagiante, terão sido entregues às famílias de acolhimento da diocese do Porto (80) na estação de S. Bento, sendo que 20 tinham já seguido da estação de Campanhã para Braga, e as restantes sido distribuídas pelas dioceses de Vila Real e Bragança, acompanhadas, todas elas, por sacerdotes[710]. Na edição do dia seguinte do mesmo jornal, uma fotografia da directora da Caritas, D. Fernanda Jardim, com Madame de Gaulle, durante a entrega das crianças às famílias, supõe-se, em Lisboa, era apresentada juntamente com a legenda da imagem e o título «As crianças francesas que vieram para Portugal»[711].

[710] *Chegaram ontem ao Porto as crianças francesas que vêm passar alguns meses no Norte do País.* «O Comércio do Porto» (19 Mai. 1948), p. 1.
[711] *As crianças francesas que vieram para Portugal.* «O Comércio do Porto» (20 Mai. 1948), p. 7.

Tal destaque na imprensa da cidade invicta será certamente consequência de se tratar do primeiro transporte de crianças estrangeiras com distribuição naquela cidade. Quanto ao maior relevo dedicado às crianças francesas, quando comparado com o dado às crianças austríacas, na imprensa da capital, talvez o facto de aquelas serem provenientes de um país mais próximo e maioritariamente filhas de emigrantes portugueses tenha alguma influência na predisposição por parte da classe jornalística em dar maior ou menor destaque à Acção, sendo também de notar a quase ausência de referências a transportes de crianças de outras nacionalidades, independentemente do organismo responsável pela sua organização.

Também os jornais «Correio de Coimbra»[712], «Notícias de Beja» e «Mensageiro de Bragança» noticiam a chegada das referidas crianças, ainda que em Coimbra nenhuma tenha sido recebida, e que a publicação diocesana de Beja não refira o acolhimento na diocese, mencionando apenas a recepção daquelas por parte do cónego D. João de Castro[713], em Vilar Formoso, e a sua partida para o Norte, a partir da Guarda[714]. Já o órgão diocesano de Bragança destaca as 69 crianças que foram recebidas por «famílias católicas e abastadas como já tinham sido as 58 crianças austríacas que chegaram no Natal», tendo ficado 4 em Bragança, 8 em Macedo, 2 em Castelãos, 9 em Torre de Dona Chama, 3 em Abreiro, 21 em Mogadouro, 2 em Freixo de Espada à Cinta, 5 em Alfândega da Fé, 2 em Carrazeda de Ansiães e 5 em Alvites[715].

A chegada do 1.º turno vindo da Alemanha, composto, segundo os dados da Caritas Portuguesa, por 90 crianças, a 27 de Setembro de 1948, ao contrário do que acontecera com as crianças francesas, revestiu-se de grande discrição. De todas as fontes hemerográficas analisadas, apenas o «Notícias de Beja» refere brevemente, alguns dias mais tarde, as «mais 100 crianças alemãs», entregues na fronteira com Espanha «à protecção da Sr.ª D. Fernanda Jardim», que as terá acompanhado, em carruagens especiais, até Lisboa[716].

A restituição das crianças austríacas e francesas aos seus países de origem remeteria a chegada do novo turno para um claro segundo plano. As da diocese de Bragança partiriam no dia 6 de Outubro, com o Padre José dos Santos Marcos, em representação do Bispo de Bragança[717], e as senhoras Branca Chiote e Maria Emília Faria, até Hendaye, e, até Fátima, Cândida Correia. Da cidade de Bragança eram 34 austríacas, que ali se encontravam desde 24 de Dezembro de 1947, e 4 francesas, que chegaram em Maio, perfazendo um total de 85, juntamente com as que foram distribuídas pelos diversos pontos do distrito. Acompanhadas de «grandes malas recheadas de roupa e alimentos, de tal maneira que, de um modo geral, ficarão vestidas para dois anos e poderão oferecer às famílias, que as esperam ansiosamente,

---

712 *Crianças Estrangeiras*. «Correio de Coimbra» (22 Mai. 1948), p. 4.
713 Presbítero no Patriarcado de Lisboa, desempenhou «cargos de relevo na administração eclesial lisboeta», tendo gozado de proximidade pessoal ao cardeal D. Manuel Cerejeira e sido director do jornal diocesano «Voz da Verdade». Cf. PINTO, 2011: 225-227.
714 *Crianças estrangeiras*. «Notícias de Beja» (22 Mai. 1948), p. 1.
715 *Chegaram à nossa diocese 69 crianças francesas vítimas da guerra*. «Mensageiro de Bragança» (01 Jun. 1948), p. 1.
716 *A Acção da Caritas Portuguesa*. «Notícias de Beja» (02 Out. 1948), p. 4.
717 *As Crianças da Cáritas vão deixar Portugal*. «Mensageiro de Bragança» (01 Out. 1948), p. 1.

alguns dos manjares que só em Portugal tiveram», aquelas crianças juntar-se-iam em Fátima, no dia 7 de Outubro, às do resto do país, de onde partiriam no dia 8 para a fronteira de Vilar Formoso[718], onde se celebraria, segundo a mesma publicação, uma Missa para todas as crianças no dia 10, presidida pelo sacerdote bragançano que acompanhara as crianças da sua diocese[719]. Totalizando 1.030, o grupo de crianças francesas e austríacas deveria, segundo a mesma fonte, encontrar-se em Hendaye com uma «grande leva doutras que vêm passar algum tempo em Portugal»[720].

Pelo mesmo processo passariam as crianças acolhidas na Guarda, que no mesmo dia 6 de Outubro partiram de comboio para a Cova da Iria, após reunião no Largo da Misericórdia, contando com um representante do prelado, o Presidente da Câmara, o Governador Civil e outras individualidades da cidade, acompanhadas pela representante da Caritas da diocese, Maria de Lurdes Dinis da Fonseca. As crianças acolhidas em Manteigas e na Covilhã terão seguido, pela mesma altura, mas de camioneta[721].

Também as crianças acolhidas na diocese do Porto se reuniram dois dias antes, para partirem juntas do Paço da Torre da Marca, residência do prelado diocesano, onde lhes foram oferecidas «encantadoras lembranças», ao mesmo tempo que mostravam «de forma eloquente, os benefícios recebidos, tanto sob o aspecto físico como moral». A reportagem, publicada na primeira página do jornal «O Comércio do Porto», inclui dois registos fotográficos do momento da despedida, os quais, pelo significado de que se revestem, reproduzimos.

A concentração em Fátima, com o objectivo de levar as crianças a «implorar à Virgem do Rosário a paz para o mundo e as bênçãos do Céu para Portugal, que tão carinhosamente as acolheu»[722], antes do regresso aos seus países, é a mesma que Júlia Bicho recorda como:

> […] *uma coisa horrível. Isso nunca esqueci… Sabe o que são miúdos, muitos, muitos miúdos, todos a chorarem e a gritarem ao mesmo tempo, a dizer que não se querem ir embora? E a nossa escondida debaixo do carro… Isso foi, isso é que nunca esqueci.* […] *E ela agarrada a nós a chorar, a chorar…* […] *É horrível, é horrível, os miúdos todos agarrados a nós a chorar a pedir para os não mandarem embora, é horrível.* […] *Depois chegava a altura de irem-se embora, entregavam-se aonde eles mandavam. Agora, concentração só houve a primeira vez, em Fátima, mas foi tão doloroso, tão doloroso que nunca mais resolveram juntá-los. Um horror…*[723]

---

[718] *Cheias de alegria partiram para os seus países as crianças vítimas da guerra.* «Mensageiro de Bragança» (10 Out. 1948), p. 1.
[719] *Mais 500 crianças austríacas vítimas da guerra estão recebendo os carinhos da gente portuguesa.* «Mensageiro de Bragança» (20 Out. 1948), p. 1.
[720] *Cheias de alegria partiram para os seus países as crianças vítimas da guerra*. «Mensageiro de Bragança» (10 Out. 1948), p. 1.
[721] *As crianças austríacas*. «A Guarda» (07 Out. 1948), p. 2.
[722] *As crianças vítimas da guerra que estiveram em Portugal regressam aos seus países*. «O Comércio do Porto» (07 Out. 1948), p. 1.
[723] Maria Júlia Lopes Barata Ferreira Bicho Pacheco Delgado e filhos Nuno, Margarida e Luís (11 Jun. 2017), entrevista gravada.

Fig. 24. Partida do 1.º turno de crianças francesas da diocese do Porto
Fonte: «O Comércio do Porto» (07 Out. 1948), p. 1

Mais uma vez, a ideia de que as crianças que partiram juntamente com as francesas eram austríacas e não polacas parece ganhar força, de acordo com as memórias dos entrevistados, já que não possuímos outras fontes que possam fundamentar essa informação.

Ao contrário do pormenor das desavenças entre diferentes grupos de crianças, que apenas ficou na memória dos poucos que tiveram oportunidade de as acompanhar às carruagens que as levaram de volta ao seu país, as marcas deixadas pelas crianças francesas naqueles que as acolheram conservaram-se inclusivamente entre elementos de uma diocese que não aparece em momento nenhum referenciada como destino daquelas crianças. Numa série de «evocações», ao longo das semanas que se seguiram à partida dos pequenos, um prelado da diocese de Aveiro discorria, em relatos emocionados, sobre a passagem de dois meninos entregues aos seus cuidados.

> *Pascal Pisseraud e Michel Maléouvre foram as duas crianças que me couberam em sorte. Através dos escombros sociais e das catástrofes donde eles surgiram, não era difícil de descobrir neles um nível de vida de mais elevação que o nosso, educação, politesse, cuidados de maneiras, de apresentação, de higiene, gostos mais finos, reacções mais vivas contra o baixo, contra o plebeu, que parecem estar longe, mesmo muito longe, das preocupações de uma grande parte dos filhos dos nossos operários ou dos filhos das nossas ruas. Que talvez por isso mesmo o garoto português, o autêntico, o genuíno garoto das nossas terras, leve uma curta vantagem, em questões de explosão, de graça, de atrevimento infantil, nos modelos mais polidos do garoto estrangeiro. E no que leva com certeza vantagem, vistas pelo menos as coisas de alto, é numa certa cultura cristã da alma. Ele tem muito do ambiente religioso em que nasceu: o nosso gaiato é, em geral, piedoso. Os dois francesinhos pareceram-me ao princípio dois vasos gentis, mas um tanto ou quanto desertos daquela seiva religiosa, evangélica, que correu noutros tempos com tanta abundância nas veias*

> *da filha primogénita da Igreja Católica, mas que agora, com aquele vezo de endeusar quem calha, o primeiro aventureiro do talento que passa, se tornou mais pobre, alarmantemente mais pobre.* […] *Assim a instrução religiosa que os pequenos tiveram como preparação mais próxima para a sua primeira comunhão revelou tesouros em gérmen no seu coração*[724].

O sacerdote, cujo nome desconhecemos, mas que escreve de forma continuada no semanário diocesano de Aveiro, refere ainda a Primeira Comunhão, realizada pelas duas crianças em Portugal, enquanto momento especialmente significativo, e, numa edição posterior, menciona as duas crianças recebidas pelo próprio Bispo daquela diocese[725]. Na mesma edição é referido que as crianças recebidas na diocese de Aveiro através da Caritas partiram já para o seu país, mas que outras, alemãs, estão a chegar, incitando as famílias interessadas em recebê-las a comunicá-lo, directamente ou por intermédio dos Párocos, à Secretaria Episcopal da Diocese (Paço Episcopal)[726].

Da despedida em Hendaye, refere o «Mensageiro de Bragança» que teria sido necessário, em alguns casos, levar as crianças «violentamente ao colo para o comboio austríaco», enquanto outras diziam desejar perder-se para poderem voltar a Portugal.

> *E lá foram refeitas dos abalos e das agruras sofridas durante a guerra. O nome bendito de Portugal e os dias felizes que viveram neste jardim da Europa à beira-mar plantado jamais se extinguirão na sua lembrança, e as orações inocentes que pela felicidade da nossa Pátria dirigiram a Deus em Fátima, na hora da partida, jamais cessarão de subir ao Céu dos seus corações agradecidos*[727].

O destaque dado às crianças francesas e a relativa indiferença face a crianças de outras nacionalidades parecem confirmar a predisposição por parte da imprensa nacional e regional — e da própria Caritas, talvez — em dar mais atenção aos filhos dos «aliados».

4.2.1.1.4. O quarto transporte de crianças da Áustria

Segundo dados da Caritas Portuguesa, terão sido 990 as crianças austríacas que chegaram nos transportes de 10 e 21 de Outubro de 1948, constituindo, em conjunto, o 4.º turno vindo da Áustria[728].

A chegada e distribuição «por numerosas famílias» da primeira parte do grupo de «crianças austríacas», para «beneficiar com a nossa hospitalidade e o nosso clima», é noticiada

---

[724] *Evocações: Michel-Pascal.* «Correio do Vouga» (09 Out. 1948), p. 2.
[725] *Pelo Seminário.* «Correio do Vouga» (17 Out. 1948), p. 3.
[726] *Crianças Vítimas da Guerra*. «Correio do Vouga» (09 Out. 1948), p. 3.
[727] *Mais 500 crianças austríacas vítimas da guerra estão recebendo os carinhos da gente portuguesa.* «Mensageiro de Bragança» (20 Out. 1948), p. 1.
[728] UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA (1951) — *Crianças Estrangeiras que vieram a Portugal através da Caritas Portuguesa. 1951-08-31, Lisboa.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

em primeira mão pelo «Correio de Coimbra», a 16 de Outubro de 1948[729]. Como previamente referido, as diferentes publicações diocesanas dividem-se, contudo, quanto à origem das crianças que chegaram a Portugal nestas datas, sendo anunciada pelo «Correio do Vouga» a vinda de «400 alemãs e 500 polacas», em notícia acompanhada de um apelo à generosidade das famílias da diocese de Aveiro, no sentido de manifestarem ao seu Bispo, D. João Evangelista, o seu desejo de as receber[730]. Na mesma data, o «Notícias de Beja» refere a chegada, durante aquela semana, de «mais de 1.000 crianças austríacas e polacas», anunciando a ida de «algumas dezenas» para aquela diocese, e apelando também a que as famílias interessadas em tomá-las à sua guarda o comuniquem aos seus párocos ou directamente à Secretaria Episcopal, dado que algumas estariam já no país[731].

As referências às crianças polacas mantêm-se. Torna-se, todavia, clara a confusão entre crianças austríacas e alemãs, não restando dúvidas, pelos dados recolhidos junto da Caritas Portuguesa, no âmbito desta investigação[732], e da congénere austríaca, por Maisel-Schulz[733], de que se trata de crianças austríacas.

A segunda parte do turno seria anunciada pelo «Mensageiro de Bragança», que refere «a chegada a Portugal de 500 crianças austríacas vítimas indefesas da guerra […] muitas das quais perderam os pais e se encontram sem amparo», a quem, notam, «nada faltará» no sentido de recuperarem «as forças perdidas», «a fé em Deus e esperança no futuro». Desse grupo, 40 crianças terão sido recebidas por «famílias bragançanas que quiseram assim encher o vazio de saudade que lhes tinha deixado no coração a despedida das outras que há dias partiram e a quem queriam como filhos», tendo 18 ficado na cidade; 2 em Vinhais; 3 em Edrosa (concelho de Vinhais); 3 em Franco (Mirandela); 3 em Moncorvo; 5 em Freixo de Espada à Cinta; 1 em Quintela (Bragança); 1 em Frechas (Mirandela); 2 em Lagoa (Macedo de Cavaleiros); e 2 em Saldonha (Alfândega da Fé). A publicação menciona ainda que a Comissão Diocesana da Caritas não terá conseguido satisfazer todos os pedidos por parte das famílias interessadas em acolher crianças estrangeiras, esperando poder fazê-lo com a chegada de novos grupos de «austríacas, húngaras, polacas e checoslovacas»[734].

Relativamente a esta segunda parte do grupo, «O Comércio do Porto» menciona, na sua edição de 21 de Outubro, a iminente chegada a Lisboa de 500 crianças austríacas[735]. No dia seguinte, o «Diário de Lisboa» noticia que 496 crianças «de países da Europa Central» desembarcaram na capital para uma estadia de 6 a 8 meses em casas de diversas famílias que se dis-

---

[729] *Crianças Austríacas*. «Correio de Coimbra» (16 Out. 1948), p. 4.
[730] *Crianças Vítimas da Guerra*. «Correio do Vouga» (16 Out. 1948), p. 1.
[731] *Crianças Estrangeiras*. «Notícias de Beja» (16 Out. 1948), p. 1.
[732] UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA (1951) — *Crianças Estrangeiras que vieram a Portugal através da Caritas Portuguesa. 1951-08-31, Lisboa.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[733] MAISEL-SCHULZ, 2010: 63.
[734] *Mais 500 crianças austríacas vítimas da guerra estão recebendo os carinhos da gente portuguesa*. «Mensageiro de Bragança» (20 Out. 1948), p. 1.
[735] *Chegam amanhã a Lisboa mais quinhentas crianças austríacas.* «O Comércio do Porto» (21 Out. 1948), p. 6.

puseram a alojá-las. Refere-se ainda que até Irún, já no lado espanhol da fronteira com a França, as crianças «vieram acompanhadas por dirigentes da Caritas Austríaca, e dali até à fronteira portuguesa por entidades do Auxílio Social»[736], desmentindo o anteriormente adiantado pelo dezenário de Bragança, acerca de uma eventual troca de comboios na cidade fronteiriça francesa de Hendaye[737]. Assim se confirma, contudo, a realização do transporte exclusivamente por meio terrestre, sendo que o comboio que levou as crianças que se encontravam em Portugal até à fronteira francesa terá sido o mesmo que trouxe pelo menos uma parte da nova leva de austríacos.

É notado pelo mesmo artigo do diário lisboeta que o grupo terá sido levado até São Domingos de Benfica, sendo as crianças entregues ao Refúgio da Tutoria da Infância, dirigido à época pelo Dr. Artur de Oliveira Ramos, de onde terão começado, no mesmo dia, a ser distribuídas, ficando as não escolhidas instaladas naquela mesma instituição[738]. «O Comércio do Porto» acrescentaria, acerca deste grupo, tratar-se de «órfãos, na sua maioria meninas», dos quais 196 foram deixados, pelo comboio composto de 7 carruagens, no Norte do país, seguindo 300 até Lisboa, onde, após uma refeição, terão sido entregues aos benfeitores pela própria D. Fernanda Jardim. O diário portuense anuncia ainda terem dali saído, às primeiras horas da manhã, 40 com destino a Arraiolos e 6 com destino a Évora, ficando 30 em Lisboa[739].

Em pelo menos dois momentos diferentes, durante a estadia deste turno, as famílias portuguesas são incitadas a inscrever-se para receber novas crianças: num deles, pouco tempo depois da sua chegada, o apelo é feito à diocese de Coimbra[740]; no outro à diocese de Aveiro, referindo-se o Bispo da mesma, em carta datada de 8 de Outubro de 1948, ao acolhimento de crianças alemãs[741]. Como anteriormente referido, a notícia de tal transporte é corroborada, em diferentes momentos, quer pela mesma publicação — que destaca a chegada «em breve» de 500 crianças alemãs e polacas[742] — quer por outras suas congéneres, nomeadamente o «Mensageiro de Bragança» — «900 crianças polacas e alemãs»[743] — e o «Correio de Coimbra» — «500 crianças estrangeiras alemãs e polacas»[744] —, que anunciam, simultaneamente, a realização anual do peditório nacional para as crianças vítimas da guerra, por determinação do Episcopado Português, sempre realizado no tempo da Quaresma. Entretanto, a Secretaria Episcopal de Beja publicaria uma nota oficiosa acerca do procedimento de

---

[736] *Chegaram mais 496 crianças de países da Europa Central.* «Diário de Lisboa» (22 Out. 1948), p. 7.
[737] *Cheias de alegria partiram para os seus países as crianças vítimas da guerra.* «Mensageiro de Bragança» (10 Out. 1948), p. 1.
[738] *Chegaram mais 496 crianças de países da Europa Central.* «Diário de Lisboa» (22 Out. 1948), p. 7.
[739] *Chegaram ontem a Lisboa 496 crianças da Europa Central protegidas pela «Caritas».* «O Comércio do Porto» (23 Out. 1948), p. 5.
[740] *Crianças austríacas.* «Correio de Coimbra» (30 Out. 1948), p. 4.
[741] *Crianças Vítimas da Guerra.* «Correio do Vouga» (22 Jan. 1949), p. 1.
[742] *Peditório nacional para as crianças vítimas da guerra.* «Correio do Vouga» (19 Fev. 1949), p. 1.
[743] *Notícias diversas.* «Mensageiro de Bragança» (01 Fev. 1949), p. 5.
[744] *Crianças Estrangeiras.* «Correio de Coimbra» (19 Fev. 1949), p. 4.

inscrição para acolhimento de crianças estrangeiras, recomendando às famílias que se dirijam aos párocos e estes, em lugar de comunicarem àquele organismo, o façam directamente à directora da Caritas Portuguesa.

> *Os pedidos formulados à Secretaria Episcopal consideram-se sem efeito e devem ser renovados por intermédio dos RR. Párocos à Direcção da Caritas. Entretanto deve existir em cada concelho uma delegação da Caritas Portuguesa, não só para auxiliar os Rev.os Párocos mas para prestar à Comissão Central de Lisboa as informações necessárias. O nosso Ex.mo prelado confia essa delegação às Comissões da União de Caridade das Senhoras, representada cada uma pela sua Ex.ma Presidente*[745].

Além da organização de colónias de férias para crianças portuguesas[746] e da bênção papal concedida à Caritas Portuguesa e às crianças por ela apoiadas[747], a Caritas só volta a ser mencionada pela imprensa analisada, antes da preparação da partida do grupo, aquando das celebrações de 13 de Maio, em Fátima. Na ocasião, levada pela Caritas, uma representação de crianças austríacas de cinco dioceses receberia, simbolicamente, «um cofre de prata dourada, pedras, terra e relíquias da azinheira de Francisco e Jacinta», destinado ao Cardeal Innitzer, Arcebispo de Viena, que o depositaria no novo templo dedicado a Nossa Senhora de Fátima, a construir em Linz[748].

Fig. 25. Crianças austríacas a quem foram entregues, em Fátima, relíquias para igreja a construir em Linz
Fonte: «O Comércio do Porto» (14 Mai. 1949), p. 6

[745] *Secretaria Episcopal: Nota oficiosa sobre as Creanças Estrangeiras.* «Notícias de Beja» (30 Out. 1948), p. 1.
[746] *Caritas: colónias de férias para crianças da Lousã*. «A Voz do Pastor» (05 Mar. 1949), p. 3.
[747] *A Caritas Portuguesa é abençoada pelo Santo Padre*. «A Voz do Pastor» (25 Jun. 1949), p. 1.
[748] *A peregrinação a Fátima*. «O Comércio do Porto» (14 Mai. 1949), p. 1 e 6.

O «Correio de Coimbra» anunciaria, com duas semanas de antecedência, a partida das crianças acolhidas, vincando a ideia de que «nenhuma criança, seja por que motivo for, pode ficar em Portugal», devendo tomar parte na viagem de barco que, no regresso, traria novo turno de 1.000 crianças[749].

Mais uma vez, as famílias seriam incentivadas a tomar ao seu cuidado algumas delas[750], de uma forma notoriamente mais veemente, talvez resultado de uma redução do número de interessados em recebê-las.

> *Devem em breve partir de Portugal, de regresso aos seus lares, algumas das crianças estrangeiras que diversas famílias desta diocese generosamente receberam e carinhosamente trataram durante alguns meses. S.ª Ex.ª Rev.ª o Sr. Arcebispo Bispo Conde agradece carinhosamente a essas famílias tão belo exemplo de caridade cristã. Mas devem chegar em breve a Portugal, novos grupos de crianças oriundas dos pobres países que foram duramente flagelados pela última guerra. A Dir. Nacional da Caritas pede instantemente a esta Diocese que se disponha a albergar pelo menos 80 destas crianças. Libertar de ameaça de grandes doenças e porventura da morte uma só que seja destas crianças desesperadas é decerto a maneira mais prática de mostrarem gratidão para com Deus aqueles mais felizes da nossa terra a quem o mesmo Deus salvou de verem os seus filhos expostos às graves consequências dos homens da guerra. S.ª Ex.ª Rev.ª pede por isso instantemente a todas as famílias que o possam fazer que recebam em sua casa durante 6 ou 8 meses, pelo menos, uma dessas crianças estrangeiras e o comuniquem, quanto antes, ao Rev.mo Secretário geral deste Bispado Cónego Dr. Brito Cardoso até que possa ser definitivamente constituída uma Comissão especial destinada a ocupar-se desta nobre cruzada. Idêntico pedido é feito a todas as comunidades religiosas, Colégios e Institutos Católicos que, sem inconveniente de maior, possam praticar tão grande caridade. De modo muito particular, recomenda S.ª Ex.ª Rev.ª o Sr. Arcebispo Bispo Conde que os Rev.os párocos se façam Apóstolos desta benemérita cruzada junto das famílias abastadas e moralmente sãs das suas paróquias para os animar a fazer o acto de generosidade que se nos pede*[751].

O apelo feito pelo secretário particular do Padre Manuel Cardoso de Carvalho, em nome do Bispo de Coimbra, parece reflectir idêntica preocupação, sendo pedida «a maior diligência» na comunicação da intenção ao cónego Dr. Brito Cardoso, colaborador do «Correio de Coimbra», «até ao dia 12 o mais tardar», vésperas da viagem do novo contingente de crianças.

A partida do 4.º turno, prevista para dia 3 de Junho, seria adiada para dia 9, devido ao facto de o comboio que as conduziria à Áustria só chegar a Génova no dia 14. A estadia, dita de 6 meses (talvez porque a algumas dioceses as crianças levaram mais tempo a chegar e, portanto, começar mais tarde a estadia), mas em geral de 7 meses e meio, terminaria a bordo do

---

749 *Crianças estrangeiras*. «Correio de Coimbra» (14 Mai. 1949), p. 1.
750 *Caritas portuguesa*. «Notícias de Beja» (28 Mai. 1949), p. 1.
751 *Nota oficiosa do Secretariado Episcopal de Coimbra: Apelo em favor das crianças estrangeiras*. «Correio de Coimbra» (04 Jun. 1949), p. 6.

paquete «Nova Lisboa», cedido pela Companhia Nacional de Navegação para o efeito, tendo as crianças que estavam na diocese de Bragança deixado os seus lares de acolhimento no dia anterior à partida[752]. Também a despedida do Porto seria realizada na noite anterior, chegando o grupo ao cais de Alcântara na manhã do dia da partida, num comboio que transportava a maioria das 1.000 crianças, «formado por sete carruagens vindas do Leste, do Norte, das Beiras, do Baixo Alentejo, do Algarve, que se foram juntando à composição em várias estações do percurso até ao Setil». Acompanhadas por «homens e senhoras da Caritas e diversos sacerdotes», as crianças seriam presenteadas com um pequeno-almoço oferecido pelo Refeitório da Acção da Legião Portuguesa da Junqueira. Aquando do embarque, seriam escoltadas por «62 senhoras e 25 homens da Caritas Portuguesa», que as tomariam ao seu cuidado durante a viagem[753].

Os dois jornais generalistas analisados chamariam a despedida das crianças a assunto de primeira página, em ambos os casos, ilustrando a notícia com uma foto das crianças no cais de Alcântara.

Fig. 26. Momentos do embarque, no cais de Alcântara, para regresso do 4.º turno à Áustria
Fonte: «Diário de Lisboa» (09 Jun. 1949), p. 1

A partida deste grupo seria descrita com grande pormenor e emoção pelo Padre Alexandrino Brochado, naquela que se tornaria a primeira das suas várias crónicas relacionadas quer com a viagem quer com a manutenção das relações estabelecidas com as crianças acolhidas.

[752] *Caritas Portuguesa*. «Mensageiro de Bragança» (01 Jun. 1949), p. 2.
[753] *Mil crianças austríacas, que, sob a protecção da «Caritas», estiveram sete meses e meio em Portugal seguiram ontem para o seu país*. «O Comércio do Porto» (10 Jun. 1949), p. 1 e 6.

O embarque foi demorado. Não admira. Era grande o número de crianças e a bagagem também era muita. No meio daquela azáfama fui surpreender o pequeno Simon Walter que estivera em S. Mamede de Coronado a chorar convulsivamente. Não quer voltar para a Áustria. Gostou tanto de Portugal, os «pais portugueses» foram tão amigos dele, que prefere ficar aqui para sempre. No dia seguinte, já em pleno Mediterrâneo, encontrei Simon Walter ainda muito triste, mas já resignado. Confidenciou-me com muita graça que para o ano há-de voltar, mas «para evitar trapalhadas» há-de vir de avião. Aprovei a ideia, dei-lhe um abraço e o miúdo lá foi em direcção à proa do barco misturar-se com um grupo de crianças que brincavam alegremente e com um à vontade como se estivessem nos jardins do Palácio de Cristal. Às cinco horas da tarde, o «Nova Lisboa» deixava o porto marítimo de Alcântara e começava a deslocar-se, lentamente, rumo ao mar. Foi emocionante a partida. Uma grande multidão aglomerava-se no mar. Quando o barco começou a deslizar, quase sem se perceber, vi muitos lenços a agitarem-se nervosamente na expressão triste dum último adeus, vi muitas lágrimas nos olhos dos que ficavam e dos que partiam. A partida é, na verdade, sempre dolorosa. Já longe, vi ainda o gesto lento e dolorido duma senhora de Matosinhos. Vivera para a sua criança: uns olhitos azuis da cor do céu, uns cabelos loiros como as estrigas do nosso linho. A beleza e a candura desta criança ficaram indelevelmente gravadas na sua alma. O barco já ia longe e eu notei que ela, que ali estivera horas seguidas no cais, com os olhos fixos no mesmo ponto, fazia um esforço enorme para que o último aceno do lenço fosse visto pela sua menina[754].

Com idêntico pormenor é também descrita pelo Padre Alexandrino, primeiro presidente da Caritas Diocesana do Porto (cargo que, orgulhosamente, desempenharia por 57 anos), a vida a bordo, «com mil crianças, alegres, cheias de vida, num rodopiar constante», segundo refere, vindas de «Lisboa, Porto, Aveiro, Portalegre e Bragança». Respeitando um horário estabelecido e rigorosamente cumprido, com «horas para tudo: para dormir, para comer, para o banho, para o canto e para brincar». O dia deveria começar, com o despertar, pelas 6 e meia da manhã, seguido da assistência à missa, numa capela improvisada na sala de espectáculos (referida como «de música») do navio, contando com uma imagem de Nossa Senhora de Fátima oferecida pelo Bispo de Leiria para o templo dedicado à Virgem de Fátima a ser erguido em Viena, juntamente com o cofre contendo as relíquias destinadas a Linz, junto dos quais o Padre Alexandrino refere ter encontrado, «ininterruptamente», crianças ajoelhadas «a orar recolhidamente». Refere ainda que, após o pequeno-almoço, as crianças corriam «em várias direcções como bandos de andorinhas, leves, donairosas, brincam, correm, fazem roda, cantam, etc.», excepção feita àquelas que, «triste[s] e nostálgica[s]» se afastavam das outras, chorando amiúde, em alguns casos temendo as consequências de terem esquecido a língua materna. Uma nota especial é feita ainda à passagem pelo Golfo de Leão, no Sul de França, ao quarto dia de viagem, domingo da Santíssima Trindade, em que deveria celebrar-se uma missa no convés do navio. A mesma seria impedida pela agitação marítima que provocaria «desolação» no ambiente a bordo, com quase todas as crianças a enjoarem e vomitarem «vezes sem conta»[755].

[754] BROCHADO, 1949a: 1.
[755] BROCHADO, 1949a: 1 e 2.

A chegada a Génova, na manhã de 13 de Junho, quatro dias após a partida de Lisboa, seria também descrita pelo prelado do Porto em pormenor, incluindo a visita ao Cemitério Monumental de Staglieno, numa zona bastante afastada do porto, e as suas deambulações pela cidade, que lhe permitiram testemunhar a extensão dos efeitos da guerra sobre a sua população[756] e a saudade do seu país de origem sentida pelos portugueses ali imigrados, bem como a admiração por Portugal por parte de italianos conhecedores de pormenores da sua história e da acção da Caritas[757]. O padre Alexandrino Brochado descreve ainda a forma como as crianças de regresso a casa se dirigiam à comitiva portuguesa enquanto «prolongamento de Portugal», enviando cumprimentos a familiares e amigos e chorando a saudade daqueles. Conhecedor de «todas» as que tinham estado na diocese do Porto, conta também a forma como se processou a emocionante despedida final, no porto de Génova.

> *E foi assim, com abraços, com beijos e com lágrimas, que na noite de 14 de Junho abandonei a estação marítima de Génova, e pela última vez transpunha a ponte que me conduziu a Lisboa. Passado pouco tempo, às 11 horas, o barco começou a mover-se lentamente. As crianças correram todas às grades da estação marítima. Tiveram os seus pequeninos lenços molhados de enxugar tantas lágrimas e começavam a acenar nervosamente. Era o último adeus. Ao mesmo tempo ouviu-se em coro o choro triste e plangente de mil crianças, que de forma nenhuma queriam separar-se de nós, que não queriam deixar Portugal. Foi uma cena que impressionou toda a gente. Os homens da tripulação do barco choravam. Os italianos que assistiram à partida choravam também. Toda a gente chorou. E o barco lentamente começou a afastar-se. Uma despedida assim impressiona vivamente.* […] *Enquanto o «Nova Lisboa» se afastava os membros da «Caritas» austríaca secundados pelos italianos presentes deram vivas a Portugal. Já longe ouvíamos ainda nitidamente muitas crianças e víamos os pequeninos lenços a agitarem-se e ouvíamos também a palavra tantas vezes repetida: adeus… adeus…*[758]

4.2.1.1.5. O quinto transporte de crianças da Áustria e os segundos turnos da França e da Alemanha

No seu regresso a Portugal, o «Nova Lisboa» traria um novo turno de 998 crianças. O contingente, que aportaria a 18 de Junho de 1949, seguir-se-ia ao primeiro transporte de crianças convidadas (de 6 de Fevereiro, com 3 crianças)[759]. A efeméride seria apenas brevemente mencionada por algumas das publicações diocesanas analisadas. No dia seguinte, na sua coluna «Volta ao Mundo», o «Diário de Lisboa» referiria as «1.000 crianças da Europa Central»[760] também mencionadas no «Correio do Vouga» alguns dias mais tarde[761]. O «Men-

---

[756] BROCHADO, 1949b: 1 e 2.
[757] BROCHADO, 1949c: 1 e 2.
[758] BROCHADO, 1949d: 1 e 2.
[759] UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA (1951) — *Crianças Estrangeiras que vieram a Portugal através da Caritas Portuguesa. 1951-08-31, Lisboa.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[760] *Volta ao mundo.* «A Voz da Verdade» (19 Jun. 1949), p. 3.
[761] *Crianças estrangeiras.* «Correio do Vouga» (25 Jun. 1949), p. 1.

sageiro de Bragança» acrescentaria que àquela diocese haviam chegado mais «35 inocentes vítimas da guerra», acompanhadas desde Génova pelo Padre José dos Santos Marcos. Notando que algumas daquelas crianças haviam já estado em Bragança no ano anterior, o artigo acrescenta que o grupo fora recebido no Paço Episcopal, à sua chegada, onde lhes foi servido um jantar e realizada a distribuição pelas famílias interessadas «que eram muitas mais do que as crianças a distribuir»[762]. Não existe, na documentação oficial da Caritas, qualquer anotação que indique que as crianças transportadas neste turno não viajassem pela primeira vez para Portugal. Contudo, uma análise mais meticulosa da documentação sobre esta viagem permite confirmar o adiantado pelo dezenário bragançano. Esta situação, aparentemente excepcional, pode, na verdade, e como previamente avançado, significar que o total, em diversas ocasiões, apresentado quer pela Caritas quer por elementos de alguma forma associados aos seus transportes, não se refere a crianças beneficiadas mas antes a viagens realizadas, por vezes, no caso das *Gastkinder*, a expensas das famílias de acolhimento e não da organização.

Entretanto, os segundos turnos de crianças de outras nacionalidades, nomeadamente francesas e alemãs, seriam bastante menos celebrados que os significativamente mais numerosos de austríacas, ao contrário do que tinha acontecido até então no caso francês. O grupo de 46 pequenos franceses chegaria a território português, segundo dados da Caritas Portuguesa, entre 25 de Junho e 6 de Setembro de 1949[763], aparentemente em diferentes transportes realizados de forma individual.

A 7 de Julho, «O Comércio do Porto» noticiaria a chegada de «mais um grupo de crianças francesas […] destinadas à Caritas Portuguesa», pelo menos em alguns dos casos, mais uma vez provenientes de famílias em que pelo menos um dos progenitores seria de origem portuguesa, como no caso dos 3 irmãos Teixeira mencionados no referido artigo. Além destas crianças, acolhidas em Lousada, distrito do Porto, outras seriam levadas para Monforte e Vila Viçosa, Alentejo, perfazendo, juntamente com as que já se encontravam em Portugal à época, um total de 17, «devendo ainda chegar mais»[764].

As 72 crianças que constituíram o 2.º turno vindo da Alemanha terão chegado a 17 de Outubro de 1949[765], de avião[766], situação excepcional que só viria a repetir-se anos mais tarde, com o transporte de crianças húngaras. As crianças constantes deste turno voltariam a ser referidas aquando da sua partida, menos de 2 meses mais tarde, numa publicação que alude aos números e às consequências da acção na perspectiva da imprensa estrangeira para defender o trabalho de uma Caritas cada vez mais criticada a nível nacional, por centrar a sua acção nas crianças estrangeiras em vez de se preocupar com as crianças portuguesas mais desfavorecidas.

---

[762] *Mais crianças austríacas vítimas da guerra chegaram à nossa Diocese*. «Mensageiro de Bragança» (10 Jul. 1949), p. 1.
[763] UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA (1951) — *Crianças Estrangeiras que vieram a Portugal através da Caritas Portuguesa. 1951-08-31, Lisboa.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[764] *Mais crianças francesas que chegaram a Portugal*. «O Comércio do Porto» (07 Jul. 1949), p. 7.
[765] UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA (1951) — *Crianças Estrangeiras que vieram a Portugal através da Caritas Portuguesa. 1951-08-31, Lisboa.* Acessível no AUCPL
[766] *Volta ao mundo*. «A Voz da Verdade», (30 Set. 1949), p. 3.

A Caritas já protegeu para cima de 4.500 crianças de vários países. A respeito das 71 crianças alemãs regressadas agora à pátria disse a imprensa daquele país: «o seu aspecto fresco e alegre era mais eloquente do que as palavras… As crianças falam correctamente a língua portuguesa, vêm completamente vestidas de novo, trazem malas, bonecas, brinquedos». A presidente da Caritas recebera há pouco uma carta dum pároco dos arredores de Paris em que este lhe dizia: A minha paróquia era a mais comunista do cantão. Pois estas famílias ficaram completamente transformadas perante a caridade de tão benemérita instituição portuguesa. De Viena de Áustria dizem-nos que 500 crianças que estiveram em Portugal aos cuidados da Caritas fundaram agora um clube onde as crianças se reúnem para falar o português e recordarem os tempos saudosos que passaram nas terras verdejantes da acolhedora Lusitânia. Os testemunhos da imprensa e autoridades estrangeiras são bem eloquentes em favor da Caritas. Por isso esta instituição repele a crítica malsã, a calúnia aleivosa, a ingrata interpretação que por vezes se tem feito aos seus métodos de trabalho. A Caritas faz ainda um apelo a todas as almas generosas e corações bem formados recordando que se avizinha o Natal e que a instituição prepara uma grande campanha de auxílio às crianças portuguesas. Depois das colónias de férias realizadas no passado inverno, esta campanha do Natal será a segunda iniciativa da Caritas Portuguesa tendo em vista não as crianças estrangeiras, mas sim as crianças do nosso próprio país. A Caritas nada se importa com as críticas malsãs feitas à sua obra. O AUXÍLIO À CRIANÇA PORTUGUESA SEMPRE ESTEVE NO SEU PROGRAMA DE ACÇÃO. Por isso ao lançar a primeira campanha de auxílio no Natal a Caritas conta uma vez mais com a generosidade e a grandeza de alma do nosso povo, em especial de todos aqueles cuja caridade tem tornado possível esta obra de amor cristão que se projecta além fronteiras, já com tão grande prestígio para Portugal[767].

Tal tipo de defesa do valor da acção da Caritas tornar-se-ia uma constante nas manifestações públicas acerca da mesma, com especial destaque para as provenientes de membros do clero directamente envolvidos nos transportes e/ou acolhimento, como o Padre Alexandrino Brochado, assíduo colaborador de «A Voz do Pastor»[768], ou o prelado de Aveiro, que recorrentemente dava conta das vivências das crianças acolhidas na diocese na sua coluna no «Correio do Vouga»[769]. O início de uma «acção puramente nacional», previsto para Outubro de 1950[770], altura em que todas as crianças estrangeiras deveriam já ter abandonado o país, surgiria como resposta não só às necessidades das crianças portuguesas mas também às referidas críticas.

Entretanto, a partida do 5.º turno seria aproveitada para reforçar a mesma ideia, em circular enviada aos párocos no sentido de preparar a partida do grupo à época em Portugal e o acolhimento do próximo turno, bem como novo peditório em favor das crianças vítimas da guerra. Desta vez, porém, a Caritas faz clara menção de salvaguardar as dificuldades e mesmo o «autêntico sacrifício» de que possivelmente se revestiriam tais acções, reforçando o anúncio da «segunda fase da sua actividade em benefício das crianças pobres da nossa terra»[771].

---

[767] *Caritas Portuguesa e sua acção benfazeja*. «Notícias de Beja» (10 Dez. 1949), p. 4.
[768] *Do Porto a Génova: as crianças austríacas regressam à pátria (continuação)*. «A Voz do Pastor» (30 Jul. 1949), p. 1 e 2.
[769] *A Caritas Portuguesa*. «Correio do Vouga», (13 Ago. 1949), p. 1.
[770] *A Caritas Portuguesa vai exercer uma Acção puramente nacional*. «Mensageiro de Bragança» (10 Fev. 1950), p. 2; *A Caritas vai iniciar um plano de protecção às crianças portuguesas*. «Correio do Vouga» (11 Fev. 1950), p. 1.
[771] *CARITAS Crianças Austríacas*. «Mensageiro de Bragança» (03 Mar. 1950), p. 3.

A possibilidade de adiar a partida, das crianças austríacas e alemãs até Outubro, «mediante uma autorização por escrito dos seus pais ou tutores, com a assinatura devidamente reconhecida pelo Pároco da Paróquia» de origem, seria também apresentada[772], reforçando a ideia de que só ficariam aquelas que fossem devidamente autorizadas. Também as condições para realização de pedidos de retorno de crianças, entretanto já reenviadas para a Áustria, seriam enfatizadas[773].

A viagem, realizada a 21 de Abril de 1950 e não no final de Março, como havia sido previsto pela Caritas e transmitido pela comunicação social, seria noticiada pela imprensa, quer generalista quer diocesana, com relativo destaque.

Na diocese do Porto, a concentração seria feita no Paço Episcopal, sob orientação do Padre Alexandrino Brochado, auxiliado pelas senhoras Maria Teresa Antas Martins e Lina Soares e os «estudantes universitários» José Soeiro e António Manuel Ferraz. Ali as receberia o Bispo da diocese, D. Agostinho de Jesus de Sousa, dirigindo «a todas carinhosas palavras, falando-lhes dos meses que haviam passado entre nós» e abençoando-as, tal como fizera com uma imagem de Nossa Senhora de Fátima, destinada à paróquia de Hüdsheim, em Hanôver, pelas mãos do pequeno Hans Ulrich Schwarzer, e um terço de prata, destinado à imagem de Nossa Senhora de Fátima de uma das igrejas de Viena, entregue ao austríaco Winkler Othmar, acolhido por uma família de Santo Tirso.

Com uma multidão a aguardá-los, seriam transportados em dois carros reservados até à Estação de S. Bento, na Praça de Almeida Garrett, para seguirem viagem até Lisboa, em 3 carruagens reservadas, acompanhadas pelas senhoras Maria Odília Rosas da Silva e Lina Soares, da Comissão Diocesana da Caritas. Muitas das famílias de acolhimento seguiriam o mesmo destino, de comboio ou de automóvel, para se despedirem das «suas» crianças na capital.

> *Não pode descrever-se o que foi ontem a partida das crianças estrangeiras para Lisboa. Os mais empedernidos corações, tocados pela grandeza do acto, acusaram a emoção que deles se apoderou, vendo famílias modestíssimas que se sacrificaram a deslocar-se, de longe, para se despedirem dos pequenos entes que, durante meses, haviam alegrado os seus lares. E não se julgue que as crianças beneficiadas pela «Caritas» não sentiram, também, esses momentos dolorosos… Nos olhos de todas — as que vieram de Bragança, Vila Real, Guimarães e Braga — havia iguais lágrimas, os mesmos soluços que as que estiveram na diocese do Porto também não escondiam… Para quê, se os adultos não escondiam… Para quê, se os adultos que compareceram na estação de São Bento choravam e soluçavam como elas, lembrando-se de que, talvez, não mais voltavam a vê-las e a beijá-las, como nestes meses que estiveram aos seus cuidados? Na verdade, as crianças austríacas e alemãs que foram recolhidas em muitos lares do Norte, conquistaram, pela sua meiguice e vontade de aprender, as pessoas com quem conviveram, esquecendo, totalmente, as horas amargas, pungentes, vividas durante a guerra que semeou a morte e a desolação nos seus países*[774].

---

[772] *Nota oficiosa da Caritas Portuguesa*. «Notícias de Beja» (15 Mar. 1950), p. 4.
[773] *CARITAS Crianças Austríacas*. «Mensageiro de Bragança» (03 Mar. 1950), p. 3.
[774] *A obra de assistência da Caritas: mais de quatrocentas crianças estrangeiras que haviam sido recolhidas por famílias do Norte, seguiram, ontem, no correio, para Lisboa a fim de regressarem aos seus países no Mousinho, que trará mais mil*. «O Comércio do Porto» (22 Abr. 1950), p. 1 e 3.

Fig. 27. Encontro das crianças austríacas na diocese do Porto com D. Agostinho de Jesus de Sousa, acompanhado do Padre Alexandrino Brochado, antes da partida para a Áustria
Fonte: BROCHADO, 2010: 46

Também de Aveiro as crianças partiriam na mesma manhã, acompanhadas até Génova, em nome da delegação diocesana da Caritas, pelo Padre José Henriques da Eira Bastos, Maria Celeste da Silva e seu marido António Dionísio da Silva[775].

As 778 crianças austríacas e alemãs, das ditas 1.300 ainda em permanência em Portugal, chegariam à Estação Marítima da Rocha de Conde de Óbidos, vindas de todo o país, em dois «extensos comboios especiais». Ali as esperavam Jorge Jardim, Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, e Bernardino Correia, Presidente do Conselho de Administração da Companhia Colonial de Navegação, proprietária do paquete «Mouzinho», que as levaria até Génova. Após 8 meses de estadia, para aquelas que haviam chegado há mais tempo, as crianças seriam protagonistas de momentos descritos como «comovedores», incluindo tentativas de fuga por parte de algumas. Munidas das suas ofertas de despedida — pequenas bandeiras portuguesas e fotografias do navio que as transportaria —, e acompanhadas por «80 rapazes e raparigas da Caritas», partiriam de uma plataforma onde «centenas de pessoas, aglomeradas» as saudavam[776].

[775] *Crianças estrangeiras*. «Correio do Vouga» (22 Abr. 1950), p. 4.
[776] *Regressaram à Áustria 778 crianças que estiveram oito meses em Portugal*. «Diário de Lisboa» (21 Abr. 1950), p. 6.

Fig. 28. Momento da despedida das crianças do 5.º turno
Fonte: «O Comércio do Porto» (22 Abr. 1950), p. 1

4.2.1.1.6. O sexto transporte de crianças da Áustria

A 2 de Maio, o mesmo paquete que transportara o 5.º turno até Génova regressaria a Lisboa, com, segundo dados oficiais da Caritas Portuguesa, 1.172 crianças, das quais 9 seriam de origem húngara[777], possivelmente internadas em campos de refugiados na Áustria. «O Comércio do Porto» referir-se-ia ao grupo como «crianças húngaras, alemãs e, principalmente, austríacas», 178 rapazes e 894 raparigas, num «impressionante estado de magreza», todas «mal vestidas, com aspecto descuidado e calçado velho», seis delas doentes[778]. Em nenhum momento crianças alemãs são associadas a este transporte pela documentação da Caritas Portuguesa. Contudo, e tal como supomos que possa ter acontecido com as crianças polacas, é possível que as mesmas tenham sido trazidas sob passaporte colectivo destinado a crianças austríacas por, por exemplo, se encontrarem em campos de refugiados. Numa notícia publicada pelo «Diário de Lisboa», dias mais tarde, é inclusivamente notado que, das «1.500 crianças […] 500 já estiveram entre nós e 1.000 se encontram internadas em campos de refugiados»[779]. O número de crianças e suas nacionalidades seriam revistos, na mesma publicação, semanas depois, com uma nota sobre «1.300 crianças austríacas e húngaras»[780], ainda assim não coincidindo com os números da Caritas. A inexactidão dos números deixa entrever uma certa displicência na sua apresentação por parte da publicação; ainda assim, o possível fundo de verdade da informação poderá ajudar a explicar a multiplicidade de nacionalidades acolhidas. Outra informação não confirmada prende-se com o regresso de crianças austríacas convi-

[777] UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA (1951) — *Crianças Estrangeiras que vieram a Portugal através da Caritas Portuguesa. 1951-08-31, Lisboa.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[778] *Chegaram ontem no Mousinho 1.172 crianças húngaras, alemãs e austríacas, que vão ser acolhidas em lares portugueses*. «O Comércio do Porto» (04 Mai. 1950), p. 7.
[779] *Volta ao mundo*. «Diário de Lisboa» (07 Mai. 1950), p. 3.
[780] *Volta ao mundo*. «Diário de Lisboa» (21 Mai. 1950), p. 3.

dadas, a qual, a ser verdade, reduziria em mais algumas centenas o número recorrentemente apresentado como o total de crianças beneficiadas (entenda-se, que viajaram pela primeira vez e a expensas da Caritas).

Mais uma vez, o desembarque, realizado às 8h30 da manhã na estação da Rocha Conde de Óbidos, seria esperado por centenas de pessoas que as veriam descer do navio duas a duas, em pequenos grupos, contadas duas vezes, uma pelo pessoal da Polícia Internacional de Defesa do Estado e outra pelas senhoras e rapazes da Caritas Portuguesa. Entre os presentes, aguardavam o Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e o Dr. João de Mendonça, em representação do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Segundo «O Comércio do Porto», uma parte — provavelmente apenas as 48 crianças que ficaram a cargo do Patriarcado de Lisboa — seguiria para o Instituto Navarro de Paiva, em Benfica, onde as crianças seriam distribuídas pelas famílias de acolhimento na capital. Outras, 487, tomariam de imediato o comboio a fim de seguirem para o Norte: 130 para Braga, 90 para o Porto, 71 para Viseu, 34 para Bragança, 32 para Coimbra, 25 para Vila Real, 11 para Lamego e 11 para Aveiro. Das restantes, 350 rumariam a Évora, 60 a Portalegre, 35 à Guarda, 30 a Leiria, e 7 ao Algarve[781]. O total dos números da distribuição não perfaz nem o apresentado pela documentação da Caritas nem sequer o adiantado pelo jornal, sendo, contudo, possível que este mencione apenas as crianças já destinadas a uma diocese, havendo um grupo ainda por destinar. A crer que os dados avançados pelo artigo são coincidentes com a realidade, as crianças não mencionadas poderiam ser também aquelas que, sendo convidadas, vinham já à partida com uma família associada, não constando da listagem da distribuição. A menção de que o Algarve receberia crianças pela primeira vez é, todavia, seguramente errónea, visto que Fini, entrevistada no âmbito desta investigação, tinha já sido acolhida naquela diocese[782].

Este grupo seria referido, em várias ocasiões, como «o último turno de crianças estrangeiras que vem nestas condições», reforçando-se a ideia de que a Caritas começaria então a dispensar os seus cuidados, de forma quase exclusiva, a crianças portuguesas necessitadas, sendo algumas direcções diocesanas apenas estabelecidas aquando do redireccionamento das funções da organização para a assistência à população nacional, como no caso da Guarda[783]. O número de crianças estrangeiras a quem a Caritas Portuguesa já havia «promovido protecção» seria então estabelecido nas 5.500[784].

Em Fevereiro de 1951, regressariam a suas casas, num avião da TAP, que partiu de Lisboa, 17 crianças alemãs, não sendo, contudo, referido se com destino à Alemanha ou a outro país. Permanecia ainda em Portugal um total de 1.350 crianças, do último turno e remanescentes de turnos anteriores, cuja partida, em comboio, se realizaria a 7 de Março.

---

[781] *Chegaram ontem no Mousinho 1.172 crianças húngaras, alemãs e austríacas, que vão ser acolhidas em lares portugueses*. «O Comércio do Porto» (04 Mai. 1950), p. 7.
[782] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.
[783] *A Caritas Portuguesa*. «A Guarda» (24 Mar. 1951), p. 3.
[784] *Chegaram ontem no Mousinho 1.172 crianças húngaras, alemãs e austríacas, que vão ser acolhidas em lares portugueses*. «O Comércio do Porto» (04 Mai. 1950), p. 7.

Fig. 29. Pormenor da chegada do 6.º turno de crianças austríacas a Lisboa
Fonte: «O Comércio do Porto» (04 Mai. 1950), p. 7

A despedida das 47 com estadia em Bragança realizar-se-ia dois dias antes, sendo que apenas 45 daquelas seguiriam, de comboio, rumo à capital na data prevista[785]. As duas restantes ficariam para trás devido a situações de gripe que as obrigariam a seguir viagem mais tarde, em avião. O grupo das que partiu a 5 de Março seria acompanhado, mais uma vez, até Hendaye[786], pelo Padre José Santos Marcos, o mesmo que acompanharia as duas crianças anteriormente enfermas, até Lisboa, para seu retorno ao país natal, apenas em Agosto daquele ano[787].

A viagem, para a grande maioria das crianças, seria, portanto, realizada unicamente por meio terrestre. Como brevemente referido por Mayr, as dificuldades associadas às viagens marítimas — tempestades e consequentes enjoos e mesmo ferimentos em crianças e também adultos acompanhantes — levariam a uma opção pelo uso quase exclusivo do comboio como meio de transporte para as deslocações de crianças austríacas (neste caso, convidadas) a partir deste último turno[788].

A despedida na estação de S. Bento, no Porto, seria, também, mais uma vez, pormenorizadamente descrita no jornal «A Voz do Pastor» e justificaria uma nova série de artigos acerca do assunto assinados pelo Padre Alexandino Brochado que contariam, em alguns momentos, com participações de outros sacerdotes[789]. A concentração, realizada após uma récita de despedida que descreveremos em momento oportuno, seria, mais uma vez, no Paço Episcopal. Tal como no caso de Bragança, ocorreria no dia 5, pelas 22 horas, tendo as despedidas oficiais sido apresentadas pelo Bispo Auxiliar da diocese, D. Policarpo da Costa Vaz, em nome de D. Agostinho de Jesus e Sousa, impossibilitado de o fazer pessoalmente.

---

[785] *As crianças austríacas protegidas pela Caritas saem de Portugal em 7 de Março*. «Mensageiro de Bragança» (23 Fev. 1951), p. 4.
[786] *Partiram as crianças austríacas*. «Mensageiro de Bragança» (09 Mar. 1951), p. 4.
[787] *Crianças Austríacas*. «Mensageiro de Bragança» (14 Ago. 1951), p. 4.
[788] MAYR, 2013: 75.
[789] Outros, ainda que sob o mesmo título, devem a autoria a alguém que assina «Padre M. de F.».

Por fim, na estação, o comboio começa a deslizar. Com os bracitos de fora das janelas as crianças acenam o último adeus. Todos se comovem. Até os empregados. Olho para o lado e vejo um deles, embora de aspecto duro, levar a mão ao bolso e limpar com o lenço os olhos cheios de lágrimas. O Rev. Pe. Alexandrino Ferreira Brochado, Delegado da «Caritas» no Porto, seguiu com as crianças até à fronteira francesa. E não deve ser dos que menos saudades sentirão na alma. Dedicou-se de alma e coração a esta obra. Viveu a sorte destas pombas foragidas em terra estrangeira. Era com ele que vinham resolver as dificuldades. A sua solicitude estendia-se a todos e os seus cuidados vigilantes iam a toda a parte para que nada faltasse, sobretudo a assistência espiritual. Ganhou-lhes por isso amor e a sua dedicação sacerdotal por estas filhas de tantas infelicidades, não conhece limites. Isso exprimiu-o ele bem no gracioso poema que fez, para ser recitado na récita de despedida, que intitulou «Ninho desfeito». São dele estas últimas palavras: … sentaram à nossa mesa e de mãos postas fizeram também a nossa reza… comeram do nosso pão e sentiram a beleza e o amor do nosso coração… Viram a cor linda do luar e as ondas revoltas deste mar que Deus nos deu… Miraram as estrelas deste céu, que cobre as nossas casas e aqueceram-se ao calor das nossas brasas… foram nossas afinal, foram de Portugal…[790]

A partida, contudo, não se daria das gares das diversas cidades portuguesas que viram o seu primeiro adeus, mas antes da estação de Alcântara, em Lisboa, onde as crianças das várias proveniências se reuniriam após uma celebração, presenciada por alguns elementos das famílias de acolhimento portuguesas, no Mosteiro dos Jerónimos[791]. As crianças que haviam sido acolhidas no Norte do país chegariam à capital na manhã do dia 6 de Março, sendo conduzidas de autocarro até à Cordoaria Nacional, onde, por especial deferência do Ministério da Marinha, pernoitariam até à manhã seguinte, dia da partida. Nesse dia o despertar seria bem cedo, visto que às 8h30 as 1.350 crianças deveriam assistir a uma missa presidida pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, à qual se seguiria o pequeno-almoço e a entrega de uma bandeira de Portugal a cada um dos pequenos. Até Alcântara as crianças seriam, novamente, transportadas de autocarro, de onde partiriam, em dois comboios distintos, com uma diferença de pouco mais de uma hora, rumo à fronteira francesa e, dali, até à Áustria[792].

4.2.1.1.7. Outros transportes de crianças Caritas

A partir de Março de 1951, as notícias acerca dos transportes de crianças estrangeiras na imprensa portuguesa tornar-se-iam raras. Na imprensa diocesana, as referências à Acção resumir-se-iam às viagens de crianças convidadas pelas famílias de acolhimento, que na maioria dos casos financiavam as mesmas, e a excursões à Áustria, também facilitadas pela Caritas aos portugueses que, tendo acolhido crianças daquele país, tinham interesse em visitar tanto as crianças como o país, assunto a que voltaremos em momento oportuno.

---

[790] *As crianças austríacas protegidas pela Caritas partiram para a sua pátria*. «A Voz do Pastor» (10 Mar. 1951), p. 1 e 3.
[791] F., Padre M. de, 1951: 1 e 3.
[792] BROCHADO, 1951b: 1 e 3.

Não sendo exclusivo desta fase, uma vez que crianças convidadas haviam já viajado juntamente com as restantes nos transportes anteriores, tendo-se inclusivamente dado a chegada de três crianças convidadas alemãs e 57 austríacas, entre Junho e Agosto de 1951, a partir de Abril de 1952, pouco tempo depois de ser anunciada a primeira excursão à Áustria, começa a ser publicitado, na imprensa diocesana, o transporte de crianças anteriormente acolhidas.

> *Acedendo ao desejo de muitas famílias que se lhe têm dirigido, pensa a Caritas Portuguesa trazer em breve a Portugal algumas crianças austríacas que já estiveram no nosso país. Para maior benefício das crianças e consolação das Famílias Portuguesas que por certo desejam tê-las junto de si o mais tempo possível sem prejuízo dos seus estudos, o transporte deverá efectuar-se em princípios de Maio próximo, devendo o seu regresso à Áustria fazer-se em fins de Setembro — princípios de Outubro. Este transporte será constituído apenas pelas crianças que forem especialmente convidadas pelas Famílias Portuguesas e a expensas das mesmas, para o que todas as pessoas interessadas se deverão dirigir à Sede Central da Caritas Portuguesa* […] *ou respectivas Comissões Diocesanas, onde poderão obter todas as informações necessárias*[793].

A chegada do primeiro grupo do ano a Portugal estaria prevista para 23 de Maio de 1952, a do seguinte para 13 de Junho[794]. Em Bragança seriam recebidas quatro crianças para passar as férias junto de famílias que já as tinham acolhido: duas em casa do Sr. Dr. António de Menezes Cordeiro, da Saldonha; uma em casa da Sr.ª D. Isabel Bacelar, de Alvites; e outra em casa do Rev. P. Miguel Almeida, na cidade de Bragança[795].

Pouco antes tinha sido também noticiada a chegada de um grupo de crianças convidadas francesas, a única informação acerca do assunto partilhada pela imprensa generalista, neste caso pelo «O Comércio do Porto», sugerindo que o acolhimento se confinou a famílias daquela diocese[796]. Entretanto, no semanário diocesano «A Voz do Pastor», o Padre Alexandrino Brochado manteria uma crónica semanal relembrando momentos da passagem das crianças austríacas por Portugal, partilhando cartas trocadas entre as famílias e os seus protegidos, notícias a respeito de aspectos ligados à Acção e relatos das excursões realizadas. As crónicas começariam a ser publicadas aquando da partida do último grande grupo, terminando apenas em Dezembro de 1952, mais de um ano e meio mais tarde.

No início de 1953 as atenções focar-se-iam nas crianças holandesas, vítimas das destruidoras inundações que assolavam então o Norte da Europa. Seguindo a sugestão da Comissão Pontifícia de Assistência, a Caritas Portuguesa convidaria 1.500 pequenos holandeses a serem «agasalhados por famílias que desejem praticar este acto de caridade, durante dois ou três

---

[793] *União de Caridade Portuguesa Caritas*. «Correio de Coimbra» (11 Abr. 1952).
[794] BROCHADO, 1952d: 1 e 2.
[795] *Crianças Austríacas*. «Mensageiro de Bragança» (27 Jun. 1952), p. 2.
[796] *Caritas Portuguesa Crianças Francesas*. «O Comércio do Porto», (17 Jun. 1952), p. 2.

meses, até que os seus lares possam refazer-se», apelando a que tais famílias se dirijam ao Secretariado Diocesano para dar conta da sua disponibilidade[797].

No mesmo dia, contudo, «O Comércio do Porto» publicava um comunicado que desmentia as notícias anteriormente avançadas acerca do assunto.

> *A FIM DE EVITAR O EFEITO PSICOLÓGICO QUE RESULTARIA DA SUA SEPARAÇÃO DAS FAMÍLIAS* […] *Passadas as horas de pânico, o país prepara-se, agora, para fazer o balanço da catástrofe e para organizar os planos de recuperação das regiões destruídas. Foi decidido não enviar crianças sinistradas para o estrangeiro, conforme muitos países propuseram, por causa dos efeitos psicológicos que teria a sua separação das famílias*[798].

É curioso que a Holanda, país que recebeu crianças estrangeiras em mais de uma ocasião, para os mesmos efeitos da Acção que a Caritas Portuguesa se propunha realizar, à semelhança de outros países, se escusasse agora a aceitar a oferta, alegando querer evitar «o efeito psicológico da sua separação das famílias». Mais curioso ainda, tendo em conta os efeitos de desagregação familiar verificados relativamente às crianças húngaras na vizinha Bélgica, explanados anteriormente (Capítulo 2.4.).

O apoio português acabaria por materializar-se no envio de milhares de quilos de cobertores, peças de roupa e donativos, recolhidos por várias instituições e grupos de cidadãos, sendo várias franjas da sociedade movidas pela solidariedade, nomeadamente crianças organizadas em meio escolar[799]. Entretanto, aos peditórios para as crianças vítimas da guerra, juntavam-se aqueles a favor das vítimas das tempestades[800].

Em Maio do mesmo ano, a Caritas Portuguesa comunicaria, às famílias que haviam acolhido crianças alemãs, estar a preparar, com a Caritas Alemã, a organização de um «pequeno transporte» de crianças convidadas.

> *A vinda destas crianças terá lugar provavelmente na primeira quinzena de Junho próximo, calculando-se o seu regresso por todo o mês de Outubro do corrente ano. Considerando o carácter especial deste transporte se referir apenas a crianças convidadas por Famílias portuguesas, não pode a Caritas tomar à sua conta as despesas de transporte das referidas crianças, obtendo, no entanto, para elas as facilidades sempre concedidas à nossa Organização. Assim, cada viagem de ida e volta da criança custará até aos 1.914$60; e 2.354$30 para as crianças de mais de nove anos. Quando uma criança efectua a viagem para Portugal com nove anos e parta com dez, a viagem custará 2.314$70. Nestas importâncias está incluída além do transporte a alimentação quente, em*

---

[797] *Crianças holandesas — Apelo da Caritas*. «A Voz do Pastor» (07 Fev. 1953), p. 3.
[798] *A Holanda resolveu não enviar crianças para o estrangeiro*. «O Comércio do Porto» (07 Fev. 1953), p. 1.
[799] *Um movimento de solidariedade em Portugal com as vítimas das inundações do Norte da Europa*. «O Comércio do Porto» (02 Fev. 1953), p. 2.
[800] *Peditório para as vítimas da guerra*. «Correio do Vouga» (07 Fev. 1953), p. 5; *Crianças — vítimas da guerra*. «Mensageiro de Bragança» (20 Fev. 1953), p. 1.

trânsito, e tudo o que for necessário ao bem estar da criança. […] *Aproveitamos a oportunidade para comunicar a V. Ex.ª que quando da volta para a Alemanha cada criança terá direito ao transporte gratuito de 20 quilos de bagagem sendo o excedente pago segundo as taxas dos Caminhos de Ferro. Lisboa-Freiburg — 1 a 20 quilos 230$ e 20 a 30 quilos 350$*[801].

Os pais de acolhimento interessados deveriam, mais uma vez, dirigir-se à Caritas Central ou à Comissão Diocesana respectiva, devendo enviar 50% da quantia no acto de inscrição e pagar os restantes 50% antes da viagem de regresso da criança.

Após o estabelecimento de relações diplomáticas com Portugal, em Dezembro de 1953[802], o início de uma missão de apoio aos «portugueses da Índia»[803] e da colaboração da Caritas Norte-Americana[804], com o envio de bens alimentares destinados às famílias portuguesas mais necessitadas, em 1954, e o anúncio da aprovação de novos estatutos da Caritas Portuguesa[805], em 1955 (ainda que só viessem a ser aprovados em 1956), a Áustria só volta a ser mencionada, a propósito de crianças necessitadas, aquando da Revolução Húngara e da crise humanitária que a acompanhou, e que já tivemos oportunidade de analisar (Capítulos 2.1.5. e 2.2.4.). A grande cobertura mediática dada a ambas, e à «luta pela independência da Hungria» nelas subentendida, estender-se-ia também ao pedido de acolhimento de crianças húngaras, refugiadas na Áustria, que, após pedidos de orações[806], donativos e socorros[807], por parte das mais variadas instituições, e de uma resposta «admirável» por parte dos portugueses dos mais variados estratos sociais[808], encontraria em Portugal uma porta escancarada. Entre as descrições da participação de crianças e jovens húngaros nos combates armados[809], de acções públicas de apoio à causa antibolchevique[810], e o anúncio de uma ponte aérea de auxílio estabelecida entre os EUA e a Áustria, de onde as toneladas de ajuda alimentar e vestuário seriam reencaminhadas, ao apelo para que as famílias portuguesas recebessem[811], como no passado haviam feito com as austríacas, as crianças húngaras[812], seguir-se-ia a certeza de uma resposta positiva.

---

[801] *Caritas Portuguesa*. «Correio de Coimbra» (22 Mai. 1953), p. 3.
[802] *Portugal e Áustria já têm relações diplomáticas*. «A Voz do Pastor» (05 Dez. 1953), p. 2.
[803] *A Caritas e as lembranças para os nossos irmãos da Índia*. «A Voz do Pastor» (02 Set. 1954), p. 2; *Caritas União de Caridade Portuguesa*. «A Guarda» (03 Set. 1954), p. 2.
[804] *A Caritas americana e a Caritas portuguesa*. «A Voz do Pastor» (03 Dez. 1954), p. 3; *Auxílio às crianças pobres da Caritas Americana*. «Notícias de Beja» (22 Jan. 1955), p. 2; *A Acção da Caritas*. «Correio do Vouga» (11 Fev. 1955), p. 1.
[805] *Caritas*. «A Voz do Pastor» (21 Abr. 1955), p. 3.
[806] *Rezemos pelos refugiados*. «A Voz da Verdade» (06 Mai. 1956), p. 1.
[807] *Cruz Vermelha Portuguesa Donativos para a Hungria*. «O Comércio do Porto» (02 Nov. 1956), p. 5; *Um apelo da Caritas portuguesa*. «A Voz do Pastor», (10 Nov. 1956), p. 1.
[808] *Movimento de caridade pela Hungria mártir — Exemplos Reconfortantes*. «A Voz do Pastor» (17 Nov. 1956), p. 1 e 3.
[809] *As mulheres e crianças também combateram na Hungria — Heróis de 10 e 12 anos!* «A Voz do Pastor» (01 Dez. 1956), p. 1.
[810] *Missa por intenção dos povos húngaro e da Europa Oriental*. «O Comércio do Porto» (29 Nov. 1955), p. 5.
[811] *Uma ponte aérea de auxílio às crianças húngaras*. «Notícias de Beja» (24 Nov. 1955), p. 3.
[812] *Um apelo da Caritas húngara à Caritas Portuguesa*. «Correio do Vouga» (24 Mai. 1956), p. 5.

> *A Hungria perseguida e ultrajada no que tem de mais sagrado, oferece, nesta hora, um campo vastíssimo de acção a tão benemérito organismo. A Caritas Austríaca, vivendo os angustiados problemas dos húngaros em dor e tribulação, lançou um dorido apelo à Caritas Internacional e esse apelo foi escutado com o respeito e o interesse que merecia. Os auxílios irão chegando pouco a pouco, generosos e sentidos, àquele país martirizado. Portugal, terra de gente altruísta e caridosa, marcará, por certo, posição de relevo nessa campanha tão humanitária como cristã de auxiliar os que sofrem na Hungria. Ainda bem que a caridade — o mais nobre sentimento que pode albergar-se no coração dos homens — continua a ser praticada no mundo, particular e oficialmente apesar do ódio e da crueldade, que a Rússia Soviética, coerente com os seus péssimos princípios filosóficos, políticos, morais e religiosos, procura satanicamente espalhar por toda a parte aonde chega a sua nefasta influência*[813].

Em Dezembro de 1956 começam a ser anunciados os primeiros de uma série de transportes que trariam até Portugal «crianças húngaras entre os 12 e os 14 anos», «sem qualquer pessoa de família», as quais seriam, por esse mesmo motivo, acolhidas por «famílias e instituições portuguesas»[814]. Também mereceriam atenção os «milhares de cartas» recebidas pela sede da Caritas Portuguesa, de famílias dando conta do seu desejo de receber crianças húngaras e oferecendo donativos para os refugiados em Viena[815].

O primeiro grupo chegaria a Lisboa, na noite de 14 de Dezembro de 1956, acompanhado pelo monsenhor Stephano von Just, referido como primo dos príncipes de Bathyany, a bordo de um avião dos TAP, fretado pela Caritas Portuguesa. As 69 crianças seriam distribuídas por «algumas famílias portuguesas que, generosamente, se ofereceram para as receber». No regresso do avião a Viena seguiriam 5.200 quilos de donativos para os refugiados húngaros em Viena, entre «géneros alimentícios, roupas, […], vinho do Porto, […] presépios, caixas de costura, medalhas de Nossa Senhora de Fátima, com fitinhas com as cores da bandeira portuguesa, e muitos outros presentes de Natal». Acompanhando-os, a «Madame» Alves de Sousa, acompanhante das crianças, «Madame» Judite Beaufort Odry, intérprete, e os funcionários da Caritas, Serafim de Sousa e Manuel Sidarra, que deveriam ficar em Viena, para prestar assistência a refugiados húngaros[816].

Após a aterragem, o mesmo diário generalista apresentaria um número com menos 8 crianças, referindo ser o grupo constituído por 31 rapazes e 19 raparigas, entre os 11 e os 16 anos de idade, «pobremente vestidos, todos de forma diferente, loiros e morenos, ostentavam nos casacos, nas camisolas, nos pequenos sobretudos ou capas, medalhas de N. S. de Fátima, com fitas com as cores da bandeira nacional». À espera do avião, Fernanda Jardim com um grupo de colaboradores da Caritas, um médico de serviço e representantes da Igreja, da

---

[813] *O SOS da Caritas Internacional em prol dos húngaros perseguidos*. «Notícias de Beja» (10 Nov. 1955), p. 4.
[814] *Viena*. «A Voz da Verdade» (02 Dez. 1956), p. 2.
[815] *Viena*. «A Voz da Verdade» (09 Dez. 1956), p. 2.
[816] *Chegam hoje a Lisboa sessenta e nove crianças refugiadas húngaras*. «O Comércio do Porto» (14 Dez. 1956), p. 8.

Acção Católica Portuguesa, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Ministério do Interior, da Alfândega de Lisboa, e do aeroporto, entre outras individualidades, das quais um antigo ministro da Hungria em Portugal. No meio do aparato mediático, Stephano von Just, acompanhante dos jovens, sacerdote húngaro durante longos anos prisioneiro dos russos, prometia fazer, durante a sua estadia em Portugal, algumas conferências para contar o seu drama e do povo húngaro, anunciando que seria hóspede de António Pinto Basto, empresário e político, Procurador da Câmara Corporativa. Os rapazes, por seu lado, seriam encaminhados para a colónia de férias Dr. Pedro Teotónio Pereira, e as meninas para o Instituto de N. S. da Conceição, acompanhadas de quatro mães de bebés, refugiadas, que haviam também viajado com o transporte da Caritas[817]. O «Diário de Lisboa» acrescentaria que todos os refugiados estariam indocumentados, só podendo a Caritas distribuí-los pelos «7 mil lares portugueses inscritos» estando esse «pormenor» resolvido, notando ainda que «não se sabe sequer a que classe social pertencem estes seres trazidos pela ressaca da guerra». Refere também serem 40 os rapazes instalados na colónia de férias de Oeiras, onde dariam mostras de desagrado relativamente à comida portuguesa, mas também de grande excitação no que respeita ao pão branco e ao mar, onde entrariam mesmo com roupa, para grande aflição das cuidadoras que, sem os entenderem, aguardavam a chegada de um intérprete que «restabelecesse a ordem e ponha paz nos espíritos»[818].

O primeiro contingente destinado ao Porto chegaria à cidade apenas quatro dias mais tarde, contando com vinte e cinco rapazes, cinco raparigas e uma senhora, «escapando aos desvarios moscovitas que têm ensanguentado a pátria húngara». Entre os refugiados — estes efectivamente cumprindo os requisitos à época necessários para que assim fossem considerados —, dos 4 aos 15 anos, com «cabelos loiros, olhos azuis, faces morenas» e boa disposição, encontrar-se-iam, segundo refere «O Comércio do Porto», alguns que, definidos como heróis, em várias ocasiões, «estiveram nas barricadas, empunhando armas, com a consciência precoce de sacudir o jugo soviético». Em perfeito contraste com a realidade da qual se refugiavam, vindo acompanhados por um funcionário da Caritas de Lisboa e uma intérprete, seriam esperados, na estação de S. Bento por «D. Maria Alice Cálem, D. Ana de Figueiredo e D. Lina Soares, da comissão diocesana da Caritas», e, ainda, o Padre Alexandrino Brochado.

Em Lisboa teriam ficado algumas mães de crianças levadas para o Porto, esperançosas de que alguma família pudesse ainda querer acolhê-las, junto dos filhos. A respeito de uma delas nota o artigo ser «excelente cozinheira que figurou no quadro de um dos mais reputados hotéis de Budapeste». Representando, segundo o jornal, «várias religiões: católica, ortodoxa, protestante» e de «classe humilde», seriam recebidos com uma celebração na Capela das Almas, referindo-se que teriam pedido para «não ir para a América», tanto que haviam gos-

[817] *Sessenta e uma crianças húngaras chegaram ontem a Lisboa, em avião especial fretado pela Caritas Portuguesa*. «O Comércio do Porto» (15 Dez. 1956), p. 8.
[818] *O mar é a primeira tentação dos rapazes húngaros que ontem vieram para Portugal*. «Diário de Lisboa» (15 Dez. 1956), p. 1 e 7.

tado do calor, climatérico e humano, de Portugal. Às famílias seria dito que não os impedisse de fumar, hábito que teriam adquirido nas barricadas, para lhes facilitar a adaptação[819]. «A Voz do Pastor» referiria ressentir-se «a psicologia destes refugiados» das «arriscadas aventuras nas barricadas de Budapeste»[820].

A benevolência para com os acolhidos não duraria, contudo, até ao final da sua estadia, ainda que, tratando-se efectivamente de refugiados, fosse de prever que as suas permanências fossem mais duradouras que as oferecidas aos pequenos austríacos. Sobre esse assunto não discorreremos, uma vez que se desvia do nosso tema, ainda que as «crianças» húngaras tenham na verdade sido enviadas pela Caritas Austríaca, e da Áustria. Voltaremos ao assunto apenas quando uma comparação entre as duas experiências seja útil. É, contudo, importante acrescentar que o apoio à causa húngara não esmoreceria, bem como ao papel recém-descoberto da Áustria como país de refúgio, como já tivemos oportunidade de analisar. As suas dificuldades, porém, não deixariam também de ser notadas, ainda que de forma a enaltecer com maior vigor a sua acção.

Fig. 30. Primeiro grupo de refugiados húngaros na sua chegada ao Porto
Fonte: «O Comércio do Porto» (19 Dez. 1956), p. 1

[819] *Chegou, ontem, ao Porto o primeiro contingente de crianças húngaras.* «O Comércio do Porto» (19 Dez. 1956), p. 1 e 6.
[820] *Sorridentes? Pudera! Escaparam da morte!* «A Voz do Pastor» (28 Dez. 1956), p. 1.

> *A horrível e brutalíssima crueldade com que os comunistas de Moscovo estão dizimando o heróico povo húngaro obrigou muitas das famílias da nação mártir a buscar refúgio na Áustria, a única nação que confina com a Hungria em condições de liberdade e independência para as receber. As centenas de milhares de húngaros que ali se refugiaram, criou ao pequeno povo austríaco, para mais ainda com feridas a sangrar da opressão comunista, um problema grave de abastecimento e alojamento* […]. *Em todo o mundo civilizado, se ergueu um vasto e generoso movimento em favor das vítimas da tirania bolchevista. De todas as nações começaram a chegar a Viena carregamentos de víveres, roupas e medicamentos. A CARITAS e a CRUZ VERMELHA conseguiram organizar um magnífico serviço de distribuição. Após este movimento outro se organizou: o da colocação dos refugiados, de adultos e crianças. A América do Norte, Inglaterra, França e outras nações ofereceram colocação aos adultos e, assim, numerosos comboios e aviões transportaram, já e continuarão a transportar as vítimas do furor comunista. As crianças estão igualmente a ser enviadas em aviões para diversas nações, em cujas famílias são recebidas, depois de um serviço muito cuidado em que colaboram as CARITAS das diversas nações. Portugal, à semelhança do que já fizera quando a Rússia soviética ocupou a Áustria, recebeu também agora numerosas crianças refugiadas naquele país.* […] *Esta solidariedade cristã é uma das mais interessantes e expressivas notas da nossa civilização, criada à sombra da Igreja, que não deixou vir este bando de pequeninas avezitas humanas sem a companhia e responsabilidade de Mons. Just, heróico prelado que conheceu e sofreu os horrores das prisões comunistas da Hungria, das quais conseguiu escapar,* […] *refugiando-se depois na Áustria*[821].

A uma série de constantes e longas chamadas a primeira página acerca da chegada de refugiados húngaros a Portugal, não sucederia qualquer notícia sobre o assunto até ao final de 1958, ainda que continuem a ser feitas referências acerca da obra da Caritas, quer a respeito desta Acção quer dos donativos enviados para minorar os efeitos da situação que a desencadeara. No entanto, segundo registos disponíveis no Ministério dos Negócios Estrangeiros, vários refugiados húngaros seriam admitidos no país, muitos dos quais regressariam à Hungria assim que a situação estabilizou, com o controlo das tropas soviéticas[822].

Em meados de 1957, contudo, um novo transporte de crianças austríacas que nunca haviam sido acolhidas em Portugal seria anunciado. Referindo «o clima de simpatia criado na Áustria acerca do nosso país e da ternura das nossas famílias», um artigo dava conta de um pedido da Caritas Austríaca à congénere portuguesa, para que esta «empregasse esforços para trazer a Portugal, nos períodos de férias, um grupo de crianças austríacas dos três aos dez anos», sem encargos para as famílias de acolhimento. Era ainda assinalado que a Caritas aproveitaria o transporte para fazer voltar algumas crianças por convite, neste caso por um valor de 2.454$80, pela viagem de ida e volta, de comboio[823].

---

[821] *Crianças húngaras em Portugal*. «A Guarda» (04 Jan. 1957), p. 3.
[822] *Assuntos Políticos [internos e externos] da Hungria. 1956-1958.* Acessível no AHDMNE, Lisboa, Portugal.
[823] *Caritas — Comissão Diocesana do Porto*. «A Voz do Pastor» (27 Jun. 1957), p. 3.

Nesta altura a Caritas Portuguesa procurava reanimar publicamente a sua imagem, após uma fase de fortes críticas à sua actuação, nomeadamente relativamente à distribuição dos bens recebidos dos EUA[824], ganhando força as vozes que se levantavam contra a preferência por crianças estrangeiras[825] — ambas situações nas quais o Padre Alexandrino Brochado seria figura de proa, quer na acusação quer na defesa. Poderá ou não ser coincidência que, após uma menos feliz experiência com o, naturalmente, mais exigente acolhimento dos pequenos húngaros, e, numa situação interna especialmente desafiante, a Caritas Portuguesa tenha decidido retomar a Acção que lhe dera razão de existência e colocara numa situação privilegiada. Especialmente numa época em que o vocábulo «refugiado» se tornara corrente, com o conflito israelo-árabe e indo-paquistanês a marcarem a ordem do dia, além dos números associados à crise de refugiados causada pela II Guerra Mundial, ainda longe de resolução, a ser, nesta altura, totalmente atribuída à «fuga do comunismo».

«A Voz do Pastor» referiria mesmo «as condições actuais da Europa Central» como justificativas do «número avultado de crianças» que aquela zona se veria «obrigada» a distribuir «pelos países que gozam do benefício da paz», encarando a vinda do grupo de crianças austríacas, para passar as férias grandes no nosso país, como uma forma de «manter e ampliar estes laços de amizade», anteriormente criados[826]. As «algumas centenas» de crianças confiadas às famílias portuguesas deveriam chegar a Vilar Formoso a 17 de Julho de 1958, estando 25 (20 raparigas e 5 rapazes) destinadas à diocese de Beja[827]. Alegados «motivos de força maior», porém, atrasariam a chegada do transporte para data indefinida, sendo referida a «perturbação do seu país» como justificativa da efectivação do mesmo[828]. Não nos foi possível apurar a data de chegada deste transporte, que terá sido, de acordo com a documentação analisada, o último. Existe, contudo, um relatório enviado por uma mãe de acolhimento à Caritas Diocesana do Porto, acerca da sua acolhida, que data de 28 de Julho[829], facto que nos leva a crer que o atraso do transporte não terá sido significativo.

O mesmo não acontece relativamente à grande maioria dos transportes de crianças convidadas. Apesar disso, os números da Caritas Austríaca apresentados por Maisel-Schulz, relativos às crianças austríacas enviadas para Portugal, dão-nos alguma segurança no que se refere, pelo menos, ao número de crianças transportadas. As crianças húngaras acolhidas a partir de 1956 não foram, certamente, contabilizadas como austríacas, ainda que provenientes da Áustria, uma vez que os números apurados referentes a 1956, por exemplo, não chegam ao total de

---

[824] BROCHADO, Padre Alexandrino (1956) — [Carta] 1956 Jun. 08, Porto [a] Fernanda Jardim. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[825] *A Caritas e as crianças portuguesas*. «A Voz do Pastor» (23 Ago. 1958), p. 2.
[826] *Caritas Diocesana do Porto — Crianças Austríacas*. «A Voz do Pastor» (10 Mai. 1958), p. 2.
[827] *Caritas Portuguesa*. «Notícias de Beja» (12 Jul. 1958), p. 6.
[828] *Caritas Portuguesa*. «Notícias de Beja» (19 Jul. 1958), p. 6.
[829] *Relatório de Bernardo Nogueira à Caritas Diocesana do Porto. 1958-07-28, Ancede.* Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

crianças húngaras que os diversos artigos jornalísticos analisados adiantam, ainda que não sejam, como vimos, as fontes mais fiáveis, no que a estes números diz respeito, e que, mesmo neste caso, e ainda que sejam bastante próximos, não sejam correspondentes.

4.2.1.2. Divulgação da Acção e selecção das famílias de acolhimento

Relativamente às crianças enviadas pela primeira vez, a Caritas Áustria responsabilizava-se, como vimos, pela sua selecção, sendo as crianças convidadas a voltar, como o próprio nome indica, escolhidas pelas famílias de acolhimento que as haviam já recebido pelo menos uma vez.

Quanto às primeiras, a Caritas Portuguesa tinha a seu cargo, além de, como vimos, o auxílio à preparação das viagens e financiamento das mesmas, a selecção das famílias para distribuição das crianças determinadas pela congénere austríaca como especialmente necessitadas. Este processo terá começado aquando da criação da própria Caritas Portuguesa. Não existindo documentação relativa aos primeiros procedimentos de difusão da Acção, podemos apenas supor que terão sido os mesmos que em momentos posteriores. Relativamente ao primeiro turno de crianças acolhidas, por exemplo, os 50 pequenos austríacos terão sido acolhidos, ao que tudo indica — e como teremos oportunidade de analisar de seguida —, num primeiro momento, numa colónia de férias na Costa da Caparica e posteriormente distribuídos por famílias de acolhimento por um período de 8 meses. A estadia, de um total de um ano, terá envolvido muito provavelmente famílias próximas dos membros da organização, possivelmente da diocese de Lisboa, e alguma família inscrita já em 1946 — visto que só uma se encontra nestas condições[830] e todos os outros Boletins datam de depois de Outubro de 1947, não sendo, por isso, elegíveis para receber crianças deste primeiro turno.

Para receber o segundo grupo, as medidas terão sido provavelmente mais próximas das que seriam registadas relativamente aos turnos seguintes, resumindo-se, contudo, às famílias de acolhimento inscritas em Bragança — diocese que, provavelmente por isso mesmo, se viria a autodenominar «primeira a secundar e a acarinhar este movimento»[831] — e em Tomar — sendo a existência de uma secção especialmente dedicada a este concelho, entre os dossiers do Arquivo da Caritas Portuguesa, um possível resultado desta constância em termos de colaboração[832].

De acordo com uma carta enviada pelo responsável pela Caritas Diocesana de Bragança, Padre José dos Santos Marcos, a Fernanda Jardim, em Março de 1950, à circular enviada pela direcção da Caritas Central aos representantes de cada diocese[833], instando-os a partilhar a mesma mensagem com os párocos à sua responsabilidade e os respectivos paroquianos, seguia-se o envio de cópias da mesma aos referidos párocos, o apelo à participação das famílias por eles consideradas «capazes» material e moralmente à participação na Acção — quer pessoalmente quer por meio de anúncios públicos, usualmente levados a cabo durante as cele-

[830] *Boletim de Inscrição. 1946-11-20, Torres Novas.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[831] *Mais crianças austríacas vítimas da guerra chegaram à nossa Diocese*. «Mensageiro de Bragança» (10 Jul. 1949), p. 1.
[832] *Boletins de Inscrição do Patriarcado: Concelho de Tomar*. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[833] Anteriormente transcrita.

brações litúrgicas — e, por vezes, propaganda, quer nos jornais diocesanos, através de notas de imprensa[834], quer, ainda que excepcionalmente, em programas radiofundidos.

A Caritas Diocesana do Porto, por exemplo, lançaria, a 1 de Abril de 1949 às 19:05, o seu programa de rádio quinzenal, a ser transmitido pela estação norte da Rádio Renascença, destinado «à propaganda do trabalho da Caritas em todo o mundo, e particularmente nesta Diocese». Numa carta a Fernanda Jardim, Filipe Craveiro de Sousa pedia, em nome da mesma Comissão, autorização para que o programa se tornasse de difusão nacional. Não cremos, contudo, por falta de dados que o comprovem, que tal iniciativa se tenha vindo a realizar[835]. O programa, cujo conteúdo, antes de passar pela censura, deveria ser aprovado pela Caritas Central, ainda que nem sempre o fosse, por falta de celeridade da parte daquela[836], seria usado para informar acerca das acções da Caritas, com grande destaque para o acolhimento de crianças estrangeiras. Incluiria histórias sobre os acolhidos, notas sobre partidas e chegadas, mensagens de e para os pequenos, e mesmo uma resposta de Fernanda Jardim a críticas sobre a organização[837].

Mimi, filha do casal que acolheria Alois em Calendário, Famalicão, conta que a notícia chegaria à sua família, extremamente devota, no final de uma missa dominical[838]. Também o testemunho de Balbina, descendente da família de acolhimento de Werner, muito ligada à paróquia e a movimentos católicos em Vila das Aves, sendo o seu avô conselheiro do pároco local, leva a crer que tenha sido essa mesma proximidade a proporcionar o encontro[839]. Caso idêntico é o de Amândio Pereira de Carvalho, que tinha como visita habitual de casa o pároco da Sé de Lamego, Padre Aníbal, vindo este a privar com as duas crianças por ele acolhidas[840]. Também os pais de Maria da Luz, que acolheriam duas crianças austríacas, eram «muito católicos». José Sebastião Marques Antunes, que estudara com o futuro Cardeal Cerejeira e João da Providência e Costa[841] e era «amicíssimo» do Professor Amorim Girão[842] em Coimbra, «participava em tudo» o que dizia respeito à religião, em Alvoco das Várzeas, Oliveira do Hospital, fazendo da sua casa «um porto de abrigo» para os padres, de quem era

---

[834] SECRETARIA EPISCOPAL DE BRAGANÇA (1950) — [Carta] 1950 Mar. 31, Bragança [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

[835] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Mar. 30, Porto [a] Fernanda Jardim. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

[836] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Mar. 30, Porto [a] Fernanda Jardim. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

[837] CARITAS DIOCESANA DO PORTO [1949-195?] — *Guiões do programa de rádio da Caritas Diocesana do Porto na Rádio Renascença*, Porto. Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

[838] Maria de Fátima Correia Soares e sobrinha Ema (08 Fev. 2017), entrevista gravada.

[839] Balbina Fernandes (17 Mai. 2016), entrevista gravada.

[840] Maria João Amaral (16 Ago. 2017), entrevista anotada.

[841] Licenciado em Filologia Germânica em 1916, doutorou-se em 1919, tendo sido professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, director dos Institutos Alemão, Norte-Americano e de Estudos Portugueses, Secretário e Director da Faculdade (1939-1944; 1955-1963) e reitor substituto da Universidade, em 1963. «À sua iniciativa, apoio e sugestões se deve a existência da quase totalidade das revistas publicadas pela Faculdade de Letras de Coimbra». Cf. UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Biblioteca Geral, [s.d.].

[842] Considerado uma autoridade científica no âmbito da Geografia de Portugal, seria com base nos seus trabalhos que se traçaria a divisão administrativa de Portugal continental em províncias, em 1936. Formado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, foi professor e director da mesma. Cf. *Amorim Girão*, [2013-2018].

«muito amigo» e por quem era «muito considerado»[843]. O mesmo se poderia dizer da família Basto, residente em Barcelos à época do acolhimento de Gottfried Nemcicky, com vários sacerdotes na família e, inclusivamente, laços de sangue com altos representantes da Igreja Católica à época. Nina, descendente que viveu a experiência, conta que terá sido a relação próxima com uma senhora influente, Joaquina «Quininha» da Cunha Vieira, que terá levado à possibilidade de acolhimento. Cunhada de um industrial muito conceituado da terra (proprietário das fábricas têxteis «Barcelense» e «Tebe») e, juntamente com a irmã, «Dona Glória Duarte», muito ligada a causas sociais, seria em casa desta senhora que se realizaria a distribuição local das crianças trazidas pela Caritas, tratando ela de procurar as «melhores famílias» para receber, naturalmente entre as suas pessoas de confiança e que considerava terem «boas casas»[844]. Da mesma forma, os irmãos Bento crêem ter sido alguém «que a Caritas tinha lá em Cantanhede» que terá feito chegar ao pai, pessoa com meios e prestígio na terra, o apelo internacional[845].

No caso da família Bicho, o contacto com a Acção advinha da participação da mãe da entrevistada, Júlia, nos transportes, enquanto voluntária do núcleo da Caritas na Covilhã, desempenhando também o papel de angariadora de inscrições para acolher crianças entre as famílias da diocese da Guarda[846]. Também a família Sarmento contava com uma voluntária nos escritórios da Acção Católica e colaboradora «nessas coisas todas da Caritas», Amélia Avis do Espírito Santo Sarmento, que viria a ser mãe de acolhimento de três crianças, de diferentes nacionalidades, no Porto. Sendo prática comum entre as senhoras mais próximas das actividades da Igreja, também a filha, Lucinda, recorda ter participado dos «grandes peditórios» da Caritas que «custava tanto fazer», sendo natural que tal actividade das mulheres da família trouxesse consigo o conhecimento da Acção[847]. O mesmo se aplica à família Medeiros, de Lisboa, cuja matriarca, Maria da Graça Pimentel Scarlett, «tinha sempre um relacionamento muito grande com os priores da freguesia e tudo ligado à Igreja». A mãe, figura dominante na família, incutiria nas filhas o mesmo zelo religioso e sentido de participação cívica, tendo, segundo a mais nova, Maria, certamente tido conhecimento da possibilidade de receber uma criança estrangeira através da paróquia, acabando por acolher, em momentos diferentes, quatro[848].

Para José Ferreira Lourenço, bisavô de Manuel Godinho, por nós entrevistado, a proximidade à Igreja aliar-se-ia à experiência prévia no acolhimento a refugiados judeus, à sua passagem pela estação ferroviária de Vilar Formoso, no início dos anos 40, no sentido de proporcionar o acolhimento a uma menina austríaca. Amigo pessoal do pároco, Padre Monteiro, principal impulsionador das duas acções de acolhimento a estrangeiros naquela zona, e de

[843] Maria da Luz Lencastre (29 Jul. 2018), entrevista gravada.
[844] Maria de Fátima Queirós de Sousa Basto (09 Jun. 2017), entrevista gravada.
[845] Luís Rocha San Miguel Bento e irmãos Adelino, Helena e Manuel (30 Mar. 2016), entrevista gravada.
[846] Maria Júlia Lopes Barata Ferreira Bicho Pacheco Delgado e filhos Nuno, Margarida e Luís (11 Jun. 2017), entrevista gravada.
[847] Maria Lucinda do Espírito Santo Rodrigues Sarmento Melo e sua sobrinha Constança (30 Set. 2017), entrevista gravada.
[848] Maria João Medeiros (31 Mai. 2016), entrevista gravada.

Zacarias Vivas, homem com uma «forte ligação ao poder e à Igreja», grande benemérito da terra, a quem fora entregue a concessão da linha da Beira Alta e que acolhe também uma criança austríaca, neste caso no Cadaval, José seguiria o apelo e o exemplo dos seus pares[849].

As famílias interessadas deveriam, segundo a circular anteriormente referida, comunicar a sua intenção de receber crianças estrangeiras no âmbito desta Acção ou à Secretaria do Bispado da sua diocese ou directamente à União de Caridade Portuguesa. Tal intenção deveria, contudo, ser acompanhada do preenchimento — de forma mais ou menos completa, aparentemente consoante o grau de afinidade com o pároco que lhes fazia chegar os formulários — de um Boletim de Inscrição, ao qual os párocos responsáveis deveriam acrescentar uma nota pessoal avaliando as maiores ou menores competências de cada família para a assunção da responsabilidade a que se propunham.

Os boletins em causa, fornecidos pela Caritas Central a todas as diferentes dioceses — nem sempre em tempo útil, segundo uma série de pedidos sem resposta da parte da congénere da diocese do Porto[850] —, foram sendo actualizados, geralmente acrescentando informações pedidas aos dados a ser disponibilizados pelos inscritos.

Os primeiros — tendo em conta as datas das inscrições — limitavam-se a inquirir sobre o nome, número do cartão de identificação, data de nascimento, naturalidade, profissão, religião professada, residência (e tempo de residência no mesmo local) e telefone dos candidatos. Além disso as informações incluíam também o número de crianças a acolher, por quanto tempo, o sexo, idade e nacionalidade preferidas, e se o candidato desejava contribuir monetariamente para a Acção da Caritas e por quanto tempo. Uma nota no final do boletim lembrava que as famílias que recebessem crianças seriam responsáveis pelas despesas das viagens «de Lisboa para a província»[851]. A versão seguinte acrescentava às informações anteriores o estado civil e um espaço para observações, usualmente utilizado para referir os dados de crianças convidadas[852].

Em dado momento (possivelmente quando os pedidos de novos boletins à Caritas Portuguesa não surtiam efeito) a Caritas Diocesana do Porto utilizaria um formulário próprio em tudo semelhante à segunda versão (Fig. 31).

A terceira versão do boletim (Fig. 32) acrescenta às informações previamente descritas a nacionalidade do chefe de família, questões sobre os serviços públicos existentes na localidade de acolhimento, as preferências da família caso as suas prioridades não pudessem ser satisfeitas e a possibilidade de declarar não ter condições para arcar com as despesas de deslocação da criança acolhida até à capital.

A totalidade dos boletins que tivemos oportunidade de analisar — quer dos mantidos no Arquivo da Caritas Portuguesa (686) quer dos guardados pela Caritas Diocesana do Porto (79)

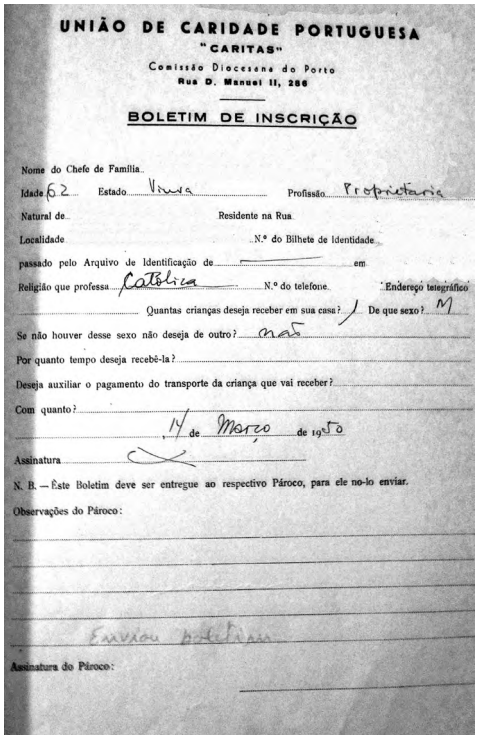
---

[849] Manuel Godinho (07 Jun. 2018), entrevista gravada.
[850] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Fev. 12, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[851] *Boletim de Inscrição I.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[852] *Boletim de Inscrição II*. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

— não se aproxima de um número representativo da realidade nacional. Ainda assim, tentaremos, com base nos dados recolhidos em 765 boletins, desenhar um quadro aproximativo das condições apresentadas pelas famílias de acolhimento que se candidataram e foram escolhidas para desempenhar tal função.

Relativamente às famílias que enviaram a sua candidatura directamente à Caritas Central, não nos dedicaremos a analisar os diferentes dados de acordo com a localidade de proveniência, uma vez que para tal só se justificaria com um maior volume de informações relativas a cada diocese. Uma vez que neste caso nos limitamos às informações de duas dioceses — sendo que uma delas inclui candidaturas de todo o Portugal —, concentrar-nos-emos em outros aspectos, tratando de comparar a totalidade dos dados relativos à diocese do Porto com os da generalidade do país, enviados a Lisboa.

No caso da Caritas Central, separaremos também os dados em duas fases, uma primeira que diz respeito aos boletins enviados entre Novembro de 1946 e Janeiro de 1948 (designada de «1.ª fase»), e uma segunda, de Maio de 1948 a Março de 1952 («2.ª fase»), quase exclusivamente referente a famílias que não recebiam pela primeira vez.



UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA
"CARITAS"
Comissão Diocesana do Porto
Rua D. Manuel II, 286

BOLETIM DE INSCRIÇÃO

Nome do Chefe de Família
Idade 62 Estado Viuva Profissão Proprietaria
Natural de Residente na Rua
Localidade N.º do Bilhete de Identidade
passado pelo Arquivo de Identificação de em
Religião que professa Católica N.º do telefone Endereço telegráfico
Quantas crianças deseja receber em sua casa? 1 De que sexo? M
Se não houver desse sexo não deseja de outro? não
Por quanto tempo deseja recebê-la?
Deseja auxiliar o pagamento do transporte da criança que vai receber?
Com quanto?
14 de Março de 1950
Assinatura
N. B. — Êste Boletim deve ser entregue ao respectivo Pároco, para ele no-lo enviar.
Observações do Pároco:
Enviou boletim
Assinatura do Pároco:

Fig. 31. Boletim de Inscrição da Caritas Diocesana do Porto para famílias interessadas em acolher crianças estrangeiras
Fonte: ACDP

UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA
«CARITAS»
RUA MARQUÊS DA FRONTEIRA, 10, R/C.
TELE FONE 4 2675 / GRAMAS: CARITAS
LISBOA

BOLETIM DE INSCRIÇÃO

Nome do Chefe de Família
Idade *no estado de* *de Profissão*
Natural de *e residente em*
Nacionalidade *Religião que professa*
Qual o número de passaporte? *(Se o tiver, se for estrangeiro)*
Qual o número do bilhete de identidade?
Endereço telegráfico *Qual o número do Telefone?*
privado, se o tem *Qual o posto público? (se houver)*
Na localidade? *Na Escola?*
No caso afirmativo, de que sexo?
Há médico? *Farmácia?*
Quais os meios de comunicação que tem com a sede do concelho?
e com Lisboa?
Quantas crianças deseja receber em sua casa? *de que sexo?*
Se não houver crianças do sexo preferido, não deseja de outro?
Se houver de mais de uma nacionalidade, de qual prefere?
Por quanto tempo deseja recebe-la?
Responsabiliza-se pela despesa da viagem de *até Lisboa?*
Não podendo receber nenhuma criança pode e deseja contribuir com alguma quantia ou quota mensal ou anual para as despesas da «Caritas Portuguesa»?
Com quanto?
(Data)
ASSINATURA
MINDE

N. B. — Os boletins de inscrição devem ser enviados através dos Rmos Párocos.
As famílias que receberem crianças serão responsáveis pelas despesas de viagem de *até Lisboa, excepto se declararem não poder.*

Fig. 32. III Boletim de Inscrição da Caritas Portuguesa para famílias interessadas em acolher crianças estrangeiras
Fonte: AUCPL

É também importante referir que dos boletins analisados, nem todas as secções eram preenchidas, dando-se casos em que apenas o nome do candidato era fornecido, talvez por se tratar de pessoa próxima do avaliador. Por outro lado, existem também boletins em mau estado de conservação, com campos não legíveis, ainda que o candidato os tenha preenchido devidamente. Esses serão também contados no total de respostas mas não incluídos nos quadros analíticos.

Assim, relativamente à idade dos candidatos, por exemplo, no que se refere à 1.ª fase dos boletins arquivados na Caritas Central apenas 41% responderam, na 2.ª fase a percentagem sobe para os 78% (uma vez que, na maioria dos casos, se tratava de famílias interessadas em receber a mesma criança pela segunda vez e portanto extremamente motivadas em dar a conhecer os seus predicados), e na diocese do Porto para os 87%.

Os dados recolhidos permitiram-nos elaborar a seguinte tabela.

Tabela 6. Idades dos chefes de famílias candidatas ao acolhimento

Idades	Caritas Portuguesa (1.ª fase)	Caritas Portuguesa (2.ª fase)	Caritas Diocesana do Porto	Total	(%)
< 30	16	12	4	32	7,5
30-49	91	64	30	185	43,5
50-69	70	77	30	177	41,7
70 e +	19	9	3	31	7,3
Total	196 (de 477 boletins)	162 (de 170 boletins)	67 (de 79 boletins)	425 (de 765 boletins)	

Fonte: *Boletins de inscrição.* Acessível no AUCPL*; Boletins de inscrição*. Acessível no ACDP

Regra geral é notória, entre os respondentes, a predominância de candidatos entre os 30 e os 69 anos, sendo que, na que estabelecemos como sendo a 2.ª fase relativamente aos dados referentes à Caritas Portuguesa, a predominância cresce na faixa entre os 50 e os 69 anos, representando, em termos gerais — porque nos referimos aos dados de todo o país —, um ligeiro aumento da média de idades dos representantes das famílias de acolhimento ao longo dos anos e com a evolução das modalidades de acolhimento.

Esta tendência conjuga-se com as relativas ao estado civil e à profissão desempenhada, evidente nas seguintes tabelas e gráficos, para confirmar a preferência constantemente expressa pelos organizadores da Acção — «capacidade material e moral» —, sendo que, casais com filhos da idade das crianças a acolher parecem ter sido tendencialmente considerados proporcionadores do ambiente ideal para aqueles.

Numa 2.ª fase, e como tendencialmente as famílias que já tinham acolhido pretenderam convidar as crianças já uma vez acolhidas, o âmbito ter-se-á alargado a candidatos de mais idade.

Tabela 7. Estado civil dos chefes de famílias candidatas ao acolhimento

Estado civil	Caritas Portuguesa (1.ª fase)	Caritas Portuguesa (2.ª fase)	Caritas Diocesana do Porto	Total	(%)
Casado	163	100	59	322	72,7
Solteiro	20	17	7	44	9,9
Solt. (sacerdote)	13	20	2	35	7,9
Viúvo	21	14	5	40	9,0
Divorciado	2	–	–	2	0,5
Total	219	151	73	443 (de 765)	

Fonte: *Boletins de inscrição.* Acessível no AUCPL; *Boletins de inscrição*. Acessível no ACDP

Tendo em conta que a percentagem de respostas a esta questão é ligeiramente superior (em 7% na 1.ª fase da Caritas Portuguesa e em 5% na diocese do Porto) à da questão da idade, excepto no referente à 2.ª fase (menos 6%), não deixa de ser clara a supremacia dos candidatos casados, sendo ainda de destacar o peso dos que optaram pelo celibato por uma questão de vocação religiosa. O sacerdócio é, aliás, uma das actividades mais repetidas no que se refere ao campo «Profissão».

Relativamente a este indicador é importante referir que se trata de uma autodenominação baseada na estrutura socioprofissional da época em causa, sobre a qual não nos debruçaremos nesta investigação[853]. É importante também notar que se trata, na grande maioria dos casos, de uma elite, de alguma forma afecta ao regime, sendo que as cinco profissões/actividades com maior número de ocorrências incluem proprietários, sacerdotes, comerciantes e industriais (possivelmente também proprietários). Os padres são, portanto, apenas menos numerosos que os proprietários (geralmente não fazendo menção do género de propriedade a que se referem, mas mais provavelmente agrícolas, uma vez que os restantes se denominam como «comerciante» ou «industrial») e as «domésticas».

De notar também a grande representatividade das domésticas, aparecendo em segundo lugar nas ocorrências mais comuns, constituindo a grande maioria das senhoras candidatas (77%), sendo ainda de referir o facto de se terem apresentado enquanto «chefes de família». Tal facto, não se relacionando directamente com o estado civil, prender-se-á certamente com o facto de as senhoras serem, tendencialmente, aquelas que mais participavam nas actividades ligadas à Igreja e/ou de cariz solidário, sendo impulsionadoras, como vários dos casos analisados comprovam, da participação da família na Acção levada a cabo pela Caritas, organização na qual eram também maioria.

Representando cerca de 33% do total dos inscritos, relativamente à 1.ª fase referente aos dados da Caritas Portuguesa, quase metade das candidatas não preenche, contudo, o campo relativo a profissão, sinal da desvalorização da actividade profissional no universo feminino,

[853] Para mais informações sobre o assunto consultar: NUNES & BRITO, 1990; PATRIARCA, 1995.

natural à época, sendo ainda de notar que certas senhoras se limitavam a indicar o seu título nobiliárquico antes do nome, como no caso da Condessa de Almoster. O mesmo não se verifica na 2.ª fase dos dados da Caritas Portuguesa e menos ainda nos referentes à Caritas Diocesana do Porto, em que todas as mulheres inscritas fazem questão de mencionar a sua ocupação.

Tabela 8. Profissões/ocupações dos chefes de famílias candidatas ao acolhimento (%)

Estado civil	Caritas Portuguesa (1.ª fase)	Caritas Portuguesa (2.ª fase)	Caritas Diocesana do Porto	Total	(%)
Proprietário	65	49	13	127	25,2
Doméstica	57	20	12	89	17,7
Sacerdote	23	20	3	46	9,15
Comerciante	24	14	7	45	8,95
Industrial	20	11	3	34	6,76
Médico	19	4	5	28	5,57
Agricultor	13	8	–	21	4,17
Funcionário Público	7	5	3	15	2,98
Engenheiro	8	3	2	13	2,59
Empregado	9	–	4	13	2,59
Militar	9	2	–	11	2,18
Professor/a	6	3	2	11	2,18
Veterinário	3	2	2	7	1,39
Alto Cargo Público	4	2	–	6	1,19
Advogado	3	2	–	5	0,99
Farmacêutico	1	2	2	5	0,99
Comercial	1	–	2	3	0,59
Contabilista	1	1	1	3	0,59
Religiosa	2	1	–	3	0,59
Estudante	2	1	–	3	0,59
Banqueiro	–	–	1	1	0,19
Inspector da PJ	–	–	1	1	0,19
Técnico de Moagem/Ford	1	–	1	2	0,40
Padeiro	–	1	1	2	0,40
Ferroviário	–	2	–	2	0,40
Alfaiate/Modista	2	–	–	2	0,40
Lavador	1	–	–	1	0,19
Barbeiro	1	–	–	1	0,19
Serralheiro	1	–	–	1	0,19
Pensionista	1	–	–	1	0,19
Sem Profissão	1	1	–	2	0,40
Total	284	154	65	503 (de 765)	

Fonte: *Boletins de inscrição.* Acessível no AUCPL; *Boletins de inscrição*. Acessível no ACDP

Além da grande maioria de domésticas, há também um número significativo de proprietárias (15,9%, apenas duas somando a esta actividade uma outra, no caso comerciante e doméstica), algumas professoras (7 no total), duas farmacêuticas, uma modista, uma comerciante, uma «empregada» e uma estudante. Tendo em conta que, na altura, nenhuma das profissões em causa exigia estudos superiores, apenas o estatuto de estudante poderá ser indicativo de posição social especialmente privilegiada, neste caso referente a uma jovem nos seus 18 anos, o que poderá ser indício de se tratar de uma das voluntárias da Caritas, usualmente, como veremos, recrutadas entre familiares de colaboradores da instituição. Também as professoras seriam, certamente, de origem social elevada, visto que a função exigia mais estudos do que os habitualmente reservados às mulheres, entre as relativamente poucas que tinham oportunidade de estudar.

Há que notar o número significativo de solteiras e viúvas entre as candidatas, nomeadamente entre as que se assumem como proprietárias ou com uma profissão, seja ela qual for. O número das casadas, ainda que, no geral, superior ao das restantes situações, é igualado pelo das viúvas na 2.ª fase dos dados da Caritas Portuguesa e ultrapassado pela soma das viúvas e solteiras no caso da Diocese do Porto. Quanto à 1.ª fase da Caritas Portuguesa, chega quase aos 57% o número de mulheres que não preenchem o campo «Estado», sendo apenas uma a mulher que se assume como divorciada numa época em que, apesar de legal, o divórcio ainda não era visto com bons olhos pela sociedade, especialmente tratando-se de uma mulher num meio católico.

Relativamente ao campo «Religião», não surpreendentemente, entre 95 (na 1.ª fase da Caritas Portuguesa) e 100% (na diocese do Porto) dos candidatos que responderam declaram-se «Católicos». Entre os que não preencheram este campo (26,7%), poderão encontrar-se aqueles que, por pensarem que a Acção se dedicava em exclusivo a crianças e famílias católicas, não tenham mencionado a sua prática religiosa (ou falta dela) para não arriscarem ser postos de parte por esse motivo. Numa carta enviada pela Caritas Diocesana do Porto a um interessado em receber uma criança protestante, por ser, ele próprio, membro desse ramo do Cristianismo, a delegação explica não se limitar a Acção a crianças católicas e procurar a Caritas entregar as crianças a pessoas da respectiva religião, por não querer influir nas suas crenças[854]. A diversidade nesse aspecto não seria, contudo, significativa.

Não significativa era também a diversidade em termos da «Nacionalidade», visto que mais de 97% das respostas relativas a este campo se referem a cidadãos de nacionalidade portuguesa. Espanha, Áustria, Brasil, França e Holanda aparecem com um representante cada. São ainda candidatos dois cidadãos suíços. Naturalmente, o número dos que apresenta o seu número de Bilhete de Identidade é relativamente reduzido (29%), visto que à época o documento era apenas obrigatório para o exercício de uma profissão, matrícula em liceus e uni-

[854] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Fev. 01, Porto [a] candidato a acolhimento. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

versidades (em ambos os casos só a partir de 1927), concessão de passaportes, licenças de caça e de uso e porte de armas, jovens em idade militar e nubentes (a partir de 1926)[855]. Os números de Passaporte são, naturalmente, menos ainda, sendo que um pertence ao cidadão brasileiro anteriormente referido. Recorrente é a assinatura dos documentos pelo padre responsável ou elemento da família que não aquele que se candidata, aparecendo por vezes a nota «não sabe assinar».

As percentagens dos que preenchem os campos relativos à existência de infra-estruturas na localidade (24%), à possibilidade de patrocinar o transporte das crianças até ao ponto de encontro — geralmente Lisboa — (11,6%) e à vontade de fazer um donativo à Caritas (0,5%) são as menores de todo o documento, sendo que na diocese do Porto a última questão não consta da grande maioria dos boletins.

Relativamente à existência de infra-estruturas, raros são aqueles que respondem «não» (8 no total da Caritas Portuguesa e apenas 1 nos dados da delegação do Porto), havendo ainda casos que referem apenas a existência de médico (11 no total) ou farmácia (1), e duas respostas «perto». Quanto à possibilidade de auxiliar no transporte das crianças até ao ponto de encontro, as respostas negativas já ganham peso (21%), acompanhadas de duas situações em que é proposto um local mais próximo para entrega das crianças, contudo as respostas positivas continuam em larga vantagem, só suplantadas pela ausência de resposta. Nos boletins da diocese do Porto, a grande maioria das respostas positivas faz-se acompanhar da referência ao valor que o candidato está disposto a disponibilizar para este gasto. A respeito dos donativos, do total geral de 42 respostas, apenas 3 são negativas, preferindo aqueles que não tencionavam contribuir, provavelmente, manter-se em silêncio relativamente à questão, mais uma vez, para não reduzir as suas possibilidades de vir a ser contemplados com uma criança, o mesmo se aplicando às restantes questões, sendo possivelmente numerosas as situações em que as localidades se encontravam distantes da capital e mesmo de infra-estruturas consideradas essenciais. Só num caso o candidato refere que «não pode» dispor da importância necessária, podendo colocar, desta forma, em causa a sua «capacidade material» para suprir as necessidades consideradas essenciais pela Caritas.

No caso de se tratar de candidaturas entregues directamente aos párocos ou padres de alguma forma ligados à comunidade, os próprios colocavam no final do boletim uma nota de avaliação relativa ao candidato. Entre elas raramente se encontram avaliações negativas, resultado, certamente, do facto de, como tivemos oportunidade de analisar, os candidatos reunirem, em geral, condições que os colocavam numa posição socioeconómica considerada elevada. Tal posição era, muitas das vezes, condição para uma boa relação com elementos da Igreja e, à época, tal relação e uma prática religiosa recorrente eram também um sinal de prestígio por parte dos tidos como socialmente superiores ou que almejavam sê-lo.

---

[855] ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA TORRE DO TOMBO, [s.d.].

Assim, regra geral, o sacerdote responsável certificava a idoneidade da família em causa declarando ser, em termos gerais, «de toda a respeitabilidade e capaz de proporcionar à criança todo o bem-estar e caridade cristã»[856], digna «de receber em sua casa a criança que deseja»[857], «católica praticante e de posição social elevada»[858], «de confiança»[859]. Uma família é descrita como «cristã e de boa vida e costumes; não tem maus hábitos nem doenças contagiosas; tem possibilidades materiais e desejo e recta intenção para receber uma criança» [860]. Na descrição de uma outra acrescenta-se o facto de se tratar de «sobrinhos do Sr. Arcebispo de Évora»[861].

O pai de acolhimento de Ilse, por exemplo, seria avaliado como «católico praticante e de conduta moral exemplar»[862]. Enquanto tesoureiro do Grémio dos Armazenistas de Mercearia, José Maria da Fonseca, originário de uma família do Porto, definida pela própria filha, Ilona, como «conservadora», trabalhava no centro do sistema corporativo do Estado Novo. Tendo abandonado a casa paterna porque, enquanto filho mais novo, não tivera a oportunidade de estudar, à diferença de outros irmãos, José mudar-se-ia para Coimbra e, mais tarde, para Lisboa, onde trabalharia num banco até ao falecimento do progenitor, comerciante, altura em que começaria a dedicar-se a negócios próprios, para os quais, segundo Ilona, «nunca teve muito jeito». Acabaria por integrar-se no Grémio por influência de um dos irmãos mais velhos, ele próprio comerciante e membro do Grémio, numa altura em que «as coisas estavam […] piores monetariamente», acabando por dedicar-se também à construção civil, tendo criado uma sociedade. Acabaria por «recompor a sua vida» e mudar-se para Queluz, com a filha, então com 7 anos, a quem dera, entretanto, uma segunda mãe, ao casar pela segunda vez. Ilona só conheceria a mãe biológica aos 9 anos de idade. Atleta olímpica e acrobata alemã que voltara ao país de origem quando a filha tinha apenas 2 anos de vida, a progenitora procurara refúgio em Portugal no início do conflito mundial, contando com a ajuda do ex-marido, possivelmente, de acordo com alguns indícios, por ter ascendência judaica. Para Ilona seria, contudo, um evento sem grande significado, na altura, visto que já tinha encontrado uma figura materna, que teria o «grande desgosto» de perder com apenas 13 anos de idade. O pai, que define como «uma pessoa muito poupada», porque «tinha vivido várias vidas e tinha chegado a ter dificuldade», e «católico, mas não muito praticante», dar-lhe-ia, ainda, uma terceira mãe, bastante mais jovem, que seria, como a anterior, a companhia de Ilona no cumprimento dos preceitos católicos, mais comum entre as senhoras. Já com Ilona crescida, estudante no ensino superior, o casal, desejoso de ter um filho, mas sem conseguir durante anos[863], decidiria acolher uma menina entre os 7 e os 10 anos de idade, sem preferência de nacionalidade. Sem

[856] *Boletim de Inscrição, Padre Manuel Custódio. 1949-05-09, Riachos*. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[857] *Boletim de Inscrição. 1949-02-23, Lisboa*. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[858] *Boletim de Inscrição, Padre Alfredo Alberto Gomes. 1948-10, Vila da Feira.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[859] *Boletim de Inscrição, Padre Jaime Alves Oliveira. 1948-05-20, Alferrarede.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[860] *Boletim de Inscrição, Padre Manuel Oliveira. 1948-10-11, Eiras do Vimeiro*. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[861] *Boletim de Inscrição. 1949-05-19, Vale de Santarém.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[862] *Boletim de Inscrição, Padre Alfredo Alberto Gomes. 1948-10-08, Lisboa.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[863] Ilona Fonseca (01 Jun. 2016), entrevista gravada.

dúvidas suscitadas por parte do avaliador, a Caritas aceitaria a inscrição e entregar-lhes-ia então a pequena Ilse, que à época usava o sobrenome Preschinsky[864].

O caso dos Fonseca não seria único. O acolhimento de uma criança «em substituição» chegaria a ocorrer inclusivamente em caso de morte de um filho. Em mais de uma ocasião encontrámos referências a casais desejosos de receber uma criança estrangeira como forma de atenuar o sofrimento da perda de um dos seus filhos. Numa carta dirigida à Caritas Portuguesa, por exemplo, uma senhora que havia acolhido uma menina dá conta da sua impossibilidade de manter a criança ao seu cuidado, justificando tê-la tomado sob sua responsabilidade com o facto de ter tido «uma filhinha [que] morreu e com a saudade» daquela ter, então, tomado conta desta[865]. Numa outra missiva, desta feita dirigida pela Caritas Diocesana do Porto à Caritas Portuguesa, Filipe Craveiro Sousa, secretário do presidente daquela delegação, pede a compaixão de Fernanda Jardim para o caso de um casal que, tendo perdido o único filho, terá sido aconselhado por médicos a «arranjar outra criança para de algum modo substituir a que perdeu», referindo ainda que «deste facto depende a cura da pobre Mãe», desde então num estado de tristeza constante que hoje certamente seria definido como depressivo. Acrescenta ao pedido a condição de que se trate de uma criança estrangeira «sem família nenhuma» para que pudessem ficar com ela «para sempre», pois, segundo nota, «seria contra-producente tirá-la outra vez ao fim de algum tempo». A preferência por uma criança estrangeira prende-se, refere, com o facto de terem uma «notória educação e delicadeza que as diferencia das portuguesas»[866]. Se este pedido terá sido correspondido, não pudemos apurar.

Numa outra missiva com o mesmo remetente e destinatário, é pedida a atenção da Comissão Central da Caritas para o caso de um senhor que, não tendo filhos e tendo acolhido uma criança austríaca, gostaria de ficar com ela «para sempre». Sabendo não ser isso possível, disponibiliza-se para receber uma criança portuguesa[867].

Relativamente a uma família mais modesta, de um comerciante, no boletim de inscrição respectivo, anotado o seguinte: «modestos como são vivem sobriamente, mas com decência e sem dificuldades»[868]. A respeito de uma outra, representada por um proprietário, acerca da qual o pároco dissera ser «idónea e da máxima respeitabilidade», é uma delegada da Caritas que avalia: «está pronta a receber criança, mas só em último caso»[869].

Em nenhum caso, como referimos, encontrámos um parecer negativo, supomos, por os boletins das famílias não aprovadas não terem sido arquivados pela Caritas. Existem, por outro lado, respostas de párocos da diocese do Porto a cartas, de carácter confidencial, envia-

---

[864] *Boletim de Inscrição. 1948-10-08, Lisboa.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[865] *Carta à Caritas Portuguesa. 1950-12-29, Paradela.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[866] SOUSA, Filipe Craveiro de [s.d.] — [Carta s.d.] Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[867] SOUSA, Filipe Craveiro de (1949) — [Carta] 1949 Jul. 13, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[868] *Boletim de Inscrição. 1948-10-04, Lisboa.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[869] *Boletim de Inscrição, M. R. Espírito Santo Melo. 1949-05-20, Lisboa.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

das pela delegação da mesma diocese, pedindo, urgentemente, informações sobre as «condições religiosas, morais e económicas» de determinados candidatos. Tais cartas parecem surgir na sequência do envio de boletins de inscrição, por parte dos párocos da diocese ou directamente pelas famílias para a Comissão Diocesana, sem uma avaliação ou com informações inconclusivas. A respeito de um dos seus paroquianos, além de explicar as circunstâncias do mesmo, o pároco de Arouca explica que «economicamente vive bem; moralmente nada sei contra ele; religiosamente não pratica, embora não estorve»[870]. Numa outra carta, um pároco intitula o avaliado de «o senhor paroquiano da sua paróquia»[871]. Relativamente a uma família do Sobrado, escreve o seu pároco: «religiosamente e moralmente falando, está em condições para receber a criança, mas economicamente falando, não» pois, porque vive do seu trabalho diário, é o «pão nosso de cada dia» e «se os braços paralisarem, não tem rendimentos garantidos»[872].

Tais avaliações parecem indicar que o incumprimento religioso não seria um problema maior, mas que, por outro lado, apesar de poder ter o seu peso enquanto elemento de avaliação positivo, uma boa conduta moral e religiosa não serviria de atenuante a condições de vida menos abastadas.

Uma carta enviada pelo pároco de Felgueiras, na qual refere dois dos seus paroquianos, aparenta o mesmo tipo de disposição, acrescentando, contudo, outros dados a uma avaliação que poderia ser tomada por superficial. Se, por um lado, relativamente àquele que define como «o maior industrial de Felgueiras», vice-presidente da Câmara e abastado proprietário, diz que tais factos e o de já ter recebido em sua casa uma criança servem como provas irrefutáveis da sua idoneidade, por outro, a um homem que não conhece pessoalmente, refere-se como «um reles sapateiro, assalariado por outrem, cheio de calotes, sem filhos nem casa, sem dinheiro nem crédito, acrescentando que «traz sobrinhos vizinhos a mendigar» e que nada tem de positivo a afirmar sobre ele[873]. Se é verdade que os párocos seriam, à época, provavelmente as pessoas com maior conhecimento das realidades locais, também é verdade que, não conhecendo suficientemente as condições de todos — como é demonstrado nesta correspondência —, estariam sujeitos às opiniões e influências de outrem que, por muito idóneo, não deixaria de expressar uma opinião pessoal. Não deixa de ser também pessoal e influenciada pelas suas próprias relações a opinião dos sacerdotes; porém, dadas as circunstâncias e os meios disponíveis, não haveria, certamente, uma solução que se coadunasse melhor com os objectivos e valores professados pela Caritas e pela sua Acção.

---

[870] *Avaliação de paroquiano enviada por pároco de Arouca à Caritas Diocesana do Porto. 1958-07-18, Arouca.* Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[871] *Avaliação de paroquiano enviada por pároco à Caritas Diocesana do Porto. 1958-07-20.* Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[872] *Avaliação de paroquiano enviada por pároco à Caritas Diocesana do Porto. 1958-07-20.* Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[873] *Avaliação de paroquiano enviada por pároco de Sobrado à Caritas Diocesana do Porto*, Sobrado. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

Tais objectivos e valores não deixam, contudo, de ser postos em causa, inclusivamente, se não especialmente, pelas preferências demonstradas por alguns dos candidatos ao acolhimento das crianças estrangeiras vítimas da guerra.

No conjunto dos boletins de acolhimento, no que diz respeito aos campos das preferências, os quais recolhem, no geral, maior percentagem de preenchimento, algumas tendências são bastante claras.

Relativamente ao número de crianças a acolher, as percentagens de respostas que enunciam a preferência de apenas uma criança variam entre os 90 (nos dados da 2.ª fase da Caritas Portuguesa) e os 94% (nos dados da Caritas Diocesana do Porto).

Tabela 9. Número de crianças que as famílias candidatas ao acolhimento pretendiam receber (%)

N.º crianças	Caritas Port. (1.ª fase)	Caritas Port. (2.ª fase)	Caritas Dioc. Porto	Total	%
1	285	140	61	486	92,2
2	12	11	4	27	5,13
3	5	4	–	9	1,71
4	2	–	–	2	0,38
5	–	1	–	1	0,19
6	1	–	–	1	0,19
10	1	–	–	1	0,19
Total	306	156	65	527 (de 765)	

Fonte: *Boletins de inscrição*. Acessível no AUCPL; *Boletins de inscrição*. Acessível no ACDP

Os valores relativos a outras preferências vão decrescendo proporcionalmente ao aumento do número de crianças. Assim, a percentagem total de interessados em receber 2 crianças em pouco ultrapassa os 5% (27 pessoas), em receber 3 fica por menos de 2% (9 pessoas), e em receber 4 não ultrapassa as duas pessoas. Os pedidos de 5, 6 e 10 crianças são casos únicos, referindo-se o primeiro a um sacerdote, o segundo a uma ordem religiosa — Irmãs Terceiras Franciscanas — e o terceiro à Casa Vivas, residência paroquial, em Marvão. Os valores relativamente baixos de interessados em receber mais que uma criança são justificados em parte pelo facto de as famílias numerosas serem, na altura, abundantes[874]. Verifica-se também uma redução do número de pedidos da 1.ª para a 2.ª fase na Caritas Portuguesa, certamente resultante do facto de as candidaturas passarem a centrar-se mais nas delegações diocesanas, sendo o volume de documentos enviados à Caritas Central menor.

Relativamente às preferências quanto ao tempo de permanência desejado, verifica-se também a existência de duas tendências gerais. Uma diz respeito à definição dos limites com base na indicação dos meios de comunicação: «seis a oito meses»[875].

[874] BARATA, 1985: 981-993.

[875] *A fim de ser enviada aos Reverendos Párocos das Dioceses foi recebida nesta Cúria Diocesana a seguinte circular: — UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA CARITAS — O que fizerdes a um destes pequeninos a mim mesmo o fareis.* «A Voz do Pastor» (08 Nov. 1947), p. 2.

Tendo em conta esta previsão, uma percentagem significativa dos respondentes assinala 6, 6 a 8 ou 8 meses, com uma notória preferência para o tempo de permanência mínimo no que se refere aos boletins correspondentes à 1.ª fase da Caritas Portuguesa. O facto de se tratar, para a maioria das famílias, de uma experiência nova e sem exemplo será certamente justificativo deste procedimento, de certa forma, cauteloso.

Tabela 10. Tempo pretendido de acolhimento de crianças pelas famílias candidatas

Tempo	Caritas Port. (1.ª fase)	Caritas Port. (2.ª fase)	Caritas Dioc. Porto	Total	(%)
– de 6 meses	7	4	3	14	4,24
6 meses	69	12	–	81	24,6
6-8 meses	36	5	1	42	12,7
8-12 meses	33	9	2	44	13,3
1-2 anos	7	7	–	14	4,24
Indiferente	35	3	2	40	12,12
Máximo	9	55	31	95	28,8
Total	196	95	39	330 (de 765)	

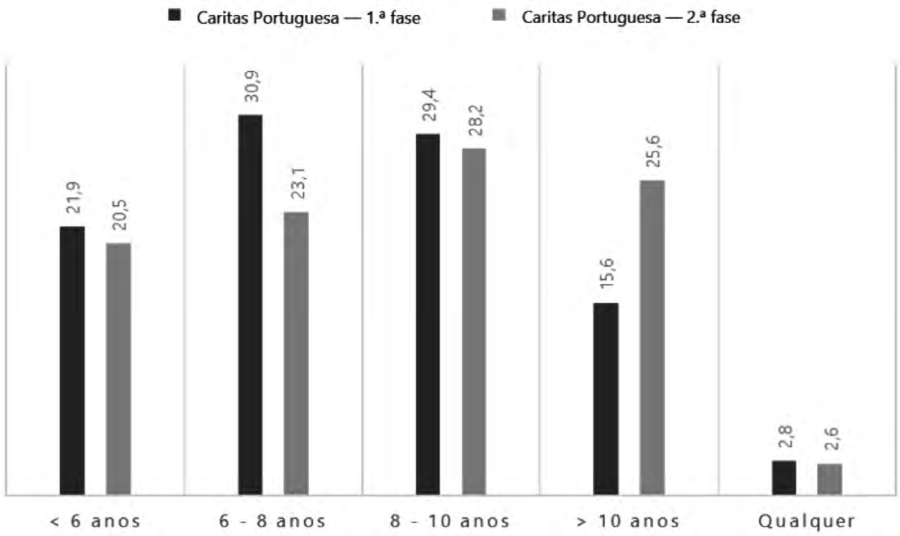
Fonte: *Boletins de inscrição.* Acessível no AUCPL*; Boletins de inscrição*. Acessível no ACDP

No que diz respeito à 2.ª fase dos dados relativos à Caritas Portuguesa e à Caritas Diocesana do Porto, a grande maioria pede que a estadia das crianças se prolongue ao máximo, sendo recorrente o uso das expressões «pelo tempo necessário» ou «pelo tempo previsto pela Caritas». Tal facto prender-se-á, com certeza, com o conhecimento prévio, e em muitos casos vivido, no caso da 2.ª fase das inscrições através da Caritas Portuguesa, das circunstâncias que envolviam o acolhimento. No caso da diocese do Porto, ainda que esse conhecimento nem sempre fosse em primeira pessoa, as várias notícias que, entretanto, se haviam espalhado pelo país a respeito das crianças acolhidas seguramente daria aos candidatos uma maior segurança quanto à forma como se processaria.

Os campos referentes à idade, sexo e nacionalidade das crianças são os mais reveladores da atitude e/ou condicionantes das famílias candidatas ao acolhimento, sendo, por outro lado, no que respeita à 2.ª fase dos dados da Caritas Portuguesa, em grande número, definidos pela criança previamente acolhida, dado que grande parte dos boletins se refere a convite e não a acolhimento pela primeira vez.

Quanto à idade preferida, há que notar que o campo em causa não consta do modelo de boletim de inscrição maioritariamente utilizado pela diocese do Porto, pelo menos no referente aos documentos que nos foram disponibilizados. Assim, optámos por omitir tais dados, resultantes exclusivamente de pedidos específicos feitos no campo das observações e relativos apenas a 4 inscritos, dando conta da preferência, num caso, por uma criança de 5 anos, noutro por uma criança de 5 a 10 anos, o terceiro por uma de 8 a 10, e o último por uma de 10 anos.

Gráfico 1. Preferências das famílias candidatas relativamente à idade das crianças a acolher (%)



Fonte: *Boletins de inscrição.* Acessível no AUCPL

A respeito das duas fases representadas no Gráfico 1, há ainda que referir que o campo em causa também não se encontra na terceira versão dos boletins de inscrição (representada na Fig. 32). Tal facto poderá dever-se à dificuldade da Caritas em corresponder às exigências das famílias de acolhimento neste ponto. De notar, por exemplo, a elevada percentagem de pedidos de crianças menores de 6 anos — especialmente difícil de materializar — e entre os 6 e os 8 anos de idade, e o aumento relativo do interesse por crianças maiores de 10 anos, da 1.ª para a 2.ª fase, decerto resultante do acolhimento, num primeiro momento, de crianças que ultrapassavam os limites etários inicialmente colocados, e da vontade de voltar a acolhê-las, numa segunda oportunidade. A indiferença quanto à idade da criança a acolher é rara, possivelmente porque a preferência seria muitas vezes compatível com as idades dos filhos dos casais candidatos. Não raramente os descendentes das famílias de acolhimento entrevistadas referem que a escolha se prendeu com esse mesmo factor.

Tal factor cruza-se normalmente também com a preferência pelo sexo da criança.

Sendo, a par da religião professada e do número de crianças a acolher, o campo que mais respostas reúne (70%, em termos gerais), a preferência pelo sexo da criança tende, em todos os casos e com grande diferença (entre os 72 e os 75%), para o feminino. Dos que responderam ser sua preferência receber uma menina, 15% notam não querer acolher nenhuma criança caso tal não seja possível, sendo que, no caso de a preferência recair sobre um menino, só 7,7% dos candidatos refere não querer acolher outra criança. Só 2 candidatos (ambos da diocese do Porto) assinalam não ter predilecção quanto ao sexo da criança a receber. De notar ainda que, na zona de Tomar, 21% dos candidatos com predilecção por crianças do sexo masculino eram sacerdotes.

Tabela 12. Preferências assinaladas pelas famílias candidatas ao acolhimento de crianças, por sexos

Sexo	Caritas Port. (1.ª fase)	Caritas Port. (2.ª fase)	Caritas Dioc. Porto	Total	(%)
Feminino	239	114	49	402	75,7
Masculino	70	43	14	127	23,9
Indiferente	–	–	2	2	0,39
Total	309	157	65	531 (de 765)	

Fonte: *Boletins de inscrição.* Acessível no AUCPL*; Boletins de inscrição*. Acessível no ACDP

Relativamente à preferência por meninas, previamente notada, as justificações apresentadas pelo Padre Alexandrino Brochado, em entrevista, são também confirmadas pelos testemunhos de alguns dos descendentes de famílias de acolhimento entrevistados.

Para a mãe de Maria Medeiros, que acolheu três crianças austríacas, dando à filha mais velha a oportunidade de conviver com elas, era também importante dar à segunda filha a mesma experiência, ainda que com uma menina de nacionalidade diferente. A opção por crianças do sexo feminino nunca foi uma mera coincidência.

> *A minha mãe queria meninas, não gostava de meninos* […] *achava que as meninas eram mais fáceis possivelmente, não sei.* […] *E então tinha pedido que viesse uma menina que fosse mais próxima da minha idade que da idade da minha irmã, para poder brincar comigo, porque com as austríacas eu ainda não tinha muito idade para brincar, portanto, por uma questão de justiça, e porque se ela fosse da minha idade ou um bocadinho mais velha podia herdar as roupas da minha irmã, porque nós herdávamos sempre as roupas dos mais velhos* […] *Se fosse menina seria mais económico.*

Eva, quarta criança estrangeira acolhida pela família Medeiros, era uma menina húngara cujos documentos referiam ter menos dois anos que a filha mais velha e dois anos a mais que a filha mais nova do casal que a acolheria. Ao aprender a expressar-se em Português, contudo, a menina confessaria à figura materna que a idade que constava nos registos da Caritas não era verdadeira, tendo ela afinal a mesma idade da filha mais velha, 13 anos, e, portanto, quatro a mais que Maria. Segundo a explicação que recorda ouvir à sua mãe, tal seria resultado de Eva ter viajado para Portugal com um irmão, Thomas, mais novo que ela, que fora colocado em Cascais, onde a família de Maria residia à época. Pretendendo que os irmãos ficassem juntos e com receio que, por pretender uma criança mais pequena, Maria Pimentel Scarlett não aceitasse a menina, a Caritas, que, segundo a filha, não conhecia o suficiente para saber que não teria dado a mínima importância ao facto pois «há prioridades mais importantes do que a roupa que se herda», terá então alterado os dados da criança, garantindo que os dois se mantinham em contacto durante a estadia[876].

[876] Maria João Medeiros (31 Mai. 2016), entrevista gravada.

Uma situação quase oposta seria vivida pela família Bicho. Júlia recorda que, aos 10 anos de idade, pediu à sua mãe, colaboradora da Caritas, uma «encomenda» especial.

> *O comboio entrou por Vilar Formoso e* [a mãe] *foi recebê-los. Quando parou a minha mãe entrou logo para separarem os miúdos, depois foram-nos deixando conforme os pedidos* […] *Eu tinha-lhe dito que trouxesse uma pequenina, mais pequena do que eu, e a minha mãe gostava muito duma que estava lá, mas, entretanto, a Françoise atirou-se ao pescoço dela e nunca mais a deixou.*

Françoise, com 8 anos, seria a primeira de 3 crianças, todas meninas, a ser acolhida pela família Bicho. Tendo um irmão a bordo, mas sabendo que, pelas regras — não escritas — da Caritas, crianças do mesmo sangue não deveriam ser separadas, ou pelo menos não ser colocadas demasiado longe uma da outra, a pequena francesa não se despediria dele sequer, nem mencionaria a sua existência até 3 meses mais tarde. Nessa altura, a família de Júlia procuraria o pequeno e, encontrando-o numa quinta perto da Guarda, onde, segundo menciona, «não era assim muito bem tratado», queixando-se de o obrigarem a trabalhar, levá-lo-ia dali para o colégio de rapazes do Outeiro de S. Miguel. Com apenas dois filhos, Júlia e um irmão mais velho, o casal não pensaria em ficar também com François visto estar «registado» na Guarda e não quererem (a Caritas) que ficasse em outro lugar, havendo inclusivamente, segundo lembra Júlia, outras famílias interessadas em recebê-lo na Covilhã[877].

As duas histórias confirmam a tendência geral verificada nos boletins de inscrição: o atributo imprescindível era, na maioria dos casos, ter o sexo certo, sendo a idade relativamente secundária e a nacionalidade da criança, pelo menos aparentemente, ainda menos importante. De facto, a percentagem dos que preenchem o campo referente à nacionalidade preferida é, comparativamente, baixa, ficando abaixo da metade (47%). As tendências são, todavia, também neste caso, muito claras, sendo que, num primeiro momento da Caritas Portuguesa, a procura por crianças de origem italiana tem um grande destaque, só suplantada pela sempre maioritária preferência por crianças austríacas e pelo também significativo interesse em acolher crianças francesas.

Notório é o crescimento do interesse por crianças austríacas na 2.ª fase dos dados relativos à Caritas Portuguesa, resultado, certamente, do facto de a maioria das crianças recebidas num primeiro momento ser daquela nacionalidade (recordamos que uma parte significativa dos dados referentes a esta segunda fase dizem respeito a convites). O número de preferências por crianças italianas e francesas decresce, mas mantém-se significativo, enquanto a predilecção por crianças de outras nacionalidades se torna, da 1.ª para a 2.ª fase, insignificante. É interessante reparar que, das restantes nacionalidades, além dos alemães, os ingleses, que nunca estiveram sequer entre as possíveis crianças a acolher em Portugal no âmbito desta Acção (pelo menos não num primeiro momento), se mantêm numa posição de destaque, suplan-

[877] Maria Júlia Lopes Barata Ferreira Bicho Pacheco Delgado e filhos Nuno, Margarida e Luís (11 Jun. 2017), entrevista gravada.

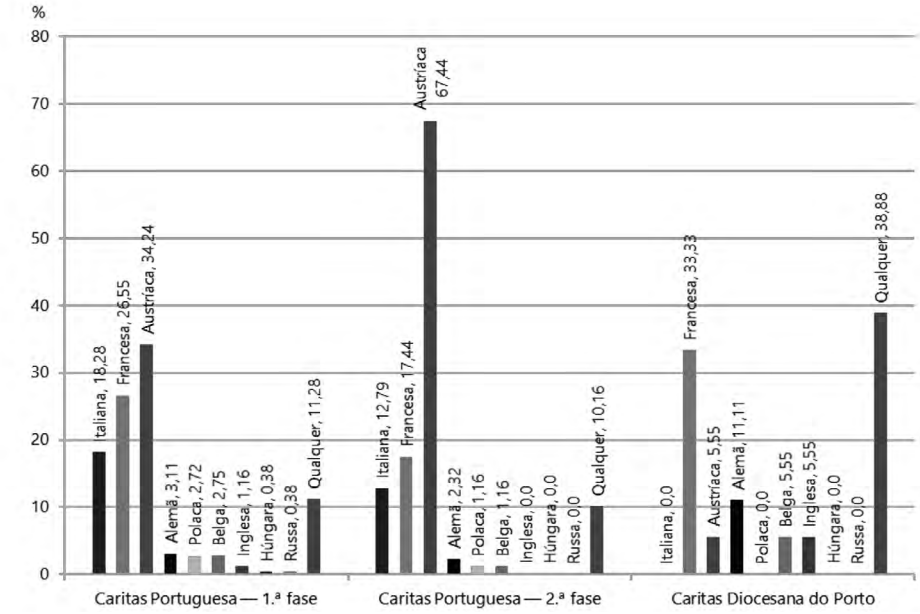
tando polacos, belgas, húngaros e russos, que efectivamente foram enviados. De notar também que, na grande maioria dos casos, as nacionalidades que não Italiana, Francesa ou Austríaca eram apenas referidas como segunda ou mesmo terceira opção, e que, em alguns casos, a língua falada e não a nacionalidade eram aludidas, com destaque para a preferência por crianças «que falem Francês», Inglês e, ainda que raramente, Alemão.

Tabela 13. Preferências assinaladas pelas famílias candidatas ao acolhimento de crianças, por nacionalidades (% geral)

Nacionalidade	Caritas Port. (1.ª fase)	Caritas Port. (2.ª fase)	Caritas Dioc. Porto	Total	(%)
Austríaca	88	58	1	147	39,3
Francesa	68	15	6	89	23,8
Italiana	47	11	–	58	15,5
Alemã	8	2	2	12	3,21
Polaca	7	1	–	8	2,14
Belga	7	1	1	9	2,41
Inglesa	3	–	1	4	1,07
Húngara	1	–	–	1	0,27
Russa	1	–	–	1	0,27
Qualquer	29	9	7	45	12,0
Total	259	97	18	374 (de 765)	

Fonte: *Boletins de inscrição.* Acessível no AUCPL*; Boletins de inscrição*. Acessível no ACDP

Gráfico 2. Preferências assinaladas pelas famílias candidatas ao acolhimento de crianças, por nacionalidades (%)



Fonte: *Boletins de inscrição.* Acessível no AUCPL*; Boletins de inscrição*. Acessível no ACDP

Merece também destaque o facto de os dados referentes à diocese do Porto, além de registarem o menor número de respostas (18, correspondente a 23% do total), serem aqueles em que a maior parte denota indiferença relativamente à nacionalidade da criança.

Num boletim praticamente vazio, uma anotação destaca: «uma criança polaca por julgar serem as de mais difícil colocação»[878]. Outra refere preferir «a mesma das que venham para a freguesia»[879]. Se tais preferências denotam um espírito solidário e aberto à necessidade das crianças, independentemente da sua origem, outras, porém, deixam algumas dúvidas. No Boletim de uma família acerca da qual é anotado pelo avaliador ser «modesta», refere-se: «Estimariam muito que a sua futura pupila fosse meiga, alegre, saudável e… sendo possível, perfeitinha»[880]. Sendo natural que as famílias preferissem não ter especiais encargos com as crianças a receber, deveria sê-lo também que as seleccionadas para o efeito estivessem ou fossem pelo menos sensibilizadas acerca dos contextos complexos das crianças em causa que, em primeira instância, justificavam o acolhimento. Tendo isto em conta, afirmações deste género não parecem coadunar-se com a essência da Acção; são, no entanto, verificáveis mesmo entre os seus promotores. Numa missiva, não assinada, enviada à presidente da Comissão Central da Caritas, pode ler-se, acerca de uma criança acolhida:

> *Esta criança, que a meu ver nunca devia ter vindo para Portugal, tem sido um peso imenso para a Comissão Diocesana. Na verdade, trata-se de uma criança coxa, estrábica e tarada. Ora, uma criança assim, humanamente falando, sem atractivos nenhuns, não é desejada por ninguém. A princípio supus mesmo que não se conseguiria alguém que tomasse conta dela. Em certa altura, porém, apareceu uma senhora que se prontificou a recebê-la em sua casa. Passado pouco tempo essa mesma senhora entregava-me a criança pois a sua situação económica não permitia tê-la por mais tempo. De novo me vi seriamente embaraçado pois bati a várias portas e ninguém quis receber a pequena.*

A criança em causa acabaria por ser entregue às Religiosas Missionárias de Maria, responsáveis pelo Hospital de Crianças Maria Pia. A suposição inicial de que a criança sofreria de paralisia infantil haveria de dissipar-se, notando o remetente que «graças aos cuidados e ao carinho das irmãs» a criança estaria «esplêndida», sendo acolhida «como hóspede e não como doente», vindo a saber-se mais tarde que a menina fracturara uma perna na Áustria, apenas tendo retirado o gesso um dia antes de viajar para Portugal[881]. O remetente parece mais incomodado com o facto de não ter sido informado acerca da origem das dificuldades motoras da criança do que com o estado dela propriamente dito, facto que se verificaria em várias outras

---

[878] *Boletim de Inscrição, Cascais.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[879] *Boletim de Inscrição, Vimeiros.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[880] *Boletim de Inscrição. 1948-10-04.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[881] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1950) — [Carta] 1950 Jan. 08, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

ocasiões na correspondência entre a delegação do Porto e a Comissão Central. Contudo tal atitude relativamente à criança em causa parece despropositada, principalmente tendo em conta, como referido anteriormente, que só as crianças com doenças consideradas contagiosas eram impedidas de participar dos transportes, não havendo nenhuma restrição quanto a problemas de locomoção ou de visão, aliás, nada surpreendentes em crianças oriundas de um cenário de guerra. O adjectivo «tarada», com que é definida a menina, não é explicado, e não parece sequer coerente com a situação de uma criança que com «cuidados e carinho» atingiria uma condição definida como «esplêndida». A sê-lo, seria também expectável que crianças que necessitavam de recuperar-se de situações de grande privação e potencialmente traumáticas trouxessem com elas sintomas que pudessem assim ser nomeados. Independentemente disso, admitir que, por estas circunstâncias, mais ou menos notórias, mas previsíveis dado o contexto em causa, nenhuma família pudesse ter o mínimo interesse «humano» numa destas crianças seria admitir que o processo de selecção poderá não ter sido realizado, em alguns casos, de acordo com os princípios que se supõe regerem a acção de uma organização de cariz humanitário, de inspiração cristã.

Uma família definida pelo pároco como «católica praticante», contudo, anotaria no seu boletim: «Preferíamos uma criança de classe social não muito baixa»[882]. Tendo em conta que um dos critérios de selecção para o envio de crianças pela Caritas era a situação económico-social degradada, o facto de se tratar de um clã de «posição social elevada» poderá ajudar a justificar tal atitude; não justifica, no entanto, que os princípios demonstrados tenham sido considerados aceitáveis pelo avaliador. Todavia, numa resposta enviada a uma candidata a acolher uma criança, que aparentemente se terá mostrado interessada em escolhê-la, o secretário da Caritas Diocesana do Porto refere que tal não lhe é possível, visto estar isso reservado a elementos da Caritas Central, mas garantindo que se preocupam em «entregar as crianças a pessoas da sua classe respectiva», não devendo ela preocupar-se quanto ao seu «comportamento moral» pois será seleccionada «como se fosse para nós próprios»[883].

De facto, é crença comum entre alguns dos nossos entrevistados que as crianças fossem escolhidas especificamente para determinada família. Maria João Amaral, por exemplo, conta que, a respeito do seu avô, à época considerado «o rico» da terra, sendo proprietário de uma moagem em Lamego, uma amiga da família, que também terá acolhido crianças, dizia terem sido, as que lhe foram entregues, «escolhidas» para ele[884].

Também Lucinda e Constança Sarmento, respectivamente filha e neta de Albano do Carmo Rodrigues Sarmento, acreditam que o mesmo critério fosse utilizado, referindo também a preferência da família por meninas ser devida a uma questão de «logística».

---

[882] *Boletim de Inscrição, Padre Alfredo Alberto Gomes. 1948-10, Vila da Feira.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[883] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Fev. 04, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[884] Maria João Amaral (16 Ago. 2017), entrevista anotada.

> *Eles devem ter feito uma selecção, escolhido as crianças conforme as famílias, quer dizer, procurar adaptar as crianças às famílias. O temperamento das crianças, e a situação, a idade…* […] *Com a mesma idade, não, mas não sei, isso não foi… Pelo menos que eu me lembre, não sei.* […] *Eu acho que* [preferiam menina] *porque dava mais jeito. Por causa dos quartos.* [risos] *Não, isso é, mas havia lá cinco rapazes em casa, dava mais jeito. Nós éramos três, uma já tinha casado, estávamos só duas, dava mais jeito uma rapariga. Eles eram já muitos rapazes, não era preciso mais.*

Engenheiro civil de formação, Albano Sarmento era, à época do primeiro acolhimento, ex-director da Junta dos Portos do Sotavento do Algarve, ex-Presidente da Câmara Municipal do Porto (entre 1942 e 1944), e ex-director dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Porto. Tendo sido nomeado, alguns anos antes, para ocupar o cargo de subsecretário de Estado do Comércio e da Indústria (entre 1944 e 1946), era também o chefe de uma família de 8 filhos, 7 dos quais ainda em casa, tendo-lhe dois outros falecido ainda crianças. Juntamente com a mulher, decidiria acolher, primeiro em 1947, uma criança francesa e, nos anos seguintes, duas austríacas, chegando a receber a menina francesa, que viria a ser sua nora, e uma das austríacas, Gerhild Holler, em simultâneo. Como previamente referido, a família da francesa Janik era tida pelos Sarmento como de um «nível bastante bom», sendo que a mãe da pequena, professora de História antes da guerra, era membro da Caritas de Lorient, na região da Bretanha, tendo, juntamente com uma amiga a quem chamavam «Madame l'Abesse» («Senhora Abadessa»), tratado da vinda de Janik para o estrangeiro e da distribuição dos seus 3 outros filhos por familiares e amigos, em França. Com pouco mais de 20 anos e o marido em fuga, porque membro da Resistência — de direita, como faz questão de acentuar hoje a neta —, ver-se-ia obrigada a deixar o emprego e aceitar um trabalho de guarda-freios, acabando a procurar uma parteira, sozinha, de bicicleta, numa terra vizinha, para poder ter a filha mais nova na segurança de uma pensão, cujas proprietárias acabariam por ser encarregadas de tomar conta dela. Ver-se sozinha com 4 crianças pequenas, no meio da guerra, deixá-la-ia extremamente perturbada, tendo tido aquilo que a família define como um «esgotamento depressivo», no final do conflito. A pressão seria demasiada para uma «menina muito mimada», de um «meio muito privilegiado», sendo a família proprietária de um salão em que conviviam com artistas de renome como Ravel ou Débussy, e fonte de quadros hoje expostos no Museu d'Orsay. Seria o marido, também «um indivíduo muito culto», com um irmão desaparecido na campanha de libertação de Itália, a garantir que o destino previsto pela mãe para os filhos era seguido, sendo a mais velha, Janik, enviada, então, para o Porto[885].

No seu testemunho, publicado por Palma Caetano, Gerhild, que partilharia com Janik um Verão em casa dos Sarmento, confirma, ainda que em poucas palavras, a realidade na casa da família de acolhimento que, de facto, parece espelhar, ainda que de uma forma mais contida, mais «portuguesa», a da família de origem da pequena francesa antes da guerra[886].

---

[885] Maria Lucinda do Espírito Santo Rodrigues Sarmento Melo e sua sobrinha Constança (30 Set. 2017), entrevista gravada.
[886] CAETANO, 2005: 395.

Nomeado para Presidente da Câmara Municipal do Porto — numa altura em que ainda não havia eleições e seria o Ministro da Administração Interna a escolher os seus homens de confiança —, Albano Sarmento, entusiasta da Monarquia na sua juventude, não teria, segundo a família, especial apreciação pelo regime vigente à época, mas tampouco o contrariava, sendo que, enquanto funcionário público, não poderia certamente fazê-lo, dando-se o caso de ter motivos para isso, o que, aparentemente, não aconteceria. Enquanto membro da Câmara, terá sido, sim, grande entusiasta da Orquestra do Conservatório, fundada durante a sua presidência, proporcionando à família um ambiente «hiperculto», suportado também pela mulher, também ela «uma pessoa muito culta», que, além de Francês e Inglês, aprendeu, como as jovens do seu tempo, oriundas de meios privilegiados, equitação, piano e pintura, e procurava estar sempre a par das novidades a respeito da Saúde, Higiene e Educação. Apesar das festas com a família alargada realizadas em casa e do facto de todos os filhos terem tido uma formação superior, Lucinda e Constança consideram que se tratava de uma família «acima da média a nível intelectual, cultural, artístico, social mesmo», mas não económico, até porque eram muitos filhos, acrescentam[887]. Tal estatuto seria, contudo, suficiente para justificar que uma criança de «nível cultural superior», ainda que não exigido pela família — pelo menos até onde podemos comprovar —, lhe fosse atribuída. Sobre quem ficava responsável por essa escolha permanece, todavia, a dúvida.

No seu relato escrito, Gerhild menciona, aliás de forma veemente, uma senhora «toda vestida de preto», a qual temeu desde o primeiro momento, que a seleccionaria de entre as outras crianças, conduzindo-a até à casa dos Sarmento, onde passaria os onze meses seguintes[888]. Moradores na Rua de Santa Catarina e frequentadores assíduos da Capela das Almas, Lucinda reconhece a ligação próxima da família com o Padre Alexandrino Brochado, responsável pela Acção no Porto. Acontece que, à época, o referido Padre não era ainda reitor da Capela das Almas, cargo que assumiria só depois de abandonar a Caritas. Assim sendo, e sendo possível que a relação tenha raízes já na época em que dirigia a Caritas, é também possível que outra pessoa, possivelmente a senhora referida por Gerhild, fizesse a ligação entre a família e a organização, tal como acontecia em outras zonas do país com senhoras influentes na comunidade. Lucinda coloca, aliás, a hipótese de ser essa senhora a mesma que visitaria a sua terceira acolhida para tentar comunicar com ela, visto que a menina era falante de um dialecto austríaco que nem mesmo alguns seus compatriotas conseguiam perceber.

Sobre as diferenças da experiência com crianças de diferentes nacionalidades, Lucinda, à época do primeiro acolhimento com 15 anos, refere apenas ter notado que todas eram diferentes porque tinham «personalidades muito diferentes» e «uma história familiar diferente», não tendo sentido discrepâncias a outros níveis. Refere como exemplo, precisamente, o caso de Sylvia Keller, a segunda menina austríaca a ser acolhida, terceira para a família Sarmento, que,

[887] Maria Lucinda do Espírito Santo Rodrigues Sarmento Melo e sua sobrinha Constança (30 Set. 2017), entrevista gravada.
[888] CAETANO, 2005: 395.

segundo recorda, terá tido maiores dificuldades de integração porque «muito selvagem», no sentido «mais traumatizada». Apesar disso, nota, «ela chegou ao fim parecia outra pessoa»[889]. Também Maria Medeiros, cuja família acolheria quatro crianças, três austríacas e uma húngara, não recorda qualquer diferença, excepto no que diz respeito à idade das meninas, sendo que as austríacas eram mais pequenas e, portanto, teriam outros entretimentos. Em termos de comportamento, recorda, aliás, que uma das meninas austríacas terá sido particularmente «difícil de aturar». Essa menina «difícil», porque «muito vivaça, muito mexida», era Anneliese Ziegler. Na altura com 7 anos, obrigaria o pai de acolhimento a dar-lhe um açoite, «um acontecimento», segundo Maria, que refere também que a mãe sempre a recordaria por esse momento específico[890]. É a própria quem recorda as palavras da mãe de acolhimento quando a reviu, 30 anos mais tarde: «Uma criança tão má nunca eu tive!» O significado de «má» deve ser, também, contextualizado: Anneliese recorda-se de si própria como uma criança «curiosa, sempre empenhada em fazer descobertas, sempre a perguntar, a meter-me em tudo, sempre a fazer experiências, nunca sentada e quieta…», o oposto, dir-se-ia, de uma criança «bem-educada» dentro da norma da classe alta, socialmente falando, mas também aceitável, tendo em conta o contexto de guerra no qual tinha origem. A afirmação da mãe de acolhimento tinha, contudo, por base alguns episódios em que Anneliese se havia colocado em perigo, a si própria, mas também à irmã de acolhimento, e de cuja gravidade não teria tido noção até ao reencontro, 30 anos depois[891]. A eles voltaremos mais adiante.

Independentemente das dificuldades, nenhuma das famílias em causa faz distinção de comportamento das crianças baseada no seu país de origem, até porque, a fazê-lo, no caso da família Medeiros, seria a Áustria o país visado, pelas piores razões. A opinião de elementos da própria Caritas, moldada também pela experiência que viriam a ter com cada um dos grupos, seria, contudo, que as crianças de países como a Áustria seriam mais adequadas a famílias de estatuto social elevado do que crianças de outros países de Leste, por exemplo. Tal facto poderá, de certa forma, também justificar que mais famílias dêem conta do seu interesse em receber crianças «ocidentais».

Acerca do assunto, o Padre Alexandrino Brochado, responsável máximo pela Caritas Diocesana do Porto à época, e durante tantos anos, afirmaria o seguinte:

> *Lidámos bem* [com crianças de um país socialista, sem educação religiosa], *porque havia um traço comum a todas: era carência de muita coisa, sobretudo da paz. Elas vinham de um ambiente de guerra pelo que sentiram que isto era o paraíso.* […] *Havia algumas que até eram protestantes, mas nunca tive problemas com nenhuma delas. Adaptaram-se muito bem* […] *E digo-lhe que fiquei com muito boa impressão das crianças alemãs* […] *e as austríacas. As húngaras não deixaram assim grande impressão, péssima, as romenas.* […] *As francesas não criaram problemas. Não tiveram aquela afectividade das austríacas e das alemãs, mas eram correctas e não criaram*

[889] Maria Lucinda do Espírito Santo Rodrigues Sarmento Melo e sua sobrinha Constança (30 Set. 2017), entrevista gravada.
[890] Maria João Medeiros (31 Mai. 2016), entrevista gravada.
[891] CAETANO, 2005: 318.

problemas. […] *As que se adaptaram melhor foram as austríacas em primeiro lugar, e em segundo lugar as alemãs.* […] *Eu não queria ser racista, mas estou a ver que há uma superioridade da raça alemã e austríaca. Há ali, digamos, um fundo genético de um povo que tinha mais qualidades que os outros.* […] *Eu não queria ser racista, mas não há dúvida nenhuma que eles eram superiores. Os alemães e os austríacos. Os que ficaram mais ligados de todos são os austríacos* […] *Os austríacos tinham muito amor à Arte. À noite havia quase sempre um concerto de Verão naqueles jardins de Viena de Áustria. E lá íamos todos assistir. Tinham um nível cultural superior aos outros. E os alemães também.* [os outros mantiveram correspondência, mas] *Foi muito menos tempo. Também nunca assimilaram a nossa maneira de ser, a nossa cultura, bem.* […] *Os húngaros deixaram muito má impressão.* […] *Não estiveram muito tempo porque não quiseram e os pais adoptivos também não.* […] *Pronto, não tinham nível para estar aqui. Daí que estiveram muito menos tempo que os outros. E eu nunca me afeiçoei muito àqueles húngaros e romenos.* […] *As que deixaram mais rastos foram as austríacas e as alemãs. Depois as francesas. As romenas eram meias selvagens… Assaltaram as casas* […] *Roubavam objectos das casas e até dinheiro se apanhassem. Eram selvagenzitos. Essas não tenho saudades nenhuma delas.* […] *Eu não sei, é outra raça, não tinha aquele fundo de educação que tinham os austríacos e os alemães… De maneira… Eles não queriam, nós também não. Havia uma diferença de raça muito grande. Dos austríacos e dos alemães ainda hoje tenho saudades, imensas saudades. Dos outros não.* […] *São muito afectivos e muito bem-educados. Irrepreensíveis. Eu fiquei com uma veneração muito especial por este povo, porque eles têm um nível de educação e de cultura que outros não têm*[892].

As referências à «superioridade da raça» devem ser, obviamente, inseridas no contexto da Acção e não da realização da entrevista, ainda que seja a mesma pessoa, tantas décadas mais tarde, a proferi-las. Tal visão, ainda que não se coadune com aquela que seria uma perspectiva humanitária moderna, era subjacente ao ambiente político e social da época, sendo certamente comum a uma parte dos que, em posição privilegiada, foram seleccionados para receber as crianças, independentemente da sua origem.

4.2.1.3. Preparação das famílias de acolhimento e recepção das crianças estrangeiras

Segundo a maior parte dos testemunhos recolhidos, e mesmo da documentação consultada, a distribuição das crianças seria realizada, de forma espontânea e mais ou menos aleatória, aquando da sua chegada a Portugal. Mayr terá, contudo, encontrado uma carta enviada por Leopold Ungar a Fernanda Jardim desculpando-se pelo facto de não ter ainda enviado informações destinadas às famílias de acolhimento.

Ainda não podemos dar notícias às famílias das crianças, sobre as quais Vossa Excelência escreveu nas nossas cartas anteriores, o que é para nós um enfado, pois podemos entender que as famílias de acolhimento estão muito preocupadas por nada saberem acerca das crianças que irão para as suas casas e que irão receber o seu amor e carinho[893].

---

[892] Padre Alexandrino Brochado (02 Out. 2015), entrevista gravada.
[893] UNGAR, Leopold (1951) — [Carta] 1951 Jun. 07, Viena [a] Caritas Portuguesa. *Apud* MAYR, 2013: 72.

Podendo tais informações ser de carácter geral, e, portanto, não referentes a uma criança específica, a verdade é que existem alguns testemunhos que referem uma atribuição prévia das crianças a determinadas famílias. Sieglinde Haas, por exemplo, refere no seu testemunho escrito que os nomes dos pais adoptivos constavam dos cartões que as crianças levavam ao pescoço, estando ela destinada a uma família de Vila Viçosa à qual acabaria por não ser entregue, tendo aquele que acabaria por ser seu pai de acolhimento escolhido a pequena de forma absolutamente espontânea — «uma que não parecesse ter chorado muito» —, numa saída que não deveria ter sido para mais do que comprar bilhetes para o cinema[894]. Um dos testemunhos recolhidos no âmbito desta investigação parece comprovar também que as famílias de acolhimento podiam ter já conhecimento, pelo menos, do nome da criança a receber.

> *Naquela tarde fomos buscá-lo à estação velha de Coimbra. O meu pai, os meus irmãos e eu lá fomos no pirolito. A gare estava cheia de famílias que aguardavam o comboio. Finalmente no meio de uma enorme nuvem de fumo, a apitar e a fazer uma chiadeira dos travões nos carris, lá chegou o comboio esperado. Entrámos numa carruagem* […] *Cada criança tinha uma placa pendurada ao pescoço com o nome dela e da família de acolhimento.* […] *Para nossa casa vinha o Peter. Percorremos várias carruagens, levantando as placas e procurando o nosso nome, pois havia vários Peter e eu não sabia o seu nome de família.* […] *Finalmente, uma cabecita com caracóis louros, enfarruscados, uns óculos de aros redondos e um sorriso maroto tinha, na placa, o nosso nome*[895].

Benjamim de uma família de seis filhos, quatro dos quais rapazes, Luís Bento, à época com 8 anos, recorda fazer «o grito do Peter no chuveiro, mesmo antes de o conhecer». Para si e Adelino, o segundo mais novo, a chegada de uma criança vinda de um dos países cujas guerras inspiravam as suas brincadeiras seria vivida com emoção. Numa altura em que Tarzan era o herói do cinema, recordam espalhar aos quatro ventos: «O nosso herói vai ser o Peter! O Peter Tarzan!». Para o pai, Manuel Rodrigues Bento Júnior, industrial de Cantanhede e um dos engenhosos criadores de uma das primeiras companhias privadas de distribuição de electricidade do país, o acolhimento de uma criança estrangeira constituía uma forma de dar aos filhos uma oportunidade de se «integrarem e de conhecerem coisas do mundo». Além disso, era «qualquer coisa do presidente, lá em Cantanhede» e tinha «uma posição na terra, na área da solidariedade, da Misericórdia, e também lhe ficava mal dizer que não», acrescenta Adelino. Nenhum dos irmãos duvida, de qualquer forma, que tenha sido um grande gosto tanto para o pai como para a restante família. Tendo nascido e juntado caminhos num ambiente rural, os pais eram também lavradores e muito influentes na comunidade, tendo Manuel sido também o fundador do grupo de teatro de Quiaios, que ainda subsiste. Os filhos eram considerados exemplares, sendo integrados nas actividades desenvolvidas pelo pai. O facto de ter enviado o filho mais velho — a que se seguiriam todos os outros — para a universidade seria, contudo,

---

[894] CAETANO, 2005: 275.
[895] BENTO, 2013: 62.

um «escândalo», dizem, porque «só iam os filhos dos médicos, dos advogados; os não falados não mandavam os filhos para a Universidade». Criando os próprios brinquedos e inventando as suas brincadeiras, «os meninos do Sr. Manuel Bento» procuravam seguir o exemplo dos pais que, não tendo estudado além da 4.ª classe, usariam do próprio engenho e trabalho duro para chegar a dar aos seis filhos (originalmente sete, mas uma falecera com apenas um ano) estudos superiores. Além do «muito respeitinho», os quatro irmãos entrevistados recordam como elemento essencial da relação familiar uma grande intimidade entre todos, dizem, resultante do facto de serem uma família numerosa. O pai procurava também, como anteriormente referido, manter os filhos a par dos acontecimentos do mundo. Além das brincadeiras e das revistas de propaganda que os irmãos mais velhos assinavam — um de cada lado do conflito —, o momento das notícias sobre a guerra era sagrado em casa, havendo inclusivamente um tio que fazia o percurso de Quiaios a Cantanhede, de bicicleta, diariamente, para ouvir a rádio. Para as crianças, mesmo os boatos de uma invasão iminente por parte da Alemanha, nas praias da Figueira da Foz, eram causa de excitação e não de medo[896].

> *Foi em Setembro de 45, estávamos no Agueiro a brincar. A guerra tinha acabado há pouco tempo. Nós, crianças, continuámos sempre com as nossas brincadeiras, alheias aos dramas que se passaram. Até tínhamos um jogo da guerra.* […] *Falávamos do que se ouvia nas conversas dos mais velhos. — Os gajos atiram os bebés ao ar e espetam-nos com as baionetas, disse um. Arrepiei-me. — Mas agora os americanos têm uma bomba que mata as pessoas e só fica a sombra, disse outro. Gerou-se uma grande discussão. — Aldrabão, isso não pode acontecer… Fiquei a cismar naquilo.* […] *Só 13 anos mais tarde, compreendi.* […] *Para nós, crianças daquele tempo e onde vivíamos, a guerra passou-nos ao lado. Sentíamos as dificuldades, quer nas senhas de racionamento que as nossas mães usavam, quer nos vidros das janelas de negro, no black-out, quer nos olhares ansiosos dos nossos pais quando ouviam o Pessa de Londres a falar na BBC. Para as crianças, era um tempo sem imagens. Ouvíamos o que os adultos falavam, as notícias com nomes que não percebíamos. Íamos ouvindo e imaginando histórias e cenários de guerra, tudo na nossa imaginação, sem imagens. De resto, éramos crianças e o tempo era de brincadeira. O meu primeiro contacto real com uma testemunha dos horrores da guerra foi com o Peter*[897].

Peter Pross entraria na vida dos Bento em Outubro de 1948, após uma viagem realizada exclusivamente de comboio que constituiu o quarto transporte da Áustria. Depois de terem encontrado o menino que lhes fora destinado — cumprindo apenas um dos requisitos indicados por Manuel Bento no seu boletim de inscrição, no qual referia que preferia uma criança do sexo masculino, de nacionalidade francesa e entre os 8 e os 10 anos de idade —, Luís recorda tê-lo visto adormecer no caminho para casa, tal seria o seu cansaço, e ter deixado a água preta do carvão, com o banho que a mãe se apressaria a dar-lhe à chegada a

[896] Luís Rocha San Miguel Bento e irmãos Adelino, Helena e Manuel (30 Mar. 2016), entrevista gravada.
[897] BENTO, 2013: 60-63.

casa[898]. Tal episódio, assim como o primeiro contacto, para alguns, com veículos motorizados, é recorrente nos testemunhos das crianças acerca das suas chegadas à casa onde seriam hospedadas. Annemarie Wiesmayr recorda o facto de, escolhida por um padre, ter sido transportada num automóvel pela primeira vez, o que a faria sentir-se «uma princesa» e adormecer até chegar ao seu novo lar. Ao acordar, seria levada pela «criada que tratava das crianças» a tomar banho numa «casa de banho bastante grande», sendo que tudo lhe parecia, na verdade, gigantesco[899].

Para a maioria das crianças, algumas das quais nem casa de banho nem quarto próprio tinham, a experiência seria, naturalmente, a mesma. Todavia, Mayr refere, na sua dissertação, que as crianças austríacas acolhidas na Suíça, estudadas por Partl e Pohl, se terão sentido, de certa forma, pressionadas pelo primeiro banho. O facto de, na Áustria, não ser usual o acesso a banheiras, havendo apenas, em cada andar, no caso de apartamentos, por exemplo, chuveiro e WC, seria justificativo de algum desconforto por parte dos pequenos. Nos casos relativos a Portugal, a única consequência parece ter sido, contudo, alguma surpresa e mesmo agrado relativamente à existência de grandes casas de banho em casa, o que poderia ser resultado das longas viagens e sujidade acumulada durante as mesmas, que tornaria o banho desejável por parte das crianças[900].

Acolhida pela família de um veterinário com três filhas, em Campo Maior, Waltraud Hoffinger conta que a casa dos pais adoptivos lhe parecia tão grande que «estava convencida de que vivia num palácio», tendo visto, pela primeira vez na sua vida, «uma autêntica casa de banho» e pessoal de serviço, coisa que «só conhecia dos contos de fadas»[901]. A mesma perspectiva seria relatada por Elfriede Drescher na primeira carta enviada aos pais, após a chegada a Portugal, na qual descreveria um «palácio de gente muito, muito rica», como só vira num passeio da escola ao Mosteiro de St. Florian, contando a sua casa com pelo menos seis criados[902]. Para grande parte das crianças, aliás, a relação com os criados acabaria por ser também muito importante, havendo mesmo uma referência, de Günther Wendl, à dificuldade sentida em distinguir os elementos da família do «pessoal», em ambos os casos numerosos[903].

Também Ilse, acolhida na casa dos Fonseca, na Rua Ramalho Ortigão, com uma criada cujo nome ainda recorda — Maria Alexandrina —, refere alguns destes aspectos como mais marcantes na sua chegada a Portugal.

> *Era para mim um imenso prazer quando a Ilona ia comigo* […] *preparar a banheira para eu tomar banho. Para mim foram as coisas mais importantes na minha vida nova: o carro, a casa de banho, a criada e o telefone, claro também a grande habitação. O telefone conhecia, mas nunca tinha visto num apartamento, só fora, na rua*[904].

---

898 Luís Rocha San Miguel Bento e irmãos Adelino, Helena e Manuel (30 Mar. 2016), entrevista gravada.
899 CAETANO, 2005: 65.
900 MAYR, 2013: 91.
901 CAETANO, 2005: 155.
902 CAETANO, 2005: 333.
903 CAETANO, 2005: 356.
904 KUSTKA, 2009: 16.

Tendo sonhado com «uma mãe e uma irmã adoptiva» e «andar de carro», Ilse conseguira assim aquilo que pretendia, começando a sua «vida nova» logo na viagem entre «o escritório» da Caritas e a casa da família Fonseca, feita dentro de «um carro bem grande», um Hudson, apesar da curta distância entre os dois locais. Havia, porém, um desejo da pequena que ela não revelara a ninguém e que demoraria a concretizar: o de ter «vestidos bonitos». Sendo José Fonseca extremamente poupado e focado em aspectos menos superficiais da existência, manteria a sua perspectiva até ao fim — «A menina veio cá para comer e não para receber vestidos». Apesar disso, dois seriam os vestidos que fariam as delícias de Ilse, um oferecido no Natal e outro no seu aniversário, porque, entretanto, o primeiro deixara de lhe servir[905]. Para muitas crianças, as novas peças de roupa, muitas vezes confeccionadas imediatamente após a sua chegada a casa da família de acolhimento, eram os melhores presentes que alguma vez tinham recebido, revestindo-se de uma importância extraordinária. Annie, por exemplo, recorda claramente que uma das primeiras coisas que fez na casa que a acolheu foi ser modelo para um vestido novo que uma costureira fora propositadamente ali chamada para lhe fazer[906]. Hildegard Schulz refere mesmo que a mãe de acolhimento a acordaria, na manhã seguinte à sua chegada, com um vestido que cosera para ela durante a noite[907], enquanto Erika Frohnweiler lembra a camisa de noite de linho com que lhe seria dado o seu primeiro banho à chegada ao convento de irmãs Doroteias, na Póvoa de Varzim, onde foi acolhida, partilhando um dormitório com outras meninas, cada uma com a sua cama de dossel[908]. Para Rudolf Göstl, que causaria furor, entre os hóspedes da pensão da qual eram proprietários os seus pais de acolhimento, com os seus calções de couro, a primeira peça de roupa a ser-lhe oferecida em Portugal seria razão de uma eterna história de família. A costureira que trabalhava para o negócio dos hospedeiros fez-lhe, no dia a seguir à sua chegada, uns calções de fazenda a que a criança se apegou tanto que não deixaria que ninguém lhos tirasse após a prova, refugiando-se inclusivamente no cimo de um armário. Só o pároco seria capaz de demovê-lo da sua resistência em abandonar tão preciosa dádiva[909].

Os elementos mais banais na vida das famílias de acolhimento constituíam verdadeiros luxos para crianças vindas de condições a que nem mesmo algumas famílias mais humildes de Portugal estariam, à época, habituadas. Cheios de expectativas, em muitos casos resultantes de relatos de outras crianças que já haviam vivido a experiência, os pequenos austríacos eram por vezes surpreendidos por aspectos que não esperavam encontrar no «país das delícias». Günther Wendl, por exemplo, ficaria desiludido ao encontrar à sua espera, em lugar de um automóvel, uma carruagem puxada por cavalos. À chegada à quinta que o acolheria, contudo, o seu ânimo voltaria, ao ver um carro cuja matrícula guarda ainda

[905] Ilse Kustka (18 Mar. 2016), entrevista gravada.
[906] Johanna Oswald (25 Mai. 2016), entrevista gravada.
[907] CAETANO, 2005: 360.
[908] CAETANO, 2005: 243.
[909] CAETANO, 2005: 294-295.

na memória[910]. Um elemento que ficaria para sempre na memória e vida de Ursula Mertin, à época com 9 anos de idade, seria a água de colónia com que as irmãs Santarém a perfumariam depois do banho que a livrou da muita fuligem acumulada durante os quatro dias de viagem de comboio que a trouxeram a Portugal. O aroma a lavanda, de marca portuguesa, acompanha-a até hoje, em resultado desse primeiro contacto com a terra que a acolheu, primeiramente, durante 9 meses[911].

Além dos cheiros, também os sabores das primeiras refeições deixaram uma marca nas crianças recém-chegadas a um novo mundo. Depois de ter sido escolhida, no Paço Episcopal da diocese do Porto, pela senhora que desejou que o fizesse e a quem sempre chamaria «tia» — amiga próxima do Padre Alexandrino Brochado — e de esperar, por um longo período, pelo sobrinho dela que as iria buscar — e que, saberia mais tarde, se atrasara devido a um acidente com um burro —, Annie teria a sua primeira refeição portuguesa, que nunca mais esqueceu.

> *Lembro-me, isso não me esqueci: a primeira comida que eu comi foi peixe cozido, que isso lá na Áustria nem passa na cabeça. Era tudo cozido: batata cozida, couve cozida, cenoura cozida… Peixe cozido… Ai, custou-me tanto a comer… Insisti do meio-dia até ao lanche.* […] *E também, deixaram-me ali para eu comer e insistiam, insistiam… E eu comia uma coisa e parava, comia outra coisa e parava… Ai, muito me cust[ou]… E ainda hoje não gosto de peixe cozido. Como porque às vezes tem de se comer, não é, mas não gosto, não gosto de peixe cozido*[912].

Gerlinde Gastgeb, a última a ser escolhida, num jardim ao lado da estação de Torres Vedras, conta que terá sido o padre que a acompanhava a convencer «uma senhora de preto» — viúva e mãe de dois meninos —, que conhecia, a levar a menina para casa. A senhora, contar-lhe-ia mais tarde, tinha saído para ir ao mercado e ouvido por acaso que aquele que deveria ser pai de acolhimento de Gerlinde e de uma outra menina tinha falecido naquela semana, não se encontrando a sua mulher em condições de as receber. Aproximando-se do grupo, ouvira comentários acerca de qual seria a mais bonita e se as roupas da filha lhes serviriam e, comprazendo-se da situação, decidiria, com «ajuda» do padre, levar consigo a preterida, já que «onde comiam dois podiam comer três». A Gerlinde tudo isto passara ao lado, ficando-lhe apenas a memória do almoço daquele dia: «peixe, batatas e feijão-verde cozido» com «uma grande quantidade de azeite por cima», que, nota, lhe «soube muitíssimo bem»[913]. Também Brigitte Ratzer acabaria por ser acolhida por uma família que não aquela a que estava destinada — mais um caso que, tal como os de Gerlinde e Peter, comprova que a distribuição prévia aconteceu —, no seu caso porque a senhora que deveria ser sua mãe de acolhimento tivera um acidente vascular cerebral, alguns dias antes, ficando incapacitada. Também para ela a pri-

---

910 CAETANO, 2005: 356.
911 CAETANO, 2005: 231.
912 Johanna Oswald (25 Mai. 2016), entrevista gravada.
913 CAETANO, 2005: 385.

meira refeição, ainda que numa família de acolhimento temporária, foi marcante visto que, além da abundância, tudo à mesa lhe era desconhecido, tanto os pratos quanto as frutas, que nunca tinha «visto nem provado». No seu caso, haveria de ser levada para casa do Sr. Manuel de Almeida Sacoto, à época Presidente do Grémio da Lavoura e da Junta de Freguesia da Moita, cuja filha, em visita à família provisória de Brigitte, com a mãe, ao ver a menina de compridas tranças loiras e olhos azuis, à sua semelhança, haveria de querer «ter aquela menina como irmã»[914]. Elfriede Werthan relata com pormenor o seu percurso desde o medo da rejeição, no momento da selecção pelas famílias, até ao conforto sentido após a primeira refeição no seio da família de acolhimento.

> *Não passou muito tempo sem que eu tivesse sentido que alguém me levantava a cara. Um homem de olhos bondosos pegou-me na mão e sorriu para mim. Depois falou com o padre que nos acompanhara e saiu comigo da confeitaria. O homem levou-me através das ruas, bateu a uma porta e entregou-me a uma mulher: esta meteu-me imediatamente numa banheira, ensaboou-me e enfiou-me uma camisa branca de linho, demasiado grande para mim. Depois sentei-me à mesa e não cabia em mim de admiração, pois de cada vez eram trazidos novos pratos: sopa, peixe, carne, saladas e acompanhamentos. A seguir veio um enorme pudim amarelo com um molho de caramelo castanho e dentro de uma travessa de prata estavam pequenas fatias de torta. Por fim, vi em cima da mesa fruta que, até aí, eu só vira nas gravuras dos livros: laranjas e bananas. No fim da refeição, o homem, que era agora o meu pai adoptivo, pegou-me na mão e levou-me à varanda: tinha anoitecido e oferecia-se-nos à vista um céu límpido, cheio de estrelas. Num gesto protector, puxou-me para si com um dos braços e com o outro apontou para o firmamento. Eu não percebi o que ele nessa altura me disse. Apenas a palavra «Áustria» revelava que ele estava a falar do meu país.*

Mais tarde o episódio repetir-se-ia e Elfriede compreenderia todas as palavras que lhe haviam sido dirigidas naquela primeira noite — «Filhinha, estas são as mesmas estrelas que brilham no céu da tua terra, a Áustria!» —, as quais guardaria para sempre como referência do carinho e cuidado com que foi tratada pela sua família portuguesa[915].

Também para as famílias de acolhimento a primeira refeição, em muitos casos primeiro momento de contacto entre toda a família e a criança acolhida, ficaria na sua história. No caso dos Bento, tornou-se um momento recordado com emoção pelos envolvidos.

> *Chegou a hora de jantar. Eu estava sentado a meio da mesa comprida, em frente ao Peter. Oito pares de olhos sorriam para o nosso novo irmão. Veio a sopa. O Peter pegou na colher, levou-a à altura dos olhos e deixou-a cair no prato. Pingos de sopa espalharam-se pela toalha. Olhei para o meu Pai. Mantinha-se em silêncio, comovido. Ele sabia. Eu não. E o Peter continuou. Pegou no garfo, levantou-o à altura dos olhos e deixou-o cair em cima da sopa. E assim continuou até que*

[914] CAETANO, 2005: 57.
[915] CAETANO, 2005: 5-53.

acabaram os talheres. Então compreendi. Não tinha visto nenhuma imagem de um bombardeamento aéreo, mas aquela demonstração, sem palavras, de uma criança de sete anos, valeu por mil imagens. O meu Pai mandou limpar a toalha e veio nova sopa. E o jantar decorreu alegre e feliz, como o ano que se seguiu, com o Peter fazendo parte da nossa família[916].

Com «nove pessoas à mesa, tudo a olhar para o Peter», a criança, que não sabia explicar-se de outra forma, encontraria nos gestos o idioma que ainda não adquirira. Para Peter seria, contudo, aparentemente fácil adaptar-se a uma família com muitas crianças, para outras as dificuldades seriam maiores, como veremos no próximo ponto. Às famílias, porém, não seriam dados instrumentos para lidar com situações como várias daquelas com que se depararíam. A cada uma das famílias era enviada, depois de entregue a respectiva criança, a circular cujo conteúdo de seguida reproduzimos. Além do agradecimento às famílias pelo acolhimento, entretanto efectuado, a carta, assinada por Fernanda Jardim, incluía uma série de recomendações que acrescentavam alguns pormenores — nomeadamente relacionados com procedimentos de saúde, alterações de local de residência e questões de comunicação com a Caritas e meios de comunicação — ao regulamento antes entregue.

[…] *1.º Crianças Austríacas:*

Todas as crianças deverão ser vacinadas com urgência contra a febre tifóide, devendo para isso apresentarem-se ao Sub-delegado de Saúde que o fará gratuitamente segundo nosso pedido à Direcção Geral de Saúde. Se as famílias portuguesas desejarem escrever para a Áustria, poderão fazê-lo em francês, visto que naquele país quase todos sabem essa língua. Preferindo escrever em português, a Caritas terá muito gosto em fazer as traduções necessárias.

2.º — Crianças Austríacas e Francesas:

Nas regiões onde haja malária as famílias deverão fazer o favor de levar as crianças ao médico e saber as doses preventivas de quinino que devem dar conforme a idade, pedindo a Caritas o favor de não começar a dar o remédio à criança sem primeiro a informar para que o seu médico assistente possa ver nas fichas médicas se nada obsta.

3.º — As crianças não poderão nunca sair de Portugal, seja por que motivo for.

4.º — Também as famílias deverão participar à Caritas Diocesana ou Nacional sempre que mudem de residência por mais de quinze dias.

5.º — As crianças confiadas pela Caritas não poderão ser entregues a outras pessoas pela família que as recebeu ainda que por dois ou três dias sem que com a devida antecedência tenham feito o pedido a este organismo, que o deverá dar por escrito.

6.º — Não poderão, seja por que pretexto for ser entrevistadas para fazer artigos em jornais ou revistas, nem as suas cartas publicadas sem prévio consentimento por escrito da Direcção da Caritas.

Mais se pede aos pais adoptivos dos pequenitos que tenham a bondade de sempre que escrevem à Caritas sobre a criança que têm a seu cuidado, pôr o nome completo, pois como facilmente se compreende entre mais de 1000 crianças não é fácil localizá-las só pelo primeiro nome, visto que

[916] BENTO, 2013: 60-62.

temos muitas com o nome igual, e também a direcção completa das famílias em letra bem legível. A maior parte das famílias mandam já as cartas devidamente estampilhadas para seguirem para o estrangeiro o que a Caritas quer agradecer de modo muito especial visto que as despesas do correio montam a muitas centenas de escudos. Muito e muito obrigado […][917].

Do verso dos boletins de inscrição, em alguns casos, constava já o «Regulamento» preparado pela União de Caridade Portuguesa para as famílias. Uma vez que nem todas os tinham recebido, contudo, este seria de novo enviado em anexo a esta circular. Nele eram enumerados os compromissos a que se deviam sujeitar as famílias candidatas para serem seleccionadas.

UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA
«CARITAS»

REGULAMENTO

A União de Caridade Portuguesa «Caritas» sòmente confia crianças às famílias que por amor de Deus se prestem a recebê-las, tomando com eles os seguintes compromissos:

1.º — Levar a criança a ouvir missa inteira todos os Domingos e dias Santos de guarda; rezar com eles as orações da manhã e da noite e também antes e depois das refeições;

2.º — Autorizar que as crianças sejam visitadas periòdicamente, quando seja necessário, por um sacerdote da sua língua, que será enviado regularmente pela «Caritas» para lhe facilitar a assistência religiosa;

3.º — No caso de alguma criança adoecer participá-lo no prazo de 24 horas à Delegada Concelhia onde a houver que, se o julgar necessário, a fará observar por um dos médicos assistentes da «Caritas» e à Comissão Central — Rua Marquês da Fronteira, 10, em Lisboa, onde não haja Delegada Concelhia.

4.º — Entregar as crianças na sede da Delegada Concelhia e, na sua falta à Comissão Central de Lisboa, na data que por este Organismo lhes for determinado, sem que este Organismo tenha de dizer o motivo;

5.º — Enviar à União de Caridade Portuguesa um pequeno relatório mensal da vida da criança, seu estado físico e aproveitamento moral e intelectual;

6.º — Participá-lo prèviamente à Delegação Concelhia e, na sua falta à Comissão Central de Lisboa, sempre que a família onde se encontra a criança tenha de mudar de residência ainda que seja só por pouco tempo;

7.º — Fazer com que as crianças escrevam semanalmente às famílias e enviar as cartas à Sede da «Caritas» Portuguesa e nunca directamente às próprias famílias;

8.º — Não entregar a ninguém, seja porque pretexto for, as crianças que pela «Caritas» lhes forem confiadas — podendo contudo restituí-las à «Caritas», quando não possam ou não queiram continuar com elas;

9.º — Ocupar ùtilmente o tempo das crianças, mandando-as às escolas ou fazendo-lhes um pequeno horário com horas de estudo, repouso, etc., tanto quanto possível fazer com que se deitem às 21 horas;

10.º — Mencionar no relatório mensal quantas cartas a criança recebeu da família.

A «Caritas» reserva-se ainda o direito de, periòdicamente, fazer visitar as crianças nas casas que as receberem, por Assistentes do seu Organismo.

Fig. 33. Regulamento para acolhimento de crianças por intermédio da Caritas Portuguesa
Fonte: AUCPL

[917] JARDIM, Fernanda [s.d.] — *Circular aos pais de acolhimento das crianças estrangeiras*. Lisboa: União de Caridade Portuguesa. *Apud* TROPA, 2018: 9-10.

As indicações referem-se essencialmente, portanto, aos deveres das famílias relativamente às crianças, colocando as delegações locais como referência, tanto para situações de necessidade de auxílio como em termos de responsabilidade geral.

À parte as de foro sanitário, as relacionadas com o cumprimento dos preceitos religiosos e as relativas à comunicação com a família na Áustria, todas as recomendações dadas às famílias de acolhimento se prendem com o cumprimento de obrigações relativamente à Caritas, responsável maior pela estadia das crianças em Portugal. Talvez por isso mesmo as famílias de acolhimento entrevistadas não recordem nenhum tipo de providência especialmente tomada no sentido de receber as crianças estrangeiras, sendo também plausível que a Caritas só tenha escolhido para o efeito aquelas que acreditou não precisarem de alterações de grande envergadura para poderem fazê-lo.

Nina Basto acredita não ter havido nenhum tipo de preparação especial para o acolhimento de Gottfried. Recebido por uma família — que viria a ser constituída por sete filhos mas à época contava apenas com três, sendo Nina a mais velha, com seis anos — que vivia numa casa com sete quartos, cada um deles com mais do que uma cama, sendo que a filha mais pequena provavelmente dormiria ainda com os pais, o menino certamente não teria problemas relativamente a espaço.

O pai de acolhimento, Artur Vieira de Sousa Basto, natural do Porto, órfão prematuro de pai republicano, proprietário do Bazar dos Três Vinténs naquela cidade, fora estudante na Escola Comercial e Industrial Oliveira Martins e Mouzinho da Silveira, tendo mais tarde, depois de se transferir para Barcelos para cuidar de negócios da família, sido fundador de vários grupos desportivos, organismos de apoio social católicos, cooperativas e grémios comerciais e publicações jornalísticas, entre outras organizações, a nível local. Seria de tal forma influente na comunidade que chegaria mesmo, ainda que apenas anos mais tarde, a receber a medalha de Mérito Corporativo e do Trabalho, devido à influência no desenvolvimento da cidade, na qual serviria também como vogal do Conselho Municipal, vereador substituto da Câmara Municipal, presidente da Junta de Freguesia e secretário concelhio da União Nacional. Amigo pessoal de Joaquim José Nunes de Oliveira[918] e António Maria Santos da Cunha[919], era, segundo a filha, «um homem acessível, querido por toda a gente» que só queria «desenvolver a terra», tendo para isso sido «muito activo politicamente», mas prejudicando «a sua vida pessoal sem nunca ter recebido rigorosamente nada» pelo seu trabalho a nível comu-

[918] Nascido em Silveiros, Barcelos, viria a ser professor catedrático na Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto e no curso superior de Medicina Legal do Porto. Foi presidente da Comissão Concelhia de Barcelos da União Nacional e vogal da Comissão Distrital de Braga da União Nacional. Seria também deputado à Assembleia Nacional (na VIII, IX, X Legislaturas) e procurador à Câmara Corporativa por designação do Conselho Corporativo. CASTILHO, 2010.

[919] Presidente da Câmara Municipal de Braga, de 1949 a 1961, viria a ser nomeado Oficial da Ordem da Instrução Pública, em 1960, e, um ano mais tarde, Comendador da Ordem Militar de Cristo. Seria ainda Governador Civil do Distrito de Braga, de 1968 a 1972, deputado à Assembleia Nacional, durante duas legislaturas, e ainda provedor da Santa Casa da Misericórdia de Braga. PORTUGAL. Presidência da República Portuguesa, [s.d.].

nitário, e filho de uma mulher muito religiosa, que «à Igreja dava muito dinheiro», o que justificaria uma relação muito próxima com elementos do clero, inclusivamente com o Cardeal Patriarca, sendo os padres locais presença assídua na casa da família Basto[920].

> *Por esta altura a casa dos meus pais tornou-se num centro de tertúlia, com as visitas constantes do Sr. Prior de Barcelos, Pe. Alfredo, dos padres Borta, Benjamim Salgado, Peixoto, Dr. Manuel Faria — que como já aludi era um distinto compositor musical que tocava divinamente — assim como as primas Mimi e Julieta Sepúlveda que vinham de Braga abrilhantar os nossos serões da província. Durante cerca de um ano o Sr. Prior de Barcelos fez as suas refeições em casa dos meus pais, enquanto arranjava dinheiro para mobilar a casa paroquial.* […] *Durante o tempo em que viveu em casa dos meus pais fez dela o seu quartel-general, recebendo a visita dos seus colegas e amigos que se tornaram depois íntimos do Artur e da Rosália. Eram todos pessoas muito cultas e ainda hoje, enquanto peregrina em busca das minhas memórias, parece-me ouvir as suas vozes a entoar… Falava-se de literatura, contavam-se os últimos acontecimentos, declamava-se poesia…*[921]

Também a mãe de Nina era «profundamente religiosa». Filha de um médico ilustre de Barcelinhos, monárquico perseguido aquando da implantação da República, amigo íntimo do Conselheiro Sá Carneiro, seria apadrinhada por um padre amigo do pai e criada pela sua governanta, aquando do falecimento prematuro da mãe, de família nobre, produtora de vinho do Porto, deixando vivos sete filhos. Os «tios padres» tornar-se-iam, assim, uma parte importante também da família materna, tendo ela frequentado um colégio de freiras e aí aprendido Francês, etiqueta e boas maneiras, os «requisitos para as meninas daquele tempo». Tendo levado enquanto solteira «uma vida de menina a quem nada faltava», tornar-se-ia «gerente da casa», segundo a filha, «um ministro das finanças excepcional». Da guerra sentiriam apenas a falta de azeite e de açúcar, substituído por leite condensado, e a existência de senhas de racionamento. Vivendo «do seu trabalho» como comerciantes[922], mas com um estatuto público na localidade e relações privilegiadas com elementos da Igreja, bem como condições de habitação acima da média, que incluíam empregadas internas, os Basto não terão tido, certamente, dificuldades em fazer-se seleccionar como família de acolhimento.

Também a mãe de Mimi, Maria Soares, em Calendário, Famalicão, que fora criada por um tio padre, dado que perdera a sua mãe com apenas quatro anos de idade, era «muito católica» e «uma pessoa muito amiga dos pobres». Filha de «um proprietário grande da freguesia», aprenderia também com ele a distribuir o que tinha, sendo nesse aspecto acompanhada pelo marido, João Soares, administrativo numa fábrica de malhas da zona, oriundo de uma família humilde, que aos sábados oferecia a costumeira «esmola aos pobres» à porta de casa. Maria oferecia-lhes também refeições, ao longo da semana, sentando quem precisasse à mesa com a família. Além disso, ainda antes de receberem Alois, haviam acolhido duas crianças de uma

[920] Maria de Fátima Queirós de Sousa Basto (09 Jun. 2017), entrevista gravada.
[921] BASTO, 2006.
[922] Maria de Fátima Queirós de Sousa Basto (09 Jun. 2017), entrevista gravada.

família de nove que vivia em dificuldades, e tomado à sua responsabilidade um tio com deficiência. A forma como encarariam a chegada de uma criança não correspondente às preferências que haviam delineado, de acordo com as características da própria família, seria coerente com tais atitudes.

> *A minha mãe foi à missa num domingo e o Sr. Padre da freguesia pediu a todas as famílias que tivessem possibilidades de acolher uma criança, menino ou menina, porque havia guerra na Áustria e que seria bom, todas as pessoas que pudessem acolher as crianças. A minha mãe veio para casa, falou com o meu pai, e eles sim senhora, achavam por bem mandar vir uma menina. Como eu era menina, filha única, já tinha uma menina para brincar. Eu, toda contente, contava a toda a gente que ia ter uma menina para brincar, pronto, aquilo passou-se.* […] *Um dia, não sei em que dia foi* […] *perto da[s] 10 e meia, tocaram à campainha e* […] *era o Sr. Padre da freguesia, acompanhado de um outro Sr. Padre daqui duma freguesia próxima e uma das senhoras das Caritas de Lisboa.* […] *A minha mãe foi recebê-los ali ao portão de baixo e eu fui com* [ela] *e o padre de cá da freguesia, era muito amigo da minha família toda, e então disse: «Dona Maria, está aqui o menino.» E a minha mãe ficou assim a olhar e diz: «Ah, Sr. Padre Avis, mas eu não pedi um menino, pedi uma menina». Eles olharam todos uns para os outros: «Ah, não há problema. Pronto, vai este para onde tinha ido uma menina…»* […] *A minha mãe olhou para ele, com uma mochila muito grande às costas, carregado, magrinho, muito assustado, cansado* […] *e disse: «Bem, fica o menino».*

Era Setembro de 1948 e Mimi tinha apenas cinco anos, apesar disso recorda-se de ver a representante da Caritas pedir à sua mãe que lhe mostrasse o quarto que tinha destinado à criança e sair satisfeita. A mãe tinha-lhe oferecido o melhor quarto que tinha, numa casa onde havia ainda espaço para uma criada de cozinha, uma criada de sala, um «caseiro de terras» e sua família e um quintal, que faria as delícias do menino que ali seria acolhido[923]. O que mais chamaria a atenção de Alois ao chegar a Calendário, de carro, seria a vegetação, diferente daquela a que estava habituado, e abundante em frutos que depressa se tornariam nos seus preferidos[924].

À semelhança de Alois, também para Hannelore seria a natureza a primeira surpresa à chegada ao Alto Douro. Recebida em casa de D. Zélia Fernandes de Carvalho, a quem pertencia o carro que a levaria, juntamente com mais um par de crianças, de Vila Real até à Régua, a pequena deixar-se-ia deslumbrar pelo «caminhar debaixo das estrelas» que a levaria até à Quinta da Boavista. Viúva sem filhos e irmã de Antão Fernandes de Carvalho, recentemente falecido, que fora um dos «Paladinos do Douro», presidente da Câmara de Peso da Régua e Ministro da Agricultura no período da Primeira República, um dos fundadores da Casa do Douro e destacado membro da Oposição ao Estado Novo[925], D. Zélia seria

[923] Maria de Fátima Correia Soares e sobrinha Ema (08 Fev. 2017), entrevista gravada.
[924] Alois Sablatnig (26 Abr. 2017), entrevista gravada.
[925] SEQUEIRA, 2014.

definida por Hannelore como uma senhora «muito respeitada, caritativa e com um bom nível de vida». Republicana, como o irmão, «odiava o clero», mas era dona de uma capela comunitária em Vila Seca, emprestando a sua casa e carro a um grupo de freiras que promoviam actividades para raparigas naquela localidade, sendo também patrocinadora de um Colégio Salesiano em Poiares e visitada semanalmente pelo padre da paróquia, que tomava com ela o pequeno-almoço após cada celebração dominical. Na sua quinta possuía uma residência «espaçosa», onde havia um quarto especialmente destinado à pequena austríaca e várias criadas, uma novidade para a menina. Seriam precisamente as criadas, juntamente com o cão da casa, Burlista, a dar-lhe as boas-vindas. A governanta, Maria Augusta, a cozinheira e a empregada esperavam Hannelore, recebendo-a com «a maior das simpatias», tratando de colocar a pequena no quarto que lhe havia sido reservado, enquanto a dona da casa dormia já, segundo recorda[926].

A recepção de Gerhard e Josef Seiwerth na casa de Henrique Alves Amorim, em Santa Maria de Lamas, seria bastante mais participada. À luz cada vez mais rara do final do dia, as duas crianças seriam conduzidas de carro, por alguém a quem Gerhard se refere como «o governador», até à «respeitável» casa de campo da família do industrial corticeiro que, anos mais tarde, viria a ser agraciado com a comenda de Oficial da Ordem de Instrução Pública. Na «Casa do Fundador» tinha sido preparada uma festa de boas-vindas da qual o menino não guardaria mais do que os sorrisos das pessoas presentes, tal era o seu cansaço e o frio que vinha aguentando com os seus calções de couro ainda vestidos. Conduzido ao quarto que partilharia com Josef, Gerhard limitar-se-ia a vestir o pijama e aninhar-se na sua nova cama, e adormecer para um sonho que misturava as imagens que continuavam a dançar na sua cabeça acerca da recente experiência e as impressões dos últimos anos na Áustria, misturando as várias realidades que até então conhecera[927].

A família Ferreira Lourenço, de Vilar Formoso, receberia a sua protegida, Elfriede Peter, na estação de comboios, ponto crucial da então ainda aldeia, em torno da qual a vila se viria a desenvolver, muito graças à influência do patriarca da família. José Ferreira Lourenço, à época ex-presidente mas ainda secretário da Junta local, alfaiate e dono de uma mercearia, decidira aproximar o seu negócio do local que previa vir a ser de grande crescimento, levando consigo, da zona antiga e habitada, a restante família. Viúvo, vira a cunhada falecer demasiado cedo, deixando o marido, irmão de José, acamado, e cinco filhos, os quais tomaria sob sua protecção. Sendo o «contexto social da família superior à média», conseguiria dar estudos a alguns e garantiria habitação sob o seu tecto aos restantes. Entre eles a sobrinha Elvira, que acabaria por casar com um dos empregados do tio, tomando, os dois, o negócio da família sob sua responsabilidade. Com dois filhos e grávida de um terceiro, Elvira acabaria por assumir o papel de mãe de acolhimento de Elfriede, ajudando o tio na tarefa, juntamente com o marido e as

[926] Hannelore Martinovsky (22 Mar. 2017), entrevista gravada.
[927] SCHIESSER, 2015: 10-11.

irmãs mais velha e mais nova. Sendo proprietários de uma grande parte dos terrenos que acabariam por ser cedidos para a construção daquela que viria a ser vila, anos mais tarde, os Ferreira Lourenço eram também donos de uma das únicas casas que se avistavam da estação. Elfriede, órfã de pai, morto, segundo dizia, num campo de concentração, vivendo com o irmão mais velho e a mãe numa «condição muito frágil e de muita necessidade», seria acolhida, então, pela numerosa família de acolhimento, tendo também rapidamente avistado a casa que seria a sua nos três anos seguintes, ficando «claramente impressionada por ser uma casa grande e que tinha um jardim que a fazia lembrar o paraíso».

Também Fini se sentiria no paraíso, ao chegar, finalmente, à casa da família de acolhimento, em Lagoa. Com um perfeito sotaque algarvio, conta o episódio com o maior entusiasmo, como se o revivesse a cada palavra.

> *Quando cheguê a Lagoa fui visitar uma casa muito grande em que nós vivemos, na cidade, que ainda existe hoje* […] *e a porta era muito grande. Depois abriram a porta e estava lá a família toda* […] *e para mim isto… Todos davam beijinho e eu não estava nada habituada a tudo beijinho. Eu nem sei se a minha mãe alguma vez deu-me algum beijinho, a minha avó deu-me um abraço, mas com beijinhos não era assim grande coisa, mas aqui sim. E depois era uma escada muito grande assim para cima, e depois era o corredor enorme e eu: «isto é um palácio!». E lembro-me da primeira comida — da comida não, da sopa! — que era um gaspacho, porque eu não conhecia a sopa fria* […]. *Nós tínhamos sopas quentes.* […] *Pensei que era uma salada, mas depois comia-se com a colher* […]. *E gostê. Isto era já bastante tarde e depois a mummy, como era a filha mais nova ainda estava em casa — uma já era casada a outra estava para casar —, é que tratou de mim. Ela foi logo para a cama, a dar banho e estas coisas todas e eu tinha cabelos loiros até aqui* [fundo das costas]*, o trabalho que esta senhora tinha com os mês cabelos, e pensei «bom, isto agora é a minha mummy verdadeira», até hoje.* […] *E depois ela deu-me um vestidinho quando ela era pequenina. Um vestidinho cremezinho, com um bordado aqui* [nas golas] *com uns barquinhos… Ainda me lembro tão bem como fosse ontem. Ia toda à princesa, assim é que começou*[928].

Luís de Freitas Figueiredo Mascarenhas, presidente do município de Lagoa até ao ano da chegada de Fini[929], casado com Maria José Rocha Trindade Figueiredo Mascarenhas e pai de três filhas, nomeá-la-ia «o sol da casa», tendo sido a pequena recebida de braços abertos por toda a família. Apesar disso, sem ninguém que falasse a sua língua e a quem pudesse contar as suas preocupações, nos primeiros tempos em Portugal, Fini dedicaria muito do seu tempo a chorar. Quem a consolava era o pai de acolhimento, a quem tratava como «padrinho», cantando uma canção especialmente criada para ela[930]. Elfriede Drescher refere também ter sido o pai de acolhimento, pela sua semelhança com o seu médico e professor, em Linz, a fazê-la

[928] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.
[929] ALMEIDA, 2013.
[930] CAETANO, 2005: 172.

sentir-se, de imediato, em casa[931]. A afectividade dos portugueses, típica dos países do Sul, agradaria particularmente às crianças austríacas, oriundas de meios em que os afectos não podiam ser, apesar dos esforços de alguns pais, prioritários. Ingunde, por exemplo, recordará sempre a forma como foi recebida em Évora, numa casa perto das portas da cidade, por aqueles a quem chamaria «tio» e «tia».

> *Sabe, naquele tempo quando eu era pequenina, na Áustria os pais não davam tantos beijinhos ou abraços. Isso era raro. Às vezes o meu pai, quando a gente estava doente, veio e tocava o corpo, eu tinha até dores de estômago, porque era raro, raríssimo. Abraçar alguém, dar beijinhos… Aleluia! Mas aqui recebia beijinhos à fartura. Abraços… Isso eu não me incomodei, achava muito bom.*

Raul Cruz, representante da *Citroën* naquela zona, casado com Carlota, oriunda da vila de Cuba, e pai de um rapaz, Jorge, seis anos mais velho que Ingunde, seria a figura paterna no acolhimento da criança de Linz, a qual se deixaria deslumbrar pelos olhos negros e o desvelo dos hospedeiros que a ajudariam a ultrapassar os medos iniciais[932].

Para Pauline Haberl, pelo contrário, nem a simpatia da família, que tinha uma oficina de polimento de mármore e uma adega, em Leiria, nem as condições até então desconhecidas seriam suficientes para alegrar o seu coração.

> *Chegados lá, fiquei muito bem impressionada ao ver uma grande casa cor-de-rosa, de dois andares, e pude ter um quarto próprio e ir logo tomar banho. Fui imediatamente apresentada à costureira e aos irmãos adoptivos e deram-me, pela primeira vez, uma boa refeição. Tinha lá tudo o que não tinha em casa: jogos, andar de carro, lojas, vestidos bonitos e até uma criada própria. E, apesar disso, tinha umas saudades horríveis. Todos os dias chorava e, como só tinha feito em Graz a primeira classe da escola primária, ainda não sabia escrever muito bem. Um dia pude finalmente escrever algumas linhas aos meus pais em Graz. Levou muito tempo até receber uma resposta, mas por fim veio uma da minha mamã e do meu papá, que me deu grande alegria*[933].

A situação de Pauline viria a adquirir contornos que a tornariam particularmente complicada. Até este ponto, todavia, não seria única. Martha Kreuzhuber, na altura com 9 anos de idade, que saíra da Áustria convencida de que ia passar uma temporada numa colónia de férias, como sempre desejara, viveria a experiência inversa. Assustada, num primeiro momento, com a aldeia na montanha para onde a conduziria o comboio nocturno no qual embarcara em Lisboa, viria a mudar de opinião com o passar do tempo. Com a incumbência de levar para a patroa uma menina, Cândida, «a alma da casa» de uma «senhora, aristocrata e já de uma certa idade» que, além de tudo, «estava muito doente», escolhê-la-ia no meio da

[931] CAETANO, 2005: 333.
[932] Ingunde Wieser (22 Fev. 2017), entrevista gravada.
[933] CAETANO, 2005: 405.

escuridão, entre pessoas munidas de lanternas que discutiam numa língua desconhecida. Numa terra sem electricidade, nem água canalizada, dormindo num colchão de palha, ouvindo os lamentos da senhora pela noite dentro, Martha acordaria para descobrir que a vista da sua janela se resumia a «velhas casas de pedra», que a casa estava impregnada por um intenso cheiro a fumo proveniente do fumeiro que dominava a cozinha, e que ao almoço, além de pombo — contra o qual haveria um certo preconceito na Áustria, provavelmente devido às condições sanitárias de então — com arroz, o melhor que havia para beber era um copo de vinho, do qual não gostava. Segundo conta, e apesar de certamente não estar habituada a uma vida muito mais cómoda, a cada momento Martha seria invadida por uma grande vontade de chorar, enquanto na sua cabeça passava uma mensagem que se tornaria constante: «Se a minha mãe soubesse…». A sua perspectiva de criança retirada do meio natural rapidamente se alteraria; o primeiro impacto, porém, não lhe desapareceria da memória[934].

O mesmo aconteceria com Erika Wieser, ainda que as consequências viessem a ser bastante mais graves que as dos casos anteriores, pelo menos inicialmente. Tendo travado amizade e prometido não se separar de Gerhard, um menino que conhecera no autocarro que os transportara de Lisboa até Avis, Erika seria levada, juntamente com o seu novo amigo, para casa de uma «senhora fina», «uma dessas senhoras elegantes, celibatárias e ricas» que depressa os dois definiriam como «não muito simpática».

> *Fomos conduzidos para um quarto e primeiro despidos e metidos na banheira por uma mulher com ar maternal* […]. *A senhora fina, a quem chamavam D. Alcina, dirigiu-se para os seus aposentos no primeiro andar. Nós tivemos de ficar com a criada no rés-do-chão, num quarto escuro e frio.* […] *Às refeições, em que geralmente havia hóspedes, nós éramos lavados, penteados e arranjados com as melhores coisas que tínhamos trazido e depois levados pela Maria, a empregada que cuidava de nós, para o primeiro andar. Ficávamos aí sentados, com grande acanhamento, a uma mesa muito bem posta e, depois da sopa, chegava o grande momento de D. Alcina. Ela perguntava-nos, com um gesto elegante da sua mão nívea, que ela colocava em cima dos folhos da sua blusa de seda, no sítio onde se supunha estar o coração: «Quem sou eu?» E nós tínhamos de responder «Mamã!».*

O resto da refeição era tomada «em baixo», com Maria, e o resto do tempo numa situação definida por Erika como «uma prisão escura», sem liberdade e sem sequer poderem brincar no jardim que tinham diante do quarto. Situações como esta, ainda que não sendo comuns, não eram tampouco raras, mesmo que nem sempre chegassem a tal extremo. Debruçar-nos-emos sobre elas com maior atenção no ponto seguinte. Neste caso, alguns dias depois o pároco levá-los-ia, a Gerhard para outra família, a Erika para junto de si até que uma outra casa lhe abriria as portas, «não com um ar tão feudal, mas, em compensação, cheia de cães, gatos, pombos, criadas bem-dispostas e alegres e pessoas muito bondosas», onde foi recebida

[934] CAETANO, 2005: 253-254.

«de maneira mais afectuosa». Apesar disso, sentir-se-ia infeliz e, quando julgava que ninguém a via, sentava-se «num canto e chorava»[935].

Ainda que fosse, aparentemente, garantia de possibilidade de receber uma criança, o bem-estar material da família nem sempre foi sinónimo de bem-estar emocional para as crianças. O mesmo no que se refere às «condições morais», não sendo estas garantia do afecto de que careciam, sendo que até esse afecto poderia não ser, por vezes, garantia da resposta necessária às carências de seres que, nos primeiros anos de vida, haviam enfrentado situações de que nem os próprios adultos conseguem escapar incólumes. A boa vontade das famílias não era, na maior parte dos casos, discutível; a preparação para o acolhimento, contudo, não terá sido tão cuidadosa quanto a avaliação das «condições» de cada uma delas, o que, como veremos de seguida, não impediu o sucesso da maioria.

4.2.2. A estadia em Portugal

A experiência da estadia em Portugal seria, naturalmente, diferente para cada um dos acolhidos, sendo, inclusivamente, os mesmos contextos vividos de forma diferente por crianças diferentes. Apesar da tentativa da Caritas de uniformizar as experiências, pelo menos no referente às condições oferecidas às crianças, os diversos contextos proporcionariam, naturalmente, vivências díspares em vários aspectos. Além das questões relacionadas com a distribuição geográfica, também os tempos de permanência foram variáveis, sendo que as estadias previstas de 6 a 8 meses, como anteriormente referido, dariam, em muitos casos, lugar a prolongamentos, questão que, tendo sido em vários casos causadora de problemas, será tratada posteriormente. Tais prolongamentos resultariam, em algumas situações, em permanências de vários meses ou mesmo anos a mais, desembocando, ocasionalmente, em permanências de duração indeterminada.

Durante um certo período, nota Mayr, a «Revista da Caritas Austríaca» terá relatado com pormenor os acontecimentos associados aos transportes de crianças para Portugal, usualmente referindo que eram «muito bem tratadas e supervisionadas pela Caritas Portuguesa», regressando à Áustria «enriquecidas» por uma experiência positiva e restabelecidas, física e mentalmente, em parte devido ao contacto com «uma mentalidade hospitaleira», contrastante com a experiência de vida, maioritariamente associada à guerra, que, em muitos casos, resultava em traumas. A mesma publicação assegurava que as crianças enviadas para outros países eram acolhidas por «excelentes, por vezes até abastadas famílias, que tinham uma boa relação com as autoridades públicas, como a Igreja» [936], facto já comprovado pelos testemunhos previamente apresentados, ainda que não abrangendo a totalidade dos acolhidos. Tais perspectivas transpareciam também, usualmente, das cartas enviadas aos pais, quer pelas crianças, quer pelas representantes da Caritas — austríacas e portuguesas. De seguida, trataremos de aferir

[935] CAETANO, 2005: 195.
[936] *Österreichs Kinder in weiter Welt.* «Österreichsche Caritas Zeitschrift»», 2/1, (1948). *Apud* MAYR, 2013: 93.

se, como refere Mayr acerca dos seus entrevistados, os testemunhos das crianças que vivenciaram a experiência de acolhimento no nosso país confirmam igualmente esta visão, resumida pela autora nos seguintes termos: «estavam melhor em Portugal do que na Áustria»[937].

4.2.2.1. Dificuldades e intervenção da Caritas

Referido por Mayr é o facto de, a par das próprias crianças, as supervisoras austríacas da Caritas Portuguesa anteriormente referidas — Ilona Seilern e Benedicta de Liechtenstein — fazerem questão de descrever, juntamente com as primeiras cartas enviadas aos pais, as diferentes regiões do país de acolhimento.

As duas austríacas fariam, juntamente com elementos das delegações locais da Caritas, nomeadamente os párocos responsáveis pela angariação de famílias de acolhimento, parte de um grupo de representantes da organização que zelavam pelo bem-estar das crianças, garantindo que os procedimentos enunciados no «Regulamento» entregue a cada família eram cumpridos, dando, simultaneamente, resposta ao Artigo 2.º do mesmo. A princesa Benedicta só participaria na Acção em situações pontuais, nomeadamente no início dos grandes transportes, em Abril de 1948[938]. Em entrevista cedida a Ingo König, o padre Alexandrino Brochado confirma esta informação, referindo que, em Portugal, Benedicta «não esteve com carácter permanente, vinha cá visitar […] mais que uma vez»[939]. Numa carta de Maio de 1952, Fernanda Jardim convidava a princesa a acompanhar o transporte de crianças daquele Verão e a ficar de férias no país até ao regresso das crianças, previsto para fim de Setembro, princípio de Outubro. Na mesma carta sugeria também que a condessa de Saurma fosse incluída como acompanhante do mesmo transporte, oferecendo-lhe a oportunidade de visitar os seus filhos, segundo é referido, conservados em Portugal a seu pedido. Jardim ressalvava ainda que a viagem da condessa seria realizada a expensas da Caritas Portuguesa e que, no caso de a princesa não poder viajar, não pretendiam que outra pessoa viajasse no seu lugar, visto considerar que o trabalho de acolhimento no país ia «correndo normalmente e a visita às crianças faz[ia]-se por intermédio das pessoas que trabalha[va]m na Caritas Portuguesa», notando ainda que a condessa vinha «somente para se retemperar fisicamente e NÃO para qualquer trabalho da Caritas ou visita às crianças» e que havia «motivos internos», conhecidos da princesa mas que não podiam ser esclarecidos por escrito, para tal opção[940]. Segundo uma carta enviada pela dupla Liechtenstein/Seilern aos pais austríacos, as duas revezar-se-iam nas visitas às famílias de acolhimento de forma a garantir que, enquanto uma estava em viagem, a outra estaria no escritório, em Lisboa[941].

---

[937] MAYR, 2013: 93.
[938] MAYR, 2013: 40.
[939] Padre Alexandrino Brochado (02 Out. 2015), entrevista gravada.
[940] JARDIM, Fernanda (1952) — [Carta] 1952 Mai. 01, Lisboa [a] Caritas da Arquidiocese de Viena. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[941] LIECHTENSTEIN, Benedicta; SEILERN, Ilona (1946) — *Carta aos pais das crianças dos transportes de Dezembro de 1947 e de Abril de 1948, 1948-06, Lisboa.* Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 40.

Nas palavras das supervisoras, em termos gerais, as diferentes zonas do Alentejo eram definidas como «o celeiro do país», com um clima muito quente[942]. O clima do país em geral, aliás, seria considerado, por vezes, especialmente no Verão, demasiado quente pelos pequenos austríacos, que davam conta do seu espanto relativamente às temperaturas portuguesas, tão mais altas do que aquelas a que estavam habituados na Áustria. Em resposta a uma vaga de preocupações por parte dos pais, chegaria mesmo a haver cartas de esclarecimento enviadas propositadamente pela Caritas para explicar que a «onda de calor» vivida em Portugal, noticiada até na Áustria, não era nada a que os hábitos portugueses não se adaptassem, sendo enfrentada com estadias à beira-mar e saídas nocturnas, não tendo «qualquer efeito nas crianças»[943]. O mesmo cuidado era demonstrado quanto às touradas, apresentadas como «evento desportivo», «não tão perigoso como em Espanha»[944]. Tal, supomos, dever-se-ia ao facto de a algumas crianças ser oferecida a oportunidade de assistir a tais manifestações, o que, tendo, provavelmente, sido transmitido aos pais, causaria certamente preocupação entre os progenitores, desconhecedores dos pormenores da participação popular na chamada «festa brava». Vivendo na fronteira, José Ferreira Lourenço seria exemplo de um pai de acolhimento que ofereceria à sua pupila, Elfriede, a ocasião de conhecer também a cultura espanhola, levando-a ocasionalmente ao país vizinho para assistir a espectáculos taurinos, uma experiência que a marcaria de forma positiva, sendo por ela recordada, mesmo num momento de especial fragilidade intelectual, nas cartas que trocaria com a família de acolhimento, já no final da sua vida[945].

Relativamente às zonas rurais em redor de Lisboa, por outro lado, as práticas agrícolas e pecuárias, bem como os moinhos de vento, mereceriam o maior destaque[946], enquanto a respeito do Norte o terreno rochoso, a cultura da vinha, o casario de pedra e os trajes tradicionais despertariam a atenção das supervisoras da Caritas[947]. Para as crianças, as temperaturas da região aproximar-se-iam mais daquelas a que estavam habituadas, justificando o uso das para eles desconhecidas «braseiras», ainda que o «muito frio» para os portugueses não ultrapassasse a temperatura média do Inverno austríaco e que a neve fosse fenómeno pouco frequente, especialmente em comparação com a frequência com que ocorria no seu país de origem[948].

---

[942] LIECHTENSTEIN, Benedicta; SEILERN, Ilona (1948) — *3.ª Carta aos pais, 1948-08-09, Lisboa.* Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 94.
[943] LIECHTENSTEIN, Benedicta; SEILERN, Ilona (1949) — *2.ª Carta aos pais, 1949-07-12, Viena.* Col. privada de Hannelore Mauracher; CARITAS ÖSTERREICH [s.d.] — *Carta aos pais.* Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 106.
[944] LIECHTENSTEIN, Benedicta; SEILERN, Ilona (1948) — *3.ª Carta aos pais, 1948-08-09, Lisboa.* Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 95.
[945] Manuel Godinho (07 Jun. 2018), entrevista gravada.
[946] LIECHTENSTEIN, Benedicta; SEILERN, Ilona (1948) — *3.ª Carta aos pais, 1948-08-09, Lisboa.* Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 94.
[947] LIECHTENSTEIN, Benedicta; SEILERN, Ilona (1950) — *3.ª Carta aos pais, 1950-02, Lisboa.* Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 95.
[948] LIECHTENSTEIN, Benedicta; SEILERN, Ilona (1950) —*3.ª Carta aos pais, 1950-02, Lisboa.* Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 105.

Nas raras ocasiões em que nevava em Évora, lembra Ingunde, a recordação do país de origem era tão forte que as saudades a assaltavam levando-a a chorar por entre o murmúrio «*Mutti, mutti, mutti, mutti, mutti*». Depressa a «tia Carlota» se aperceberia do significado da palavra — «mãezinha» — e trataria de a consolar. Quando chorava, conta, «ficavam muito aflitos, não sabiam o que fazer», até porque, crê, haveria no seu choro fácil e incontrolável «alguma marca de que qualquer coisa não estava» bem, resultado da morte prematura da sua progenitora, ficando horrorizada, por exemplo, com determinadas tonalidades na voz da segunda esposa do pai, a quem viria a chamar «mãe». Apesar disso, não tem dúvidas de que os «tios» «eram muito bons» com ela, sendo os carinhos com que a cobriam a única grande diferença que nota relativamente aos próprios pais. Com apenas 6 anos, à época, a, hoje, Irmã Dominica guarda poucas memórias claras do tempo passado em Portugal, excepção feita aos aspectos extraordinários, como de resto é comum à maioria dos casos. Lembra-se do medo que lhe foi incutido relativamente a sair à rua sozinha porque se dizia que os ciganos roubavam crianças, dos ataques de asma do tio que a princípio a deixavam assustada, de ouvir uma conversa à tia Carlota acerca de uma senhora que fora magoada pelo marido com um ferro quente e de ouvir dizer que uma criança austríaca havia sido retirada aos pais de acolhimento por aqueles terem muitos filhos e enfrentarem problemas financeiros, recordando também que a dada altura alguém da Caritas terá ido visitar as crianças naquela zona para saber «se estavam bem»[949].

Alois recorda perfeitamente a visita daquela que nomeia como «Duquesa de Liechtenstein», juntamente com dois padres, uma noite, cerca de 10 dias após a sua chegada a Calendário. A senhora, refere, falava Alemão e Português e ter-lhe-á perguntado se estava feliz e o que queria. Só vindo a saber de quem se tratava muitos anos mais tarde, o pequeno terá respondido que sim, estava feliz, e que o que mais queria — enquanto criança que crescera rodeada por montanhas, como sublinha, mais uma vez — era ver o mar. A senhora tê-lo-á instado — como a mãe do pequeno repetia nas cartas enviadas ao longo da sua estadia — a tratar bem a irmã portuguesa, ao que Alois terá assentido, vendo o seu desejo cumprido num fim-de-semana, pouco tempo depois, quando o pai de acolhimento, Joaquim Ribeiro, o levou ao Porto para ver o mar. Na sua memória ficariam também vagas lembranças de visitas por parte de outros padres, mas nenhuma seria tão marcante quanto aquela, o mesmo sendo válido para Mimi, a sua «irmã de Portugal».

> *Passado uns tempos, veio na mesma o padre da freguesia, o tal outro padre da freguesia próxima — que eu não sei porquê, vinham sempre os dois —, e veio a princesa da Áustria. Mas a minha mãe não sabia quem era, nem contava com eles sequer, e eles apareceram aqui um dia à noite* […] *e a minha mãe mandou-os entrar e ele já estava na cama, o Alois.* […] *Ela pediu para ir ao quarto dele. Sim senhora, a minha mãe abriu a porta, e ela sentou-se na cama e — isso lem-*

[949] Ingunde Wieser (22 Fev. 2017), entrevista gravada.

bra-me da minha mãe contar —, começou a contar os cobertores e a ver, e depois disse que ele era um miúdo que estava muito bem tratado, que tinha uma cama muito bem feita — estava com uns lençóis todos bordados — e que estava muito bem tratado, foi feliz da vida…

Seria o pároco, Padre Avis de Brito, grande amigo da família e frequentador assíduo da casa — de tal forma que «entrava sem bater», como refere Mimi —, a revelar a identidade da ilustre visitadora, tornando-se, com o passar do tempo, num bom amigo do pequeno[950]. Hannelore recorda apenas a visita da «princesa dos Habsburgos», para a qual terá regressado, propositadamente, à Quinta da Boavista, de uma estadia com primos de D. Zélia na Régua. Também ela se lembra de lhe ter sido perguntado como se sentia, referindo ter-lhe a mãe contado, mais tarde, que daquela visita resultara um «muito bom» relatório enviado por correio para a Áustria[951].

Para Sigrun Rönfeld, cuja mãe de acolhimento tinha 9 filhos homens, a estadia em Portugal traduzir-se-ia em muitos mimos. As visitas da Princesa, porém, seriam sempre marcadas por acontecimentos infelizes que deixariam uma má impressão na delegada da Caritas. No dia anterior à primeira, relata, havia-lhe sido oferecido — convenceu-se a criança — um coelho, o qual seria cozinhado no dia seguinte, deixando-a em pranto aquando da passagem da Princesa. Alguns meses mais tarde, Benedicta voltaria a entrar-lhe em casa, desta vez sem aviso prévio, para averiguar o seu estado, encontrando-a de novo aos berros, desta vez por lhe terem cortado as suas finas tranças. Mais uma vez, a família teria de empregar todo o seu poder persuasivo para convencê-la de que a menina estava bem e queria ficar ainda mais tempo com eles. Apesar dos episódios infelizes, Sigrun acabaria por permanecer em Portugal durante dois anos e meio[952].

Segundo Mayr, e as memórias de uma das suas entrevistadas, Benedicta Liechtenstein visitaria exclusivamente as crianças acolhidas no Norte do país, havendo referências, em outras zonas, a outros visitadores, como o «Tio Willi», um senhor que, ao que tudo indica, seria de origem germânica, visto que, segundo o relato de uma acolhida, traduziria as cartas que os pais de acolhimento enviavam para a Áustria[953].

Ilse teria uma experiência diferente. Vivendo no bairro onde se encontrava a Comissão Central da Caritas, tanto ela como a irmã portuguesa, Ilona, recordam visitas da família ao escritório da Rua Marquês de Fronteira, e não o contrário. As visitas seriam, contudo, para pedir informações e não para dá-las, ainda que, certamente, nessas ocasiões as funcionárias da Caritas tivessem oportunidade de ver Ilse e de questionar acerca da sua estadia. Ilona interroga-se inclusivamente sobre se essas visitas não seriam agendadas mensalmente. Ambas recordam apenas uma ocasião em que terá sido uma representante da Caritas a dirigir-se a sua

[950] Maria de Fátima Correia Soares e sobrinha Ema (08 Fev. 2017), entrevista gravada.
[951] Hannelore Martinovsky (22 Mar. 2017), entrevista gravada.
[952] CAETANO, 2005: 82.
[953] MAYR, 2013: 104.

casa, aquando de um atraso na viagem de regresso que obrigaria a uma mudança na data de partida, sobre a qual terão, então, informado a família pessoalmente, casa a casa, pelo menos no caso das famílias vizinhas[954].

Annie tem bem presente a participação do Padre Alexandrino Brochado na sua estadia no Porto. Sendo a sua mãe de acolhimento muito próxima do representante máximo da delegação portuense, a relação mantinha-se até à data da nossa entrevista. Contava Annie que iam sempre à igreja, à Capela das Almas, e esperavam o fim da missa para falar com ele — possivelmente num momento posterior ao primeiro acolhimento, visto que só mais tarde o Padre Alexandrino passaria a ser reitor daquela capela. Recorda também que Brochado era convidado recorrente da casa da senhora numa aldeia próxima de Paços de Ferreira, onde iam passar temporadas, visto que era originário de Raimunda, uma localidade próxima. Seria nesses momentos que a situação de Annie era «avaliada», não recordando ela qualquer contacto com outra pessoa da Caritas, acrescentando que ele teria conhecido bem a sua tia e por isso «sabia que eu estava bem porque ele a conhecia bem e nunca houve problema com isso»[955].

Entre aqueles que recordam ou ouviram falar do assunto, seriam vários os casos em que a proximidade das famílias com elementos da Caritas as isentaria de visitas. Peter, por exemplo, não recorda qualquer visita aos Emaús Malta para averiguar a sua situação, o que poderá ser resultado da sua tenra idade ou do facto de a sua irmã de acolhimento ser, ela própria, voluntária da Caritas[956]. Balbina, descendente da família de acolhimento de Werner — que não recorda qualquer visita de alguém relacionado com a Caritas[957]—, refere a relação próxima entre os avós e o pároco e família, que com eles partilhariam inclusivamente as férias de Verão, e que poderia ser de alguma substitutiva da visita de representantes da Caritas, estando toda a família também ligada a variados organismos católicos e movimentos paroquiais[958]. Apesar de não ter recordações suas que ajudem a sustentá-lo, Maria de Fátima Basto crê também ter sido esse o caso no referente às famílias da sua área de residência.

> *Não, de certeza absoluta* [que não houve visitas]. *Não me lembro, mas tenho a certeza, porque bastava estar entregue à Dona Quininha e ser ela a arranjar as casas e tudo que não havia… Não, isso Deus me livre. Uma família tão influente. Eles foram colocados só em famílias… Penso eu, embora eu ouvisse mais tarde — não tem nada com o Gottfried — dizer que houve crianças que foram colocadas em famílias que as obrigavam a trabalhar ou que… Não sei se é verdade se é mentira, mas… Nem todas tiveram talvez a mesma sorte. Algumas talvez não fossem tão acarinhadas. Não sei.* […] *Este não, este era um menino feliz que andava para ali a brincar*[959].

---

954 KUSTKA, 2009: 15, 28; Ilona Fonseca (01 Jun. 2016), entrevista gravada.
955 Johanna Oswald (25 Mai. 2016), entrevista gravada.
956 Peter Zenkl (21 Fev. 2017), entrevista gravada.
957 Werner Arthofer (09 Fev. 2017), entrevista gravada.
958 Balbina Fernandes (17 Mai. 2016), entrevista gravada.
959 Maria de Fátima Queirós de Sousa Basto (09 Jun. 2017), entrevista gravada.

Davam-se também casos em que os avaliadores deixavam de realizar visitas após comprovarem a idoneidade das famílias de acolhimento. Lucinda Sarmento, por exemplo, refere, a respeito da sua família, ter ido a sua casa uma senhora, «ao princípio, para aí duas vezes», mas ter depois confiado nos cuidados que dispensavam à criança acolhida. De notar que a família Sarmento acolheu três crianças, e que se terá passado o mesmo com cada uma delas, sendo que Lucinda recorda também que a terceira criança acolhida teria especiais problemas de comunicação e nem a representante da Caritas conseguia compreendê-la por falar um dialecto, segundo conta, de uma zona diferente, uma «mistura de checo e austríaco», supõe. Segundo recorda, esta senhora que «fazia a ligação», visitava-as para «falar com elas, às vezes até traduzir alguma coisa, ou também ver as cartas delas, a ver se havia alguma razão de queixa»[960].

Segundo lhe contaram, Fini terá tido, em Lagoa, o mesmo tipo de experiência. Afirma, com base nisso, que «as senhoras da Caritas de vez em quando vinham ver se estava tudo bem, mas depois também deixaram isso porque sabiam que aqui está tudo bem». Com um brilho nos olhos e uma gargalhada, lembra ainda que nunca ninguém lhe perguntou como se sentia, porque, acredita, «se calhar viam que estava toda satisfêta»[961].

A satisfação de Fini, tal como a de várias outras crianças, seria, no entanto, como já aqui referimos, precedida por alguns momentos de angústia. Vários são os relatos que mencionam semanas de choro compulsivo e tristeza. Apesar de não se considerar aventureira, Margarete Hlava embarcara rumo a Vila Viçosa com uma coragem e vontade que desconhecia em si mesma. Impressionada com a riqueza e abundância que rodeava a família de acolhimento, do «magnífico automóvel azul-escuro» que a transportara até à «mesa posta de uma forma esplêndida e recheada de coisas que nunca tinha visto», não deixaria, porém, de se sentir também assustada perante a nova situação.

> […] *estavam ali aquelas duas pessoas estranhas, que falavam comigo na sua língua esquisita e insistiam continuamente para que eu me servisse daquelas coisas maravilhosas. Apercebi-me então subitamente da minha situação. Sozinha num país estranho, pessoas estranhas, uma língua estranha. Sabia que não podia voltar atrás, que tinha de ficar ali quase um ano. Sentia-me só, abandonada e comecei a soluçar. E esses soluços duraram, com breves interrupções, quase seis semanas*[962].

O facto de não se conseguirem fazer entender pelas famílias de acolhimento era, muitas vezes, mais do que a distância do país de origem, um factor de isolamento que, tal como referia Ingunde acerca da sua chegada a Portugal, fazia as crianças sentirem-se, efectivamente, sozinhas. Aurelia Hayer nota que, nos primeiros dias em Viseu, «não tinha compreendido

[960] Maria Lucinda do Espírito Santo Rodrigues Sarmento Melo e sua sobrinha Constança (30 Set. 2017), entrevista gravada.
[961] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.
[962] CAETANO, 2005: 281-282.

nada e aí oprimiam realmente um pouco as saudades de casa»[963], e Brigitte Ratzer diz que «acenava com a cabeça e não entendia uma palavra. Era como se fosse tudo um bruxedo»[964]. Acolhida por uma família com três filhos, dois dos quais estudantes em Coimbra, Elfriede Drescher conta que, apesar de a cada dia gostar mais da mãe de acolhimento, que, segundo refere, tinha «muito bom coração» irradiando «muito calor», de ter um quarto só para si — quando na Áustria dormiam cinco em duas camas —, e de lhe darem «do melhor que havia para comer», incluindo frutas que não conhecia e doces, durante cerca de seis semanas — tal como Margarete — sentia muitas saudades de casa. No seu caso, conta que à noite, quando estava na cama, se sentia muito só e «chorava em silêncio», acabando por contar às fotografias dos familiares aquilo que tinha feito durante o dia, o que a fazia sentir-se melhor[965]. Para Heidemarie Hasiba, recebida por um padre e sua família na zona da Lourinhã, «tudo era estranho»: para além de dormir num colchão de palha de milho e de as mulheres irem buscar água com grandes bilhas que carregavam à cabeça, ninguém falava a sua língua, pelo que se sentia muito só e, segundo diz, assim terá aprendido o significado de «saudade». Segundo conta, nas primeiras semanas ficava «horas inteiras sentada à janela, à espera que a mãe saltasse de um avião» para levá-la. Christina Gaspar conta uma vivência parecida da sua saudade.

> *Eu nessa altura ainda tão pequena e as coisas em meu redor pareciam-me tão confusas, não dominava a língua e por vezes sentia-me infinitamente só, embora a minha família adoptiva fizesse tudo para tornar a minha vida o mais agradável possível. Um dia encontrava-me eu sozinha no quarto, a janela na minha frente estava aberta e diante dos meus olhos abria-se o magnífico jardim. Em cima de uma latada cheia de cachos de uvas estava pousado um passarinho, que gorjeava despreocupadamente. E esse doce gorjeio deve ter provocado qualquer coisa em mim, senti no peito a dor cruel da saudade e, no meu incomensurável desespero, gritei para o pássaro que me levasse no seu dorso. Além, por trás do monte, era a minha casa*[966].

Tratando-se de crianças seria mais do que natural que sentissem falta dos seus familiares, especialmente tendo em conta que passavam de uma longa estadia longe de casa. O facto de encontrarem condições excelentes de acolhimento poderia, todavia, justificar também uma certa indiferença relativamente a essa ausência prolongada. Efectivamente, raros são os testemunhos orais, tanto entre os entrevistados no âmbito desta investigação como entre os entrevistados por Mayr, que referem saudades de casa. Há que ter também em conta que, no que se refere às famílias de acolhimento, segundo os exemplos previamente apresentados, em muitos dos casos os pais de acolhimento não chegavam sequer a ter noção dos problemas enfrentados pelas crianças acolhidas, por um lado, porque não os conseguiam verbalizar de forma a que os

[963] CAETANO, 2005: 181.
[964] CAETANO, 2005: 57.
[965] CAETANO, 2005: 333-334.
[966] CAETANO, 2005: 297.

entendessem, por outro lado, porque os próprios preferiam escondê-los, aproveitando os momentos de solidão física para exteriorizar as suas preocupações. Além de Fini e Ingunde — que em ambos os casos partilharam com os pais adoptivos a sua tristeza —, há, entre as entrevistas realizadas, um outro testemunho que dá conta do mesmo sentimento.

> *Foi-me dado um quarto só para mim, mas pouco depois pude deixá-lo porque me sentia sozinha.* […] *Lembro-me que nos primeiros tempos em Portugal* […] *acordava a meio da noite, sem saber onde estava e procurando em vão a luz e o pote, por isso urinava no chão e voltava para a cama. Aconteceu várias vezes.* […] *Esta desorientação seria certamente um sinal da minha tristeza.*

Hannelore recorda com detalhe todas as suas vivências. Marcada por perdas precoces e dificuldades graves desde muito pequena, aprenderia a superá-las relembrando-as e escrevendo sobre elas. Talvez por isso não oculte os momentos menos bons dos seus primeiros dias num país distante. Lembra também que, mais adiante, mesmo depois de ultrapassar as primeiras dificuldades, sentiria a falta da família, desejando que a mãe pudesse vir para Portugal e partilhar da felicidade que sentia cá[967].

Alois, por outro lado, começa inclusivamente por notar que pensa nunca ter sentido falta de casa durante a sua estadia[968]. Sendo muito pequeno aquando da sua primeira vinda para Portugal, Peter refere só ter «português à frente» e por isso não recordar qualquer problema ou sequer saudades. Acrescenta ainda que provavelmente vinha «traumatizado, portanto, a querer esquecer de tudo o que está para trás»[969]. Tal facto poderá explicar também que, em perspectiva, as memórias das dificuldades tenham sido substituídas ou pelo menos colocadas em segundo plano pelas dos momentos mais felizes que a elas se seguiram, valorizando todo o processo, situação que parece verificar-se na grande maioria dos testemunhos.

Mayr afirma, inclusivamente, que as cartas enviadas aos pais, quer da parte das supervisoras da Caritas quer das crianças, indicam, precisamente, que as crianças tinham poucas ou nenhumas saudades de casa. Distraídas que estavam com as novidades oferecidas pelo país de acolhimento, algumas chegavam mesmo a «esquecer-se que podiam ter saudades», sendo referido por Liechtenstein e Seilern que seria «raro» havê-las, ocorrendo, segundo os testemunhos recolhidos por Mayr, em ocasiões especiais, tais como aniversários ou Natais[970].

No entanto, e como refere Peter, algumas crianças traziam com elas traumas relacionados com a experiência de guerra que haviam vivido, na maioria dos casos, durante praticamente toda a sua existência. Apesar de não ter memórias claras daquele tempo, Peter recorda que os seus episódios de febre, enquanto criança, eram acompanhados de alucinações. Acreditando que seriam resultado de «coisas de guerra ou dos bombardeamentos», conta que tinha

---

967 Hannelore Martinovsky (22 Mar. 2017), entrevista gravada.
968 Alois Sablatnig (26 Abr. 2017), entrevista gravada.
969 Peter Zenkl (21 Fev. 2017), entrevista gravada.
970 MAYR, 2013: 113.

delírios com rodas a esmagá-lo e outros aspectos de teor «destrutivo»[971]. Apesar de Alois não se lembrar do episódio, a sua «irmã portuguesa» conta que também nele os efeitos dos bombardeamentos se fizeram notar.

> *Um dia a minha mãe apanhou um susto grande* […] *de noite toda a gente se foi deitar como de costume e tocou os bombeiros. Havia um incêndio, e ele — com certeza naquele ambiente que ele tinha lá na casa dele de ouvir as sirenes — levantou-se com uma força, abre as janelas e estava…* [gestos de aflição] *E a minha mãe levantou-se a correr, a perguntar o que era, e ele foi: «Pum, pum!». E a minha mãe: «Não!».* […] *Nem um nem outro percebia, e a minha mãe foi buscar os fósforos, acende um:* […] *Pronto, foi para a cama.*

O mesmo se passaria com outro Peter, acolhido pelos Bento, que sempre que ouvia a sirene dos bombeiros fugia, em pânico, abrigando-se em casa[972]. Também Elfriede, acolhida pelos Ferreira Lourenço, teria, segundo o neto do seu pai de acolhimento, «um verdadeiro pânico de tudo o que fossem barulhos exteriores fora do normal», tais como foguetes ou «algum barulho extra nas cargas e descargas da estação» de Vilar Formoso, nas imediações da casa onde foi acolhida. Para se proteger a pequena escondia-se debaixo da cama[973], facto também relatado por Lucinda Sarmento acerca de Sylvia Keller, terceira menina acolhida no seio da sua família, sendo que aquela tinha «um terror, por exemplo, dos russos», facto que levaria os hospedeiros a vê-la como «de todas, a mais traumatizada». Conceição, sobrinha de Lucinda, refere também que um menino acolhido por uma tia sua se escondia quando ouvia os foguetes na noite de S. João[974]. Ingunde pensa que o medo que tinha de estar próxima de janelas, não recordado pela própria, mas pelos familiares, teria a mesma origem.

> […] *eles contaram-me, mas eu não me lembro de ter feito, que eu às vezes quando os aviões passaram por cima fugi, meti-me por baixo das mesas. Eles estranharam isso. E eu lembro-me que* […] *perto de Évora havia militares, no Alentejo havia uma base militar, até dos Alemães, não sei.* […] *Não sei se vivi, era pequena de mais, mas eu acho que esta coisa que a gente tinha que fugir das janelas porque eles atiravam pelas janelas, mesmo nas aldeias, porque pensavam que havia lá soldados. E isso lembro-me que também, mais tarde, uma vez eu estive na Inglaterra, com 16 anos, também me impressionou quando a gente estava na praia, voarem os aviões tão baixo, que o barulho ainda estava dentro.* […] *Não tenho nenhuma memória que atiraram pela janela, lembro-me que falaram isso e acho que devo ter vivido uma vez ou outra, não sei. Mas eu não me lembro que eu estava aí e atirei-me, mas quando* [ou]*vi aquele barulho impressionou. Mesmo em Évora ainda e as pessoas estavam admiradas que eu estava aflita* […][975].

---

[971] Peter Zenkl (21 Fev. 2017), entrevista gravada.
[972] Luís Rocha San Miguel Bento e irmãos Adelino, Helena e Manuel (30 Mar. 2016), entrevista gravada.
[973] Manuel Godinho (07 Jun. 2018), entrevista gravada.
[974] Maria Lucinda do Espírito Santo Rodrigues Sarmento Melo e sua sobrinha Constança (30 Set. 2017), entrevista gravada.
[975] Ingunde Wieser (22 Fev. 2017), entrevista gravada.

Casos semelhantes ocorriam amiúde, sendo também descritos nos relatórios das supervisoras das Caritas enviados aos pais. Pelos mesmos motivos, outras crianças reagiriam, da mesma forma, à presença de armas de tiro, como num exemplo apresentado por Mayr a respeito de uma família que levou a pequena que havia acolhido à caça de coelhos e perdizes no Alentejo[976]. Além das sirenes, que sempre associava aos bombardeamentos, Annie refere também que se assustava com os pregões das vendedoras, nas ruas, facto a que não estava habituada e com o qual teria que lidar muitas vezes, já que morava na Rua da Firmeza, no coração do Porto. Lembravam-lhe gritos e por isso lhe causavam especial estranheza[977].

Para além dos sons semelhantes a tiroteios ou sirenes, também as fardas causavam temor entre as crianças austríacas, sendo esse, provavelmente o gatilho dos temores de Sylvia. Apesar de afirmar vir a sentir-se segura na sua família de acolhimento em Lagoa, Fini conta que se escondia sempre que via alguém de farda, fosse de polícia, de bombeiro ou de qualquer outro tipo de uniforme[978].

Também para Gottfried, acolhido pelos Basto, as fardas seriam um problema, a atitude da família, e inclusivamente da comunidade, ajudá-lo-ia, contudo, a ultrapassá-lo, como de resto aconteceria em relação à totalidade dos entrevistados.

> *Depois — agora, isto já se confunde um bocado com as memórias do meu pai — ele tinha um medo pavoroso de qualquer farda. Qualquer indivíduo que vestisse uma farda, podia ser um bombeiro, podia ser um polícia, um indivíduo que tocasse numa banda, uma farda, ele entrava em pânico. E o avião, passar um avião, ele ficava em pânico. Felizmente naquela altura era uma terra muito pequena* […] *mas* […] *nós morávamos no centro, e a casa comercial dos meus pais era no centro também. E naquela altura* […] *quando casei e depois de casada, os polícias eram de Barcelos,* […] *era imediatamente absorvido, e, portanto, havia também uma disponibilidade.* […] *Não estou a ver um polícia a pegar numa criança ao colo, mas naquela altura eles faziam isso*[979].

Para Françoise, cuja escola, em França, estaria próxima de um local onde se efectuavam fuzilamentos, além dos «estouros das motas, dos escapes dos carros» e das sirenes, que sempre faziam refugiar-se em casa, o primeiro contacto com os Bicho seria também marcado pelo medo. Ao ser recebida por um primo que envergava a sua farda militar, a pequena esconder-se-ia, de imediato, debaixo da cama. Além disso, conta Júlia, que com ela conviveu, tendo-a ainda hoje como irmã, chegaria a Portugal «cheia de fome», protegendo a comida com o braço, durante a primeira refeição, para garantir que ninguém lha roubaria, comportamento que repetiria no colégio, onde acompanharia a irmã portuguesa. Oriunda de uma família com muitos filhos — de entre os quais os pais haviam tido grande dificuldade em escolher os dois

[976] MAYR, 2013: 74.
[977] Johanna Oswald (25 Mai. 2016), entrevista gravada.
[978] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.
[979] Maria de Fátima Queirós de Sousa Basto (09 Jun. 2017), entrevista gravada.

que seriam enviados para uma estadia de recuperação —, estaria habituada a ter de partilhar tudo e talvez até a que lhe fosse roubada a parte que lhe cabia. Apesar de não ter «assistido à guerra» da mesma forma que a pequena francesa, porque enviada com a mãe para a quinta de uma tia-avó durante o conflito, Ingrid, a segunda acolhida pela família, teria a tarefa ainda mais dificultada pelo facto de ninguém a compreender. Entraria em casa com uma carcaça debaixo do braço e não largaria o pão, nem mesmo para dormir, na primeira noite. Júlia e os filhos recordam também a história de duas irmãs, Helga e Helena, acolhidas em casa de uma tia, que teriam sobrevivido incólumes à passagem do exército soviético amarradas às pernas da bisavó, que as cobria com as suas saias. Ao contrário daquelas, contudo, consideram que Ingrid, ainda que receosa num primeiro momento, não estaria traumatizada. O mesmo não poderia dizer Júlia de um menino polaco, também acolhidos na Covilhã, que, tendo visto o pai ser assassinado, só conseguiria dormir com uma faca debaixo da almofada, sofrendo também de pesadelos constantes[980].

Em Vilar Formoso, Elfriede enfrentaria ainda um outro grande receio.

> […] *ela era visitada frequentemente pela assistente social e dizia, a Elfriede, que era o outro grande medo dela, por perceber que alguém a vinha controlar e que na altura não perceberia porquê, mas claro que era para ver se a família de adopção lhe estaria a dar as condições devidas e ela, não gerindo bem isso acaba também por ter algum receio. A minha avó contava até com alguma graça que era uma assistente social muito alta da Caritas* […] *e a Elfriede, como tinha dificuldade em falar Português, quando a via chegar corria para casa e dizia à minha avó: — «Madrina!» — que ela tratava por mãe ou madrina — «senhora que chegas chouriças!», o que significava «senhora que chega ao topo da cozinha». Era mesmo uma figura que lhe causava algum medo.*

Órfã de pai, Elfriede estaria sob tutela do Serviços de Apoio a Menores, o que talvez justifique o seu receio relativamente às visitas de uma figura que de alguma forma se aproximava dos profissionais daquele organismo, e que certamente seria uma supervisora da Caritas. O facto de José Ferreira Lourenço ser amigo pessoal do pároco e do já referido Sr. Zacarias Vivas, responsável pela celebração da primeira eucaristia do Cardeal Cerejeira na estação de Vilar Formoso, na viagem de regresso a Portugal, após a sua nomeação como Cardeal, em Roma, seria, no entanto, provavelmente um factor que de alguma forma garantia a sua segurança junto da família de acolhimento[981].

Para outra Elfriede, a realidade seria bem diferente. Elfriede Janda estaria em Évora na mesma altura que Ingunde, em 1949, tendo sido, segundo conta, ao fim de dois ou três meses de estadia, levada pelo Padre Alexandrino Brochado para uma família que acolhia à época uma outra menina, no Porto. Os motivos que levaram à retirada de Elfriede de Évora não

---

[980] Maria Júlia Lopes Barata Ferreira Bicho Pacheco Delgado e filhos Nuno, Margarida e Luís (11 Jun. 2017), entrevista gravada.
[981] Manuel Godinho (07 Jun. 2018), entrevista gravada.

foram clarificados nem pela própria nem pelo padre que lhe conseguira colocação no Porto. O caminho da pequena não terminaria, contudo, naquela cidade, sendo ainda levada para uma terceira casa, em Braga, de familiares daqueles que deveriam acolhê-la no Porto, por, segundo a própria, incompatibilidades com a outra criança por eles acolhida. Segundo recorda, também, terá passado um «belíssimo tempo» na quinta «grande e muito bonita» em Braga, mas ficado muito contente quando a foram buscar de novo para o Porto, segundo se depreende pelo seu testemunho, aquando da partida da primeira menina[982]. A perspectiva do padre Alexandrino sobre o assunto seria, contudo, diferente.

> [A Elfriede] *chegou a estar a morar em Braga mas não lhe dispensaram aquela atenção, aquele carinho que ela queria, de maneira que um dia chegou aos meus ouvidos que a Elfriede Janda não estava muito contente, e eu fui indagar e era verdade. E eu disse: «pronto, Elfie, tu vais para o Porto para a minha beira». E ela ficou muito contente e veio e foi para ali para casa da Dona Maria da Luz Silva, para a minha beira, do Paço, e esteve ali admiravelmente. Foi um anjo que veio para ali.* […] *Era uma família minha amiga.* […] *Ela esteve ali, era uma princesa. Uma família rica, davam-lhe tudo o que ela queria, de maneira que ela sentiu-se muito bem.* […] *Foi uma coisa bonita, muito bela, não é?* […] *Às vezes não temos pais que nos estabilizem, estamos numa sociedade de consumo, uma sociedade muito materialista, não temos estas coisas tão bonitas*[983].

Acerca da sua passagem por Braga, Elfriede conta ter vivido num «eldorado», visto que, sendo uma «menina da cidade», morar entre árvores de fruto e animais tinha um encanto ainda mais especial. Conta, inclusivamente, ter sido o elo que promoveu o casamento da filha do casal que a acolheu, tendo-se aquela apaixonado pelo médico que um dia foi chamado a casa para lhe cuidar de uma maleita de simples tratamento[984]. É possível que, com o tempo, as duas situações das quais retirara a pequena se tenham confundido na mente de um senhor de já mais de 90 anos. O mesmo se passará provavelmente com Elfriede, uma vez que, quer num caso quer no outro, um representante da delegação portuense não poderia certamente operar a retirada de uma criança numa diocese que não a sua, visto ultrapassar a sua jurisdição.

O que provavelmente terá acontecido, de acordo com a correspondência analisada, será uma notificação por parte de um dos supervisores destacados pela Caritas para as visitas ao domicílio, seguida de um pedido geral da Caritas Central, destinado a todas as dioceses, procurando uma família disposta a acolher a criança a ser retirada da família sinalizada. Em correspondência trocada com um candidato de outra diocese, a Caritas Diocesana do Porto responde ser-lhes «absolutamente vedado» imiscuir-se nos assuntos das outras jurisdições, aconselhando o destinatário a dirigir-se à delegação da sua diocese ou directamente à Comissão Central[985].

---

982 CAETANO, 2005: 203.
983 Padre Alexandrino Brochado (02 Out. 2015), entrevista gravada.
984 CAETANO, 2005: 203.
985 CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Jan. 27, Porto [a] candidato a acolhimento. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

A dada altura, a Caritas Diocesana do Porto dirigiu-se à delegação de Braga, referindo-se aos «vários pedidos» que lhes haviam sido dirigidos por engano, devido à propaganda realizada pela delegação portuense[986] em meios de comunicação de alcance nacional, nomeadamente a Rádio Renascença. Um outro caso é o de um senhor da diocese do Porto que terá escrito à Comissão daquela diocese informando sobre o facto de ter, por sua iniciativa, retirado duas crianças acolhidas na diocese de Braga. A esta situação, que supomos insólita, a Comissão contactada reagiu eximindo-se de qualquer responsabilidade no caso, dado tratar-se de crianças sobre as quais não tinha autoridade. Acrescentava ainda que confiava que o remetente não tenha procedido à transferência das crianças sem conhecimento da diocese onde foram registadas, pedindo-lhe que lho comunicasse, caso se desse o caso, pois só as dioceses responsáveis tinham autoridade para comunicar uma transferência para outra diocese[987].

Numa carta dirigida a Fernanda Jardim, a Caritas Diocesana do Porto dava conta da sua disponibilidade para receber uma criança originalmente entregue à diocese de Aveiro, questionando, contudo, acerca do seu sexo, nacionalidade e comportamento[988]. Tais aspectos seriam, aparentemente, essenciais para garantir a sua recolocação, mas outros seriam ainda mais importantes, como é comprovado por uma outra missiva, desta feita dirigida a um pai de acolhimento que pretendia devolver uma menina austríaca. Foi-lhe dito que a Caritas Diocesana não encontrara ainda quem a desejasse acolher, justificando-o com o facto de a criança vir de outra casa, o que seria «de desconfiar», notando ainda que nem sequer seria possível afirmar a potenciais famílias interessadas que se tratasse de uma menina «absolutamente delicada», pelo que, acrescentava a carta, «ninguém a quererá receber». Além disso, referia, todas as famílias se haviam disposto a receber as crianças pelo tempo total da estadia pelo que não haveria nenhuma disponível a acolher uma outra. Aconselhava ainda o hospedeiro a contactar a delegada concelhia, D. Madalena Câncio Santarém, de Santo Tirso — que acolheu, juntamente com a irmã, Ursula Mertin —, que estaria, segundo era mencionado, a «tentar resolver a situação»[989].

As cartas de famílias de acolhimento tentando devolver as suas crianças são escassas. A parca informação acerca dos contextos de origem dos pequenos poderá ajudar a explicá-las. Numa carta dirigida à Caritas da diocese do Porto, um pai de acolhimento diz não poder protelar mais a entrega da criança por ter aquela ultrapassado «desde há muito os limites da paciência», tornando-se «indesejável». Refere ainda que «não é pequena que viva numa casa como a minha porque, estou certo, foi criada nas ruas de Viena e, Deus me

[986] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Fev. 13, Porto [a] Caritas Diocesana de Braga. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[987] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Nov. 23, Porto [a] pai de acolhimento de crianças austríacas. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[988] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Abr. 09, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[989] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Out. 27, Porto [a] pai de acolhimento de criança austríaca. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

perdoe, deve ter sido uma origem no baixo, mas no baixo indomável e impossível de melhorar ou adaptar», constituindo um «símbolo de indisciplina, de má criação e de falta de asseio», mesmo sendo oriunda de um país que se crê, entre os portugueses, «prima pela disciplina, pelo asseio, pelo respeito e pela higiene». Além dos vários exemplos de indisciplina, referia-se ainda que a menina, de 10 anos, teria ensinado ao filho do casal que a acolheu coisas que «nem por sonhos» ela deveria já saber, incluindo que «não era o Deus Menino que lhe dava os brinquedos». Concluía que a criança era, portanto, «fundamentalmente de má índole» e que «continuará a fazer [o que faz] porque é de proveniência reles»[990]. A criança viria a ser recebida pelo Instituto do Bom Pastor, em Gaia. Sendo compreensível o desespero de uma família a quem foi entregue uma criança com um comportamento como o descrito, não são, porém, justificáveis os termos em que o mesmo é definido, mais uma vez, tendo em conta que, efectivamente, boa parte das crianças acolhidas vivera boa parte da sua ainda curta vida nas ruas — por não terem onde viver e não porque a origem fosse «reles». O envio das crianças para uma comunidade religiosa ou residência paroquial parecia ser uma solução de último recurso, caso fossem devolvidas e nenhuma família estivesse disponível para as receber. Foi assim no caso que acabamos de referir, e em outros casos, como o de Friedrich Maletschek, que, sendo considerado «indisciplinado e teimoso» pelo engenheiro a quem fora entregue, acabaria no Mosteiro de Singeverga, em Roriz[991]. Situações haveria em que seriam as instituições religiosas a pedir para que lhes levassem as crianças, como aconteceria com o Mosteiro de Santa Eulália, em Vila Nova de Famalicão, em que uma irmã Beneditina Missionária daria conta da sua pouca disponibilidade para orientar e educar duas meninas austríacas definidas como «muito vivas, teimosas e até desobedientes», vindo a ser acolhidas por uma família em Leiria[992].

Nem todos os pedidos de devolução usariam, todavia, o mesmo tipo de justificação. Numa carta dirigida à mesma diocese, um pai de acolhimento informava não poder manter a criança acolhida devido a um acidente que sofrera[993].

Dirigindo-se à Caritas Central, uma mãe de acolhimento expôs também a sua impossibilidade de dar continuidade à estadia da menina deixada à sua responsabilidade por não querer levá-la consigo para a apanha da azeitona e por tê-la acolhida «quase» sem o conhecimento do marido que, por isso e outras coisas, a «arrelia[va]». Acrescentava ainda os seus temores pelo que poderia acontecer à menina, que se tornara uma mulher «bonita» («está uma senhora forte e bonita e o mundo está muito cheio de perigos»), e que não queria «responsabi-

[990] PAI DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇA AUSTRÍACA (1949) — [Carta] 1949 Dez. 07, Porto [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[991] *Cartão de identificação de Friedrich Maletschek, Porto.* Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[992] IRMÃ BENEDITINA (1949) — [Carta] 1949 Mar. 21, Porto [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[993] PAI DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇA AUSTRÍACA [s.d.] — [Carta s.d.] [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

lidades e desgostos», dado ter já perdido a sua filha, o que a levaria a tomar conta daquela[994]. O presente caso parece sugerir, ainda que de forma subentendida, uma situação de abusos físicos, que, contudo, não podemos confirmar, sendo que mesmo o destino da criança permanece por destrinçar. A própria menina escreveria a Fernanda Jardim, algumas semanas mais tarde, muito provavelmente incitada pela mãe de acolhimento, referindo que a sua estadia deveria ter sido de 5 meses, tendo-se já passado 9, que sentia vontade de ver os pais, e que, apesar de os «pais de Portugal» gostarem muito dela, «não são ricos», «não podem com mais despesas» e têm que deixá-la sozinha em casa para irem para a apanha da azeitona, no campo, onde «faz muito frio». Dizia também estar «numa aldeia muito feia» e que o «pai de Portugal já está aborrecido e também aborrece a mãe»[995]. Numa missiva enviada pelo Padre Alexandrino Brochado à presidente da Caritas Portuguesa, fazia-se referência a um assunto definido como «confidencial» sobre o qual o presidente da delegação da diocese do Porto expressava a seguinte opinião:

> *Parece-me que não será conveniente fazer o tal exame médico à criança, pois trata-se dum assunto tão delicado que receio o escândalo da pequena que suponho nunca suspeitou das nossas «démarches». Um exame médico directo iria certamente desvendar aquilo em que possivelmente a pequena nunca pensou. De resto nós não temos análises feitas com resultado negativo e segundo a afirmação da médica com quem troquei impressões estas análises são seguras e de molde a deixar-nos tranquilos. Esta é a minha opinião que me parece ser razoável.*

O exame médico em causa poderá não passar de uma precaução relativamente a um potencial caso de doença contagiosa; a forma como é exposto, contudo, pode indiciar outras realidades ainda mais graves. A referência à qualidade dos exames não é tampouco clara. Na mesma carta é também afirmado que o adiamento da partida do transporte de regresso à Áustria só não terá agradado a três ou quatro das famílias de acolhimento, cujas crianças, refere, «são mais difíceis de aturar»[996].

Se nesses casos eram os próprios pais de acolhimento a pedir à Caritas para lhes levar as crianças, outros casos haveria em que elas lhes seriam retiradas contra a sua vontade. Gertrude Lirsch, por exemplo, seria transferida para a família Carneiro Pacheco, de Barcelos, por «motivos graves: crueldade moral para com a criança e tentativa de suborno de membros da Caritas Diocesana»[997].

---

[994] MÃE DE ACOLHIMENTO (1950) — [Carta] 1950 Dez. 29, Paradela [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[995] CRIANÇA AUSTRÍACA ACOLHIDA (1951) — [Carta] 1951 Jan. 14, Paradela [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[996] BROCHADO, Padre Alexandrino (1950) — [Carta] 1950 Nov. 23, Porto [a] Fernanda Jardim. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[997] *Cartão de identificação de Gertrude Lirsch. 1949-07-09, Porto.* Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

Em algumas situações chegaria a ser necessário o recurso a medidas mais drásticas. Um dos casos melhor documentados foi o que envolveu Brigitte Christen e a sua irmã Christine, que viria a ser mulher do chanceler austríaco Franz Vranitzky, sendo também um dos melhor recordados pelo Padre Alexandrino Brochado.

> […] *ela tinha uma irmã e como os pais adotivos estavam de relações cortadas, não deixavam as crianças visitar-se, e uma delas adoeceu com saudades da irmã.* […] *Eu fui lá, e falei com o Sr. Bispo, e deu-me normas: «Se a criança não estiver bem, tire-a de lá». E assim aconteceu, porque a doença da criança era de ordem psíquica.* […] *E então eu tirei-a, e ela saiu de lá e passados uns dias já estava boa.* […] *Ele* […], *o senhor onde ela estava, foi malcriado comigo.* […] *Ele não queria deixar a criança sair de casa dele, e eu tirei-a e ele foi muito indelicado comigo. Mas de resto até foi assim o caso mais aborrecido*[998].

Acolhidas por dois primos, residentes em diferentes zonas do Porto, as duas crianças ver-se-iam envolvidas nas quezílias familiares, sendo proibidas de se encontrar por parte do pai de acolhimento de Christine, a mais velha das duas. Tal facto levaria o presidente da delegação local da Caritas a procurar, pessoalmente, um entendimento entre os dois, o qual, não sendo possível, conduziria à decisão, aprovada pelo Bispo, de retirada da criança entregue ao responsável não colaborante, representante do Instituto suíço Montana Zugerberg. O episódio ocorreria na sequência do adoecimento de Brigitte, segundo consta por não poder ver a irmã, e levaria ao acolhimento de Christine, pelo menos num primeiro momento, pela mesma família que cuidava da primeira[999].

Menos motivos haveria, aparentemente, para retirar Helmuth Hartmann da sua família de acolhimento original. Recolhido por uma família de S. Mamede de Coronado, com, ao que consta, 16 filhos, mas que, segundo é referido nos relatórios, lhe daria «o conforto requerido» e lhe consagraria «amizade e carinho», o menino seria levado para casa do Dr. Délio de Santarém[1000], inicialmente apenas para passar o Natal na casa de uma família que falava Alemão. A passagem temporária passaria, contudo, a permanente, na sequência de uma carta enviada ao primeiro pai de acolhimento, pedindo-lhe que enviasse para a nova morada os pertences da criança, pois seria melhor para ele permanecer num ambiente onde

---

[998] Padre Alexandrino Brochado (02 Out. 2015), entrevista gravada.

[999] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1950) — [Carta] 1950 Jul. 07, Porto [a] pai de acolhimento. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal; CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1950) — [Carta] 1950 Jul. 27, Porto [a] pai de acolhimento. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal; CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1950) — [Carta] 1950 Jul. 29, Porto [a] pai de acolhimento. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal; CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1950) — [Carta] 1950 Jul. 31, Porto [a] pai de acolhimento. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

[1000] Délio de Castro Cardoso Santarém (31-05-1903—20-03-2000), licenciado em Medicina pela Universidade de Coimbra, foi médico radiologista em Santo Tirso, sua localidade de origem. Casado com Madalena Câncio Santarém, delegada concelhia da Caritas, exerceu também, a nível local, alguns cargos públicos, tendo-se destacado como Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, entre 1959 e 1970. Cf. SANTO TIRSO. Câmara Municipal, [s.d.].

era «compreendido»[1001]. Numa nota acrescentada ao processo da criança, na Caritas Diocesana do Porto, consta que o pai de acolhimento original se terá recusado a enviar as roupas do pequeno tendo mesmo, segundo a mesma nota, tentado raptá-lo[1002]. A falta de uma justificação plausível para a transferência do menino, segundo as informações disponíveis, bem tratado pela família, poderá explicar tal comportamento.

Uma outra criança seria retirada da casa da mãe de acolhimento, uma senhora espanhola residente em Penafiel, por, «segundo diversas informações, incluindo do pároco», lhe bater, «por efeito de nervos»[1003]. Na correspondência trocada acerca do assunto, percebemos que a senhora que acolhia a criança não terá sido informada do motivo pelo qual a criança lhe seria retirada, sendo-lhe, pelo contrário, dito que a Caritas estaria a proceder a uma aproximação das crianças à cidade do Porto, retirando-as das famílias mais afastadas, e que «por motivos superiores» a sua lhe seria também levada, pedindo-lhe que não causasse «inúteis demoras à Comissão» quando lha fossem buscar[1004]. Na explicação apresentada à Comissão Central referia-se que a menina teria sido encontrada «em situação impensável», recebendo «palmadas» e sendo «obrigada a trabalhar», além de ser impedida de sair de casa, até «para ir à missa». Mencionava-se também que não fora explicado à senhora o porquê daquela decisão e que a criança fora entregue a uma outra senhora, viúva e proprietária, «dos melhores sentimentos e duma grande bondade, além de estar numa casa luxuosa»[1005]. O último ponto, referente ao luxo, parece ter causado algumas dúvidas junto da Comissão Central, justificando nova missiva da parte da delegação portuense explicando que o ambiente luxuoso não se sobrepunha ao ambiente cristão, na sua (do secretário da Comissão Diocesana do Porto) escala de valores, por isso mesmo aparecendo em último lugar[1006].

Em algumas situações, já referidas, o facto de as crianças serem «obrigadas a trabalhar» seria motivo suficiente para uma transferência. Em outras situações, contudo, algumas das quais mais graves, os problemas não seriam sinalizados ou, a sê-lo, apenas após longos períodos. O exemplo de Pauline Haberl reúne algumas das circunstâncias mais graves que tivemos oportunidade de analisar. No dia em que deveria voltar à Áustria, os seus pais de acolhimento decidiram não a levar ao barco, obrigando-a a ficar em Leiria por um período acrescido de 11 meses.

[1001] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Fev. 03, Porto [a] pai de acolhimento. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1002] *Cartão de identificação de Helmuth Hartmann. 1948-12-20, Porto.* Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1003] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Mar. 03, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1004] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Mar. 04, Porto [a] mãe de acolhimento. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1005] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Mar. 25, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1006] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Abr. 04, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

A dor foi tão grande que nunca mais comi nada e quase não dizia uma palavra. Fiquei também muito doente. Quando tentava escrever uma carta aos meus pais, a minha mãe adoptiva mordia-me a mão, para evitar isso e com o objectivo de que eu esquecesse os meus pais. Como ela só tinha rapazes, queria absolutamente uma rapariga. Graças a Deus, em 1950 acabou realmente por dar à luz uma menina.

Apesar de contar ter-se sentido sempre bem, tanto na grande residência da família como na sua casa à beira-mar ou na quinta no campo, Pauline diz que o seu objectivo era «voltar a casa». Seria só com a «ajuda da Interpol», segundo refere, que seria devolvida aos pais, os quais pensavam tê-la já perdido[1007]. Neste caso, 11 meses bastariam para resolver o caso. Outros, contudo, não teriam a mesma sorte.

O Padre Brochado afirmaria que, geralmente aos domingos, realizava visitas às crianças, juntamente com uma senhora austríaca, chamada Hildegard Barros da Costa.

Quando alguma me parecia que não estava muito bem, que a família não tinha grandes possibilidades, eu mudava-a. Foi até o facto mais aborrecido que eu tive, foi ter de mudar uma ou outra. Fora disso não havia problemas nenhuns, elas afeiçoavam-se e não queriam até ir embora. Porque é claro, eram hóspedes. Não lhes faltava nada, tinham prendas, tinham coisas. Sentiam-se muito bem. […] *quando via que uma ou outra — duas ou três — não tinham um bom nível económico, tirava-as e arranjava outra casa melhor. Mas isso foram casos esporádicos, muito poucos. Porque de uma maneira geral as pessoas que se inscreviam para receber as crianças eram pessoas com bens materiais, até algumas muito ricas.* […] *Nunca tive nenhuma que quisesse ir embora. E de uma maneira geral, elas quando iam embora iam tristes, algumas não queriam ir, outras até choravam, então… Portanto, eles tinham um ambiente de amizade, de amor e de carinho, e sentiam-se bem nesse ambiente. Muito, sentiam-se muito bem mesmo*[1008].

Christa conta que, com apenas cinco anos e sem saber ainda ler ou escrever, rapidamente perderia o seu conhecimento da língua alemã. Da época tem poucas recordações, sendo a maioria das suas memórias desse tempo baseada naquilo que foi ouvindo a outras pessoas. De ter medos não se recorda, dizendo que certamente não terá ficado traumatizada porque «se ficasse lembrava-me». Aos pais de acolhimento chamava «pai» e «mãe», como faziam muitas outras crianças acolhidas, mas, refere, porque rapidamente perdeu a ligação ao país de origem, habituando-se a encarar a portuguesa como única na sua vida. Seria em Portugal que pela primeira vez iria à escola, e aí começaria a responder às cartas da mãe pelo próprio punho, ainda que tivessem de procurar alguém que traduzisse o que escrevia para Alemão. Até lá era a mãe de acolhimento quem respondia às cartas da Áustria. Não recorda nenhum contacto com a Caritas, mas supõe que alguém avisasse pelo menos do momento da partida. Recorda ter

[1007] CAETANO, 2005: 405.
[1008] Padre Alexandrino Brochado (02 Out. 2015), entrevista gravada.

encontrado o Padre Alexandrino Brochado mas não sabe quando[1009]. Uma crónica publicada pelo sacerdote no semanário diocesano «A Voz do Pastor» permite, porém, localizar esse momento no tempo e no espaço. Os dois terão cruzado caminhos na Récita de Despedida em honra das crianças estrangeiras na diocese do Porto, no dia 3 de Outubro de 1951. Num texto pleno de emotividade, numa série de exemplos de crianças que preferiam ficar em Portugal em lugar de voltar à Áustria, aparece uma referência a Christa.

> *A Julia Christie de 7 anos abraçava-se às pernas do seu protector, Sr. José Francisco Brandão, da Quinta da Seara, Matosinhos, com medo que a levassem, mas não confessava tristezas. Muito viva, alegre, buliciosa, esperta, parecia estar segura da sua vida. Perguntamos-lhe: «Então estás tão alegre, não tens pena de nos deixar?» — «É que eu não vou. Eu fico em Portugal. Isto aqui é muito lindo e muito bom» e continuava a abraçar-se no seu protector como pomba que se agasalha no seu ninho*[1010].

Além do nome, que é errado, mas que não deixa dúvidas, visto que o pai de acolhimento de Christa não terá acolhido outra criança, também a descrição da situação parece não se coadunar com aquela que seria a perspectiva de Christa sobre o assunto, ainda que, admite, enquanto criança não tenha nunca questionado as decisões dos adultos.

Chegada em Junho de 1949 para ficar por um período de 6 meses a um ano, ao fim desse tempo Christa veria o casal que a acolhera informar a Caritas de que não poderia viajar porque estava doente, tendo conseguido inclusivamente um atestado médico para o comprovar. Christa recorda-se de ter estado doente, mas não associa esse período ao da viagem, crendo, inclusivamente, que terá sido na fase de adaptação, com a mudança de clima e alimentação. A situação voltaria a acontecer algumas vezes, sendo que, em pelo menos uma delas, Christa recorda ter-se despedido dos colegas da escola e ter inclusivamente recebido pagelas, que ainda hoje guarda. Pensa que nessa altura já teria 8 anos e que estaria contente por se ir embora, mas, mais uma vez, ficou, e «foi ficando». Terá ocorrido por esta altura a Récita de Despedida, ainda que a entrevistada afirme não ter encontrado nenhuma outra criança Caritas até muitos anos após a Acção quando, a ser verdade a informação constante do artigo apresentado, terá na realidade encontrado muitas outras crianças Caritas nessa ocasião. Poderá não ter sido suficientemente marcante para que o recorde, ao contrário do facto de os pais de acolhimento terem perguntado aos biológicos se poderiam prolongar a estadia, ao que da Áustria não se terá colocado grande oposição, uma vez que o pai de Christa, veterano da I Guerra Mundial, e a mãe estariam, em fase de separação.

Christa não estaria em situação de perigo de qualquer foro, como seria alegado para justificar algumas das transferências que tivemos oportunidade de analisar. A sua relação com os pais de acolhimento, ainda que talvez só se tenha vindo a deteriorar mais tarde, quando

---

[1009] Christa Schuller (30 Mai. 2016), entrevista gravada.
[1010] BROCHADO, 1951a: 1-3.

também o seu casamento terminou, não era, todavia, das mais felizes. Por não terem filhos próprios, observa, não teriam com ela o cuidado que imaginara poder receber da sua parte, o que contribui certamente para que hoje considere que não foi uma criança feliz, sem ter recebido «amor de pais», nem dos biológicos nem dos «adoptivos»[1011].

Até que ponto uma visita da parte da Caritas poderia ter evitado a situação não nos é possível definir, tal como não podemos concluir que de facto não tenham ocorrido visitas à família em causa, visto que a tenra idade de Christa certamente não lhe permitiria recordar algo tão pouco interessante para uma criança tão pequena. Ainda assim, e tendo em conta todos os exemplos, poderemos certamente levantar a questão: seria, naquela altura e circunstâncias, como hoje, legítimo supor que o estatuto económico e social — ou, em outros termos, o capital social e humano — de uma família seria garantia de bem-estar, a todos os níveis, para uma criança, dispensando, por isso, outros cuidados?

Em dado momento era pedida à Caritas Portuguesa uma circular «assinada e carimbada» para permitir a visita a crianças, sem a qual não se poderiam realizar[1012], sendo que a sua ausência poderia justificar a não realização de algumas visitas. Se tal documento era necessário desde o princípio dos transportes para Portugal, não nos é possível averiguar, sendo, todavia, evidente, o recurso aos relatórios de visita, o que indica que as mesmas se terão realizado, independentemente da existência do referido documento.

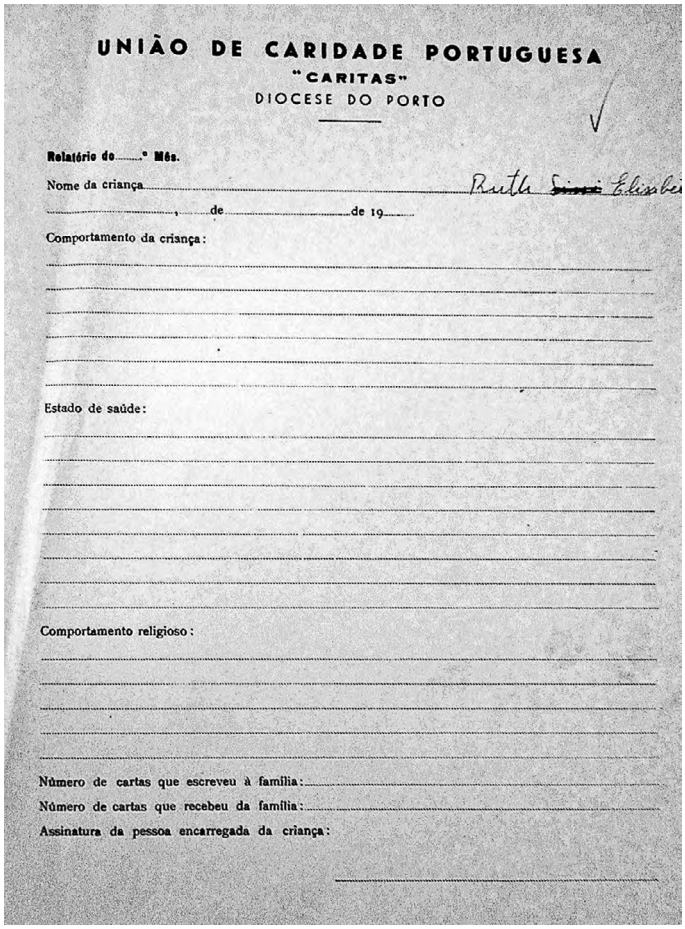
Certamente os meios de que dispunha a Caritas não seriam suficientes para garantir o acompanhamento necessário a todas as crianças, como provavelmente nos dias de hoje os meios continuam a não ser suficientes ou pelo menos a não ser usados de forma suficientemente eficiente, quer em situações do género quer em outro tipo de contextos.

Além das visitas, a Caritas pedia também a cada família que enviasse um relatório mensal da situação da criança acolhida, com descrição, de acordo com o Artigo 5.º do «Regulamento», do seu «estado físico» e «aproveitamento moral e intelectual». O formulário da Caritas Diocesana do Porto (Fig. 34) apresentaria a avaliação de acordo com aspectos relacionados com o seu «Comportamento», «Saúde» e «Religião». Algumas famílias estariam, todavia, e tal como acontecia com as visitas, isentas de enviar relatórios por serem consideradas «de confiança». A convicção, nestes casos, era que a criança «deve estar bem», como anotado no cartão de identificação de Helmuth Ködel[1013].

Relativamente ao «Comportamento», a generalidade dos relatórios, pelo menos os referentes à diocese do Porto, assinalam «Bom», «Muito bom», «Óptimo», ou mesmo «Esplêndido». Alguns, contudo, apresentam queixas da parte dos pais de acolhimento, sendo de notar que quanto maiores são os problemas maiores as descrições e o grau de detalhe apresentado. Uma família, por exemplo, refere que a sua menina é «teimosa, caprichosa e com outros defei-

[1011] Christa Schuller (30 Mai. 2016), entrevista gravada.
[1012] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1950) — [Carta] 1950 Jun. 07, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1013] *Cartão de identificação de Helmuth Ködel*. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

tos imperdoáveis»[1014], enquanto outra define a sua protegida nos seguintes termos: «Orgulhosa. Teimosa. Bate e arranha»[1015]. A menina que viria a ser devolvida por ser considerada «fundamentalmente de má índole», seria também assinalada como «teimosa e caprichosa»[1016], uma descrição usada em vários casos. Parece não haver, contudo, consenso quanto ao comportamento desejável por parte das crianças, visto que, se uma é criticada por ter «um feitio muito independente»[1017], uma outra é-o por ser «sossegada, talvez em demasia»[1018].



UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA
"CARITAS"
DIOCESE DO PORTO

Relatório do ..... º Mês.

Nome da criança ..... Ruth ~~Simi~~ Elisbe

....., ... de ..... de 19.....

Comportamento da criança:

Estado de saúde:

Comportamento religioso:

Número de cartas que escreveu à família: .....

Número de cartas que recebeu da família: .....

Assinatura da pessoa encarregada da criança:

Fig. 34. Formulário para relatório de avaliação mensal do comportamento das crianças estrangeiras acolhidas na Caritas Diocesana do Porto.
Fonte: ACDP.

[1014] *Relatório. 1949-03-06.* Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1015] *Relatório. 1949-05-07.* Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1016] *Relatório. 1949-07-19, Gondomar.* Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1017] *Relatório. 1949-07-19, Rebordões.* Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1018] *Relatório. 1949-07-16.* Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

Acerca de um menino é dito que o seu comportamento é «regular», mas que «quando está com o irmão é difícil de suportar», estando aí no seu pior[1019]. A respeito de dois meninos acolhidos em conjunto, é dito ser o seu comportamento «de conformidade com as idades», uma nota do visitador assinala, contudo, serem «demasiado traquinas»[1020].

Uma avaliação refere que a criança em causa «vai deixando alguns maus costumes que trazia», sendo «mais simpática» e «falando melhor Português», com o passar do tempo, porém, apenas um relatório, não seguindo o formulário, discorre longamente sobre uma situação que considera claramente positiva.

> *A criança, do sexo feminino, que aparentava 6 a 7 anos, de fisionomia pouco agradável, cor muito pálida, apresentava-se pobremente vestida. Era portadora de duas malinhas pequenas* […] *o conteúdo de uma* […] *era uma relativa quantidade de roupinha com excessivo uso e muito pobre. A outra mala, mais pequena do que a primeira, serviu para acondicionar o pequeno lanche que os Pais lhe deram para satisfazer as refeições na viagem da Áustria a Portugal. Mandei-a pesar: 19,5 kgs.* […] *Ao fim dos primeiros oito dias de Portugal, já a criança se modificava consideravelmente. A sua fisionomia já se apresentava com melhor aspecto, a cor transformava-se de pálida para uma outra mais agradável, o peso de 19,5 para 21,5 kgs, e a apresentação mais asseada.*

A descrição continuava, com a evolução aos 60 dias, o relato da festa de Natal e da relação desenvolvida com a família biológica da pequena, por meio de carta, e a descrição dos resultados alcançados no final da estadia e da dolorosa despedida que faria a sua família não mais querer receber alguém que não fosse a mesma menina[1021].

Um dos aspectos que denota maior cuidado por parte do pai de acolhimento citado, à semelhança de grande parte, se não da maioria, das famílias de acolhimento, era o aspecto físico. Relativamente à «Saúde», é notória, nos primeiros relatórios, uma predominância da definição «fraca», sendo comuns as indisposições no primeiro dia. Comuns são também as notas sobre a reacção às vacinas, temperaturas e gripes, e, especialmente, o aumento de peso, o apetite e o aspecto.

Numa circular enviada a todas as famílias, a directora da Caritas Portuguesa informava-as do carácter obrigatório da vacinação contra a varíola e o tifo, indicando-lhes que deveriam, para o efeito, dirigir-se aos Delegados ou Subdelegados de Saúde em determinado período. Numa carta na qual remetia a informação ao responsável local de Bragança, advertia-o também de que não deveria, «sob qualquer pretexto sem prévia autorização da Comissão Central, para evitar graves complicações», entregar as listas das famílias de acolhimento fosse

---

[1019] *Relatório. 1949-08-29, Nogueira.* Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1020] *Relatório. 1949-07-22, Porto.* Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1021] *Relatório. 1949-06-10, Matosinhos.* Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

a quem fosse[1022], nomeadamente, aos referidos profissionais de saúde. Tal pormenor poderia dever-se ao facto de, em resposta a um pedido da parte da Caritas Portuguesa, a Caritas Diocesana do Porto ter alegado não ser possível enviar à Comissão Central as listas das crianças acolhidas por se encontrarem na posse de um Delegado de Saúde[1023]. Além de cartas individuais em caso de doença dos filhos, os pais recebiam também, correspondência com informações gerais acerca de vários aspectos da vida das crianças em Portugal, entre os quais o estado de saúde e os aumentos de peso e altura. Incluídas eram também informações acerca das campanhas de vacinação e de idas ao dentista, também promovidas pela Caritas[1024].

Como também é referido no «Regulamento», se alguma criança adoecesse, os pais de acolhimento deveriam «participá-lo no prazo de 24 horas à Delegada concelhia» ou, caso não existisse, directamente à Caritas Central. Se considerasse necessário, a Caritas fá-la-ia ser observada por um dos seus «médicos assistentes»[1025]. Em diferentes ocasiões, a Caritas Diocesana do Porto refere ter sido o Hospital de Crianças Maria Pia colocado à sua disposição para cuidados a crianças estrangeiras à sua responsabilidade[1026]. A Caritas era também, então, responsável por informar os pais, na Áustria, acerca dos problemas de saúde e sua evolução, usando, inclusivamente, telegramas para o fazer, de forma a garantir que fosse efectivado o mais rapidamente possível.

A alimentação é, segundo Partl e Pohl, e a par do alojamento e dos costumes e tradições, uma das três áreas-chave relativamente às memórias das crianças acolhidas na Suíça[1027]. Apesar de, em certa medida, o mesmo se poder dizer acerca das crianças acolhidas em Portugal, e de a maioria das memórias guardadas sobre a alimentação ser, pelo menos a partir de certo ponto, positiva, os aspectos detalhados nos relatórios são, como no caso do comportamento, geralmente os mais negativos. Tendo em mente que as crianças lhes tinham sido entregues para recuperar das agruras e da escassez associadas com a guerra, as famílias de acolhimento faziam os possíveis para garantir que a sua alimentação era o mais rica possível e que quando se fizessem pesar estariam sempre mais pesadas que da última vez. Em alguns casos, contudo, e uma vez que os seus corpos não estavam habituados às generosas quantidades de alimento que lhes eram oferecidas em Portugal, e não eram, por isso, capazes de o processar tão rapidamente quanto o expectável, os pequenos teriam algumas dificuldades em adaptar-se, numa primeira fase, à nova realidade. Tal facto seria inclusivamente referido por uma das

---

[1022] JARDIM, Fernanda (1950) — [Carta] 1950 Mar. 30, Lisboa [a] Padre José dos Santos Marcos. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[1023] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1950) — [Carta] 1949 Jul. 07, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1024] SEILERN, Ilona (1948) — *3.ª Carta aos pais, 1948-04-06, Lisboa.* Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 135.
[1025] *Regulamento*. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[1026] SOUSA, Filipe Craveiro de (1949) — [Carta] 1949 Fev. 14, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal; CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1950) — [Carta] 1950 Jan. 20, Porto [a] Fernanda Jardim. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1027] PARTL & POHL, *ed*., 2005*:* 28.

entrevistadas de Mayr que contou ter tido que tomar medicação para aumentar o apetite[1028]. Outra dificuldade prender-se-ia com as diferenças entre as dietas portuguesa e austríaca, por um lado, porque havia muitos alimentos não usados, ou sequer existentes, no país de origem, por outro, porque as crianças, ainda que abertas a experimentar todas as novidades, estavam, em certos casos, presas àquilo que eram os seus hábitos alimentares. O peixe, por exemplo, era algo desconhecido para as crianças austríacas, pelo que algumas teriam dificuldades em adaptar-se à proteína. Annie, como referido, teria um primeiro contacto com a comida portuguesa que ainda hoje se faz sentir na sua repulsa por peixe cozido. Além disso, e apesar de se ter adaptado, recorda não ter sido fácil habituar-se às diferenças.

> […] *era tudo diferente. Que lá tínhamos tudo muito justo, muito apertado, aqui não, aqui havia tudo de bom e de melhor.* […] *Almoçava e acabava no lanche, depois lanchava e acabava no jantar. Meu Deus, muito me custou os primeiros tempos de comer. Que a comida era completamente diferente. Fora o café com leite e assim, mas o resto era completamente diferente*[1029].

Uma situação similar viveria Heidemarie Hasiba que refere, a respeito da família de acolhimento, que «viviam de peixe e batata cozida», coisa que a pequena não comia, mas, nos primeiros tempos, como não sabia exprimir-se verbalmente, se obrigava a ingerir, a custo[1030]. Para Katharina as dificuldades em ingerir um certo prato ficariam, por outro lado, para sempre associadas ao rigor da figura paterna, o seu próprio tio, um aspecto que, nas palavras da sobrinha, a chocaria mais do que qualquer outro na sociedade anfitriã.

> *Havia sempre comida na mesa. Ele era* […] *horrivelmente rigoroso. Até hoje não gosto de dobrada nem grelos daqueles amargos porque me obrigava — à minha irmã não porque era pequenininha, porque era o mosquito eléctrico — e lembro-me duma colher de pau que a minha mãe ainda tem, com um laçarote, que o meu tio usava à mesa quando uma de nós três se portava mal, e batia na mesa.* [risos] *E a minha tia* […] *era um amor, mas não ousava ir contra as instruções do meu tio. Então eu ficava horas à mesa porque não me podia levantar sem comer tudo.* […] *E então a minha tia, coitadinha, trazia-me papos secos, e eu agarrava num bocadinho de pão, punha um bocadinho de dobrada e comia aquilo.* […] *Fazia-se sempre o que ele queria. Naquela altura era assim, os homens eram assim. E quando ele não gostava do jantar, levantava-se e ia-se embora. Eu tenho impressão que casei tão tarde por causa disso.* [risos] *Achei o homem tão mandão, mas era assim o costume*[1031].

Ingunde recorda ter tido problemas com um peixe específico, o bacalhau. Estranhando o cheiro e a textura, não se lembra de o ter dito, mas, quando voltou, anos mais tarde, a encon-

---

[1028] MAYR, 2013: 114.
[1029] Johanna Oswald (25 Mai. 2016), entrevista gravada.
[1030] CAETANO, 2005: 342.
[1031] Anna Katharina Karrer (22 Fev. 2017), entrevista gravada.

trar a «tia Carlota» percebeu que algo deveria ter dito para que ela pensasse que não gostava do prato, pois a senhora não mais lho apresentara à mesa[1032]. Michael Metz refere também, no seu testemunho, ter tido um problema com «as comidas», uma vez que havia muita coisa que nunca vira antes. Teria, porém, a «sorte» de o pai de acolhimento ser «muito difícil de contentar» no que às refeições dizia respeito, o que lhe garantiria muita escolha, além do especialmente repudiado bacalhau[1033].

Para as famílias o problema seria, na maioria dos casos, maior do que para as crianças. Focadas em dar-lhes as melhores condições, quando não sabiam como alimentá-las como se haviam comprometido a fazer, as famílias preocupavam-se em encontrar soluções, com maior ou menor esforço, sendo, geralmente, bem-sucedidas. Mimi conta como a mãe conseguiu resolver as preocupações causadas por Alois nos primeiros dias.

> *Chegou que vinha muito cansado, não falava nada de Português, nem a minha mãe falava nada a língua dele. Gestos. Aí vai ele para a cama. A minha mãe tinha o quarto preparado. Ele lá foi descansar. Ficaram a conversar, pronto, a coisa passou-se.* […] *Dia seguinte, comida para a mesa, o Alois não comia* […] *e a minha mãe ficou preocupada. No dia seguinte a mesma coisa. «O que é que será?!». O meu pai trabalhava numa fábrica, aqui próximo, de malhas, e tinha lá um senhor que era alemão. E ele disse-lhe* […] *«Ai não? Mas ele vai comer». E então disse ao meu pai: «Olhe, o Sr. vai dizer à sua esposa para ela fazer uma travessa com batata cozida com pele e um recipiente com banha de porco, mais nada. Vai ver se ele come, se não come». E a minha mãe no dia seguinte lá fez o menu. Veio para a mesa e ele olhou com aqueles olhos* […] *e comeu.* […] *Depois habituou-se à nossa comida e tudo foi normal*[1034].

Alois, contudo, não se recorda de ter tido especial dificuldade quanto à comida, excepção feita ao peixe, o qual lhe levaria pelo menos meio ano a começar a comer, habituado que estava ao peixe congelado e malcheiroso, o único que tinha visto até então[1035]. Mimi, por outro lado, recorda-se de o menino ter referido a «historinha das batatas» numa das primeiras cartas enviadas à mãe, contando-lhe que «não gostava da comida, que não sabia o que era», mas que «já comia»[1036].

Outro aspecto a ter em conta no preenchimento dos relatórios era, precisamente, o número de cartas recebidas e enviadas de e para os pais biológicos. Escrever aos pais era outro dos pontos constantes do «Regulamento» da Acção Caritas referente ao acolhimento de crianças estrangeiras, sendo previsto o envio semanal de cartas à Sede da Caritas Portuguesa que trataria de as transmitir às famílias na Áustria[1037]. Tal precaução destinava-se a fil-

---

[1032] Ingunde Wieser (22 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1033] CAETANO, 2005: 224.
[1034] Maria de Fátima Correia Soares e sobrinha Ema (08 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1035] Alois Sablatnig (26 Abr. 2017), entrevista gravada.
[1036] Maria de Fátima Correia Soares e sobrinha Ema (08 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1037] *Regulamento*. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

trar as informações escritas pelas crianças, por vezes fundamentalmente erradas e causadoras de preocupações adicionais para os pais. Na sua dissertação, Mayr apresenta alguns exemplos de rumores levantados por informações incompletas ou descontextualizadas enviados pelas crianças para a Áustria, como o caso de um menino que dissera aos pais que não lhe davam o que comer por o terem colocado sob dieta devido a um problema de saúde resultante de excessos alimentares, ou de um outro que dissera aos pais ter ficado cego, quando na verdade apenas se ferira num olho, facto que o obrigara a cobrir o mesmo durante alguns dias. As medidas, incompreensíveis aos olhos de uma criança, tinham recorrentemente de ser esclarecidas pelos funcionários da Caritas para evitar contactos da sua parte, até porque nem sempre podiam, em tempo útil, realizar visitas ao local para averiguar as circunstâncias[1038]. Um relatório refere que um menino seria «preguiçoso em escrever aos pais», uma situação muito comum entre as crianças, especialmente após algum tempo de estadia, assunto que desenvolveremos no capítulo seguinte.

Outras cartas, estas gerais, eram enviadas a todos os pais, regularmente — inicialmente em intervalos entre 6 e 8 semanas —, para, segundo as supervisoras da Caritas, complementar as cartas das crianças, relatando «o que as crianças não relatam»[1039], chegando, em alguns casos, a atingir as quatro páginas de exposição. Em algumas delas, era necessário também lidar com boatos espalhados pelas cartas dos pequenos, como um, que seria desmentido pela Caritas, que assustara os pais com a notícia do afogamento de crianças em Portugal[1040].

Quanto ao aspecto «Religioso», a tendência era também para avaliações positivas, entre «exemplar» e «muito cumpridor». Alguns relatórios referem práticas específicas, tais como a participação na catequese, na eucaristia, na comunhão, idas a Fátima ou aspectos tão simples quanto a aprendizagem e frequência das orações. Num caso, o pai de acolhimento pede orações em Alemão para a sua criança, por referir «rezar muito, mas sem perceber»[1041]. Relativamente às vivências relacionadas com o foro religioso, contudo, raros são os testemunhos negativos. A perspectiva de Ursula Schulla acerca da paragem em Fátima antes da sua partida para a Áustria, em 1948, é das poucas que indicam algum tipo de incómodo relativamente ao cumprimento dos preceitos religiosos, ainda que, neste caso, claramente influenciada pelo desagrado relativamente à situação no seu todo, com especial destaque para a organização logística do evento[1042].

[1038] MAYR, 2013: 135.
[1039] CARITAS DA ARQUIDIOCESE DE VIENA (1950) — *Circular aos pais das crianças do transporte de Abril de 1950*. Col. Privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 134.
[1040] MAYR, 2013: 134.
[1041] *Relatório. 1949-09-04.* Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1042] CAETANO, 2005: 142-143.

4.2.2.2. Integração, quotidiano e actividades promovidas pela Caritas

As três «áreas-chave» da memória dos seus entrevistados, referidas por Partl e Pohl[1043], correspondem, grosso modo, aos processos de integração estrutural (alojamento e alimentação), social (além das relações estabelecidas, até certo ponto, e com uma importância acrescida neste caso específico, também a alimentação) e cultural (costumes e tradições) anteriormente mencionados. Efectivamente, as três áreas têm uma importância decisiva na evolução do sentimento de pertença das crianças à família, à comunidade e, em última instância, à sociedade portuguesa, na qual se viram inseridos. A aquisição de códigos que tornaram possível a «comunicação simbólica», nomeadamente a língua, quer por meios formais quer informais, e a internalização de valores, normas e mesmo papéis prevalecentes na sociedade de acolhimento, facilitariam também a aquisição de capital social, em grande medida associado à prática religiosa, grandemente promovida pela Acção em causa e ponto comum com a sociedade de partida, nomeadamente, das crianças austríacas, e, em menor medida, às actividades promovidas pela Caritas, em diferentes momentos.

Começaremos, neste capítulo, por analisar a forma como as dificuldades linguísticas foram ultrapassadas, em boa parte graças à integração na família de acolhimento e seu meio envolvente, e como essa mesma integração na nova realidade influenciou, ou não, a manutenção do contacto previsto com a família, na Áustria.

De seguida, trataremos da forma como as crianças se adaptaram às condições no país de acolhimento, nomeadamente a forma como lidaram com os aspectos da vida quotidiana e como percepcionaram eventos especiais, entre os quais aqueles que foram organizados para elas especificamente.

Finalmente, apresentaremos as condições de prolongamento das estadias em Portugal e as circunstâncias que o justificaram.

4.2.2.2.1. Aprendizagem da Língua, relacionamento com a família de acolhimento e contacto com a família no país de origem

As dificuldades iniciais prender-se-iam, na maioria dos casos, com a incapacidade de as crianças comunicarem as suas preocupações ou insatisfações aos seus anfitriões.

A comunicação não-verbal e a rápida aprendizagem da Língua Portuguesa, graças, em várias situações, ao apoio das famílias de acolhimento ou de outros elementos com elas relacionados, permitiria, contudo, pelo menos para a maioria das crianças que partilham o seu testemunho, ultrapassar as barreiras iniciais e chegar a um bom entendimento. O caso de Peter Pross, por exemplo, que teve, logo num primeiro momento, a necessidade de partilhar com a família Bento a sua experiência, deixando que a queda dos talheres no seu prato de sopa imitasse os efeitos das bombas deixadas cair sobre a sua terra, é um exemplo paradigmático do poder dos gestos na transmissão de uma mensagem.

[1043] PARTL & POHL, *ed.*, 2005*:* 28.

Maria Medeiros recorda também, ainda que por memória alheia, um episódio, passado entre a sua irmã e uma das primeiras meninas a ser acolhidas pela família, que demonstra essa mesma possibilidade de entendimento sem palavras, o qual terá sido, certamente, muito utilizado pelas crianças, pelo menos nos primeiros tempos em Portugal.

> *A minha irmã diz que se lembra de falar com a Helga* [e ela] *ter dito que tinha perdido um chapéu vermelho, e que ela disse isso à minha mãe.* […] *A minha irmã não falava Alemão, a Helga não falava Português, mas as crianças entendem-se. Mesmo que não falem a mesma língua, é muito vulgar, as crianças entender-se. Ela diz que se lembra muito bem de a Helga ter perdido o chapéu vermelho e que estava muito triste…*[1044]

A necessidade aguçaria, como diz o ditado português, o engenho, sendo que várias crianças relatam ter sido a fome ou a sede a proporcionar a aprendizagem das primeiras palavras. «Retrete» seria a primeira palavra de Michael Metz, aprendida à chegada à «pequena casa com jardim» do casal «não abastado» que o acolheria, nos arredores de Lisboa. Bastante comum era que «água» fosse o primeiro vocábulo a ser interiorizado. Fini refere-o, e Ilona recorda-o também como motivo do primeiro contacto com Ilse.

> *Nunca pude esquecer a pequenina Ilse de olhos azuis e compridas tranças loiras, com uma carinha muito séria, vestindo um casaco de fazenda verde e botas à rapaz, que o meu pai deixou em casa sozinha comigo, a olharmos uma para a outra sem compreendermos uma palavra do que a outra dizia. Foi a Ilse a dizer as primeiras palavras, Wasser, bitte — foi a Ilse a dizer — às quais tive de reagir. Levei a Ilse à cozinha e apontei-lhe a torneira do lava-loiça. Ela fez que sim com a cabeça. Eu fui buscar um copo que enchi d'água e dei-lha a beber. E foi assim que começámos a comunicar!* […] *O meu pai falava alemão, o que deve ter sido uma atracção para ter aceitado vir com ele e com a Mother. A pouco e pouco, a Ilse foi mostrando o seu lindo sorriso e, numa casa onde viviam quatro adultos, a sua alegria contagiava-nos a todos. Em criança logo se fez amar por quantos a conheceram*[1045].

Para outras crianças, por outro lado, a primeira palavra seria motivo de mal-entendidos que ainda hoje contam como graça que ficou para sempre na família. Sobre a chegada de Peter a casa dos Bento, em Cantanhede, o irmão mais velho, Manuel, recorda, mais do que o momento que quase levaria o pai às lágrimas, à mesa, aquele em que, vendo manteiga na mesa, o pequeno austríaco gritaria com entusiasmo uma palavra que aos ouvidos portugueses não treinados em Alemão poderia soar a um impropério. «Começas já com as mais importantes», pensaria Manuel. A mãe, contudo, sem dominar o Alemão, rapidamente perceberia a que se referia o menino, e dar-lhe-ia pão para satisfazê-lo[1046].

[1044] Maria João Medeiros (31 Mai. 2016), entrevista gravada.
[1045] KUSTKA, 2009: 1-2; Ilona Fonseca (01 Jun. 2016), entrevista gravada.
[1046] Luís Rocha San Miguel Bento e irmãos Adelino, Helena e Manuel (30 Mar. 2016), entrevista gravada.

Na casa dos Amorim, em Santa Maria de Lamas, Gerhard e Josef viveriam uma situação em tudo similar, deixando, porém, a irmã do pai de acolhimento, Henrique, com uma má impressão durante mais tempo.

> *«Butter!». Praguejaram de novo os dois pequenos vilões austríacos à tia Rosa. Ela preparou e serviu às duas crianças famintas uma porção do seu saboroso «Caldo verde» (o caldo de que Gerhard não gostou no início, mas depois aprendeu a amar).* […] *Uma refeição revigorante com que Gerhard não ousava sonhar em Viena nos anos anteriores. E a tia Rosa, como se apresentara quando ele chegou, não perdeu a oportunidade de encher novamente os pratos dos meninos e colocar nova broa de milho na mesa.* […] *«Manteiga», declinou rapidamente. Apenas alguns dias depois, Henrique Amorim esclareceu o mal-entendido.* […] *«Manteiga» foi assim uma das primeiras palavras que Josef e Gerhard aprenderam em Português*[1047].

Ingunde, por outro lado, voltaria à Áustria sem perceber porque seria proibido, em Portugal, dizer *butterbrot*. Só muitos anos mais tarde viria a entender o porquê de as pessoas a quem o dizia ficarem horrorizadas, uma vez que o «b» soa a «p» e, portanto, a um palavrão, em Português[1048]. A sua situação leva a crer que também a sua família de acolhimento não terá chegado a compreender o que queria a pequena dizer com aquela palavra, o que nos leva a questionar se não seriam este tipo de mal-entendidos responsáveis por algumas das opiniões negativas de alguns pais de acolhimento acerca das crianças acolhidas, ainda que nada o comprove.

Renate Plachy, acolhida em Cabeço de Vide, concelho de Fronteira, em 1948, relata ter sido um mal-entendido linguístico a permitir que contribuísse para o enriquecimento da ementa da terra. Tendo um dia explicado que na Áustria se fazia um prato com couve-flor, pão ralado e manteiga, a pequena não imaginaria que alguns dias depois lhe apresentassem um acepipe que juntava os três ingredientes mencionados de uma forma muito diferente daquela que tinha em mente quando o mencionara, e que se tornaria num acompanhamento comum à mesa da família. É a mesma quem, entre os testemunhos recolhidos, apresenta uma análise mais completa da forma como aprendeu a Língua Portuguesa.

> *Se tentar hoje analisar como é que eu aprendi gradualmente a língua, parece-me que poderia dividir esse espaço de tempo — certamente de uma forma simplificada — em três fases: primeiro julgava por vezes perceber na imagem sonora de uma expressão portuguesa palavras ou sílabas alemãs, mas bem depressa reconhecia que aquilo que a pessoa queria dizer não tinha absolutamente nada a ver com o que eu julgava ter compreendido. A segunda foi já a da compreensão certa de algumas ideias e frases; no entanto, eu respondia a princípio muitas vezes em alemão quando falavam comigo em português. E a última fase foi enfim a de uma boa compreensão, num desenvolvimento gradual, da linguagem quotidiana e do uso activo da língua.*

[1047] SCHIESSER, 2015: 16.
[1048] Ingunde Wieser (22 Fev. 2017), entrevista gravada.

A mesma menina, tendo na altura oportunidade de conviver com uma outra criança austríaca, seria alvo da pena dos empregados da casa que, ouvindo as duas falar em Alemão, pensariam que as pequenas não eram capazes de se expressar em língua alguma, limitando-se a «palrar um blá-blá-blá» sem sentido[1049].

Günther Wendl teria uma experiência oposta, sendo o primeiro a ensinar à família de acolhimento a expressão alemã para «onde está o meu sobretudo?». O mesmo apareceria no dia seguinte, mas o pequeno nunca mais o voltaria a vestir[1050].

Em outras situações, como a descrita por Mimi acerca da forma como a sua mãe conseguiu descobrir o que fazer para que Alois comesse, o recurso à mediação, por um falante da língua e conhecedor dos hábitos alimentares do país de origem da criança, revelar-se-ia também como essencial para a compreensão das suas necessidades.

«Comprada» pelo facto de o pai adoptivo falar Alemão, Ilse aproveitaria o facto para, durante mais tempo que outras crianças, nomeadamente de entre as acolhidas por amigos de José Fonseca, não praticar o Português. Seria por isso mesmo conduzida pelos pais de acolhimento aos escritórios da Caritas, e à presença de Ilona Seilern.

> *O meu pai sabia alguma coisa de Alemão e, portanto, começou a falar com ela em Alemão para a ajudar. Mas ninguém mais na família sabia Alemão* […] *então começou-se a saber pelas outras meninas que já sabiam palavras em Português.* […] *E a Ilse não falava.* […] *E então resolveram, o meu pai e a mãe da minha irmã — que é assim que eu a trato — foram* […] *com ela perguntar à Sr.ª* […] *porque é que ela não aprendia Português. E ela fechava assim a cara…* […] *Ficava com uma cara muito séria e não se lhe via os dentes, e ela ficou corada e assim e não respondeu. E então a senhora explicou-lhe: «Olha que lá em casa só o vati é que fala Alemão e é que fala contigo porque as outras senhoras que lá estão não sabem. Tu tens que te relacionar com elas e, portanto, tens que falar Português». E ela não disse nada.* […] *Depois em pouco tempo começou a falar Português… Quer dizer, talvez tenha demorado um mês, ou coisa assim. Engraçada.* […] *Olhe depois era de tal maneira que quando escrevia — porque ela escrevia as suas cartas à mãe — e ela dizia assim: «Ai, já não sei escrever Alemão!»* [risos] *e ficava muito aflita porque, não sei se a mãe alguma vez mesmo lhe chamou a atenção de que ela estava a escrever mal o Alemão. Mas ela tinha coisas assim muito engraçadas e num instantinho ela sabia Português.* […] *Pouco depois da conversa que teve, rapidamente ela já estava… Ela já sabia a malandra. Já sabia já. Precisava era daquele puxãozito de orelhas, e levou-o em Alemão.*

Segundo Ilona Fonseca, sua irmã de acolhimento, Ilse questionaria mais tarde por que razão não teria sido levada à escola. Apesar de haver a possibilidade, uma vez que, com empregada em casa, a mãe teria disponibilidade para levá-la, Ilona pensa que terá sido o facto de não ter sido «combinado com a Caritas» que terá ditado a não escolarização da menina em Portugal[1051].

[1049] CAETANO, 2005: 94.
[1050] CAETANO, 2005: 356.
[1051] Ilona Fonseca (01 Jun. 2016), entrevista gravada.

Como Ilse, outras crianças teriam a vida facilitada porque a família de acolhimento, ou pelo menos um elemento, dominava o Alemão. Os Emaús Malta, que acolheriam Peter, tinham em casa uma *fräulein* austríaca que tratava das duas filhas do casal, ensinando-lhes Alemão e Francês, e que seria, como diz, a sua «terceira mãe», tratando também da correspondência com os seus pais, na Áustria. Apesar disso refere que, com 4 anos, aprendeu Português muito rápido, tendo chegado à escola já a dominar a Língua e sem querer falar o Alemão, que, nota, «detestava». Chegaria mesmo a responder à *fräulein* em Português, mesmo falando-lhe ela sempre em Alemão, e apesar de vir a frequentar uma escola alemã[1052]. Herta Nietruch, à época com 6 anos, seria acolhida por uma família constituída por um médico e director de um instituto científico, sua mulher e seus filhos, todos adultos, sendo que só a mãe não falava a Língua da criança. Apesar disso, também afirma que terá aprendido o Português facilmente[1053].

Caso particular, porque acolhidas pela tia materna e seu marido, Katharina e a irmã partilhariam ainda uma outra singularidade, o facto de falarem Inglês nos primeiros tempos do acolhimento em Portugal.

> […] *a minha prima falava um bocadinho em Inglês* […] *nós falávamos o nosso* […] *Inglês, deve ter sido muito engraçado porque devíamos inventar palavras. A minha irmã não sabia Inglês, nós não sabia Português, eles não sabia Alemão…* [risos] *Até que um dia o meu tio, que era assim todo muito brusco,* […] *com o punho na mesa disse: «Daqui em diante não quero ouvir mais uma palavra inglesa. Só Português».* […] *Olhe, primeiro foi com o soco na mesa do meu tio, que não podíamos, e depois fui para a escola, a minha irmã já acho que não. E lembro-me da professora, que era simpática mas quando alguém respondia mal dizia: «Olhem para mim. Tenho os pêlos todos levantados d'horror!».* [risos] […] *Mas eu fazia as redacções e tudo e ela não marcava os erros ortográficos, porque não podia. Nem sabia escrever Português, estava a aprender aos poucos.*

Com «12 ou 13 anos», Katharina frequentaria uma escola particular, a qual não sabe se financiada pelos tios ou pelos pais, que em breve deveriam juntar-se em Portugal ao resto da família. Além condescendência relativamente aos erros ortográficos, a, então, adolescente alemã era também dispensada de saber os nomes dos rios e caminhos-de-ferro das províncias ultramarinas, factos que, considera, terão «ajudado». Talvez tenham contribuído também para que não tenha sentido dificuldades de adaptação, lembrando, contudo, que ela, sim, deveria ser bastante desagradável para as pessoas em seu redor, visto que achava «ridículo certas coisas cá», nomeadamente a supersticiosidade, que provocava conscientemente ao, por exemplo, entrar na escola de guarda-chuva aberto[1054].

Algumas famílias proporcionariam, inclusivamente, às crianças acolhidas a oportunidade de manterem o contacto com a Língua do país de origem, para que a aprendizagem do

---

[1052] Peter Zenkl (21 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1053] CAETANO, 2005: 398.
[1054] Anna Katharina Karrer (22 Fev. 2017), entrevista gravada.

Português não significasse o esquecimento daquela. Maria Medeiros recorda, por exemplo, que Eva, a menina húngara acolhida pela sua família, e a única das quatro acolhidas da qual guarda recordações, «ao final do primeiro mês já falava Português, e ao final de dois ou três meses não tinha qualquer pronúncia». Como, simultaneamente, a menina começaria a esquecer o Húngaro, a sua mãe procuraria uma senhora com a qual se encontraria «uma ou duas tardes, por semana, para falar»[1055].

Apesar de ter desejado ir à escola, Fini não conseguiria convencer o seu pai adoptivo a ter uma educação diferente da das filhas, tendo, por isso, tido uma professora em casa. Considera, contudo, não ter aprendido «assim muito bem». Também ela conheceria a primeira palavra em Português através da cozinheira da família.

> *Tinham uma porção de empregadas. A primeira palavra em Português ensinou-me a Dona Teresa. Eu no dia seguinte tinha uma sede muito grande, e ia para cozinha, pensei qu'ê podia abrir a torneira e beber água, e a senhora estava a olhar para mim, assim muito séria, e diz: «Água?». Pensei: «Água é wasser», e ela depois disse, «aqui não». Depois mostrou a água de Monchique, tinham sempre uns bidões grandes* […] *daí é que eu tinha de beber água. E a senhora viveu muitíssimos anos, 90 e muitos, e contava a toda a gente: «eu é que ensinei a primeira palavra à menina Fini!» E foi.*

Fini afirma que aprendeu «num instantinho» a Língua, até porque a única pessoa dos seus contactos que falava Alemão era um padre que acompanhava, de vez em quando, o pároco, o qual almoçava todos os domingos em casa dos Figueiredo Mascarenhas, propositadamente para falar com a pequena. Segundo conta, porém, o senhor seria «tão antipático» que ela nunca lhe permitiria estabelecer um diálogo. Em «4 ou 5 meses», porém, já falava o Português[1056], aprendendo pelo método chamado «natural», com uma prima mais velha que a visitava com frequência para a ajudar com a Língua[1057].

Apesar de haver famílias com elementos que conheciam o Alemão, a tendência à época era, contudo, que as famílias mais cultas falassem Francês, sendo que todas as famílias entrevistadas que acolheram crianças francesas — a saber, Pereira, Sarmento e Bicho — referem que os familiares de referência para o acolhimento dominavam o Francês e conseguiam comunicar com as crianças na sua Língua materna[1058]. Algumas delas frequentariam, ainda assim, a escola, como é o caso de Françoise, acolhida pela família Bicho, que acompanhava a irmã de acolhimento, Júlia, na mesma faixa etária. Com os franceses, conta, terá sido fácil, sendo que as irmãs, responsáveis pelo colégio onde estudava, deixavam as crianças «brincar e fazer o que

---

[1055] Maria João Medeiros (31 Mai. 2016), entrevista gravada.
[1056] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.
[1057] RUELA, 2015: 69.
[1058] Maria Júlia Lopes Barata Ferreira Bicho Pacheco Delgado e filhos Nuno, Margarida e Luís (11 Jun. 2017), entrevista gravada; Maria João Amaral (16 Ago. 2017), entrevista anotada; Maria Lucinda do Espírito Santo Rodrigues Sarmento Melo e sua sobrinha Constança (30 Set. 2017), entrevista gravada.

elas queriam [risos], tudo ajudava as miúdas»[1059]. Também Maria da Luz Lencastre recorda que pelo menos Inge, uma das duas crianças acolhidas pelos pais em Alvoco das Várzeas, terá ido à escola com ela, um serviço recente na terra, à época. Está certa, porém, que só iria «um dia ou outro»[1060]. Os Bento contam que Peter Pross chegaria a ir ao «asilo» com uma das irmãs de acolhimento mais velhas, para onde iriam os outros austríacos acolhidos na terra, chegando a ter um livro da primeira classe, igual ao dos «irmãos» portugueses da mesma idade. Apesar disso, afirmam, a sua aprendizagem ter-se-á realizado com eles, em casa, e que ao fim de «3 ou 4 meses» já falava Português «perfeitamente», «por ter muitas crianças à volta dele, se calhar»[1061]. Balbina nota também que, sendo a mãe regente escolar num estabelecimento próximo de Vila das Aves, onde moravam, Werner tê-la-á acompanhado, durante algum tempo, às aulas. Segundo a informação da própria professora, o menino seria «mais dotado que a maioria dos outros meninos», sendo também muito perspicaz[1062]. A visão de Werner acerca do assunto é ligeiramente diferente, como nos transmitiu a sua intérprete:

> […] *durante algum tempo ele também frequentou a escola mas não ficou lá muito tempo porque a matéria que estavam fazendo em Portugal ele já tinha feito na Áustria* […] *Naquela época ele entrou numa classe — que era a única classe naquela época — onde a professora era a mãe portuguesa dele, e eles começaram naquela época a fazer divisões, Matemática, e ele já sabia fazer aquilo tudo e depois estava sempre ensinando as outras crianças. E a mãe que era professora não gostou e falou para ele ficar em casa, depois de uma semana, porque ele já sabia tudo*[1063].

Hoje trabalhadora do sector social, Balbina reconhece que na altura não terá havido qualquer tipo de preparação para famílias que nem sequer conseguiam falar com a criança que acolhiam, dado que, ao contrário do que hoje acontece, o objectivo era simples: «dar de comer ao menino, acolhê-lo e cuidar dele como se fosse um filho», como acredita que os seus ascendentes terão com certeza feito. Nota também que, apesar disso, e de a princípio não dizer uma palavra, Werner terá encontrado, como hoje faz, uma forma eficiente de comunicar com as pessoas ao seu redor, e que rapidamente aprendeu a Língua e fez amigos na terra[1064], não tendo sido, como vimos, a escola a contribuir especialmente nesse sentido.

De acordo com os testemunhos analisados, as escolas não teriam, aliás, qualquer papel oficialmente definido em relação ao acolhimento de crianças estrangeiras. As crianças abrangidas por esta Acção a frequentar instituições de ensino fá-lo-iam, de maneira informal, as acolhidas por famílias que tinham crianças em idade escolar ou outros membros da família de alguma forma associados ao Ensino, ou, formalmente, aquelas que acabariam por permanecer

---

[1059] Maria Júlia Lopes Barata Ferreira Bicho Pacheco Delgado e filhos Nuno, Margarida e Luís (11 Jun. 2017), entrevista gravada.
[1060] Maria da Luz Lencastre (29 Jul. 2018), entrevista gravada.
[1061] Luís Rocha San Miguel Bento e irmãos Adelino, Helena e Manuel (30 Mar. 2016), entrevista gravada.
[1062] Balbina Fernandes (17 Mai. 2016), entrevista gravada.
[1063] Werner Arthofer (09 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1064] Balbina Fernandes (17 Mai. 2016), entrevista gravada.

em Portugal por longos períodos, ou mesmo definitivamente, como são os casos de Fini, ainda que com uma professora particular, Katharina e Peter Zenkl. A maioria das outras crianças não terá sido inserida em nenhum ambiente escolar, tendo aprendido a falar «falando». De notar, por exemplo, o caso da segunda menina acolhida pelos Bicho, Ingrid, austríaca, que, durante o primeiro ano de estadia, iria ao Colégio das Doroteias com a irmã de acolhimento, Júlia, mas, no ano seguinte, quando aquela passou a ser interna em Abrantes, ficaria em casa com a mãe[1065]. Outro exemplo é o de Erika Frohnweiler, integrada num convento e colégio interno regido por Irmãs Doroteias, que conta ter passado os dias com as alunas e lendo livros infantis em Alemão, não referindo em nenhum momento ter participado das aulas a que aquelas assistiam[1066]. Raros são os testemunhos que referem ter efectivamente ido à escola de uma forma consistente, sendo deduzível que a frequência escolar seria opcional, facto comprovado por uma carta da Caritas aos pais, informando que, durante a estadia patrocinada pela Caritas, não era possível as crianças frequentarem uma escola alemã mas que aos pais caberia a decisão de enviá-las ou não a uma escola portuguesa[1067].

Gerlinde Zaunschirm confirma a tendência apresentada: afirma ter ido sempre à escola, em Paião, mas ter permanecido em Portugal durante 3 anos[1068], uma estadia prolongada que o justificava. Gerhard, por outro lado, conta ter ido à escola, nos primeiros meses da sua estadia, mas ter o facto, em lugar de o ajudar, feito perder alguma da sua vontade em aprender o Português. A atitude da professora, como de resto era costume, à época, em Portugal, que constantemente lhe batia com a régua de cada vez que lia devagar, numa Língua que tinha recentemente começado a aprender, seria a causa[1069]. Numa outra perspectiva, Waltraud Hoffinger afirma ter aprendido «depressa» o Português, tendo, juntamente com 19 outras crianças austríacas, frequentado a escola de Campo Maior durante os 11 meses de permanência, notando também terem sido, durante esse período, «o centro das atenções»[1070].

Ingunde teria a mesma sensação, ainda que não tenha, com pena sua, ido à escola em Portugal. Apesar disso, conta, encontrou rapidamente uma forma de resolver o seu problema, enquanto não sabia falar: «observei onde estavam as coisas, e abri, e mostrei».

> *Eu estava só a observar tudo, a ver, e não sei… Não me lembro de ter… Isso não me fez impressão.* […] *Eles acharam que a gente rapidamente percebia alguma coisa.* […] *Eu tenho uma amiga* […] *que disse: «Oh, a minha mãe nunca disse que eu era inteligente, sempre achava que eu era muito parva, mas aqui os portugueses estão todos a dizer "ai aquela menina, tão rápido que ela percebeu o Português" Aqui de repente sou muito inteligente!»*[1071].

[1065] Maria Júlia Lopes Barata Ferreira Bicho Pacheco Delgado e filhos Nuno, Margarida e Luís (11 Jun. 2017), entrevista gravada.
[1066] CAETANO, 2005: 242.
[1067] MAYR, 2013: 129.
[1068] CAETANO, 2005: 346.
[1069] SCHIESSER, 2015: 18.
[1070] CAETANO, 2005: 155-157.
[1071] Ingunde Wieser (22 Fev. 2017), entrevista gravada.

Além do facto de virem «de férias», como refere Lucinda Sarmento acerca das três meninas acolhidas pelos pais[1072], também a distância relativamente à escola justificaria, em alguns casos, o não estudarem durante a sua estadia. Hannelore, por exemplo, isolada numa quinta do Douro, aprenderia a falar com a governanta da casa, Maria Augusta, e as outras empregadas, e a ler ouvindo-a a ler «O Comércio do Porto» à patroa, assumindo, algum tempo depois, o seu papel como leitora[1073]. Annie teria uma experiência parecida.

> *Havia duas empregadas, uma de sala e outra cozinheira. Tinha sempre duas empregadas a minha tia, e pronto, não faltava nada, tinha sempre tudo.* […] *Como a minha tia saía bastantes vezes e nos primeiros dias, claro, como eu não sabia falar não me levava assim muitas vezes, eu ficava com as empregadas. E então, uma dela falava, falava, falava… E então, ela estava sempre a falar, não percebia nada, mas às vezes dizia: «Olha, telefone. Olha, óculos…». Eu comecei a prestar atenção e fui aprendendo, depois foi fácil. Primeiro mês já percebi muita coisa.* […] *Até que passados três meses já sabia falar e já percebia quase tudo, só que trocava às vezes as palavras, em vez de ser «a maçã» dizia «o maçã»*[1074].

No geral, e como também é concluído por Mayr, dificilmente os entrevistados recordam a exacta porção de tempo que levaram até se tornarem fluentes em Português. De acordo com cartas enviadas por supervisores da Caritas aos pais, as crianças tornavam-se fluentes em Português mais rapidamente do que os próprios, aprendendo «incrivelmente rápido a fazer-se entender», dominando, em algumas semanas, as palavras mais importantes, e deixando, em poucos meses, de ter qualquer dificuldade de expressão na Língua de Camões, passando, em alguns casos, nomeadamente das crianças mais pequenas, a ter problemas em lembrar vocábulos na Língua materna[1075]. Essa desenvoltura crescia, em muitos casos, na mesma medida em que se aprofundavam as relações no país de acolhimento, havendo vários testemunhos que o comprovam.

Elfriede Werthan, por exemplo, conta que, acolhida numa família em que ninguém falava Alemão e a maioria dos familiares já assumira como certo que a menina «não sabia falar quase nada», seria o facto de se ter sentado, durante longos períodos, junto da jovem criada, no quarto de passar a ferro, que a levaria a aprender a canção «Coimbra». Seria a canção, e o facto de, pela primeira vez, recorda, ter descoberto o que era «aproveitar uma oportunidade», que a apresentaria, sem medos, em Português, à «parentela». Depois do momento, lembra, ter-se-á «desfeito uma barreira», tendo conseguido, a partir de então, «falar com frases completas» e compreender grande parte do que lhe diziam[1076]. A aprendizagem da Língua com os empregados das famílias de acolhimento não era rara. Também Margarete Hlava conta que, após 6 semanas a soluçar, seriam as visitas às criadas, na cozinha, que lhe fariam recuperar a

---

[1072] Maria Lucinda do Espírito Santo Rodrigues Sarmento Melo e sua sobrinha Constança (30 Set. 2017), entrevista gravada.
[1073] Hannelore Martinovsky (22 Mar. 2017), entrevista gravada.
[1074] Johanna Oswald (25 Mai. 2016), entrevista gravada.
[1075] MAYR, 2013: 121.
[1076] CAETANO, 2005: 53-54.

alegria, aprender as primeiras palavras e ganhar confiança, dando início a uma amizade duradoura com uma delas, Leontina, que, analfabeta e na altura com 18 anos, há 9 a trabalhar, tem hoje um filho que investiga a doença de Alzheimer nos EUA[1077]. Martin Strutzenberger reconhece ter-se rapidamente tornado no «menino querido da família, sobretudo dos empregados domésticos e muito em especial da governanta, Luzia Rosa Gomes», a quem trataria por «Mutti» e com cuja sobrinha brincaria durante a sua estadia em Évora[1078].

Para algumas crianças, a aprendizagem da Língua Portuguesa começava já durante a viagem, dado que, a partir de determinado momento, as equipas responsáveis eram, como vimos, portuguesas. Uma das crianças entrevistadas por Mayr refere inclusivamente que, ao contrário das provenientes de Viena, para ela e outras crianças da Alta Áustria era já natural a convivência com pessoas de pele escura, que, segundo conta, eram representativas na equipa da Caritas Portuguesa. O facto devia-se à ocupação daquela zona ser feita por norte-americanos, entre os quais muitos tinham raízes africanas. Para si, o contacto com os elementos da escolta portuguesa seria, por isso, mais fácil, bem como a aprendizagem das primeiras palavras na sua Língua. Uma outra entrevistada associa, contudo, os elementos de cor da Caritas apenas à limpeza dos dormitórios. Em qualquer dos casos, seriam o carinho e o cuidado dispensados pelos portugueses, já durante a viagem, que deixariam marcas positivas nas crianças mesmo antes da chegada a Portugal[1079].

Hannelore recorda que, na sua viagem, de comboio, partilhou o compartimento com 5 outras crianças, de diferentes proveniências, as quais não acreditavam que ela fosse vienense, uma vez que as crianças de Viena tinham uma certa «reputação» — na sua opinião, correcta — de serem desagradáveis, facto que, nota, era compreensível, visto que estariam muito traumatizadas, mais do que as provenientes de outros locais na Áustria. A pequena vienense, que conquistaria de imediato o pessoal da Quinta da Boavista, teria, contudo, alguma dificuldade em «quebrar o gelo» com a sua mãe de acolhimento oficial[1080].

> […] *antes de a conquistar e ganhar os seus favores, antes de ela se tornar a minha querida avozinha e eu a sua queridinha, senti o seu mau humor, a sua arrogância de pessoa inválida, que até o seu cão de guarda a evitava. Senti a sua indiferença em relação a mim e ficava desconfortável na sua companhia. A sua enérgica governanta, a Menina Maria Augusta Matos da Silva, que eu rapidamente elegi como minha Mãe adoptiva, percebeu bem o antagonismo que reinava entre mim e a D. Zélia e tinha o cuidado de nos manter separadas tanto quanto possível. Costumava levar-me com ela nas suas voltas por Vila Seca, Poiares, Canelas e Régua e suspeito que, na sua infinita bondade, ela inventava tarefas para ela própria, no sentido de criar um pretexto para ambas, a D. Zélia e eu, recuperarmos da tensão de termos que lidar uma com a outra*[1081].

[1077] CAETANO, 2005: 282.
[1078] CAETANO, 2005: 288.
[1079] MAYR, 2013: 120.
[1080] Hannelore Martinovsky (22 Mar. 2017), entrevista gravada.
[1081] MARTINOVSKY, 2015: 107.

Essa recuperação levaria o seu tempo, e só aconteceria em consequência de um «acto de agressão» do qual Hannelore diz não se sentir orgulhosa, apesar de ter aberto uma porta à relação entre as duas. Num dia em que a sua «mãe», Maria Augusta, tinha ido à Régua, e a pequena brincava com frascos de injecções de D. Zélia, cheios de água, no regresso daquela de um dos seus passeios habituais, a menina levantar-se-ia para lhe atirar o conteúdo de um deles directamente à cara. Hoje Hannelore ri à gargalhada ao contar o episódio, naquela altura, porém, seria razão para ela ficar doente e D. Zélia se fechar no quarto, ao que se seguiria um raspanete da parte de Maria Augusta. A partir daquele dia, porém, a «avozinha» passaria a dar-se conta da existência da menina e a relação das duas evoluiria para um «profundo amor». Até então, contudo, Hannelore desenvolveria relações fortes com outros habitantes da casa, e familiares de D. Zélia. Logo no primeiro dia, como refere, a governanta perguntou-lhe se chamaria à patroa «mãe», ao que Hannelore diria que não, decidindo nesse momento que ela seria a sua mãe portuguesa. Além de ter aproximadamente a idade da sua mãe biológica, Maria Augusta era também muito maternal, sendo quem tomava conta da pequena, lhe dava banho, a penteava, lhe fazia as tranças. D. Zélia, a quem à época temia, seria «avó». Com um ar muito envelhecido, distante e presunçoso, e sempre vestida de preto, a senhora era na verdade doente e muito só, após a morte do irmão, tendo doado todas as suas jóias e acolhido já várias empregadas, bem como os seus filhos, e sendo também madrinha de várias crianças da aldeia.

A casa tinha, assim, estado sempre cheia de crianças, ainda que nenhuma ali vivesse na época em que Hannelore a habitou. Mesmo assim, ela era constantemente visitada por duas meninas austríacas acolhidas numa terra próxima, Poiares, os filhos da família Trigueiros, antigos patrões de Maria Augusta, os quais visitaria também, e crianças da aldeia vizinha, Seara, algumas das quais afilhadas de D. Zélia, «terrivelmente pobres», recorda[1082]. Recorda, aliás, que chegou a ver em Portugal pessoas «chocantemente pobres», de uma forma que «nunca tinha visto antes, nem mesmo nas ruínas da Viena do pós-guerra[1083]. Acerca das crianças portuguesas notaria grandes diferenças relativamente às do seu país de origem.

> *Eu acho que as crianças eram muito mais simpáticas do que as austríacas, o que eu acho que era devido ao tipo de educação que recebemos. Pareceu-me que as crianças portuguesas eram educadas de uma forma muito mais condescendente* […] *Não tão rígida quanto a nossa educação à época. E pareceu-me que eram mais simpáticos também e…* [Não havia ninguém] *em Portugal que não fosse amigável comigo na altura, enquanto que na Áustria, havia bullying, havia inveja ou ciúme entre as crianças. Eu nunca senti isso em Portugal e as crianças com quem eu cresci portavam-se bem, simplesmente. De uma forma muito mais integrada com o mundo adulto, eu acho.* […] *Sim, totalmente integradas, e muito amadas* […] *e muito respeitadas. Eu nunca fui repreendida.* […] *Isso nunca aconteceu em Portugal, nem vi acontecer com outras crianças*[1084].

[1082] Hannelore Martinovsky (22 Mar. 2017), entrevista gravada.
[1083] MARTINOVSKY, 2015: 109.
[1084] Hannelore Martinovsky (22 Mar. 2017), entrevista gravada.

Fig. 35. Hannelore com a «mãe portuguesa», a governanta de D. Zélia (que não se deixava fotografar), Maria Augusta, Régua
Fonte: Col. privada de Hannelore Martinovsky

Poder-se-ia dizer que Hannelore desenvolveria esta opinião por estar usualmente rodeada de crianças de famílias de estatuto social elevado. O facto de conviver também com filhos de famílias mais humildes desmente, todavia, tal hipótese. A pequena passaria também muito tempo com a família Correia, cujo chefe de família, Dr. João de Araújo Correia, era casado com uma prima de Maria Augusta, o «Primo Doutor», como, sem ainda perceber Português, aprenderia também a chamar-lhe. Encontrá-lo-ia pela primeira vez na Quinta da Boavista, quando visitara D. Zélia acudindo a um dos seus achaques. Partilhariam logo aí canções, de compositores austríacos e típicas portuguesas, naquele que seria o início de uma amizade duradoura que rapidamente se estenderia à restante família. Hannelore visitá-los-ia amiúde, por vezes por semanas inteiras, sendo sempre recebida calorosamente por todos, com destaque para a filha, mais nova, Virgininha, na altura com 17 ou 18 anos, sua companheira de vários momentos, e sentindo-se mais especial do que alguma vez se sentira antes.

> *Estas reuniões eram muito vivas e preenchidas com conversas animadas, nas quais eu me sentia lisonjeada por ser capaz de contribuir, tirando ampla vantagem da sorte de ser o centro das atenções. Foi uma experiência invulgar para mim ser assim tão totalmente aceite: de onde eu vinha, nomeadamente a Europa Central, as crianças, naqueles tempos, deveriam manter-se sempre na retaguarda e falar apenas quando convidadas para o fazer*[1085].

[1085] MARTINOVSKY, 2015: 109.

Hannelore dirigia-se a todos com um «tu» informal, mesmo quando já sabia falar bem e, reconhece, devia ter-se «adaptado ao costume do país». Conclui que «ou os portugueses são muito tolerantes com as crianças ou as minhas atitudes de forasteira divertiam as pessoas, ou ambas as coisas»[1086]. Apesar das boas relações criadas e do medo de D. Zélia se ter, entretanto, dissipado, passando a menina austríaca a ser a única pessoa que, segundo diz, não temia a «avozinha», Hannelore não deixaria de escrever à sua família, na Áustria. Sempre preocupada com a fragilidade da mãe e que ela lhe pudesse ser levada, como fora o pai, manteria sempre o contacto, também estabelecido entre Maria Augusta e D. Zélia e a mãe, graças a uma senhora de origem alemã residente em Poiares, que garantia a tradução das cartas[1087].

Para Fini, escrever para casa não seria uma tarefa tão fácil. Deslumbrada com as condições e os cuidados que lhe eram dedicados pela família Mascarenhas, descrita pela própria como «uma família grande», refere, com um sorriso, que «tinha de escrever». No seu caso seria a avó a principal destinatária das cartas, que nos últimos tempos da estadia já enviaria num «mau» Alemão. Recorda também que a família de acolhimento enviava também cartas, traduzidas pela Caritas, e mesmo encomendas para a Áustria, no entanto, as cartas arquivadas pela Caritas Portuguesa, que analisaremos mais adiante, levam-nos a crer que tal se refere ao período após o seu regresso a casa. «Casa» para si era, contudo, a que encontrou em Lagoa, nomeadamente nos braços daquela a quem, desde o segundo dia da sua estadia e até hoje, chamaria de «*mummy*». Zulmira Trindade Figueiredo Mascarenhas, filha mais nova do casal que de facto a acolheu, era apenas 13 anos mais velha do que a pequena, apesar disso teria para com ela uma atitude que Fini sempre procurara na sua mãe biológica, sem sucesso, o que a faria considerá-la a «verdadeira».

Aos pais adoptivos «oficiais» trataria por padrinho e madrinha. O padrinho, diz, «tinha coração e alma, mais nada», e era «um senhor» que «fazia tudo e alguma coisa para ajudar toda a gente». Segundo lembra, o padrinho dizia sempre «Nosso Senhor deu-me isto que eu tenho para partilhar», e tratava como iguais os seus trabalhadores, oferecendo, várias vezes, ajuda, por exemplo, com os tratamentos de saúde dos familiares daqueles. A sua atitude, conta Fini, faria eco também na sua «síndrome de ajudar».

> *Uma história pequena: no meu quarto havia um sítio onde eu tinha muito chocolate, muitos doces, estas coisinhas que as pessoas ofereciam. Um dia peguei nesta gaveta e despejei lá atrás, uma travessa pequena e os miúdos comeram aquilo tudo, coitados. Todos estavam doentes por comer tudo de uma vez só e depois o padrinho disse* […] *«menina, isto não se faz assim, isto faz-se de outra maneira, e um dia, se tiveres outra vez mais coisas que tu já não precisas, dizes e nós vamos tratar disso». E assim foi, mas eu pensei «eu tenho aqui tanto, estes não têm nada», não é?*

[1086] MARTINOVSKY, 2015: 107.
[1087] Hannelore Martinovsky (22 Mar. 2017), entrevista gravada.

Fig. 36. Fini com as filhas mais nova, a sua «mummy», e do meio dos Figueiredo Mascarenhas, e com os padrinhos, aquando da sua primeira estadia em Portugal
Fonte: Col. privada de Adolfine Gradischnig

A família era «grande», recorda, pelas suas propriedades, vivendo das produções de laranja, figos, amêndoas «e estas coisas, em grande». Condizente era a atitude da «madrinha», «uma dama», que, mesmo com as filhas, era sempre, de certa forma, «distante», prometendo-lhe que a educaria para que Fini pudesse «estar em todos os palcos deste mundo». «E ela tentou», remata Fini, com nova gargalhada. As três filhas seguiriam as suas indicações, aprendendo a fazer bolos, trabalhos manuais e a tocar piano, e casando. À chegada de Fini, a filha mais velha já tinha casado e a do meio estava prestes a casar, só a mais nova estava ainda em casa, dedicando muito do seu tempo a cuidar dela.

A família era também numerosa, no Algarve, tendo Fini conhecido todos os tios e primos que lhe seria possível conhecer. Encontrava também outras crianças porque, segundo diz, o seu padrinho era «padrinho de toda a gente». Os encontros, no jardim da igreja, eram, contudo, limitados a «andar no parque como crianças bem-educadas e na companhia de uma pessoa que tomasse conta ou então no interior da propriedade»[1088].

Brincar na rua não era permitido, os passeios de carro com o «padrinho» eram, portanto, a grande oportunidade de Fini para se sujar, até porque o senhor, para que a menina não fosse proibida pela «madrinha» de voltar a sair com ele, tratava de esconder as «provas do crime».

[1088] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.

Também Annie seria acolhida por uma senhora da alta sociedade, viúva do proprietário de uma das primeiras empresas de importação e comércio de madeiras em Portugal, J. Pinto Leitão, à época sob direcção do seu sobrinho. Chamar-lhe-ia «tia», porque o ouvira dizer ao sobrinho, mas, conta, era «como se fosse mãe», ainda que fossem as empregadas a ajudá-la a «vestir e arranjar», sob a sua supervisão. Dela diz que «era boa», tinha «bom feitio e era muito amiga». Dele, que era «como se fosse o irmão mais velho», levando-a a passear no seu carro, para grande alegria de Annie, que nunca o tinha feito antes. Seria, porém, com as empregadas, Ermelinda e Casemira, que brincaria, sempre que a tia se ausentava do país em excursões organizadas pelo Padre Alexandrino, aquando da sua segunda vinda. Seria também uma delas a lidar com a primeira grande crise da pequena. Com as palavras da mãe à despedida fazendo ainda eco na sua cabeça, Annie apressar-se-ia, na primeira oportunidade, a pegar no envelope que ela lhe dera, já com a direcção da família escrita, e a relatar, no papel de carta que lhe enviara também, as aventuras da longa semana que levara até ali. Sem que mais ninguém estivesse por perto, perguntar-lhe-ia, em Alemão, pela morada portuguesa, ao que a criada, percebendo o que queria, responderia que não o podia fazer até que a senhora chegasse. Antes disso, contudo, e sem perceber palavra do que lhe havia sido dito, Annie exasperava, entrando num pranto em que a companheira lhe faria também companhia. Só com a chegada da patroa se resolveria a questão. À mãe escreveria sempre, em Alemão, visitando amiúde uma médica, em Francelos, para praticar a Língua materna e assim não a esquecer.

Em breve aprenderia a falar Português e passaria a ser a companhia da «tia», em todas as suas muitas saídas. Com apenas 44 anos, a atitude da senhora, sempre vestida de preto e com a cabeça coberta, causaria alguma confusão à criança. Recorda, contudo, com especial graça, a ocasião em que teve que correr atrás do chapéu da «tia» pela rua. Annie também visitava e era visitada por algumas meninas austríacas, uma das quais acolhida por uma senhora da Foz que trabalhava na Caritas[1089], além dos «chás» nos quais Christa considera que a tia fazia questão de «mostrar a menina».

As duas só se viriam a encontrar muitos anos mais tarde, já adultas, através de uma amiga comum, no Porto. As experiências não podiam, contudo, ser mais diferentes. Como anteriormente referido, Christa seria acolhida por um casal sem filhos a quem depressa aprenderia a tratar como «pai» e «mãe». Com apenas 5 anos, as poucas referências que tinha do país de origem rapidamente se perderiam. O casal, que vivia dos rendimentos da quinta onde morava, em Matosinhos, nunca chegaria, todavia, a preencher o espaço reservado às figuras paterna e materna. Nas palavras de Christa, José Francisco Brandão considerava-se lavrador, mas não era. Proprietário de terras, era também patrão de vários empregados que viviam numa casa anexa e tratavam da dos patrões, do seu quintal e animais. Olívia da Silva Maia ocuparia o lugar de figura materna, a sua relação com ela, porém, apesar de próxima, considera Christa, não era «nada como uma mãe», perspectiva que poderá resultar da separação dos dois, anos mais tarde.

[1089] Johanna Oswald (25 Mai. 2016), entrevista gravada.

Enquanto criança lembra-se de sonhar que estava em Viena, na sua cama, e não querer acordar. Do tempo que passou lá, antes de Portugal, só recorda andar de trenó com o irmão, mais velho, no pátio interior da casa, e de a mãe a colocar em cima da mesa da cozinha. Do pai teria poucas notícias a partir do divórcio, que o levara a mudar-se para a Holanda. Com a mãe o contacto era por carta, escreviam os pais de acolhimento. Acerca do tempo passado com eles refere que «era o entretenimento da família quando saía»[1090].

O mesmo tipo de atitude reconheceria Peter na família de acolhimento da irmã, Margot. Os quatro irmãos Zenkl, que chegaram a Portugal na mesma data, foram acolhidos por quatro famílias diferentes. Peter, como vimos, seria «arrebanhado» pela filha mais nova dos Emaús Malta, de Lisboa. Margot, que deveria ficar com a mesma família que o irmão, seria escolhida pelos Carvalho Monteiro, passando a ser a sua «boneca», num palácio, em Benfica. Gustav e Franz, os mais velhos, iriam ambos para Santarém, segundo lembra Peter, o primeiro escolhido pelos Infante da Câmara, o outro para lugar que não recorda, não tendo sequer certeza do que lhe terá realmente acontecido ou se efectivamente terá sido reenviado para a Áustria antes do tempo, como crê.

> *O Franzie não era da minha mãe. Era meio-irmão. Esse era o mais velho de todos.* […] *Vieram* […] *4, mas ele foi logo recambiado,* […] *desorientou-se cá e tiveram que mandá-lo embora* […] *porque era mau e devia andar desorientado com as situações na Áustria, ou coisa assim do género. Como era mais velho, percebia melhor as coisas. Nós éramos bebés ou crianças pequeninas, mais bomba menos bomba, não nos dizia nada, não é. Podíamos ter fome, mas de resto…*[1091]

Os dados da Caritas confirmam que Franz terá sido acolhido em Vale de Figueira, Santarém, também por elementos da família Infante da Câmara. Gustav afirmaria ter sido seleccionado por ser «o mais magro e o mais pequenino» — «Quero este, que é o mais enfezado» —, terá afirmado o seu tutor.

Segundo Peter, a primeira estadia deveria durar apenas 6 meses, informação confirmada pelo irmão numa entrevista[1092]. Ele, Peter, passaria esses seis meses com José Maria, Ofélia e as duas filhas, Maria Verdiana e Fefé. A mais nova tinha já mais 12 anos que ele, com 5, naquela altura, e era então voluntária nos transportes da Caritas. Segundo diz, «as meninas de bem ou iam fazer serviço de enfermagem ou faziam estas coisas de tratar dos miúdos que vinham refugiados», ajudando «no que fosse necessário». Peter é parco nas palavras, principalmente nas que se referem às relações estabelecidas. Apesar disso, do «pai», guarda-fiscal, diz que o adorava e que era o seu «compincha», sobre a «mãe», doméstica, que era mais «austera», desempenhando o papel de «educadora». Também o sentimento relativamente à *fräulein*, a quem se refere como «terceira mãe», lhe deixa a voz embargada. Seria ela, como referido, que

[1090] Christa Schuller (30 Mai. 2016), entrevista gravada.
[1091] Peter Zenkl (21 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1092] BARRADAS, 1991: 45.

estabeleceria o contacto com os pais no país de origem, que, mais tarde, aquando da segunda vinda dos irmãos, os visitariam. Com os irmãos, em Portugal, manteria também contacto frequente, segundo conta, «forçado» pelas famílias, para que o não perdessem. Ver a irmã, que deveria ser mais fácil, porque morava também em Lisboa, seria, porém, menos comum.

> […] *a família… Eu não gosto de falar mal, e também não tenho o direito de falar mal, mas… era muito, muito enquinada. Achavam que nós ainda não estávamos ao nível, ou tinham medo de má influência. Ela era toda boneca, foi tratada como uma boneca.* […] *A posição social seria a mesma, eles é que achavam que não. Eles tinham medo era que a gente estragasse a Margot. Porque éramos rapazes, e estoinas e eles não gostavam muito que eu fosse lá vê-la, então, lembro-me disso.* […] *Carvalho Monteiro, era uma família pesada, forte.* […]. *Eu lembro-me desse palácio… Portanto, está a ver que espírito é que havia. E nós trapalhões e brincalhões e eles não gostavam nada.*

Pelas visitas ao irmão, Peter ansiava, sentindo-se até, por algum motivo que hoje desconhece, em situação privilegiada relativamente a ele, ainda que «o peso das famílias» fosse igual, se não «maior do outro lado», afirma[1093]. O pai de acolhimento de Gustav, Dr. Emílio Ornelas Infante da Câmara, descendente do navegador Nuno Tristão, seria, de facto, considerado «uma das figuras tutelares da agricultura Ribatejana Oitocentista», criador de ganadaria brava, proprietário de centenas de vacas e dezenas de éguas, à época[1094]. Alojado na quinta da família, em Vale Figueira, começaria, desde a primeira estadia, a acompanhar o cuidador de cavalos, Diogo Marques Serrão, que acabaria por ser causa do seu regresso, antes de qualquer outro dos irmãos, a expensas da família[1095]. Sobre a sua passagem pela família enquanto criança ficaria uma história.

> […] *não sei se foi o meu pai que me contou, se foi a mãe dele de cá, já não me lembro, mas lembro-me que, quando ele ia para a mesa ao almoço e traziam-lhe um prato de sopa, ele comia metade e deixava metade. Ele ainda não falava Português, nem nada, não percebia. Então comia metade da sopa. A seguir traziam-lhe um prato com carne ou qualquer coisa, ele comia só metade. Ele não percebia nada do que as pessoas diziam, então, a ideia era que ele estava a comer metade para depois ao jantar ter a outra metade, mas aquilo, como ele não percebia, era p'a ele comer tudo.*

É o filho, Francisco, que hoje recorda o episódio, o qual, segundo diz, se faria sentir também na forma como o criou, obrigando-o a «comer tudo» ou mandando dar-lhe comida sempre que, enquanto criança, chorava. Acredita, por isso, que tenha passado «lá alguns tempos muito complicados», porque, na verdade, o pai nunca lho mencionou[1096].

[1093] Peter Zenkl (21 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1094] QUINTA DO CASTILHO, [s.d.].
[1095] BARRADAS, 1991: 45; Peter Zenkl (21 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1096] Francisco Zenkl (17 Nov. 2016), entrevista gravada.

Tal como os Zenkl, também Katharina acabaria por assentar arraiais em Portugal. Na sua primeira estadia, e mesmo mais tarde, contudo, teria dificuldade em adaptar-se às regras morais do país. Acolhida, juntamente com a irmã, pela tia materna e seu marido, encontraria o maior entrave à sua integração na sua não concordância com certos valores.

> *Mas isso não é também em todas as casas… era o feitio do meu tio. Mas não era só feitio, na altura… Isso, quando eu soube* […] *fiquei muito chocada, que era de bom-tom um homem ter uma amante com casa posta* […]*, mas isso achei ridículo, deu-me vontade de rir. Mas as pessoas não podem fazer uma ideia como é que era antigamente com os homens, com os maridos. Todas as manhãs, enquanto o meu tio estava a tomar o seu duche* […]*, a minha tia abria a cama, e ali em cima era a roupinha do meu tio.* […] *E eu ficava… «Não pode ser». Era, era… Não vou dizer escravidão. Quando o meu tio morreu, coitada, a minha tia respirou de alívio e deu logo a roupa toda e foi criticada!* [mais tarde] *Coitada, pensava que eu não pudesse dizer* [ao marido]: *«Olha, vou ao cinema com a tia Mariazinha». Essas coisas eram muito chocantes.*

Dono de uma loja de tecidos na Baixa lisboeta, Rui Alves encaixava-se na norma da época, sendo a relação com todos os elementos da família marcada pela severidade. Katharina recorda, como exemplo, o facto de aos sábados, indo ao cinema, o tio telefonar no intervalo da sessão para perguntar à empregada, Maria do Carmo, se as meninas já dormiam, e de ela, a quem apelidaram carinhosamente de «Carmona», cúmplice com elas, mentir dizendo que sim. Da irmã, diz Katharina, o tio «gostava muito», chamando-lhe «mosquito eléctrico». «Não quer dizer que não gostasse de nós», acrescenta, mas à mais pequena e frágil, porque muito magra, quando chegou, faria inclusivamente uma partida no aniversário, oferecendo-lhe uma caixa com cascas de banana que levaria a menina às lágrimas, e a ele à preocupação, acabando por oferecer-lhe o verdadeiro presente, que a deixaria «feliz» de novo: um vestido bordado, entre outras lembranças.

Com a tia, Maria Júlia, dona de casa, filha de um *bon vivant* que tivera uma quinta em Beja, mas deixara a família, segundo a mãe de Katharina, na pobreza, a relação das acolhidas não seria comparável à que tinham com a progenitora, visto que ela «não ousava ser mais», pelo menos quando o marido estava presente.

> *Tudo girava à volta do meu tio. E depois como é que uma pessoa dessas pode ser ternurenta? Ela era amorosa para nós, mas muitas coisas ela não ousava modificar, que eu percebo perfeitamente. E outras coisas também não se lembrava, mas eu não ressinto nada contra alguma coisa da minha tia.* […] *Nunca pensei nela* [como mãe]*, pensei sempre como tia querida. Sempre gostei muito dela.*

As irmãs teriam também oportunidade de encontrar outros elementos da numerosa família — a mãe, portuguesa, tinha quatro irmãos —, e uma menina austríaca acolhida por uma senhora alemã, numa grande casa apalaçada, em cujo jardim brincavam. A menina,

porém, sentiria, segundo Katharina, muitas saudades de casa, guardando dela uma memória muito «apagada», de uma menina muito séria[1097].

Quem também guarda uma memória muito ténue de uma outra menina austríaca que partilhava a sua cidade de acolhimento, Évora, é Ingunde. Fascinada com os cabelos e olhos pretos da «tia» Carlota, chegaria a molhar o seu cabelo loiro, admirado por todos na terra, tal como os seus olhos azuis, para que se tornasse mais escuro, conseguindo, todavia, o efeito contrário, ao deixá-lo secar ao sol. Atraía-a também o contraste do preto com a tez clara da senhora, e com o cabelo já grisalho do «tio» Raul, um homem alto, que considerava «muito bonito». Talvez por isso mesmo, pensa, notava nela «qualquer decepção, qualquer tristeza, amargura», que resultava, às vezes, numa «voz um pouco áspera», talvez, concluiria mais tarde, pela mesma razão que fazia Katharina exasperar-se com os hábitos portugueses. Apesar disso, recorda-a como «muito boa» e «muito hábil», tendo-lhe feito muitos dos «vestidos bonitos» que levaria para a Áustria. Era também dona de casa, tendo que «fazer tudo» para que, «quando ele viesse», tudo estivesse «em ordem». O tio era representante da Citroën, pelo que viajava muito, não sendo muito presente na vida da menina. Mesmo assim ela considera que «a família foi óptima» e a sua integração «rápida». O filho do casal, Jorge, 6 anos mais velho do que Ingunde, «não tinha muito interesse com aquela miúda pequenina». A mãe não quisera acolher outro menino por acreditar que pudesse dar-lhe problemas. «O que fazer com uma pequena miúda que nem sabe o Português?» — imaginava Ingunde que se perguntasse. Além disso, custava-lhe que o filho tivesse que sair do quarto dos pais para que ela ali pudesse dormir: «estava sempre cismada se talvez ele ficasse muito horrorizado: Eh, aquela miúda agora tira o meu lugar!». Segundo aquele que hoje a trata como «irmã», porém, a situação não terá sido minimamente problemática[1098].

Júlia Bicho seria confrontada com a mesma pergunta, anos após o acolhimento de três meninas pelos seus pais. A filha, professora, já a levou à escola para apresentar o seu testemunho aos alunos. Júlia responde sempre com a mesma naturalidade.

> *Ela vivia em nossa casa como se fosse filha, não havia diferença entre nós e ela, era a mesma coisa.* […] *Era exactamente, eu ou ela não havia diferença.* […] *Para mim foi* [fácil], *fazia companhia e brincávamos e tudo.* […] *o que era para mim era para eles. Até mais. Os meus pais davam primeiro a elas do que a mim. Por exemplo, chegavam com chocolate* […] *era primeiro a ela e depois a mim. Coitadinha, na situação dela precisava mais.* […] *Eu sabia perfeitamente que elas é que precisavam, coitadinhas, fora da terra delas…*

Com Françoise, Júlia partilharia inclusivamente o quarto, pois a pequena «não queria estar sozinha». Com Ingrid a convivência seria diferente, visto que, apesar de ter vindo uma segunda vez e ficado, nessa altura, dois anos, Júlia estaria já interna num colégio. Também

[1097] Anna Katharina Karrer (22 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1098] Ingunde Wieser (22 Fev. 2017), entrevista gravada.

Ingrid, que chegaria logo depois da partida de Françoise, seria escolhida pela mãe de acolhimento que, ajudando com os transportes a partir de Vilar Formoso, «olhou para ela, gostou dela, e trouxe-a», prática que, segundo Júlia, seria comum entre os voluntários da Caritas que, tendo a possibilidade de entrar no comboio, aproveitavam para levar consigo os seus preferidos. Ao longo do percurso, segundo conta, o número de crianças «pedidas» por diocese ia sendo deixado em cada paragem.

Fig. 37. Ingunde à porta da casa dos «padrinhos», em Évora
Fonte: Col. privada Ingunde Wieser

Com o irmão de Júlia, José, mais velho quase cinco anos e também ele, à época, interno no colégio, a relação seria naturalmente mais distante, ainda assim amigável, visto tratar-se, segundo a irmã, de um menino «muito pacato». «O rapaz» lá de casa, refere, inclusivamente, seria ela, partilhando, por isso mesmo, muitas brincadeiras com Françoise, que teria um «feitio» mais próximo do seu. O reencontro com o irmão, François, permitir-lhe-ia também conhecer outras crianças acolhidas na Covilhã, sendo que os franceses se encontravam também na escola, segundo Júlia, frequentada por todos.

Ingrid seria «mais calma», mais «menina», definida como «normalíssima», «muito mais protegida» e «muito bonita», «loirinha de olhos azuis». Vinda de Viena, não teria traumas, uma vez que fora enviada pela mãe para uma quinta da família, longe da destruição da guerra. Na altura da sua vinda, graças à experiência de acolhimento anterior, com as crianças francesas, quase todos os próximos da família Bicho, de entre as famílias «mais abastadas», acolheria

crianças, desta feita, austríacas. Tal facto permitiria que os pequenos se encontrassem frequentemente, até porque alguns dos pais de acolhimento eram da mesma família, programando, entre si, os encontros.

Segundo os descendentes, os Bicho estariam, à época, numa situação «superior à norma», «com mais facilidades em termos económicos», vivendo «muito bem» e participando de eventos da «*socialite*» local. Os primeiros carros da Covilhã haviam sido propriedade dos avós de Júlia, pais dos pais de acolhimento das meninas, fazendo parte do círculo da alta sociedade, amigos próximos do «conde da Covilhã».

Ambas os tratariam como «pais», sendo que Françoise teria um carinho especial pelo pai, com quem, segundo Júlia, «era uma loucura». Seria difícil fazer com que escrevesse aos pais biológicos, tendo a mãe adoptiva de a obrigar a enviar-lhes notícias. Ingrid começaria a ter dificuldades em fazê-lo no final da estadia, quando já começava a esquecer o Alemão, sendo que na casa de acolhimento ninguém falava a sua Língua materna.

Em casa dos Bento também ninguém falava Alemão, mas a «rapaziada toda ali a puxar por ele» facilitaria a sua integração, tornando-o, em 2 ou 3 meses, no austríaco que «falava melhor [Português] de todos os que lá estavam». E eram muitos os que seriam acolhidos, simultaneamente, em Cantanhede, «12 ou 13 crianças», que, uma vez por semana, se encontravam para brincar, no jardim da terra, até que «começaram a integrar-se e essa reunião desapareceu». Os Bento conhecê-los-iam a todos, notando em cada uma das crianças «um bocadinho da personalidade das pessoas com quem viviam».

Fig. 38. Ingrid com Maria Júlia, aquando da sua primeira estadia em Portugal
Fonte: Col. privada de Maria Júlia Ferreira Bicho

O Peter era assim mais brincalhão e tal, como éramos muitos […]. *O Herbert estava em casa de um Sr.* […]. *Ele tinha tido* [acolhido] *um antes que foi embora.* […] *Era o Marx… Max…* […] *Se calhar mandou-o embora* […] *E veio esse Herbert* […] *e então era um miúdo muito fino.* […] *Ele vestia-o* […] *assumiu a personalidade do Sr. Chico Pinto, que era a pessoa mais rica da terra que saía sempre com o fato dele, de bengala e tal, e o Herbert andava muito bem vestido parecia um menino rico* […]. *E o Peter andava connosco e andava com as camisas rotas e… mais ou menos como nós andávamos, e pronto, mas isso é natural.*

Quando aprenderam a falar Português, dizem os irmãos, tais reuniões terão desaparecido. Entretanto, Peter esquecera o Alemão e, nos últimos tempos, já não sabia falar com a mãe, de tal forma que, certa vez, recebendo uma carta da Áustria, perceberia que ia ter outro irmão. A família de acolhimento compraria, inclusivamente, roupas para o menino que ia nascer, quando afinal não havia nenhuma criança, tendo ele interpretado mal o que lhe dissera a mãe.

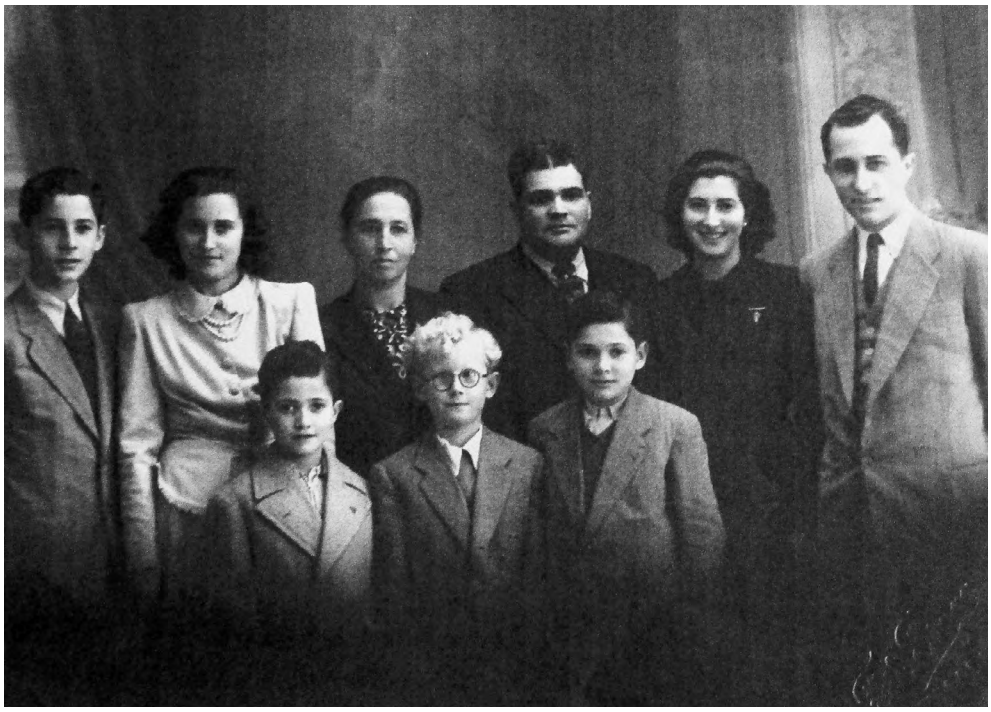


Fig. 39. Peter com a família de acolhimento
Fonte: Col. privada de Luís Bento

Peter partilharia o «quarto dos miúdos» com Adelino e Luís, os mais novos, admitindo eles que uma nova cama tenha sido acrescentada. Com eles partilhava brincadeiras e traquinices, nunca tendo zangas nem problemas. «Era como um irmão», dizem, acrescentando que tratava os pais de acolhimento como ouvia dizer aos companheiros: «paizinho» e «mãezinha».

Com o pai tinha «muito respeito», que, aliás, era comum a toda a família: «Lá em casa, à mesa, dizer raio já era uma asneira», conta Luís. Numa casa em que moravam os pais, uma empregada «de dentro», uma lavadeira, e ainda os seis filhos do casal, Peter habituar-se-ia rapidamente a um quotidiano cheio de vida, no qual seria integrado, mas escapando àquela que os irmãos chamam de «hierarquia natural» por eles respeitada: dos mais velhos para os mais novos, passando pelos do meio. Peter, segundo Manuel, «era visita». Relativamente a «ciúmes», Luís recorda apenas um episódio em que, parando na Batalha, no regresso de uma visita a Fátima, o pai terá oferecido ao pequeno austríaco uma bandeirinha portuguesa, a qual seria também por ele cobiçada. À parte esse momento, refere o mais velho ainda vivo, Manuel, «ali o que era de um era de todos», além de que todos contribuíam, em boa parte, para a construção dos brinquedos e brincadeiras dos Bento[1099].

Para o irmão de Nina Basto, por outro lado, a única memória que ficaria de Gottfried, acolhido pelos pais, seria a de um momento em que se sentiu injustiçado relativamente ao menino austríaco. Com 4 anos à época, ter-lhe-á sido difícil compreender que o tio, um dos irmãos da mãe, na altura já adulto, em lugar de o ajudar a ele, pequeno, a apanhar nozes, no quintal, preferisse ajudar Gottfried, com 8 anos, que lhe pareceria, na altura, «um matulão». A sua irmã mais nova, bebé aquando do acolhimento, não tem qualquer recordação da sua primeira passagem por Portugal, fazendo de Nina a única familiar viva em quem a lembrança do «irmão austríaco» permanece, ainda que muito do que recorda, nota, seja através de memórias dos pais, que sempre o mantiveram vivo entre os filhos de sangue[1100].

> *O Gottfried era um rapazinho marcado pelos horrores da guerra, pela fome e pelo apartamento forçado dos seus familiares. Nos primeiros dias queria comer tudo cru (assim o habituara a guerra) e fugia quando ouvia alguém bater à porta, se via um homem vestido com uma farda ou se um avião rasgava o céu. Depois, lentamente, com muito amor e paciência e com a aprendizagem da língua, a sua amargura foi esquecida e ele integrou-se em pleno no seio da nossa família. Na rua, os polícias pegavam nele ao colo para lhe afugentar os medos, e assim lhe devolveram o sorriso e a fé no próximo. Esquecidos de que o Gottfried não era nosso e que a todo o tempo teria de abalar, deixávamos rolar os dias que, no meu entender de criança, se me afiguravam mais compridos e com mais luz*[1101].

Além da família, da qual era, segundo Nina, «o centro», Gottfried tornar-se-ia também «muito popular» entre os muitos amigos do pai de acolhimento, sendo conhecido e acarinhado por todos na então pequena cidade de Barcelos. A centralidade da casa da família e a proximidade das habitações de tios e, consequentemente, primos das mesmas idades, que Nina tratava também como irmãos, dar-lhe-ia oportunidade de conviver com muitas crianças, inclusivamente uma menina austríaca que Nina recorda ter visitado.

[1099] Luís Rocha San Miguel Bento e irmãos Adelino, Helena e Manuel (30 Mar. 2016), entrevista gravada.
[1100] Maria de Fátima Queirós de Sousa Basto (09 Jun. 2017), entrevista gravada.
[1101] BASTO, 2006.

Fig. 40. Gottfried com a família Basto, aquando da sua primeira estadia em Portugal, a expensas da Caritas
Fonte: Col. privada de Maria de Fátima Queirós de Sousa Basto

Da mesma forma, Werner, acolhido na hoje Vila das Aves, então uma zona rural, viveria a sua passagem por Portugal numa casa plena de vida. Na Quinta da Carreira, ligada à produção de vinho, viviam ainda quatro dos nove filhos do casal Luís Gonzaga Mendes de Carvalho e Balbina Carvalho de Azevedo, sendo que uma das filhas, Maria Inês, regente escolar com cerca de 27 anos, que já constituíra família, com José Ferreira Fernandes, vivia ainda, com o marido e os dois filhos, ainda bebés, em casa dos pais. Seriam estes últimos, apesar de não oficialmente, os pais de acolhimento de Werner, sendo que o pequeno distinguia os seus dois «papás» pelo apelido: «papá Sr. Valente» e «papá Sr. Carvalho». «Mamã» seria reservado unicamente, segundo Balbina, à sua mãe, Maria Inês, talvez pelo seu carácter de pessoa «ríspida e com muitos preconceitos, sempre ligada a uma ideia de grande exigência de comportamentos rígidos e pouco flexível», como a define a neta, homónima[1102].

Com ela, refere Werner, a relação seria como com a sua mãe na Áustria, apesar do rigor que justifica com o facto de ser também professora. O «pai Valente», comerciante numa loja de tecidos, define-o como «muito amoroso e carinhoso». Recorda também que o relacionamento com toda a família foi «muito bom», tendo-se sentido muito bem recebido, inclusivamente pelas duas crianças, à época com apenas 2 e 4 anos, que, salienta, o «trataram como se

[1102] Balbina Fernandes (17 Mai. 2016), entrevista gravada.

fosse um irmão». Acrescenta também que, como os «pais» trabalhavam, era com os avós, que cuidavam das crianças e da casa, que tinha mais contacto[1103]. Com alguns problemas de saúde, a avó Balbina era doméstica, estando arredada de grandes esforços, embora apoiasse o marido na actividade agrícola. O avô, definido por Balbina como «uma pessoa muito considerada na terra, braço direito do pároco e de algumas pessoas com responsabilidade na freguesia», era, em contraste, «muito reservado e ponderado», atendendo as pessoas em casa como forma de compatibilizar a vida agrícola com a posição de Presidente da Junta, que assumiria, chegando a ser um dos responsáveis pela elevação da freguesia a vila, em 1955. A sua casa e pátio de entrada seriam, na verdade, um ponto de encontro das «quatro ou cinco famílias» que compunham o lugar, onde as crianças brincavam, também com Werner, e os adultos conversavam. Em casa viviam ainda alguns colaboradores e empregados, que o ajudariam também nas lides da quinta, as quais lhe davam muito gosto, assim como os almoços em casa do pároco, juntamente com o «papá Carvalho», que o faziam sentir-se extraordinariamente importante, lado a lado com as duas pessoas que considerava as mais influentes da terra. Werner tornar-se-ia rapidamente querido pelos habitantes locais, porque, «apesar de não saber falar Português perfeito, sabia fazer-se compreender e entendia muita coisa». Aprenderia a nadar com os rapazes — que o atiraram ao rio as vezes suficientes para ele aprender a desenvencilhar-se sozinho — e assustava as «tias velhotas», gritando-lhes frases do cimo de muros, que ficariam na história da terra[1104].

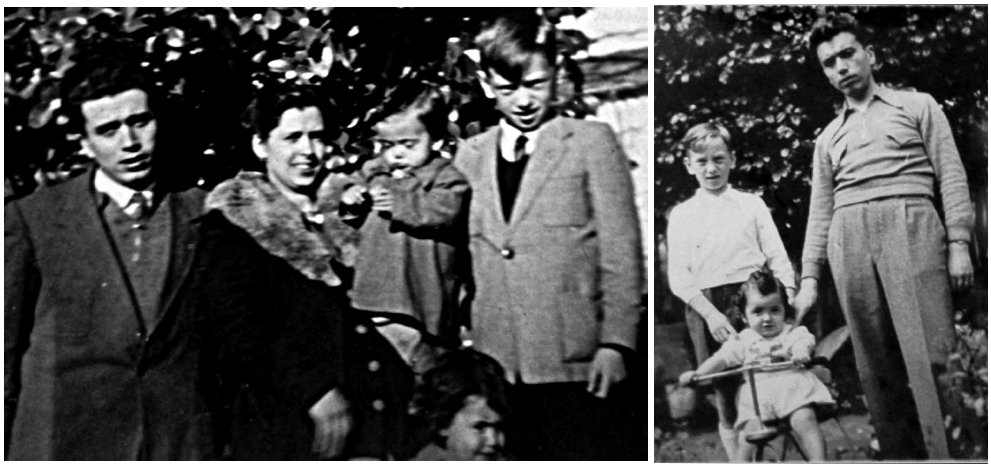


Fig. 41. Werner com a família de acolhimento, e com o «pai Valente» e um dos «irmãos» portugueses aquando da sua estadia, patrocinada pela Caritas, em Portugal, em 1949-1950
Fonte: Col. privada de Balbina Fernandes

[1103] Werner Arthofer (09 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1104] Werner Arthofer (09 Fev. 2017), entrevista gravada; Balbina Fernandes (17 Mai. 2016), entrevista gravada.

Apesar de haver na aldeia duas outras crianças acolhidas, por uma família de professores, definida por Balbina como «uma família com algumas posses lá na terra», não consta que Werner tenha mantido contacto com elas[1105]. Mesmo assim, e tendo rapidamente, segundo conta, aprendido a Língua Portuguesa e esquecido o Alemão, não deixaria de escrever cartas à mãe, na Áustria, ainda que, em determinado momento, fossem metade na sua Língua materna, metade em Português[1106]. Dificuldades não recorda nenhumas, sendo o mesmo válido para Balbina, que, mesmo não tendo vivido o acolhimento, refere que a mãe, enquanto professora, estaria certamente atenta a todos os indicadores, não tendo, porém, apontado qualquer factor preocupante ou estranho, excepção feita às roupas desproporcionadas e claramente não suas com que terá chegado a Portugal[1107].

Quem também teria uma relação muito próxima com a comunidade seria Elfriede. Acolhida pelos Ferreira Lourenço, proprietários de uma loja com taberna, em Vilar Formoso, a pequena austríaca seria recebida não só pela família, mas também por vizinhos, amigos, clientes da loja e até mesmo passantes que diariamente conviviam com ela. Além do negócio, quase único na zona da estação de Vilar Formoso, à época, a família produzia o próprio vinho, associando à actividade comercial a agrícola e pecuária, empregando muitos habitantes do concelho e áreas limítrofes. A família era, em si, numerosa, contando a casa com José Ferreira Lourenço, seu pai de acolhimento, três sobrinhas e a família de uma delas. O pai de acolhimento, definido pelo sobrinho bisneto como «um homem que sempre foi cristão e correcto nas suas acções, porque sempre praticou aquilo em que verdadeiramente acreditava», tinha já experiência de acolhimento, tendo estado envolvido no apoio aos refugiados judeus que, em 1940, haviam entrado em Portugal através de Vilar Formoso. Aquele que se atreve a definir como o seu lema, citando S. Mateus — «quando tive fome, deste-me comer; quando tive sede, deste-me de beber; e quando estava nu, deste-me de vestir» —, terá sido também incutido aos sobrinhos, que acolhera também como filhos, tornando-se no «espírito da casa».

Elvira, sobrinha, já com dois filhos, assumiria o papel maternal, relativamente a Elfriede, tendo sido, pela terceira vez, mãe, desta vez de uma menina, durante a sua estadia, em 1948. Esse evento marcá-la-ia de tal forma que, mesmo numa situação de fragilidade intelectual, muitos anos depois, a então menina, de 9 ou 10 anos, reconheceria de imediato a bebé com que tantas vezes terá andado ao colo, bem como outra das filhas de Elvira, à época ainda pequena, com quem passearia de mão dada. Elfriede seria, segundo o neto de Elvira, «mais uma filha, uma sobrinha, uma irmã». Também a relação com as irmãs de Elvira seria muito próxima, até porque uma das duas teria praticamente a mesma idade de Elfriede, partilhando a infância com ela. Seria essencialmente com as «tias» que aprenderia o Português, integrando-se, facilmente na comunidade, em parte graças a essa ajuda. Os outros «tios», irmãos de Elvira, que estudavam ou trabalhavam fora de Vilar Formoso, com uma escolaridade acima da

[1105] Balbina Fernandes (17 Mai. 2016), entrevista gravada.
[1106] Werner Arthofer (09 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1107] Werner Arthofer (09 Fev. 2017), entrevista gravada; Balbina Fernandes (17 Mai. 2016), entrevista gravada.

média, para a altura, auxiliá-la-iam também nesse ponto, aquando das suas visitas a casa. O mesmo se passaria com uma das vizinhas, que se tornaria numa das suas melhores amigas, sendo recordada ainda nos seus últimos anos de vida. Na altura conviveria também com Fritz, o menino austríaco acolhido por Zacarias Vivas, no Cadaval, e que passaria as suas férias em Vilar Formoso. Em Almeida haveria uma outra criança austríaca, mas com essa Elfriede nunca terá estabelecido qualquer tipo de relação.

Fig. 42. Elfriede com a família de acolhimento e alguns vizinhos aquando da sua despedida antes da partida definitiva para a Áustria
Fonte: Col. privada de Manuel Godinho

À mãe escrevia muitas vezes, sendo notória, como no caso de Hannelore, uma certa preocupação da menina relativamente à situação da mãe. Manuel, neto de Elvira, conta inclusivamente um episódio, que terá ficado entre as histórias dos Ferreira Lourenço, acerca do momento em que a menina, lendo uma carta recebida da mãe, referiu, com espanto e alívio: «a minha mãe já tem um preto cão», o que para ela representaria um sinal de esperança, de que melhorias estavam a chegar à vida da família[1108].

José Sebastião Marques Antunes teria mais dificuldades em fazer com que os seus protegidos, e mesmo os acolhidos na casa anexa, escrevessem à família, dando-lhes, inclusivamente, o dinheiro necessário para os selos. Apesar disso, seria bem-sucedido: «venham cá, que o papá aqui é que ensina a escrever, para também escreverem para os papás da Áustria». A cada duas semanas, as crianças, mesmo contra a sua vontade, sabiam que se deviam dedicar a escrever «ao menos duas linhinhas para os papás da Áustria» e a levar as cartas ao marco do correio, em

[1108] Manuel Godinho (07 Jun. 2018), entrevista gravada.

Alvoco das Várzeas. Tendo sido professor de História, e apesar de estar menos tempo em casa, já que o cuidado das propriedades da família, a que se dedicava então, lhe consumia muita da sua disponibilidade, José Antunes desempenhava o papel de educador das duas crianças que acolhera no seio da sua família: Inge e Felinger. Ambos tratavam José e a sua mulher, Maria da Piedade Amaral Madeira, como «papá» e «mamã». Proprietários agrícolas, donos de lagares de azeite e moinhos, enquanto o pai se dedicava a dirigir os trabalhadores, a mãe tratava de dirigir a casa e as respectivas empregadas. A avó, mãe do pai, havia enviuvado muito cedo, conseguindo, apesar disso, dar a todos os filhos homens uma formação superior. As filhas, tal como a nora, haviam tido uma professora particular, dado que não havia escola nas redondezas, estudando até à quarta classe e ficando em casa, como era normal entre as senhoras. O casal, José e Maria da Piedade, haviam sido pais de duas meninas que faleceriam ambas na mesma altura, devido a um surto de sarampo, uma com 4 anos, outra com 12. Quatro anos mais tarde nasceria Maria da Luz, «sempre uma menina estimada», como a própria se descreveria, as mesmas palavras que usa para descrever a forma como foram tratados os dois pequenos austríacos que chegariam à família 8 e 9 anos mais tarde, respectivamente. O pai, também ele muito reconhecido e «estimado» na localidade, além de professor, desempenhou também durante um período o papel de Presidente da Câmara substituto. Católico praticante, participava, segundo a filha, «em tudo», sendo «muito amigo dos padres» e «protegendo muita gente», nomeadamente pessoas que passavam pela terra e «ficavam, de certa maneira, desprotegidas». Informado acerca da situação da Europa Central no pós-guerra, não hesitaria em «mandar vir uns meninos da Áustria». Inge Oumane seria a primeira a chegar, de camioneta até um certo ponto, visto que nem estrada existia então até Alvoco das Várzeas. Para Maria da Luz seria «uma alegria», já que, sendo filha única, tinha agora também «uma companhia para brincar», para mandar fazer vestidos à costureira, que de quinze em quinze dias passava lá em casa, e uma colega de quarto. A relação entre elas, tal como seria mais tarde com Felinger, era «de irmãos», ainda que Maria da Luz tivesse uma preferência pelo menino. Com 9 anos aquando da estadia em Portugal, Felinger era então mais pequeno do que a «irmã», tendo um quarto reservado para si, que partilharia, às vezes, com um dos meninos acolhidos pelo tio de Maria da Luz, que vivia na «casa de cima». Também ele acolheria dois meninos, um chamado Günther outro de nome Franz, os quais partilhariam muito da sua estadia com José Antunes e os pequenos por ele acolhidos.

Sustentando a maioria das suas memórias nas fotografias que guarda cuidadosamente, Maria Medeiros associa também muita da passagem das crianças estrangeiras pela sua família aos momentos vividos na companhia do pai, apaixonado por fotografia e muito carinhoso com as crianças. De tal forma o seria, que Maria alimenta a firma convicção de que a vinda das meninas terá sido mais por iniciativa do pai do que da mãe, ainda que a mãe, extremamente ligada a movimentos católicos, não deixasse de apoiar a ideia, até porque seria quem passava mais tempo com as crianças, sendo ela, na verdade, e segundo a filha, «quem mandava» em casa. Na casa, em Lisboa, que era na verdade do avô, emigrado num país africano,

viviam o pai, Manuel Goulart de Medeiros, engenheiro, na altura com 26 anos, a mãe, Maria da Graça Pimentel Scarlett, com curso de Enfermagem mas doméstica, à época com 28 anos, um irmão da mãe, estudante de Arquitectura, e as duas filhas do casal, Maria e a sua meia-irmã, mais velha.

No que se refere à sua infância, o testemunho de Maria faz eco da grande maioria das declarações recolhidas entre as famílias de acolhimento: só tem recordações felizes.

> *Olhe, todas as recordações que eu tenho são muito felizes, eu acho que fui uma criança muito feliz. Não tenho nenhuma má recordação. Acho que tive muita sorte porque vivi em sítios muito bons, rodeada de crianças e rodeada de amigos.* […] *Lembro-me de a minha mãe dizer que quando eu nasci ainda havia racionamento, de manteiga, de leite e não sei de quê mais. Mas já não me lembro de privações, que nós tivéssemos tido privações.* […] *Um nível bom, vivíamos muito bem, tivemos muita sorte, acho… Eu tive.* […] *Era muito boa* [a qualidade de vida] *Havia sempre muitos amigos que dormiam lá, e nós dormíamos em casa dos amigos… Havia muita criançada, muita brincadeira e tínhamos uma vida muito ao ar livre, era tudo muito bom.* [risos]

Seria neste ambiente, em que «as pessoas eram todas recebidas com muito à vontade», que se integrariam Helga, Anneliese, Hannelore e Eva. Segundo Maria, que crê que os pais terão acolhido, aproximadamente, uma criança por ano, a primeira terá chegado no Outono de 1948, a segunda no Verão de 1950, a terceira em 1951 e a última, húngara, antes do Verão de 1958. Hannelore, que veria Portugal pela primeira vez com 5 ou 6 anos, encontraria a irmã de Maria com apenas 3 anos e meio, não sendo ela ainda nascida, razão pela qual não guarda recordações das pequenas austríacas. Apesar disso, acredita que se tenham integrado na dinâmica familiar, tal como Eva, com a qual teria um contacto mais consciente, anos mais tarde, já com 9 de idade, na casa da família em Cascais, onde habitariam, então, de forma permanente, sendo que aquando da vinda das três meninas austríacas só a usariam nas férias de Verão[1109]. A segunda a ser acolhida seria Anneliese, hoje Ziegler, que recorda, entre outros episódios, o facto de às crianças ser vedada a permanência na cozinha.

> *Nós, crianças, não podíamos ficar na cozinha. Muitas vezes até lá trabalhavam três pessoas. As cozinheiras tinham imenso que fazer e a criada passava a roupa com o ferro de carvão* […] *Quando eu ia para o jardim parava sempre um pouco junto da cozinheira negra, bastante corpulenta e sempre amável, que tinha uma simpatia especial por mim e me dava assim umas guloseimas.*

Com ela aprenderia que a «verdadeira» marmelada é feita com marmelos. Com Mimi, como todas chamavam à mãe de acolhimento, e que não permitia que ninguém a tratasse por outro nome, perceberia, ainda que só muitos anos mais tarde, o quão «vivaça» era naquela

[1109] Maria João Medeiros (31 Mai. 2016), entrevista gravada.

época[1110]. O pai de acolhimento seria, pressupõe Maria, por todas tratado por «Manel», até porque a própria filha mais velha o tratava assim. As meninas seriam também tratadas «como qualquer um de nós», incluindo as relações com «os amigos lá de casa», sendo que Maria guarda também fotografias de festas que o comprovam. Tendo sido pioneiros, numa altura em que Cascais era apenas uma aldeia de veraneio, ao mudar-se definitivamente para aquela zona, os seus pais e tios atraíram para ali famílias amigas que acabaram por criar um núcleo, dentro do mesmo nível social. Maria conta, inclusivamente, que no seu aniversário costumava percorrer os estabelecimentos comerciais para receber prendas.

Aquando da chegada de Helga, em 1951, Maria tinha ainda 3 anos apenas, pelo que continua a não ter memórias concretas, ainda que creia que haveria uma boa relação entre todas as crianças. Nesse ano, Hannelore voltaria, partilhando a experiência com Helga, a qual voltaria também ano seguinte, 1952, ambas a expensas do pai de acolhimento. Só 6 anos mais tarde viria Eva Kaposi, numa altura em que a Acção Caritas seria redireccionada para as crianças húngaras refugiadas na Áustria. Já com 9 anos, na altura, Maria recorda-se de ter ido buscar Eva de carro, com o pai, possivelmente a casa da família que acolheria o irmão, também em Cascais. Recorda alguns detalhes da viagem, o ursinho e a almofada de penas encarnada que a menina trazia, e o facto de não falar. Com o irmão mais novo, Thomas, Eva manteria contacto constante, fomentando inclusivamente uma amizade entre a sua família de acolhimento e a do irmão, a qual contava com muitos filhos, muitas crianças com quem se encontrariam também. As festas com os amigos, nas quais Eva participaria, estão também documentadas, já os seus encontros com a senhora que a ajudaria a não esquecer o húngaro permanecem apenas na memória de Maria. Da sua relação com ela, recorda, «era muito boa», eram «muito amigas». A relação dela com os pais, diz ter sido «mais ou menos a mesma que a nossa», «tudo muito normal», «tudo muito próximo». Sobre a sua comunicação com a família biológica, contudo, recorda que possivelmente escreveria à mãe, já com o pai, do qual a menina guardaria, religiosamente, uma fotografia, haveria uma qualquer «barreira», talvez resultante do divórcio, que Maria nunca chegaria a esclarecer com Eva[1111]. As outras meninas seriam demasiado novas para conseguirem escrever aos pais, pelo que, supomos, seria a família de acolhimento a estabelecer a comunicação.

Mimi Soares notaria, na relação de Alois com a figura paterna, o mesmo tipo de dificuldade percebida por Maria em Eva. Antes de enviar qualquer carta para a Áustria, o pai de Mimi entregava-as ao colega de trabalho alemão para que pudesse garantir que nada do que era dito pelo menino era incorrecto. Perceberiam então que Alois só escrevia à mãe, sendo que, de acordo com o que recorda Mimi, tanto nas cartas quanto a viva voz, só falava dela e da irmã. A mãe enviaria à família fotografias, contando das dificuldades que passava na Áustria, sendo o forno, onde escondia uma galinha para pôr ovos, que «lhe valia».

[1110] CAETANO, 2005: 320.
[1111] Maria João Medeiros (31 Mai. 2016), entrevista gravada.

Fig. 43. Hannelore com Maria da Graça, no Outono de 1948; Anneliese com as irmãs de acolhimento no Verão de 1949; Helga com Maria João, em 1951[1112]
Fonte: Col. privada de Maria João Medeiros

A integração de Alois na família de acolhimento seria, segundo Mimi e o próprio, muito fácil. Em casa eram Mimi, os seus pais e um tio-avô. Aos pais de acolhimento Alois aprenderia a chamar «Dona Maria» e «Soares», ainda que, seguindo o exemplo da irmã portuguesa, quisesse chamar «mãe» àquela que seria a figura materna durante a sua estadia em Portugal, sendo impedido pela própria de o fazer, já que, dizia ela, a mãe dele continuava na Áustria[1113]. Apesar da sua «natureza diferente», sendo que a sua mãe biológica «falava mais» e «era mais severa» com ele, Alois crê não ter diferenciado, pelo menos conscientemente, as duas. Sobre a mãe, refere Mimi, que teria uma grande noção da responsabilidade, sempre preocupada com o bem-estar do menino e a zelar para que tudo corresse pelo melhor, habituada que estava a fazê-lo por todos os elementos da família. Relativamente aos papéis desempenhados por cada um, a nível doméstico, Alois refere não ter reparado em nenhuma diferenciação, pelo menos de forma consciente, mas não esquece uma diferença clara notada entre Portugal e Áustria: aqui o almoço era entregue ao marido, todos os dias, na fábrica, sendo o percurso feito a pé, coisa que nunca vira no seu país[1114]. João Soares não tinha, efectivamente, tanto contacto com Alois como a mulher e a filha. De origem humilde, segundo a filha, trabalhava no escritório de uma empresa, tendo de sair todos os dias de casa às 7 e meia da manhã, a pé, chegando a casa ao final da tarde e almoçando

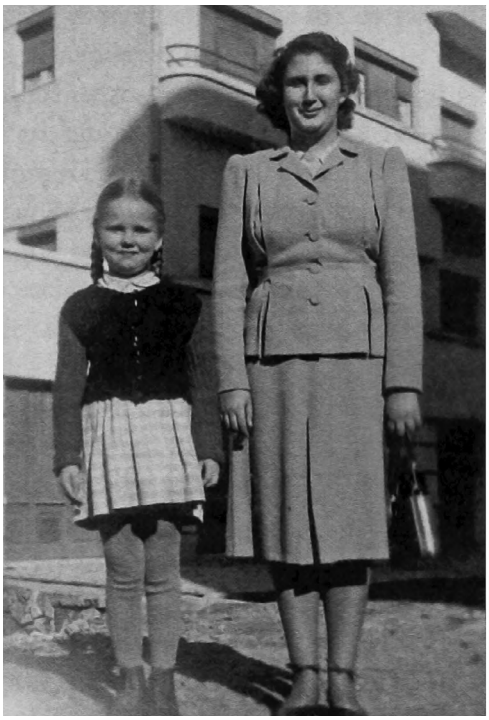
[1112] A legenda baseia-se no testemunho de Maria João, não coincidente com os dados da Caritas no que se refere às datas de estadia de Helga e Hannelore, sendo possível que as identidades estejam trocadas.
[1113] Maria de Fátima Correia Soares e sobrinha Ema (08 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1114] Alois Sablatnig (26 Abr. 2017), entrevista gravada.

sempre na fábrica. Alois passaria também muito tempo, sim, com um primo da família, Joaquim Ribeiro, que «gostava muito dele», e com os avós paternos de Mimi, recorda-se ainda de cada um deles. Recorda também com especial carinho uma tia, madrinha de Mimi, proprietária de um café-restaurante «muito chique», em Famalicão, onde conviveria, segundo Mimi, com «médicos e pessoas da alta», e terá provado, pela primeira vez, atum, passando, a partir de então, a comer peixe, o único alimento com o qual recorda ter tido problemas de adaptação[1115].

A relação com a família define-a, no geral, e após uma breve hesitação, como «boa», considerando que se sentia «confortável» com os Soares, muito como «em família». A dúvida prende-se com o facto de, segundo recorda, ser «muito malandro», dada a «liberdade» adquirida ao chegar a Portugal, a qual lhe permitia «fazer e explorar coisas» até então desconhecidas[1116]. Mimi, por outro lado, recorda-o como «um miúdo e depois um adulto muito respeitador», que começaria por falar Português aprendendo os nomes dos elementos da família, aos quais se seguiriam os dos caseiros, Américo e Isaura, e seus filhos, que trabalhavam os campos, criavam animais e com ele partilhavam petiscos caseiros. Com eles, bem como com os 3 criados da família e diversos jornaleiros, Alois compartilharia muitos momentos sendo, sempre, segundo Mimi, «muito educado», o que faria com que «toda a gente» gostasse dele. Com ela a relação seria de irmãos, sendo que mesmo a irmã biológica de Alois acabaria por tratar Mimi como tal[1117]. Com outras crianças, à excepção do casal de filhos do caseiro, não teria muito contacto, não tendo, segundo o próprio, muito interesse nisso, uma vez que o seu entusiasmo o inclinava mais para descobrir aquilo que não tinha no seu país. Segundo Mimi, as crianças estrangeiras acolhidas na terra não se entenderiam, aliás, sendo que Alois fugia especialmente de um menino russo que, segundo constava, atiraria pedras aos restantes. Alois recorda, contudo, um menino acolhido em Famalicão, Stefan, com quem terá brincado algumas vezes[1118].

Durante a sua estadia em Portugal, Ilse só encontraria outra criança Caritas em uma ocasião. No seu livro de memórias, refere que terá sido para ela «uma grande alegria» o facto de o seu *vati* a ter levado, certo dia, a casa de um amigo que também acolhera uma menina austríaca. A ocasião era o aniversário da pequena, nada mais nada menos que a filha do sacristão da sua paróquia, Annemarie, onde encontraria muitas outras crianças. Ilona não se lembra do facto, mas recorda com clareza que Ilse se tornaria muito próxima de muitas das suas amigas, de tal forma que uma delas, Maria do Carmo, acompanhá-la-ia, inclusivamente, na realização da entrevista no âmbito desta investigação. Além dessas encontraria também, em várias ocasiões, duas meninas que falavam Alemão, segundo refere, suas vizinhas, Isolde e Rosemarie, cuja morada ainda hoje tem presente.

[1115] Alois Sablatnig (26 Abr. 2017), entrevista gravada; Maria de Fátima Correia Soares e sobrinha Ema (08 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1116] Alois Sablatnig (26 Abr. 2017), entrevista gravada.
[1117] Maria de Fátima Correia Soares e sobrinha Ema (08 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1118] Alois Sablatnig (26 Abr. 2017), entrevista gravada; Maria de Fátima Correia Soares e sobrinha Ema (08 Fev. 2017), entrevista gravada.



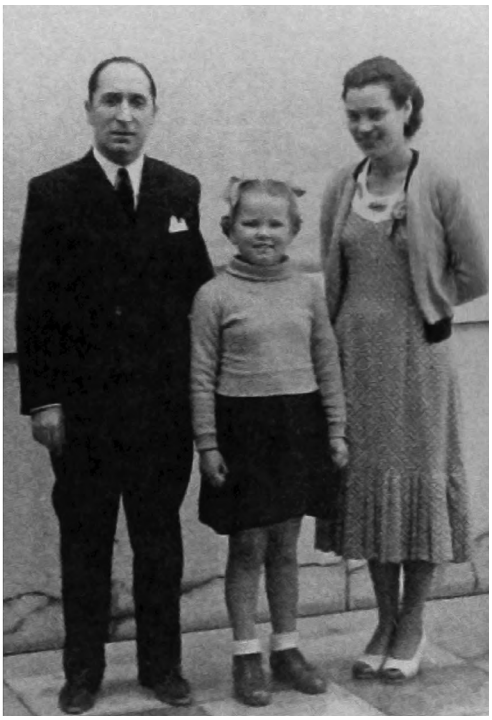


Fig. 44. Ilse com Ilona na Rua Ramalho Ortigão, Lisboa, a 25 de Outubro de 1948, e com o seu *Vati* e a sua *Mutti*, em Lisboa, a 1 de Junho de 1949
Fonte: KUSTKA, 2009: 13 e 29

Em Ilona, à época com 17 anos e a começar um curso superior de Química Industrial, Ilse encontraria a «irmã» com que sempre sonhara, ainda que, por motivos óbvios, não passasse com ela tanto tempo quanto desejaria. Apesar disso, a relação seria tão forte que, mesmo após o nascimento da segunda filha do pai, primeira com a sua terceira mãe adoptiva, Ilona continuaria a tê-la como tal, afirmando ainda, com um orgulho transbordante: «Nós somos três irmãs». A maior parte da estadia de Ilse seria, porém, partilhada com aquela a quem, com especial regozijo, chama ainda *mutti*. Com ela, além de conhecer a sua Lisboa, visitaria também familiares, em Queluz, a quem aprenderia, imitando-a, a tratar por «mãezinha» e «Milai», respectivamente a mãe e irmã da sua *mutti* portuguesa. Ambas seriam também visita regular da casa dos Fonseca, sendo que a «tia» tentaria ensinar-lhe Português, mas, Ilse admite, não teria sido a mais empenhada das alunas. José Fonseca, o seu *vati*, seria o maior zelador pelo bem-estar físico da pequena austríaca, assumindo o papel de educador. Além das dificuldades económicas sofridas no passado, também o facto de ter lidado com a doença em casa — sendo que a tuberculose lhe roubara a segunda mulher — o tornaria extremamente «cuidadoso», segundo refere a filha, tanto relativamente a ela quanto à menina que acolhera. A cada duas semanas, era ele quem acompanhava Ilse à farmácia para verificar se já tinha

aumentado de peso, ficando, segundo a menina, «sempre contente». Seria também ele, como igualmente já mencionámos, que, depois de uma visita que Ilse recorda como tendo sido a uma amiga sua, Margot, que já falava Português, em Dezembro, dois meses após a sua chegada, insistiria para que ninguém mais falasse Alemão com a pequena, quando, na verdade, era ele o único que o fazia. Apesar de a sua versão não corresponder na totalidade à recordada pela irmã, ambas têm em comum o facto de, após a chamada de atenção, Ilse ter começado a falar e, segundo diz, a contar em Português.

A então menina, recorda que toda a família a tratou «com muito carinho», lembrando, com o mesmo carinho que lhe foi dedicado, a empregada interna, Maria Alexandrina, que, segundo diz, era a garantia de que «em casa do Sr. Fonseca não havia problemas». Era ela quem a acompanhava, em várias ocasiões, nas saídas com a *mutti*, passando Ilse, segundo conta, muito tempo na cozinha. A sua partida, em Março, para casar, marcaria a pequena como um dos acontecimentos infelizes da sua estadia[1119].

Na sua primeira visita ao «escritório da Caritas», desde a sua chegada, o facto de «passar muito tempo na cozinha» seria, contudo, apresentado pela mãe de acolhimento como um dos problemas da menina. Outro seria o facto de as cartas que escrevia aos pais serem «muito curtas». A verdade é que Ilse só teria, na altura, a primeira classe, notando que, aos pais, que «queriam saber muito», contaria «pouco», referindo sempre, porém, os nomes de todas as pessoas a quem queria enviar cumprimentos. Na primeira carta enviada, que ainda guarda, mesmo que sem data, lembra que foi para si muito importante referir que andava de carro, que «Lisboa era mais bonita que Viena e que também estava mais quente». Terá também contado ter sido levada a uma médica que a terá avaliado como muito magra, na época com 25 quilos, sendo que daria conta da evolução do seu peso nas cartas seguintes, bem como das actividades entretanto realizadas com a família. A 20 de Dezembro pediria que lhe enviassem neve porque em Lisboa não havia[1120].

De igual modo, os pais de Gerhard aguardavam ansiosamente pelas notícias do seu filho. O pai de acolhimento, Henrique Amorim, garantia que ele cumpria o preceito.

> *Henrique sentava-se ao lado dele, esperando pacientemente que o menino completasse a sua tarefa, mesmo que não fizesse ideia do que ele estava a escrever. Gerhard sempre foi muito curto, contando algo sobre o que havia experienciado com o seu pai adoptivo e na aldeia. Mas não tudo, porque provavelmente não acreditariam nele e o considerariam fantasioso*[1121].

Gerhard omitiria também aos seus pais os pormenores menos felizes da sua passagem pela escola portuguesa. Outro detalhe que provavelmente também não terá partilhado com os seus progenitores terá sido o diagnóstico feito pelo médico da família Amorim, alguns dias

---

[1119] Ilse Kustka (18 Mar. 2016), entrevista gravada; Ilona Fonseca (01 Jun. 2016), entrevista gravada; KUSTKA, 2009: 14-24.
[1120] KUSTKA, 2009: 12-17.
[1121] SCHIESSER, 2015: 18.

após a sua chegada a Portugal. O doutor não acreditava que o pequeno malnutrido pudesse sobreviver ao ano que se seguiria. Os onze meses passados no seio da família de Santa Maria de Lamas alterariam, contudo, o seu destino. A forma como Henrique Amorim, «solteiro convicto», nas palavras de Gerhard, o levaria, a ele e a Josef Seiwerth, a participar nas muitas vertentes da sua vida, incluindo a explicação cuidada de todo o processo envolvido na extracção da cortiça, matéria-prima essencial na vida do Grupo Amorim, tomando-o como seu protegido, teria o seu peso. O mesmo se poderá dizer da forma como a sua irmã, a «tia» Rosa, zelava pela boa alimentação das crianças[1122].

Fig. 45. Gerhard com o pai de acolhimento, Henrique Amorim, e Josef Seiwerth, o outro menino austríaco acolhido pela família, aquando da sua primeira estadia em Portugal
Fonte: SCHIESSER, 2015: 10

Em casa dos Sarmento, a alimentação era também muito cuidada. Numa família com sete filhos ainda solteiros, haveria ainda espaço para integrar não só uma, mas três meninas estrangeiras. Antes delas, já seria hábito de Albano e Amélia levar crianças carenciadas de férias para a praia, no seguimento daquilo que haviam feito os pais do patriarca, trazendo, dos Açores, onde o pai trabalhava como médico, duas senhoras de idade sem família, das quais cuidariam até ao fim dos seus dias.

A primeira criança Caritas que acolheriam, Janik, francesa, começaria imediatamente por tratar os pais de acolhimento como «pai» e «mãe», facto que, conta hoje a filha de Janik, portuguesa, terá deixado os avós, pais biológicos da menina, enciumados. Rapidamente também os «tios» passariam a ser família, até porque, poucos meses após a sua chegada a Por-

[1122] SCHIESSER, 2015: 16-18.

tugal, Janik terá participado no casamento da mais velha das filhas ainda em casa, tendo tido contacto com todo o numeroso clã. Segundo Lucinda, irmã de acolhimento, então com 15 anos, a menina, de 10, habituada a uma situação de dificuldade, em que certamente haveria maior severidade, notava acerca da nova realidade: «que quintal enorme, casa enorme, tudo enorme, e depois as crianças eram umas rainhas, faziam o que queriam». Lucinda discorda, sendo apoiada por Constança, que refere que o avô, pai de Janik, teria uma postura «militarista», em tudo contrastante com o ambiente na sua casa portuguesa, o qual, ainda que marcado pela disciplina, seria bastante mais descontraído. Lucinda refere, inclusivamente, nunca ter sentido, da parte do pai, qualquer diferenciação entre os filhos e as filhas, por exemplo. A própria «irmã», por outro lado, e apesar da proximidade entre as duas, dado que partilhavam inclusivamente o quarto, trataria, durante algum tempo, a menina por «você», convencida que estava, devido aos livros que lia, que em Francês todos se tratava assim. Seria Janik a pedir-lhe que, por favor, a tratasse por «tu». A partir daí, conta, Janik, uma menina muito «tímida» e traumatizada, ter-se-á integrado sem qualquer reserva, em parte também auxiliada pelo facto de todos na família dominarem minimamente a Língua francesa, mas aprendendo «num instante» o Português. O facto de ter muitas pessoas, mesmo sem sair de casa, com quem falar terá também desempenhado o seu papel, até porque, além dos residentes, haveria também um grande número de primos que visitavam e eram visitados de forma regular, e que os tios tinham também acolhido crianças francesas, encontrando-se regularmente com «os de Santa Catarina».

Fig. 46. Janick com o irmão de acolhimento, Nuno, aquando da sua primeira estadia em Portugal, em 1947
Fonte: Col. privada de Lucinda Melo

O mesmo acolhimento por parte de toda a família seria, segundo Lucinda, devotado também às meninas austríacas, recebidas dois e três anos mais tarde, pensa, ainda que, relativamente a elas, não tenha tantas certezas quanto a datas, até porque, como refere, a sua chegada não terá sido tão marcante quanto a da primeira, que recorda com pormenor. A possibilidade de não terem sido programadas, pelo menos da mesma forma que a primeira, é inclusivamente levantada por tia e sobrinha, uma vez que, no seu testemunho escrito, Gerhild refere ter sido seleccionada por uma terceira pessoa, que a terá então encaminhado até à sua família de acolhimento[1123]. Nascida em Graz, zona britânica da Áustria, a menina, então com 11 anos, como anteriormente referido, sentir-se-ia «salva» ao ser entregue aos Sarmento. À época, conta, ainda seis dos oito filhos estavam em casa, tendo ela própria sido tratada «como se fosse também uma filha», durante os 9 meses seguintes[1124]. O seu relato, mais focado nas dificuldades da viagem e nos receios que lhe foram suscitando, seria, porém, definido como «pouco emotivo» pelas nossas entrevistadas, facto que justificam com o carácter introspectivo da austríaca. Graças às fotos que guarda, Lucinda recorda que Gerhild terá encontrado também outras crianças austríacas, nomeadamente uma menina, Lieselotte, acolhida por um familiar.

A última a ser acolhida seria Sylvia Keller, de uma zona da Áustria dominada pela URSS. A menina, com duas irmãs, mais velhas, que trabalhavam como bailarinas de *cabaret*, proviria, segundo Lucinda, de uma família «de um tipo um bocado diferente».

> *Nessa notou-se uma diferença… O medo, sentia-se que aquela miúda tinha medo de alguma coisa. Lembro-me de ela se esconder debaixo da cama do tio João.* [risos] […] *Se se afligia com alguma coisa, se se assustava, já não me lembro bem, escondia-se, mas depois foi-se começando a… As pessoas vão falando com elas, vão lidando com elas de uma forma diferente, e elas, pronto.*

Exigindo maiores cuidados por parte da família, e mesmo o auxílio da Caritas, Sylvia terá sido aquela que permaneceu por menos tempo com os Sarmento. As fotografias sugerem que tenha ficado pelo menos um Verão, ainda que Lucinda não se recorde de quando terá chegado e os registos analisados não incluam dados referentes a Sylvia. Como as restantes, terá sido facilmente integrada pela família, numerosa e «animada», e encontrado família alargada e amigos, sendo tratada como «mais um elemento» da mesma e tratando os pais de acolhimento como pais, porque «mais natural».

Segundo Lucinda, todas terão mantido o contacto com as famílias nos países de origem, por escrito, recordando, com especial pormenor, as longas cartas enviadas pelo pai de Janik, muito preocupado com os filhos e assumindo o papel de cuidador, dado que a mulher estaria então incapacitada. Relativamente às meninas austríacas, sabe apenas que

---

[1123] Maria Lucinda do Espírito Santo Rodrigues Sarmento Melo e sua sobrinha Constança (30 Set. 2017), entrevista gravada.
[1124] CAETANO, 2005: 395.

escreviam em Alemão, facto que justificará o facto de não ter mais memórias relacionadas com as suas missivas[1125].

A manutenção do contacto com as famílias na Áustria era uma das premissas que a Caritas Portuguesa se esforçava por garantir. A dada altura, e possivelmente por queixas de pais que não recebiam notícias, a Caritas esclareceria que «todas as crianças podem escrever aos pais com a regularidade que quiserem, mas têm de fazê-lo a cada dez dias», ainda que, segundo é referido, algumas crianças «mais velhas» não o fizessem[1126]. Por outro lado, e como é referido por alguns dos entrevistados, nem sempre as respostas dos filhos satisfaziam os pais, o que seria, numa ocasião, explicado por Ilona Seilern pelo facto de, por vezes, os pequenos não perceberem o que lhes perguntavam, por não entenderem a caligrafia ou simplesmente por terem ainda dificuldades a ler. Seria a própria supervisora da Caritas a ajudar as crianças na descodificação das mensagens e, por vezes, na escrita das respostas, sendo que, a dada altura, os pais seriam também avisados de que a correspondência tinha que passar pelo escritório Central para que fosse verificado se as crianças estavam felizes e se cumpriam o preceito estabelecido relativamente à comunicação com os pais[1127], o que, como tivemos também oportunidade de perceber, seria bastante variável entre as crianças. Situações haveria também em que a correspondência não chegava aos seus destinatários, causando hiatos de meses entre cartas, e a consequente preocupação, nomeadamente por parte dos pais na Áustria, alguns dos quais recorriam ao contacto com a organização para tentar obter notícias. Em pelo menos um caso, o desespero dos pais levá-los-ia a chegar ao contacto com o chanceler austríaco[1128].

Naturalmente, as crianças nem sempre percebiam a inquietação dos progenitores, sendo que a tendência, ainda que nem sempre confirmada, fosse para, à medida que se iam integrando no país de acolhimento, irem também desleixando o contacto com o de origem. No seu testemunho escrito, Dieter Tauner refere que o seu pai de acolhimento lhe recordaria o «dever de escrever para casa» pelo menos uma vez por mês. O menino, contudo, ansioso por viver todas as aventuras que um ano num país diferente e com condições melhores do que alguma vez sequer imaginara possíveis, fá-lo-ia, como hoje reconhece, claramente contrariado e à pressa.

> *Isto despachava eu numa mesa que havia no «hall»,* […] *e procurava cumprir esse dever o mais depressa possível. E quando hoje leio o que então escrevi, vejo que cumpri esse dever de uma forma arrogante, com sobranceria e de certo modo com desdém, e uma carta para a escola, que eu também devia escrever, nunca foi escrita. Sejam um pouco indulgentes com o rapaz de então. Que miúdo de oito anos, ainda por cima no distante Portugal, poderia, numa estância termal de uma categoria de certo modo elevada, ficar sentado no «hall» de um hotel a escrever cartas*[1129]*?*

[1125] Maria Lucinda do Espírito Santo Rodrigues Sarmento Melo e sua sobrinha Constança (30 Set. 2017), entrevista gravada.
[1126] LIECHTENSTEIN, Benedicta; SEILERN, Ilona (1948) — *Carta aos pais das crianças dos transportes de Dezembro de 1947 e de Abril de 1948, 1948-06, Lisboa.* Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 136.
[1127] MAYR, 2013: 136.
[1128] MAYR, 2013: 139.
[1129] CAETANO, 2005: 215.

Como já foi referido por Mayr, a Caritas tentaria minorar a situação, não só através da correspondência para os pais biológicos, mas também de emissões de rádio austríacas com mensagens das crianças acolhidas em Portugal, como aconteceria no Natal de 1948[1130].

Relativamente à comunicação entre as famílias de acolhimento e biológicas, esta nem sempre seria fácil decido à barreira linguística, existente na maior parte dos casos. A Caritas oferecera serviços de tradução, ainda que, no caso austríaco, mediante o pagamento de uma quantia referida como baixa e apenas por parte da Caritas da Arquidiocese de Viena, o que dificultaria o acesso ao serviço por parte de habitantes em outras dioceses[1131]. A Caritas Portuguesa oferecera o mesmo serviço, existindo no Arquivo da Caritas Portuguesa vários documentos que o comprovam. A grande maioria das traduções, contudo, apresenta uma data posterior a 1950, referindo-se maioritariamente à promoção do contacto entre as crianças regressadas ao seu país e as famílias de acolhimento. Em várias comunicações, Fernanda Jardim publicitava o serviço gratuito de traduções, dando conta desse mesmo intuito, já na segunda metade da década de 1950, o que nos leva a crer que antes, a existir, o serviço se referisse apenas às famílias portuguesas[1132]. De acordo com os testemunhos analisados, e tendo em conta que, na maioria dos casos, se tratava de famílias com uma posição social elevada e, como se diria à época, «bem relacionadas», seria relativamente fácil às famílias portuguesas encontrarem alguém que pudesse traduzir as cartas recebidas de e enviadas para a Áustria. Aqueles que habitavam em zonas rurais e/ou mais isoladas teriam, naturalmente, a tarefa mais dificultada. Ainda assim, e de acordo com as histórias que apresentámos, em caso de necessidade, seria sempre encontrada uma solução, tal como seria, mais tarde, para manter a comunicação com as crianças após o seu regresso ao país de origem.

4.2.2.2.2. Adaptação às condições no país de acolhimento, vida quotidiana e eventos extraordinários

Estabelecidas as primeiras cumplicidades e ultrapassada a barreira linguística, grande parte das outras eventuais barreiras seriam relegadas para segundo plano. Ainda assim, e como vimos, algumas crianças não deixaram de enfrentar, num primeiro momento, dificuldades com aspectos que, à partida, não deveriam causar problemas, como, por exemplo, a alimentação. Para a grande maioria dos pequenos austríacos, recém-chegados de um ambiente de carência e subnutrição, a chegada a Portugal representaria, porém, a entrada no que muitos definiam como «paraíso». Numa carta aos pais, Ilona Seilern referia que, além do ritmo de vida diferente, sendo que as crianças se deitavam e acordavam também mais tarde, as refeições envolveram «pratos muito diferentes, com azeite, muito peixe, outras frutas e legumes»[1133].

[1130] SEILERN, Ilona (1948) — *1.ª carta aos pais do transporte de Dezembro de 1947, 1948-08-09, Lisboa.* Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 140.
[1131] MAYR, 2013: 140.
[1132] JARDIM, Fernanda (1956) — [Carta] 1956 Mai. 02, Lisboa [a] Erika Dungl. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[1133] LIECHTENSTEIN, Benedicta; SEILERN, Ilona (1948) — *Carta aos pais das crianças dos transportes de Dezembro de 1947 e de Abril de 1948, 1948-06, Lisboa.* Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 92.

A dieta, mais equilibrada e rica em vitaminas e hidratos de carbono, seria, em geral, apreciada pelas crianças.

Após uma primeira decepção, ao perceber que o irmão, depois de um ano em Tolosa, Portalegre, já não falava Alemão, Gerlinde Weingärtner, ao ser acolhida juntamente com ele, começaria também a falar Português com «uma rapidez surpreendente» e facilmente se deixaria surpreender pelos encantos do novo país.

> *As muitas impressões num país que depressa me deixou de ser estranho eram avassaladoras. A primeira banana, a primeira laranja colhida directamente da laranjeira, o mesmo acontecendo com tangerinas, figos, etc. … Um verdadeiro país das delícias para uma criança que vinha directamente do após-guerra e só de ouvir dizer conhecia essa fruta. Nós sentíamo-nos muito bem*[1134]*!*

A memória das frutas, para os austríacos exóticas, à época, é uma das mais comuns entre aquelas que se relacionam com alimentação. A respeito de Elfriede, acolhida pelo seu avô, Manuel refere que, mesmo nas suas últimas cartas, recordava ainda as frutas, muito diferentes daquilo que estava habituada a comer na Áustria[1135]. Katharina recorda também, como um dos aspectos positivos mais marcantes aquando da sua primeira estadia em Portugal, a «fruta óptima»[1136].

Gerhard recorda, com carinho, a forma como «a vida, o ambiente, a família Amorim e, claro, a comida, o fizeram recuperar a sua energia e vitalidade em apenas algumas semanas». Condenado, pelo diagnóstico médico, a uma morte precoce, a estadia em Portugal seria para si, verdadeiramente, sinónimo de vida, notando a marca profunda que «ver, colher e comer laranjas pela primeira vez» deixaria na sua «mente»[1137].

Na mente de Ilse ficaria, por outro lado, a sua dificuldade em comer bananas.

> *Um dia estávamos a comer a sobremesa e o Vati perguntou-me:*
> *— Ilse, gostas de banana? A resposta foi NÃO.*
> *— Mas porque comes?*
> *Eu respondi: — Porque não há na Áustria.*
> *Não me lembro se a partir desse dia deixei de comer bananas, mas hoje não como*[1138].

Apesar disso, e segundo a irmã, Ilona, que refere ter sido essa a grande dificuldade de Ilse, a pequena austríaca, a quem, conta, alguém terá dito que a «banana faz bem», comeria o fruto desconhecido e detestado todos os dias, ainda que tivesse outras frutas à disposição[1139].

[1134] CAETANO, 2005: 108.
[1135] Manuel Godinho (07 Jun. 2018), entrevista gravada.
[1136] Anna Katharina Karrer (22 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1137] SCHIESSER, 2015: 17.
[1138] KUSTKA, 2009: 14-15.
[1139] Ilona Fonseca (01 Jun. 2016), entrevista gravada.

Sendo o objectivo central da sua estadia que recuperassem e ganhassem peso, e tendo em conta que o seu pai de acolhimento levaria tal ideal muito a sério, a atitude de Ilse era mais do que natural, sendo comum a várias outras crianças. Desconhecendo a variedade de frutos que lhes eram oferecidos, algumas crianças, tais como Waltraud Hoffinger, recordam-se de ter trincado a banana com casca[1140]. Outras, como Brigitte Ratzer, a quem fora oferecida uma grande variedade de bebidas, entre as quais sumo, que, por não conhecer, rejeitara, aprendendo então a palavra «água», recordam o facto de terem aprendido o significado da expressão portuguesa «primeiro estranha-se, depois entranha-se» graças ao dito fruto. Brigitte referiria ainda levantar-se a sua mãe de acolhimento todas as noites para lhe dar gemada, para que recuperasse as forças[1141]. Recordando ainda o fumeiro e os chouriços que dele pendiam, na casa da família bragançana que a acolheria, Ursula Schulla conta que, depois do almoço, a «madrinha» a obrigava a dormir a sesta, todos os dias, para que aumentasse de peso o mais depressa possível[1142]. Prática comum seria também, como já vimos, nos casos de Ilse e Elfriede[1143], que os pais levassem as crianças a ser pesadas, de uma forma regular, para controlar, precisamente, esse aumento de peso. Também Fini recorda que, tendo chegado a Lagoa «muito magrinha», «tinha que ir sempre para a balança do trigo, guardada no celeiro, porque tinha que engordar»[1144].

Regra geral, as famílias envidavam, de facto, todos os esforços possíveis para garantir que as crianças tivessem à sua disposição as melhores condições para cumprirem o objectivo delineado pela Caritas para a sua estadia em Portugal. Heidemarie Hasiba recorda, por exemplo, o facto de, uma vez que a menina não comia, e não dominava ainda a língua por forma a explicar que não gostava de cozidos, prato de todos os dias em casa, a mãe de acolhimento informar-se-ia e começaria a fazer, à parte, «comida modesta mas conhecida», referindo que «todos procuravam, com muita compreensão, fazer com que a menina da Áustria facilmente se habituasse à sua maneira de viver»[1145].

Fini, que afirma não ter tido qualquer problema com a alimentação, conta, como graça, que tinha de comer tudo, o que gostava e o que não gostava, segundo a «preparação para o palco do mundo» da sua mãe de acolhimento. Nota também que passaria esse mesmo princípio, de «experimentar tudo», para os seus filhos e netos[1146].

Além de ter sido o seu primeiro ponto de interesse, ao chegar a Calendário, a vegetação local seria também fonte de alguns dos frutos preferidos de Alois. Afirmando ter sido em Portugal que viu uma banana pela primeira vez, nota que aqui «as laranjas e as castanhas nasciam

---

[1140] CAETANO, 2005: 155.
[1141] CAETANO, 2005: 58.
[1142] CAETANO, 2005: 138.
[1143] Ilse Kustka (18 Mar. 2016), entrevista gravada; Manuel Godinho (07 Jun. 2018), entrevista gravada.
[1144] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.
[1145] CAETANO, 2005: 342-343.
[1146] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.

de árvores», e que um dos seus passatempos era assar estas últimas[1147]. A irmã portuguesa, Mimi, recorda uma história associada ao fruto dos castanheiros, que abundavam no quintal da família. Um dia, tendo comido várias castanhas cruas, o menino teria o seu primeiro achaque em casa dos Soares, deixando aflita a mãe de acolhimento, sempre preocupada com o seu bem-estar. A indisposição passaria com os conselhos do farmacêutico, mas a história ficaria até hoje na família. Seria com os caseiros, por outro lado, que Alois descobriria aqueles que seriam, segundo Mimi, alguns dos seus acepipes predilectos.

> […] *eles matavam os porcos e depois havia os presuntos e os salpicões* […] *e ele adorava.* […] *E ela chegava ali, partia um coiso de presunto e ele adorava assim, um bocadinho de pão de milho cozido em casa, no forno* […]. *Um recipiente grande em barro, e ela apanhava as azeitonas e depois tratava delas e quando estivesse no ponto ele ia provar.* […] *Ele gostava assim destes petiscos.* [risos] *E habituou-se a comer a nossa comida, mas antes foi um suplício.* […] *Decerto nunca tinha comido a nossa comida. E a minha mãe preocupadíssima, dizia: «O rapaz vai ficar doente», porque ele não come, só bebia leite*[1148].

O aspecto que mais marcaria Alois na mesa portuguesa não seria, todavia, a comida, ainda que muito lhe agradasse, especialmente, à época, o bife com batatas fritas e ovo[1149], mas o facto de as pessoas «falarem umas com as outras». Era algo a que, conta, não estava habituado, tendo-lhe agradado especialmente e dificultado a reintegração na sociedade austríaca[1150]. Hannelore recorda, das suas visitas à casa dos Correia, o mesmo facto como algo que a marcou de forma especial: «terminada a refeição, todos os membros [da família] permaneciam, felizes, na companhia uns dos outros». Era, refere, a sua oportunidade de participar nas animadas conversas e se sentir «aceite» como nunca até então[1151]. Outro aspecto que recorda são as refeições regulares, em casa de D. Zélia.

> *Havia refeições regulares, quatro vezes por dia! Havia o pequeno-almoço, que a D. Zélia e eu tomávamos na cama* [risos], *o almoço, claro, depois o chá com doces, e depois o jantar. Não só havia refeições regulares, cada uma contava com pelo menos três pratos* […] *o que era muito confortável* […]. *Deu-me um sentimento de segurança.*

Além das refeições, também a casa em que vivia e o facto de não ter de ir à escola nem à missa aos domingos reforçavam esse sentimento de segurança, refere com uma gargalhada. A família Correia, lembra, tampouco era frequentadora da Igreja e nem sequer recitavam o rosário ao fim da tarde, para Hannelore um motivo de grande alívio, visto que sempre se preo-

---

[1147] Alois Sablatnig (26 Abr. 2017), entrevista gravada.
[1148] Maria de Fátima Correia Soares e sobrinha Ema (08 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1149] Maria de Fátima Correia Soares e sobrinha Ema (08 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1150] Alois Sablatnig (26 Abr. 2017), entrevista gravada.
[1151] MARTINOVSKY, 2015: 109.

cupara muito com o facto de a mãe, a avó e o irmão não serem religiosos, uma vez que a ela e a sua irmã havia sido incutida a ideia de que «tinham que ser». Levara-o tão a sério que temia que as duas fossem para o céu e o resto da família para o inferno, por falharem a missa dominical. Ao ver D. Zélia, que, sendo católica mas também republicana, odiava o clero e não ia à missa, mas, mesmo assim, era constantemente visitada por um padre e não considerada pecadora, e os Correia, que também não iam à missa e não se preocupavam com o facto, sendo todos «muito queridos», Hannelore seria preenchida por um sentimento acrescido de segurança, convencendo-se de que não haveria de ir parar ao inferno por não cumprir os preceitos religiosos. A sua estadia, por ela definida como «despreocupada», seria marcada por algo a que Hannelore mais tarde aprenderia a chamar de *dolce far niente*. Todos os dias acordava «muito, muito tarde», tomava o pequeno-almoço na cama, com D. Zélia, e depressa chegava a hora do almoço. As tardes eram passadas na quinta, sendo que Hannelore recorda que, em Portugal, praticamente nunca saía à rua sozinha, enquanto na Áustria o fazia amiúde, para ir a todo o lado, quer em Viena quer durante o seu refúgio na Boémia, tanto à escola quanto à floresta, sozinha ou com outras crianças, notando ter sido bastante menos supervisionada no seu país do que no país de acolhimento[1152].

Tal percepção, refere Mayr, seria comum a outras crianças austríacas acolhidas em Portugal, sendo, inclusivamente, mencionado numa carta da Caritas Portuguesa aos pais na Áustria, informando sobre a possibilidade de os filhos se queixarem do facto, não devendo preocupar-se, visto ser resultado do grande cuidado devotado às crianças e da grande noção de responsabilidade relativamente à sua segurança. Regra geral, contudo, as crianças não o compreenderiam como algo negativo, antes pelo contrário[1153], sendo o grau de protecção também variável consoante o contexto do acolhimento, regra geral, contudo, era comum que as «meninas de bem» não saíssem à rua sozinhas.

Apesar de poucas vezes passear pela aldeia mais próxima, ou encontrar pessoas da mesma, Hannelore recorda nunca se ter sentido sozinha, sendo, como anteriormente mencionado, várias vezes visitada na quinta por crianças de Seara, duas meninas austríacas acolhidas em Poiares e ainda as sobrinhas da governanta, sua «mãe» portuguesa, com quem brincava. Além disso, acompanhando Maria Augusta, visitava ocasionalmente as famílias Trigueiros, na sua quinta em Canelas, e Correia, a primeira com várias crianças, a segunda com a sua muito querida amiga e confidente Virgininha, à época com 17 ou 18 anos, mas que lhe parecia já adulta. Era com ela que, nas semanas em que ficava em casa dos Correia, dividia a cama, sendo quem lhe entrançava o cabelo, e a fantasiava, no Carnaval, uma vez com um fato de chinês, outras com as roupas de baile das irmãs, já casadas. Pelos irmãos, ambos mais velhos, estudantes em Coimbra, conta Hannelore, com outra sonora gargalhada, que se apaixonava de cada vez que regressavam da Universidade, planeando em segredo casar-se com ambos. Na casa dos

[1152] Hannelore Martinovsky (22 Mar. 2017), entrevista gravada.
[1153] LIECHTENSTEIN, Benedicta; SEILERN, Ilona (1949) — *Primeira carta aos pais, 1949-06-21, Lisboa.* Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 108-109.

Correia, não «tão opulenta» como a de D. Zélia, mas «feliz» e «cheia de vida», deliciava-se também com a recheada biblioteca do «Primo Doutor», visto que ler era o seu passatempo preferido e na Quinta da Boavista não havia mais que ler do que o jornal e um livro de orações que uma tia lhe tinha oferecido na despedida, em Viena. Infelizmente, refere, nenhum dos livros de João de Araújo Correia — ele próprio, além de médico, escritor, viria a descobrir mais tarde — tinha para ela qualquer interesse, escritos em línguas que desconhecia e sobre assuntos «para gente crescida»[1154]. Na sua casa de acolhimento, contudo, seria, como já referido, a leitora substituta do jornal diário à «avozinha», que sabia ler, mas, talvez pelos problemas de visão, preferia não o fazer.

As tardes na quinta, recorda, eram preenchidas a brincar com os animais: o seu grande companheiro, o cão Burlista, os gatos que por ali andavam, os coelhos, os perus e até as galinhas, tendo-se uma tornado no seu animal de estimação, depois de partir uma pata. Brinquedos não tinha e livros infantis apareceriam a dada altura, mas eram poucos. Vagueava então pela propriedade, maravilhando-se de cada vez que via o pequeno lago, cruzado por uma ponte brilhante, e «dizendo "olá" às árvores», sentindo falta da erva verdejante, visto que todo o terreno estava cultivado, com vinha e horta. Certa vez, conta, terá decidido colocar os seus calções de banho e dar um mergulho. Ao encontrá-la, depois de Maria Augusta as enviar à sua procura, as empregadas, não habituadas a ver crianças a nadar, na opinião de Hannelore, gritariam: «O diabo! O diabo! Vais ficar doente! Vais morrer!». A situação terminaria em gargalhadas, com as empregadas a tirá-la da água e a atirar o cão, Burlista, em seu lugar. O facto de haver empregadas, situação que nunca experienciara antes, e de adorar a casa, que define como «espaçosa», seriam detalhes que contribuiriam também para o facto de se sentir protegida e querida, além de poder dedicar todo o seu tempo de recuperação ao «lazer». Ao final da tarde, refere, era tempo do chá, com os seus adorados doces, e de recitar o terço, preceito que, recorda, cumpria com «muita vontade»[1155]. O mesmo não seria verdade para todas as crianças, porém.

Sendo a primeira das premissas do regulamento da Acção «levar a criança a ouvir a missa inteira todos os Domingos e dias Santos de guarda; rezar com eles as orações da manhã e da noite e também antes e depois das refeições», as famílias de acolhimento, pelo menos teoricamente, escolhidas tendo em conta o seu comportamento «moral», muito baseado no cumprimento religioso, teriam a oração diária e participação costumeira nas celebrações litúrgicas como objectivo pessoal. Sendo verdade que nem todos os acolhentes correspondiam a este perfil, como acabámos de ver, o certo é que aqueles que o faziam cumpriam-no com zelo, incutindo-o também nas crianças acolhidas. Se para algumas, talvez porque habituadas já a fazê-lo no seio da família de origem, a prática seria feita sem maiores problemas, para outras a situação seria diferente.

[1154] Hannelore Martinovsky (22 Mar. 2017), entrevista gravada; MARTINOVSKY, 2015: 108-109.
[1155] Hannelore Martinovsky (22 Mar. 2017), entrevista gravada.

Acolhida num convento, contra a sua vontade, Elfriede Münzker depressa se habituaria à ideia, graças à simpatia das Irmãs, ao esforço de todas para que tudo corresse pelo melhor, consigo e com sua irmã, e a um aspecto que considera essencial: ali nunca ninguém a obrigou a rezar ou a ir à Igreja. «Como tudo era sem obrigação», refere, ambas iriam «com prazer» à missa, um «método» que considera ter sido o mais acertado[1156].

Ainda que a sua família na Áustria conhecesse o padre, que dava, inclusivamente, catequese na sua escola, Annie enfrentaria algumas dificuldades relativamente ao cumprimento dos preceitos religiosos em Portugal.

> *Íamos todos Domingos à Igreja. Todos Domingos, feriados, as novenas de mês de Maio — antigamente eram todos os dias, agora é pouca coisa — mas antigamente era o Padre Brochado então… Ele falava munto, demorava hora e meia às vezes. E estava um calor — para aí há 40 anos atrás, estava, no mês de Maio, um calor… —, então tinha que ser um casaquinho e com o véu… Ai que isso fazia um calor, ai meu Deus… Mas íamos sempre. O que mais me custou era ir aos velórios. Que eu lá nunca tinha visto semelhante coisa. Munto me custou.* […] *Não era costume levar os miúdos e também, assim de repente, ninguém faleceu, de perto, que eu soubesse. Mas aqui custou muito.* […] *Agora não, é coisa natural da vida, não é? Mas os primeiros tempos custou-me muito.*

Amiga próxima do Padre Alexandrino Brochado, a «tia» de Annie, viúva, fazia questão de participar, e que a menina também participasse, de todas as celebrações. Da mesma forma levava-a «a todos os lados», sendo a sua companhia preferencial. Annie, que afirma não ter tido, além da aprendizagem da Língua, nenhuma dificuldade — ainda que comer peixe cozido, e com azeite «ainda por cima», não fosse da sua predilecção —, conta que a sua integração foi «relativamente fácil» e que achava «tudo uma maravilha, pois tinha tudo e mais alguma coisa», «tudo o que sempre quis», num país que, além de tudo o mais, era «quetinho». Salienta, sorrindo, a fruta que não conhecia e o facto de ter engordado, «apesar de comer o peixe cozido». Apesar disso, e de referir que, devendo ter ficado apenas alguns meses, não teria notícias da Caritas a respeito do seu regresso até bem mais tarde, não se importando com o facto, Annie recorda como mais marcantes, apenas os eventos extraordinários da sua estadia, facto que, de resto, é natural e verificável em boa parte dos testemunhos que analisámos, nomeadamente no caso dos escritos. Para algumas das crianças, todavia, todas as vivências no país de acolhimento seriam consideradas excepcionais. O testemunho de Hildegard Schulz é um bom exemplar disso.

> *Tudo o que me acontecia e que me era dado ver me parecia quase um milagre: os frutos magníficos, a abundância de comidas exóticas, pessoas, que, todas elas, me ganhavam afeição, as viagens no eléctrico aberto, as numerosas igrejas e edifícios com jardins muitas vezes enormes, a ida ao circo e às touradas, depois a maravilhosa festa de Natal com tantos presentes. A propósito de presentes: cada dia me parecia um e eu nem sequer notava como o tempo passava depressa. Às*

[1156] CAETANO, 2005: 307-308.

vezes era levada a recordar a minha origem, quando escrevia para casa aos meus familiares, contando as minhas impressões e vivências. Mas eram fugazes esses pensamentos em que lembrava a minha casa, porque logo a seguir havia algo de novo e fascinante — dias na praia com os banhos no Atlântico, dias cheios de sol, areia, brincadeiras e folguedos[1157].

Alguns dos aspectos mais comuns nas memórias das ex-crianças são as férias passadas à beira-mar ou em casas de campo das famílias. Para a pequena Annie, as idas à praia, em Agosto, ou em casa da médica com quem praticava o Alemão, em Francelos, e as estadias na quinta da «tia», em Paços de Ferreira, em Setembro/Outubro, seriam das experiências mais memoráveis.

[…] *íamos para a aldeia fazer as vindimas, colher o milho e centeio e essas coisas todas.* […] *Eu também fui, eu ia sempre.* […] *Eu gostava, gostava.* […] *As uvas, não apanhava muitas porque eram ramadas altas e num apanhava muito. Mas a desfolhada, gostava, gostava muito. Aquela gente ali a cantar… Depois a minha tia dava-lhes sardinhas e vinho, e depois elas cantavam e dançavam… Era uma borga lá.*

Na quinta, Annie seria visitada pelas duas meninas austríacas com quem recorda ter tido contacto naquela época, Érika e Gertrude. Segundo lembra, contudo, as famílias de acolhimento das pequenas não gostavam que passassem lá muito tempo. Recorda também um evento especial para o qual seriam convidadas as crianças austríacas: um jogo de futebol entre as selecções portuguesa e austríaca. Annie, que diz não gostar «nada» de futebol, nem nunca ter gostado, não se lembra de mais do que uma ocasião em que «vieram cá uns jogadores de futebol e o Padre Brochado disse que era interessante que todas as raparigas e rapazes que estivessem fossem ver o jogo e entregassem uma garrafa de vinho do Porto, ou assim»[1158]. O Padre Alexandrino, por outro lado, faria questão de imortalizar o evento, num dos seus artigos publicados n'«A Voz do Pastor».

Estiveram em Portugal os jogadores austríacos. […] *Logo à sua chegada ao Porto, ficaram deveras sensibilizados quando, no Hotel eram aguardados por um grupo de crianças austríacas, com as suas famílias adoptivas e alguns dirigentes da Caritas. Foi com a mais profunda emoção que receberam das pequenas conterrâneas os cumprimentos de boas-vindas e significativos presentes, os primeiros que receberam em terra portuguesa. No campo das Antas, lá estiveram em camarote especial quase todas as crianças daquela nacionalidade que ainda se encontram no Norte do nosso país, cerca de uma dúzia; animaram e aplaudiram a sua equipe, vivendo intensamente as fases do encontro.* […] *Muito amiguinhas de Portugal, mas, já se vê, a glória da sua Pátria acima de tudo… Achamos muito bem, o que revela não perderem, com a vinda a Portugal, os seus mais queridos sentimentos, amor à família e amor pátrio. Neste exemplo, ponham os olhos todos os portugueses que saem da sua terra e que, nalguns casos… Adiante. No intervalo,*

[1157] CAETANO, 2005: 360.
[1158] Johanna Oswald (25 Mai. 2016), entrevista gravada.

três petizas dirigiram-se à tribuna de honra. Uma, Annie Oswald, entregou um ramo de lindos cravos cor de rosa ao Sr. Dr. Veiga de Macedo, sub-secretário de Estado da Educação Nacional; outra, Gertrude Agner, ofereceu um belo ramo de flores brancas e vermelhas, decoradas com laços de seda nas mesmas cores, que são as da bandeira austríaca; a terceira, Anna Lack, ofereceu a cada um dos jogadores vienenses, artísticos objectos de filigrana. O gesto das crianças foi muito apreciado. No final do encontro, uma das miúdas foi chamada junto do microfone da Rádio Viena, para, em nome próprio e em nome de todas as crianças daquele país que estagiam em Portugal, saudar a Áustria e as suas famílias. Enfim, foi para elas uma tarde cheia de entusiasmo. Só tiveram pena de não encontrarem à venda bandeirinhas branco-rubras, com que desejavam afoitar os seus conterrâneos, como faziam os espectadores portugueses. À noite, novamente algumas crianças, duas em nome de todas, Maulner Elisabeth e Irmetraud Iwak, estiveram presentes no banquete de homenagem, oferecido aos visitantes pela Federação Portuguesa de Futebol. Ali foram objecto de lisonjeiras referências por parte dos oradores, como símbolo do carinho que Portugal sempre tem dispensado à Áustria. […] *Ali estava uma prova da amizade que há muito liga os dois povos. Todos os oradores puseram em destaque a importância do valor desportivo dos austríacos e dos portugueses e o significado destas competições no sentido de unir os povos.* […] *Era assim, de facto, que na Áustria se concebia a gente portuguesa: cheia de bondades e gentilezas. Não sabia mesmo* [o treinador da selecção austríaca] *como patentear o reconhecimento do povo austríaco aos portugueses, a quem tanto devem, pelo magnifico auxílio que a Caritas e os corações de Portugal levaram a milhares de famílias de toda a Áustria. A única forma de agradecer e pagar aos portugueses a admirável solidariedade que têm revelado para com os austríacos, resume-se em duas palavras: amizade e gratidão*[1159].

Um dos jogadores, cujos sobrinhos haviam sido acolhidos em Lisboa, levaria para eles dois discos voadores, como recordação. A recordação de Annie, porém, refere-se à sua primeira estadia em Portugal, sendo que o evento ocorreria apenas dois anos mais tarde, provavelmente já aquando do seu regresso. O mesmo terá sido, certamente, mais significativo para os adultos nele envolvidos do que para a pequena austríaca. Em correspondência trocada com o vice-presidente da Federação Portuguesa de Futebol, o Padre Alexandrino Brochado agradece o camarote cedido às crianças, proporcionando-lhes «um espectáculo cheio de emoção e de beleza»[1160]. À presidente da Caritas Portuguesa escreveria também uma carta explicando com pormenor o sucedido nos dias 22 e 23 de Novembro, em que os diferentes momentos da efeméride tiveram lugar[1161].

Outros eventos seriam organizados com o intuito de reunir as crianças da mesma nacionalidade. Em Lisboa, já em Maio de 1947, as crianças austríacas do primeiro turno haviam sido notícia, aquando de um evento preparado pela Caritas no Jardim Zoológico de Lisboa,

[1159] BROCHADO, 1952f: 2.
[1160] BROCHADO, Padre Alexandrino (1952) — [Carta] 1952 Dez. 02, Porto [a] Vice-Presidente da Federação Portuguesa de Futebol. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1161] BROCHADO, Padre Alexandrino (1952) — [Carta] 1952 Nov. 27, Porto [a] Fernanda Jardim. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

onde lhes seria oferecido um passeio e um lanche. «O Comércio do Porto» referiria que as crianças, que se encontravam na Colónia da FNAT, ali receberiam em breve, também, o sacramento do Crisma[1162]. Apenas alguns dias mais tarde, novo evento no mesmo local: uma «Tarde Infantil», organizada por um «grupo de senhoras austríacas» no sentido de «arranjar receitas suficientes para a criação de enxovais destinados às mesmas crianças, que brevemente regressariam à Áustria»[1163]. No evento haveria «passagem de modelos de crianças, música e danças vienenses, bailados populares austríacos, venda de rifas, contando a comissão organizadora com a colaboração da cantadeira Amália Rodrigues»[1164].

Relativamente ao 2.º turno, em Abril de 1948, o «Mensageiro de Bragança» referia: «as crianças austríacas que estão nesta cidade fizeram no dia de Páscoa a sua Comunhão Pascal, tendo feito nove dentre elas a primeira comunhão». Anunciava ainda que, no dia seguinte, as mesmas crianças realizariam, no Cine Teatro Camões, «uma sessão recreativa de agradecimento às famílias portuguesas que tão carinhosamente as agasalharam», contando com a presença do advogado Dr. Alexandre Faria, figura de proa na cidade de Bragança, e a presidente nacional da Caritas, Fernanda Ivens Jardim[1165].

Também no Porto seriam organizados, pela mão do Padre Alexandrino Brochado, vários eventos referentes às crianças acolhidas na diocese. Um deles, ainda que não directamente dirigido às crianças em causa mas do qual algumas participariam, seria uma «Tarde de Arte», organizada pela Comissão Diocesana do Porto, no dia 16 de Dezembro de 1949, no Teatro S. João, com o objectivo de «conseguir fundos para o Natal da criança portuguesa». A récita, que contaria com ilustres convidados, como o Coro de Câmara das Pequenas Cantoras do Postigo do Sol ou o poeta Pedro Homem de Melo, seria também abrilhantada por crianças alemãs e austríacas que, acolhidas no Porto, se apresentariam «em vários números de bailados clássicos» que, segundo a pena do Padre Brochado «certamente hão-de agradar ao público mais exigente»[1166]. Para a organização do evento, seriam enviados convites, pela Caritas Diocesana, às famílias de acolhimento, aos quais cada uma responderia consoante as habilidades que reconhecia nos seus pupilos. Alguns declinariam por ser a criança «muito boazinha, mas um bocadinho acanhada»[1167] ou «envergonhadíssima»[1168], outros por serem «muito rebeldes e desobedientes»[1169], um ainda por «nele não reconhecer qualquer dos requisi-

---

[1162] *As crianças austríacas albergadas na Colónia da FNAT recebem amanhã, o sacramento da comunhão*. «O Comércio do Porto» (08 Mai. 1947), p. 6.
[1163] *Em favor das crianças austríacas, uma tarde infantil no Jardim Zoológico*. «O Comércio do Porto» (21 Jun. 1947), p. 7.
[1164] *A «Tarde Infantil» no Jardim Zoológico*. «Diário de Lisboa» (21 Jun. 1947), p. 5.
[1165] *Crianças Austríacas*. «Mensageiro de Bragança» (01 Abr. 1948), p. 6.
[1166] *Caritas Portuguesa: Tarde de Arte a favor do Natal da Criança portuguesa no Teatro S. João no dia 16 do corrente*. «A Voz do Pastor» (10 Dez. 1949), p. 2.
[1167] [Carta s.d.], Felgueiras [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1168] [Carta] 1949 Nov. 11, Palácio de Cristal [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1169] [Carta] 1949 Nov. 17, Negrelos [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

tos»[1170] mencionados, e uma outra família porque passaria muito tempo no campo, não estando presente para o efeito[1171].

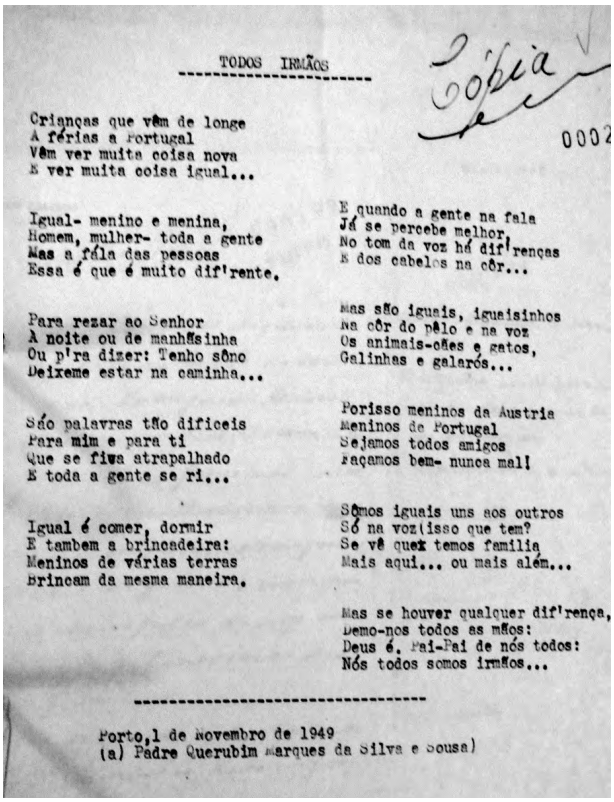
Alguns pais de acolhimento, por outro lado, propor-se-iam a preparar os pupilos para «apresentar algo na festa consoante as suas habilidades»[1172] ou, num caso, «ensaiar a miúda em canções populares» e na declamação de um poema, o qual reproduzimos[1173]. A proposta não seria, todavia, aceite, sendo boa parte da poesia declamada durante a «Tarde de Arte» da autoria do próprio Padre Alexandrino Brochado. O grupo de crianças estrangeiras apresentaria dois bailados, um corridinho e duas canções de Natal[1174].

Numa outra ocasião, também por iniciativa da Caritas Diocesana do Porto, seria organizada uma «Récita de despedida» pouco antes da partida daquele que seria designado como «último transporte», em «homenagem às famílias portuguesas». Tendo lugar no dia 3 de Março de 1951, no Teatro Gil Vicente, no Palácio de Cristal, cedido pela Câmara Municipal do Porto, o evento contaria com a participação de uma pianista e um tenor, mas seria essencialmente composto por declamações e algumas danças, reposições da festa anterior, ambos desempenhados por crianças austríacas e alemãs acolhidas no Porto. Na plateia estaria «o Sr. Bispo Auxiliar, Sr. D. Policarpo da Costa Vaz, ladeado do Ex.mo Sr. Cónego Gaspar de Freitas, Rev. Pe. Mário de Almeida, Pe. Olavo Teixeira»[1175].

Algumas outras ideias de eventos seriam abandonadas, entre elas a de outra festa de despedida, que deveria ter-se realizado ainda em Maio de 1949, no Teatro Gil Vicente[1176], provavelmente substituída pela «Tarde de Arte», e uma festa de Páscoa, proposta a Fernanda Jardim em lugar da confissão pascal, inicialmente prevista[1177].

Aparentemente a presidente da Caritas Portuguesa não concordaria, acabando por efectivar-se a concentração das crianças estrangeiras na capela e jardim do Palácio de Cristal, para a confissão pascal na sua língua, com entrada gratuita para elas, famílias e membros da Caritas[1178].

[1170] [Carta] 1949 Out. 31, [s.l. a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1171] [Carta] 1949 Nov. 21, [s.l. a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1172] [Carta] 1949 Nov. 07, Matosinhos [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1173] [Carta] 1949 Nov. 06, Porto [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1174] *Programa da Tarde de Arte em benefício das crianças pobres portuguesas. 1949-12-16.* Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1175] *As crianças austríacas protegidas pela Caritas partiram para a sua pátria.* «A Voz do Pastor» (10 Mar. 1951), p. 1-3.
[1176] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Mai. 14, Porto [a] Presidente da Câmara Municipal do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1177] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Mar. 17, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1178] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Mar. 30, Porto [a] Presidente da Câmara Municipal do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.



TODOS IRMÃOS

Cópia

0002

Crianças que vêm de longe
A férias a Portugal
Vêm ver muita coisa nova
E ver muita coisa igual...

Igual- menino e menina,
Homem, mulher- toda a gente
Mas a fala das pessoas
Essa é que é muito dif'rente.

Para rezar ao Senhor
À noite ou de manhãsinha
Ou p'ra dizer: Tenho sôno
Deixeme estar na caminha...

São palavras tão dificeis
Para mim e para ti
Que se fica atrapalhado
E toda a gente se ri...

Igual é comer, dormir
E tambem a brincadeira:
Meninos de várias terras
Brincam da mesma maneira.

E quando a gente na fala
Já se percebe melhor
No tom da voz há dif'renças
E dos cabelos na côr...

Mas são iguais, iguaisinhos
Na côr do pêlo e na voz
Os animais-cães e gatos,
Galinhas e galarós...

Porisso meninos da Austria
Meninos de Portugal
Sejamos todos amigos
Façamos bem- nunca mal!

Somos iguais uns aos outros
Só na voz isso que tem?
Se vê quer temos familia
Mais aqui... ou mais além...

Mas se houver qualquer dif'rença,
Demo-nos todos as mãos:
Deus é. Pai-Pai de nós todos:
Nós todos somos irmãos...

Porto, 1 de Novembro de 1949
(a) Padre Querubim Marques da Silva e Sousa)

Fig. 47. Poema «Todos Irmãos», proposto para declamação na «Tarde de Arte» da Caritas Diocesana do Porto
Fonte: ACDP

A Caritas Diocesana do Porto promoveria também reuniões pontuais das crianças acolhidas no Palácio de Cristal, sendo que o número de 50 crianças participantes seria, a dada altura, considerado reduzido pelo organizador, Padre Alexandrino Brochado, o que nos faz crer que normalmente reuniriam mais crianças[1179].

Elfriede Janda, levada pelo Padre Brochado de Braga para o Porto, recorda ter participado em todos os eventos por ele organizados, quer nas festas nos teatros quer no Paço Episcopal, ao lado da casa da sua família de acolhimento. Recorda também que todos os domingos, depois da missa, ele a levava à Maternidade, onde também celebrava, incluindo baptizados, e ela ajudava com os bebés, entretanto, o que a «envaidecia imenso»[1180].

Numa posição de certa forma isolada, Hannelore não chegaria a participar deste tipo de eventos. Afirmando que se os tivesse vivido com certeza se lembraria deles, uma vez que «todo

[1179] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Abr. 04, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1180] Elfriede Janda (13 Out. 2015), conversa anotada; CAETANO, 2005: 204.

o período está bem marcado» na sua memória, está segura de não ter tido oportunidade de o fazer[1181]. Apesar de acolhida em Matosinhos, no grande Porto, Christa tampouco recorda qualquer das efemérides, ainda que, como vimos anteriormente, e segundo o artigo escrito à época pelo Padre Alexandrino, tenha assistido à «Récita de despedida», numa altura em que devia ter partido, mas não o fez. Refere também não ter conhecido outras crianças Caritas enquanto tal, só muito mais tarde vindo a encontrar Annie e «umas senhoras de Braga», através de uma amiga da sua família de acolhimento, Gertrude, que se tornaria também sua amiga. Christa conta que dividia o seu tempo entre a escola, frequentada pela primeira vez em Portugal, e brincadeiras, em casa, com crianças vizinhas, e «foi-se habituando». Com apenas 5 anos, o Português tornar-se-ia, praticamente, na sua Língua materna, e as pessoas com quem convivia nos seus únicos conhecidos, ainda que as poucas memórias que guardava da Áustria a fizessem sentir saudades do que havia deixado para trás[1182].

Uma carta, enviada pela Comissão Diocesana do Porto à Caritas Portuguesa, sugere, contudo, que o pai de acolhimento teria envidado esforços para levar a criança à Áustria para a «mostrar aos pais». A missiva em causa questiona a Caritas Central acerca da possibilidade de o pai de acolhimento, «que tem a pequena há já bastante tempo», a levar consigo aquando de uma das excursões à Áustria também organizadas, aparentemente, pela referida Comissão Diocesana[1183]. A confirmar-se uma resposta positiva, Christa terá revisto a sua família e o seu país aos 8 anos, 3 anos após a sua vinda para Portugal, todavia, não o recorda, referindo que só terá voltado à Áustria com 11 anos, altura em que, finalmente, terá conhecido a avó, que vivia também em Viena. Tendo vivido anos essenciais do seu crescimento em Portugal, durante muito tempo não notaria, sequer, diferenças entre este e o seu país de origem, uma vez que, na verdade, daquele não guardava muitas recordações[1184].

Por outro lado, Katharina, com 12 anos à época, ainda que não pensasse que na sua Alemanha natal fosse muito diferente, sentiria, desde logo, uma grande aversão relativamente à desigualdade entre homens e mulheres, socialmente aceite em Portugal. Admite até que o tio, cuja atitude a marcaria muito, pudesse ignorar os convites para eventos com outras crianças Caritas, dos quais nunca teve conhecimento. Além das divergências com o pai de acolhimento, recorda a muita cumplicidade com a prima, «mais ou menos da mesma idade», a qual, segundo lembra, acabaria também por ter grandes picardias com o próprio pai. Antes disso, porém, e além da escola que frequentava, onde, como já referimos, se incompatibilizaria com a supersticiosidade dos portugueses, gravar-se-iam na sua memória os fados que a prima se punha à janela a cantar, de xaile traçado, para a Rua António Augusto de Aguiar, então fechada ao trânsito. Recorda também os pregões dos vendedores e os saltimbancos, que aprenderia a

[1181] Hannelore Martinovsky (22 Mar. 2017), entrevista gravada.
[1182] Christa Schuller (30 Mai. 2016), entrevista gravada.
[1183] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1952) — [Carta] 1952 Jun. 30, Porto [a] Fernanda Jardim. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1184] Christa Schuller (30 Mai. 2016), entrevista gravada.

admirar, as visitas à loja de tecidos do tio e as tardes passadas a correr, apanhar flores e fazer entrançados, no quintal por detrás da casa onde fora acolhida a única menina austríaca cuja recordação permanece consigo, talvez por guardar ainda uma foto daqueles momentos. Lembra ainda as idas à praia, em Cascais, onde os tios alugavam uma casa no Verão, e o calor de Portugal, do clima e dos portugueses, que ainda hoje considera mais simpáticos que os alemães. Outro aspecto que recorda é o facto de a tia, talvez porque, como a mãe, estivera muitos anos num convento, não ser católica praticante. Baptizadas duas vezes, porque nascidas na Índia e para poderem fazer a Primeira Comunhão na Alemanha, Katharina e a sua irmã achavam-se «pessoas raras». A sua mãe, contudo, pelas mesmas razões que a tia, não seria «muito praticante», sendo com o pai, luterano, que Katharina frequentava celebrações ecuménicas, aos domingos, uma vez que, com muitas igrejas bombardeadas, as diferentes confissões se reuniam para o culto dominical. Em Portugal, porém, não se lembra de ter ido alguma vez com os tios à missa[1185].

Filha de um ex-futuro padre, Ingunde vinha de uma família extremamente devota, que, nas suas palavras, «vivia a liturgia», inserida numa comunidade maioritariamente católica que, de tão próxima, sentia também como família. Acolhida em Évora, teria uma experiência diferente daquela a que estava habituada em Linz.

> *Eu cresci quase numa aldeiazinha, aquela rua era a nossa aldeia. As pessoas tinham-se entreajudado. Isso foi muito impressionante para mim para ver.* […] *E quando a gente crescia ainda não estavam as vedações feitas, era tudo aberto e nós brincávamos na rua, era uma liberdade fantástica.* […] *Nós éramos muitas crianças, eram todas famílias novas* […] *Como quase todos eram católicos vivíamos o ano litúrgico, íamos à missa. Isso, para mim era a Igreja doméstica, era mesmo Igreja vivida* [Em Portugal] *eu acho que não estavam muito a praticar.* […] *E eu acho que este ir a Fátima, não sei se isso era muito convencido ou convictos disso… Mas a tia Carlota acho que sim, o tio não sei. E que eles casaram pela Igreja quando ele estava quase para morrer. Isso que eu percebi muito mais tarde, eu acho que se os meus pais soubessem não teriam me mandado.* […] *Não sei, também não me lembro de termos ido todos os domingos à missa. Aliás,* […] *esta coisa dos princípios, daquela coisa que a gente tinha que ir à missa, que tinha que ir todos os domingos, isso não sei se eles fizeram. Isso não me lembro, não me impressionou muito.* [risos] *Talvez porque em casa também fiz, não sei, não me impressionou.*

Com apenas 6 anos, Ingunde lembra-se claramente de que «observava tudo», mas não estranhava nada, dedicando-se a «apreciar o que é bom» de entre tudo o que era novo. O que observava exactamente não lhe é tão fácil lembrar. Não se lembra propriamente da casa em que morava, apenas que era térrea e próxima do Largo de Avis, tendo achado muito interessante «um balde com buracos, puserem água quente por cima, depois abrirem e a gente tinha o duche». Lembra-se de Évora da mesma forma que a vê ainda hoje, «limpíssima», de tal modo

[1185] Anna Katharina Karrer (22 Fev. 2017), entrevista gravada.

que «a gente podia comer na rua», e as pessoas «muito simples, muito acolhedoras», com uma «linguagem», reconhece agora, «um poucochinho diferente de Lisboa». Não sabe que idade teriam os «tios», mas sabe que com eles nunca se sentiu sozinha, ainda que passasse a maior parte do tempo a brincar consigo mesma, a imaginar histórias para os seus bonecos e a ver filmes. O carinho das pessoas e os muitos beijinhos terão compensado. Lembra-se das mantas quentes pelas costas e das castanhas assadas no frio do S. Martinho, e das idas à praia de «Estoril ou Paço de Arcos», no Verão. Não se lembra de ter encontrado muitas pessoas, mas lembra-se de ter conhecido, nessas ocasiões de férias, alguns familiares. Lembra-se também de passear muito de carro e de sempre sofrer de enjoos, aprendendo a ter no chá de limão uma solução, e do quanto a impressionaram o mar, Fátima e a forma como celebrou o Natal, «muito bonito», com muitas prendas oferecidas por um Pai Natal que descia a chaminé. Na Áustria, recorda, «era simples, coisas pequenas», «tudo muito *self-made*, reparar as coisas que precisavam de um reparo», «mas também sempre muito bem feitos que a gente não notou que não tínhamos assim tanta coisa»[1186].

Outro dos aspectos mais comuns entre os testemunhos de crianças Caritas é a lembrança das celebrações, religiosas ou pagãs, mas especialmente das de fundo católico, ainda que nem sempre, como no caso de Ingunde, percepcionadas como tal.

O Natal, principalmente, seria vivido como um momento a recordar por grande parte das crianças, sendo que a própria Caritas se esforçaria para que assim fosse, enviando a cada família de acolhimento uma carta com sugestões para proporcionar às crianças, «embora afastadas do seu meio ambiente e das suas profundas tradições», uma ocasião em que se pudessem sentir «verdadeiramente como em família». Entre estas refere-se que, na Áustria e na Alemanha, não falta ao Natal o Presépio, «à volta do qual toda a família se reúne dando graças a Deus e implorando a sua protecção», os presentes, preparados às escondidas, a árvore, «carregada com bolas luminosas, papéis prateados, velas e uma multidão de pequenas coisas que atraem os olhos gulosos dos pequenitos», e os cânticos religiosos, quando, à noite, «a família se reúne, patrões e criados, à volta do Presépio e da árvore»[1187]. A circular, que convidava as famílias a criar em Portugal um ambiente mais familiar às crianças da Europa Central, sugeria, na verdade, que, aos hábitos do Natal tradicional português, se acrescentem pormenores de zelo católico, acrescidos da árvore, único detalhe não usual no país de acolhimento. Pormenores como a oferenda de presentes constituiriam uma novidade para as crianças, não porque não fosse comum no seu país, mas antes porque, dadas as condições do pós-guerra, as suas famílias não teriam como cumprir o preceito natalício ou fá-lo-iam de forma muito humilde, como refere Ingunde no seu testemunho. O mesmo ocorria com muitas famílias portuguesas, à época, sendo a Consoada, inclusivamente, conhecida em algumas localidades como «o dia em que se tirava o dedo do gargalo», em referência ao uso do azeite, sempre poupado, excepto naquela ocasião.

[1186] Ingunde Wieser (22 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1187] CARITAS PORTUGUESA — *Notas para um Natal que alegre as crianças.* Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

Fig. 48. Hannelore com Maria da Graça no Natal de 1948
Fonte: Col. privada de Maria João Medeiros

Seguindo as indicações da circular da Caritas, as famílias esmerar-se-iam para garantir que tudo fosse do agrado das crianças, recriando, inclusivamente, tradições para elas desconhecidas. Para «mostrar como se costumava festejar o Natal em Portugal», o pai de acolhimento de Erika Merschtizka, construtor civil, criaria na sua casa, numa aldeia perto de Aveiro, um presépio que «cobria quase metade da sala de jantar», com musgo e uma árvore transportados pelos mendigos que costumavam pedir esmola à sua porta. À noite, naquela que recorda como a sua «primeira festa de Natal no estrangeiro», depois da tradicional refeição com bacalhau e da Missa do Galo, a menina seria incitada a deixar os seus sapatos engraxados debaixo da chaminé, da sua e da dos vizinhos, tendo, no dia seguinte, acordado para uma série de brinquedos, «tudo muito modesto, mas escolhido pelos meus pais adoptivos com amor». Sobre a experiência Erika refere que continua a recordar aquela festa e o facto de lhe ter sido dito que «era muito importante comportarmo-nos muito bem nesses dias, rezarmos, não nos sujarmos e muitas outras coisas, que mesmo agora ainda me ajudam a organizar a minha vida»[1188].

[1188] CAETANO, 2005: 301-302.

Acerca do seu Natal, passado no convento onde fora acolhida, Elfriede Münzker recorda com carinho a forma como as Irmãs prepararam um grande pinheiro, repleto de brinquedos pendurados.

> *Todos os anos, sempre que me encontro diante da árvore de Natal, quer com os meus filhos quer agora com os meus netos, penso nesse Natal que passei em Portugal. Onde pessoas estranhas tanto se esforçaram para nos proporcionarem tanta alegria. E hoje, já em idade avançada, sei que foi esse o mais belo ano da minha infância e estarei sempre muito grata a essas mulheres de tão bom coração*[1189]*!*

Já Gerlinde Weingärtner, sensibilizada pela forma como a mãe Brígida se tinha esforçado, em segredo, por lhes proporcionar, a ela e ao irmão, um Natal como o que tinham na Áustria, não deixaria, contudo, de notar que algo deveria estar errado nas informações que lhe haviam dado sobre as suas tradições: uma árvore repleta de velas e de presentes pendurados… até ao dia de Reis[1190]! O mesmo pormenor levaria Aurelia Hayer a definir o seu Natal em Portugal como «invulgar», ainda que repleto de alegria[1191]. Acolhida na aldeia de Toledo, Selma Stecher ficaria encantada com o pinheiro enfeitado que os pais de acolhimento lhe prepararam com tanto desvelo que durante dias haveria visitas à casa para admirar a obra, de tal forma que a pequena se convenceria ser ela a razão de a árvore de Natal ter chegado a Portugal, e a Toledo em particular[1192]. Christine Strobl, por outro lado, recorda o facto de, em Portugal, ser o Menino Jesus quem ofertava os presentes, mas só na manhã do dia 25 de Dezembro[1193].

Gerhard recorda o Natal como a prova máxima da generosidade da sua família de acolhimento: não só receberia a arma desejada por todos os meninos, como também um anel de ouro com as suas iniciais gravadas. Em um ano e meio de estadia em casa de Henrique Amorim, com boa alimentação e vestuário, o pequeno austríaco teria, ademais, muitas outras aventuras memoráveis para recordar até ao fim da vida. Além das brincadeiras com as crianças, com quem percorria Santa Maria de Lamas, e das aulas que, como vimos, não lhe despertavam especial simpatia, Gerhard teria a oportunidade de partilhar muitos momentos com o seu pai de acolhimento, que os transportava, a ele e a Josef, em muitas das suas variadas actividades. O empresário, definido pelo seu protegido austríaco como «uma pessoa alegre», proporcionar-lhes-ia uma liberdade até então desconhecida, com experiências que nenhum dos pequenos poderia imaginar viver ao viajar para Portugal. Um dos momentos que mais terá marcado Gerhard, refere, terá sido a primeira visita ao mar, em Espinho, que o levaria a atirar-se ao Atlântico sem medo, mesmo não sabendo nadar, só suplantado pela primeira visita explicativa acerca do processo produtivo da cortiça, guiada por Henrique, presidente da maior

---

[1189] CAETANO, 2005: 308.
[1190] CAETANO, 2005: 109.
[1191] CAETANO, 2005: 182.
[1192] CAETANO, 2005: 380.
[1193] CAETANO, 2005: 69.

produtora do país. À parte isso, o *bon vivant* levaria os pequenos a frequentar os bons restaurantes, bares e casinos dos quais era cliente assíduo, inclusivamente se isso significasse uma viagem nocturna até Lisboa, com paragem na zona de Coimbra para uma boa dose de leitão[1194]. Levá-los-ia também às compras de cortiça no Alentejo, às instalações sociais a ser construídas na localidade ou, simplesmente, ao café para jogar dominó[1195].

As experiências inusitadas não seriam, porém, um exclusivo de Gerhard. Também Dieter Tauner recorda, além das usuais idas ao café com a família, para comer bolos, e das visitas ao jardim público de Évora, as férias passadas no Luso, num meio bastante exclusivo, a vender no Casino, com a irmã portuguesa, bilhetes já usados, para um espectáculo de ilusionismo[1196].

As histórias apresentadas provam que nem sempre o carácter religioso, mesmo dos eventos com fundamento cristão, é o aspecto mais memorável das experiências das crianças. Outros casos haveria em que a componente espiritual teria um grande peso. Um exemplo é Waltraud Hoffinger, que, acolhida em Campo Maior, na casa do Dr. Carlos N. Lavadinho, nota que a «segurança, ternura, abraços e beijos eram alimento para o corpo e a alma», tendo o seu caminho no campo religioso sido igualmente «marcado pela vida exemplar da família», sendo a sua irmã de acolhimento, na altura com 16 anos, a sua grande mentora espiritual, facto que tornaria as duas «inseparáveis», até hoje[1197].

Para Alois, e de acordo com a importância atribuída em Portugal às festas religiosas, seria a Páscoa, e não o Natal, a guardar maior destaque na sua memória. Tendo já sido acólito na Áustria, Alois integrar-se-ia naturalmente na vida da sua nova paróquia, em Calendário. Todas as semanas ia à missa e depressa começaria a «estar ao serviço», ajudando o pároco, ocasionalmente, também em baptizados e funerais. Recorda ter gostado especialmente do Natal, e mais ainda da Páscoa[1198]. A irmã portuguesa, Mimi, que lembra o padre como presença constante em casa, recorda também o entusiasmo de Alois ao ouvir a campainha que anunciava a passagem do Compasso, em tal medida que o padre acabaria por convidá-lo a acompanhá-los, sendo ele o responsável pela campainha. Acharia também piada, na altura, ao facto de o Compasso ter deixado todos os ovos que lhe eram oferecidos em casa dos seus protectores, os quais a mãe mandaria um empregado levar ao padre no dia seguinte[1199]. Curioso por natureza, Alois gostaria especialmente do facto de estar a descobrir a forma como as coisas eram feitas em Portugal, recordando também, com algum detalhe, as ocasiões em que foi convidado a visitar o palácio arquiepiscopal, em Braga, com outros três meninos, tendo-se sentado no «pátio», a comer bolos e beber sumo de laranja, com os cardeais e «todos os chefes da Igreja»[1200]. Normalmente, os seus dias eram passados, segundo Mimi, com a família, entre

[1194] SCHIESSER, 2015: 21-23.
[1195] CAETANO, 2005: 120.
[1196] CAETANO, 2005: 213.
[1197] CAETANO, 2005: 157.
[1198] Alois Sablatnig (26 Abr. 2017), entrevista gravada.
[1199] Maria de Fátima Correia Soares e sobrinha Ema (08 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1200] Alois Sablatnig (26 Abr. 2017), entrevista gravada.

brincadeiras com ela, a circular pela aldeia com o «tio», a visitar os avós paternos de Mimi e dar de comer aos seus animais, a ajudar os filhos dos caseiros nas tarefas menos pesadas, incluindo, mais uma vez, tratar dos animais: vacas, bois, burros, pombos… Adorava também assistir à tosquia das ovelhas, tendo, certa vez, conseguido umas meias feitas à mão pela mulher do caseiro, e uns socos comprados pelo próprio, com ele, na feira local. A sua actividade preferida, contudo, seria acompanhar o pai de acolhimento à fábrica onde trabalhava e, sozinho, em casa, recriar as chaminés, com cones de linhas, brasas e outros restos de materiais fornecidos pelo «pai Soares» e pelo «tio»[1201]. A ideia para a invulgar brincadeira viria, segundo Alois, do novo motor usado pela empresa de corte de madeira que captara a sua atenção do outro lado da estação de comboio[1202].

Em Barcelos, também Werner teria uma experiência muito caseira e ligada aos produtos da terra, sendo uma das suas recordações mais fortes a da vindima e todo o processo tradicional de fazer o vinho, em que «todas as crianças participavam». Acolhido por um vitivinicultor, lembra que, além de brincar com as crianças da casa e dos vizinhos, enquanto as outras crianças estavam na escola, ele alimentava os animais, trabalhava no galinheiro e cumpria uma série de «missões» que lhe davam para cumprir na que recorda como uma «quinta grande» e que o mantinham sempre ocupado[1203]. Segundo Balbina, um rapaz «comunicativo, muito activo e que realmente se fez reconhecer naquela terra, porque hoje há imensa gente que se lembra dele e referem aspectos simpáticos»[1204]. Um aspecto que também terá contribuído foi, certamente, o facto de, tal como Alois, Werner ter sido também acólito, participando em missas e funerais[1205].

A participação de crianças em funerais seria, aparentemente, mais comum em Portugal do que na Áustria, pelo menos nos meios mais rurais, ainda que também Annie, acolhida na cidade do Porto, refira ter sido levada pela «tia» e não estar habituada. No seu caso, seria uma experiência negativa, em outros casos, como o de Cecilia Liebenfelss, na altura com apenas 6 anos, a estadia numa residência paroquial católica, além de «muita distracção» e a experiência da «vida num país meridional», incluindo ficar acordada até tarde e festas religiosas cheias de alegria, fá-la-ia perceber que «morrer e a morte não eram recalcados na vida», ou não tinham que o ser. Tal facto, conta, influenciá-la-ia, mais tarde, a decidir ser enfermeira[1206].

Os casamentos foram também ocasiões marcantes para as crianças que tiveram oportunidade de neles participar. Fini seria uma delas, uma vez que uma das filhas dos seus pais de acolhimento casou pouco depois da sua chegada a Portugal. Sobre o evento recorda ter sido «a menina mais bonita deste casamento», com «um vestido de veludo azul-escuro, com uma gola» e tendo-lhe a *mummy* feito na véspera — «que eu não gostava das minhas tranças» —

[1201] Maria de Fátima Correia Soares e sobrinha Ema (08 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1202] Alois Sablatnig (26 Abr. 2017), entrevista gravada.
[1203] Werner Arthofer (09 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1204] Balbina Fernandes (17 Mai. 2016), entrevista gravada.
[1205] Werner Arthofer (09 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1206] CAETANO, 2005: 187.

caracóis com água de açúcar. Fini não gostava, mas o «padrinho» sim, e por isso haveria de as manter pelo menos até voltar à Áustria, naquele dia, contudo, a sua vontade foi cumprida. Aos eventos sociais para os quais a família era convidada, ia a todos. Sendo eles católicos praticantes, acompanhava-os também sempre à missa, com o seu «veuzinho branco», que muito gosto lhe dava usar[1207]. Tratada, desde o princípio, «como uma princesa», não saía à rua sem que as fitas do cabelo combinassem com os lindos vestidos, mandados fazer à costureira da casa ou numa modista de Faro. Fini define-se, porém, como «maria-rapaz», incluindo as suas peripécias bater de frente contra uma porta de vidro e ficar cheia de estilhaços na cara ou tentar salvar uma senhora do «fim do mundo», que aquela pensava estar iminente devido à neve que caía, pela primeira vez nos seus 90 anos de vida, em Lagoa, explicando-lhe que era um fenómeno normal no seu país[1208]. Além dos eventos familiares, todas as semanas havia pelo menos um jantar de amigos lá em casa. Fini participava em tudo, e aprenderia também a bordar, «só não fazia malha porque não queria». Também não aprendeu a tocar piano, segundo a vontade da madrinha, porque «não deu», a falta de ouvido para a Música haveria de o justificar[1209].

Apesar de não aparecer nas fotos do casamento da irmã, «Mariazinha», Lucinda tem a certeza que também Janik participou na efeméride. Dois meses após a sua chegada, dar-se-ia o grande evento no qual, como parte da família, a menina francesa não deixaria de participar. Todas as meninas acolhidas pelos Sarmento, refere Lucinda, «participavam de tudo, conforme a idade que elas tinham», «todas as festas, todos os casamentos, todos os piqueniques», integrando-se na «vida normal» da família. Lucinda partilharia, inclusivamente, o quarto com elas, lembrando-se de o ter feito pelo menos com a primeira acolhida. Com um grande quintal, em casa as meninas teriam muito espaço para brincar, fazendo também amigas entre as jovens da convivência das irmãs portuguesas.

Recorda também uma ocasião em que terão ido visitar os terrenos da família em Santa Valha, Trás-os-Montes, na altura, um dia de estrada, no automóvel descapotável do irmão mais velho. Janik, que enjoava, terá pedido para parar a meio do percurso, no Marão, dizendo que seguiria a pé. Gerhild teria exactamente a mesma idade do irmão mais novo, figurando em várias fotos da festa de formatura de um dos primos e também do Verão passado em Vila do Conde, juntamente com Janik. Da austríaca, Lucinda recorda o facto de ela ser «muito engraçada», tendo, certa vez, achado muito estranho que uma senhora pagasse o bilhete do eléctrico com couves, tratando-se, na verdade, de uma vendedora de hortaliças a quem o revisor provavelmente comprara algumas.

Acerca de todas, está convencida de que se habituaram «perfeitamente» à alimentação, até porque todas vinham de situações de «muita privação», especialmente Sylvia. Com três empregados em casa, «a alimentação era cuidada», sendo que na altura eram sempre dois os pratos principais, e a adaptação terá sido, para todas, «natural».

[1207] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.
[1208] CAETANO, 2005: 173.
[1209] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada; RUELA, 2015: 69.

Eu acho que foi, porque, quer dizer… Sentiram-se bem, não é. Eu acho que uma criança se é bem acolhida, se é acolhida com amor e com carinho e com simpatia, ela integra-se perfeitamente, não é? Não é preciso grandes conhecimentos nem grandes coisas, ela… Era uma família…

Eram «todas católicas» e, segundo conta, «nem sequer se pôs a questão» sobre se seriam ou não, pois eram oriundas de países católicos. Recorda também ter havido «coisas programadas» a que iam «uma vez por outra», provavelmente as actividades preparadas pela Caritas Diocesana do Porto.

Também a Caritas Diocesana de Bragança promoveria a Primeira Comunhão das crianças estrangeiras, sendo de supor, apesar de não termos dados que o confirmem, que tal tenha ocorrido também em outras dioceses. Em Bragança, seria, de facto, notícia a Comunhão Pascal das crianças austríacas acolhidas na cidade, no dia de Páscoa de 1948, sendo para 9 delas a Primeira Comunhão[1210]. Ursula Schulla era uma delas. Recordando inclusivamente as preparações para a sua Primeira Comunhão, no Paço, todos os domingos depois da missa, Ursula destaca-a como um dos momentos mais marcantes da sua estadia no país de acolhimento.

A minha primeira comunhão foi também uma coisa muito emocionante. Éramos só nós, as crianças austríacas, que devíamos ir à primeira comunhão. Mas quando me lembro, o que verdadeiramente foi maravilhoso foi o vestido comprido, branco, com um «véu de noiva», que a minha amiga Mimé me emprestou, e o mais importante de tudo foi naturalmente a festa depois a comunhão. Foi uma festa maravilhosa, organizada pelo bispo para nós[1211].

A 8 de Dezembro do mesmo ano, acolhida pela família Santarém, na diocese do Porto, uma outra Ursula, esta Mertin, refere também ter celebrado a sua Primeira Comunhão, na igreja de Santo Tirso[1212]. Dois anos mais tarde, seria a própria presidente da Caritas Portuguesa a enviar ao responsável da diocese de Bragança alguns catecismos em Alemão a ser distribuídos pelas crianças, no sentido de preparar as que estivessem «em condições de o fazer» para comungarem no dia 1 de Novembro, dia da proclamação do dogma da Assunção de Nossa Senhora pelo Santo Padre[1213]. O Padre José dos Santos Marcos trataria de garantir que o preceito era cumprido. As crianças não residentes na cidade de Bragança comungaram antes, aquando da festa de Cristo Rei[1214]. Supomos que o mesmo tenha acontecido aquando da festa da Páscoa de 1948.

Ursula Schulla e a sua irmã Erika, acolhidas em duas casas diferentes, mas vizinhas, recordam ainda como memorável a chegada de um grupo escultórico representando o apare-

---

[1210] *Crianças Austríacas*. «Mensageiro de Bragança» (01 Abr. 1948), p. 6.
[1211] CAETANO, 2005: 140.
[1212] CAETANO, 2005: 231.
[1213] JARDIM, Fernanda (1950) — [Carta] 1950 Out. 24, Lisboa [a] Padre José dos Santos Marcos. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[1214] MARCOS, Padre José Santos (1950) — [Carta] 1950 Out. 30, Bragança [a] Fernanda Jardim. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

cimento da Virgem Maria aos três pastorinhos, em Fátima, à Sé de Bragança. Acolhida por uma senhora extremamente devota, que lhe contava, aliás, ter assistido ao milagre do sol, em Fátima, Ursula teria por primeiro presente um véu branco, para que pudesse acompanhá-la à igreja. As suas manhãs eram passadas na loja de ferragens do pai adoptivo, «ajudando-o» a vender a aprendendo a Língua, para o que muito ajudariam também os esforços do senhor, ao almoço, ensinando-lhe, a cada dia uma nova palavra, e as brincadeiras com uma menina que haveria de se tornar uma das suas boas amigas. Depois do almoço, a sesta, e então podia sair para encontrar «as raparigas conformes com a família», visto ser, então, impróprio, a uma menina de bem, brincar com rapazes. Contra vontade da mãe, porém, os «irmãos» levá-la-iam ao café, todas as noites, e ao cinema, tornando-se ela o centro das atenções entre os seus amigos, que lhe pediam que cantasse canções de filmes alemães e lhe dedicariam uma serenata. Na casa, «clara e bonita», surpreendera-a a braseira, em redor da qual se comia no Inverno, dado não haver aquecimento nas casas, como esperariam as pequenas. Quando a irmã chegou, meio ano mais tarde, sendo acolhida pela irmã da «madrinha» de Ursula, as duas passariam as tardes no convento, a aprender trabalhos manuais com Irmãs espanholas, fugidas da guerra civil, e, mais tarde, no salão de costura da «tia», mãe de acolhimento de Erika. Para ambas, a consagração da imagem da Virgem na Sé seria um acontecimento. Vestidas de Nossa Senhora da Assunção e Santa Filomena, respectivamente, as duas meninas seguiriam, como muitas outras crianças vestidas de santos, na procissão que acompanhou o grupo escultórico desde a estação de caminhos-de-ferro, pelas ruas da cidade, até à Sé de Bragança.

> *Quando finalmente chegou o momento, toda a cidade de Bragança veio para a rua. As ruas por onde devia passar a procissão estavam magnificamente engalanadas. No alto havia, de um lado a outro das ruas, grinaldas de flores. As casas estavam ornamentadas com flores e colchas de cores variadas. Uma coisa que muito especialmente me impressionou foi que da nossa casa para a casa em frente não só se estendia uma grinalda de flores, mas* […] *no meio da rua, estava pendurado um grande balde cheio de pétalas de rosa. E, no momento em que Nossa Senhora passou* […] *por baixo, abriu-se o fundo desse balde e as pétalas de rosa caíram em cima do grupo das figuras.*

Ursula lembra ainda a festa de entrada para o convento de uma parente da sua «madrinha», com um piquenique, para o qual a criada da família, Maria, tivera que carregar um cesto até uma povoação que recorda como «um bocado afastada»[1215].

Por seu lado, Alois Fischer recorda um evento também muito importante no calendário religioso português, a peregrinação de Maio a Fátima. Quase «obrigatória» para os católicos em Portugal, a passagem por Fátima seria, como vimos, incluída, inclusivamente, no percurso de regresso a casa de algumas das crianças acolhidas.

[1215] CAETANO, 2005: 136-150.

> *Chegados a Fátima, vimos a igreja, diante dela a enorme praça, o grande número de pessoas, depois a procissão com a imagem da virgem e muitas velas que ardiam na escuridão, um verdadeiro mar de luzes. Tudo isso era maravilhoso e causou-me uma impressão muito forte. Depois das cerimónias, acampámos ao ar livre, para passar o resto da noite, e de manhã regressámos a casa*[1216].

O facto de a religião ser, em Portugal, vivida socialmente, ao contrário do que acontecia na Áustria no pós-guerra, seria uma novidade para as crianças acolhidas, o que seria mais um motivo para que nelas deixasse uma marca duradoura. Ilona Seilern chegaria mesmo a enviar aos pais, na Áustria, uma carta explicando alguns dos costumes portugueses àqueles que tivessem interesse em mantê-los após o regresso a casa[1217]. Werner recorda, como um dos grandes aspectos distintivos da sua experiência, quando comparada com a do irmão, em Espanha, «a grande festa na Igreja da aldeia», em que «toda a gente se encontrava»[1218].

Além das festas de cariz religioso, como temos visto, também as festas populares ficaram na memória das crianças que tiveram oportunidade de as viver. Com um início difícil, Martha Kreuzhuber acabaria por se apaixonar pela vida na aldeia de Frechas, em Trás-os-Montes. A recuperação, ainda que lenta, da mãe de acolhimento, para quem cantaria ópera, a cumplicidade que ganharia com todos os habitantes da aldeia, a melancólica melodia nocturna da trompete de um dos vizinhos, e os banhos no rio, à luz do luar, no Verão, além da relação que estabeleceria com todos os animais da terra, que, diz, «ME pertenciam», ganhariam um espaço especial no seu coração, fazendo com que aprendesse a «amar esse país». Um dos momentos que recorda como mais especial ocorreria aquando da festa da aldeia, com a sua Tômbola, os seus paninhos bordados — o dela seria enviado à avó, na Áustria — e as actuações, nas quais Martha participaria.

> *Para a representação teatral deram-me um traje português e ensaiei uma dança, acompanhada por uma canção popular* […] *Quando me vi diante do público expectante e olhei para o microfone pendurado sem grande segurança, não consegui articular nenhum som. Vendo isso, o pároco começou a cantar atrás do pano. Senti-me então atingida na minha honra, enchi-me de coragem e cantei. Na segunda entrada em cena já estava com mais ânimo* […] *tive muitos aplausos. A mamã estava assentada numa cadeira de verga na primeira fila, imensamente orgulhosa de mim.* […] *Ainda hoje muitas pessoas me cumprimentam e me conhecem dessa representação teatral.* […] *E quando, no meu passeio pela aldeia, chego ao cemitério e leio, de passagem, as pedras tumulares, lembro-me de muitos dos meus simpáticos conhecidos de antigamente. Aprendi nessa altura que não é o ambiente em que vivemos nem o luxo que são determinantes para o nosso bem-estar, mas unicamente a afabilidade, a simpatia, o calor e o afecto que as pessoas nos dedicam*[1219].

[1216] CAETANO, 2005: 374-375.
[1217] SEILERN, Ilona (1948) — *3.ª Carta aos pais, 1948-04-06, Lisboa.* Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 133.
[1218] Werner Arthofer (09 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1219] CAETANO, 2005: 257-258.

Segundo Julia Bicho, também Ingrid, que define como «muito menina» e gostava muito de estar com a mãe, sossegada, «a fazer uns dadinhos», seria convidada para animar todas as festas que na altura havia na Covilhã, graças à sua elasticidade que lhe permitia fazer acrobacias «formidáveis»[1220].

Também o Carnaval era uma festa popular, sendo várias as fotos daquele tempo com as crianças disfarçadas para o efeito. Das festas mais tradicionais às mais modernas, nas cidades, os trajes, as serpentinas e os confettis, ou os produtos alimentares atirados em combates pacíficos, enchiam de animação e cor as ruas do país.

O Carnaval seria, também para Ilse, uma ocasião «muito feliz», como descreveria aos pais, em Fevereiro de 1949. O «vestido muito bonito» e a viagem de carro a Sintra, com a família de acolhimento, seriam as simples razões para a sua felicidade, apenas comparável à que sentiria ao visitar o Jardim Zoológico, pouco tempo depois, e o mar, logo no primeiro fim-de-semana. Com a irmã, Ilona, que não passava muito tempo em casa, partilharia, porém, momentos que muito lhe agradaram. Sempre que a irmã ia ao cinema levava-a também, dando-lhe oportunidade de conhecer os artistas que de outra forma, refere, não teria conhecido, porque em Viena não havia dinheiro para tal. Travaria assim conhecimento com as suas amigas, das quais também se tornaria próxima.

Fig. 49. Ilse disfarçada de varina no Carnaval, no Jardim Zoológico de Lisboa, a 17 de Fevereiro de 1949 (Fonte: KUSTKA, 2009: 27); Hannelore no Carnaval de 1949, na Quinta da Boavista (Fonte: Col. privada de Hannelore Martinovsky)

[1220] Maria Júlia Lopes Barata Ferreira Bicho Pacheco Delgado e filhos Nuno, Margarida e Luís (11 Jun. 2017), entrevista gravada.

Com a irmã ia também todos os domingos à missa, com «um lencinho» na cabeça, o qual lhe causava desconforto, e sem saber rezar em Português, levava sempre consigo um missal em Alemão a partir do qual Ilona lhe indicava as partes que deveria ler. O resto dos dias passaria entre a cozinha, com Maria Alexandrina, os passeios com a *mutti*, as compras no armazém «Grandella» e o chocolate quente na «Pastelaria Suíça», e as visitas à família, em Queluz. Para ela havia sempre algo de extraordinário a descobrir nas ruas, do vendedor de hortaliças à peixeira, lembranças que levaria consigo para a Áustria e partilharia só com aqueles que como ela viveram algum tempo em Portugal. A brincar na rua, à «Macaca», com as meninas austríacas que encontrava ocasionalmente, Ilse estragaria um sapato, facto que lhe valeria a primeira e única zanga do *vati* com ela e a levaria a deixar de se encontrar com elas.

Era em casa, precisamente, que estavam as maiores surpresas[1221].

> *Nunca na minha vida tinha visto que uma porta da rua estava fechada com a chave.* […] *Na sala de jantar estavam algumas senhoras à nossa espera. Só ouvi falar, rir, perguntar* […] *Vi uma senhora entrar com comidas* […] *nunca tinha visto uma vida assim. Gostei da comida mas tudo isso era novo para mim.* […] *Fiz alguma confusão com tantas divisões.* […] *Aqui* [tinha] *um quarto para mim* […] *sozinha (não pode ser!)* […] *— nunca tinha visto uma coisa assim* […] *UMA VIDA NOVA* […] *— que feliz que me senti — valeu a pena ter paciência.*

Com uma carta de Peter Pross na mão, Luís Bento recorda a forma como o menino, num Português de difícil compreensão, deixava claro o que pretendia que lhe enviassem para a Áustria, após o seu regresso a casa: «rabuscas do Carnaval»[1222], uma expressão que os irmãos entenderiam. O facto, juntamente com os relatos dos Bento, que referem que em ocasiões especiais, tais como a Páscoa e o Carnaval, a família organizava, sob direcção do próprio pai, espectáculos para a comunidade, sugere que o evento tenha sido para ele sinónimo de grande diversão. Toda a estadia de Peter em Portugal seria, na verdade, revestida desse ingrediente essencial, entre as reuniões com as outras crianças austríacas e as várias actividades dos Bento, dos jogos de hóquei em que Peter era «o nosso internacional», às «sessões de cinema» improvisadas, passando pelas partidas aos familiares com quem os irmãos mais pequenos menos simpatizavam. O pequeno austríaco participaria também no «acontecimento anual», comum a boa parte das famílias de Cantanhede: o Verão passado na praia de Mira.

Como anteriormente referido, as férias na praia ou no campo seriam dos períodos mais marcantes para as crianças austríacas, mesmo tendo em conta que a sua passagem em Portugal já significaria, em boa parte dos casos, «férias». Mesmo Peter Zenkl, que se considera português, e ignoraria, deliberadamente, a partir do momento em que a si cabiam as decisões, todos os convites associados com a Áustria, inclusivamente da Embaixada em Portugal, as memórias das épocas na quinta da família no Ribatejo e do Verão em Cascais são as únicas que o trans-

[1221] Ilse Kustka (18 Mar. 2016), entrevista gravada; KUSTKA, 2009: 10-23.
[1222] Luís Rocha San Miguel Bento e irmãos Adelino, Helena e Manuel (30 Mar. 2016), entrevista gravada.

portam para os primeiros anos da sua vida em Portugal. Mais do que a viagem, ou mesmo da escola, que começaria a frequentar entretanto, foram as imagens dos tempos passados na quinta, a brincar, e a ver as vacas, que lhe ficaram na memória, sendo que a sua paixão por Cascais o levaria, mais tarde, a escolher viver naquela zona.

É também em Cascais que a maioria das memórias fotográficas, que alimentam as recordações interpostas, de Maria Medeiros acerca das meninas austríacas acolhidas pelos seus pais foram criadas. Através delas, deduz que as suas brincadeiras seriam à base de «mergulhos, mar, areia…» Nenhuma delas terá ido à escola, segundo lhe foi dito.

Fig. 50. Anneliese no Verão de 1950, com a irmã de acolhimento, Maria da Graça, na praia de Cascais (Fonte: Col. privada de Maria João Medeiros); Françoise (8 anos) com os irmãos de acolhimento, Júlia (11 anos) e José (15 anos), em Espinho, no Verão de 1948 (Fonte: Col. privada de Maria Júlia Ferreira Bicho)

Sobre Eva, que conheceu efectivamente, tem a certeza que não, recordando-se que, quando voltava da escola, ela própria, brincava com a pequena húngara, «aos cowboys, aos índios», a apanhar pinhões com um saquinho, no mato, no único Verão que terão passado na Rinchoa, devido à fragilidade de saúde da sua irmã. Durante o ano que permaneceu em Portugal, Eva passou a maior parte do seu tempo com a mãe de Maria, em casa, no café, fazendo compras com ela, e participando também nas festas em que a família participava, nomeadamente nos aniversários dos amigos, dos filhos dos amigos da mãe, ou das próprias «irmãs».

Seria, inclusivamente, mais participativa nas actividades da família do que a própria irmã de Maria, mais introvertida.

De Eva tem também a certeza que participaria nas celebrações religiosas, com ela e a mãe, tendo até feito a Primeira Comunhão em Portugal, segundo atestam também as fotografias. Sobre as outras meninas, crê também que tenham sido levadas pela mãe a fazê-lo, tendo todas sido tratadas da mesma forma que Maria e sua irmã, sem nenhum tipo de coerção. Crê também que terão participado nas mesmas festas que Eva[1223].

Os aniversários eram ocasiões dignas de recordação por parte das crianças acolhidas, não só os seus como também as festas para as quais eram convidados. Dos poucos factos que Maria João tem presentes acerca do casal de irmãos franceses recebidos pelo avô e pela mãe, os aniversários, no parque de Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego, nas mesas de pedra redonda, com o parque infantil ao lado, são, sem dúvida, aqueles de que, graças também ao suporte fotográfico, guarda mais detalhes. Entre as famílias de acolhimento estariam os proprietários das «Caves Raposeira» e outras das relações do seu avô, pessoas a quem a própria Maria João chamou de «tios». A convivência entre as crianças seria, assim, promovida, sendo que as «senhoras levavam as meninas» a participar do seu «chazinho» diário[1224].

Eventos como as touradas a que o pai de acolhimento de Elfriede a levaria, em Espanha, seriam também recordados como especiais por algumas crianças, até hoje[1225]. Para outras, o facto de serem, ainda que por breves períodos, acolhidas pela figura mais proeminente da política portuguesa, seria também um evento.

Chegando a Portugal, a convite da família, pela segunda vez, Annemarie Wiesmayr conta ter sido levada, juntamente com outra menina cujo nome não recorda, e antes das suas casas de acolhimento, para a casa de António de Oliveira Salazar.

> *Viajámos de comboio até Lisboa. Em Lisboa, eu e ainda uma outra menina fomos levadas num automóvel ao presidente Salazar. Eu pensava constantemente que nós estávamos tão sujas da viagem e ainda hoje não sei porque razão lá fomos. Seja como for, nós dormimos ambas no seu sofá de couro*[1226].

Segundo um artigo recolhido por Maisel-Schulz, «a família de Franco» terá acolhido três meninas austríacas na sua residência oficial, no Palácio Real de El Pardo. O acolhimento, sobre o qual Maisel-Schulz não tem mais informações, não tendo sequer conseguido descobrir quem eram as meninas em causa, terá ocorrido em 1949, aquando dos primeiros transportes de crianças austríacas para Espanha[1227].

[1223] Maria João Medeiros (31 Mai. 2016), entrevista gravada.
[1224] Maria João Amaral (16 Ago. 2017), entrevista anotada.
[1225] Manuel Godinho (07 Jun. 2018), entrevista gravada.
[1226] CAETANO, 2005: 65.
[1227] MAISEL-SCHULZ, 2010: 158-159.

Em Portugal, afirmaria o Padre Alexandrino Brochado, em entrevista, algumas crianças terão também sido acolhidas.

> *Ah foi. Sim, sim, sim, sim. E eu fui lá várias vezes com uma pequena que é Úrsula, e o Salazar respondia-lhe, escrevia-lhe por punho dele. E quando regressaram à Áustria — ela esteve aí umas três vezes — eu ia levá-la ao Salazar, e o Salazar brincava até… «Esta menina dá-me um trabalho imenso». Ela às vezes chegava e dizia: «Ó Sr. Dr., eu não tenho selos para as cartas». E ele: «Vou-te arranjar um selo». E depois dizia assim para mim: «Dá-me mais trabalho que um Ministro». O Salazar* […] *escrevia e mandava-lhes prendas, umas bonequinhas* […] *correspondia-se com várias. É engraçado que o Salazar, que era um homem austero, era um homem que era uma criança a lidar com elas. Era eu sempre que as ia entregar, depois ia buscá-las. E eu tinha até muita honra nisso.* […] *Estavam aí, meses e anos. Algumas estiveram anos.* […] *Viviam lá mesmo. Na mesma casa. No Palácio de S. Bento, que é a residência do Primeiro Ministro. Elas viviam lá com Salazar.* […] *A Úrsula era uma das pequenas que escrevia muita vez ao Salazar, e ele respondia-lhe sempre. Escrito por mãos dele. Nós ficávamos admirados, como é que o Salazar, com tanto serviço, com tanta coisa, uma vida tão enchida de coisas, e tinha vagar ainda para responder, por mão dele, às pequenas. Correspondia-se com várias.* […] *havia as que estiveram em Penafiel, no Dr. Délio de Santarém. Havia assim uma meia dúzia* […] *Da Dona Lina Soares.* […] *a Erika também* […] *E era durante a estadia dela aqui no Porto.* […] *No fundo ele era um sentimental. A faceta do Salazar que quase ninguém conhecia é que era um homem sentimental. Ele abraçava as crianças quando se despedia delas, beijava-as… As mais pequenas até pegava nelas ao colo. E eu dizia: como é que um homem destes que lá fora tem a fama de austero, e… Não era. Com as crianças era fantasticamente afectivo. A história está por fazer desta estadia das crianças no tempo do Salazar, as relações com o Salazar, etcétera… Está por fazer a história, mas esta história era muito bonita*[1228].

Apesar das afirmações do Padre Brochado, não inclusas sequer no seu livro de memórias, nenhum documento comprova que alguma criança tenha, de facto, sido acolhida por Salazar. Muita documentação existe, contudo, que demonstra o contacto pessoal do Presidente do Conselho com algumas das crianças, traduzido em correspondência trocada durante longos anos. Tal correspondência poderá ser justificada por alguns encontros, pontuais, de Salazar com as crianças, em circunstâncias como as referidas por Annemarie Wiesmayr, e não necessariamente por uma estadia prolongada na sua residência. Será o caso, efectivamente, de Ursula e Sylvia Brunner, acolhidas pela família Santarém, em Santo Tirso, e de Erika Walenta, a única Erika cujas cartas figuram do arquivo referente às cartas enviadas pelas crianças austríacas a Salazar[1229].

[1228] Padre Alexandrino Brochado (02 Out. 2015), entrevista gravada.
[1229] BRUNNER, Ursula [s.d.] — [Carta s.d.] [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

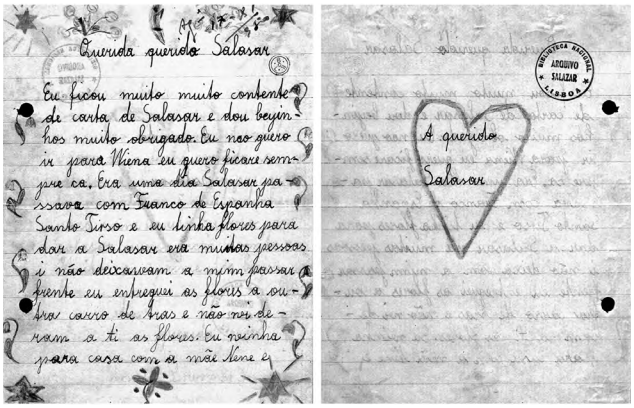

Querida querido Salazar
Eu ficou muito muito contente
de carta de Salazar e dou beijin-
hos muito obrigado. Eu não quero
ir para Viena eu quero ficar sem-
pre ca. Era uma dia Salazar pa-
ssava com Franco de Espanha
Santo Tirso e eu tinha flores para
dar a Salazar era muitas pessoas
i não deixavam a mim passar a
frente eu entreguei as flores a ou-
tra carro de Braz e não me de-
ram a ti as flores. Eu vinha
para casa com a mãi Nene e
BIBLIOTECA NACIONAL ARQUIVO SALAZAR LISBOA
A querido
Salazar

Fig. 51. Primeira e segunda páginas de carta de Ursula Brunner a António de Oliveira Salazar, Santo Tirso, 17 de Agosto de 1950
Fonte: ANTT

Assinando Ursula Brunner de Santarém, a pequena austríaca, que refere, no seu testemunho escrito, que gostava muito de pintar e que todas as cartas enviadas para casa seguiam «cheias de desenhos», não faz, porém, nenhuma menção a um eventual acolhimento por parte de António de Oliveira Salazar, ou sequer às muitas cartas desenhadas que também a ele enviou, possivelmente por uma questão de respeito pela privacidade do «amigo». Ursula seria acolhida pelas irmãs «Nené» e «Mimi» Santarém, em Santo Tirso, aquando do quarto transporte, em Outubro de 1948, tendo regressado à Áustria nove meses mais tarde. Voltaria a Portugal com o sexto transporte, em Maio de 1950, como convidada, com a viagem paga pelas mães de acolhimento[1230]. Entretanto enviaria a Salazar a primeira das missivas datadas disponíveis no Arquivo Salazar, agradecendo ao Presidente do Conselho o retrato e os bombons que, segundo refere, lhe oferecera no Natal[1231], mesmo tendo passado o Natal na Áustria. Sendo a mulher do irmão de suas mães de acolhimento, Madalena Santarém, delegada concelhia da Caritas, supomos que o contacto, ainda que não directo, das crianças acolhidas pela família com Salazar fosse minimamente facilitado, o encontro da pequena com o Presidente, parece, contudo, não ter ocorrido antes do seu regresso. Em carta de 17 de Agosto de 1950, Ursula agradece uma carta de Salazar, referindo tê-lo visto passar, em Braga, de carro, não tendo tido, porém, oportunidade de lhe entregar o ramo de flores que levava para o efeito[1232]. Numa missiva sem data, que, supomos, se lhe segue, notaria que, de passagem em Santo Tirso, o presidente teria parado o carro e segurado na sua mão[1233]. Não podemos apurá-lo, mas a

[1230] CAETANO, 2005: 233.
[1231] BRUNNER, Ursula (1950) — [Carta] 1950 Jan. 12, Viena [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
[1232] BRUNNER, Ursula (1950) — [Carta] 1950 Ago. 17, Santo Tirso [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
[1233] BRUNNER, Ursula — [Carta] [s.d. a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

forma como Ursula descreve o evento sugere que tenha sido esse o contacto mais próximo que terá tido com Salazar até então.

Acerca da forma como se terá iniciado a comunicação, num dos seus artigos sobre o regresso do «último transporte» à Áustria, o Padre Alexandrino Brochado menciona o seguinte:

> *Ursula Brunner um dia lembrou-se de escrever ao Senhor Dr. Oliveira Salazar. Sua Ex.ª gostou do gesto da pequenita e respondeu-lhe com brevidade. Depois houve mais troca de correspondência até que nas vésperas da partida o Senhor Presidente do Conselho em carta recebida em Santo Tirso manifestava desejo de ver a pequena na sua passagem por Lisboa. Marcou-se hora para a visita. No dia seis, de manhã, a Ursula Brunner e Erna Widhalm eram recebidas por Sua Ex.ª o Senhor Presidente do Conselho na sua residência particular. Sua Ex.ª conversou demoradamente com as crianças e pessoas que as acompanhavam com uma simplicidade, um à-vontade, que prendem e comovem até. E quando a Ex.ma Senhora D. Madalena Santarém se referiu à partida das crianças, visivelmente comovido, com os olhos cobertos de lágrimas, o Senhor Presidente do Conselho não pôde esconder a sua emoção e talvez, sem querer, viu humedecer os seus olhos. É que Salazar, sendo uma grande inteligência, é também, não tenhamos dúvidas disso, um grande coração. Antes das pequenas partirem receberam das mãos do grande chefe uma pequena lembrança. Salazar ofereceu a cada uma delas um dicionário português-alemão. Depois deu-lhes um beijo, desejou-lhes feliz viagem e viu-as partir com saudade, talvez, mas ao mesmo tempo contente por ter contribuído, eficazmente, para que estas crianças pudessem ter vivido dias de intensa felicidade que nunca mais esquecerão*[1234].

Erna, acolhida pelo Dr. Délio de Santarém, corresponder-se-ia também com Salazar, ainda que de uma forma aparentemente muito menos continuada do que aconteceria com Ursula.

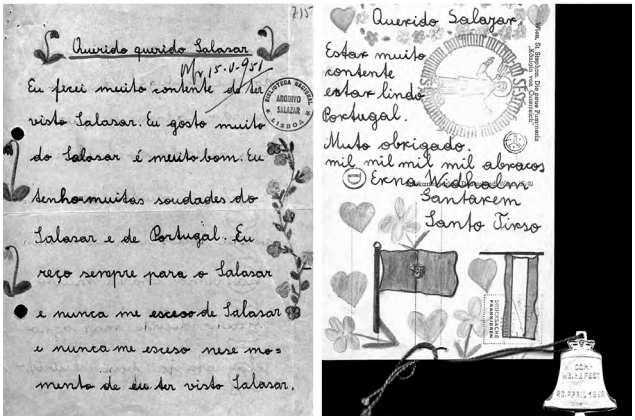


Fig. 52. Carta e postal de Erna Widhalm a António de Oliveira Salazar.
Santo Tirso, 15 de Maio de 1951
Fonte: ANTT

[1234] BROCHADO, 1951c: 1-3.

Também Erna assinaria «Santarém», sendo que a primeira carta sua arquivada na Torre do Tombo terá sido acompanhada de uma outra, escrita pelo seu pai de acolhimento[1235]. As cartas eram, obviamente, enviadas pelas famílias, quer em Portugal quer, depois, na Áustria, à Caritas, que as encaminhava, na pessoa de Fernanda Jardim, para o Presidente do Conselho. Com Jardim, que, no contacto com as crianças, respondia como «Tia Caritas», a correspondência trocada seria abundante, durando, pelo menos, de 1953 até 1961, fazendo do dossier referente a Ursula o mais volumoso do Arquivo da Caritas Portuguesa[1236]. A pequena voltaria a escrever a Salazar, avisando-o da morte da sua «mãe Nené», 14 dias antes do seu segundo regresso à Áustria[1237], pouco depois, enviando um retrato da própria família, no dia da sua chegada, junto ao comboio que a levara de Portugal[1238], e alguns meses mais tarde agradecendo o retrato que por ele lhe fora enviado, o qual a sua família guardaria em lugar de destaque, em cima do piano[1239].

O retrato mencionado por Ursula é-o também por várias outras das que escrevem a Salazar e cujas cartas se encontram também no Arquivo Salazar, na Torre do Tombo. Por iniciativa própria ou a pedido das famílias de acolhimento, era comum que as crianças pedissem um retrato autografado, escrevendo também a agradecer a bondade do envio, quando os seus pedidos eram correspondidos. Várias crianças enviaram fotos suas, pagelas ou postais, geralmente acompanhados de agradecimentos ou pedidos. Não raras eram as crianças que pediam a Salazar que intercedesse por elas no sentido de ficarem em Portugal «para sempre» ou obterem «residência», como a pequena Erika Walenta. Tal seria a sua insistência que acabaria por ser recebida por Salazar, num encontro que terá, aparentemente, envolvido várias outras crianças, que também, por escrito, agradecem o facto. Pelo menos três meninas, acolhidas em Elvas, terão tido a oportunidade de visitar o Mosteiro dos Jerónimos na companhia do presidente do Conselho e de Fernanda Jardim. Ingrid Majer agradecer-lhe-ia, em consequência, «o bocadinho que me deixou passar consigo, que foi um dos instantes de maior alegria para mim». Já Christine Wolfenberger consideraria a fotografia autografada pedida e recebida como a «maior alegria da minha vida», perguntando a Salazar se podia voltar a visitá-lo. Em alguns momentos as cartas das meninas parecem sugerir que o encontro se teria efectuado «em casa» do Presidente, contudo, em nenhuma era referido que tivesse havido uma estadia. Annemarie Jauber, por exemplo, escreve-lhe, em Alemão, pedindo desculpa por não ter falado, «na sua casa», pois «não percebia nada». Acolhida em Viseu, Hannelore Kapeller agradece ter

---

[1235] SANTARÉM, Délio (1951) — [Carta] 1951 Mai. 09, Santo Tirso [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
[1236] CARITAS PORTUGUESA — *Dossier Ursula Brunner*. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[1237] BRUNNER, Ursula (1951) — [Carta] 1951 Fev. 23, Viena [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
[1238] BRUNNER, Ursula (1951) — [Carta] 1951 Mar. 12, Viena [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
[1239] BRUNNER, Ursula (1951) — [Carta] 1951 Nov. 12, Viena [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

sido recebida «na sua casa do Vimieiro e todos os carinhos que aí me fez», enquanto Henriette Kirschammer, recebida pela família Lello, no Porto, se mostraria reconhecida pela oportunidade de se ir despedir à residência de Salazar, aquando da sua passagem por Lisboa[1240].

Tais pormenores permitem-nos apenas comprovar que, efectivamente, Salazar conviveu com as crianças acolhidas em Portugal mas não que tenha realmente acolhido alguma em seu nome. Numa carta aos pais de Ursula Brunner, aliás, Fernanda Jardim dá conta da impossibilidade de tal acção.

> *Junto devolvemos a carta do Senhor Doutor Salazar que tiveram a bondade de nos enviar. Falámos com o Senhor Doutor a vosso respeito e ele muito gostaria de vos ter em sua casa, mas não nos parece realmente possível visto só ter criados em casa e ser um Senhor sozinho. De modo que voltam para casa da Família Santarém*[1241].

A resposta de Jardim surgiria na sequência de um pedido dos pais de Ursula relativamente a um novo acolhimento em Portugal da filha e da sua irmã mais nova, Sylvia, as quais teriam já sido convidadas a viajar juntas para casa das mães de acolhimento da primeira. Com a morte de uma delas e o casamento da outra, contudo, a família das pequenas questionaria se seria ainda viável tal acolhimento, sugerindo, como alternativa preferível, a ida para casa do Presidente, com o qual a pequena teria estabelecido amizade, em Portugal, tendo-lhe já escrito várias vezes sem obter resposta. Uma satisfação da Caritas não tardaria a chegar, bem como um terceiro acolhimento de Ursula, junto de «Mimi» Santarém, e de Sylvia, pelo irmão, Délio[1242], que já havia também acolhido Erna Widhalm. Ursula agradeceria, por escrito, ao Presidente o facto de lhe ter pago a viagem[1243], mas não sabemos se o significado dessas palavras poderá ser literal ou se deverá ser interpretado, como outras crianças refeririam, como um agradecimento à «pessoa que permitiu a estadia». É necessário ter em conta que um pequeno gesto, aos olhos de uma criança, poderia ser, de facto, muito significativo, sendo que Henriette Kirschammer, por exemplo, iniciaria a sua comunicação com Salazar para agradecer o facto de ele lhe ter feito «festinhas na cabeça», aquando da visita presidencial ao estádio de Braga. Os nomes do seu pai e avô de acolhimento terão, certamente, ditado que a criança visse os seus intentos cumpridos, sendo convidada a conhecê-lo pessoalmente[1244].

Apesar de não ter visto as suas filhas serem acolhidas em casa do Presidente português, os Brunner, que manteriam também contacto com a família Santarém, através do serviço de

---

[1240] *Agradecimento de crianças da Áustria ao Prof. Doutor A. de Oliveira Salazar. 1950-1954*. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
[1241] JARDIM, Fernanda (1953) — [Carta] 1953 Jul. 08, Lisboa [a] Ursula e Sylvia Brunner. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[1242] CAETANO, 2005: 237.
[1243] BRUNNER, Ursula (1953) — [Carta] 1953 Ago. 11, Viena [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
[1244] KIRSCHAMMER, Henriette (1951) — [Carta] 1951 Mar. 18, Porto [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

traduções da Caritas, continuariam a beneficiar dos transportes da Caritas até 1957, sendo que mesmo a partir de então as meninas não deixariam de visitar os seus generosos pais de acolhimento. Aquando do Natal daquele ano receberiam, inclusivamente, «seis grandes e magníficos ananases» da parte do Presidente do Conselho[1245].

Fig. 53. Foto autografada recebida por várias das crianças que se corresponderam com Salazar, e Ursula Brunner, já adulta, na sua companhia, depois de anos de uma relação de amizade que duraria até ao falecimento do Presidente do Conselho, em 1970
Fonte: Col. privada de Ursula Brunner[1246]

Os presentes da parte de Salazar não seriam, porém, exclusivo dos Brunner, sendo também numerosas as cartas de agradecimento de lembranças enviadas da sua parte, de frutas, a vestidos, passando por «lindos presentes» não discriminados[1247].

Regra geral, as crianças tratavam o seu «muito querido» Presidente com reverência, apesar do carinho patente em todas as cartas. Haveria, contudo, uma ocasião em que pelo menos duas crianças, na mesma data e usando o mesmo tipo de papel e formato de escrita, se lhe dirigiriam como «papá». As missivas, escritas por Hannelore Kapeller e Henriette Kirschammer, a 6 de Janeiro de 1952, aparentam ser apenas duas de várias outras, possivelmente sugeridas por Johann Menhofer, professor de Português em Viena, a respeito de uma gravação de mensagens de Natal, por parte das crianças, a enviar para Portugal. Desejando que a mesma fosse difun-

[1245] BRUNNER, Ursula [s.d.] — [Carta s.d.], Viena [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[1246] Tivemos oportunidade de conversar com a D. Ursula, por telefone, a 19 de Maio de 2019. Infelizmente não foi possível incluir o seu testemunho nesta publicação, mas vários foram os registos fotográficos partilhados que dão conta da amizade com Salazar, por si referida, ainda que maioritariamente se tratem de cartas trocadas entre a Áustria e Portugal.
[1247] *Agradecimento de crianças da Áustria ao Prof. Doutor A. de Oliveira Salazar. 1950-1954.* Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

dida pela Emissora Nacional, Menhofer terá, segundo sugerem os textos das crianças, recorrido à proximidade com Salazar, de pelo menos algumas daquelas que faziam parte do seu grupo, para tentar levar avante o seu projecto, não aprovado pela Caritas Portuguesa.

4.2.2.3. Prolongamentos de estadia e estadias prolongadas por motivos «imperiosos»

Tendo em conta que a maioria das estadias deveria durar entre 6 e 8 meses, os factos analisados na documentação da Caritas e confirmados pelos testemunhos recolhidos permitem perceber que muitas foram estendidas, em alguns casos, em vários meses. Algumas situações seriam, como refere Ilse, devidas a dificuldades organizacionais.

> *Desde a minha partida de Viena que sabia que a estadia era de 6 meses. Mas, não sei como foi, passado algum tempo tivemos a informação de que a volta era no mês de Maio. Havia um problema com os espanhóis que não nos deixavam passar de comboio e assim a Caritas teve a ideia de organizar um barco para o nosso regresso. Um dia apareceu a Senhora da Caritas com a informação de que a partida era no dia 9 de Junho — Vamos de Lisboa a Génova na Itália e depois de comboio a Viena. Os meus Pais não ficaram felizes com a notícia de que eu não voltava em Maio* […][1248].

Outras, contudo, seriam, como também já tivemos oportunidade de perceber através de alguns dos testemunhos apresentados, prolongadas em resultado de mútuo acordo entre os pais de acolhimento e os progenitores, na Áustria ou em país para onde emigrassem, nomeadamente no caso das crianças húngaras. Segundo Maria Medeiros, por exemplo, Eva e o seu irmão Thomas, seriam enviados não de volta para a Áustria, mas antes para o Canadá, onde a mãe teria, entretanto, fixado residência[1249]. No caso das crianças húngaras, enviadas num momento diferente e não incluídas, portanto, no âmbito deste estudo, vários seriam os casos em que os pais, em dado momento separados dos filhos no trajecto que os levaria até Viena, procurariam satisfações junto da Caritas, não tendo sido sequer informados acerca da Acção que traria até Portugal os seus filhos, até ao momento em que procurariam, junto da organização, saber do seu paradeiro[1250].

No caso das famílias austríacas, a situação seria diferente, uma vez que os pais ou entidades tutelares dariam o seu aval à partida, para Portugal, das crianças participantes. Algumas situações ocorreriam, contudo, que levariam a Caritas a ser mais cuidadosa, em relação a prolongamentos de cedência de tutela, do que inicialmente fora.

Se numa primeira fase dos transportes bastaria a existência de acordo entre as famílias portuguesa e austríaca e a devida notificação da Caritas, se necessário com referência à nova morada da família biológica, de forma a garantir que a criança poderia ser devidamente devol-

---

[1248] KUSTKA, 2009: 28.
[1249] Maria João Medeiros (31 Mai. 2016), entrevista gravada.
[1250] *Assuntos Políticos [internos e externos] da Hungria. 1956-1958.* Acessível no AHDMNE, Lisboa, Portugal.

vida na data acordada entre as duas partes[1251], numa fase posterior passaria a ser necessária a concordância de ambos os pais, ou do Serviço de Apoio a Menores e da mãe. O documento deveria ser enviado à Caritas Áustria, à Caritas Portugal e aos pais de acolhimento, por forma a prevenir desacordo de uma das partes, situação que obrigava, por vezes, ao retorno da criança antes de finalizado o tempo de estadia previsto pelas restantes partes. Numa carta dirigida a Fernanda Jardim, Leopold Ungar explica, em Inglês, a situação que justificaria tais medidas.

> *Recentemente, vários pais vieram ao nosso escritório pedindo-me, a mim ou ao Padre Müller, que lhes desse uma recomendação para que os seus filhos pudessem prolongar a sua estadia em Portugal. Nós comunicámos-lhes que não podemos conceder nenhuma autorização individual; as nossas razões para isso são as seguintes: Muitas crianças são colocadas sob tutela (por serem órfãs, etc.). Se, portanto, as autoridades legais não derem o seu consentimento para que as crianças fiquem mais tempo do que o originalmente previsto, elas podem pedi-las de volta. Além disso, em muitos casos, os pais discordam sobre o assunto. Não podemos dar uma recomendação, correndo o risco de que, mais tarde, um dos pais venha pedir o seu filho de volta. Portanto, decidimos dar permissão para prolongamentos de estadia apenas se ambos os pais derem o seu consentimento por escrito perante as autoridades legais, ou então se as autoridades responsáveis pelas crianças colocadas sob tutela derem o seu consentimento. Devem ser apresentadas três cópias do documento: uma será enviada à Caritas Portuguesa, uma aos pais adoptivos e outra ficará connosco. Achamos importante não interferir nesses assuntos, para que os pais não possam reclamar os seus filhos em caso de mudança repentina de opinião*[1252].

Além da autorização, autenticada por um notário, também um passaporte individual era necessário para que as crianças pudessem regressar com um transporte que não aquele em cujo passaporte colectivo estavam à partida incluídas, sendo que, na sua falta, não poderiam voltar a casa. A partir de determinado momento, aproximadamente correspondente à realização de transportes maioritariamente constituídos por crianças convidadas, nomeadamente para passarem em Portugal as férias de Verão, abunda a correspondência entre as duas Caritas relativamente ao envio de passaportes de crianças acolhidas em Portugal para a Áustria, a fim de ser prolongada a sua validade. Os referidos passaportes eram depois reenviados para a Caritas Portugueses e redistribuídos pelas crianças aos quais pertenciam, para que pudessem voltar a casa mais tarde[1253].

Outras situações haveria em que as circunstâncias obrigariam a estender as permanências. Numa carta à família de acolhimento de Franz Leitner, por exemplo, a Caritas Diocesana do Porto refere que, por «motivos muito graves e imperiosos», o menino terá que permanecer mais tempo do que o previsto em Portugal. Pedindo que a família guarde segredo sobre o

---

[1251] JARDIM, Fernanda (1951) — [Carta] 1951 Nov. 21, Lisboa. *Apud* MAYR, 2013: 50.
[1252] UNGAR, Leopold (1952) — [Carta] 1952 Out. 01, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[1253] CARITAS PORTUGUESA — *Correspondência trocada entre a Caritas Portuguesa e a Caritas Austríaca a respeito da prolongação de passaportes individuais*. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

facto, uma vez que outras crianças poderiam pensar que o mesmo seria a elas aplicável, não sendo esse o caso, a Caritas informa que o menino deve ficar ainda em Portugal até Abril de 1950, mais de um ano a mais, e questiona sobre se querem mantê-lo até lá ou se, sendo a resposta negativa, terão que encontrar outra família para acolhê-lo, sendo o mesmo procedimento seguido no caso de Kurt Smrcek[1254].

Outras crianças, em número que não conseguimos apurar, faleceram em Portugal. A respeito do assunto, o Padre Alexandrino Brochado referiu ter havido «meia dúzia de óbitos», «dois ou três», tendo alguns dos pequenos adoecido em Portugal, segundo nota, «poucos»[1255]. Na correspondência da Caritas Diocesana do Porto foi possível encontrar a menção a uma menina falecida em Abril de 1950, procurando saber em que cemitério se encontra, visto que «as religiosas que tinham a criança» gostariam de visitar a sua campa. Não existe, porém, nenhuma referência ao nome da criança ou onde se encontrava, ainda que tudo indique que tenha sido acolhida na diocese do Porto[1256].

Acerca da morte do pequeno Rudolf Wisnecky, conseguimos reunir mais pormenores. Acolhido em Castelo Branco, entre as «28 crianças austríacas que foram distribuídas por casas das principais famílias» da cidade, o menino seria, aos 7 anos de idade, «vítima das privações que sofrera no seu país, durante a guerra».

MORREU
uma das crianças
austriacas que se encontrava
em estágio em Castelo Branco

CASTELO BRANCO, 27.—Do grupo das 28 crianças austríacas que foram distribuídas por casas das principais famílias de Castelo Branco, das mil e tantas que vieram para Portugal, por intermédio da benemérita instituição Caritas, faleceu, vítima das privações que sofrera no seu país, durante a guerra, o menino Rudolf Wisnecky, de 7 anos, filho de Wilhelm Wisnecky e de August Wilhelm Wisnecky. O pobre pequeno, que era natural de Viena e que fôra recolhido em casa do sr. Elísio José de Sousa,

Rudolf Wisnecky

Fig. 54. Notícia relativa ao falecimento de Rudolf Wisnecky
Fonte: «Caritaskinder Wordpress»

O pai de acolhimento, «conceituado industrial», terá, segundo um jornal da época, «ordenado que o corpo do pequeno austríaco fosse depositado no seu jazigo de família», tendo assistido ao seu funeral as restantes crianças austríacas acolhidas na terra e »duas Senho-

[1254] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Mai. 30, Porto [a] família de acolhimento de Franz Leitner. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal; CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Mai. 30, Porto [a] família de acolhimento de Kurt Smrcek. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1255] Padre Alexandrino Brochado (02 Out. 2015), entrevista gravada.
[1256] BROCHADO, Padre Alexandrino (1950) — [Carta] 1950 Jun. 16, Porto [a] Fernanda Jardim. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

ras da Caritas Portuguesa», uma delas seguramente Benedicta de Liechtenstein[1257]. Numa carta enviada a Leopold Ungar, Fernanda Jardim informava da disposição da família de acolhimento do menino em contribuir para as despesas de transladação do corpo do pequeno para a Áustria, caso fosse possível e a família o desejasse[1258].

4.2.3. A partida e a vida pós-Acção

4.2.3.1. A preparação da viagem

Como previamente mencionado, a maioria das estadias seria mais longa do que o inicialmente previsto, em parte devido à complexidade na organização dos transportes de vinda para Portugal, geralmente coincidentes com os de regresso, para que os meios envolvidos fossem reduzidos ao mínimo possível. Assim, era necessário que os preparativos de ambas as viagens fossem realizados ao mesmo tempo, o que duplicava a carga administrativa envolvida no processo. Para fazer face ao descontentamento de alguns pais, a Caritas mantê-los-ia informados acerca dos desenvolvimentos e justificações relativamente aos atrasos, através de circulares[1259]. Segundo documentação analisada por Mayr, aquando da realização dos transportes maioritariamente destinados a crianças convidadas, e porque as crianças, sobretudo a partir de então, não regressavam simultaneamente à Áustria, seria dada aos pais a possibilidade de escolher a data de regresso dos filhos, entre três opções: final de Fevereiro/Março de 1950, Janeiro de 1951 ou indefinida. Os pais deveriam enviar a informação para a Caritas por escrito, sendo ressalvado que nenhuma alteração poderia ser feita posteriormente[1260].

Por vezes havia também divergências entre a Caritas Austríaca e a Portuguesa, como documenta esta carta de Leopold Ungar para Fernanda Jardim.

> *Há dois dias sugerimos ir buscar as crianças a Hendaye no dia 18 de Outubro, data que nos foi dada pela Companhia de Caminhos-de-ferro Austríacos, faltando ainda o consentimento dos caminhos-de-ferro suíços e franceses.* […] *Agradecemos que respeite essa data, uma vez que os pais estão a ficar nervosos e as autoridades escolares começam a criar-nos problemas também. Corremos o risco de, se os transportes não voltarem a tempo, as autoridades não permitirem que as crianças sejam enviadas para o estrangeiro durante o período escolar, de todo. Pedimos, então, que por favor não escrevam aos pais dizendo-lhes que tentaremos ajudá-los caso tenham dificuldades, pois não podemos fazê-lo, sob pena de colocarmos em risco a existência de futuros transportes*[1261].

[1257] *Faleceu nesta cidade um dos pequenos austríacos que aqui se encontram já há meses*. «Reconquista» (29 Ago. 1948).
[1258] JARDIM, Fernanda (1953) — [Carta] 1953 Mar. 18, Lisboa [a] Caritas da Arquidiocese de Viena. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[1259] MAYR, 2013: 143.
[1260] CARITAS DA ARQUIDIOCESE DE VIENA (1950-1951) — *Carta informativa sobre as datas de retorno previstas, 1950-12 – 1951-01, Viena*. Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 143.
[1261] UNGAR, Leopold (1952) — [Carta] 1952 Out. 01, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

Além disso, as instituições que detinham a tutela das crianças exigiam, por vezes, o regresso antecipado dos acolhidos a seu cargo. Em correspondência trocada entre a Caritas Áustria e a congénere portuguesa, por exemplo, referia-se, num caso, que a Caritas Linz encontrou uma família interessada em adoptar uma menina, pedindo que fosse enviada para a Áustria quanto antes[1262], enquanto, numa outra situação, era o Serviço de Apoio a Menores que solicitava a devolução ao país de origem de uma criança, temendo pela sua capacidade de readaptação após 3 anos de estadia em Portugal[1263].

Por vezes pressionados pelas autoridades escolares, outras vezes movidos pelo não consentimento da parte de um dos progenitores quanto ao prolongamento, ainda que forçado pelas circunstâncias, da estadia da criança junto das famílias de acolhimento, os pais contactariam, em diversas ocasiões, e como referido anteriormente, as direcções das Caritas nacionais envolvidas, ou mesmo figuras públicas austríacas, no sentido de levar a bom porto os seus intentos. Dar-se-ia mesmo o caso de um pai que, não tendo a sua filha sido informada do transporte de regresso — situação que ocorreria, segundo Mayr, com alguma frequência —, conseguiria, com o apoio do secretário-geral da Federação Austríaca de Futebol, a possibilidade de a pequena ser restituída à Áustria viajando no mesmo avião que transportaria uma equipa de futebol no regresso de Lisboa, após a participação numa partida internacional realizada em Portugal. Não pudemos confirmar se o transporte, pago pelos pais biológicos, realmente se efectuou da forma prevista, mas é certo que o pai estaria disposto a recorrer a instâncias eclesiásticas superiores e a pagar o que fosse necessário para garantir que a sua filha regressasse dentro do prazo estabelecido pela escola que frequentava ou deveria frequentar[1264].

Tais situações não eram, contudo, regra, já que, apesar dos atrasos referidos, a maioria dos pais seria compreensiva relativamente às consequências das dificuldades que se impunham a uma Acção da envergadura daquela na qual haviam inscrito os filhos.

Os pais eram informados acerca da chegada dos transportes através de carta, telegrama ou mesmo do jornal. As informações incluíam a data, hora e local da entrega das crianças, pelos acompanhantes da Caritas, aos encarregados de educação[1265].

A notícia chegava às famílias de acolhimento da mesma forma, incluindo esclarecimentos acerca da forma como deveria processar-se a preparação e a entrega das crianças nos locais de partida. Uma das primeiras circulares enviadas para o efeito apresentava a informação da seguinte forma:

[1262] CARITAS DA ARQUIDIOCESE DE VIENA (1952) — [Carta] 1952 Fev. 11, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[1263] CARITAS DA ARQUIDIOCESE DE VIENA (1952) — [Carta] 1952 Abr. 07, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[1264] MAYR, 2013: 146.
[1265] MAYR, 2013: 144.

A Caritas portuguesa profundamente reconhecida vem agradecer a colaboração de V. Ex.ª no seu sonho de arrancar à morte lenta da miséria, milhares de criancinhas, vítimas da guerra. Ela não pode esquecer como V. Ex.ª se prestou generosamente a receber algumas dessas crianças em sua casa, durante vários meses, envolvendo-as aí numa atmosfera de conforto e dedicação inexcedíveis e que certamente retemperaram a sua débil saúde para a vida difícil que ainda as espera. Compreendemos que tal carinho tenha criado funda afeição por essas crianças. Mas a hora da partida está a chegar… e é absolutamente impossível permitir que alguma fique.

1.º — Repetindo, nenhuma criança poderá, seja por que motivo for, ficar em Portugal devendo todas apresentarem-se em Fátima no dia 6 de Outubro p.f. até às 19 horas, ou no dia 5 a hora e local a combinar com as Comissões Diocesanas (Na sua falta devem as Famílias dirigir-se à Secretaria Episcopal). Não devem as Ex.mas Famílias ver nesta nossa atitude qualquer má vontade contra a grande caridade de as quererem guardar mais tempo, mas sim o não podermos de modo nenhum quebrar o compromisso tomado com as Organizações Francesa e Austríaca, nem tirar crianças de um passaporte colectivo quando não existe relações diplomáticas entre o nosso país e a Áustria.

2.º — Todas as Famílias que desejem levar as crianças directamente a FÁTIMA podem fazê-lo prevenindo a Comissão Diocesana uns dias antes, A CARITAS só se poderá encarregar do alojamento das crianças Austríacas e Francesas e pagar as despesas de transporte das crianças quando estas forem colectivamente com as Comissões Diocesanas, nada tendo com as passagens que forem directamente até FÁTIMA com as Famílias.

3.º — A exemplo das outras crianças, estas poderão levar tudo quanto as Famílias lhes oferecerem, evidentemente em quantidades relativas tendo em vista que a Caritas tem de repatriar mais de mil crianças. Não poderão levar comidas quer se estraguem ou azedem.

É ABSOLUTAMENTE PROIBIDO LEVAR DINHEIRO E ANIMAIS:

4.º — A CARITAS central, ou as Comissões Diocesanas, poderão a partir do dia 20 do corrente, entregar os papéis necessários para pôr nas malas, sacos ou cestos das crianças. ATENÇÃO — Nenhuma criança poderá levar consigo durante a viagem mais que um pequeno saco com o indispensável como seja, toalha, sabonete, etc., … e uma manta para se cobrir.

5.º — Para evitar que estraguem os seus melhores fatos oferecidos pelas Famílias portuguesas a CARITAS pede o favor de lhe vestir um que facilmente se possa lavar ao chegarem aos seus países.

6.º — Na bagagem das crianças deve ser incluída toda a roupinha velha que trouxeram dos seus países, ainda que sejam só farrapinhos.

7.º — Enviamos junto um postal para que as Famílias acusem na volta do correio a recepção desta circular o que antecipadamente a Caritas agradece.

8.º — No dia sete de manhã haverá Missa com Comunhão geral, e à noite procissão de velas como última visão de FÁTIMA e de PORTUGAL, levando cada criancinha uma vela acesa para implorar a Graça da PAZ para o mundo. Para isso pedimos à caridade das Famílias o favor de dar às crianças que lhes estão confiadas, uma vela para que nenhuma falte com a sua chamazinha acesa.

A partida colectiva das crianças realiza-se no dia 8 de manhã a hora ainda não determinada em comboio especial que partirá de Chão de Maçãs, devendo todas as crianças ficar entregues às Delegadas da CARITAS no dia sete antes da procissão das velas. Renovando o nosso pro-

fundo reconhecimento e enviando respeitosos cumprimentos, resta-nos o grado prazer de recordar a V. Ex.ª a recompensa Divina prometida à Caridade Cristã que Nosso Senhor assim exarou no Evangelho: «O QUE FIZERDES A UM DESTES PEQUENINOS EM MEU NOME A MIM MESMO O FAREIS»[1266].

Relativamente à organização da partida do transporte a que se refere a circular apresentada, Ursula Schulla dá conta, no seu testemunho escrito, do seu desagrado, considerando que o evento terá sido «muito mal organizado». Cerca de mil crianças e famílias de acolhimento terão assistido à celebração presidida, em Português, pelo Bispo de Leiria, na manhã do dia 7, a que se seguiria, à noite, a procissão de velas. Schulla refere que, na falta de outra infra-estrutura, as crianças terão abandonado as suas malas junto ao hospital, sendo ela invadida pelo temor de não mais as voltar a ver. A forma como recorda a procissão de velas sugere que a pequena se terá sentido como que obrigada a participar, e a descrição do local onde as crianças não acompanhadas pelas famílias terão passado a noite, a desilusão com que terá encarado aquela última etapa da sua estadia em Portugal.

Já não sei quanto tempo estivemos em Fátima, só que tivemos de fazer uma noite uma procissão das velas pelo santuário. Para o alojamento das crianças havia muito poucos quartos. A muito custo, o Pe. Marcos conseguiu descobrir, para a minha irmã e para mim, um quarto de duas camas, no qual estavam já quatro raparigas. Éramos, portanto, seis. Dormíamos assim três em cada cama, o que era muito apertado. Mas ao menos tínhamos um quarto em que podíamos passar a noite. Surgiu, contudo, um enorme problema. Os quartos não tinham naturalmente casa de banho e era preciso ir por longos corredores para se chegar a uma. Quando, porém, alguém saía do quarto, já não tinha a certeza de lá poder entrar de novo, porque diante da porta estavam já outras crianças à espera de encontrar algures um sítio para dormir. Quer dizer que não era aconselhável ir à casa de banho[1267].

As dificuldades não seriam para as crianças, especialmente tendo em conta as condições a que se haviam habituado em Portugal, justificáveis pelo facto de se tratar de um número tão significativo, juntando as de pelo menos três transportes. Talvez justificassem, contudo, que a concentração não voltasse a ser realizada no mesmo local.

Por vezes as delegações diocesanas encarregavam-se de enviar novas circulares, explicando às famílias pormenores que pudessem não ter ficado claros ou específicos para cada diocese. É o caso de uma circular enviada às famílias de acolhimento da diocese do Porto, a respeito do transporte de regresso que viria a realizar-se em Junho de 1949. Além do adiamento da viagem, em cerca de um mês, e de indicações acerca do horário e local de entrega no Porto, na noite anterior ao dia da partida, em Lisboa, era aconselhado às famílias que as suas

[1266] UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA (1948) — *Circular com informações acerca da partida de crianças austríacas e francesas, 1948-09-08, Lisboa. Apud* TROPA, 2018: 6-19.
[1267] CAETANO, 2005: 145-146.

crianças jantassem antes da ida, e que levassem uma merenda para o pequeno-almoço do dia seguinte, em sacos de papel, para que se pudessem libertar deles antes da partida, ficando a alimentação durante a viagem, entre Lisboa e a Áustria, a cargo da Caritas. As bagagens deveriam ser entregues na estação de Campanhã, até duas horas antes da partida do comboio que levaria as crianças até Lisboa, a um membro da Caritas, devidamente identificado como tal, contendo, por fora, uma tira verde ou amarela — conforme, supomos, a estação em que a criança descia — com a palavra Áustria e, por fora e por dentro, um impresso, distribuído pela Comissão Central, com o nome e a direcção da família. Todas as crianças deveriam levar ao pescoço o seu novo cartão de identificação — mais uma vez, verde ou amarelo, consoante o caso — devidamente preenchido, incluindo o número de volumes que acompanhariam a criança na viagem.

No caso de alguma família querer levar a criança a seu cargo a Lisboa, deveria informar previamente a Comissão Diocesana e entregá-la, até ao horário estabelecido, a um membro da mesma, podendo usar o comboio da Caritas para transportar as bagagens, seguindo as indicações fornecidas. Era ainda pedido às famílias que quisessem voltar a receber uma criança que se inscrevessem com urgência e que enviassem à Comissão uma foto «tipo bilhete de identidade» da criança[1268].

Um código de cores, presente em algumas das listas de nomes de crianças, era utilizado para distinguir as zonas de proveniência das crianças e, assim, supomos, estabelecer a organização das crianças e das suas bagagens. Todos os transportes, segundo Mayr e os testemunhos analisados, tinham em comum a grande quantidade de bagagem, sendo esta, em alguns casos, tão volumosa que teria que seguir nos dias seguintes à partida, recolhida por empresas de transporte, ou carregada por carruagens extra, anexadas aos comboios[1269]. Tal facto representaria mais um desafio logístico para a Caritas que, pelo menos aquando dos transportes de crianças convidadas, assumiria — possivelmente através das contribuições das famílias de acolhimento — os encargos com a bagagem[1270]. Em outros momentos, e segundo Mayr, terão sido os pais de acolhimento a arcar com as despesas de transporte da bagagem em excesso[1271]. A partir de 1953, pelo menos, seria estabelecido um limite de bagagem de 20 quilos por criança, a partir do qual uma verba teria que ser paga, de acordo com as taxas dos caminhos-de-ferro. Tal facto seria aplicável a um transporte de crianças alemãs, mas, supomos, também extensível a transportes de crianças austríacas[1272].

Um dos factos mais recordados nos testemunhos de crianças Caritas acerca da partida do país de acolhimento é, precisamente, o terem chegado com pouco ou nada e voltarem a casa

---

[1268] *Circular da Caritas Diocesana do Porto para a partida do quarto transporte*. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1269] MAYR, 2013: 147.
[1270] UNGAR, Leopold (1951) — [Carta] 1951 Nov. 21, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[1271] MAYR, 2013: 147.
[1272] *Caritas Portuguesa*. «Correio de Coimbra» (22 Mai. 1953), p. 3.

com mais do que podiam transportar. Segundo Manuel, neto dos Ferreira Lourenço, Elfriede recordaria a estação de Vilar Formoso como o local «onde chegou com uma mala e [de onde] partiu com três»[1273]. Com 8 anos à época, Erika Adam, que, conta, foi «muito mimada», tendo «tudo o que se possa imaginar e que na Áustria nessa altura não havia e não era possível ter», nota que chegou com «uma caixa de sapatos cheia de utensílios» e, um ano depois, regressou à Áustria com «cinco malas de porão abarrotadas de comida e brinquedos»[1274]. Também Aurelia Hayer lembra o pormenor, na sua descrição da preparação da partida.

> *Em breve chegou a Primavera e eu tive de me habituar à ideia de que daí a pouco teria de regressar a casa. Os meus pais adoptivos escreveram aos meus pais, perguntando se eu ainda poderia ficar. Os meus pais disseram primeiro que sim, mas depois que não. Foi uma espécie de vaivém — e até ao fim eu não sabia se ia partir ou não. Por fim tive realmente de partir — com muitas lágrimas da minha mãe adoptiva e grandes embrulhos e caixotes*[1275].

Além dos «embrulhos e caixotes», também as muitas lágrimas derramadas ficaram para sempre na memória de boa parte das crianças acolhidas. A forma como se desenrolou a despedida e a percepcionaram crianças e famílias de acolhimento será analisada de seguida. Algumas famílias de acolhimento continuariam a apoiar os seus protegidos enviando-lhes pacotes com alimentos, roupas e brinquedos — referidos na correspondência trocada entre as Caritas dos dois países com a palavra francesa *colis cadeaux* —, através da Caritas[1276], algumas das quais durante vários anos. Não seria raro que os pacotes chegassem aos destinatários abertos e/ou sem alguns dos elementos enviados, sendo que a Caritas Portuguesa apresentaria, em tais casos, reclamação à Companhia de Seguros que cobria os transportes[1277].

4.2.3.2. A despedida, a viagem de regresso e a readaptação ao país de origem

Para algumas crianças, a antecipação do momento, aquando da informação acerca da data de partida, causaria transtornos acrescidos. No seu testemunho escrito, Waltraud Hoffinger refere que «a dor da despedida continua hoje para mim inesquecível. Quatro semanas antes da partida havia todos os dias, ao almoço, lágrimas de ansiedade perante a separação». Acrescenta que, ainda hoje, a «oprime qualquer cena de despedida», em resultado daquela[1278]. De igual modo, Martha Kreuzhuber relata com emoção a sua reacção à notícia do regresso a casa, referindo ter chorado «durante três dias», após a notificação, convencida de que não mais voltaria a ver os seus conhecidos. Dez meses após a chegada, a «menina Martha» seria acom-

---

[1273] Manuel Godinho (07 Jun. 2018), entrevista gravada.
[1274] CAETANO, 2005: 74.
[1275] CAETANO, 2005: 182.
[1276] MAYR, 2013: 153.
[1277] JARDIM, Fernanda (1952) — [Carta] 1952 Ago. 19, Lisboa [a] Caritas da Arquidiocese de Viena. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[1278] CAETANO, 2005: 157.

panhada por «todos» os habitantes da pequena aldeia de Frechas, cada um com um «pequeno presente» para a menina austríaca[1279]. Segundo Mayr, algumas crianças interpretariam as visitas de elementos da Caritas às suas casas de acolhimento como um sinal da sua partida iminente, o que causaria àqueles a sensação de não serem bem-vindos, facto que certos supervisores relatariam em cartas enviadas aos pais, apresentando-o, por vezes, como um sinal da sua boa adaptação à vida no país hospedeiro[1280]. Tão boa que, segundo Partl e Pohl, a respeito das crianças austríacas acolhidas na Suíça, haveria, inclusivamente, na despedida dos pais de acolhimento «quase tantas lágrimas como as dos parentes biológicos antes da estadia de recuperação»[1281]. Para a maioria das crianças cujos testemunhos conhecemos, a despedida seria, de facto, dramática.

Elfriede Janda, acolhida no Porto e muito próxima do Padre Alexandrino Brochado, conta que, após um ano e meio de estadia sem escrever aos pais, ao saber que voltaria a Viena, nas suas palavras, «não para casa, porque era no Porto que eu me sentia em casa e era também aí que ia à escola», «desabou» o seu «pequeno mundo» [1282]. Segundo conta, terá ficado inclusivamente «zangada» com ambos os pais, os de acolhimento e os biológicos, uns porque a deixavam ir, outros porque a mandavam buscar, tendo já esquecido o Alemão, aquando do seu regresso[1283]. Enquanto frequentou a escola, recorda, os pais não a terão deixado voltar a Portugal, crê, porque sabiam que, se a deixassem partir, ela «não voltaria mais»[1284].

Para Fini, em ocasiões diferentes, o regresso à Áustria, um ano após a sua chegada a Portugal e aquando da sua segunda estadia, de três anos e meio, seria descrito com sinónimos: «um grande desgosto», «uma tragédia mais», «uma desgraça».

> […] *tive que ir porque o contrato era assim. Isso foi uma tragédia mais para todos, não é só para mim. Eu lembro-me em Lisboa quando entrámos no barco uma das meninas saltou para o mar, mas graças a Deus apanharam, porque não queria ir para a Áustria.* […] *Eu não saltei mas…* [silêncio] *E depois estive lá tenho impressão que 9 meses, e depois veio uma carta da Cáritas se eu podia ia para cá outra vez e as famílias pagavam. Eu não perguntei assim muito, disse logo que sim. Depois estive cá quase 4 anos. Mas isso não estava previsto, isto não era contrato.* [risos] *Não sei, nem perguntê* [quanto tempo era suposto], *o que eu queria era vir* […] *E, com 13 anos, depois tive que me ir embora, por causa da escola da Áustria, porque era obrigatório andar na escola e a família já tinha problemas porque eu nunca mais aparecia. E depois os meus padrinhos queriam que eu ficasse cá, mas a minha avó disse que uma criança não se dá e eu fui.*

[1279] CAETANO, 2005: 258.
[1280] MAYR, 2013: 148.
[1281] PARTL & POHL, *ed.*, 2005: 38.
[1282] CAETANO, 2005: 204.
[1283] Elfriede Janda (13 Out. 2015), conversa anotada.
[1284] CAETANO, 2005: 204.

Fini voltaria, a convite e expensas dos seus pais de acolhimento, como várias outras crianças austríacas, apenas 9 meses depois de deixar Portugal, sendo que os seus «padrinhos» constituiriam apenas um dos vários casos em que a família de acolhimento tentou adoptar a criança acolhida. Segundo Fini, a própria Caritas terá auxiliado no processo, que tentaremos esclarecer, tal como os procedimentos relativos a convites, no ponto seguinte. No caso de Fini, contudo, a resposta peremptória da avó e a ordem de regresso, justificada pela necessidade de a menina retomar os seus estudos na Áustria, poriam fim ao idílio, fazendo o «padrinho» chorar como só a morte prematura de um sobrinho fizera, segundo uma das suas filhas confidenciaria mais tarde a Fini. Na altura com 13 anos, a pequena, por seu lado, esconder-se-ia na despensa, esperando que a falta de ar evitasse o seu regresso a Linz. Seria uma das empregadas a encontrá-la. Fini disse, então, que preferia morrer a ir embora[1285]. Não seria caso único.

Sobre a primeira menina acolhida pela sua família, Françoise, Júlia Bicho recorda, com a ajuda da filha, Margarida:

> [Júlia] *Quando chegou a hora de ir embora ela desapareceu, não a encontrámos. Foi um problema, a correr, a ver onde estava onde não estava, até que se descobriu que estava debaixo do carro escondida. Ela não queria ir.* […] *Não queria, pronto. E os meus pais, depois mais tarde, foram a Nantes, e foram ter a casa dos pais, para a ver, ela estava na escola. Quando os meus pais se aproximaram do colégio ela viu-os, saltou da janela, sem autorização, parecia tola,* [risos] *a agarrar-se aos meus pais, e só pediam para a trazer.*
>
> [Margarida] *E o mais engraçado, a minha avó quando foi embora fez-lhe uma cestinha com uma data de recordações portuguesas para ela levar. Quando lá foram vê-la ela tinha a cestinha sem a ter aberto.*
>
> [Júlia] *Não deixava mexer ninguém.* […] *E quando foi não dizia uma palavra em Francês, ela quis esquecer o Francês.* […] *Já não voltou, franceses só vieram uma vez. Depois ela ainda esteve para vir. Os meus pais, principalmente o meu pai, ainda quis que ela voltasse, mas os pais não deixaram porque dizem que a primeira vez foi uma desgraça para se tornar a adaptar e não a deixaram vir.* […] *Porque quando lá chegou só queria vir outra vez para Portugal e não falava, para ela não voltar a passar o mesmo.*

Como referido, Júlia recorda a despedida das crianças, na fronteira, em Vilar Formoso, como um momento especialmente angustiante, não só pelo episódio que o precedeu, já relatado, referente aos confrontos entre crianças de diferentes nacionalidades, mas também pelo facto de os pequenos chorarem, agarrados aos representantes da Caritas, suplicando que não os enviassem para casa[1286].

[1285] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.
[1286] Maria Júlia Lopes Barata Ferreira Bicho Pacheco Delgado e filhos Nuno, Margarida e Luís (11 Jun. 2017), entrevista gravada.

A partida, descrita pelos jornais como «dolorosa», como tivemos oportunidade de analisar no ponto 4.2.2.1., sê-lo-ia, de facto, para grande parte dos envolvidos. Assim o descreveria Peter Zenkl que, apesar de não recordar boa parte dos factos associados à sua primeira estadia em Portugal, guarda memória do momento da partida.

> *A despedida…* […] *Sim, que me lembre chorei babas e ranho, porque cá era um paraíso, não é, nessa altura, comparado com o que havia lá.* […] *Uma família forte, com tudo e mais alguma coisa, não é, isto era um paraíso. Eu não fui para os sem-abrigo* […] *assim como os meus irmãos, não é. Portanto, tinha tudo e mais alguma coisa, e era apaparicado, e então quando era pequenito* […]. *Sei que chorei muito quando foi para me ir embora. Isso é que eu tenho impressão que me ficou marcado*[1287].

Fig. 55. Momentos da partida de alguns dos grupos de crianças austríacas acolhidas
Fonte: Col. privada Padre Alexandrino Brochado; BROCHADO, 2010: 47

Na primeira de várias crónicas acerca da partida daquele que seria apelidado como «último transporte», publicadas em «A Voz do Pastor», seriam descritas, com desmedido pormenor, as emoções vividas naqueles momentos. Antes da partida, da estação de S. Bento, dar-se-ia a concentração das crianças no Palácio de Cristal.

[1287] Peter Zenkl (21 Fev. 2017), entrevista gravada.

Foi comovedora a despedida em S. Bento […] *Nos olhos de cada criança e na alma de cada protector, podiam ler-se as palavras do poeta: «Saudade! Gosto amargo de infelizes! Delicioso pungir de acerbo espinho, que me estão repassando o íntimo peito com dor que os seios da alma dilacera!»* […] *À noite, pelas 9 horas, o Sr. Policarpo falou-lhes, apresentando-lhes as despedidas em nome do Sr. D. Agostinho de Jesus e Sousa que não pôde fazê-lo. Disse que naquele momento falava sobretudo o coração. É que as víamos partir e já estávamos habituados a considerá-los como parte da nossa família. Referindo-se à festa da despedida no Palácio, disse que as tinham comparado às andorinhas e às pombas. «Porém as andorinhas quando emigram, vão para regiões desconhecidas e vós viestes para uma terra conhecida que vos recebeu de braços abertos e com muito carinho. As pombas, quando se vão, não deixam nada. E vós deixais e deixais muito: a saudade dos nossos corações que ficarão a chorar por vós.* […] *Além disso as pombas têm hoje um simbolismo que já é conhecido em todo o mundo: são companheiras da Virgem Nossa Senhora de Fátima, mensageiras da paz que ela nos trouxe. Sede também portadoras desse espírito de paz que aqui encontrastes em Portugal. Sempre junto da Virgem de Fátima, cujo amor guardais nos vossos corações, espalhai por toda a parte a sua mensagem divina de paz e de amor». Algumas delas choravam de tal maneira que mal podiam ouvir o Sr. D. Policarpo. Pelas 10 horas partiram para a estação, onde tomaram lugar no comboio. Nas últimas despedidas, deram-se as cenas mais comovedoras que ninguém podia presenciar de olhos enxutos. A Gertrude, que estava numa família da Rua D. Manuel II, começou a chorar oito dias antes. Perdeu o apetite e quando lhe disseram que comesse, pois se fizesse assim na Áustria, iria para os anjinhos, respondeu: «Não! Que eu lá como e não é preciso insistir comigo. Ainda fico com vontade de mais. Eu lá não tenho estas coisas». Inge Hofstetter, de 9 anos, linda como uma flor, estava sufocada pelos soluços. Falámos-lhe mas nem pôde responder. O Schmid Gerfried, de 10 anos, que esteve em casa do Rev. Pe. Costa Maia, Director da Rádio Renascença, no Porto e nosso distinto colaborador, já há dias que anda um pouco nervoso, embora fosse homem calmo e sereno. Não chorava diante de nós, para se mostrar forte, mas tinha os olhos vermelhos de chorar pelas escondidas. Dissemos-lhe: «Então, Gerfried, levas muitas saudades?»*

— «Muitas, Sr. Padre.» E os olhos humedeceram-se-lhe de lágrimas.

— «E de quem levas mais saudades?»

— «Do Sr. Pe. Costa Maia.»

— «Que impressões levas de Portugal?»

— «É muito lindo, muito lindo…»

— «Lá isso é. Até se diz que é a terra "mais formosa e linda que ondas do mar e luz do luar viram ainda" mas a Áustria também não é feia.»

— «Aqui é mais bonito!»

— «E agora que vais para lá fazer?»

— «Vou estudar.»

— «Para quê?»

— «Quero ser padre como o Sr. Padre Costa Maia.»

— «Bravo! Gosto disso!» E que vais dizer àquela gente da Áustria acerca de Portugal?»

— «Que fui muito bem tratado e que Portugal é como um paraíso.»

Rosa Steinbieller, de 12 anos, e Rauber Erne, de 11, ambas de Viena, estavam desfeitas em pranto, abraçadas à sua protectora, a Sr.ª Viscondessa da Granja, que, junto delas, chorava como se fossem suas filhas. Disseram-me entre soluços que levavam muitas saudades. O inspector do

comboio já tinha avisado a partida, mas custava a separação. A Sr.ª Viscondessa, abraçada às duas crianças, como se fosse sua mãe, dizia-lhes: «Não choreis, filhas, não choreis, que ainda haveis de voltar». Mas como queria ela que não chorassem, se ainda era maior o seu pranto[1288]*?*

Na sequência desta crónica, começariam então a ser publicados os relatos do Padre Alexandrino Brochado. Cremos que se justifica uma transcrição longa de um desses relatos.

O coração é sempre o primeiro e o último a acreditar. Desta vez assim foi, na verdade. O coração não queria, não podia acreditar que aquelas crianças que durante tanto tempo foram nossas tinham de partir para as suas terras. Por sua vez também as crianças se tinham esquecido de que era forçoso voltar. A nós acontecera o mesmo. E assim vivíamos esquecidos, propositadamente esquecidos, do doloroso momento duma partida tão próxima. E esse dia chegou! Chegou bem depressa. A vida é assim! É uma separação que se renova a todos os momentos, um adeus que se repete a todos os instantes. Vivi os momentos da partida não como um simples espectador, mas como um amigo destas crianças. […] *Há momentos na vida que nós só podemos viver com os olhos humedecidos.* […] *Na maioria daqueles pequenos rostos, eu ia a dizer, na sua quase totalidade, havia lágrimas, e uma expressão magoada no olhar. Apesar de crianças ainda, elas sabiam muito bem que findavam os dias felizes que a Portugal vieram viver. Em todas se nota uma doce expressão, um meigo olhar a traduzir a gratidão pelo carinho com que foram tratadas desde o dia — como se esfumou depressa esse dia — em que pela primeira vez pisaram terra portuguesa. A partida das 1.350 crianças que a «Caritas» trouxera a Portugal foi mais emocionante do que todas as outras.* […] *Era o último turno. Quase todas, talvez todas, não voltarão à nossa pátria. Afinal aquele adeus era o último adeus. Como sempre houve lágrimas, beijos, abraços, cenas de cortar o coração. E na retina dos meus olhos ficara indelevelmente gravada a imagem linda daquela pequenita loira, com a madeixa dourada a cair-lhe sobre os olhitos rasos de lágrimas, a fitar a sua querida mãe de Portugal e a tentar fugir por entre as grades dum banco que na Igreja dos Jerónimos a impedia de se aproximar da mãe adoptiva e a gritar para que todos ouvissem: «Eu quero voltar para a casa da mamã de Portugal». Há cenas que impressionam a nossa sensibilidade duma maneira extraordinária. Não posso esquecer aquele homem baixo, grandes olhos negros, dum moreno iodado, a beijar a sua pequenita de rosto sardento, confundindo as suas lágrimas com as dela e a dizer-lhe baixinho: «Não chores, para o Verão irei ver-te à tua terra». O seu lenço branco não tem fio enxuto de tantas lágrimas ter enxugado. Mesmo assim, nervosamente, prendeu-o à extremidade do guarda-chuva para que quando o comboio partisse o agitar do seu lenço fosse a última manifestação da sua presença, da sua amizade, do seu amor. Assim foi! O comboio, indiferente, alheio a tudo, silvou e partiu. O homem baixo, de olhos negros, num último esforço levantou, levantou o mais que pôde o guarda-chuva e entrou de agitar o lenço branco. A pequenita de rosto sardento, por sua vez, estendia a cabecita loira pela janela, alongava os braços e agitava as mãozitas a dizer o mais alto que podia: «adeus, adeus paizinho, adeus…».* […] *Cenas como estas fazem chorar as próprias pedras.* […] *Só quando o comboio largou de S. Bento, por entre lágrimas e agitar de lenços, é que eu deixei de ser o «funcionário» da «Caritas» com a responsabilidade de preparar a partida e o embarque, para ser o amigo, com toda a alma, com toda a sensibilidade a viver aqueles*

[1288] F., Padre M. de, 1951: 1, 3.

momentos de emoção e de saudade. Agora sim! Agora era eu a ver, a observar, a meditar esta bela página que a «Caritas» esteve a escrever, a analisar em pormenor e em profundidade a grandeza do coração dos portugueses. Passava das onze horas da noite quando o comboio se pôs em andamento. Em Campanhã lá estava, persente, a mãe adoptiva da simpática Helga Stoeger, um coração de diamante num corpo pequenino. Queria aproveitar o último momento que lhe era dado para ver a sua criança. E quando o comboio começou a deslisar a senhora começou a correr, a correr, sem ver nada, nem mesmo os obstáculos que lhe podiam proporcionar uma queda, para só fitar a pequena Helga, até que o comboio desapareceu em direcção da ponte. A Helga essa vi-a correr dentro da carruagem à procura duma janela, doidinha, cabelos desgrenhados, calcando as suas companheiras, saltando por cima de malas e sacos, a fazer um terrível esforço para conseguir ver mais uma vez (talvez a última) a sua mãe portuguesa. Esta pequena, no dia seguinte, fui encontrá-la, inconsolável, na Igreja dos Jerónimos, chorando convulsivamente. «Então Helga? Ainda continuas a chorar? Basta de lágrimas, lhe disse eu». «Tenho tantas saudades. Parece que ainda a estou a ver (a mãe de Portugal) a correr atrás do comboio em Campanhã». Pobre pequena! Mais alto do que tudo fazia-se ouvir dentro do seu peito de criança a voz de saudade. Deixei-lhe uma palavra de conforto e de carinho e via-a partir chorosa, inconsolável, a caminho da estação de Alcântara[1289].

Maria da Luz, cujo pai levaria os pequenos Inge e Felinger até ao comboio, em Coimbra, recorda ouvi-lo contar que «eles não queriam por nada ir, e que, abraçados a despedirem-se: Papá, Áustria não! — isto o Felinger — Áustria não, papá!»[1290]. Uma história similar ficaria para sempre na família de Balbina Fernandes, que recorda ouvir o pai contar que, mais do que os muitos presentes que toda a freguesia ofereceu ao pequeno aquando da partida, fora o momento da despedida que lhe ficaria gravado na memória.

[…] *o meu pai sempre falava nele com uma lágrima e dizendo que foi uma experiência de que ele gostou muito. Falava do menino com um amor imenso, mas também dizia que outra experiência idêntica não seria capaz de concretizar porque — e aí era das referências mais sofridas dele — era a despedida, a despedida em Braga que terá sido um sufoco para ele porque o Werner dizia «Papá, papá Sr. Valente, não me deixes ir. Papá Sr. Valente, eu não quero ir.». E claro… Esta era a imagem mais profunda que ele nos passou ao longo da nossa vida*[1291].

Curiosamente, Werner não recorda o episódio em causa, ainda que tenha a noção de que a despedida terá sido «muito triste»[1292]. Também Ingunde, que se lembra do capote alentejano castanho que a protegeria do frio na viagem de comboio, «não muito confortável», que a levou de regresso à Áustria, não tem nenhuma memória do momento da partida, tampouco da chegada. Muitos anos depois, porém, a «tia» Carlota explicar-lhe-ia por que motivo a sua última fotografia com os pais de acolhimento estava cortada: «O tio Raul não queria ver-me chorar»[1293].

[1289] BROCHADO, 1951b: 1-3.
[1290] Maria da Luz Lencastre (29 Jul. 2018), entrevista gravada.
[1291] Balbina Fernandes (17 Mai. 2016), entrevista gravada.
[1292] Werner Arthofer (09 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1293] Ingunde Wieser (22 Fev. 2017), entrevista gravada.

Fig. 56. A foto com Ingunde da qual o seu «tio Raul» cortou a «tia Carlota»
Fonte: Col. privada de Ingunde Wieser

Na verdade, várias seriam as crianças que encarariam a partida com naturalidade. Nas palavras de Elfriede Drescher, a «grande pena» de abandonar a sua casa durante os 10 meses anteriores, misturava-se com as «muitas saudades» dos irmãos e dos pais, bem como com a vontade que tinha de lhes contar tudo o que vivera em Portugal[1294]. Como notaria Selma Stecher, o carinho e compreensão da família de acolhimento era, na maior parte dos casos, indubitável, mas «não podia substituir inteiramente» os dos pais e da «pátria» próprios[1295]. O resultado seriam os «sentimentos desencontrados» referidos por Ursula Mertin acerca da partida, a que se seguiria o «desejo de em breve regressar», que, no seu caso, cresceria durante a semana de viagem até casa[1296].

Outras crianças, como Hildegard Schulz, despedir-se-iam com lágrimas, mas levando consigo a esperança de um dia voltar[1297]. Seria precisamente esse o pensamento que prevaleceria na mente de Gerhard ao dizer adeus aos Amorim.

> *Os primeiros onze meses voaram para Gerhard e depressa teve que fazer de novo as malas. O seu pai adoptivo, Henrique, ofereceu-lhe alguns fatos para o pai* [uma vez que] *a mãe podia costurar* [os dela] *porque ele sabia pelas cartas que ela era uma costureira talentosa. Os sentimentos de Gerhard eram ambivalentes: por um lado estava contente por encontrar a família novamente, mas, por outro lado, os meses em Portugal tinham sido tão únicos que também era difícil despedir-se. No entanto, depois de receber garantias de Henrique Amorim e da família de que poderia voltar a qualquer momento, a partida tornou-se um pouco mais fácil, e nunca lhe*

[1294] CAETANO, 2005: 336-337.
[1295] CAETANO, 2005: 379.
[1296] CAETANO, 2005: 331.
[1297] CAETANO, 2005: 361.

passou pela cabeça, como recordaria anos depois, ser adoptado pela família, algo que aconteceria com algumas crianças austríacas. […] *A pobreza na Áustria do pós-guerra era tão profunda que algumas famílias decidiram dar aos seus filhos um futuro supostamente melhor e mais seguro. Para Gerhard isso estava fora de questão e, então, ele voltou para Viena, com muitas histórias e experiências, boa saúde e autoconfiança*[1298].

Fig. 57. Partida de crianças austríacas da diocese do Porto
Fonte: Col. privada do Padre Alexandrino Brochado

Várias seriam, de facto, as famílias que, como teremos oportunidade de analisar com maior cuidado no ponto seguinte, tentariam adoptar legalmente as crianças acolhidas. Para essas, a partida das crianças que haviam formado parte da sua vida quotidiana seria também muito marcante. Se para os pequenos era o fechar de um capítulo feliz nas suas vidas, para os adultos que os haviam integrado no seu quotidiano seria uma perda repentina, e o lugar por eles deixado lembrança de uma ausência muito sentida.

As minhas emoções quanto àquela época são um pouco nebulosas, mas sei que os meus pais sentiram uma saudade amarga e dolorosa ao dizer-lhe adeus. Deram-lhe um enxoval completo e ficaram a corresponder-se com ele (sendo as cartas traduzidas pela primeira mulher do meu tio paterno Mário, a tia Dinora), e só passados muitos e muitos anos é que o voltaram a ver, quando ele, já adulto, os visitou[1299].

A saudade seria, por vezes, tão dolorosa que levaria a consequências extremas. Após ter tido o seu regresso adiado por três vezes, Annemarie Wiesmayr, que esquecera o Alemão e não queria voltar a casa, de tão feliz que se sentia na pequena aldeia de S. Pedro do Corval, com a sua família de acolhimento, as muitas amigas que entretanto fizera na escola e «todas as pessoas»,

[1298] SCHIESSER, 2015: 22.
[1299] BASTO, 2006.

conta que, ao chegar à Áustria, além de uma «casa horrível» e da mãe chorosa, por não conseguir comunicar com a filha, tinha também, à sua espera, uma carta de Portugal. A missiva, escrita pela mãe de acolhimento, dava-lhe a mais infeliz das notícias: o pai português falecera no porto de Lisboa, aquando da despedida, com um ataque cardíaco resultante da comoção[1300].

Fig. 58. Partida de crianças austríacas, a 9 de Junho de 1949
Fonte: Imagem cedida pelo ANTT

Muito menos dramática mas também desoladora seria a partida de Hannelore, precisamente no dia do seu décimo aniversário, em 1949. Para a sua despedida, a sua querida «avozinha», D. Zélia, que «nunca saía de casa» nem «visitava ninguém», haveria de deslocar-se à estação de comboio, tendo chorado como nunca antes na sua vida, nem mesmo aquando do falecimento do seu irmão, segundo a própria lhe confessaria aquando do seu regresso, quatro anos mais tarde. Os amigos que fizera em Portugal, porém, fariam da sua viagem uma história com vários capítulos felizes.

> *Com a D. Zélia foi realmente de partir o coração.* […] *Dos Correias despedi-me antes. Alguns dias antes de partir, fui a casa deles com a Maria Augusta e despedi-me e eles deram-me presentes e o Primo Doutor deu-me um pequeno livro e escreveu alguns versos dedicados a mim. Depois os filhos*

[1300] CAETANO, 2005: 65.

dele, […] *os meus futuros maridos!* [risos] *João e Camilo, foram à estação de Coimbra para dizer--me adeus quando o comboio passou. Lembro-me que era de madrugada. Também no Porto havia uma sobrinha da D. Zélia e o marido dela,* […] *eles também foram à estação e deram-me uma linda pulseira que eu ainda tenho. E então em Lisboa estava uma prima da Maria Augusta que foi ver-me antes de embarcarmos no navio, porque viajámos de navio de Lisboa para Génova e, de lá, de novo de comboio até Viena.* […] *Em todas as estações, foi realmente adorável e tão gentil. Incrível*[1301].

Fig. 59. Crianças austríacas à espera do comboio que as levaria até Lisboa para viagem de regresso a casa, Régua, Junho de 1949 (Hannelore é a menina mais à direita)
Fonte: Col. privada de Hannelore Martinovsky[1302]

Numa das primeiras páginas do livro «Gente de Palmo e Meio», de Augusto Gil, o «Primo Doutor» João Araújo Correia dedicar-lhe-ia as seguintes palavras:

Se tu eras a andorinha, que me trazia enlevado,
De manhã e à noitinha, no beiral do meu telhado,
digo-te adeus com o lenço…
Já vejo as aves em linha, mas entro, enfim, sossegado,
Na minha pobre casinha
Do beiral do meu telhado ficou-te o ninho suspenso[1303].

[1301] Hannelore Martinovsky (22 Mar. 2017), entrevista gravada.
[1302] Empresa Pública jornal O Século, Álbuns Gerais, n.º 100, doc. 0549Z. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
[1303] CORREIA, João de Araújo (1949) — *Despedida à Hannelore Martinovsky, 1949-06-03, Régua. Apud* MARTINOVSKY, 2015: 110.

Para muitas crianças, porém, o regresso não seria tão poético. Viajando de comboio, e já desiludida com a organização da concentração em Fátima, Ursula Schulla refere ter também voltado a casa num comboio com crianças a mais em cada compartimento, o que, num itinerário de quatro dias, durante os quais as crianças dormiam no chão, em cima dos próprios casacos, significaria que várias delas chegariam a casa doentes e «indizivelmente sujas». Para Ursula, que chegara a Portugal de avião, a situação seria uma novidade, bem como o facto de não ter onde se lavar durante toda a viagem[1304]. Para Annie seria o segundo transporte realizado por via marítima, apesar disso não deixaria de ser memorável pelas piores razões.

> *Ai foi horrível. Chorámos todos. Todos ficámos muito tristes. Eu naquela altura não queria ir porque nunca sabia se voltava, não é? Embora dissessem: «Ai, voltas cá, voltas», mas* […] *ainda estava lá ocupado, nunca se sabia o que ia a acontecer.* […] *já gostava de estar lá, conhecia toda a gente, já conhecia tudo… E passado 10 meses tínhamos que ir e tinha que se embarcar aqui no Porto para ir a Lisboa, e como a tia conhecia o padre Brochado pediu-lhe a ver se íamos a Lisboa.* […] *Ele lá deixou e fomos a Fátima e embarquei. Depois custou-me muito… Chorámos as duas, os três* [risos] *e lá fui de barco. Mas para lá* […] *éramos 1.000 ou 2.000 miúdos, com os acompanhantes e a tripulação era para aí 4 ou 5 mil pessoas e havia mau tempo… Ai meu Deus… Eu já tinha medo de andar de barco, com o mau tempo não faz ideia. Olhe, todos* […] *era assim um corredor comprido e tinham várias casas de banho* […] *em baixo estava tudo vomitado* […] *Nós entrávamos e bjjjjjjjj… enfiávamo-nos logo por aí dentro. Olha, era braços partidos, pernas partidas… Eu por acaso não caí porque* […] *nem fui lá, e os empregados sempre a limpar.* […] *Havia lá médicos também* […] *e enfermeiros.* […] *E havia muito nevoeiro.* […] *Andámos um dia atrasado, com um temporal… O barco partiu a casca, andava assim… Ai meu Deus… Depois tínhamos que ir todos para baixo, ninguém podia ficar em cima porque podia vir uma onda mais forte e o barco também — isso também foi uma causa — foi pintado de fresco, as máquinas. Portanto, aquele cheiro das máquinas, a ondulação… Olha, foi uma desgraça.* […] *quando nós chegámos lá era o fim de tarde, outra vez a Itália, e já estava à espera outro transporte, que estavam já há um dia lá no comboio, atrasados. Já não tinham comida, já não tinha nada. E então, nós éramos para ficar essa noite ainda no barco para depois de manhã cedo embarcar.* […] *Mandaram-nos para a cama, nós despimos, fomos para a cama. Depois passado um bocado diz: outra vez todos vestir, vamos embarcar. Lá fomos vestir outra vez todas, lá descemos das coisas, e também enjoei naquela viagem.* […] *Era muito complicado. Mas de madrugada lá saímos de Itália e passados 3 dias chegámos à Áustria. E lá estava a minha mãe e o meu pai, e estava tudo à espera… E eu estava com saudades mas era daqui. E percebi tudo o que eles diziam mas respondia às vezes em Português*[1305].

As consequências da viagem recordadas por Annie não são referidas em nenhum documento oficial, pelo menos dos consultados no âmbito desta investigação e das anteriormente realizadas. Não seria surpreendente que a Caritas não fizesse questão de partilhá-los, mas

[1304] CAETANO, 2005: 143.
[1305] Johanna Oswald (25 Mai. 2016), entrevista gravada.

também não o seria que uma criança envolvida em momentos de pânico, como aqueles que certamente se viveram a bordo, tivesse uma perspectiva fatalista dos eventos. Também Fini a teria mas a respeito das dificuldades linguísticas mencionadas por Annie. Apesar de todos os seus esforços para ficar em Portugal, Fini acabaria por voltar pela segunda vez à Áustria e, tal como da primeira vez lhe acontecera, e acontecia, segundo refere, a «quase todos e todas», seria «uma desgraça» conseguir lembrar o Alemão, ainda que na segunda ocasião o facto de ser «mais crescidinha» minorasse as consequências.

> *Só estas que tinham em casa cá alguém que falasse Alemão* […]. *Era melhor assim como nós* […]. *A primeira vez que nós viemos para cá quase todas perderam o Alemão, mas depois num instantinho sabe-se outra vez falar a língua materna.* […] *Da segunda vez quando eu fui para lá esqueci-me muito porque* […] *não tinha tempo de falar com ninguém* […] *mas… o que eu precisava de saber não esqueci.* [risos] […] *imediatamente* [voltei à escola]*, embora que não sabíamos falar Alemão, mas tínhamos que ir. Eu lembro-me que o meu primeiro ditado era tudo vermelho.* […] *Com a minha avó falava muitas vezes em Português. Ela dizia sempre sim, eu pensava: «Então, porque é que a senhora diz sim?»* [risos] *Foi pouco tempo, umas semanas ou uns meses*[1306].

Várias seriam, de facto, as crianças que relatariam dificuldades sentidas a nível linguístico, visto que, para muitas, a estadia em Portugal se resumiria a contacto permanente com a Língua Portuguesa e, nos casos em que existiu, só muito esporadicamente com a sua Língua materna. A idade teria também um peso óbvio nesta maior ou menor dificuldade em recordar o necessário em Alemão, o que representaria, para algumas crianças, um problema na reintegração, nomeadamente a nível escolar. Elfriede Drescher, por exemplo, recorda que, à chegada à Áustria, ela, que contava as suas histórias às fotografias dos familiares, enquanto estava em Portugal, acabaria, ao fim de 10 meses, por ter dificuldades em fazê-lo a viva voz, tendo tido também, segundo conta, grandes dificuldades no seu regresso à escola. «Com grande empenho e ambição», porém, conseguiria ser bem-sucedida na sua terceira classe e até contar, uma vez por semana, aspectos da sua passagem por Portugal a toda a turma. Em 1952 seria convidada pelos pais de acolhimento, de quem já sentia saudades, para nova estadia de 6 meses. Desta vez, todavia, a professora mandaria todas as semanas os trabalhos escolares de Alemão e Aritmética, para que a menina pudesse manter-se a par da matéria dada[1307]. Segundo Mayr, tal prática passaria a ser comum a partir da década de 1950, coincidindo com o momento em que as escolas começavam a ser mais exigentes relativamente à frequência das aulas. Numa carta aos pais das crianças de um transporte cujo regresso à Áustria estava atrasado, Fernanda Jardim afirmaria:

[1306] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.
[1307] CAETANO, 2005: 337.

> *Iremos agora enviar duas vezes por mês exercícios em Alemão escrito e matemática para as crianças em idade escolar, de modo a não esquecerem o que aprenderam na Áustria. Temos tomado medidas para aliviar as dificuldades entre os pais e os professores na Áustria, e espero sinceramente que esta medida seja um sucesso*[1308].

Se algumas crianças não eram sequer capazes de «alinhar uma frase completa» na Língua materna, como seria, segundo Balbina ouviu à sua mãe, o caso de Werner[1309], de quem o próprio irmão mais velho, regressado de uma estadia em Espanha, faria troça por isso mesmo[1310], outras, como Alois, refeririam que, no regresso a casa, «não queria[m] falar Alemão». Segundo conta, o seu pensamento era em Português, pelo que quando tentava falar era obrigado a traduzir para a Língua materna. Até ao fim de uma semana, afirma, teria dificuldades, limitando-se a colocar as mãos nos bolsos e a dizer: «Não fala Alemão!» Além disso, o facto de ter perdido o ano em que deveria ter aprendido a gramática alemã deixaria para sempre as suas marcas[1311].

Segundo recorda, Annie deveria ter permanecido em Portugal apenas 3 meses, mas acabaria por ficar 10, na primeira estadia, à qual se seguiriam pelo menos duas outras, com a Caritas. Os seus estudos, refere, sofreriam com o atraso, mais ainda em resultado da sua segunda passagem, cuja duração prevista de 4 meses acabaria por resultar em 2 anos no país de acolhimento, durante os quais ingressaria no ensino português, tendo que recuar 3 anos, aquando do regresso à Áustria[1312]. Também Gerhard atrasaria os seus estudos devido à estadia no Sul, no caso, tornar-se-ia num frequentador habitual da quarta classe. As suas três passagens por Portugal, com o patrocínio da Caritas, significariam que teria que repetir o mesmo ano escolar por quatro vezes. A matéria, reza a história da família, ficar-lhe-ia na memória durante muito tempo, em Português. O facto, porém, orgulha-o, não tendo em momento algum dado por desperdiçado o tempo dispensado a reviver as aventuras e a experienciar a descontracção do seu país de acolhimento[1313].

Após a sua estadia em Portugal, durante a qual, refere, teve saudades da sua mãe e família, Hannelore sentir-se-ia, ao chegar à Áustria, «desapontada». Depois de ser «mimada e admirada por todos» no país de acolhimento, graças aos seus olhos e cabelos claros e ao estatuto da sua protectora na região, a pequena austríaca, que se sentira «uma celebridade», voltaria a Viena, à sua realidade, e, nas suas palavras, «com os pés à terra». Apesar de ter enfrentado, nos primeiros dias, algumas dificuldades com a Língua materna— as quais encara hoje com naturalidade, habituada que está a deixar de falá-la com frequência e a ter depois que se

---

[1308] JARDIM, Fernanda (1950) — [Carta] 1950, Lisboa [a] pais de acolhimento. Col. privada de Hannelore Maurracher. *Apud* MAYR, 2013: 125.
[1309] Balbina Fernandes (17 Mai. 2016), entrevista gravada.
[1310] Werner Arthofer (09 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1311] Alois Sablatnig (26 Abr. 2017), entrevista gravada.
[1312] Johanna Oswald (25 Mai. 2016), entrevista gravada.
[1313] SCHIESSER, 2015: 22-23.

reabituar a encontrar as ideias e palavras correctas em Alemão —, recorda que o seu regresso às aulas não poderia ter sido mais facilitado.

> *Eu voltei à escola e dei-me muito bem depois daquele ano em Portugal, acho que porque eu estava tão relaxada.* […] *Era como se eu tivesse readquirido a minha força vital. Estava muito mais segura de mim mesma do que antes. Portugal tinha-me dado autoconfiança, a mim, que era, não tímida, mas, demasiado obediente e séria*[1314].

Outras crianças, porém, teriam sérias dificuldades em adaptar-se de novo à vida de volta à destruição da Áustria do pós-guerra. As melhorias, em termos económicos e sociais, meramente «marginais», que mantinham Viena como uma cidade «cinzenta», e o ambiente «depressivo», causado pela ocupação «sem fim à vista», e as dificuldades e «proliferação do mercado negro, do crime e da corrupção» por ela causados, descritas por Gerhard[1315], fortaleceriam, em muitas crianças, o desejo de voltar a Portugal. Para outras, contudo, a possibilidade não era real, ao contrário das consequências. Peter Pross senti-lo-ia na pele.

> [Luís] *Ele depois contou-me que quando chegou lá, habituado com uma casa cheia de gente, a fruta era ir ao quintal apanhar laranjas… Chegou lá, não tinha nada, nem amigos… Vê-se na fotografia que ficou na Visão, que ele está com um ar triste, que apanhou uma…* […] *depressão quando voltou. Continuou na mesma casa de antes da guerra, ao lado de um espaço militar.*
>
> [Adelino] *Também porque ele chegou lá e não sabia falar Alemão* […] *esteve depois uns meses até reaprender o Alemão.* […] *Também aí sofreu um bocado*[1316].

Geralmente, quem mais sofria eram, todavia, os pais. Há meses à espera da chegada dos seus filhos, enfrentariam, ao finalmente reencontrá-los, sentimentos contraditórios. Se, por um lado, se alegravam com o seu bem-estar-físico evidente, por outro, «terão ficado afectados ao deparar-se com uma criança quase estranha, que já não sabia falar a própria Língua e tinha um aspecto bastante diferente» do daquela que haviam visto partir rumo a Portugal, meses antes[1317]. Elfriede Münzker conta que, 11 meses depois, a mãe desesperava porque a sua filha mais nova já não sabia uma palavra de Alemão, valendo-lhe a irmã mais velha, que estabelecia a ponte entre as duas[1318]. Pauline Haberl, cuja estadia fora prolongada contra a vontade dos pais, e possivelmente até sem o seu conhecimento, exigindo a intervenção da Interpol, levaria os progenitores das lágrimas de alegria às lágrimas de tristeza em pouco tempo. A menina já só recordava duas palavras na sua Língua materna: «mamã» e «papá», sendo que, tal como muitas outras crianças, se habituara a tratar a outros como tal[1319].

[1314] Hannelore Martinovsky (22 Mar. 2017), entrevista gravada.
[1315] SCHIESSER, 2015: 22-23.
[1316] Luís Rocha San Miguel Bento e irmãos Adelino, Helena e Manuel (30 Mar. 2016), entrevista gravada.
[1317] MAYR, 2013: 150.
[1318] CAETANO, 2005: 308.
[1319] CAETANO, 2005: 405.

Ilse teria uma experiência ainda mais radical, logo à chegada à estação austríaca. No seu livro de memórias acerca da Acção e respectivas consequências na sua vida, descreve, mais uma vez, com pormenor, a sua viagem de regresso e os momentos que se lhe seguiram.

> *Chegou o dia em que recebemos a notícia de que a partida era no dia 9 de Junho. Depois foi tudo muito depressa. Fizemos a última viagem a Queluz para me despedir da Mãezinha e da Milai. Em Lisboa, a última visita a casa da tia Bia e do tio João. A mala foi preparada, também ia levar um pacote de coisas boas para comer com os meus pais. Tive muita pena quando chegou a despedida da minha irmã Ilona porque depois lá em Viena ela me fazia falta. O Vati e a Mutti levaram-me para a Gare Marítima de Alcântara, tiraram-me a última fotografia.* […] *Não havia tempo para ficar triste porque lá estavam muitas crianças e tinha de ser tudo muito depressa. O navio era muito grande, mostraram-nos os camarotes, explicaram o programa do dia e a grande viagem começou. No primeiro dia o tempo foi bom.* […] *Num dos dias havia muito vento. Vimos ondas tão altas, pareciam montanhas, e o barco em baixo. Muitas crianças começaram a vomitar. Também eu. Fomos ao médico, recebemos remédios, mas não ajudaram muito. Depois de dois dias o tempo melhorou. Continuámos uma boa viagem. Depois de 5 dias chegámos a Génova. Lá já estava à nossa espera o comboio e quando saímos do barco vimos pequenos austríacos que mudaram do comboio para o barco para irem a Portugal. Nós já éramos «os grandes» porque já estivemos lá, conhecemos o país, a gente, e o que vale mais de tudo: sabemos falar Português e os coitadinhos não sabem nada. Dois dias depois chegámos a Viena. Era o dia 16 de Junho de 1949 às 6:30 da manhã. Saímos do comboio e ficámos à espera dos nossos Pais. O meu Vati chegou, foi ler a minha ficha e disse à Mutti: — Está escrito Ilse Preschinsky, eu não a conheço mas é a nossa Ilse. Engordei tanto em Lisboa, saí com 34,80 kg, quer dizer, engordei 10 kg. Com grande alegria me davam as boas-vindas. Falavam e perguntavam. Percebi tudo mas respondi em Português. Tinha grandes dificuldades com o Alemão. Também a minha avó e o meu primo Manfred estavam com os meus Pais à minha espera. O primeiro tempo para mim não foi fácil. Mudar da riqueza para a vida pobrezinha. Fiquei muito triste, faltavam-me os meus pais de Lisboa e a Ilona, os hábitos que lá aprendi. A vida em Viena era toda diferente. Um dia a Mutti fazia uma salada de tomate e eu queria ensinar como se fazia — tirar a pele e os caroços. O que eu ouvi foi o seguinte: — Somos pobres e os pobres comem tudo! Isto foi uma bofetada na minha cara. Nunca mais eu quis dizer alguma coisa do que aprendi lá no meu Portugal — sofria, mas não era capaz de calar a boca sempre, e um dia pedi à minha mãe para fazer batatas fritas. — Batatas fritas não, minha querida. Só as vou fazer para os teus anos, fritar é caro. O tempo passou e eu aprendi a viver com as saudades de Portugal. Em Setembro começou a escola e eu tinha de fazer a segunda classe com outras colegas* [sem saber] *nada do que* [elas] *aprenderam durante o ano. Escrevi cartas para os meus queridos de Lisboa e quando chegou o Verão do ano seguinte eu fui convidada para ir a Lisboa, mas os meus pais não me deixaram*[1320].

[1320] KUSTKA, 2009: 28-34.

Fig. 60. Ilse a 21 de Novembro de 1948 e no dia do embarque para regresso à Áustria, Gare Marítima de Alcântara, Lisboa, a 9 de Junho de 1949
Fonte: KUSTKA, 2009: 20 e 35

Segundo Mayr, o caso de Ilse não seria único, sendo comum a surpresa dos pais relativamente ao aspecto dos seus filhos. Outro factor que, em alguns casos, causaria também algum desconforto seria o «excesso de bagagem». Se, por um lado, produtos como a manteiga, o café, o açúcar ou a carne seriam muito apreciados pelas famílias, por outro lado, a grande quantidade de roupas e brinquedos novos preocupava, por vezes, os pais, que consideravam os presentes um desperdício, dadas as condições que teriam para os utilizar, e um motivo de ciúmes para outras crianças, nomeadamente, outros filhos[1321].

Algumas crianças enfrentariam, já em Portugal, esse mesmo dilema. Com quatro irmãos, dois dos quais tinham sido acolhidos na Suíça mesmo antes da sua partida, Elfriede Drescher sentiria, durante a sua estadia no país por ela escolhido pelo som da palavra, um «enorme peso na consciência». Durante as refeições fartas proporcionadas pela família de acolhimento, recordava sempre os irmãos que haviam ficado na Áustria, e questionava-se «porque é assim neste mundo?». Parecia-lhe injusto que ela tivesse tanto e eles, em casa, «absolutamente nada»[1322]. Ingunde, cuja irmã viajaria, mais tarde, para a Holanda e cujo irmão nunca chegaria a participar de um transporte de recuperação, haveria de sentir o mesmo, mas apenas em perspectiva, muitos anos depois.

[1321] MAYR, 2013: 151.
[1322] CAETANO, 2005: 335.

> *O meu irmão, quando organizou as coisas após o falecimento dos nossos pais, encontrou uma carta onde o nosso pai escreveu: «Muito obrigado por tudo» e «a nossa filha estava tão bem lá na vossa casa», e depois escreve que eles mandaram connosco muitas coisas… Eu recebi tecido bom, fizeram-me vestidos bons e como era costume bastante comprido, então cresci* [e] *ainda tinha vestido. E isso era muito bonito e eu achei eles ficarem impressionados que eu devo ter cantado e dançado mostrando tudo, «isso é isso, isso é isso».* […] *Agora, claro, eu não apercebi que talvez para os meus irmãos era difícil. Eu estava no centro do interesse.* […] *Os irmãos que estavam lá em casa e eu voltei… E depois o meu pai, quando eu li aquela carta* […] *ele disse que eu dançava e explicava em Português o que eu tenho, «é isso, é isso… e esta coisa». Pois é, mas eu não me dei conta que isso podia magoar talvez os meus irmãos. Isso não sei*[1323].

Alguns dos regressados sentir-se-iam, como refere Mayr, «alienados de si mesmos»[1324], num ambiente que lhes era agora estranho, já habituados a uma realidade totalmente diferente daquela que deveria ainda ser a sua e, além de tudo, muitas vezes, incapazes de comunicar de forma eficiente, pelo menos nas primeiras semanas. Alguns seriam os recursos utilizados para fazer face a tais situações, dos quais trataremos de seguida. Para as famílias de acolhimento, por outro lado, a sensação de dever cumprido suplantaria tais aspectos, sendo, regra geral, desconsiderados.

> *A despedida… Enfim, foi adiada e o adiamento é a prova máxima de que era uma coisa difícil.* […] *ela vai de Vilar Formoso de comboio, o meu tio, segundo a minha avó, acompanhou-a até Lisboa.* […] *Há uma fotografia da despedida, da família e de um casal vizinho amigo e até da melhor amiga dela, e isso é uma prova clara do quanto foi significativa e marcante a despedida da Elfriede na família e no Vilar Formoso que a acolheu.* […] *a minha avó contava que a mãe quando recebe a Elfriede escreve uma carta a agradecer e a dizer que teria sido uma grande alegria, mas que, ao mesmo tempo, teria sido uma grande angústia porque entre elas tinham muita dificuldade em se entender pela diferença que havia na linguagem. Penso que rapidamente ela volta a adaptar-se, se calhar não tão rápido quanto se adaptou com o Português porque já numa idade diferente, mas, pronto, ela depois acaba por regressar à Áustria e infelizmente nunca mais volta a Portugal*[1325].

Apesar da gratidão, geralmente referida, quer pelas famílias de acolhimento quer pelas próprias crianças, e comprovada pela correspondência trocada entre as duas partes, os períodos de readaptação dos pequenos à família biológica e às condições do país de origem seriam, por vezes, tão ou mais longos do que os períodos de adaptação a Portugal, e certamente mais duradouros do que as cartas enviadas ao país de acolhimento poderiam fazer crer, como veremos de seguida. As famílias portuguesas guardariam, essencialmente, a imagem do

---

[1323] Ingunde Wieser (22 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1324] MAYR, 2013: 150.
[1325] Manuel Godinho (07 Jun. 2018), entrevista gravada.

agrado das crianças com as muitas ofertas com que as presentearíam antes da partida, e de tristeza relativamente ao afastamento daquela realidade, para muitas famílias de acolhimento, a única que conheciam.

> *Quando foi embora, isso ele ia feliz, triste por um lado, contente por ir ver os dele e feliz porque ia cheio de prendas. A minha mãe mandou-lhe fazer um fato… Ele quando veio trazia uma calça assim a meio das pernas com uns elásticos, franzido, e ele gostava muito de ver um homem de fato, e a minha mãe mandou-lhe fazer um fato, ele quando enfiou o fato olhava por ele abaixo…* [risos] *satisfeito da vida.* […] *E a minha mãe também ficou feliz de ter entregue o menino direitinho, como se costuma a dizer, não é, porque é uma responsabilidade grande ter assim uma criança.* […] *Pronto e lá foi embora. Foi muito reconhecido, durante vários anos, desde que ele aqui esteve.* […] *Foi, foi muito dedicado, foi. E agradecido* […] *e depois, quando ele foi embora, a mãe escreveu uma carta muito bonita* […] *a agradecer muito tudo o que tinha feito pelo filho e que gostava que nós que fôssemos lá a casa e tudo o que precisámos da família que estava ao dispor.* […] *A minha mãe gostou muito, ficou muito comovida na altura* [mas] *Os meus pais* […] *Gostavam muito de ouvir o sino da freguesia.* [risos] *Não gostavam muito de sair. E antigamente também era diferente de agora*[1326].

Para algumas crianças, porém, como é visível no testemunho de Ilse, anteriormente transcrito, os hábitos adquiridos no país de acolhimento, que davam às crianças uma sensação de conforto e aos pais de acolhimento a certeza de que estavam a fazer aquilo com que se haviam comprometido, criavam, em alguns casos, um certo menosprezo pelas parcas possibilidades das famílias de origem, o qual resultava, por vezes, em conflitos entre pais e filhos, visto que a situação social e económica das famílias de acolhimento era, claramente, melhor do que a possível na Áustria do pós-II Guerra Mundial. De regresso ao país de origem, as crianças ver-se-iam, como expressa Hannelore, muito menos «celebradas» do que em Portugal, e tendo, de novo, de cumprir as obrigações diárias que, em alguns casos, não fariam parte do seu quotidiano durante a temporada de restabelecimento. Os pais, por seu lado, esforçavam-se, essencialmente, no sentido de as crianças voltarem a falar Alemão rapidamente e recuperarem o tempo «perdido» em termos de desempenho escolar[1327]. Para as crianças, o contacto com Portugal e com aqueles que haviam vivido o mesmo tipo de experiência que eles revelar-se-ia, em alguns casos, essencial.

4.2.3.3. Contacto com a família de acolhimento e relação com Portugal

A Caritas procuraria garantir que o contacto entre as crianças, de regresso à Áustria, e as suas famílias de acolhimento, em Portugal, era mantido, por um lado, para que os laços criados não se perdessem, por outro, porque era especialmente difícil para as famílias separarem-

[1326] Maria de Fátima Correia Soares e sobrinha Ema (08 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1327] MAYR, 2013: 155.

-se dos pequenos que delas haviam feito parte durante tanto tempo. Para tal, a Caritas Portuguesa ofereceria, como já foi mencionado, um serviço gratuito de traduções de correspondência, pelo menos a partir de 1950, ano em que partiu aquele que seria apresentado como «último transporte». As famílias na Áustria seriam notificadas por carta, por parte de Fernanda Jardim, usualmente em correspondência não directamente relacionada com o assunto, de acordo com os documentos da Caritas Portuguesas a que tivemos acesso. Tal como ocorreram, em várias situações, pedidos de informações à Caritas Portuguesa acerca de determinadas crianças acolhidas, várias cartas seriam também enviadas por Fernanda Jardim à Caritas Austríaca, pedindo a intervenção do organismo no sentido de pressionar as famílias de origem a motivar ou, pelo menos, permitir o contacto escrito com as famílias de acolhimento, visto que, em várias ocasiões, aquelas perderiam completamente o rasto das crianças acolhidas, depois de enviadas para casa. As missivas seriam também, por vezes, dirigidas às próprias famílias, no caso, supomos, de algum contacto ter sido previamente estabelecido com aquelas. Na sequência destas, pelo menos numa situação, a Caritas Austríaca escreveria também aos pais, dando conta do descontentamento relativamente a algumas situações verificadas.

> *Nos transportes anteriores, nós passámos, infelizmente, pela triste experiência de alguns pais, assim que a criança voltasse para casa, não escreviam mais aos pais de acolhimento e ainda impediam a criança de escrever uma carta de agradecimento. Naturalmente os pais de acolhimento ficaram muito ofendidos, e foi uma situação muito desagradável para nós. Por isso, vimos pedir que escrevam logo após a chegada. Os pais de acolhimento têm grande apreço pelas crianças, e a despedida foi realmente difícil*[1328].

Naturalmente, tendo em conta que a Europa ainda se restabelecia da destruição do segundo conflito mundial, e como já acontecera com alguma da correspondência enviada pelas crianças para a Áustria, por vezes as cartas perdiam-se, sendo que em alguns casos a mudança de morada sem notificação à Caritas o justificava. Em certas situações, contudo, era deliberadamente que os pais cortavam o contacto dos filhos com Portugal. Por ciúmes, no sentido de evitar distracções ou, talvez até, mais sofrimento às crianças, por se focarem constantemente no bem que tinham deixado na terra de acolhimento, alguns pais proibi-los-iam de escrever às famílias de acolhimento ou ocultariam as cartas recebidas de Portugal. Fini vivê-lo-ia na primeira pessoa.

> *Muito tempo* [continuou a escrever] *e depois um dia eu escrevia e já não me davam resposta, e, anos depois disso, soube que a minha mãe não me dava as cartas. E muitas mães faziam isso porque tinham ciúmes, porque nós sempre falávamos de Portugal e eu com a minha mummy, não é… E depois pensei «bom, se calhar também já na' querem saber de mim», mas o meu*

[1328] LIECHTENSTEIN, Benedicta; SEILERN, Ilona (1952) — *3.ª Carta aos Pais, 1952-02, Lisboa.* Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 153.

marido dizia sempre «tu deixaste três quartos do teu coração em Portugal, um dia tens que ir para lá». E isto é que ele disse sempre «eles não se esqueceram de ti, tu qualquer dia tens que escrever». Mas eu já não sabia escrever em Português, e muitíssimos anos depois diz-me ele assim […]: *«não, tu não vais embora porque este ano vamos passar férias a Portugal». Pensei «o homem 'tá doido!»* [risos][1329].

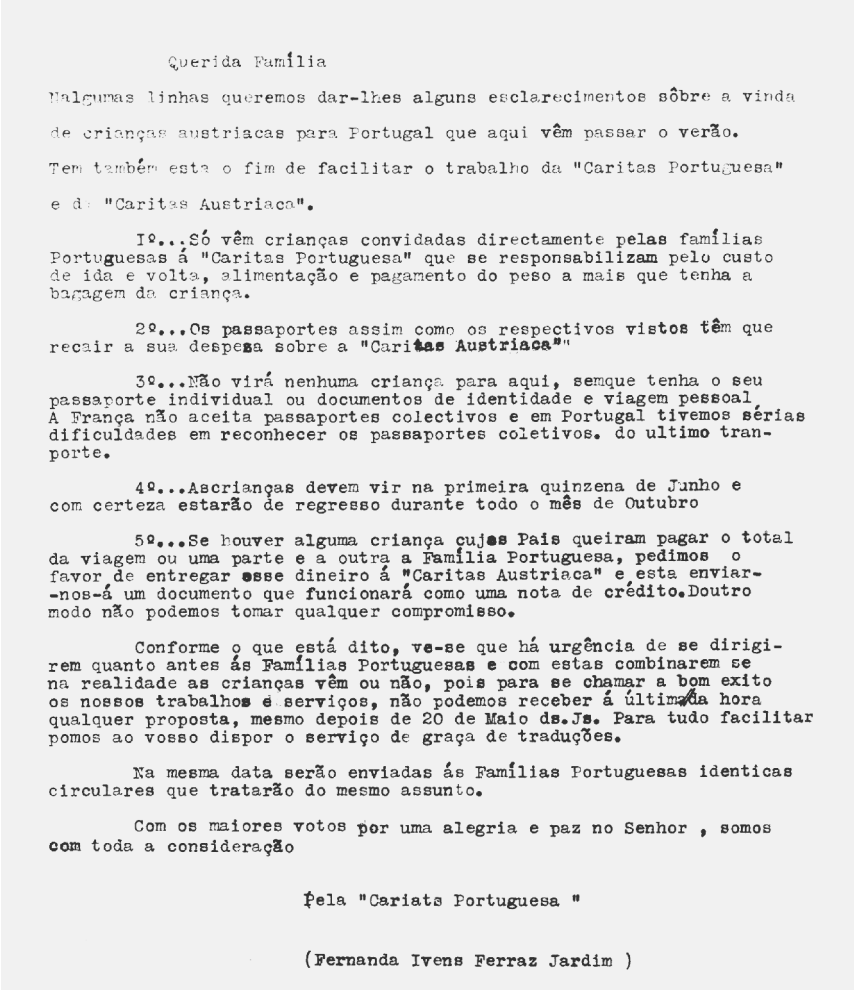
Tal como muitas outras crianças que à época estiveram em Portugal, Fini conseguiria manter o contacto apenas durante algum tempo. O facto de, para muitas delas, o Português ter sido aprendido informalmente impedi-las-ia de escrever na Língua do país que as acolhera, pelo menos de forma que permitisse estabelecer uma comunicação eficiente com quem lá haviam deixado. O testemunho de Ilse reflecte isso mesmo, no seu caso, porém, refere não ter tido «vergonha de escrever em Alemão se só fossem cartões para os dias das festas». Perceber as cartas que lhe enviavam era, por outro lado, muito mais fácil, e os pais davam-lhe a oportunidade de traduzir aquilo que não entendia[1330]. Ilse não o menciona, mas, com apenas uma filha, provavelmente os seus pais teriam meios para fazer face às despesas de tradução, nem sempre reduzidas. Esse seria, porém, segundo a «irmã adoptiva», Ilona, um dos motivos para que a família não permitisse que os pais de acolhimento adoptassem a menina. Como várias outras famílias de acolhimento, José Fonseca tentaria, junto da Caritas, proceder a uma adopção formal da pequena austríaca a quem todos em sua casa se haviam afeiçoado tanto. Ilona desconhece o processo, mas refere que certamente a Caritas terá estado envolvida, tal como estivera na «adopção» de outras crianças por conhecidos do pai. Certa está apenas da resposta negativa ao seu pedido[1331]. Curiosamente, Ilse não refere, nem em entrevista nem no seu livro de memórias, qualquer dado acerca desta possibilidade, possivelmente por não ter tido dela conhecimento, pois, enquanto criança, o assunto, certamente tratado com os pais e com intervenção da Caritas, não terá, naturalmente, chegado sequer aos seus ouvidos.

A sua família de acolhimento contentar-se-ia então, como muitas outras, com as suas visitas esporádicas e temporárias. Para convidar as crianças a voltar, uma série de medidas deviam ser tomadas. Numa circular enviada aos pais, Fernanda Jardim explica.

Para que uma criança pudesse ser convidada, a família de acolhimento deveria dar conta do seu interesse à Caritas Portuguesa que, ao que tudo indica, o transmitiria à Caritas Austríaca, a qual trataria de contactar a família biológica no sentido de perceber se estaria ou não disposta a reenviá-la para Portugal. Casos houve em que as próprias famílias, na Áustria, contactaram a Caritas ou as famílias de acolhimento perguntando se teriam esse interesse, já que as crianças estariam mais que motivadas a fazê-lo e os pais agradeciam que assim fosse. A família de Ursula Brunner, que se corresponderia durante longo tempo com Jardim e Salazar, chegaria mesmo a escrever à directora da Caritas Portuguesa perguntando se, não havendo

[1329] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.
[1330] KUSTKA, 2009: 37.
[1331] Ilona Fonseca (01 Jun. 2016), entrevista gravada.

interesse da parte dos Santarém, uma vez que a mãe de acolhimento da filha falecera, se poderia outra família portuguesa acolhê-la, ou mesmo, como anteriormente referido, o próprio Presidente do Conselho[1332]. Houve também situações em que, questionadas pela Caritas Austríaca acerca do seu interesse em enviar de novo os filhos, as famílias não se mostraram interessadas, impedindo o avanço do processo. Uma mãe chegaria a alegar que a sua filha teria sido mal tratada em Portugal, sendo o seu testemunho confirmado por uma carta contando com o carimbo da paróquia e a assinatura do padre responsável.



Querida Família

Nalgumas linhas queremos dar-lhes alguns esclarecimentos sôbre a vinda de crianças austriacas para Portugal que aqui vêm passar o verão. Tem também esta o fim de facilitar o trabalho da "Caritas Portuguesa" e da "Caritas Austriaca".

1º...Só vêm crianças convidadas directamente pelas famílias Portuguesas á "Caritas Portuguesa" que se responsabilizam pelo custo de ida e volta, alimentação e pagamento do peso a mais que tenha a bagagem da criança.

2º...Os passaportes assim como os respectivos vistos têm que recair a sua despesa sobre a "Caritas Austriaca""

3º...Não virá nenhuma criança para aqui, semque tenha o seu passaporte individual ou documentos de identidade e viagem pessoal. A França não aceita passaportes colectivos e em Portugal tivemos sérias dificuldades em reconhecer os passaportes coletivos. do ultimo tranporte.

4º...Ascrianças devem vir na primeira quinzena de Junho e com certeza estarão de regresso durante todo o mês de Outubro

5º...Se houver alguma criança cujos Pais queiram pagar o total da viagem ou uma parte e a outra a Família Portuguesa, pedimos o favor de entregar esse dineiro á "Caritas Austriaca" e esta enviar--nos-á um documento que funcionará como uma nota de crédito.Doutro modo não podemos tomar qualquer compromisso.

Conforme o que está dito, ve-se que há urgência de se dirigirem quanto antes ás Famílias Portuguesas e com estas combinarem se na realidade as crianças vêm ou não, pois para se chamar a bom exito os nossos trabalhos e serviços, não podemos receber á última hora qualquer proposta, mesmo depois de 20 de Maio ds.Js. Para tudo facilitar pomos ao vosso dispor o serviço de graça de traduções.

Na mesma data serão enviadas ás Famílias Portuguesas identicas circulares que tratarão do mesmo assunto.

Com os maiores votos por uma alegria e paz no Senhor , somos com toda a consideração

Pela "Cariats Portuguesa "

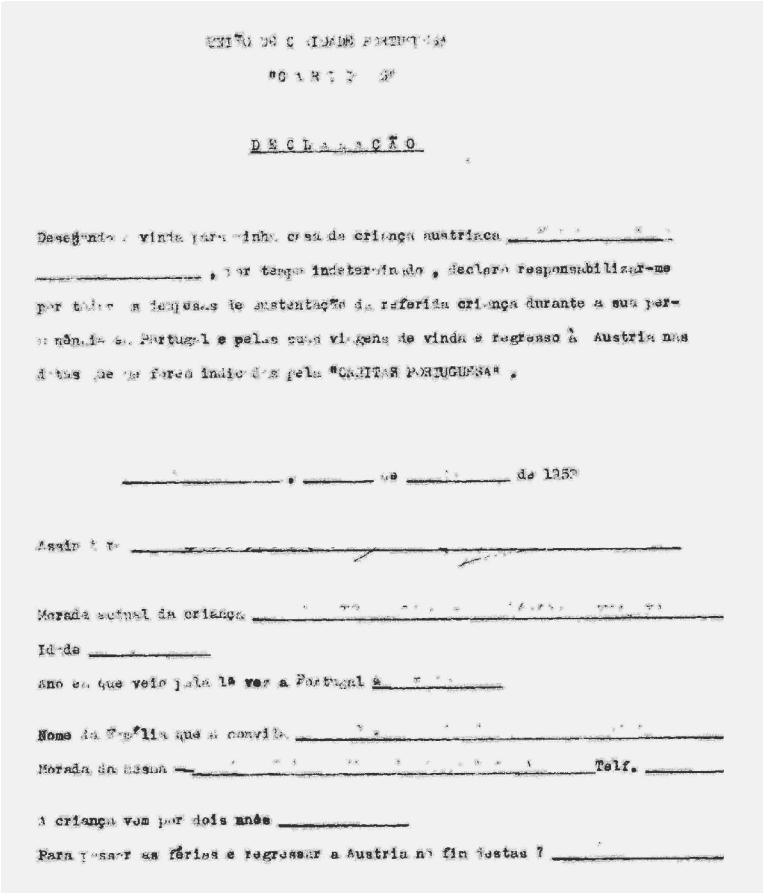
(Fernanda Ivens Ferraz Jardim)

Fig. 61. Circular às famílias de acolhimento sobre *Gastkinder*, 1 de Maio de 1953
Fonte: AUCPL

[1332] BRUNNER, Otto [s.d.] — [Carta s.d.], Rekawinkel bei Wien [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

A Mãe não deixa a sua filhinha partir para Portugal porque esteve muito mal entregue. Tinha que fazer vários trabalhos e cozer para si própria, porque a Mãe Adoptiva estava ocupada fora de casa. A criança voltou completamente descuidada. Isto poderá ser confirmado pelos inquilinos do prédio[1333].

Havendo consentimento da parte da família biológica, a família de acolhimento deveria formalizar a sua intenção de acolher novamente a criança através de uma declaração de convite, cuja configuração, nem sempre formatada, deveria conter essencialmente o compromisso relativamente aos cuidados a oferecer à criança em causa e aos gastos associados às suas viagens de vinda e regresso.



DECLARAÇÃO

Desejando a vinda para minha casa da criança austríaca _____ _____, por tempo indeterminado, declaro responsabilizar-me por todas as despesas de sustentação da referida criança durante a sua permanência em Portugal e pelas suas viagens de vinda e regresso à Áustria nas datas que me forem indicadas pela "CARITAS PORTUGUESA".

_____, _____ de _____ de 1958

Assinatura _____

Morada actual da criança _____

Idade _____

Ano em que veio pela 1ª vez a Portugal _____

Nome da Família que a convida _____

Morada da mesma _____ Telf. _____

A criança vem por dois anos _____

Para passar as férias e regressar a Áustria no fim destas ? _____

Fig. 62. Declaração de convite
Fonte: AUCPL

[1333] CARITAS DA ARQUIDIOCESE DE VIENA (1952) — [Carta] 1952 Out. 13, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

Declarado o compromisso por parte da família de acolhimento, a Caritas Portuguesa enviava à família austríaca a confirmação do convite. Simultaneamente, a Caritas Austríaca era informada de que podia incluir o nome da criança na sua lista.

As listas serviam essencialmente para orientar a organização dos transportes em elementos tão essenciais quanto a documentação de viagem. Como referido por Jardim na circular constante da Fig. 61, nenhuma criança poderia viajar sem passaporte individual ou «documento de identidade e viagem pessoal», porque a França deixara de aceitar passaportes colectivos. O documento data de 1953, pelo que supomos que não existisse até então este tipo de condicionante, embora, segundo as fontes consultadas, desde o início dos transportes de *Gastkinder*, a necessidade de documento de viagem individual fosse referida, o que não invalida que alguns possam ter-se realizado com recurso a passaporte colectivo. Segundo uma carta de 1951, enviada pela Caritas Austríaca à congénere portuguesa, as autoridades raramente davam às crianças passaportes, mas antes cartões de identidade. Em qualquer dos casos, como anteriormente referido, os documentos deveriam ser enviados à Caritas Austríaca, a fim de conseguir para cada uma das crianças os vistos necessários junto das instituições competentes, nem sempre existentes na Áustria, nomeadamente no referente à Espanha e a Portugal. O mesmo deveria ser feito, estando as crianças em Portugal, pelo menos dois meses antes do regresso à Áustria[1334], para que pudessem proceder à renovação das autorizações de trânsito em cada um dos países do trajecto. Por vezes, estes documentos eram levados até à fronteira pelos acompanhantes do transporte seguinte, permitindo o regresso a casa das crianças convidadas. Apesar de a despesa com a documentação «recair sobre a Caritas Austríaca», as contas eram depois enviadas à Caritas Portuguesa, pelo que, supomos, fosse esta última a arcar com os gastos.

Relativamente ao pagamento das viagens, como também já tivemos oportunidade de referir, era geralmente garantido pelas famílias de acolhimento, ainda que, em alguns casos, a Caritas Portuguesa se disponibilizasse a fazê-lo, ou mesmo as famílias biológicas, quando as de acolhimento referiam não ter como disponibilizar as quantias necessárias. Há mesmo uma família da diocese do Porto que escreve à Caritas Portuguesa informando que a família de origem do casal de irmãos que pretende acolher de novo se compromete a pagar as viagens. A menina, Henriette Kirschammer, menciona ainda a missiva, é uma das que se correspondia com Salazar, não devendo o seu pedido ser «descurado», visto tratar-se «de famílias abastadas e muito boas»[1335]. Segundo Mayr, em pelo menos uma ocasião, a Caritas Austríaca daria aos pais, na Áustria, uma pequena contribuição para «seguros e despesas acessórias», a qual variaria entre 30 e 40 xelins[1336].

Por vezes, alterações de última hora, obrigavam a Caritas Austríaca a avisar a Caritas Portuguesa e, através dela, as famílias de acolhimento, dos nomes das crianças que, por um

[1334] UNGAR, Leopold (1951) — [Carta] 1951 Jun. 07, Viena [a] Fernanda Jardim. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[1335] [Carta] 1952 Mar. 20, Porto [a] Presidente da Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
[1336] MAYR, 2013: 55.

motivo ou outro, acabavam por não participar do transporte. Em tais casos, era enviado um telegrama imediatamente antes da partida[1337].

Várias crianças cujos testemunhos tivemos oportunidade de analisar regressaram a Portugal, algumas mais do que uma vez, no âmbito de um *Gastkindertransport*. Ilse seria convidada pelos Fonseca, partindo, em Junho de 1953, para passar o novo período de férias em Portugal. Para a irmã portuguesa, com uma cama preparada no seu quarto, supostamente destinada a uma amiga, a chegada da pequena austríaca, na altura com 12 anos, seria uma surpresa, tal como que uma nova irmã portuguesa estivesse a caminho[1338].

Fig. 63. Ilse na praia da Parede, aquando da sua segunda estadia em Portugal, 22 de Julho de 1953
Fonte: KUSTKA, 2009: 40

Segundo Ilona, a pequena Ilse, que durante a sua estadia se tornara «muito mais alegre e muito mais comunicativa», faria muita falta à família, principalmente ao pai, com quem se correspondia constantemente. Munida de um dicionário, recusar-se-ia, a partir de então, a falar com eles em outra Língua que não fosse a que aprendera no país de acolhimento[1339]. De tal maneira se sentiria integrada que a dada altura escreveria aos pais biológicos assinando, como outras crianças faziam, com o apelido dos hospedeiros. Com medo que a menina, a ir outra vez, acabasse por ficar em Lisboa, o pai não a deixaria repetir a viagem, pelo que, ainda que não mais deixasse de escrever à família portuguesa e que o pai de acolhimento, ao construir uma casa, guardasse um quarto para a filha austríaca, Ilse só voltaria a Portugal já adulta, depois de muito sonhar a e trabalhar nesse sentido[1340].

[1337] UNGAR, Leopold (1952) — [Carta] 1952 Mai. 17, Viena [a] Fernanda Jardim. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
[1338] Ilse Kustka (18 Mar. 2016), entrevista gravada; KUSTKA, 2009: 38.
[1339] Ilona Fonseca (01 Jun. 2016), entrevista gravada.
[1340] KUSTKA, 2009: 37-38.

O mesmo se passaria com Fini, ainda que a sua história, como vimos, tenha tido contornos bem diferentes. Impedida de permanecer indefinidamente em Portugal, após a sua segunda estadia e a recusa da avó relativamente à tentativa de adopção dos Figueiredo Mascarenhas, voltaria à Áustria em 1954. A diferença, realça sempre, seria notória.

> *Quando voltei lá já tinha dificuldades, tinha de pagar multa* [na escola]. *Eu digo sempre «do céu para o inferno».* [A Áustria] *ainda não estava muito melhor, mas muita gente já tinha trabalho e o Austríaco é muito trabalhador para ter logo uma casinha* […] *e as crianças ficavam todas para trás* […] *e neste tempo já se podia dar comida às crianças, não muito, mas podia, mas era só para construir a vida.* […] *A minha mãe perdeu duas casas, nós estivemos neste tempo* […] *na casa da avó, e depois tivemos uma casa alugada, como muita gente.* […] *Sim, era uma casa pequenina, isso era, mas pelo menos era uma casa* […] *muita gente ainda não tinha, vivia nas barracas. Até 55 tenho impressão que havia ainda barracas*[1341].

As dificuldades do pós-guerra, ainda presentes aquando do regresso da grande maioria das crianças à Áustria, justificaria os dilemas sofridos por alguns pais que, confrontados com a possibilidade de adopção dos filhos por parte das famílias de acolhimento portuguesas, oscilariam entre a vontade de lhes proporcionar as melhores condições, não possíveis ainda no país de origem, e a de os manter por perto, acompanhando o seu crescimento. Ainda que o objectivo da Acção não fosse a deslocação permanente de milhares de crianças para outros países, o que significaria uma perda irreparável para o Estado austríaco, a verdade é que algumas crianças acabariam mesmo por permanecer em Portugal. Segundo dados da Embaixada da Áustria em Lisboa, o número de permanências pouco terá ultrapassado as três dezenas de casos. É inegável, contudo, a vontade de adoptar por parte de várias outras famílias de acolhimento, expressa por vários testemunhos, assim como em cartas arquivadas pela Caritas Portuguesa. Os casos de concordância das famílias biológicas, porém, seriam, então, muito menos numerosos, sendo claramente condicionados pelas condições vividas à época. Nesta resposta de uma mãe austríaca à proposta da família de acolhimento ficam patentes as dificuldades enfrentadas pelos progenitores aquando de uma tal possibilidade.

> *Por favor, não fique com raiva de mim por não poder dar o meu consentimento. Eu amo os meus filhos mais do que minha própria vida, estou pronta para fazer qualquer sacrifício por eles, mas não consigo separar-me deles. Eu sei que N. tem uma vida muito melhor aí do que aqui comigo. Nós levamos uma vida modesta, os tempos são maus, mas eu não consigo conceber no meu coração deixar o meu filho permanentemente longe de mim. Mas se quiser voltar a acolher N. novamente daqui a um ano, gostaria de exprimir que lhe darei o meu consentimento*[1342].

[1341] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.
[1342] Mãe austríaca (1948) — [Carta] 1948 Mar. 16, Viena [a] pais adoptivos. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. *Apud* MAYR, 2013: 55.

Nem todos os pais seriam tão cuidadosos. Apesar disso, aceitar que os filhos crescessem longe da sua alçada não era algo que pudessem decidir de ânimo leve. Órfã de mãe, Gerlinde Zaunschirm, por exemplo, refere que o seu pai era negligente relativamente a ela, mas que, ainda assim, não permitiria que a família de acolhimento a mantivesse indefinidamente[1343]. Mayr refere o caso de uma menina cuja avó não permitiria que ficasse definitivamente em Portugal, porque «apreciava o sistema de ensino austríaco, o qual contrastava com a taxa muito elevada de analfabetismo em Portugal», à época[1344]. Por outro lado, Christine Strobl referiria que, anos mais tarde, a mãe lhe contaria que os pais de acolhimento, sem filhos, haviam também querido adoptá-la. A mãe não o permitiria e, algum tempo depois, partilharia da sua alegria ao saber que haviam conseguido conceber[1345]. Similar seria a situação vivida por Christa, ainda que, no seu caso, os pais de acolhimento não tenham conseguido ter filhos, e, mais decisivo ainda, os progenitores tenham concordado com a sua permanência. O seu percurso, contudo, faz-nos questionar a natureza das adopções efectuadas, uma vez que, ao que tudo indica, as crianças que ficaram em Portugal não terão sido formalmente assumidas como filhas, com os direitos associados a esse estatuto. Christa nunca foi adoptada. Segundo diz, apenas «ficou», tendo adquirido a nacionalidade portuguesa aquando do seu casamento, abdicando então da nacionalidade austríaca, pois, segundo refere, a Áustria não aceitava a dupla nacionalidade. Frequentaria, entretanto, três anos do curso superior de Físico-Químicas, abandonando-o, e à quinta do pai «adoptivo», entretanto separado daquela que fora a sua mãe de acolhimento, logo que a oportunidade se lhe apresentou, ao casar. Antes disso, visitara a Áustria duas vezes, juntamente com os pais de acolhimento, tendo começado também a mãe e o irmão a visitá-la em Portugal, regularmente. A comunicação manter-se-ia por escrito, em Português, tendo um falante da Língua, residente em Viena, garantido as traduções. O seu Alemão só viria a ser recuperado depois do casamento, com grande pena sua, sendo também a partir de então que começaria a fazer visitas regulares à família. Seria em Portugal que estabeleceria todas as suas relações, excepção feita à família mais próxima, com quem manteria o contacto, ainda que, durante muito tempo, numa Língua estrangeira[1346].

A experiência dos Zenkl seria bastante diferente. Os três que chegaram ao fim dos primeiros seis meses voltaram à Áustria ao mesmo tempo, mas regressariam a Portugal em momentos diferentes. Peter aguardaria ainda cerca de um ano antes de ser convidado a voltar integrado num novo transporte. Apesar de tampouco ter memórias daquela época, pensa que a irmã de acolhimento já o teria também «garantido» para ficar definitivamente. De facto, assim seria, para ele e para os dois irmãos que, entretanto, regressariam também, Gustav e Margot, sendo que o primeiro havia sido convidado a voltar pelos Infante da Câmara sem o intermédio da Caritas, e, portanto, chegado antes dos outros dois. Apesar disso, nem a sua

[1343] CAETANO, 2005: 346.
[1344] MAYR, 2013: 56.
[1345] CAETANO, 2005: 70.
[1346] Christa Schuller (30 Mai. 2016), entrevista gravada.

adopção seria plena, tratando-se provavelmente, e segundo a opinião de Peter, daquilo que hoje em dia se denominaria de adopção restrita.

> *Não era muito comum ficar, como aconteceu connosco. E até 3 de nós. E eu… dessa leva toda julgo que uns 30 é que ficaram em Portugal. Portanto foi uma sorte grande que veio para nós, não é?* […] *quando voltei para cá, fiquei.* [se não tivesse voltado uma segunda vez…] *Sei lá… Que desgraça!* [risos] […] *Sim, para já porque a Áustria estava de rastos, portanto, isso havia de se reflectir de certeza em mim. Se bem que agora a Áustria é o píncaro,* […] *mesmo assim ficava… O que consegui aqui não trocava por qualquer coisa que conseguisse lá.* […] *O primeiro a ser adoptado foi o meu irmão.* […] *Há aqui dois tipos de adoptado: há o adoptado pleno, em que passa a ser filho, herdeiro e isso tudo; e há o que eu não sei como é que se chama, mas há um adoptado light, em que não sou herdeiro de ninguém, estou dependente dos pais adoptivos mas não tenho direitos hereditários ou coisa assim.* […] *Tem um termo próprio essa adopção… Porque havia duas filhas, não é, portanto eles não me iam adoptar em igualdade de circunstâncias com as duas filhas. Muito já eles estavam a fazer por mim,* […] *A minha é adopção light… Não foi uma adopção plena, não é como adoptar uma criança agora e pronto, e é filho, e tem direitos de tudo.* […] *Mas no meu caso não. E do meu irmão também não, também não foi adopção em pleno.* […] *Da irmã não foi de certeza.* […] *Ela foi adoptada, provavelmente nas mesmas condições que nós fomos.* […] *Só se a deserdaram porque quando a puseram a andar, quando não concordaram com o casamento dela…* […] *a família é que cortou* [relações] *com ela, e isso afectou-a imenso*[1347].

A experiência de cada um dos três Zenkl seria também muito diferente da dos restantes irmãos. Todos teriam, porém, em comum este carácter «*light*» da sua adopção por parte das famílias de acolhimento. O seu caso, no conjunto, seria, por outro lado, raro, visto que, relativamente aos testemunhos que conhecemos, são o único em que três irmãos permaneceriam no país de acolhimento, ainda que acolhidos por diferentes famílias. Peter refere que a sua família era a portuguesa, que ele próprio é português e que a sua descendência não poderia ser outra coisa, visto que também casou com uma portuguesa. O contacto pessoal com os progenitores resumir-se-ia às visitas daqueles, já era Peter um adolescente. O pai, que, sendo ferroviário, teria facilidades de deslocação e «adorava» Portugal, viria «quase ano sim, ano não», passando metade do tempo em Santarém, com Gustav, e a outra metade em Lisboa, na casa onde morava Peter mas, supomos, também em contacto com Margot. A mãe, doméstica, segundo recorda, terá viajado uma única vez, nunca tendo conseguido sequer aproximar-se do papel assumido pela mãe de acolhimento que «estava ali à minha frente e que me resolvia os problemas ou me arranjava os problemas…». Também o irmão mais novo, Rupfi, chegaria a visitá-los, e Gustav visitaria a irmã mais velha, Gitti, aquando de uma passagem por Viena, com quem a esposa de Peter trocaria também correspondência. Ele, porém, «fugia sempre», de forma consciente, do contacto com uma realidade que nunca considerou sua, inclusivamente com a família, da qual

[1347] Peter Zenkl (21 Fev. 2017), entrevista gravada.

tampouco alguma vez terá sentido fazer parte. Diz que «ninguém [lhe] tira Portugal» e que nunca pensou em voltar à Áustria, contando, inclusivamente, que, aquando do falecimento do seu progenitor, terá, juntamente com o irmão, partido de carro para assistir ao funeral, mas, não lhes tendo sido possível finalizar a viagem, não ter sentido a situação da mesma forma que Gustav sentiria. O irmão, sentindo-se igualmente português, e tendo mergulhado na cultura ribatejana ao ponto de se tornar no «único toureiro austríaco do mundo», conseguiria, certamente por facilidades concedidas pela Embaixada Austríaca, adquirir a dupla nacionalidade, um caso, segundo Peter, «excepcional». Ele não conseguiria naturalizar-se português, uma vez que, segundo refere, para tal teria que deslocar-se ao país de origem, coisa que não lhe terá parecido necessária. Apesar de austríaco no seu documento de identificação, facto que, confessa, lhe traz algumas vantagens num país como Portugal, considera-se «mais português que os portugueses», e, por isso mesmo, não vê sentido em participar de eventos relacionados com a Áustria, até porque, refere, já nem sequer domina o Alemão. As dificuldades começariam na adolescência, refere, sendo que, quando o pai os visitava, era ele o único que sabia a Língua materna. Todavia, segundo o irmão, seria Gustav, que perdera totalmente o contacto com a Língua dos pais biológicos assim que voltara a Portugal, a resolver as lacunas na comunicação daquele com o progenitor, através de gestos. Segundo Peter, Gustav fizera os Infante da Câmara «perder-se de amores» por ele, logo na sua primeira estadia, por ser «um charmoso, e um bem-disposto e um alegre». O irmão confessa mesmo que chegaria a invejar o seu carácter comunicativo, provavelmente ampliado pelo facto de se ter tornado uma figura pública[1348]. Seria certamente o mesmo que levaria o colaborador dos Infante da Câmara a não querer outra criança que não fosse Gustav, o que justificaria o seu regresso, apenas duas semanas após o falecimento daquele que tinha sido a sua primeira figura paterna em Portugal. Seria o filho mais velho daquele, também ele de nome Emílio, a tomar o pequeno sob sua responsabilidade, casando para garantir que ele teria também uma mãe. Gustav recordaria, anos mais tarde, a forte relação estabelecida com eles, bem como as visitas, segundo contaria numa entrevista, apenas três, do pai «verdadeiro». A sua relação com os pais de acolhimento, porém, seria tão «verdadeira» quanto a do irmão com os dele. Sobre um momento em que o progenitor lhe terá perguntado se não queria voltar com ele para a Áustria partilharia a seguinte memória:

> *Nunca mais me esqueço: a minha mãe ficou parada, assustada com a resposta que eu fosse dar, com medo que eu dissesse que sim. Mas não, nunca seria sim. Posso dizer que é a minha mãe verdadeira, porque me criou desde os meus oito anos. Tinha uma ligação muito forte a ela, um espírito de gratidão. Nunca a trocaria por nada desta vida.*

Apesar de, tal como no caso do irmão, a mãe de acolhimento vir a ter duas filhas — o pai faleceria apenas dois anos depois da sua chegada, o que não o impediria de ser aquele de que

[1348] Peter Zenkl (21 Fev. 2017), entrevista gravada.

mais traços guardaria —, refere nunca ter sentido nenhuma diferença em termos de tratamento relativamente a elas, tendo-lhe sido, inclusivamente, entregue a orientação da casa agrícola da família, ao atingir os 18 anos[1349]. Desta forma se tornaria um «homem do campo», como o próprio e também o irmão o definiriam, sendo que ambos cresceriam de acordo com o meio em que foram inseridos, em Portugal.

> *Não* [preferia o outro lado]*, porque eu era citadino. Era, tinha mais espírito citadino do que de campo, se bem que eu adoro o campo tanto que eu queria era ir para a quinta. Mas eu basicamente sou mais citadino e o meu irmão era campo, cavalos, bois, tractores, era tudo assim.* […] *Eu se calhar se crescesse no campo era um campónio de todo o tamanho. Sim, pode perfeitamente ser, porque eu gosto muito de terra, gosto muito de natureza e… pode ser perfeitamente*[1350].

Gustav seria, segundo o irmão e também o filho, Francisco, aquele que mais esforço dedicaria a preservar o contacto com a família de sangue. Além da proximidade com Peter, que manteria até ao final da vida, perdida aos 50 anos, seria também o ombro amigo da irmã, Margot, aquando do casamento não aprovado pelos pais de acolhimento, que, segundo Peter, lhe «escangalhou a vida toda», dela e da família portuguesa[1351]. Tal facto obrigaria Margot a mudar-se para Santarém, onde reataria, então, a relação com Gustav, o qual, após a morte prematura da irmã, se encarregaria de apoiar também os sobrinhos. Voltaria à Áustria, pela primeira vez depois do seu regresso, 27 anos mais tarde, sendo já toureiro, para conseguir documentos que, como referido por Peter, não poderia encontrar em Portugal. Tendo ambos os pais biológicos já falecido, aproveitaria para reencontrar a irmã mais velha, Guitti, que o levaria até aos restantes membros da família biológica, estabelecendo uma promessa de visitas mútuas que não cairia bem a alguns elementos da família portuguesa. Segundo a entrevista cedida, resultaria daí uma «situação de ruptura», que Gustav justificaria com o não conceberem que «um refugiado tivesse um tratamento de privilégio» como ele tivera. Sobre esse tratamento referiria:

> *Fui criado num berço de ouro. Mas nunca fui enganado, a vida nunca me foi apresentada com a facilidade que ela pode aparentar. Tenho a minha quintazinha, sou independente, tenho ganho a minha vida e prosperado. Crio cavalos, porcos e dedico-me à agricultura.* […] *Posso dizer que sou um homem completamente realizado.* […] *Tive tudo o que sonhei e triunfei na vida em muitos aspectos*[1352].

Gustav formar-se-ia em Engenharia Técnica Agrária, Peter em Engenharia de Electrotecnia e Máquinas. Também Peter refere que «não estava agarrado a guarda-chuva nenhum»,

---

[1349] BARRADAS, 1991: 45-46.
[1350] Peter Zenkl (21 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1351] Peter Zenkl (21 Fev. 2017), entrevista gravada; Francisco Zenkl (17 Nov. 2016), entrevista gravada.
[1352] BARRADAS, 1991: 46-48.

tendo-lhe os pais de acolhimento passado a responsabilidade pelo seu sustento a partir do momento em que casou[1353]. Apesar disso, é inegável o papel decisivo que o facto de terem sido acolhidos em Portugal, num primeiro momento através da Caritas, teria nas suas vidas. Tendo seguido os passos do pai, Francisco enveredaria também por uma carreira na tauromaquia, não tendo, contudo, conseguido dedicar-se à arte da mesma forma que ele, falecido quando tinha apenas 12 anos. Não recorda, por isso, qualquer conversa com o progenitor acerca da experiência Caritas ou das condições que a justificariam, mas antes a sua atitude, tentando torná-lo consciente da «muita sorte na vida que tinha», muito diferente da que aparentava estar-lhe reservada, a si e aos irmãos, nos primeiros anos de vida. Com eles Francisco nunca teria uma relação familiar, menos ainda com aqueles que ficaram na Áustria, sendo que só há alguns anos terá sido contactado por uma alegada filha de um meio-irmão do pai.

> [A família de acolhimento do pai] *eu considero-os minha família, não sendo de sangue, são tão minha família como a família que tenho da parte da minha mãe.* […] *Para mim não há diferença nenhuma entre uma e outra.* […] *Da parte da família de acolhimento do meu pai tinha a avó Mimi, que era Maria Amélia Chatelanaz Infante da Câmara, que essa lembro-me dela perfeitamente. O marido já não me lembro sequer se era vivo ainda ou não. Depois filhos dessa que era a minha avó, é a tia Rosarinho, que é igual a se fosse irmã da minha mãe, é irmã do meu pai, é igual. E os filhos, que são três, que são os meus primos. Até lhe digo mais, até são mais meus primos do que os filhos dos irmãos do meu pai com quem eu não mantenho praticamente contacto nenhum nem… Foi assim, a vida tem sido assim, nós temos estado mais com estes do que com os outros*[1354].

Também Peter refere como seus sobrinhos os filhos das suas irmãs portuguesas, e recorda como pais aqueles que o acolheram em Portugal. Considerando-se português, não concebe sequer uma outra vida que não seja aquela que teve no país de acolhimento.

> […] *de austríaco passei a português. A mudança foi exactamente essa. Eu tornei-me português, não tenha dúvida disso.* […] *Eu da Caritas não senti nada, senti foi os efeitos que a Caritas originou, que é arranjar uma família de adopção e a partir daí poder estar num mundo completamente diferente, não é? Eu a Caritas em si… Não sei. Era pequenito, para mim Caritas podia ser outra coisa qualquer*[1355].

Com uma experiência muito diferente, como tivemos oportunidade de confirmar, Christa responderia de forma igualmente distinta acerca das repercussões da Acção Caritas na sua vida.

[1353] Peter Zenkl (21 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1354] Francisco Zenkl (17 Nov. 2016), entrevista gravada.
[1355] Peter Zenkl (21 Fev. 2017), entrevista gravada.

> [silêncio] *Isto é uma pergunta que não tem… Que eu não sei responder, não é? É como quando me perguntam: «gostava mais de estar lá ou cá?» — que faziam, antigamente faziam muito essa pergunta — Eu não sei, eu não… Tinha que ter as duas experiências para poder responder a isso.* […] *Ia para ir e para voltar, não… Quer dizer,* […] *eu não sabia falar,* […] *nem eles comigo nem eu com eles, era assim uma coisa… Era através do tradutor, não tinha graça.* […] *Mas a minha mãe também vinha cá muitas vezes.* [A mãe estava contente por tê-la cá?] *Não sei. É mãe… Eu não sei… Acho que… É um bocado difícil, deve ser difícil para todos. Quer dizer, o melhor é não pensar no assunto.* [No cômputo geral, foi uma boa experiência?] [silêncio] *Não.* […] [silêncio] *Os seis primeiros meses? Não sei, não me lembro…* [Quando é que deixou de ser boa?] *Agora é que me perguntou…* [silêncio] *Acho, mas não me queixo, não me queixo. Não… Eu sou uma pessoa muito activa e não paro muito para recordar o passado e essas coisas assim, não é comigo. O que foi já foi, já acabou, não vivo no passado. Tento viver o presente e… o melhor possível.*

Christa não é a única entrevistada que refere preferir não recordar os pormenores menos positivos do passado. O seu testemunho é, contudo, o único que revela um certo desconforto relativamente aos aspectos directamente relacionados com a experiência proporcionada pela Caritas. Podemos deduzir, porém, que aqueles cuja perspectiva geral sobre a experiência não é positiva estarão, muito provavelmente, entre os que não quiseram partilhá-la, escolhendo, tal como Christa, não pensar demasiado em elementos potencialmente dolorosos. No seu caso, acabaria por ser excluída do testamento da família, ainda que a uma das suas filhas, afilhada do seu pai de acolhimento, tenha sido deixada a quinta onde a mãe cresceu, apesar de a segunda esposa daquele ser a usufrutuária da propriedade. As filhas nunca lhe terão chamado avô, mas sempre se relacionaram com ele, tal como Christa refere ainda se relacionar com o resto da família, após o falecimento do Sr. Brandão, que nunca chegaria a ter filhos seus[1356].

Em entrevista, o Padre Alexandrino Brochado mencionaria o grande número de crianças que terá permanecido em Portugal, sublinhando o facto de muitas delas terem sido herdeiras de grandes fortunas.

> *Ficaram, bastantes* [sempre]. *Está aqui uma a dois passos* […] *a que está em casa da Dona Albertina Leitão.* […] *Algumas ficaram para sempre. Casaram cá, já têm filhos… Quer dizer, estabeleceram a sua vida definitivamente em Portugal.* […] *A maior parte* [dos que] *ficaram eram órfãos e os outros que não eram órfãos já morreram.* […] *Não posso contabilizar o número exacto, mas ficaram muitos. Os que ficaram mais foram os austríacos, mesmo muitos* […] *aqui no Porto estão vários. Os austríacos afeiçoaram-se muito. Diziam: «Ah, é uma raça fria». Não é nada fria, afeiçoaram-se de que maneira. Sentiam-se aqui melhor do que em suas casas. E há por aí bastantes.* [Os pais] *consentiram, e as próprias crianças pressionaram os pais adoptivos para tomar conta delas definitivamente.* […] *Algumas até estão ricas, foram herdeiras.* […] *Eram herdeiras de fortunas* […] *estão aí algumas que estão muito ricas até, com* […] *propriedades, dinheiro.* […] *Estão muitas que realmente estão ricas, porque herdaram.* […] *E sentem-se felizes.*

[1356] Christa Schuller (30 Mai. 2016), entrevista gravada.

Por isso quando se faz qualquer coisa que implica o nome das crianças austríacas elas comparecem sempre, sentem-se efetivamente ligadas a Portugal. E não deixam de dizer: «A nossa segunda pátria, Portugal». E eu também me sinto muito ligado a elas[1357].

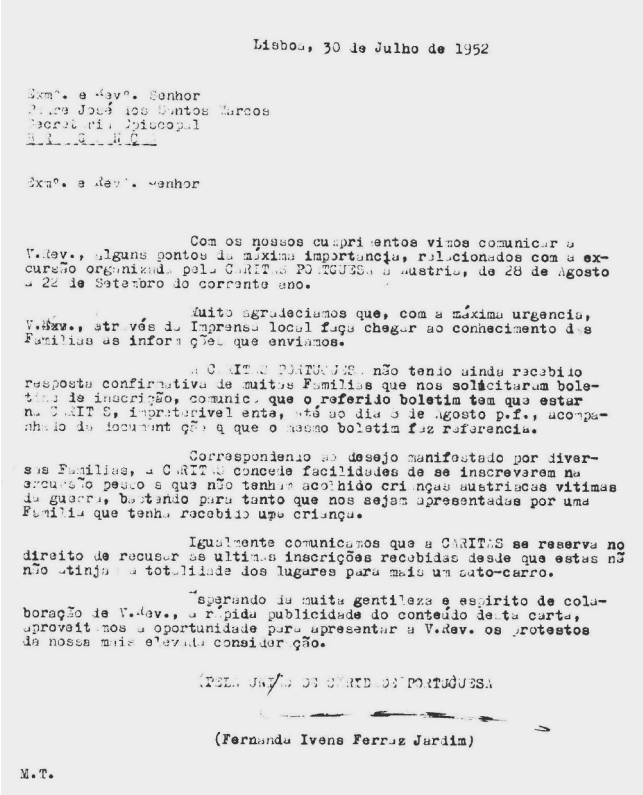
Quando questionada acerca do conhecimento que tem sobre as experiências de outras crianças Caritas, Christa refere o exemplo de Annie, aquele que melhor conhece, mas nota que a amiga terá tido uma oportunidade que a ela não terá sido dada: «ela pôde escolher onde é que queria ficar […] e eu não». Apesar disso notaria que ela terá querido, em dado momento, voltar à Áustria, tendo acabado por permanecer porque a tia lhe pediu que ficasse a fazer-lhe companhia[1358]. Annie é, precisamente, a criança referida pelo Padre Alexandrino Brochado, o qual, como anteriormente mencionado, teria uma relação de grande proximidade com a «tia» da, então pequena, austríaca. De todas as vezes que voltou à Áustria, recorda, todas as semanas terá trocado correspondência com a protectora portuguesa, sendo que ambas tinham de traduzir as cartas que recebiam. Assim terá recebido o convite da «tia» para voltar a Portugal, da primeira vez, tendo aproveitado a «boleia» da Caritas por, pelo menos, três vezes. A partir da segunda já a correspondência passaria a realizar-se exclusivamente na Língua de Camões, resultado dos dois anos passados a estudar em Portugal.

Nos momentos que passaria, entretanto, na Áustria, a tia visitá-la-ia, graças às excursões organizadas, segundo recorda, pelo Padre Alexandrino, em mais do que uma ocasião. Tais excursões ter-se-ão realizado, inclusivamente, aquando de uma das suas estadias e Portugal, sendo que, nessa altura, não teriam, segundo lembra, a Áustria como destino. Annie ficaria, então, entregue às empregadas da «tia», cuja companhia, como já tivemos oportunidade de mencionar, era por ela muito apreciada[1359].

As primeiras viagens terão sido, efectivamente, e ao que tudo indica, organizadas pela Caritas Diocesana do Porto, visto que apenas um artigo da publicação semanal daquela diocese refere a possibilidade de organização dessas viagens para o Verão de 1951. Não pudemos comprovar se as mesmas se terão efectivado, ainda que o testemunho de Annie o sugira.

Relativamente a 1952, porém, além de uma nota de imprensa a respeito, publicada em vários jornais diocesanos, existe também uma circular, que reproduzimos na Fig. 64, enviada por Fernanda Jardim aos párocos das várias dioceses, supomos, referente à viagem a organizar naquele Verão, com destino à Áustria.

[1357] Padre Alexandrino Brochado (02 Out. 2015), entrevista gravada.
[1358] Christa Schuller (30 Mai. 2016), entrevista gravada.
[1359] Johanna Oswald (25 Mai. 2016), entrevista gravada.



Lisboa, 30 de Julho de 1952

Exmº. e Revº. Senhor
Dr. José dos Santos Marcos
Secretário Episcopal
Bragança

Exmº. e Revº. Senhor

Com os nossos cumprimentos vimos comunicar a V.Rev., alguns pontos de máxima importância, relacionados com a excursão organizada pela CARITAS PORTUGUESA à Áustria, de 28 de Agosto a 22 de Setembro do corrente ano.

Muito agradeciamos que, com a máxima urgencia, V.Rev., através da Imprensa local faça chegar ao conhecimento das Famílias as informações que enviamos.

A CARITAS PORTUGUESA não tendo ainda recebido resposta confirmativa de muitas Famílias que nos solicitaram boletins de inscrição, comunica que o referido boletim tem que estar na CARITAS, impreterivelmente, até ao dia 5 de Agosto p.f., acompanhado da documentação a que o mesmo boletim faz referencia.

Correspondendo ao desejo manifestado por diversas Famílias, a CARITAS concede facilidades de se inscreverem na excursão pessoas que não tenha acolhido crianças austriacas vitimas da guerra, bastando para tanto que nos sejam apresentadas por uma Família que tenha recebido uma criança.

Igualmente comunicamos que a CARITAS se reserva no direito de recusar as ultimas inscrições recebidas desde que estas não atinja a totalidade dos lugares para mais um auto-carro.

Esperando da muita gentileza e espirito de colaboração de V.Rev., a rápida publicidade do conteúdo desta carta, aproveitamos a oportunidade para apresentar a V.Rev. os protestos da nossa mais elevada consideração.

PELA JUNTA DA CARITAS PORTUGUESA

(Fernanda Ivens Ferraz Jardim)

M.T.

Fig. 64. Carta ao delegado da Caritas para a diocese de Bragança.
Lisboa, 30 de Julho de 1952
Fonte: AUCPL

A crer na correspondência trocada entre o seu pai de acolhimento e a Caritas Diocesana do Porto, terá sido esta a primeira ocasião em que Christa terá visitado a família e o país de origem após a sua vinda para Portugal. Sobre a viagem, o «Correio do Vouga» publicaria a seguinte notícia:

> *Pretendendo corresponder aos desejos de muitas famílias que receberam crianças austríacas em sua casa e tendo facilidades especiais para arranjar passaportes e vistos, a Caritas Portuguesa está a organizar uma interessante excursão à Áustria, a realizar em fins de Abril ou no próximo Verão. O preço de ida e de volta, não incluindo despesas de hospedagem, será de 1.950$00. As principais cidades a visitar são: Badajoz, Madrid, Saragoça, Barcelona, Marselha, Nice, Genéva, Mantova, Imsbruck, Salzburgo, Landeck, Zurich, Berue, Genebra, Leão, Valência, Montpellier, Toulouse, Lourdes, S. Sebastião, Burgos e Salamanca. Quem pretender mais detalhadas informações pode dirigir-se à sede da Caritas Portuguesa, em Lisboa*[1360].

[1360] *Excursão à Áustria*. «Correio do Vouga» (15 Mar. 1952), p. 8.

Tendo em conta esta publicação, a visita não passaria por Viena. Dado que nenhum outro jornal ou mesmo documento menciona outras excursões, concluímos que as viagens, referidas quer por Annie quer pelo Padre Alexandrino, que tinham a capital austríaca como destino principal terão sido, efectivamente, iniciativa da Caritas portuense. A respeito destas, o seu mais provável organizador referiria:

> [Os pais] *geralmente não vinham cá muitas vezes, raríssimas vezes. Quando vinham cá eram muito bem recebidos e os portugueses tinham muito gosto em receber e* […] *recordo-me que nessa altura eu era solicitado para ir celebrar missa muitas vezes à Catedral de Santo Estêvão em Viena de Áustria, e eles então convidavam os outros austríacos e faziam-me sempre uma festinha religiosa, cantavam em Português e tal…*[1361]

Se o Padre Alexandrino terá estendido o seu convite a elementos de famílias de acolhimento, indiscriminadamente, ou se terá levado apenas alguns daqueles que lhe eram mais próximos, como seria o caso da «tia» de Annie, não nos é possível averiguar. É certo, contudo, que Albertina Alves Barbosa Leitão terá marcado presença em pelo menos uma ocasião, sendo que, segundo a protegida, a senhora seria hospedada na sua casa, passando o resto do dia, juntamente com a pequena, com o Padre Alexandrino e restantes excursionistas. Terá ido, segundo recorda, «várias vezes», mesmo sem o amigo. Além da «tia», refere, seria também visitada pelo «irmão», o qual, a dada altura, levaria também um amigo que, apaixonando-se por uma vizinha e amiga de Annie, Gertrude, acabaria por casar e trazê-la para Portugal também. Seria nessa ocasião que a menina receberia o segundo convite para regressar, sendo aquele, entretanto, formalizado com a Caritas. Voltaria ainda uma terceira vez com a Caritas à Áustria por mais algum tempo, para terminar «os estudos atrasados», passando as férias em Portugal, a partir de então viajando com a amiga Gertrude ou com o apoio da família de acolhimento, até terminar o Liceu. Faria ainda um ano numa Escola Comercial e seria, nas férias seguintes, convidada a «ficar mais algum tempo» em Portugal, começando a fazer pequenos trabalhos no escritório da empresa da família, «para não ficar aqui sem fazer nada», e acabando por ocupar o lugar da tia portuguesa, por sugestão da própria.

> *Enquanto criança, nos primeiros tempos eu não me importava de ficar aqui, pois estava bem aqui, não me importava… Tinha saudades da minha mãe e do meu pai e tudo mas… É claro, com 10 anos o que se quer é que tudo corra bem.* [Mais tarde] *Gostava sempre de ir* [à Áustria], *isso sim. Nas férias, todas as férias eu ia lá passar um mês e gostava de lá ir, e nos últimos anos, que os meus pais ainda estavam vivos, até ia duas vezes, uma vez até cheguei a lá ir três vezes. Não, isso gostava de lá ir sempre* […].

Começaria a trabalhar na empresa de madeiras e derivados J. Pinto Leitão com pouco mais de 20 anos, não mencionando em nenhum momento que possa ter-se sentido constran-

[1361] Padre Alexandrino Brochado (02 Out. 2015), entrevista gravada.

gida a fazê-lo, ainda que, naturalmente, a gratidão que sente pela oportunidade que lhe foi dada possa ofuscar algum detalhe menos feliz da história. Distrair-se-ia também a tomar conta dos quatro filhos daquele que para ela é, sem hesitações, seu «irmão», e acabaria por constituir família em Portugal. Nunca perderia, contudo, o contacto quer com a família quer com o país de origem, referindo que o facto de ter participado nos transportes promovidos pela Caritas lhe «mudou completamente» a vida, tendo-lhe sido difícil habituar-se à Áustria, particularmente após a primeira estadia em Portugal[1362].

Gerhard, que refere que a relação que manteve com o país de acolhimento foi para ele «decisiva», expressa, em outras palavras, a mesma opinião.

> *Como tantas vezes acontece, o acaso dirigiu também os passos de um rapazinho de Viena e desempenhou na sua vida um papel determinante, que iria influenciar de maneira duradoura toda a existência deste jovem de louros caracóis.* […] *E venham lá agora dizer que «o acaso não dirige também a vida de uma pessoa!». Um ganha no loto, outro consegue «com cortiça aguentar-se à tona da água!»*[1363].

Ao contrário de Josef, o outro menino acolhido por Henrique Amorim, Gerhard manteria o contacto com a família de acolhimento, sendo por eles recebido, através da Caritas, num total de três ocasiões, depressa sendo admitido como um membro do clã. O domínio da Língua portuguesa e a continuidade da comunicação com os Amorim acabariam por moldar-lhe o percurso, sendo que um telefonema do pai de acolhimento haveria de o fazer mudar de ideias quanto à formação a seguir: do Ensino de Matemática para uma carreira no Comércio Internacional. Alguns anos mais tarde, e já casado, um novo telefonema de Portugal voltaria a alterar-lhe os planos, desta vez trazendo-o de volta ao país de acolhimento, juntamente com a esposa, para colaborar na fase de expansão internacional da Corticeira Amorim. Seria um sobrinho de Henrique, Américo, então responsável pela empresa da família, a procurar colaboradores competentes para o efeito, encontrando em Gerhard alguém que «conhecia o produto, falava Português e outras Línguas e era jovem, empenhado e dinâmico o suficiente para reforçar o projecto». Em 1963, os recém-casados mudar-se-iam então para o local onde Gerhard pela primeira vez tocara o mar — Espinho —, e ele trataria de lançar as bases para uma estrutura de vendas na Holanda, Alemanha, Áustria e no bloco de Leste. Tanto a empresa quanto a família Amorim apoiariam a integração dos novos elementos, dentro das suas possibilidades, sendo que o primeiro filho do casal, nascido em Portugal, acabaria por, devido às leis da época, que exigiam que uma criança nascida no país tivesse um nome português, seria registado como Henrique Günther, um nome que sempre o recordaria do seu país de nascimento e do homem que o inspirara, «simbolizando o laço entre as duas famílias». Apenas dois anos mais tarde, a ONU decretaria um boicote comercial a Portugal, justificado pela política colonial, o qual seria

[1362] Johanna Oswald (25 Mai. 2016), entrevista gravada.
[1363] CAETANO, 2005: 120-122.

respeitado pelos países comunistas da Europa de Leste, a República Popular da China, a Índia e vários países africanos. Com o país na mesma lista negra em que já estava a vizinha Espanha, o comércio da cortiça seria também afectado, a procura por parte daqueles mercados, porém, continuava. Em consequência, Gerhard e a família acabariam por voltar a Viena, em 1967, para fundar a primeira *joint venture* austro-portuguesa, assegurando a manutenção do negócio com o Leste por intermédio da neutral Áustria. O Grupo Amorim tornar-se-ia, entretanto, no maior produtor de cortiça do mundo, e o produto em um dos principais suportes da economia portuguesa, em parte graças ao trabalho árduo e à confiança no mercado de Leste conquistada pelo outrora menino austríaco, agora apoiado pela mulher, pelo irmão e por um primo. Os Schiesser alcançariam o «sucesso económico com uma forte base familiar», os Amorim conseguiriam não só manter, mas também expandir o seu mercado, e os clientes estavam satisfeitos com a situação encontrada para dar continuidade ao negócio[1364], de tal forma que, no início dos anos setenta, «graças à intervenção em Moscovo e às garantias especiais do austríaco, pela primeira vez desde 1945, com autorização do Governo, dois navios mercantes soviéticos puderam entrar no porto de Leixões para carregar cortiça». Para assistir à efeméride, «milhares de portugueses curiosos […] foram nesse fim-de-semana como que em romaria ao porto de Leixões» para verem os «monstros» comunistas pela primeira vez na vida[1365].

> *Gerhard não tinha garantido o seu percurso de vida no berço. Muito do que fez foi resultado da sua própria vontade, da sua enorme curiosidade em descobrir e aprender coisas novas.* […] *Certamente não é causa de boa reputação na Áustria repetir três vezes a escola primária, mas ele assumiu o risco, sem saber se o seu futuro alguma vez teria algo a ver com Portugal ou a cortiça.* […] *Uma vantagem absoluta na sua juventude foram os seus pais, principalmente a sua mãe. A sua origem é simples. O seu pai, Leopold (nascido em 1911, falecido a 19 de maio de 1991) foi talhante e trabalhou afincadamente em várias profissões após a guerra. Era bastante fechado e nunca falou com Gerhard sobre o facto de ter sido prisioneiro de guerra, rejeitando também todos os seus convites para acompanhá-lo até à União Soviética. A sua mãe Vilma, nascida Weigelt (em 1915, falecida em 2000) era uma costureira talentosa e apoiou-o de muitas formas — seja nas estadias em Portugal, na música ou na ópera. Ambos lhe permitiram fazer os estudos e seguir o caminho que queria, em termos financeiros, claro. Levaria esse ensinamento consigo para a vida, tendo-o passado também aos seus filhos*[1366].

O filho, Henrique Günther, tomaria à sua responsabilidade a empresa corticeira do pai, «para satisfação e alívio do Grupo Amorim», passando os «laços estreitos que existem entre as duas famílias», formalizados na cooperação Schiesser-Amorim, para a segunda geração[1367]. Já a filha, Karin, após três anos de trabalho no negócio da família, decidiria, para tristeza do pai,

[1364] SCHIESSER, 2015: 33-47.
[1365] CAETANO, 2005: 122.
[1366] SCHIESSER, 2015: 141.
[1367] CAETANO, 2005: 122.

enveredar por outro caminho, que a preenchia de uma forma que a cortiça não podia, a Cinesiologia. Ainda que desgostoso, Gerhard, entretanto aposentado e nomeado Cônsul Honorário de São Tomé e Príncipe na Áustria, não poderia deixar de apoiar a decisão da sua benjamim, tal como os pais haviam feito com ele[1368].

Fig. 65. Gerhard, Dr. António Amorim, Günther, filho de Gerhard, e Américo Amorim no 40.º aniversário da corticeira Schiesser
Fonte: SCHIESSER, 2015: 140

Apesar da grande relação com o país e a outrora família de acolhimento, Gerhard não se fixaria, contudo, em Portugal, estabelecendo as suas «pontes de cortiça» a ligação mais estreita que mantém com a terra. Como ele, também Ingunde acabaria por voltar ao país hospedeiro por motivos relacionados com a sua vocação, também inspirada pela sua passagem por terras lusas.

> *Esta experiência, eu acho que também* […] *me despertou para a vida missionária porque as boas experiências que fiz, acho que foi isso… Lembro-me que uma vez fomos a Fátima, isso foi pelos anos 50, então lembro-me de Fátima era só a Basílica. Depois o terreno era só terra, mas um pouco já avermelhada.* […] *É muito interessante. Lembro-me disso, aquela coisa branca, e à esquerda lembro-me que havia o hospital. Era só uma coisa de rés-do-chão e como eu tinha que sempre ir à casa de banho…* [risos] *Naturalmente, esse era o meu grande desporto, então lá conheci esta casa.* […] *E naquele tempo a Capelinha das Aparições era mais pequenina, a Nossa Senhora estava cá fora. Quando a gente comprava uma cruz ou terços, batia na estátua para serem benzidas pela Nossa Senhora. Eu acho isso fez-me muita impressão. Não percebi muito destas coisas, mas… depois voltei a Áustria, entrei num convento.* […] *Não, essas experiências foram muito boas.* […] *Eu voltei à Áustria, fiz a escola, fui ao liceu* […] *e depois cheguei à conclusão que eu gostava de ser missionária, e eu acho que isto vem aqui um bocadinho com esta experiência de os estrangeiros desconhecidos terem sido muito bons. Não sei, eu acho que abre o coração* […].

[1368] SCHIESSER, 2015: 122; CAETANO, 2005: 122.

Com o «coração aberto» e um Alemão, ironicamente, «fantástico», Ingunde regressaria a Linz para encontrar uma nova casa em construção e uma escola onde tinha de ficar ao fundo da sala por ser a mais alta da turma. Perdera praticamente um ano de aulas, mas voltaria ainda a tempo de apanhar alguns meses da primeira classe, do ano seguinte àquele em que a deveria ter feito. Tinha perdido o Alemão, ainda assim conseguiria passar para a segunda classe. Já o Português, que perceberia ser também «fantástico», ao tentar escrever à família de acolhimento em Portugal, tentaria manter frequentando aulas nocturnas, no centro da cidade, sendo que o próprio pai da pequena demonstraria interesse em aprender a Língua. Porém, como viviam nos arredores e não havia transportes naquela altura, acabariam por desistir da ideia, pois caminhar, de noite, até ao centro da cidade, com uma criança de oito anos, não era um risco que estivessem dispostos a correr. Assim, Ingunde perderia também o seu Português, tendo de pedir auxílio a um amigo do pai, padre, poliglota, para que lhe traduzisse as cartas que enviava para o Alentejo. Recuperaria, entretanto, a Língua materna e acabaria por, tal como os pais, desistir do muito esforço empregado para comunicar com o país de acolhimento, referindo que não sabia sequer se podia ter contacto com os «tios», o que nos leva a crer que escreveria para a Caritas e aquela faria a ponte entre as duas partes, nem sempre eficaz, dada a grande quantidade de correspondência a que tinham de dar resposta.

Ingunde escolheria, mais tarde, seguir a vocação religiosa, passando a usar o nome de Irmã Dominica. Na sua escolha, refere, pesaria a experiência vivida em Portugal, mas também na sua área de residência, em Linz.

> *A nossa área no sul do Danúbio era americana* [pelo que] *a gente via pela primeira vez um africano-americano.* […] *Os americanos eram muito simpáticos para com crianças* […], *primeiros chocolates, primeiras pastilhas elásticas… Depois a gente tocava as mãos para ver se isso era chocolate.* […] *E depois* […] *tinham uma America House. Então ali mostraram filmes ou coisas em língua inglesa.* […] *E eu lembro-me que a gente só ia para ver se já era capaz de entender alguma coisa. Eu acho que isso foi bom.* […] *O meu pai tinha feito com outros colegas professores uma sociedade para depois receberem fundos para construírem ou reconstruírem casas porque as outras eram já mais ou menos bombardeadas, era difícil* […] *por isso* […] *fizeram também festas.* […] *Eu vivi a Igreja nisso e eu lembro-me que a minha mãe ficou certa altura muito doente e depois lembro-me que ela disse isso e eu fiquei muito impressionada: «Eu não me preocupo com vocês, porque se houver alguma coisa os vizinhos estão cá».* […] *Havia uma grande solidariedade. A paróquia era muito nova, a nossa igreja era um barracão de madeira, pré-fabricado, porque não havia ainda* […] *foi construída em 61, e isso era o meu último Natal em casa porque depois em 62 eu já estava no convento. E nós vivíamos muito esta Juventude Católica, tudo isso era muito bonito. O pároco era nosso amigo e a gente sentia-se em casa… Realmente isso foi fantástico.* […] *Eu acho que isso impressiona muito.* […] *eu trabalhava na Juventude Católica — isso era, na nossa, na minha juventude era muito forte* […] *— eu senti-me muito bem lá dentro, fiz uns retiros e senti-me bem e* […] *sozinha acho que não conseguiria, em grupo gostava colaborar,* […] *e eu sentia-me bem, acolhida. Por exemplo, nós tínhamos também um campo de férias,* […] *e depois*

quando nós celebramos, por exemplo a missa, em volta de uma mesa simples, a gente sentia qualquer coisa, a gente estava em casa. Não sei, gostei, e depois fui aos retiros, falei com padres, antes de ser, o último ano, e fazer o exame, o último do liceu.

Teria então formação em Ensino, Primário e Secundário, na Alemanha, e acabaria, em Outubro de 1971, por ser colocada em Portugal, não pelo seu passado, do qual a congregação a que pertence não tinha conhecimento, segundo crê, mas para ensinar o Alemão, num jardim-de-infância e Escola Primária bilingue, em Lisboa. Seriam as Irmãs Missionárias do Precioso Sangue a trazê-la pela primeira vez ao país que a acolhera enquanto criança, desde que dele se despedira, tantos anos antes, num golpe do destino que, obviamente, crê não ser obra do acaso, salientando, com a mesma energia que coloca em cada uma das suas afirmações: «Está a ver como Deus prepara as pessoas até voltar!».

A Irmã Dominica, porém, já não sabia o Português, tendo que aprendê-lo de novo. Seria a sua Superiora a traduzir a carta que enviaria à antiga família de acolhimento, avisando-os do seu regresso ao país, tendo passado já aquele Natal e Ano Novo com «a tia Carlota», que entretanto enviuvara, e o seu filho, Jorge, já com família. Seria depois enviada para a Coreia e para a Dinamarca, mas, desde então, não mais perderia contacto com o «irmão», o qual iria, inclusivamente, visitá-la à casa das Irmãs em Lamego, para onde seria destacada durante três anos, nem com a «tia», até ao seu falecimento. Hoje de regresso a Lisboa, conta sentir-se «em casa» desde que voltou a Portugal, visitando o «irmão» Jorge sempre que tem oportunidade e mantendo com ele um contacto constante.

Eu acho que o que seria diferente talvez não me sentir tão à vontade. Eu sinto-me em Portugal em casa. […] *Mesmo no início, e também quando tinha que começar a aprender o Português novamente aqui* […] *tinha certa facilidade. Bem, eu tinha também na escola Francês por isso não esqueci tudo o Português, acho eu, e depois aquela feeling fica. Não, e as pessoas para mim… Acho, isso acho quando vejo tudo e gosto muito, a gente pode ficar* […] *sincero consigo mesmo e não precisa de* [fingir]. *Sou assim, pronto. E as pessoas, eu acho que também os austríacos são assim, o que lhes mais importa é que a gente se sinta bem.* […] *E acho que o português tem o coração aberto, acho eu. E quando tu tens a língua, sabes a Língua, não há problema nenhum. Que seria diferente? Talvez me sentisse mais estrangeira.* […] *Não, não me sinto* [portuguesa], *sinto-me à vontade, em casa. Eu disse uma vez à minha superiora: agora sou peixe na água*[1369].

Não tendo tido oportunidade de juntar-se a um grupo que promovesse o contacto com Portugal enquanto criança, já como adulta Ingunde seria convidada a participar dos encontros para ex-crianças Caritas austríacas promovidos pelo grupo entretanto criado por Waltraud Hoffinger, também originária de Linz e acolhida, à época, em Portugal. Tendo conseguido, em 1999, no Arquivo da Caritas de Linz, os endereços de 280 crianças da Alta Áustria que terão

[1369] Ingunde Wieser (22 Fev. 2017), entrevista gravada.

participado dos transportes com destino a Portugal, Waltraud começaria então a procurar reunir com as famílias de acolhimento aqueles que nisso tivessem interesse. Formar-se-ia assim um grupo «muito activo», com cerca de 30 pessoas, chegando ao dobro em ocasiões especiais, que se reúnem mensalmente e já realizaram várias viagens em conjunto ao país que os acolheu, constituindo «uma comunidade sólida e fervorosa dos amigos de Portugal em Linz, St. Pölten, Graz, Salzburgo, Baixa Áustria e Viena»[1370]. O grupo, denominado «Freunde Portugals» (Amigos de Portugal), nasceria das visitas da sua fundadora à própria família de acolhimento, em Campo Maior, onde várias outras famílias que à época haviam acolhido crianças austríacas lhe davam conta da sua vontade de saber como e onde estavam os pequenos acolhidos. Comprometendo-se a dar resposta a esses pedidos, Waltraud publicaria um apelo num jornal, o qual, juntamente com os contactos proporcionados pelas descobertas no Arquivo da Caritas de Linz, levaria à criação do grupo, cujo culminar, segundo a própria fundadora, estaria na transmissão da Luz da Paz para Portugal[1371].

Fig. 66. *Quem se reconhece na foto?* «Die Ganze Woche» (20 Dez. 1990), p. 39
Fonte: MAYR, 2013: 158

A efeméride, que teria lugar em 2004, marcaria a passagem dos 50 anos da estadia das crianças em Portugal, levando uma tradição da diocese de Linz ao «Altar do Mundo», Fátima, numa demonstração de «agradecimento à Caritas Internacional e às […] famílias portuguesas pelo afectuoso acolhimento», acompanhada pelo canal de televisão pública austríaco, Österreichischer Rundfunk (ORF)[1372].

Ingunde recorda-o, e mantém ainda contacto com o ex-acompanhante dos transportes de Linz, Hans Loidl, irmão do capelão da sua paróquia, à época, hoje também participante em tais encontros.

[1370] CAETANO, 2005: 157.
[1371] MAYR, 2013: 158-159.
[1372] CAETANO, 2005: 157.

Eles estiveram cá várias vezes, por exemplo, aquela luz de Belém, […] *antes do Natal.* […] *Isso é da minha terra, de Linz. E foi feito pela ORF, pela televisão austríaca.* […] *E depois escolhem sempre uma criança que fez uma coisa especial — ajudou alguém, salvou alguém, qualquer coisa — e esta pode depois ir, são mandados por avião naturalmente, e trazem depois a luz de Belém para a Áustria e para outras terras.* […] *Mas eles vieram e trouxeram a luz. E também para agradecerem e também* […] *estes austríacos queriam ajudar os portugueses porque agora estavam na crise, e eles ajudaram tanto, não é.* […] *Eu acho interessante que as crianças* […] *se unam e se encontrem de vez em quando. E aquele senhor que nos conduzia ou acompanhava, este sempre está lá, agora já fez 90 anos, acho eu. Está muito contente. É um homem mentalmente fixe, mesmo muito bom.* […] *Perguntei-lhe outro dia: «Então, a sua esposa também está consigo nestes encontros?». E ele respondeu: «Não, ela disse "achas que eu quero ver como tantas mulheres beijam o meu marido?"»* [risos]. *Aleluia! E depois ele explicou, isso é típico de Portugal, há beijos, quer dizer, estas pessoas descendentes daquela gente estão a utilizar isso* […]. *Eu depois quando estou lá telefono, vou lá um bocadinho.* […] *Há uma senhora, que esteve cá como criança, que organiza estes encontros* […] *e aquele Sr. Loidl está muito bem dentro do assunto, contentíssimo.* […] *Cada vez mais admiro-me como é que eles tinham coragem para isso.*

O grupo surgiria na Alta Áustria, região onde se notara, nos primeiros tempos, após o regresso das crianças das primeiras estadias em Portugal, a falta de um dos chamados «clubes infantis», entretanto existentes na capital austríaca. Em Linz e arredores, como referido por Ingunde e também pela fundadora dos «Amigos de Portugal» a Susanne Mayr, só haveria a possibilidade de ter aulas de comunicação em Português e sempre pagas pelos pais[1373].

Moradora na zona norte-americana de Linz, Fini seria presença assídua nesses mesmos encontros, referindo que não se tratava de uma escola, «porque aquilo estava tudo destruído», mas antes de um local onde «um senhor brasileiro» falava com as crianças em Português para que não esquecessem a Língua estrangeira aprendida. Os perigos associados à «aventura nocturna», contudo, depressa dissuadiriam a pequena de continuar a fazê-lo.

Isso era à noite, onde eu tive uma vez uma coisa muito grave: o meu caminho passava três túneis, a minha avó ia-nos sempre buscar na estação do eléctrico, e neste dia atrasou-se e eu tive que passar estes três túneis que na' tinha luz, nada, porque neste tempo na' havia luz. E atrás de mim foram três americanos, mas um deles […] *caiu e os outros dois por cima dele. Se isto não tinha acontecido eu na' sei o que é que me tinha acontecido. E depois saí dos túneis* […] *já a minha avó vinha toda a correr. Ela disse: «então menina, viste o diabo?»* [risos] — *que eu estava branca. Eu disse «não», e ela pediu desculpa, mas atrasou-se, pronto, mas olha, tive sorte.* [sentia-se ameaçada?] *De certeza absoluta.* […] *Então por que é que eles corriam atrás de mim? Aconteceu muita coisa, mas em todas as partes, os americanos, os russos, os austríacos… Portanto, não era*[m] *melhores* [os norte-americanos].

[1373] MAYR, 2013: 152.

Fini frequentaria a escolaridade obrigatória e, aos 15 anos, enquanto fazia um curso de Hotelaria, à época já necessário, segundo refere, para poder trabalhar na Áustria, e tirava a carta de condução, mudar-se-ia, sozinha, para «um quartinho pequenino no sítio onde trabalhava», num «restaurante muito grande», em Linz. Tal seria normal, conta, para os jovens da sua idade, naquelas circunstâncias, para ela, contudo, o esforço tinha um objectivo muito específico: voltar a Portugal. Todavia, entretanto, Fini casaria, e o objectivo seria adiado. Seria o marido que a convenceria a tirar férias da muito atarefada vida no restaurante e pensão que orientavam numa zona turística perto de Salzburgo e a voltar ao país que lhe roubara «três quartos do coração», o qual ele só conhecia pelas descrições entusiásticas de Fini. Tal aconteceria em Setembro de 1980, 26 anos após a última vez que vira o seu amado Algarve.

Chegados a Portugal, depois de uma longa viagem de carro, visto que o marido não queria viajar de avião devido a um «trauma muito grande» que lhe causara a participação na guerra — era bastante mais velho que a esposa —, Fini, refere, perderia «a coragem», ao deparar-se com uma Lagoa onde a família já não morava. Seria uma indicação em Alemão que a levaria a descobrir um velho conhecido.

> […] *em Lagoa havia uma casa de artesanato e estava ali escrito artesanato em Alemão.* […] *Eu depois entrei nesta loja e perguntei ao senhor, isto do poucochinho de Português* [que] *eu sabia, se alguém aqui falava Alemão. Ele riu-se assim para mim e disse: «A senhora é a Fini?». «Sim, então quem é o senhor?». «Pois, eu sou o filho do barbeiro». Era o único barbeiro em Lagoa que havia. Eu não conhecia o senhor de lado nenhum, neste tempo uma menina não se dava com o menino do barbeiro nunca, e ele conhecia-me porque eu era a única loira aqui em Lagoa neste tempo, e com as tranças até aqui. E ele disse: «A senhora é tal e qual, só falta é as tranças!». E depois contei a história, diz ele assim: «Eu nã' sei assim muito mas a minha irmã era muito amiga da sua mummy, pode ser que ela possa nos dizer qualquer coisa».* […] *E nós depois fomos para Lisboa mas fomos primeiro para o hotel.* […] *E depois ele telefonou para a família e disse que eu estava cá — «Então se ela está cá tem que vir!»* [risos]. […] *E juntou-se logo a família toda, e as minhas irmãs adoptivas tinham filhos.* […] *Isso foi uma festa tão grande, tão grande…* […] *Ficámos três semanas.* […] *E o marido da minha irmã mais velha disse: «As pessoas da nossa família não estão num hotel!».*

Fini, como outras crianças Caritas que mais tarde voltaram ao país de acolhimento, recordava ainda o caminho para casa, uma casa que, entretanto, e como lhe diriam as irmãs portuguesas, havia sido abandonada, uma vez que o «padrinho» havia falecido, por alturas do 25 de Abril, e a «madrinha» se mudara para casa das filhas, em Lisboa. Ali as encontraria e seria recebida como o elemento da família que, na verdade, nunca deixara de ser. O regresso à Áustria aconteceria um mês mais tarde, porque o trabalho os aguardava, mas o contacto não mais se perderia e as férias dos quatro anos seguintes teriam sempre o mesmo destino, até que o marido decidiria reformar-se e mudar-se para o Algarve. Na Áustria deixaram o único filho, já casado, e os netos. Em Portugal (re)encontrariam a família que nenhum dos dois havia tido

antes, na qual a «tia Fini», hoje com sotaque local, tem lugar mais que cativo. O marido faleceria apenas cinco anos depois de se instalarem em Lagoa, mas aproveitaria cada momento junto do mar que prendera a esposa na infância, de tal forma que ela voltaria à Áustria todos os anos, mas ele não[1374]. Seria também sepultado na campa do seu «padrinho», «junto do povo», consoante a sua vontade, como notaria Fini no seu testemunho escrito[1375].

Após o falecimento do marido, e não tendo a possibilidade de se deslocar a um encontro de ex-crianças Caritas em Viena, para o qual fora convidada, avisaria algumas das suas amigas de Linz, as quais, ao encontrarem uma outra conterrânea, tomariam a iniciativa de criar um grupo local, com o qual Fini colaboraria à distância, fazendo a ponte com as famílias de acolhimento, em Portugal.

> […] *éramos só 6 ou 7* […]. *E assim construímos este grupo.* […] *No princípio éramos 70 pessoas, agora já não somos tantas porque algumas morreram, algumas já não vão porque não podem.* […] *Mas ainda somos uns 30 e tal.* […] *Eu fiz os contactos e gostei de fazer isto. O meu marido tinha falecido e eu precisava de fazer alguma coisa e isso foi mesmo na boa hora. E corri praticamente Portugal todo para encontrar as pessoas, ou telefonava, depois já muita gente telefonava para mim.* […] *e depois porque tive muito trabalho de juntar estes que já não se tinham visto há 50 anos e isto.* […] *Ai, muitas…* […] *algumas* [famílias] *ainda tenho* [contacto]. *É difícil porque também as pessoas tinham uma certa idade, já não há quase ninguém destas famílias, ou, depois os netos não tem interesse. Olhe, uma história eu tenho que, na Áustria uma delas procurou a família cá e eu consegui, e só havia uma neta, e eu falei com a neta e diz a neta assim: «Não, eu não quero saber nada desta senhora porque a minha avó falou nela até morrer e nunca ouviu nada».* […] *Entretanto eu contei isso à senhora de lá da Áustria e ela esperou até à neta vir, olha… Foi uma amizade* […], *até hoje. Porque a senhora depois explicou por que é que nunca mais disse nada, porque teve grandes dificuldades na família, na doença,* […] *e depois o marido doente e os anos passam,* […] *e eles, chamam agora neta. Estes depois compreenderam.* […] *Ou, há dois anos, telefonou-me um rapaz lá do Norte, a dizer que a avó fazia 90 anos e ele queria dar de prenda a direcção da rapariga que esteve lá em casa. «Ai Jesus, isso é que vai ser difícil» porque ele só sabia* […] *o nome de solteira e como eu tenho na Áustria a tal senhora que tem um arquivo muito bom, telefonei logo para lá e disse «ó menina, nós temos que arranjar isso»* […]. *A minha amiga descobriu que ela está num lar perto de Viena,* […] *e disse a senhora assim: «Ah, mas então é por isso que ela fala sempre de Portugal, mas nós não sabíamos nunca qual é a ligação». E ela estava lá no lar, mas já não estava 100% na cabecinha dela.* […] *E depois tiraram um filme e mandaram lá para o meu amigo e ele depois mostrou isso tudo à avó. A avó ficou feliz da vida e ele pegou nas duas tias e foi para a Áustria e ainda conseguiu visitar a senhora mas ela depois morreu, não foi depois de um ano, mas estiveram em contacto* […]. *Foi um sucesso!* […] *Gostei muito.* [orgulha-se?] *Ai sim, sim, um bocadinho. Não, um bocadão, um bocadão* [risos][1376].

[1374] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.
[1375] CAETANO, 2005: 174.
[1376] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.

Foram várias já as famílias e «crianças» ajudadas por Fini. Maria Schiffer, cujo testemunho consta também da colectânea de Palma Caetano, chega mesmo a mesmo a apelidá-la, por isso mesmo, de «anjo»[1377]. O grupo com o qual colabora será provavelmente o de Waltraud Hoffinger; o «rapaz do Norte» é Manuel Godinho, neto de Elvira e José Ferreira Lourenço, que acolheram Elfriede em Vilar Formoso.

A sua natural «necessidade de ajudar», refere, terá sido exacerbada com a sua passagem por Portugal.

> […] *eu tinha sempre necessidade de ajudar, mas agora cá ainda mais porque eu quero agradecer só um bocadinho, está a perceber? Nunca posso agradecer tudo o que me fizeram* […] *mas um bocadinho sim.* […] *Vou-lhe mostrar uma coisa.* [mostrando um certificado entregue pelos alunos de uma escola em que apresentou a exposição] *Este tenho pendurado na casa de banho porque eu de manhã nunca estou assim muito bem-disposta e quando leio isto fico logo contente, pronto.* […] *Acho que* [percebem o significado] *porque eu conto assim como sinto* […] *e fazem também muitas perguntas. Uma delas uma vez perguntou: «então a senhora por que é que não queria ir para a Áustria?». E eu expliquei:* […] *Porque, como eu costumo dizer, cá era o céu e lá era o inferno. Quem é que quer ir para o inferno, diga-me lá? Ninguém.*

Além do apoio às reuniões familiares e de dar o seu testemunho, sempre que é convidada pela Embaixada austríaca a acompanhar a exposição itinerante desenvolvida a respeito das crianças Caritas[1378], auxilia também uma organização sem fins lucrativos algarvia, «Castelo de Sonhos», recolhendo inclusivamente fundos junto das suas amigas austríacas para ajudar famílias em necessidade que encontra na sua zona de residência.

O seu sentido de justiça, refere, será também resultado do exemplo que viveu aquando da sua infância em Portugal, durante a qual, sublinha: «de certeza absoluta também não estava tudo bem, porque neste tempo não havia classe média […] mas pelo menos os ricos ajudavam mais».

Ao contrário do que acontecera em Linz, em Viena, já em 1949, a Caritas promoveria encontros para que as crianças pudessem «continuar a utilizar os seus conhecimentos de Português, todas as segundas-feiras ou sextas-feiras das 14:30 às 16:00», no sentido de facilitar a sua readaptação ao país de origem[1379]. Este grupo seria então denominado «Clube dos Pequenos Portugueses em Viena», vindo mais tarde a mudar de nome. Numa carta destinada à Caritas Portuguesa, Leopold Ungar informava acerca das aulas de Língua portuguesa organizadas semanalmente pela Caritas de Viena, na sua sede, para cerca de 60 crianças, contando com o professor Wolf como responsável.

[1377] CAETANO, 2005: 163-165.

[1378] A exposição *Crianças Austríacas da Cáritas em Portugal 1947-1958*, organizada por Isabel Moura, e da responsabilidade da Embaixada da Áustria em Lisboa, foi inaugurada em 2013, tendo em 2018 uma segunda edição itinerante em várias cidades do país, sendo cada exibição, normalmente, acompanhada de palestras que incluem testemunhos de «crianças Caritas» austríacas.

[1379] UNGAR, Leopold (1951) — [Carta] 1951 Mar., Viena. Col. privada de Hannelore Mauracher. *Apud* MAYR, 2013: 152.

Fig. 67. Fini na sua casa, em Lagoa, onde exibe orgulhosamente memórias da sua vida, sempre ligada a Portugal, 19 de Junho 2017

Fig. 68. Grupo do *Clube dos Pequenos Portugueses em Viena*
Fonte: «Visão História» (15 Abr. 2010), p. 88-89
(o quarto menino da primeira fila a contar da direita é Peter Pross, acolhido pela família Bento em Cantanhede)

A mesma respondia, aparentemente, a um pedido da Caritas Portuguesa para envio de uma gravação, cujo conteúdo, segundo refere Ungar, não poderia seguir as indicações de Fernanda Jardim por falta de tempo. Assim, a gravação, pedida ao Professor do grupo e realizada num estúdio de Viena, deveria conter uma «pequena conversa em Português entre duas crianças, uma versão coral de *Stille Nacht*, um pequeno discurso e o hino nacional português», além de mensagens das crianças para as famílias em Portugal. A missiva faz ainda referência ao curso do professor Menhofer, não «autorizado» pela Caritas, pelo que não era possível responder à questão provavelmente colocada por Fernanda Jardim sobre se aquele teria ou não intenção de enviar uma mensagem dos seus alunos para os pais portugueses[1380].

As aulas do Professor Menhofer haviam, entretanto, sido largamente publicitadas pelas crónicas do Padre Alexandrino Brochado no jornal «A Voz do Pastor».

> *Não é novidade nenhuma: Toda a gente sabe que em Viena existem presentemente dois clubes portugueses onde se fala português, se canta em português e se reza em português.* […] *Saber que lá fora, longe da nossa pátria, se canta e se reza em português, é para nós razão de bem justificado orgulho. Pois o clube português de Migazziplatz XII, a que preside a figura simpática do professor Johann Menhofer, mandou notícias. O professor Menhofer manifesta a sua gratidão, revela o que por lá vai, os sentimentos das «nossas» crianças, que não deixam de falar de Portugal e da sua gente. Duas cartas acabam de chegar que vamos transcrever por nos parecerem dignas disso. Delas se conclui que as crianças austríacas continuam a pensar em nós, estão profundamente agradecidas por tudo o que se lhes fez e que rezam pelos seus benfeitores. A oração destas crianças! Que admirável compensação do nosso esforço, do nosso trabalho, e da nossa generosidade! No mesmo correio chegou também a fotografia do prof. Menhofer com um grupo de meninas do clube que gostosamente hoje publicamos. Algumas delas estiveram no Porto. É interessante notar que duas pequenas ostentam a fotografia do marechal Carmona e do Sr. Dr. Oliveira Salazar. Obrigado prof. Menhofer. No próximo verão, se Deus quiser, terei imenso gosto em o abraçar. A partir de hoje «A Voz do Pastor» será periodicamente enviada para o seu e «nosso» clube de Migazziplatz.*

O artigo continua com a transcrição exacta das missivas enviadas pelo professor Menhofer e de duas pequenas austríacas que haviam sido acolhidas no Porto, ambas dirigidas ao Padre Alexandrino Brochado. A do primeiro refere que as suas aulas, de iniciativa própria, deduzimos, teriam lugar todos os sábados, com crianças de «toda a cidade de Viena» que, com «um grande entusiasmo» e interesse pela gente portuguesa e o seu país, cantavam «cantigas portuguesas», observadas pelos pais. Já as crianças davam conta do seu agradecimento pela obra do seu interlocutor, ao qual dirigem palavras que transpiram a atmosfera católica certamente experienciada junto das suas famílias de acolhimento, definidas pelo Padre como «uma

[1380] UNGAR, Leopold (1951) — [Carta] 1951 Dez. 06, Viena [a] Fernanda Jardim. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

réstia de luz na escuridão deste mundo egoísta e mau em que vivemos»[1381]. Durante mais de um ano, seriam constantes as referências ao professor Johann Menhofer e ao seu «Clube Português de Viena», incluindo a publicação de novas cartas, quer do professor quer de algumas das 130 crianças que o compunham, juntamente com os seus pais, fazendo referência ao Clube, ao seu mentor, às actividades por ele promovidas, bem como à relação delas com o Padre Alexandrino e as visitas deste a Viena.

> *Diversas crianças do clube me têm dito que elas conhecem muito bem a vossa estimada pessoa e que elas gostam muito da vossa visita no verão a Viena, pois V. Ex.ª deve depois visitar o nosso clube português também. Agora vêm mais de 130 crianças ao clube português com os pais delas, pois eles tem muita satisfação e um grande divertimento quando eles podem ouvir cantar e falar as criancitas em português.* […] *Pela minha parte tudo vou fazer para que esta amizade seja sempre mais extensa e mais forte.* […] *Nós colocamo-nos sob a protecção de Nossa Senhora de Fátima e já todos sentimos essa protecção. E os pais portugueses cumpriram uma óptima missão pedindo às crianças para rezar diariamente o terço e as três Avé-Marias em honra de Nossa Senhora de manhã e à noite, pois diversas famílias austríacas não são tão religiosas, mas com a influência das crianças vão-se tornando mais religiosas. Eu gosto muito quando V. Rev.ª publica de quando em quando notícias do nosso clube português de Viena, pois assim temos sempre uma relação com as famílias daí e a gente tem muito interesse sobre o nosso clube*[1382].

Em uma das várias cartas publicadas, seria anunciada uma futura emissão de rádio com mensagens das crianças. A missiva, escrita pela mão de Henriette Kirschammer — cujo nome aparece com a grafia errada na publicação, como, de resto, vários outros —, seria predecessora das cartas, anteriormente referidas, de pelo menos duas das crianças do grupo de Menhofer dirigidas a António de Oliveira Salazar, pedindo a sua intervenção no sentido de ser emitida a gravação com origem naquela iniciativa pela Emissora Nacional.

> *Viena, 3 de XI, Queridos Tios! Com muito prazer posso eu comunicar-vos que as crianças do Club sobre a direcção do sr. Menhofer vão dar uma transmissão pela estação emissora internacional portuguesa de Lisboa dos cumprimentos e desejos para o Natal e para o ano novo e que cada criança pode* [ela] *mesma falar e cumprimentar os seus tios. Nós mesmos temos esta recepção no nosso Club no dia 17 de XI, nós esperamos que vós todos pudésseis ouvir a minha voz também. A emissão de Lisboa deve seguir no mês de Dezembro duas vezes. Vós dev*[e]*is* [ser] *somente informados na direcção da Caritas portuguesa de Lisboa em que dia vai ser a emissão das crianças vienesas, nós cantamos também o hino nacional português. Eu espero que vós tendes uma óptima recepção regional. Nós sentimos muito que nós estamos tão longe de vós, pois o meu coração é cheio de saudades vossas*[1383].

[1381] BROCHADO, 1951d: 1 e 3.
[1382] BROCHADO, 1951e: 1 e 2.
[1383] BROCHADO, 1951f: 1 e 2.

Seria provavelmente em sequência desta missiva que Fernanda Jardim questionaria a origem daquela acção. A transmissão seria efectivamente realizada, em Dezembro de 1951, mas, ao que tudo indica, não para todo o país, caso contrário não se justificariam as cartas enviadas ao Presidente do Conselho pedindo que assim fosse feito. Possivelmente, tendo conhecimento ou tendo sido advertido directamente acerca da não concordância da Caritas com a sua iniciativa, Menhofer, com o claro apoio do Padre Alexandrino Brochado, chegaria mesmo a publicar, na coluna regular assinada por este último no jornal «A Voz do Pastor», o programa e transcrições de excertos da gravação, realizada em Novembro de 1951. O objectivo claro seria fazer saber às famílias visadas que as suas crianças lhes haviam dedicado mensagens, fazendo crescer a sua vontade de ouvir a emissão[1384].

Seriam também publicadas cartas das crianças exortando os padrinhos a não perderem a transmissão, em duas emissões durante o mês de Dezembro, pela «emissora internacional portuguesa de Lisboa»[1385]. A mesma ocorreria a 23 de Dezembro na Emissora Nacional, ainda que, e como já referido, ao que tudo indica, não em todos os emissores regionais. No artigo que lhe dedica em exclusivo, o Padre Alexandrino Brochado denotava já algum desalento, referindo ter-se questionado, por diversas vezes, sobre se deveria ou não terminar a secção em causa. O sucesso da emissão, segundo afirma, dar-lhe-ia novo alento.

> *Nos nossos ouvidos há ainda um eco ténue e apagado daquelas vozes tão límpidas e cristalinas das crianças austríacas do clube português de Viena. Eu não estava no Porto. Sabia que às 6 horas da tarde do dia 23 de dezembro a Emissora Nacional transmitiria a mensagem do Natal das crianças austríacas que cá tinham estado. Sentei-me junto do aparelho da telefonia nervoso, inquieto. Às 6 horas, em ponto, começava a emissão. Cantou-se o hino português, fez-se uma saudação aos governantes de Portugal e depois as «nossas» crianças falaram. Não quero, nem sei dizer a sensação que então experimentei. Logo as primeiras falas eram conhecidas, mesmo muito conhecidas, de crianças que estiveram no Porto. Depois falaram outras de Famalicão, Barcelos, Elvas, Évora, Ourém, Marinha Grande, Lisboa, etc. Frases pequenas, mas tão grandes em significado e beleza!* […] *A emissão foi muito rápida! Não sei se alguém terá vivido com mais intensidade e emoção aqueles momentos tão fugazes. Pequenos-grandes momentos que na nossa vida por vezes são tudo, são vida ou são morte*[1386]*!*

Em publicações posteriores, a descrição da passagem de Hildegard Barros da Costa por Viena seria levada ao pormenor, com destaque para a sua passagem pelo clube de Migazziplatz, que funcionava na casa paroquial de Meidling, no distrito 12. Nas palavras do Padre Alexandrino Brochado:

[1384] BROCHADO, 1951g: 1 e 2.
[1385] BROCHADO, 1951h: 1 e 2.
[1386] BROCHADO, 1952a: 1 e 2.

> […] *um padrão a lembrar a nossa generosidade, é uma centelha que arde e aquece alimentada pelo amor da nossa querida terra. O club português! Bela iniciativa dum homem que se apaixonou pelo nosso país hospitaleiro e que sente a necessidade de fazer de alguma maneira o bem que fizemos aos seus irmãos de raça. Eu não queria morrer sem ter um dia a enorme consolação de entrar no club português, de Viena, para beijar, comovido, as mãos do prof. Menhofer que ali, tão longe de Portugal, acendeu e mantém uma fogueira de devoção e amor a tudo o que, por graça de Deus, é muito nosso, é muito português.*

O tradutor de Português entusiasmar-se-ia, segundo Hildegard, com a Acção de apoio às crianças austríacas por parte de Portugal, alugando, com o seu próprio dinheiro, uma sala onde os pequenos pudessem cultivar «o Culto, o Amor e a gratidão» para com o país de acolhimento. Segundo refere a visitante, as crianças a quem tal era possível deveriam pagar 6 escudos por mês, sendo que, muitas não poderiam sequer participar por não terem como cobrir o gasto do transporte de eléctrico até ali. Na sala, definida como «pobre», penderiam das paredes dois quadros: um com o retrato de Oliveira Salazar, outro com o do General Carmona, sendo que as crianças, recusando-se a substituí-lo, pediriam um quadro do novo Presidente para juntar aos dois que já possuíam. Além deles, também uma fotografia do Padre Alexandrino Brochado adornaria o local[1387], o mesmo que apoiaria a sugestão de um reconhecimento ao professor «que tanto faz pela propaganda do país lá fora», feita por um outro visitante português que, meses mais tarde, faria também publicar o seu relato no mesmo jornal diocesano[1388].

A descrição da recepção por parte dos pequenos seria comum às várias descrições, ainda que apenas uma, acerca da passagem do Padre Ferreira de Almeida (Professor do Seminário Menor de Viseu) e seus 30 acompanhantes portugueses, referiria que também alguma criança espanhola participaria do clube[1389]. O relato pela mão do prelado J. Ferreira Gomes, publicado pelo «Correio de Coimbra», ecoa os sentimentos e palavras que em várias ocasiões ilustraram as descrições apresentadas pelo «A Voz da Verdade», levando-nos também a crer que vários terão sido os padres que terão organizado excursões à Áustria, fazendo uso das facilidades concedidas pela Caritas.

> *Indescritível entusiasmo que nasceu em todos, apenas souberam que éramos portugueses. De pé e radiantes entoaram o Hino Nacional. A menina Gertrude Hauber, num português correcto, dirigiu-nos a seguinte saudação: «queridos amigos de Portugal, sede bem-vindos ao nosso Club português. Vós sois os representantes de Portugal e dos nossos muito queridos Padrinhos que nos aceitaram com tanto carinho em suas casas para connosco exercerem tantas obras de caridade cristã. Fazemos votos para que Deus vos abençoe e recompense por todo o bem que tendes feito à Áustria e a todos nós.* […] *Viva a Áustria! Viva Portugal!». A seguir cantaram vários números de folclore português e sobretudo a N. Senhora de Fátima que tanto impressionaram a*

[1387] BROCHADO, 1952b: 1 e 2.
[1388] BROCHADO, 1952c: 1 e 2.
[1389] BROCHADO, 1952e: 1 e 2.

nossa sensibilidade religiosa e portuguesa. No meio de alegria esfusiante exteriorizada por vezes em lágrimas de gratidão e saudade pelo acolhimento que receberam em Portugal, dirigiram-se todos, acompanhados pelo Prof. Menhofer, à igreja paroquial onde se encontra um lindo altar dedicado a Nossa Senhora de Fátima. Ali, de novo, no português cristalino dos nossos maiores, os seus lábios se abriram para invocar e cantar os louvores da Mãe do Céu. Este entusiasmo tão vivo, embalsamado nas finas melodias do idioma português, tem o seu grande alentador na pessoa do prof. Menhofer que dedicadamente ama Portugal e a língua lusíada, e, por este meio, faz a melhor propaganda da gente portuguesa, dos seus costumes e tradições numa terra onde, muitas vezes pouco mais se conhece que o nome vago de Portugal, dificilmente localizado ou até completamente desconhecido. Esta forma de propaganda supera qualquer outra de carácter panfletário ou turístico pois efectua-se no que há de mais íntimo, a alma de um povo, a sua língua, o seu carácter, tão bem expressos nas toadas do folclore. Merecia por isso o prof. Menhofer a atenção do Governo numa distinção bem justa e num auxílio sempre necessário para quem, como ele, modesto no viver, trabalha com amor e sem interesse. O seu trabalho não é uma função remunerada, é um apostolado; não é um jogo de um concurso, mas a dedicação espontânea que merece a consideração e o louvor. O nosso patriotismo activa-se ainda mais. Sentir Portugal ao contacto com o seu solo é belo, mas senti-lo longe, entre as emoções da saudade, é lisonjeiro, reconfortante…[1390]

Algumas missivas se dirigiriam, de facto, pelo menos à Caritas Diocesana do Porto, oferecendo donativos para ajudar a garantir o reconhecimento ao professor Menhofer sugerido pelo Padre Alexandrino Brochado: uma visita a Portugal[1391]. Não nos foi possível confirmar se a mesma chegou a efectuar-se visto que não encontrámos nenhuma referência posterior. É, contudo, claro que Fernanda Jardim não o veria com bons olhos. Numa carta a Leopold Ungar, a directora da Caritas Portuguesa refere que recebeu a gravação das mensagens de Natal das crianças participantes do grupo organizado pela Caritas, mas que, quando propusera a sua transmissão radiofónica, já a Emissora Nacional havia previsto um programa com discos enviados pelo professor Menhofer, através de um senhor português. Acrescenta ainda que o trabalho daquele «de modo algum auxilia o trabalho da Caritas Austríaca nas suas relações com Portugal», mas que, pelo contrário, «é feito a título meramente pessoal e particular, e como tal se tem dirigido a entidades oficiais portuguesas, o que só é prejudicial para o vosso e nosso trabalho». Refere ser, por isso, «necessário que de algum modo se conseguisse que o Senhor Menhofer não continuasse a intrometer-se no serviço da vossa e nossa Caritas, não só […] nas suas relações com entidades oficiais como até com as Famílias que acolheram as crianças». Oferece-se, para tal, a apoiar o curso de Português da Caritas de Viena com «livros, mapas, canções, discos e quaisquer outras coisas» úteis para que o maior número de crianças fosse reunido em torno daquela e não de outra iniciativa[1392].

[1390] GOMES, 1952: 6.

[1391] [Carta] 1951 Mai. 11, Porto [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal; ALVES, Augusto César (1951) — [Carta] 1951 Mai. 11, Porto [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

[1392] JARDIM, Fernanda (1952) — [Carta] 1952 Mai 01, Lisboa [a] Leopold Ungar. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

Com menor aparato, pelo menos a nível da imprensa analisada, mas aparentemente com maior perseverança, o «Clube dos Pequenos Portugueses de Viena» sobreviveria à passagem do tempo, com algumas alterações consoante as necessidades. Os primeiros registos, em termos de comunicação social, a respeito do organismo, dependente da Caritas, pelo menos na sua génese, apareceriam no «Notícias de Beja», no final de 1949, altura em que as primeiras críticas à Acção da Caritas Portuguesa se faziam já ouvir. Segundo esse periódico, seriam, na altura, cerca de 500 as crianças que haviam sido acolhidas em Portugal e se reuniam para «falar o Português e recordarem os tempos saudosos que passaram nas terras verdejantes da acolhedora Lusitânia»[1393], número que, tendo em conta a informação dada por Leopold Ungar a Fernanda Jardim, em carta supracitada, ultrapassaria em centenas a realidade dos factos[1394].

A partir de então, só alguns jornais generalistas, não seleccionados para análise no âmbito desta investigação, dariam conta das actividades daquele clube, sendo cada notícia a esse respeito arquivada na pasta referente à Caritas, existente no Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Com o apoio da Caritas e da Legação de Portugal em Viena, o clube, diferentemente do criado por Johann Menhofer, oferecia cursos «livres e gratuitos» de Português. A partir de Março de 1956 ter-se-á formalizado, em resultado da acção conjunta do Ministro Plenipotenciário de Portugal em Viena, Miguel de Almeida Paile, de Monsenhor Leopold Ungar e do maestro Silva Pereira[1395], à época bolseiro do Instituto de Alta Cultura da capital austríaca, que semanalmente ministraria as aulas. O número de inscritos rondaria, em finais daquele ano, 300 efectivos (crianças que haviam estado em Portugal), aos quais se somavam ainda dois professores da Universidade de Viena, que haviam pedido para assistir às aulas, e muitos pais e irmãos das «crianças Caritas»[1396].

Para conseguir a atenção dos jovens austríacos, à época já entre os 12 e os 16 anos, o Ministro organizaria uma reunião, num salão alugado, contando com a participação de um violoncelista, o referido bolseiro Silva Pereira, e um pianista, Filipe de Sousa, tocando trechos portugueses e austríacos, bem como com a projecção de um filme, entretanto realizado pela *Stefanus-Film*, acerca de Portugal[1397].

Naquele ano, e segundo o mesmo artigo do «Diário Popular», o Clube organizara uma festa comemorativa do Dia de Portugal, «reunindo elevada assistência e merecendo da própria Imprensa austríaca elogiosas referências», e o acompanhamento, servindo os alunos de «intér-

---

[1393] *Caritas Portuguesa e sua acção benfazeja*. «Notícias de Beja» (10 Dez. 1949), p. 4.

[1394] UNGAR, Leopold (1951) — [Carta] 1951 Dez. 06, Lisboa [a] Fernanda Jardim. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

[1395] Com o curso superior do Conservatório Nacional e licenciatura em Música na Universidade de Viena, Joaquim da Silva Pereira foi violinista, violoncelista e chefe de orquestra, foi maestro titular da Orquestra Sinfónica da Emissora Nacional, director da Orquestra Sinfónica do Porto, director do Conservatório de Música do Porto e director musical do Teatro S. Carlos.

[1396] *As Crianças Austríacas que estiveram em Portugal aprendem em Viena a dominar melhor o nosso idioma*. «Diário Popular» (24 Out. 1956).

[1397] PAILE, Miguel de Almeida (1956) — [Carta] 1956 Fev. 13, Viena [a] Ministro dos Negócios Estrangeiros. Acessível no AHDMNE, Lisboa, Portugal.

pretes e cicerones», a um grupo de ferroviários portugueses em intercâmbio. Ao grupo haviam sido oferecidos, também durante o mesmo ano, prémios escolares, a atribuir aos melhores alunos, e livros, «para a futura biblioteca da instituição», por parte de «categorizadas individualidades portuguesas», bem como a autorização de utilização das piscinas e campos de desporto universitários de Viena, através da acção do Ministro de Portugal naquela cidade, junto do Ministro da Educação austríaco[1398].

O Clube terá também organizado um programa de rádio, em 1956, em que participaram ex-crianças Caritas, interpretando canções portuguesas e austríacas, e o Ministro, Almeida Paile, que pronunciou algumas palavras, «salientando os sentimentos de grande afecto que unem os dois países» e o facto de «algumas centenas de crianças austríacas assim prolonga[re]m o seu reconhecimento pelo nosso país e pela carinhosa hospitalidade que nele tão afectuosamente receberam»[1399].

Fig. 69. Apresentação do «Auto do Bom Senso», original de Santos Braga, por jovens austríacos que haviam sido acolhidos em Portugal, durante a festa do «Dia de Portugal», em Viena. «Diário Popular» (24 Out. 1956)

Numa carta endereçada à direcção do Instituto de Alta Cultura[1400], o professor daquele grupo daria conta das suas últimas iniciativas, referindo a realização semanal de lições de 3 horas, às quartas-feiras, das 18 às 21 horas, sem «uma única falta voluntária», relativamente aos 70 inscritos do ano lectivo anterior, «ainda que bastantes alunos tivessem que caminhar

[1398] *As Crianças Austríacas que estiveram em Portugal aprendem em Viena a dominar melhor o nosso idioma*. «Diário Popular» (24 Out. 1956).
[1399] *Rapazes e raparigas austríacos recordam Portugal*. «Diário de Notícias» (28 Jul. 1956), p. 2.
[1400] O Instituto de Alta Cultura (1952-1976) foi o organismo responsável pela condução da política cultural, de divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro e de investigação científica durante o Estado Novo. Tinha como missão «concorrer para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura superior e da cultura artística, da investigação científica e das relações culturais com o estrangeiro e difusão da língua e cultura portuguesas». Sucederia nessas funções à Junta de Educação Nacional (1929-1936) e ao Instituto para a Alta Cultura (1936-1952). Decreto-lei n.º 46 038. «D. G. I Série», 269 (1964-11-16) 1616-1619.

sobre a neve e gelo alguns quilómetros, distância que os separa das suas ocupações ou residências do local onde se realizam os cursos». Silva Pereira notaria ainda a presença de «bastantes Pais e irmãos dos alunos efectivos que, em sinal de reconhecimento aprendem o Português». O objectivo seria pedir àquele instituto colaboração para as actividades do também denominado Clube Português da Caritas de Viena, na forma de livros em Língua Portuguesa e da concessão de «um pequeno subsídio anual de 12.000$00», para que fosse possível dotá-lo de instalações próprias, visto que o mesmo funcionava naquelas das quais a Caritas Austríaca não teria necessidade, insuficientes dada a «elevada posição de Portugal na Áustria»[1401].

Um artigo publicado no *Diário da Manhã* referia, além dos nomes de algumas das crianças participantes — entre as quais, Elfriede Janda, Christa Walenta, Traude Fudler, Elfriede e Monika Mertula, Günther Wendl e Edith Derda —, o apreço especial do Presidente do Conselho pela «prova de constância dos seus sentimentos amigos para com Portugal»[1402]. A grande preocupação dos mentores da iniciativa seria, precisamente, manter viva a «grata recordação que têm de Portugal, que a dureza e a dispersão da vida, em que estão a entrar, não tardará a descolorir»[1403].

Com várias actividades igualmente desenvolvidas no ano de 1957, a que, supomos, seria dada continuidade de então em diante, para alguns, de facto, a grata memória não perderia cor. De tal forma que o Clube permanece até aos dias de hoje, tendo mudado, em 1965, o seu nome para «Clube dos Amigos de Portugal» e tendo-se tornado, em Setembro de 1978, numa «sociedade com estatuto bilateral e membro do Partner Aller Nationen (PAN)», alterando também a sua designação para *Österreichisch-Portugiesische Gesellschaft* (ÖPG) — Sociedade (de Amizade) Austro-Portuguesa. Unindo os esforços das crianças Caritas ainda activas no grupo e do Professor Doutor José Palma Caetano, seu presidente até 2006, o grupo entraria assim numa nova fase, da qual resultaria a publicação *Um Laço de Amizade entre Portugal e a Áustria*, múltiplas vezes citado na presente tese. Mantendo, em 2010, cerca de 240 membros, a Sociedade Austro-Portuguesa seria dirigida, entre 2009 e 2017, por Gerlinde Weingärtner, ela própria enviada pela Cáritas para Portugal enquanto criança[1404].

Entre os membros do grupo está também Elfriede Janda, que, com o primeiro salário ganho, trabalhando horas a mais para o efeito, apanharia um comboio para ir ter com os pais de acolhimento ao Porto. Após o falecimento destes, continuaria a visitar a cidade uma vez por ano, mas agora de avião e para encontrar o seu «terceiro pai», o Padre Alexandrino Brochado, bem como a sua família. Elfriede recordaria ainda a passagem do amigo por Viena, tendo presidido a uma celebração na Catedral de Santo Estêvão, em Agosto de 1955, e referia ser com

---

[1401] PEREIRA, Joaquim da Silva (1956) — [Carta] 1956 Set. 27, Lisboa [a] Gustavo Cordeiro Ramos, Presidente do Instituto da Alta Cultura. Acessível no AHDMNE, Lisboa, Portugal.

[1402] *Em Viena de Áustria floresce a gratidão das crianças que vieram encontrar no nosso País a sua segunda Pátria*. «Diário da Manhã» (18 Ago. 1956), p. 1 e 3.

[1403] PAILE, Miguel de Almeida (1956) — [Carta] 1956 Mar. 9, Viena [a] Ministro dos Negócios Estrangeiros. Acessível no AHDMNE, Lisboa, Portugal.

[1404] SOCIEDADE AUSTRO-PORTUGUESA, [s.d.].

ele que falava «muitas vezes do passado», desejando continuar a visitá-lo enquanto lhe fosse possível. O falecimento do Padre Alexandrino, aos 95 anos, em Maio de 2016, poderá ter abalado os planos de Elfriede, porém, não fará certamente, esmorecer o seu amor pelo país que a acolheu, o qual homenageia na sua casa «muito portuguesa», em Viena, e nos seus cozinhados típicos: bacalhau e pastéis de nata[1405].

Igualmente fã de bacalhau, Ilse, filha de um ferroviário e, portanto, com desconto nos transportes, trabalharia também com o objectivo de juntar dinheiro para voltar à sua Lisboa. A vida, contudo, trocar-lhe-ia as voltas.

> *Quando comecei o Curso Comercial um dia tive uma ideia — Daqui a dois anos começo a ganhar dinheiro, vou juntar dinheiro para uma viagem a Lisboa. Com os meus 18 anos (21/04/1959) peço o meu cartão para andar nos caminhos-de-ferro.* […] *No dia 13 de Dezembro de 1958 conheci o Roger. E agora vou?! Ele queria fazer o noivado no dia dos meus 18 anos. Onde ficava a minha viagem*[1406]*?*

Para o seu casamento, celebrado em 1960, Ilse contaria com uma oferta de «uma fortuna» dos pais adoptivos, que lhe permitiria comprar um frigorífico e sentir-se «muito rica». Nos cinco anos seguintes nasceriam os seus três filhos e o sonho português continuaria adiado, a oferta de um disco português, do qual não conseguiria perceber uma só palavra, porém, fá-la-ia intensificar a escrita de cartas destinadas à família de acolhimento, com a ajuda de um dicionário, o que intensificaria também as saudades e a vontade de mostrar à família o local onde passara um «tempo tão feliz» da sua infância. Em 1968, quinze anos após a sua última estadia, com a Caritas, regressaria finalmente a Portugal, com o marido e a filha mais velha, sendo recebida como se nunca tivesse partido[1407].

> *Ainda hoje os vejo como se fosse ontem. O Vati, a Mutti, a Ilona, o João que só conhecia pelas fotografias* [e a] *Lili* […] *e começaram duas lindas semanas pelas quais eu tive de esperar tantos anos.* […] *Ainda hoje sou muito grata pelas bondades deste Vati de Lisboa.* […] *Para mim era um fugir para o tempo que passei na infância*[1408].

A estadia e a alimentação seriam por conta do pai de acolhimento que, ao vê-los numa situação tão necessitada, lhes ofereceria também algum dinheiro para levarem para a Áustria. Em 1973 Ilse voltaria com o filho do meio e o marido faria um curso de Português. Cinco anos mais tarde, para celebrar os 30 anos da sua primeira viagem rumo a Portugal, passariam a Páscoa no país de acolhimento que, entretanto, se tornara dos dois[1409]. Tendo sonhado ser

---

[1405] Elfriede Janda (13 Out. 2015), conversa anotada; CAETANO, 2005: 204.
[1406] KUSTKA, 2009: 39.
[1407] KUSTKA, 2009: 43.
[1408] KUSTKA, 2009: 46-49.
[1409] KUSTKA, 2009: 49-50.

professora de Trabalhos Manuais, acabaria por, graças ao seu Português «com vocabulário de criança de 7 anos», como diz, conseguir um trabalho como telefonista numa empresa em Viena que tinha ligação com Portugal. Tal empresa era, nada mais nada menos, que a criada por Gerhard Schiesser para dar continuidade aos negócios internacionais do Grupo Amorim[1410]. Para o efeito, a sua Mutti portuguesa visitá-la-ia para com ela praticar o Português, ficando surpreendida com o que lá encontraria.

> *O começo foi no dia 1 de Abril de 1982.* […] *Nós já vivíamos em Velm na nossa casinha e ainda tínhamos o apartamento em Viena. A Mutti ficou surpreendida quando viu tantas coisas que nós trouxemos de Portugal.* […] *— Fala como sempre falaste e todo o mundo vai gostar de ti!* […] *Agora eu percebo, quando vejo as coisas todas que vocês trouxeram de Portugal, como tu te sentiste bem em nossa casa e como o Roger te ama para pôr tudo isto na vossa casinha.* […] *A partir desse dia eu estive todos os dias ligada com Portugal*[1411].

As duas mães de Ilse ter-se-ão conhecido então, entendendo-se mesmo sem falar a mesma Língua. A mãe biológica terá ainda conhecido o seu pai de acolhimento no ano seguinte, quando a acompanhou numa visita a Portugal, pouco antes do falecimento daquele[1412]. Segundo Ilona, Ilse, a quem chama irmã, terá vindo a Portugal com o marido, com a mãe e com cada um dos filhos, num total de 18 vezes, sendo que o facto de o marido ser, como o pai biológico, ferroviário lhe facilitaria as deslocações. Terão então viajado muito pelo país, sempre fazendo amigos, onde quer que fossem, uma vez que, segundo diz, sempre que alguém lhe fala em Português, Ilse aproveita para contar a sua história de amor com o país, e sempre que tem visitas portuguesas faz questão de apresentar a todos os seus conhecidos os «amigos portugueses». Tendo feito amizade com as amigas de Ilona, seriam aquelas, segundo refere, as primeiras a visitá-la[1413]. Ilse visita todos sempre que regressa a Portugal, amigos e família, nunca deixando de acompanhar o pai de acolhimento, mesmo durante o período em esteve internado num Lar[1414]. No seu livro de memórias, a irmã, além de um poema dedicado a Ilse, escreveria o seguinte acerca da sua partida.

> *Quando partiu para Viena deixou-me muito triste — a minha irmãzinha ia regressar a sua casa e deixava um vazio enorme no lar onde tinha vivido oito meses.* […] *Agradeço-lhe de todo o meu coração ter mantido ao longo de toda a nossa vida relações de grande amizade.* […] *A minha querida irmã Ilse vem visitar-nos periodicamente, à sua Lisboa e a este seu Portugal que sempre a recebe e continuará a receber de braços abertos*[1415].

[1410] Ilse Kustka (18 Mar. 2016), entrevista gravada.
[1411] KUSTKA, 2009: 51.
[1412] KUSTKA, 2009: 53-54.
[1413] Ilona Fonseca (01 Jun. 2016), entrevista gravada.
[1414] Ilse Kustka (18 Mar. 2016), entrevista gravada.
[1415] KUSTKA, 2009: 2.

Tendo deixado de frequentar o grupo de «austríacos de Portugal» em Viena aquando do falecimento do marido, também porque sofre de problemas de locomoção e vive a uma distância significativa do local onde se realizam os encontros, Ilse não deixaria, porém, que nenhuma dificuldade a afastasse das visitas quase anuais à sua querida Lisboa[1416]. Ilona refere admirar a sua gratidão, coragem e perseverança, que a leva a visitar a cidade de uma forma independente, apesar das suas dificuldades, e sempre garantindo que nenhuma das irmãs ou amigos fica por visitar.

> *Ao meu pai deu muita alegria, e muita satisfação. Tanto ao pai como à mutti. Agora… Vai acabar por aqui. Não tem muita influência assim nos nossos filhos, assim como nós também não temos influência nos filhos dela. Vai ficar por aqui mesmo.* […] *Bem, a influência que tivemos foi realmente essa que é importante do emprego dela, dela comunicar, dela ter muita satisfação em viajar e encontrar portugueses.* […] *E foi bom ela ter ido e ter voltado. Eu acho que abriu muito mais o espírito dela e conhece-nos muito bem, e é muito amiga e não perde os amigos… É de uma gratidão que não se encontra, sabe? Por um lado, digo que parece que não são tão sentimentais como são os latinos,* […] *mas ela é de uma gratidão sem limites pelo meu pai. E mesmo quando a gente diz: «o paizinho fazia isto e era assado», ela não concorda e não gosta e está sempre a dizer: «o paizinho fez-me isto, e o paizinho fez-me aquilo, e deu-me aqueloutro, e facilitou-me aquilo» e tal e coisa… E o meu pai facilitou muita coisa que eu própria não sei, mas que ela conta.* […] *E, portanto, a vida dela tem uma grande influência, realmente, do meu pai. O pai dela nunca veio, mas a mãe veio.* […] *Tenho impressão que sim, que era grata, sim. Faleceu pouco depois de eu a ter conhecido. Acho que sim. Agora os filhos não*[1417].

Ainda que a história seja, geralmente, pelo menos nos casos que tivemos oportunidade de analisar, passada para as gerações seguintes, em vários casos, dos quais o de Ilse faz parte, a ligação entre as crianças acolhidas e as famílias de acolhimento não pode, naturalmente, ser replicada pelos descendentes, que não viveram a situação e que, muitas vezes, só já adultos viriam a ter contacto directo com os envolvidos em Portugal. Fini, por exemplo, refere que o filho e os netos conhecem a história toda, têm uma relação com a *mummy* e seus familiares, mas não têm com Portugal a relação que a mãe tem e continua a alimentar, visto que nem sequer vivem no país[1418].

Para Hannelore a situação será parecida, ainda que tal facto não faça parte das suas preocupações. Sendo uma das entrevistadas com maior conhecimentos sobre a Acção e as razões que a motivaram, porque teve oportunidade de comparar a sua experiência com a da irmã, acolhida em Espanha, e porque o sobrinho é historiador e professor na Universidade de Viena, prefere focar-se mais nos resultados práticos que teve na vida de crianças como ela do que nas circunstâncias que a envolveram e no que poderá ficar dela.

[1416] Ilse Kustka (18 Mar. 2016), entrevista gravada.
[1417] Ilona Fonseca (01 Jun. 2016), entrevista gravada.
[1418] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.

Fig. 70. Ilse em frente à sua «casa portuguesa» em Velm, Áustria, (1988?)
Fonte: Col. privada de Ilona Fonseca

Eu também sei […] *por que é que Portugal e Espanha acolheram crianças dos países em guerra* […] *porque o meu sobrinho* […] *descobriu que, aparentemente, Salazar e Franco se sentiam algo marginalizados pelo resto da Europa, ou pelo resto do mundo livre, porque eram considerados regimes fascistas no meio de regimes democráticos, e por isso decidiram fazer algo pelos filhos dos países em guerra para melhorarem a sua imagem. Se isso é verdade ou não, não sei, mas isso é o que a História diz…* […] *Mas devo dizer que nós fomos beneficiados, seja como for, e eu não conheço ninguém* […] *com um relato não positivo sobre a estadia em Portugal* […]. *Todos fomos tratados com amor, com generosidade, com compreensão, por isso, o efeito foi muito positivo e as pessoas que agiram em função do que quer que Franco e Salazar decidiram fazer foram extremamente maravilhosas.* […] *Os portugueses eram maravilhosos e* […] *nunca conheci ninguém, a não ser a minha irmã que esteve em Espanha, mas ela tem a mesma experiência que eu. Foi muito bom.* […] *O que eu ganhei lá foi autoconfiança. Sim, o meu ego nasceu, foi reconstruído ali, com certeza. Senti-me amada e querida e senti que valia alguma coisa. Eu senti isso antes de o meu pai morrer e de todas as desgraças que aconteceram… Acho que a minha autoconfiança estava arruinada, mas eu consegui reavê-la em Portugal, sim.* […] *Eu acho que a minha visão do mundo se ampliou muito com todas essas experiências de infância, e, como disse, também me fez aventureira. Durante muito tempo na minha vida procurei experiências diferentes, povos diferentes, diferentes visões do mundo, diferentes perspectivas de vida. Tudo isso é muito interessante para mim e* […] *ampliou a minha visão definitivamente.* [Portugal] *costumava ser* […] *uma espécie*

de alucinação feliz. Foi durante muito tempo uma fantasia feliz, até que voltei a Portugal há três anos e os vi a todos […] *em carne e osso, e tornou-se real novamente.* […] *Mas durante toda a minha vida foi uma alucinação muito feliz que bailava diante do meu olho interior constantemente. Faz parte de mim. É algo que realmente faz parte de mim. Sim.*

Considerando-se agnóstica, mas sendo baptizada, acreditando em Deus e tendo um profundo respeito pelos ensinamentos de Jesus Cristo, Hannelore defende que o exemplo recebido por ela, com os portugueses, e pela irmã, com os espanhóis, é um que os honra e que deveria continuar a ser seguido, independentemente das razões subjacentes. Depois da sua primeira estadia em Portugal, regressaria ao país de acolhimento quatro anos mais tarde, já com 14 anos e numa fase mais «desobediente e rebelde» da sua adolescência, a qual justifica com o facto de ter sido de novo separada da família, ao ser enviada para um colégio interno, regido por freiras. Tal facto, a curta duração da estadia (3 meses) e a situação especialmente débil em que a «avozinha» D. Zélia se encontrava à época, acabariam por não lhe permitir restabelecer o ambiente de conforto que se havia gerado entre as duas, outrora, levando-a a passar a maior parte do tempo com a família Trigueiros, no Porto. Seria a última vez que veria D. Zélia com vida, e a última em muitos anos em que estabeleceria contacto com os seus amigos.

Também inspirada pela experiência vivida em Portugal, e talvez pelo facto de ter crescido na zona de Viena ocupada pelos ingleses, Hannelore trabalharia como tradutora e intérprete para várias organizações internacionais, tendo casado com um siciliano e vivido boa parte da sua vida em Itália, tendo trabalhado no consulado norte-americano em Palermo e ensinado Inglês a crianças. Sem filhos, refere que os sobrinhos conhecem a sua história, partilhada com a irmã, mas que não sabe até que ponto lhes interessa ou até que ponto podem sequer imaginar o que para ela significa ter encontrado as pessoas daquele tempo e poder visitá-las, tantos anos depois. Seria na rede social Facebook que encontraria de novo as suas duas famílias portuguesas remanescentes: os Trigueiros, com quem passaria o Natal de 2013, entre os 150 descendentes hoje existentes, e amigos daquela época; e os Correia, a quem visitaria também aquando da sua última estadia em Portugal, sendo que continua a tratar Virgininha como «prima» e a lembrar o seu pai como «o primo Doutor»[1419]. Sobre ele descobriria, 65 anos após a separação, que lhe dedicara um dos seus livros. «Montes Pintados» terá sido uma expressão que em algum momento terá utilizado e que terá ficado para sempre imortalizada no título do livro de contos de João de Araújo Correia[1420].

Eu não me lembro do momento em que proferi a expressão «montes pintados», mas fantasio a ideia que possa ter sido no terraço, junto à sala de jantar da família Correia. Estou a ver-me aí, depois da refeição, de pé junto do meu «Primo Doutor» […] *envolvida num diálogo acerca da paisagem, ambos contemplando as colinas e os socalcos da Régua, e lembro-me muito bem das*

[1419] Hannelore Martinovsky (22 Mar. 2017), entrevista gravada.
[1420] CORREIA, 1964.

observações entusiásticas e dos seus gestos que mostravam o seu desejo de abraçar tudo, e o meu próprio desejo de lhe agradar, referindo algo muito positivo acerca da sua bem amada terra. Era outono e que outra coisa poderia eu ter dito no meu português ainda incipiente que não fosse «Os montes são pintados?».

Incrédula, até porque a dedicatória em causa menciona uma menina francesa e, refere, poucos são os seus ascendentes de França, Hannelore acabaria por ser assegurada pela Tertúlia João de Araújo Correia, que hoje se dedica a preservar a memória do escritor, e a sua própria filha, Virgininha, que nenhuma outra «andorinha» estrangeira ocupara o seu lugar «na casa e coração» do seu «Primo Doutor»[1421]. A sua expressão daria também nome a um vinho, produzido e engarrafado pela Adega Cooperativa de Santa Marta de Penaguião, em 1998, no ano do centenário do nascimento do autor do livro *Montes Pintados*, distribuído juntamente com o vinho.

Hannelore não seria, todavia, a única menina austríaca acolhida no Douro a inspirar livros. Também para o romance *Douro e Duríades*, Robert Manners Moura encontraria em duas pequenas austríacas acolhidas em Carrazeda de Ansiães a alma de uma das suas personagens: Erika, uma menina austríaca acolhida numa quinta do Douro, mas que, ao contrário das suas inspiradoras, das quais o autor não mais teve notícias, permaneceria em Portugal. A história de Erika seria continuada na sequela *Duro Douro,* do mesmo autor[1422].

Houve, portanto, além das crianças que ficaram em Portugal, pequenos austríacos que voltaram anos mais tarde, uns dando seguimento natural a um contacto nunca perdido, outros procurando as pessoas com quem haviam perdido contacto, uns estabelecendo morada no país de acolhimento, outros mantendo laços de amizade com o mesmo e deixando marcas na cultura local.

Katharina Karrer foge a todas as categorizações. Além de ser alemã e de ter sido, juntamente com a irmã, acolhida em casa de familiares da mãe, acabaria por ficar em Portugal com os próprios progenitores e não com os tios, que desempenhavam o papel de pais de acolhimento. O seu acolhimento não terá sido, porém, caso único, a confirmar-se um pedido realizado por uma madre prioresa à Caritas Diocesana do Porto, e comunicado por aquela à Caritas Portuguesa, acerca da possível vinda de um sobrinho seu, francês, através da Caritas[1423]. O que fará do caso das irmãs Karrer uma situação única será o facto de a intenção ter sido, desde o princípio, que os pais se juntassem às filhas no país de origem da mãe. A reunião concretizar-se-ia alguns anos após a chegada daquelas, talvez dois, segundo Katharina, sendo que a mãe, todavia, detestaria Portugal, e o pai, Engenheiro mecânico, trabalhando como tradutor de Alemão no sector comercial, extremamente metódico, não aguentaria por mais de cinco anos o «deixa andar» dos portugueses. Em 1955, com cerca de 18 anos, Katharina voltaria

[1421] MARTINOVSKY, 2015: 110.
[1422] MOURA, 2012; MOURA, 2014.
[1423] CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1950) — [Carta] 1950 Jun. 07, Porto [a] Fernanda Jardim. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

então à Alemanha, com a família, tendo já começado a trabalhar em Portugal, fazendo uso dos seus conhecimentos de Inglês e do curso comercial de estenografia, e contrariando os conselhos do seu professor de Matemática que dizia que a menina deveria continuar a estudar. Ela, contudo, achava «mal-empregado» o esforço, visto que as raparigas, depois de casadas, deixavam de trabalhar. De regresso ao país do pai, empregar-se-ia de imediato, como secretária, numa companhia de seguros de Colónia que precisava de alguém que falasse Português. No entanto, seria sol de pouca dura.

> [O chefe] *era também muito brusco. Eu acho que os alemães são mais bruscos. Porque o meu primeiro emprego em Portugal foi com um senhor* […] *suíço, que era um amor.* […] *Ah e eu não gostava nada de Colónia. Então tive a oferta para ir trabalhar na delegação portuguesa junto… na altura chamava-se EFTA, que eram as preparatórias da União Europeia, em Genebra.* […] *E isso, interessantíssimo, isso gostei muito. Tive uma sorte.* [Mas] *Depois que voltamos para a Alemanha eu já não me dei nada bem. Não sei, achei muito fria e não sei porquê sonhei voltar cá. Então perguntámos e os meus tios foram generosos, disseram na altura que se eu quisesse podia ficar em casa deles. Eu aí também já tinha mais idade para não ficar tão tocada pela maneira do meu tio.*

Não tendo deixado de passar as férias em Portugal, tendo feito cá amigos e família, e percebido que o carácter autoritário do homem de família não era exclusivo do país de acolhimento, Katharina voltaria, para partilhar o quarto com a prima na casa alugada em Cascais, para onde os tios se tinham, entretanto, mudado. Acabaria por trabalhar durante os 18 anos seguintes no Instituto Arqueológico Alemão, tendo-se então apaixonado pela Arqueologia e por aquele que, apesar de todas as diferenças culturais, seria o seu marido. Algumas dessas diferenças, diz, continuam a criar-lhe dificuldades, mas considera-se privilegiada por poder ter experienciado várias realidades.

> *Tivemos dificuldades. Ele achava que eu era muito germânica e eu achava que ele era muito português: «Podes fazer isso, não podes fazer isso! Aperta o botão da blusa!». Isso p'ra mim já era um bocado antiquado. Era muito engraçado… A minha mãe dizia sempre: «Diz sempre que sim e depois faz à tua maneira.»* […] *Ainda hoje às vezes tenho dificuldades nas diferenças grandes.* […] *É das coisas que, nos últimos tempos, eu achei mais incríveis: como é que os portugueses deixaram fazer o acordo ortográfico.* […] *Eu fico triste porque eu acho uma língua bonita, sempre gostei,* […] *e acho triste.* […] *Mas também porque o alemão, normalmente há certas coisas, quando ele diz, normalmente faz. Isso é das coisas mais difíceis de aceitar no português.* […] *A boa vontade eu acredito que no momento está lá, mas depois…* […] *Antigamente: «Eu na Alemanha sinto-me mais portuguesa…».* […] *Em Portugal hoje em dia não me sinto alemã. Não, eu estou muito bem, eu gosto muito de Portugal. Gosto dos portugueses. E agora já estou precavida, não é.* […] *Eu acho que as experiências, conviver com pessoas muito diferentes, abrem os olhos, sem dúvida. Como trabalhar na Suíça, ou antes na Colónia, mesmo por pouco tempo, eu acho que todas essas vivências têm influência em nós. Eu acredito nisso.* […] *Por exemplo, o meu tio teve grande influência em mim. Mas é, realmente era uma pessoa que… Tocou-me…*

A irmã mais nova, que viera com ela para Portugal, estabelecer-se-ia em Berlim. A mais velha, curiosamente, casaria em Portugal, acabando por ir viver para Angola. A descendência directa, tal como os sobrinhos, na Alemanha, que passam férias no país que acolheu a mãe e a irmã, conhece a história. Katharina não crê, porém, que o facto altere a sua visão sobre Acções do género no presente. Refere, aliás, que nem mesmo a própria considera ter sido alguma vez refugiada, excepção feita, talvez, ao período em que, na Alemanha, se refugiou no campo, situação em que, seguindo a nomenclatura actual, seria definida não como refugiada, mas antes como deslocada[1424].

Alois tem também dificuldade em encontrar semelhanças entre a crise de refugiados actual e a situação que o trouxe até Portugal há tantos anos atrás. Não tem, porém, qualquer dúvida no que diz respeito aos efeitos que tal facto teve na sua vida.

> *O efeito de Portugal em mim… Eu estava sempre a explorar.* […] *Isso libertou-me do que eu defino como um pensamento muito confinado. Lembro-me de um dos meus tios distantes me dizer: «O que vais fazer?». Eu disse: «Eu quero ir para Portugal». E ele respondeu: «Isso é uma loucura!». Não discuti, resulta da sua visão limitada. Tem que dar o desconto: fisicamente nós estávamos cercados por montanhas.* […] *Eu sempre quis ver o que está do outro lado. Ser criança em Portugal libertou-me de um confinamento físico e mental. Hoje, viajando pela União Europeia, eu sinto-me livre.* […] *Mudou-me completamente. Tornei-me numa pessoa independente.*

O espírito livre cultivado em Portugal levá-lo-ia, assim que a oportunidade surgiu, a pedir a *scooter* do pai emprestada e seguir, com um amigo, rumo às terras conhecidas de Famalicão[1425]. Seria a primeira de várias visitas, as quais compensariam o vazio que deixara aquando da sua partida, com apenas 12 anos de idade. É a irmã portuguesa, Mimi, quem o afirma, certa de que a família não lhe dera qualquer motivo para que deles não se lembrasse. E assim seria, dali em diante, sendo que a namorada, com quem haveria de casar, seria trazida à mãe de acolhimento para obter a sua aprovação, assim como o filho mais velho, que traria, pouco depois do seu nascimento, sozinho, «debaixo do braço», juntamente com um panda de peluche gigante e um saco de fraldas descartáveis (que em Portugal ainda não existiam à época), de forma a garantir que o pai de acolhimento, na altura em fase terminal, o conhecesse. A situação comoveria a mãe de Mimi e ficaria para sempre entre as muitas histórias que mesmo as gerações mais jovens da família ainda contam, como comprova Ema, prima de Mimi. Ele, entretanto, continuaria a escrever, ainda que o Português escrito não fosse o seu forte, e a família continuaria também a comunicar-se com ele, em parte graças ao amigo alemão do pai, que continuaria a traduzir cartas de ambas as partes. Escrevia também ao pároco, a quem visitaria até ao final da sua vida, e perguntava sempre pelo filho do caseiro, com quem manteria também a amizade[1426].

[1424] Anna Katharina Karrer (22 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1425] Alois Sablatnig (26 Abr. 2017), entrevista gravada.
[1426] Maria de Fátima Correia Soares e sobrinha Ema (08 Fev. 2017), entrevista gravada.

Apaixonado por aviões, e sobrinho de um construtor para a força aérea alemã e responsável pela criação da companhia de aviação «Sablatnig» — nacionalizada pelo Estado alemão, em 1924-25, passando a fazer parte da Lufthansa —, Alois trabalharia para a companhia suíça «Pilatus», durante algum tempo, acabando, no entanto, por estudar Administração de Empresas e nunca se dedicar à sua paixão. Ao terminar a universidade procuraria trabalho em Lisboa. Porém a situação de recuperação ainda incipiente do pós-Guerra não lhe permitiria estabelecer-se na capital portuguesa[1427]. Cruzaria então o Atlântico, assentando arraiais no país da mulher, chegando mesmo a tornar-se Cônsul da Áustria em Toronto. Tal facto não o impediria de continuar a visitar a pequena Calendário ou de apreciar de igual forma os aspectos que o prenderam para sempre à família que ainda considera sua. Ema, prima de Mimi, que não viveu o acolhimento de Alois mas sempre o teve como parente, recorda ouvir dizer à avó, cunhada do avô de Mimi, que sempre que ele se despedia as lágrimas abundavam, entre todos. A ligação criada com Portugal seria, de facto, profunda e extensiva a todos os aspectos da sua vida.

> *Ele ainda hoje diz que não há mesa como a portuguesa. Que a melhor memória que leva de Portugal é estarmos todos à mesa,* […] *não paramos de comer, de beber e de falar. E eu fui lá ao Canadá visitá-lo e ele diz: «Vês, é disso que eu sinto falta. Nós comemos, toda a gente vai para o seu canto. E eu tenho saudades porque quando estamos em Portugal nós ficamos na mesa horas a fio a falar».* […] *E nunca me hei-de esquecer, acho que foi assim a coisa mais bonita que ele disse* […]: *«Sabes, eu acho que só sou assim tão feliz porque tive uma infância em Portugal, porque se não fosse assim não era possível, porque se tu conheceres os outros rapazes da minha idade, da Áustria, eles não são assim. Se eu hoje sou o que sou devo-o muito a Portugal, à vossa família». Aliás, ele nunca trata como «a vossa família», é «a minha família», ele e os filhos, tratam-nos todos como… Eu sou a sobrinha e eles tratam-me como se eu fosse prima.*

Também o filho de Mimi já visitou Alois, e a irmã de Alois visitou Mimi. As visitas entre as duas partes são, aliás, uma constante, sendo que, segundo Ema, os filhos gostam tanto do cantinho que o pai descobriu em Portugal que chegam a defini-lo como «o paraíso». Mimi, sublinha, procura sempre fazer «o seu melhor», seguindo o exemplo da mãe que, recorda com emoção, sempre fez tudo ao seu alcance pelo bem-estar alheio. Ema, por seu lado, vê a experiência com gratidão, pela acção da família que lhes deu novos elementos, a quem se sente muito ligada, havendo uma comunicação constante entre todos e uma grande preocupação de Alois relativamente à família portuguesa[1428].

Quem também voltou à vida da família de acolhimento assim que conseguiu, por seus meios, chegar a Portugal foi Gottfried Nemcicky. Em Barcelos, encontraria a família Basto de braços abertos para voltar a recebê-lo, mesmo aqueles que à época do seu acolhimento não eram nascidos mas, de tanto ouvirem os pais falar dele, sentiam que o conheciam. Acompanhado de um amigo e ao comando de um Volkswagen, o menino de outrora voltaria, agora

[1427] Alois Sablatnig (26 Abr. 2017), entrevista gravada.
[1428] Maria de Fátima Correia Soares e sobrinha Ema (08 Fev. 2017), entrevista gravada.

com cerca de 18 anos, trazendo consigo a sensação de que nenhum tempo separara a sua ida do seu regresso. O próprio diria, refere Nina, que «se tivesse feito uma cruz a giz num paralelepípedo da rua ainda estaria lá, 10 anos depois». Para a família a sensação seria a mesma. Os anos que haviam passado desde a sua partida tinham sido preenchidos com cartas, inicialmente pelos pais, pensa Nina, mais tarde pela sua mão, ainda que nunca em Português, pois não aprendera a escrevê-lo, sendo a tia, que falava Alemão, a traduzi-las. O menino, entretanto crescido, falar-lhes-ia em Francês, explicando o quanto sentia que tudo em Barcelos continuava igual às memórias que guardara da sua infância. Nina refere que a alegria da sua chegada seria tal que nem se lembra de alguém lhe ter feito perguntas acerca do que fazia na Áustria, apenas se a família estava bem. O resto do tempo seria passado a mostrar a terra que o acolhera, a passear com os amigos — tendo o amigo de Gottfried inclusivamente começado um «namorico» com uma amiga —, esquecidos que estavam de que em breve voltariam a separar-se.

Nina vê-o ainda hoje como um irmão, e recorda o momento da nova despedida como «uma tragédia». Ao fim de duas semanas, recordará sempre, a dor seria tanta que cada elemento da família iria para o seu canto da casa ou do quintal chorar. Nina refere mesmo que «preferia que ele não tivesse vindo, porque a dor foi tão grande… porque nós mais uma vez caímos na esparrela e pensámos, "ele vem" ou "vem mais vezes", como se ele não nos tivesse nunca deixado». Ele próprio, garante, ia «comovido», o que talvez tenha alimentado ainda mais a certeza de que se voltariam a ver[1429].

Fig. 71. Gottfried com a irmã de acolhimento, Maria de Fátima, e uma amiga, aquando do seu regresso a Portugal
Fonte: Col. privada de Maria de Fátima Queirós de Sousa Basto

[1429] Maria de Fátima Queirós de Sousa Basto (09 Jun. 2017), entrevista gravada.

Acompanhava-o um amigo e tinha esquecido completamente a nossa língua. Ficaram hospedados em casa dos meus pais, e como tanto ele como o companheiro falavam francês, não foi difícil comunicarmos. Quando entrou na casa que, em tempos recuados, também tinha sido a sua, e passou pelo quarto onde tinha dormido, olhou para a cama e disse a única palavra que tinha ficado gravada numa das gavetas da sua memória: — colcha. Estiveram vários dias connosco e, desta vez, a partida destroçou não só o coração dos meus pais, mas o de todos nós. Depois disto, ainda nos escreveu, mas durante pouco tempo. Nunca mais soubemos nada dele. Se morreu, está explicado. Se vive, mostrou-se ingrato e não mereceu nenhuma das nossas lágrimas[1430].

A partir de então Gottfried escreveria em Francês, mas apenas, refere Nina, durante cerca de meio ano mais. Depois, silêncio. Apesar do desabafo escrito, Nina, que se define como uma optimista, continua a acreditar que algum «motivo muito forte» tenha justificado o afastamento de uma «criança que foi sempre muito amada», a quem, por isso mesmo, tem dificuldade em desejar algo que não seja felicidade. O facto de os pais terem mudado de morada e de no local da velha casa ter passado a existir um prédio poderá ajudar a explicar o silêncio daquele que ainda tem esperança de voltar a abraçar.

O Gottfried, como o meu pai falava constantemente no Gottfried como um filho… […] *Sempre, sempre* [se manteve] *a memória.* […] *A memória do Gottfried enquanto que eu não souber que foi ingratidão, ela permanece… E mesmo depois que foi ingratidão… A gente gosta, não deixa de gostar, eu pelo menos não deixo de gostar…* […] *O amor não tem nada com a… E até ao fim da vida dos meus pais eles falavam do Gottfried, e também se interrogavam porque é que ele nunca mais escreveu. Em mim ele continua como um irmão, e quero acreditar que… ou casou e foi para outro estado,* […] *ou emigrou, ou a vida… Olhe eu só espero que ele esteja vivo, que esteja muito bem de vida e que se lembre de me vir aqui visitar ao Porto…* [risos] *Ele nem sabe… Mas gostava, se soubesse a direcção dele gostaria de lhe escrever.*

Cultivando o «culto da família», Nina é, da sua, a única que recorda Gottfried. Os irmãos, refere, guardam aquilo que lhes foi sendo transmitido pelo pai, sendo que o exemplo que os progenitores lhes transmitiram ao acolherem aquela criança terá sido significativo porque o primeiro, mas apenas um de toda uma história de vida de pessoas «generosas, simples, afáveis, cordiais» e que os deixaram sempre escolher, com «honestidade e integridade moral». Os seus filhos conhecem a história, mas não podem, reconhece, «ter o mesmo saudosismo», menos ainda os netos, a quem nunca sequer a contou, não se inquieta, porém, com o facto, sentindo-se muito orgulhosa do percurso de todos eles. Não esconde, contudo, o desejo de um dia ter motivos para o fazer[1431].

Acolhida, na infância, pela família Medeiros, em Lisboa, Anneliese Ziegler pertence também à categoria daqueles que durante muito tempo não contactaram a família de acolhi-

[1430] BASTO, 2006.
[1431] Maria de Fátima Queirós de Sousa Basto (09 Jun. 2017), entrevista gravada.

mento, tendo sido protagonista de um «retorno a casa» que ilustra bem a vontade de tantos que, como ela, Fini ou Hannelore, querendo reencontrar os seus entes queridos em Portugal, não desistiram até que efectivamente o conseguiram.

> *A Anneliese contou à minha mãe que tinha ido à Caritas para saber, que queria o contacto* […] *que, entretanto, perdeu completamente, e que não sabia que o meu pai tinha morrido.* […] *Foi à Caritas e disseram-lhe que a minha mãe não estava interessada em manter o contacto com ela.* […] *Com base em quê não faço ideia. Segundo o que a Anneliese conta,* […] *não acreditou* […] *que tinha gostado muito de cá estar, gostava muito do meu pai, gostava muito da minha mãe* […] *e achou muito estranho que a minha mãe tivesse dito que não queria vê-la. Meteu-se no avião* […] *47 anos depois, e vem a Lisboa.* […] *lembrava-se que nós morávamos ao pé do Jardim Zoológico. Portanto, foi à procura do Jardim Zoológico, encontrou-o, não é difícil, e a partir do Jardim Zoológico fez a caminhada até à casa onde nós vivíamos. Chegou à casa onde nós vivíamos, não havia casa, estava lá um prédio* […] *não havia lá ninguém e ela ficou decepcionada por não haver casa nenhuma, mas lembrou-se que tinha passado férias em Cascais e lembrava-se da casa. Meteu-se num comboio, foi até Cascais, saiu na estação, reconheceu o caminho até à rua onde nós passávamos o Verão, subiu a rua e reconheceu o prédio* […] *com uma fachada de azulejos verdes. E ela reconheceu o prédio, ficou a olhar, e vivia ao lado uma vizinha que estava sempre à janela, que era a Dona Conceição. Controlava tudo. E a Dona Conceição quando viu uma pessoa, com ar estrangeiro ainda por cima, a olhar, perguntou se ela precisava de alguma coisa, e a Anneliese disse: «Mimi. Mimi». A Dona Conceição conhecia muito bem a minha mãe, de toda a vida, perguntou se ela queria falar — isto em Alemão — com a Mimi, ela deve ter dito que sim, pô-las ao telefone.* […] *Pronto, a Anneliese falou com a minha mãe, nesse dia foi lá logo jantar, seguiu para casa da minha mãe, esteve cá uns dias e depois voltou cá duas vezes, uma vez em vida da minha mãe e uma vez já depois de a minha mãe ter morrido. Pronto, é a história da Anneliese, que eu acho linda. É, não é?* […] *Gostei muito, achei uma sensação muito simpática, foi um encontro muito agradável… e um bocadinho emocionante porque a história comoveu-nos a todos, não é? Como é que uma miúda que sai daqui aos 7 anos tem essas memórias todas e vai reconhecendo o caminho, é… Eu acho brilhante, acho brilhante. Portanto, deve ter sido bem marcada pela estadia que cá esteve, senão, não ia fazer essa caminhada*[1432].

Para Anneliese seria tão natural o facto de ter procurado a família que a acolheu quanto para eles fora natural tê-la acolhido, a ela e às três outras meninas que beneficiaram dos cuidados dos Medeiros. De tal forma que, no seu testemunho escrito, Anneliese omite totalmente a forma como chegou até à família, focando-se na sua surpresa perante a declaração da mãe de acolhimento — «Uma criança tão má nunca eu tive!» — e nas situações que lhe davam razão. Para Maria João, filha do casal que a acolhera, os episódios que haviam marcado a pequena na história da família como a única que levara um açoite do pai não seriam, todavia, suficientes para, pelo menos no seu caso, obscurecer o facto de ter sido a primeira que encontrara o caminho de regresso à casa que a acolheu. Com sete anos, Anneliese não teria a mínima noção do

[1432] Maria João Medeiros (31 Mai. 2016), entrevista gravada.

perigo em que se colocara a si mesma e a Graça, irmã de Maria João, facto que a faria, trinta anos mais tarde, ter dificuldade em aceitar que, de entre três austríacas e dois húngaros acolhidos (assim o recorda), tivesse sido ela a mais problemática. Enviada para Portugal para restabelecer os seus pulmões, a menina aproveitaria todas as oportunidades para sentir a brisa fresca do mar e brincar perto da água. Numa das ocasiões, com a irmã de acolhimento, arriscaria demasiado no Jardim Zoológico. Numa outra, no mar, contudo, o susto seria bem maior, tendo três homens que entrar nas ondas para salvá-la.

> *Havia mais uma vez uma forte ondulação, demasiado grande para que nós, crianças, pudéssemos tomar banho, mesmo demasiado perigosa para os adultos poderem nadar, como mostrava o sinal posto numa haste. Por isso, nós não podíamos ir para a água.* […] *Eu só queria correr um pouco com a espuma da onda e — zás! — uma vaga apanhou-me com uma força inimaginável, atirou-me ao chão e aí fui eu a rolar com a onda. Fui enrolada para um lado e para o outro até que, felizmente, mãos salvadoras me agarraram e me levaram para terra. Eu tinha areia por toda a parte, na boca, no nariz, nos ouvidos… Dias depois ainda me rangia areia entre os dentes. Em que horrível situação tinha eu colocado a minha mãe adoptiva! Nem pensar no que seria, se algo de grave me tivesse acontecido*[1433].

Anneliese levaria décadas a perceber a gravidade das suas acções enquanto criança, bastariam as palavras da mãe de acolhimento, porém, para a chamar à razão. A um pedido de desculpas sentido, aquando da sua primeira visita, em 1997, seguir-se-iam várias outras, uma delas com o marido, outra com Helga, a menina que primeiro havia sido acolhida pelos Medeiros. Com ela, contudo, a comunicação seria mais difícil, visto que, ao contrário de Anneliese, Helga não falava Inglês, ainda assim terá visitado a família de acolhimento pelo menos duas vezes, com a filha, o marido e uma irmã. Pelo menos em uma das ocasiões admite que possam ter viajado com um grupo de crianças Caritas daquela época, visto que a irmã, Graça, recorda algo sobre o assunto, admitindo também que se tenham encontrado as duas, através de algum clube na Áustria. Sobre Hannelore, recorda ter ouvido da mãe que a terá também visitado, a dada altura, mas não possui memórias — próprias ou fotográficas — que o comprovem, tendo a certeza de nunca a ter encontrado. Para Anneliese, com quem consegue comunicar de forma eficiente, sabe que Portugal é um local especial, que sempre tenciona visitar ainda que nem sempre tenha oportunidade, e que já visitou — a julgar pelas fotos — pelo menos três vezes, tendo, em todas elas, visitado os elementos da família que conhece e, com eles, «sítios bonitos» do país. Para a mãe, refere Maria João, o reencontro terá também sido muito especial.

> *A minha mãe encantada, felicíssima da vida. Depois elas muito simpáticas e traziam prendas para a minha mãe… Muito simpáticas. A minha mãe já estava muito velhinha como viu nas fotografias.* […] *A minha irmã tem a morada delas,* […] *e sei que houve até uma altura, aqui há*

[1433] CAETANO, 2005: 318-319.

meia dúzia de anos, que ela até esteve para ir visitá-las na Áustria, mas depois acabou por não ir. Portanto mantêm um certo contacto, que é capaz de ser esporádico, mas não se perdeu. […] *Com a Anneliese uma relação muito normal. Conversa-se normalmente…* […] *Como poderíamos conversar com um turista qualquer, com quem a gente tem uma relação muito diferente, mas, muito fácil, muito normal.* [considera-os família?] *Tenho impressão que sim. Se calhar mais ela a nós do que eu a ela.* […] *Porque eu era um bebé. Mas dá-me ideia que ela que sim.* […] *Das duas que eu conheci em adultas, sempre mais próxima com a Anneliese mas, outra vez, possivelmente porque conseguimos* […] *falar uma língua comum.* […] *A Helga é por gestos…* [risos] […] *Ai, a minha mãe… A minha mãe sempre ficou muito* [ligada a] *nelas portanto foi uma coisa que a marcou muito, muito, muito e da Eva também.* […] *Aquilo foram filhos que lhe tiraram, quer dizer… Tiveram e depois levaram-nas embora. Portanto ficou sempre muito ligada emocionalmente.*

Fig. 72. Anneliese com Maria da Graça e Maria João, aquando do seu regresso, nos anos 90, e Helga com a mãe de acolhimento, também em Portugal
Fonte: Col. privada de Maria João Medeiros

Tendo sido a única das acolhidas que conheceu enquanto criança, Maria João visitaria Eva e a sua família, com a sua própria família, em 1979, em Nova Iorque, para onde aquela se havia mudado ao casar-se, depois de viajar para o Canadá, com o irmão, para se reunir com a mãe. A partir de então o contacto seria mantido por carta, principalmente em vida da mãe de acolhimento. Ao contrário de Eva, que não mais visitaria Portugal, Thomas, o seu irmão, visitaria a sua família de acolhimento em Cascais, fazendo também questão de rever os Medeiros. Maria João perderia, entretanto, o seu contacto, tendo, contudo, esperança de o voltar a encontrar. Para o seu irmão mais novo, que nunca encontrou nenhuma das quatro, a sua passagem, que faz «nitidamente parte da história da família», ainda que se resuma às fotografias e aos episódios contados inúmeras vezes. As meninas estrangeiras são, de qualquer forma, assunto regular[1434].

[1434] Maria João Medeiros (31 Mai. 2016), entrevista gravada.

Entre a família Bicho acontece o mesmo, embora o contacto com as duas meninas acolhidas se tenha perdido. Os seus pais, refere Júlia, não terão tentado «adoptar» a primeira acolhida, Françoise. Mesmo assim os progenitores não a deixariam voltar a Portugal uma segunda vez, apesar do convite dos pais portugueses, para evitar novas dificuldades de adaptação. Seriam os pais de acolhimento a visitá-la, em Nantes, uns quatro ou cinco anos após a sua partida, facto que a deixaria em alvoroço, como anteriormente descrito. Entretanto, a correspondência entre as duas partes manter-se-ia, tendo terminado sensivelmente aquando da mudança da família Bicho da Covilhã para o Porto, tendo-se perdido também todas as cartas trocadas entre as duas partes. Instalar-se-iam na Rua Latino Coelho, onde estava (e está) sedeada a Caritas, tendo tentado novo contacto através da organização, mas nada seria conseguido. Júlia continua, porém, a desejar saber, pelo menos, se a sua «irmã» francesa ainda está viva.

O mesmo aconteceu com Ingrid, a quem os pais de Júlia terão querido manter indefinidamente, mas os pais biológicos não deixariam voltar, visto tratar-se da sua única filha, a quem amavam profundamente, e já terem a vida organizada, na Áustria. Uma fotografia da pequena com a mãe (Fig. 73), enviada pela própria, ajuda hoje os descendentes da família de acolhimento a justificar a atitude dos pais. «Como é que uma mãe larga uma filha, não é? Uma mãe que manda uma fotografia destas não deixa a filha ficar com ninguém», afirma Margarida, filha de Júlia.

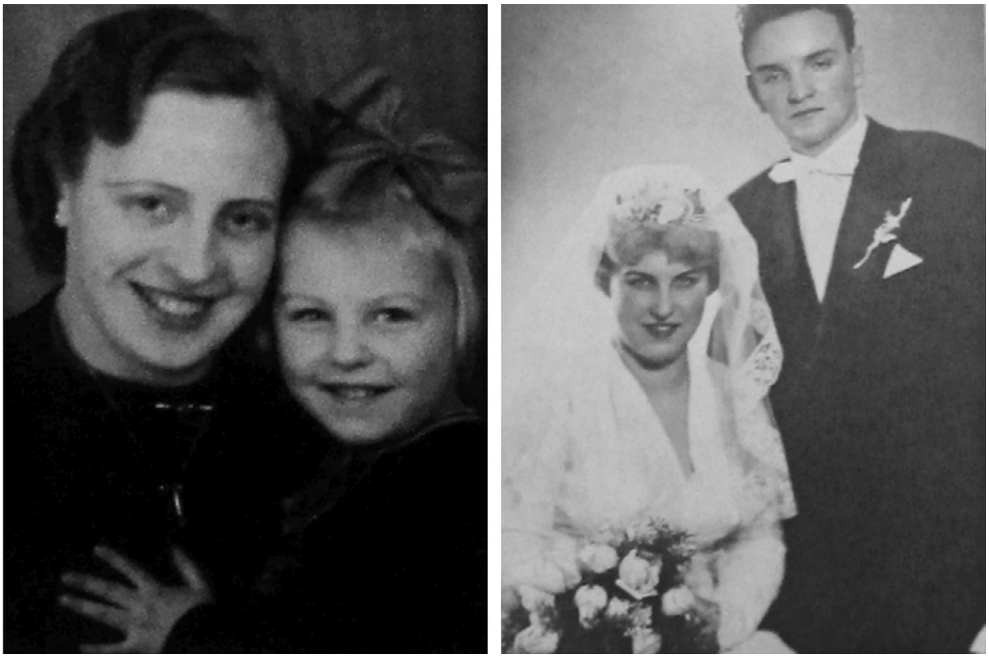


Fig. 73. Ingrid Penkert com a mãe biológica em 1942, e aquando do seu casamento, em Dezembro de 1958 (ambas as fotos foram enviadas por Ingrid à família de acolhimento em Portugal)
Fonte: Col. privada de Júlia Bicho

Apesar disso, os progenitores deixá-la-iam seguir rumo a Portugal uma segunda vez, a expensas da Caritas, segundo recorda Júlia, e manter o contacto com Portugal, participando do grupo do professor Menhofer e trocando cartas, acompanhadas de várias fotografias, com a família de acolhimento. Aquando do seu casamento, enviaria inclusivamente um convite aos pais de acolhimento, os quais, porém, não teriam oportunidade de comparecer. As missivas, inicialmente escritas em Português, acabariam por ser traduzidas por uma freira que falava Alemão, conhecida da família, quando Ingrid começou a ter dificuldades com a Língua do país de acolhimento. Uma das últimas cartas religiosamente guardadas pelos Bicho, de 1958, inclui um agradecimento da austríaca pelo presente de casamento enviado, uma medalhinha de Nossa Senhora de Fátima em ouro, a qual Ingrid refere: «trago-a todos os dias, assim por força penso muito em todos vós». Enviaria também fotos do seu casamento e a sua nova direcção, a família portuguesa não conseguiria, porém, novo contacto com ela desde então, mesmo procurando a intervenção da Caritas. Algum tempo depois chegaria, por uma menina, sua prima, que havia sido acolhida por uma parente dos Bicho, a notícia de que Ingrid falecera em trabalho de parto. Ainda assim, a família de acolhimento procuraria contactar o marido, em Viena, através de um amigo diplomata, bem como do Consulado austríaco, não sendo, contudo, possível confirmar a notícia.

Os filhos de Júlia referem que a avó falava das meninas, sendo que o mais novo, Luís, que considera o comportamento dos avós um exemplo, sublinha: «Eu acho que foi uma informação que nasceu connosco […] lembro-me de a minha mãe contar, a minha avó me contar, a história do tempo da guerra, dos refugiados. Lembro-me que sempre houve uma abertura total no contar da história». Margarida, professora de Educação Especial, acrescenta ser seu único arrependimento o facto de só ter tomado consciência do significado da acção dos avós «muito tarde», sendo que alguns daqueles que mais poderiam contribuir com dados acerca dela já tinham partido. Encarando a memória com «imenso orgulho», considera que se voltasse a acontecer os descendentes estariam mais sensíveis a agir da mesma forma. Dos quatro filhos, referem, todos serão igualmente interessados e estarão igualmente informados acerca do passado da família, um deles, porém, terá talvez maior conhecimento teórico, visto trabalhar com famílias de acolhimento e adoptivas e tendo uma série de livros publicados acerca do assunto. Trata-se de Paulo Delgado, extensivamente citado no primeiro capítulo desta tese.

Para Júlia, no entanto, e ainda que a experiência tenha sido muito positiva, o acolhimento das duas meninas estrangeiras seria apenas um capítulo de uma história familiar já longa de apoio a quem mais necessitava.

> *Para mim foi muito bom,* […] *é como se fossem irmãs. Para mim enquanto cá estiveram era como se fossem irmãs.* [ainda hoje] *Olhe, lembro-me muito delas, muito mesmo. Foi um tempo muito bom, o tempo da minha vida onde elas estiveram.* […] *a única coisa era a minha sorte de não ter passado o que elas passaram, porque elas coitaditas passaram muito, de resto mudar, na minha vida não mudou nada. Tive pena, muita pena quando foram embora, isso sim.* […] *Ali foi sempre uma creche. Lá em casa da minha mãe foram passando sempre.* […] *Não* [foi influência da Acção], *era feitio da minha mãe que levava tudo para casa* [risos].

Segundo acrescenta Margarida, já o seu bisavô materno abria a porta a quem pedisse ajuda, acolhendo como criadas as mães e ajudando os seus filhos. Júlia, por seu lado, está sempre disposta a receber refugiados quando a necessidade se apresenta, ainda que, até hoje, nenhuma das iniciativas para as quais se ofereceu tenha ido avante. Da França a família guarda ainda um agradecimento por parte do Estado francês, assinado pelo Ministro da Saúde Pública e da População, e da Áustria um agradecimento da parte da Caritas da Arquidiocese de Viena, datado de 1948 (Fig. 74)[1435].

Para os irmãos Bento, sempre interventivos e cheios de entusiasmo, a morte de Peter Pross é o único assunto em que as palavras se esgotam. O pequeno «herói» da infância dos mais novos, haveria de se integrar também no «Clube dos Pequenos Portugueses em Viena», de Johann Menhofer, como forma de se manter próximo da realidade portuguesa que, como confessaria aos irmãos de acolhimento, tanta falta lhe faria. Voltaria apenas com os seus «20 e tal anos», em 1957/1958, como confirma uma anotação feita nas costas da foto em que os irmãos baseiam a sua certeza: uma em que figuram os «3 mais novos», Luís, Adelino e Peter, na República «Rapa o Tacho», em Coimbra, onde os dois portugueses estudavam. Luís visitá-lo-ia em algumas ocasiões, Peter, porém, voltaria a Portugal periodicamente, tendo apresentado o país ao filho e às suas várias mulheres. A terceira, contam em tom de graça, chamar-lhe-ia a atenção, precisamente, por já conhecer o país, tendo em sua casa um poster do Elevador de Santa Justa, sendo que tinha uma casa na ilha do Pico. Com ela mantêm contacto, mesmo após o falecimento de Peter, em 2014. A família portuguesa seria informada por um telefonema do filho, a quem ele pedira que desse a notícia aos irmãos em Portugal. Eles, até hoje, não deixaram de falar no irmão austríaco no Presente, tendo ainda dificuldade em mencionar aspectos que não se relacionem com a sua vida. Sobre a passagem dele na sua, Luís não hesita quando diz que «teve uma influência grande: o meu mundo abriu-se!».

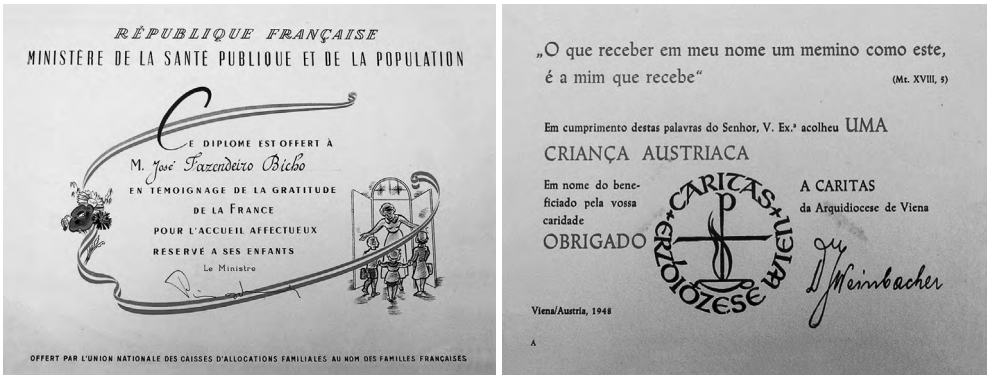


Fig. 74. Agradecimento do Estado francês pelo acolhimento de criança em Portugal, e da Caritas da Arquidiocese de Viena pelo acolhimento de criança em Portugal. Viena, 1948
Fonte: Col. privada de Júlia Bicho

[1435] Maria Júlia Lopes Barata Ferreira Bicho Pacheco Delgado e filhos Nuno, Margarida e Luís (11 Jun. 2017), entrevista gravada.

Na família ficaria a expressão «lá em cima 1, lá em cima 2 e lá em cima 3», que usava para referir-se aos diferentes andares e ao sótão da casa de acolhimento, bem como o nome «Tiribi», que os irmãos usavam para se referir ao «*Teddy Bear*» sem o qual o pequeno não dormia, aquando da sua primeira passagem por Portugal. Já foram «três ou quatro os cães Tiribi lá em casa», referem com renovada boa-disposição[1436].

Seria também difícil para a mãe de Maria João Amaral, Julieta, falar sobre a amizade estabelecida e depois perdida com a menina francesa acolhida pelo seu pai. Aquando do seu casamento, em 1949, visitaria Martine e Emmanuel e a sua família. À época, terá contado à filha, conheceu os pais e irmãos — que sempre referira como sendo cinco —, estando um a caminho da Índia e outra prestes a casar e a emigrar para a Alemanha, e a nova casa da família, então em construção. Após a visita, a comunicação com Martine seria mantida ao longo de vários anos, com o irmão, «mais introvertido», as poucas palavras trocadas seriam, essencialmente, de agradecimento por algum brinquedo enviado. Em finais da década de 1950, a então já jovem estudante de «Psicologia ou Filosofia» voltaria a Portugal, tinha Maria João cerca de 9 anos.

> *Quando ela aí esteve eu só queria que ela me ensinasse a fazer tricot para as bonecas, disso eu lembro-me. Eu tenho uma boa memória visual.* […] *Lembro-me de ir buscá-la a Vilar Formoso, e de ser uma excitação porque a mãe falava, lia as cartas, mas eu não falava Francês, mas ela ainda arranhava o Português.* […] *Eu não tinha língua para falar com ela, ela tinha um Português básico.* […] *Penso que veio independentemente.* […] *Ela ensinou-me a fazer roupas para a minha boneca das tranças e sei que fiz muita. Lembro-me de passearmos com ela. Nós e os da «Raposeira» fazíamos muitos passeios de carro, mas era normal, não foi por ela estar. Ela era ruiva, sardenta, o irmão não é tão branquinho.* […] *Nós nesta altura íamos para a praia na Figueira, acho que ela foi connosco.* […] *Sei que estava um calor horroroso.* […] *Para mim aquilo era uma novidade, era um brinquedo grande. Eu sempre fui assim meia parva porque eu gostava muito de ser saliente e a Martine funcionava um bocado como maneira de dar nas vistas. Toda a gente topava, eu andava com uma coisa diferente ao lado. Ela entretinha-me a mim e à minha irmã. Era quase como termos uma nanny. Eu sentia-me importante por andar com uma coisa estranha. Naquela altura ainda não havia «françogueses».* […] *Não me lembro de a ter ido levar… O esquecimento é uma defesa muito grande que eu tenho.*

Também o é para a mãe, com quem Martine manteria correspondência até à década de 1960, mas que, a dada altura, teria que cortar o contacto porque ia seguir um caminho religioso, que Maria João não sabe definir, e viajar para o Médio Oriente. Só depois de 1974 voltaria a escrever, para mostrar a sua solidariedade relativamente à situação vivida no país. Na altura, Portugal atravessava o chamado «Verão Quente», e Martine escreveria para dizer que, sabendo da iminência de uma guerra civil, rezava pela família. Julieta ficaria «emocionadíssima», mas também preocupada, pois não tinha noção da gravidade dos acontecimentos. Anos mais tarde viria a saber, por uma amiga, também mais jovem e na mesma condição de

[1436] Luís Rocha San Miguel Bento e irmãos Adelino, Helena e Manuel (30 Mar. 2016), entrevista gravada.

Martine, que a francesa estaria sedeada em Roma, mas nunca conseguiu encontrá-la. Segundo Maria João, ao encontrar as cartas da amiga, durante um processo de mudança, a mãe entraria «em depressão e resolveu esquecer, também como eu, como uma defesa». Apesar disso, sempre falou dela às filhas e desejou reencontrar Martine, tal como Maria João ainda o deseja, após o falecimento da mãe, esperando poder fazer-lhe as perguntas que não fez à progenitora a seu respeito. Acerca da influência que teve na sua vida não tem dúvidas, quanto às circunstâncias que justificaram a Acção, contudo, são mais as interrogações que as certezas.

> *Acho que não me influenciou nada. Eu acho que aquilo foi uma coisa normal lá em casa. A Martine fez sempre parte da vida lá de casa. Nunca ninguém disse «fizemos muito bem», a minha mãe não era nada disso.* […] *Eu nem sabia muito bem… Eles eram os mais necessitados? Em Paris eles não foram assim muito perseguidos… Até ir àquela sessão pensava que eles eram judeus. Estas interrogações aparecem-me agora. Será que foi pelo reconhecimento? Será isso o mais correcto*[1437]*?*

A sessão a que se refere Maria João é uma das que terá acompanhado a exposição itinerante da Embaixada da Áustria em Lamego. As questões que coloca, ainda que pertinentes, não preocupam, porém, a grande maioria dos entrevistados.

Maria da Luz, por exemplo, refere que as duas crianças acolhidas pelo seu pai em Alvoco das Várzeas eram «de boas famílias» e que «viviam bem», na Áustria, pelo menos a julgar pelas fotografias que terá visto, mas das quais já não sabe o paradeiro. Recorda, por outro lado, que Felinger terá pedido ao pai de acolhimento para levar presentes para os dois irmãos, tendo José Antunes enviado, para oferecer ao mais velho, um relógio de pulso, uma novidade naquela altura, bem como um para o próprio, com apenas 10 anos então. O contacto com ele e também com Inge manter-se-ia «um certo tempo», mais no caso do menino, sendo um primo da família, que vivia em Lisboa, quem traduzia as cartas. A Caritas, refere, estaria longe demais para que pudessem recorrer aos seus serviços. Tal como uma organização de crianças Caritas que ficaram em Portugal, segundo refere, que existiria em Lisboa e que terá contactado a família a dada altura, sem consequências, contudo. Apesar disso, Maria da Luz afirma que gostaria de os encontrar, ainda que, refere, «provavelmente já nem se lembram de nada», uma vez que não mais os procuraram, e a própria talvez tampouco os reconhecesse. As memórias de um tempo feliz e a saudade, porém, marcaram-na, levando-a a continuar a falar da experiência, dando-a a conhecer aos seus descendentes[1438].

Não serão raras as situações em que as famílias desistiram, a dada altura, de procurar as «suas» crianças. O mesmo certamente seria válido para os acolhidos em busca dos seus hóspedes. Menos comuns serão, pelo menos tendo em conta os testemunhos analisados, aqueles que, não tendo sequer conhecido os austríacos, se deslocariam até ao seu país para os encontrar, por vezes sem saber sequer se ainda viviam.

[1437] Maria João Amaral (16 Ago. 2017), entrevista anotada.
[1438] Maria da Luz Lencastre (29 Jul. 2018), entrevista gravada.

Seria o caso de Balbina Fernandes que, tendo toda a vida ouvido o pai falar de Werner, decidiria procurá-lo, ao partir pela Europa no seu primeiro *inter-rail*. A correspondência entre ambas as partes haveria de se manter algum tempo, mas as dificuldades de comunicação levariam a melhor. A tradução das cartas exigia uma verdadeira odisseia, naquele tempo, uma vez que nas Aves não havia ninguém que soubesse Alemão. O pai de Balbina, recorda, tinha que caminhar entre três e quatro quilómetros, montanha acima, para que um dos frades do mosteiro de Singeverga, que dominava a Língua, lha fizesse. Numa das cartas que ainda mantém, daquele tempo, lê-se, pela mão da mãe de Werner: «Por favor nunca pensem que nós vos estamos a esquecer. Nós lembramo-nos muitas vezes de vocês e o Werner gosta de contar-nos de vocês e de Portugal durante horas quando estamos sentados juntos à noite». Numa outra missiva escreveria:

> […] *ele continua a ser o mais selvagem dos meus três filhos. Tem tanto temperamento e vida nele. Ele fala muito na sua família, mas não conseguiu fixar todos os nomes. Não levem a mal não mencionar todos os amigos/conhecidos a quem ele quer mandar cumprimentos. Mas o Sr. Padre, a irmã dele, a avó e o avô, tios e tias, ele quer mandar muitos beijinhos. Também quer mandar cumprimentos para todos os conhecidos. Ele queria muito voltar a Portugal, mas a viagem é muito longa e eu não tenho meios financeiros para pagar as despesas e ele também não pode viajar sozinho*[1439].

Werner, por seu lado, debater-se-ia com a sua incapacidade de escrever em Português, com a qual justifica o facto de a correspondência se ter reduzido até que, tendo perdido o endereço da família de acolhimento, terminaria. O contacto reactivar-se-ia cerca de 35 anos após a sua partida de Portugal, quando Balbina apareceu à sua porta[1440].

> […] *não sei como é que nós conseguimos a morada dele…* […] *Eu julgo que a Embaixada terá comunicado* [depois do 25 de Abril] *o que eu sei é que aos 26 anos* […] *fiz o meu primeiro inter-rail e resolvi meter na minha mochila a morada do Werner e algumas fotografias. E sem dizer nada a ninguém, nem ao meu pai* […] *eu resolvi fazer esta tentativa e fui à procura do Werner para a Áustria e encontrei-o.* [Um dos filhos] *abriu-nos a porta* […] *eu mostrei a fotografia e disse: «Portugal. Werner? Está aí?». O menino ficou tão excitado, tão transtornado… Fechou a porta* […] *Deixou-nos do lado de fora sem saber. O pai estava a tomar banho, portanto demorou um bocadinho. E foi uma loucura este reencontro. Foi de facto qualquer coisa fantástica que ocorreu. Da parte deles ficaram… Felizes da vida e agradecidos. A mãe sobretudo, muito agradecida. E naqueles dois dias fomos* […] *a presença mais fantástica para eles.* […] *A mãe não me largou todo o tempo* […] *Dizendo-me que eu tinha que dizer aos meus pais que agradecia imenso o cuidado que eles tiveram naquele período da vida do filho* [Considerava que se os filhos não tivessem vindo] *provavelmente teriam morrido. Isso foi uma ideia que ela vincou*[1441].

[1439] Balbina Fernandes (17 Mai. 2016), entrevista gravada.
[1440] Werner Arthofer (09 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1441] Balbina Fernandes (17 Mai. 2016), entrevista gravada.

Seria a mãe de Werner, que falava Inglês, a estabelecer a ponte entre as duas partes sem um idioma comum. Balbina e a sua amiga ficariam ali alguns dias, ainda, como se de família verdadeiramente se tratasse, as emoções, porém, seriam muito maiores aquando da primeira visita a Portugal, quando terá, segundo recorda, encontrado a família de acolhimento, com o pai ainda vivo[1442]. A intenção de Balbina era, efectivamente, «serenar» o seu pai, que, mesmo que os filhos não conhecessem Werner, lhes havia transmitido uma tal emoção sobre o menino, que sempre sentiu como um outro filho de que cuidara e perdera, que eles sempre o haviam sentido como um irmão mais velho. Ao regressar, contando ao pai o que tinha feito, Balbina deixá-lo-ia «maravilhado, feliz, emocionado, à espera que o Werner voltasse». Werner tentá-lo-ia, de facto, mas as dificuldades logísticas e económicas, principalmente tendo em conta que tinha dois filhos pequenos, bem como a barreira linguística, adiariam o seu regresso até 2004, 26 anos mais tarde, com o filho mais velho, que abrira a porta a Balbina, já formado médico. O pai, que Balbina sabe que teria ficado muito feliz de o ver, havia, na verdade, já falecido, a mãe, contudo, permanecia, ainda que com as dificuldades naturais de quem já havia ultrapassado os 80 anos de idade. O encontro, segundo recorda Balbina, seria «maravilhoso»: «A minha mãe tinha oitentas e […] este enorme corpo, ajoelhou-se aqui, que a minha mãe estava sentada e deu-lhe um abraço enorme e, a chorar, «Mamã, mamã…». «Foi uma coisa… absolutamente… impressionante»[1443]. Werner reconhece, quando o chamamos à atenção para o facto, que a sua memória lhe terá pregado uma partida, e a emoção atravessa as suas palavras[1444].

O contacto manter-se-ia a partir de então e, mesmo não falando a mesma Língua, os encontros suceder-se-iam, em ambos os países, sendo que, segundo Balbina, ambas as partes consideram a outra como parte da família e vão encontrando formas de ultrapassar as barreiras. Para Werner, como outrora, o processo é natural.

> […] *o Werner é um comunicador nato, em termos gestuais ele é incrível.* […] *E entende, que isso é que é estranho!* […] *Não sei se são características natas, se a história dele o levou a fazer aprendizagens que a gente não conhece, não é? Porque de facto chegar cá na idade dele — oito, nove anitos — e ele* [ter que] *compreender as coisas.* […] *Quando ele cá veio* […] *fez questão em passear e reconhecer os lugares todos da terra, e às vezes até saía de casa sozinho e ia pelos caminhos antigos à procura das referências dele. E houve uma altura em que o encontrei no adro da Igreja, sozinho* […] *mas ele estava perfeitamente, como se tivesse sido ontem.* […] *Durante alguns dias iam lá bater a nossa casa para cumprimentarem o Werner e perguntar: «Werner, lembras-te de mim?»* […] *Foi engraçado ver essas reacções das pessoas*[1445].

[1442] Werner Arthofer (09 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1443] Balbina Fernandes (17 Mai. 2016), entrevista gravada.
[1444] Werner Arthofer (09 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1445] Balbina Fernandes (17 Mai. 2016), entrevista gravada.

Fig. 75. Werner com a sua mãe, aquando da primeira visita à Áustria de Balbina, filha dos seus pais de acolhimento, em 1978, na companhia de uma amiga
Fonte: Col. privada de Balbina Fernandes

Werner refere que Portugal teve para ele uma influência para toda a vida, que pensa com muito carinho na primeira estadia e com grande emoção no seu regresso, altura em que foi recebido com uma grande festa, em que todos os 40 a 50 parentes fizeram questão de o acolher de novo. Aos filhos, hoje dois adultos, terá tentado passar a experiência, sendo que já por várias vezes passaram férias no país, que apreciam muito, especialmente no que se refere ao contacto com a «família de Portugal», para a qual, sublinha, tem sempre as portas abertas[1446]. O mesmo no que se refere à família portuguesa. Balbina afirma fazer questão de manter a relação e a memória bem vivas, passando-a para as gerações seguintes.

> *A preocupação com o acolhimento de uma criança num pós-guerra não deixa de ser uma coisa impressionante, não é?* […] *porque a ideia de que as suas mães estariam a organizar as suas vidas, a recuperar, recomeçar… Essa é uma marca que nos fez pensar a todos e que julgo que nos marca na nossa forma de estar e de pensar o mundo. A minha mãe foi sempre muito ligada às questões da infância, foi um exemplo, e esta passagem por um acolhimento acho que foi a primeira marca*

[1446] Werner Arthofer (09 Fev. 2017), entrevista gravada.

que nós todos tivemos. É assim, somos nós, mas já cá esteve alguém que precisou e que teve um sítio, e que teve uma família e que foi um filho, que depois desapareceu e por uma história de vida difícil, não é? Acho que todos nós reconhecemos isto como algo que foi uma lufada de ar fresco, e que foi qualquer coisa boa que eles fizeram. […] *Não posso dizer* […] *que me influenciou naquilo que eu hoje faço na vida, que é cuidar também dos outros, mas provavelmente isso aprendi, de facto, com os meus pais e com a minha família. A minha mãe ensinou-nos — e isso acho que é uma marca forte — a… Primeiro os outros… Primeiro os outros…* […] *Essa atenção aos outros é, de facto, uma marca da educação.* […] *A ideia de que o meu pai gostaria de rever o seu filho que acolheu, e que deixou partir contra a sua vontade* […]. *Hoje faria o mesmo: ir saber dele, até porque realmente valeu a pena e são pessoas fantásticas que eu amo*[1447].

O mesmo é válido para Manuel Godinho, no seu caso já neto da mãe de acolhimento de uma criança austríaca. Elfriede, que fora entregue aos seus avós por um período inicial de 6 meses, mas acabaria por ver a sua estadia prolongada, a pedido da própria mãe, permanecendo por 18 meses, seria alvo de uma tentativa de «adopção» por parte dos pais de acolhimento. A mãe, contudo, ao ver algumas melhorias na sua vida na Áustria, acabaria por não aceitar, sendo devolvida à família de origem, numa despedida com muita tristeza para ambas as partes. Os avós de Manuel conseguiriam trocar notícias com a pequena Elfriede através de um sacerdote austríaco que anualmente visitava Fátima, em excursões. Quando aquele deixou de vir a Portugal, contudo, a comunicação foi quebrada, sendo um filho de Elvira, sua mãe de acolhimento, que não era sequer nascido aquando da sua estadia, a restabelecer o contacto, já na sua juventude, visitando Elfriede na Áustria. A mãe da austríaca, conta, ficaria em pânico ao perceber que se tratava de um português, e sem entender mais nada do que dizia. A preocupação seria dissipada com auxílio de terceiros, e a correspondência estabelecer-se-ia, com uma irmã, criança pequena em 1948, que, entretanto, estudara Alemão. As cartas e fotografias trocadas permaneceram na família como recordação de uma fase que depressa terminaria, com o falecimento do tio de Manuel, que visitara Elfriede na Áustria, de forma inesperada. Seria então, décadas mais tarde, o filho da terceira filha de Elvira, Manuel, que, depois de ter crescido a ouvir os avós falarem da pequena e das suas histórias, sendo ela sempre recordada nas orações, especialmente nos dias de festas de família, decidiria explorar o assunto, tão caro aos avós e ao falecido tio, que ainda que não tenha conhecido o inspiraria também, num trabalho escolar. A curiosidade que daí adviria levá-lo-ia a procurar um encontro efectivo com Elfriede, primeiro através da Caritas, que não auxiliaria particularmente o seu esforço, excepto na facilitação do contacto com Fini, que acabaria por encontrá-la, accionando os seus contactos na Áustria. Não sendo, porém, possível uma deslocação sua a Portugal, uma vez que se encontrava em especial condição de fragilidade física, com reduzida mobilidade, e também financeira, o encontro com a mãe de acolhimento, também ela em situação já especialmente frágil, dada a sua idade, seria muito desejado pelas duas e também pelo neto, que pretendia

[1447] Balbina Fernandes (17 Mai. 2016), entrevista gravada.

oferecê-lo à avó como presente pelo seu nonagésimo aniversário. Seria, contudo, adiado, restabelecendo-se, por outro lado, a correspondência. O reencontro com as filhas de Elvira e o neto, Manuel, dar-se-ia, ainda assim, no dia do Pai de 2015, data significativa para todos os envolvidos, visto que fora a ausência da figura paterna que justificara, em parte, as condições que tinham trazido Elfriede até Portugal.

> […] *a chegada ao Lar é muito engraçada porque eu vou até à Áustria com as minhas duas tias mais velhas, uma delas é a que nasce no ano que a Elfriede chega, a outra é a mais velha de todas. Chegámos ao lar e ela, assim que estamos à porta do elevador, reconheceu-as, e não só disse os nomes mas conta episódios delas.* […] *Eu levo até ela uma série de fotografias da zona e de Vilar Formoso e ela quase que reconhece tudo* […] *aquilo que não reconhece, em episódios e em testemunhos, acaba por fazer a ligação entre a foto e o acontecimento que viveu. Ela tinha presente sobretudo a minha avó e o meu tio.* […] *não fica admirada que o meu tio tenha falecido, porque já na altura era um homem com alguma idade. Fica muito triste por perceber que a minha avó, apesar de viva, está bastante envelhecida e que também não tem possibilidade de a ir ver, mas depois acaba por perguntar pelos outros irmãos da minha avó, só que, como não teve um contacto tão próximo, não recorda nomes, mas recorda-os como membros da família e diz sempre que era uma família que tinha um pai e uma mãe muito generosa, e muita gente.* […] *Aliás, no Lar onde ela estava, estava com ela uma senhora a Elfriede teve a preocupação de arranjar como tradutora do encontro* […], *a senhora estava completamente eufórica porque, segundo ela, a Elfriede desde Março até Agosto não falava noutra coisa* […], *estava completamente ansiosa e dizia que até ela já sabia que os portugueses iriam à Áustria por causa dela. E, portanto, foi claramente um encontro muito marcante e muito positivo, ao percebermos que ela também tinha a mesma vontade de nos encontrar. Ela questionou várias vezes e de formas muito variadas por que é que a procurávamos, se nós também tínhamos ficado assim tão marcados. E nós dizíamos: «Claro que sim». E ela dizia, «mas eu é que fui bem tratada, eu é que fui cuidada». E nós dizíamos: «Pois, mas foram muitos anos». E ela disse, «mas vocês ainda se lembram de mim, a minha mãe ainda se lembra de mim, a minha mãe quer-me ver?».* […] *Infelizmente ela já estava numa condição física muito frágil, mas mental também, já estava um pouco baralhada, mas recordava muito bem aquele passado todo e afirmava vezes e vezes sem conta que tinham sido dos melhores anos da vida dela.*

O contacto não mais se perderia. As cartas e fotografias trocadas são, tal como em outros casos, religiosamente guardadas por Manuel. Elfriede, viúva há vários anos, e tendo tido que trabalhar como condutora de eléctricos para sustentar as duas filhas, continuaria a esperar pelo dia em que pudesse voltar a Portugal ou ver a sua mãe de acolhimento na Áustria. Infelizmente, a nenhuma das duas seria possível, visto que, pouco tempo depois, acabaram por ficar ainda mais fragilizadas, ambas com uma ruptura do colo do fémur, falecendo com relativamente pouco tempo de diferença. Elfriede seria a primeira, sendo que a família portuguesa só teria conhecimento do sucedido quando uma carta enviada foi devolvida com nota de falecimento. Para a avó, que, segundo Manuel, não foi informada mas pressentiu o sucedido, o facto de ter tido notícias da «sua menina» seria, apesar de não totalmente concretizado, um presente

muito apreciado. Para a família seria uma alegria perceber que, tantos anos depois, a gratidão pela acção passada era ainda sentida, sendo que, até à última carta, Elfriede se lhes dirigiria como «querida mãe e família». Os episódios «mais tristes ou mais alegres» que os avós faziam questão de contar aos netos, deixaram a história bem viva, inclusivamente entre as gerações mais jovens da família de Vilar Formoso.

Com a descendência de Elfriede, porém, nenhum contacto foi estabelecido, sendo provável que a relação termine por aqui. Para Manuel, contudo, o facto é secundário.

> […] *eu não vivi, nem as minhas tias, que também eram crianças e não viveram com muita noção, mas viveram o sentimento. Fica, sem dúvida um sentimento muito forte* […] *de aprendizagem e de uma preocupação única. Eu próprio ainda hoje sinto aquilo que foi o acolhimento da Elfriede, por ver chorar e rir a minha avó, e o meu avô, claro, por aquilo que foi esta família e aquilo que a Elfriede significou para eles. Ter a oportunidade de ter alguém de um país diferente e de um contexto de família diferente, é sem dúvida uma coisa que enriquece qualquer família, mas mais ainda uma família que vive no interior do país, que tem também a sorte e a possibilidade de viver de porta aberta com o mundo, mas que é caso quase único naquela altura. Isso faz claramente dos meus avós pessoas com espírito fraterno muito grande, e a Elfriede é, sem dúvida, o grande exemplo daquilo que eles foram com os outros. Porque mais tarde a minha avó tem até um episódio de acolhimento de uma senhora estrangeira, ucraniana que vem para aqui também,* […] *para tratar dela, e nós tínhamos imensa dificuldade em falar com ela. A minha avó, muito mais velha, tratava-a com uma calma e com uma paciência, e eu às vezes perguntava como é que conseguia, e ela respondia que também tinha conseguido com a Elfriede. Acho que para ela aquilo era um bocadinho viver outra vez a integração, e aquilo foi uma coisa muito importante na vida da minha avó.* […] *Era uma preocupação grande na família, mas era sobretudo um sentimento muito forte*[1448].

Outro caso incomum, pelo menos de entre os analisados, é o de crianças que permanecem inseridas na família de acolhimento por matrimónio com um dos seus elementos. Seria o caso de Janik, francesa, e a família Sarmento. Tendo vindo pela primeira vez com 10 anos, da segunda com 12 ou 13 e da terceira com 15, só aos 18 Janik chamaria a atenção de um dos irmãos de Lucinda, 7 anos mais velho. O namoro fá-la-ia começar a trabalhar numa empresa, em Portugal, e então casar e constituir família. Constança é resultado dessa ligação, que seria, efectivamente, para a vida. Entretanto, a família de Janik acompanhá-la-ia na sua terceira passagem por Portugal, tendo preparado uma série de canções para partilhar com os Sarmento, que, na verdade, nunca chegaram a cantar, visto que, segundo Constança, perceberiam que os portugueses cantavam bem e teriam vergonha da sua falta de dotes vocais. Os irmãos de Janik, refere, recordam ainda o facto de terem achado Portugal um país extraordinário, por se venderem laranjas à beira da estrada, numa altura em que era algo tão raro na França que até se oferecia como presente de Natal.

[1448] Manuel Godinho (07 Jun. 2018), entrevista gravada.

Por outro lado, da passagem de Gerhild, elemento do Coro da Ópera de Graz, terão ficado várias canções que terá ensinado à família. De uma forma muito diferente, mas ainda assim duradoura, a sua relação com os Sarmento estender-se-ia também ao longo de décadas. Ainda que menos expansiva, segundo Lucinda e Constança, a menina austríaca, convidada a visitar a família para umas férias das quais também participaria Janik — a qual, revelaria mais tarde à filha, sentiria ciúmes da outra —, voltaria a visitar os Sarmento, já adulta, pelo menos em duas ocasiões, tendo sido também visitada pelos pais de acolhimento e por Constança, aquando da sua estadia na Áustria, em trabalho. Nessa ocasião, refere, terá conhecido outras «crianças Caritas», tendo sentido toda a gratidão do povo austríaco para com Portugal.

> *Eu estive depois na Áustria, em casa desse tal menino, que já era grande, e as pessoas — completamente desconhecidas — vinham ter comigo: «Ai é portuguesa? Ah, muito obrigada… O meu marido esteve em Portugal e lembra-se» ou «eu estive em Portugal». E vinham-me agradecer pessoas que eu não conhecia de lado nenhum. Assim uma coisa muito, muito impressionante.* […] *Em Viena, vinham agradecer e havia um que dizia assim: «Eu estive numa terra chamada Vila de Conde»* [risos]. […] *A coisa que o fascinava mais era estar sentado na areia a ver o mar e a pensar: «Como é possível? Que paz!».* […] *Até ficava muito comovida com aquilo porque realmente não me conheciam de lado nenhum e bastava saber que era portuguesa e vinham agradecer-me. Todos conheciam alguém que tinha estado em Portugal, que tinha sido bem-recebido.*

Gerhild continuaria a enviar notícias, por carta, tendo informado os pais de acolhimento do seu casamento e do nascimento dos dois filhos. Com Sylvia, porém, seria mais difícil manter o contacto, dadas as suas dificuldades de comunicação, ainda assim informaria a família do seu casamento, segundo recorda Lucinda. Para os Sarmento a manutenção da Acção na família estaria, de qualquer forma, garantida na descendência de Janik, sendo que, segundo Constança, a sua filha conhece tão bem a história que chegaria a encontrar a neta de uma senhora que, tendo provavelmente viajado na mesma altura que avó, ficou também em Portugal, casada com um amigo da família de acolhimento. Segundo crêem, a experiência em si não terá tido nenhuma influência na perspectiva do mundo da família, antes a atitude dos pais de Lucinda, naturalmente votados a acolher quem desse gesto tivesse necessidade, inspiraria uma também natural tendência dos restantes elementos da família a fazê-lo. Constança, por exemplo, fala em primeira pessoa quando refere que a enriquece mais o facto de ter adoptado uma criança do que crê dar-lhe ela ao integrá-la na sua família, sendo que o faz, não por uma obrigação de ordem moral ou religiosa, mas porque sente ser seu dever enquanto ser humano[1449].

Regra geral, tanto as famílias de acolhimento quanto as crianças acolhidas recordam a sua estadia em Portugal, através da Caritas, como um tempo muito feliz das suas vidas. Entre

[1449] Maria Lucinda do Espírito Santo Rodrigues Sarmento Melo e sua sobrinha Constança (30 Set. 2017), entrevista gravada.

as crianças a palavra-chave é «gratidão», sendo que, na verdade, o mesmo se passa com as famílias de acolhimento, quer pelo contacto directo com os pequenos, naquela altura, quer pelo exemplo deixado às gerações seguintes ou, em alguns casos, o contacto estabelecido com uma realidade diferente da qual, por vezes, estariam arredados. O facto de, na maioria dos casos estudados, as histórias relacionadas com as crianças serem transmitidas de geração em geração é sinal da marca que as estadias, por vezes relativamente curtas, deixaram nas vidas de ambas as partes, por vezes com consequências mesmo a nível do local de residência actual ou da actividade profissional seguida e consequente nível socioeconómico presente.

Entre os testemunhos recolhidos por Palma Caetano, vários são os que referem ter voltado a Portugal e manter contacto com a descendência da sua família de acolhimento, sendo alguns, tal como refere uma significativa parte dos nossos entrevistados, ainda hoje, considerados parte integrante da mesma.

Helga Bauer refere-se ao período passado em Portugal como um «tempo maravilhoso», recordando-o com «afecto e gratidão»[1450]. «Afecto» é, de facto, outro dos termos comuns entre os testemunhos daqueles que hoje ainda partilham as suas reflexões sobre o tempo passado em Portugal. Gertraude Fucik conta, acerca do «afectuoso acolhimento» de que foi alvo em Elvas, o facto de se relacionar já com várias gerações da sua família portuguesa, a qual, por isso mesmo lhe terá oferecido uma chave da porta de casa, como sinal da sua pertença. Para a austríaca, a vivência no seu país de acolhimento terá sido uma peça-chave na sua vida e a generosidade dos seus habitantes encheu-a de uma «profunda gratidão»[1451]. Similarmente, Sieglinde Haas usa uma variação do vocábulo ao referir-se ao início de uma «afectuosa ligação para toda a vida».

> *Exausta, adormeço imediatamente. Muitas impressões desfilam na minha frente. À luz dos candeeiros da rua movem-se as cortinas brancas diante da minha janela e a dor que me provoca a lembrança da minha mãe, da minha família, vai-se tornando cada vez mais leve e dá lugar a um profundo sentimento de estar em segurança, que nunca esquecerei*[1452].

«Segurança» é outra das palavras comuns, sendo que o facto de a sentirem em Portugal, em muitos casos pela primeira vez, levaria várias das crianças a associá-la ao que certamente só mais tarde associariam ao significado do vocábulo «pátria», igualmente utilizado de forma recorrente. Considerando Portugal como uma «pátria», à semelhança de Waltraud Hoffinger, que fala, na verdade, em nome de todos aqueles que fazem parte do grupo por si criado[1453], Ursula Schulla considera que o tempo ali passado foi «muito alegre e empolgante», tendo mar-

[1450] CAETANO, 2005: 86.
[1451] CAETANO, 2005: 269.
[1452] CAETANO, 2005: 276.
[1453] CAETANO, 2005: 157.

cado toda a sua vida, de tal forma que hoje tem um genro português[1454]. Também Dieter Tauner refere o efeito da sua experiência enquanto criança em Portugal como duradouro, não tendo deixando de estar presente na sua mente «nem um só dia». Define-a, inclusivamente, como «ponto culminante» da sua infância, razão pela qual sabe hoje o significado de «saudade»[1455].

Também Margarete Hlava refere conhecer o sentimento, graças à relação estabelecida com os pais de acolhimento, que partiriam, em dado momento, para Moçambique, e com a sua governanta, referindo ter-se sentido grata, já em adulta, pela oportunidade de em Portugal ter descoberto uma série de sentimentos, entre os quais destaca também a «felicidade»[1456]. A mesma que perpassa das palavras de Alois Fischer:

> *Depois dos anos cheios de privações e dessa guerra horrorosa, penso que em Portugal, na nossa pequena aldeia Vermelha, pude sentir algo do paraíso. Em toda a parte fui não só recebido cordialmente, mas também sempre tratado com todo o carinho. O período de Abril a Outubro de 1948 foi não só o mais belo da minha infância, mas também, em absoluto, o mais belo de toda a minha vida*[1457].

O discurso de Elfriede Janda segue o mesmo tom, afirmando só se ter sentido verdadeiramente em casa no seu país de acolhimento[1458]. Surpreendentemente, dado a sua experiência ter terminado de forma abrupta, também Pauline Haberl acabaria por, no seu regresso ao seio da sua família de acolhimento, 50 anos depois da sua partida, sentir-se «em casa»[1459]. No mesmo sentido, Gerlinde Zaunschirm conta ter sentido o mesmo com a família que refere como «adoptiva»: «como nunca me senti em mais parte nenhuma»[1460]. A afabilidade das gentes terá, segundo vários testemunhos, sido decisiva.

> […] *agradeço a Deus ter conhecido pessoas tão boas e de tão grande coração. Agradeço que me tenha dado viver tudo isso, que marcou toda a minha vida. Escrevi estas recordações cinquenta anos depois e tenho a sensação de que esse período da minha vida foi só há pouco tempo — tão presente o tenho na memória*[1461].

As palavras de Aurelia Hayer ecoam nas referências de Michael Metz ao seu «amor persistente» por Portugal, directamente associado às pessoas «dotadas de grande nobreza de sentimentos» que terá tido oportunidade de encontrar aquando das suas já várias passagens

---

[1454] CAETANO, 2005: 141-143.
[1455] CAETANO, 2005: 216.
[1456] CAETANO, 2005: 283.
[1457] CAETANO, 2005: 375.
[1458] CAETANO, 2005: 204.
[1459] CAETANO, 2005: 406.
[1460] CAETANO, 2005: 346.
[1461] CAETANO, 2005: 183.

pelo país[1462], as mesmas que Herta Nietruch define como «bondosas e afáveis», tendo nela deixado uma marca «francamente positiva»[1463], e que Martin Strutzenberger apelida de «boa gente de Portugal»[1464].

As diferenças sentidas, como nota Cecilia Liebenfelss, estarão essencialmente relacionadas com o «temperamento meridional» que a faria regressar à Áustria «beijocando todos impetuosamente»[1465]. Características adquiridas aquando da sua passagem pelo país ibérico e que tornam mais natural a adopção do estatuto de «tia da Áustria», destacado por Gerlinde Gastgeb, em muitos casos adquirido junto das famílias de acolhimento, no seu caso graças, em parte, às pelo menos 50 vezes que voltou a Portugal[1466]. A gratidão, em várias ocasiões expressa com o «Viva, viva, viva Portugal!» usado por Rudolf Schürz,[1467], não significa, contudo, e como recorda Ludwig Scheidl, que voltaria para estudar em Coimbra e tornar-se leitor da Universidade no ano em que o país «tinha despertado de um longo sono de um conto encantado», começando a «percorrer o caminho de democracia», que as «raízes portuguesas», adquiridas naqueles anos de idílio, levassem as crianças austríacas da Caritas a «enjeitar» família e país, em alguns casos, antes pelo contrário[1468].

Nas palavras de Ingrid Jandl:

> *O sol tinha nascido para mim e nunca mais me deixou. Essa família deu-me amor, segurança, compreensão e um ambiente incomparavelmente belo. A partir desse momento passei a considerar e a amar Portugal como a minha segunda pátria.* […] *O Português não é só uma língua para mim, é também o acesso à compreensão da cultura e das pessoas do país. Como se costuma dizer: Uma pessoa vive tantas vezes quantas línguas que fala*[1469].

Tal como Ingrid, muitas outras crianças austríacas acolhidas em Portugal sentiriam ter adquirido, com a experiência, uma ligação profunda ao país, às suas gentes e à sua cultura. O facto não significaria, porém, que, na maioria dos casos, esta substituísse o sentimento de fidelidade para com o seu país de origem, dando antes lugar, em algumas situações, a uma dupla sensação de pertença.

[1462] CAETANO, 2005: 225.
[1463] CAETANO, 2005: 399.
[1464] CAETANO, 2005: 290.
[1465] CAETANO, 2005: 187.
[1466] CAETANO, 2005: 386.
[1467] CAETANO, 2005: 416.
[1468] CAETANO, 2005: 425.
[1469] CAETANO, 2005: 410-411.

CONCLUSÃO

Tendo em conta o contexto internacional em que decorreu a Acção Caritas, tornam-se claras as razões pelas quais as crianças austríacas acolhidas em Portugal foram à época, como hoje, e também em outros países ocidentais europeus, definidas como «refugiadas». Se, por um lado, a destruição generalizada do seu país de origem no pós-guerra e a falta de condições mínimas para o seu desenvolvimento integral justificavam uma acção como a levada a cabo pela Caritas, por outro, o posicionamento estratégico da Áustria, país de maioria católica, num ambiente marcado pela Guerra Fria e, no caso português, tal como de outros participantes, pela cedência relutante do Estado Novo à participação no Plano Marshall serviriam de impulso decisivo a um envolvimento, em grande escala, do país na acção *Caritaskinder*.

O facto de se ter desenvolvido entre os portugueses, nomeadamente entre as classes económica e socialmente privilegiadas, com acesso facilitado à informação a respeito do conflito mundial e suas consequências, uma genuína vontade, associada aos valores tradicionais de um país de maioria católica elevados ao estatuto de valores nacionais, de ajudar as «vítimas inocentes» da guerra, associado aos exemplos de outras instituições e países e à recente experiência positiva vivida pelas populações de determinadas localidades do país relativamente a outras populações em busca de protecção internacional seria também uma importante e natural alavanca à participação.

A Acção, como vimos, abraçada também pela Bélgica, a Holanda, a Espanha, a Suíça, o Luxemburgo, a Itália e a Alemanha, desenvolver-se-ia a par de outras acções do mesmo género, envolvendo os mesmos e outros países, sendo que alguns dos países de acolhimento, como é o caso da Itália e da Alemanha, seriam também de envio de crianças para o mesmo tipo de estadias de recuperação, ainda que em momentos diferentes. Portugal seria, em termos de número total de crianças austríacas acolhidas, o terceiro de entre os destacados, sendo, juntamente com a Espanha, um dos mais distantes do país de origem, facto que justificaria estadias mais prolongadas na Península Ibérica. Era também o único daqueles que não estivera envolvido em nenhum dos conflitos armados que haviam marcado a década anterior, factor evocado como decisivo na escolha da terra de Camões como país de destino.

Tendo a Espanha de Franco aderido à Acção com motivações declaradamente relacionadas com uma tentativa de combate à ostracização internacional de que o país era alvo à época, o governo português, cuja diplomacia lhe garantira, finda a guerra, da qual não participara directamente, uma posição de, pelo menos aparente, vantagem internacional, não teria necessidade de assumir uma posição tão clara relativamente à sua adopção, tendo, aliás, partido de uma iniciativa particular. Seria, no entanto, a recusa de apoio ao United Nations Appeal for Children que levaria a um intensificar dos transportes de crianças estrangeiras para Portugal a partir de 1948, como alternativa honrosa, tal como a Suíça havia outrora feito, ainda que com outros contornos, com a criação do *Don Suisse*. A partir de então, o financiamento da Caritas Portuguesa, e, consequentemente, dos transportes internacionais de crianças a seu cargo, haveria de resultar de uma reorientação de fundos do Episcopado e da Cruz Vermelha, facto que somaria mais alguns inimigos a Fernanda Jardim, figura polémica, desde a insistência na

criação da organização para dar resposta ao apelo do Papa e ao pedido internacional lançado para ajuda às crianças vítimas da guerra, afastando-se dos objectivos da organização que integrava, a Cruz Vermelha, precisamente.

Apesar de não oficialmente verbalizada, a relação de proximidade entre o Estado Novo e a Acção Caritas transparece nestas manifestações de «carinho» do Presidente do Conselho para com as conquistas da organização, no uso de meios de propaganda — nomeadamente o «Jornal Português» — como instrumento de divulgação da Acção e na relação de estreita colaboração entre António de Oliveira Salazar e Fernanda Jardim. Também as famílias de acolhimento seriam seleccionadas de entre a elite, católica e, em parte, afecta ao regime, sendo que o próprio Salazar acabaria por estabelecer contacto mais ou menos directo com algumas das crianças acolhidas, nomeadamente por delegados da organização ou personalidades de destaque na sociedade portuguesa. Outras chegariam provavelmente ao contacto com o Presidente devido à gravidade dos infortúnios de que foram vítimas e que terá despertado a sua compaixão.

A Áustria, já com uma longa experiência no envio de crianças para estadias de recuperação, quer a nível interno quer internacional, teria na acção da Caritas apenas mais uma de tantas que se realizavam, simultaneamente, a partir do seu território. Os organismos envolvidos, como seria o Gabinete de Assistência Interna e Externa para as Crianças Austríacas não incluem, porém, dados conclusivos relativamente aos transportes de crianças para Portugal, uma vez que o país não actuou através da Cruz Vermelha, que realizava os transportes promovidos pelo Estado. A Acção da Caritas, organização de carácter privado, originalmente criada como braço social da Igreja Católica, seria levada a cabo, essencialmente, entre Comissões nacionais, contando com a colaboração do Ministério Federal da Administração Social.

Seriam essencialmente os Serviços de Apoio a Menores, com tutela sobre as crianças órfãs, a indicar à Caritas que crianças deveriam participar dos transportes de acordo com a idade (nascidas entre 1933 e 1944; a maioria das que foram acolhidas em Portugal, nascidas entre 1936 e 1944), comprovadas necessidades a nível de saúde (subnutrição ou carência de benefícios do clima do Sul, ausência de doenças contagiosas) ou a nível socioeconómico, sendo que algumas das crianças entrevistadas eram total ou parcialmente órfãs ou viviam em situações, por vezes temporárias, de monoparentalidade. No caso da Caritas, também o histórico de saúde poderia ser factor de selecção, crianças não austríacas poderiam ser transportadas a partir da Áustria (algumas das quais internadas em campos de refugiados), assim como crianças sem necessidades particulares, desde que inscritas numa lista de espera, que funcionaria no caso de desistências ou não preenchimento de todos os lugares disponíveis, o que justifica os casos de crianças de famílias menos carenciadas entre as enviadas. Por vezes, eram também os párocos, professores de religião ou delegados da Caritas locais que indicavam participantes, sendo que as próprias famílias podiam requerer um envio.

A maioria das crianças provinha de Viena, sendo poucas as originárias de zonas onde a destruição física não se fizera notar, e eram meninas, possivelmente para dar resposta às preferências das famílias candidatas ao acolhimento.

Numa altura em que as relações diplomáticas eram escassas, havia conflitos latentes e parte das infra-estruturas estava ainda destruída, a organização dos transportes, partilhada entre Áustria e Portugal, tornava-se especialmente desafiante. Seleccionadas as crianças, a Caritas Austríaca enviava às famílias uma carta informativa sobre os elementos necessários para a viagem, preparava as deslocações entre as diversas localidades e os pontos de encontro na Áustria e toda a logística associada às grandes viagens que se lhe seguiam: disponibilização de caminhos-de-ferro e vagões, documentação de viagem (normalmente passaportes colectivos), pessoal de apoio e refeições a bordo. Todas as decisões eram tomadas em conjunto com a congénere portuguesa que, além de providenciar os mesmos meios até ao ponto de encontro, sensivelmente a meio do trajecto (variável consoante a rota), arcava também com as despesas das viagens, numa primeira fase partilhadas, sendo a Caritas Austríaca ressarcida da sua parte dos gastos. Os transportes de crianças convidadas, por outro lado, seriam parcialmente financiados pelas famílias, quer de acolhimento quer biológicas. As viagens seriam realizadas numa primeira fase por via aérea (primeiro e segundo transportes), posteriormente, por via marítima e, finalmente, apenas por comboio. Questões financeiras, políticas e logísticas estariam na origem das opções.

Comprovadamente, Portugal terá recebido um total de 5.310 crianças estrangeiras através da Caritas, entre austríacas, alemãs, francesas e húngaras. O número, geralmente referido como total das crianças austríacas acolhidas em Portugal, refere-se, na verdade, ao total das viagens realizadas sob o patrocínio da Caritas, nem sempre a suas expensas, visto incluir também os trajectos realizados por crianças convidadas. As austríacas, mais numerosas (4.406, tendo em conta crianças convidadas), seriam aquelas que, talvez por isso mesmo, ficaram mais presentes no imaginário colectivo dos portugueses. Outras, contudo, terão sido recebidas por meio de outras organizações, sendo que as francesas enviadas pelo *Secours Catholique* terão começado a chegar já em 1946, ainda que os seus registos não constem da documentação oficial da Caritas Portuguesa. As austríacas, por seu lado, não viajariam pela primeira vez senão em 1947, tendo-se realizado o último transporte onze anos mais tarde, em 1958.

À Caritas Portuguesa cumpria divulgar a Acção, através dos jornais, da rádio e do contacto directo, geralmente através dos párocos, e escolher as famílias «material e moralmente capazes» para desempenhar as funções a que se candidatavam. Tendencialmente, os seleccionados eram casais entre os 30 e os 60 anos de idade, preferencialmente com filhos, ainda que não fosse essencial, de uma elite profissional e católicos praticantes ou, não o sendo, com boas relações com os representantes da Igreja. A avaliação era realizada pelos próprios párocos, que conheciam a comunidade de perto, e, por vezes, respondia mais às suas próprias afinidades do que ao interesse da criança, sendo que as preferências de alguns candidatos demonstram, precisamente, a sua falta de preparação para o acolhimento de uma criança proveniente de um contexto de guerra, assim como algumas atitudes de organizadores claramente imbuídos de um espírito nacionalista, compatível com os valores professados pelo regime.

As crianças tendiam a ser as mais entusiastas com a aventura que empreendiam, ainda que pouco antes da viagem alguns sintomas de ansiedade se começassem a fazer notar em alguns casos. Não conhecendo outros países, a partida seria encarada com expectativa, sendo que as viagens, maioritariamente longas e com ainda menos condições de higiene do que aquelas a que estariam habituados, levaria ao desânimo de muitos dos pequenos. À chegada ao país de acolhimento, encarada com renovada esperança, seguir-se-ia, em muitos casos, um processo de distribuição, considerado por alguns tão ou mais traumático do que a própria viagem: o facto de as famílias preferirem geralmente as meninas, loiras, de olhos claros, levaria os restantes a sentir-se preteridos, principalmente os que, não sendo escolhidos, acabavam por ser levados para residências episcopais ou paroquiais ou instituições religiosas. Mesmo para aqueles para quem a experiência acabou por ser globalmente positiva, o momento da distribuição é, em geral, recordado como excessivamente negativo, ideia partilhada também por alguns dos envolvidos na organização da Acção. Os aspectos negativos concentraram-se, regra geral, nos primeiros tempos da estadia, devido, sobretudo, às dificuldades de comunicação iniciais, que dariam lugar, por um lado, a mal-entendidos e, por outro, ao isolamento de algumas das crianças que, sem conseguirem expressar os seus sentimentos, acabariam por sentir-se sós, Os traumas, desenvolvidos por algumas em consequência da experiência de guerra, seriam também criadores de angústias entre os pequenos que, incitados por aspectos do quotidiano tão simples quanto o barulho do escape de um carro ou uma farda de um polícia, acabariam, em muitos casos, por ser ultrapassados, tal como outras dificuldades, graças aos cuidados, à paciência e à compreensão dos elementos quer das famílias de acolhimento quer das comunidades envolventes. Nem sempre, porém, um alto estatuto social, garantia, à partida, de bem-estar material, era sinónimo de bem-estar emocional, ocorrendo algumas situações em que a retirada das crianças se revelava necessária. O mesmo seria válido para famílias com muito boa vontade, que dedicavam às crianças grande afecto, mas sem os meios materiais considerados adequados para lhes proporcionar a estadia desejável, situações em que, como pudemos supor pelas situações e testemunhos analisados, a retirada seria mais provavelmente realizada, visto que a situação material parecia sobrepor-se à estabilidade emocional no que diz respeito às prioridades da organização, o que terá dado azo a situações e resoluções menos felizes. Em caso de retirada, fosse qual fosse o motivo subjacente, a Caritas procurava uma outra família de acolhimento para a criança, inclusivamente em outra diocese, sendo que, no caso de não encontrar, as instituições religiosas seriam, mais uma vez, o destino final.

A averiguação do cumprimento do regulamento da Acção, entregue às famílias como único auxiliar para a preparação do acolhimento, era realizada através de visitas ao domicílio, por elementos das delegações diocesanas, e da análise de relatórios mensais, que cada família deveria enviar à Caritas da respectiva diocese. Algumas famílias seriam isentadas de ambas as práticas, visto serem consideradas, por algum elemento da instituição, «de confiança». Algumas das visitas seriam acompanhadas pela Princesa Benedicta de Liechtenstein, tal como parte dos envolvidos no acompanhamento das crianças, quer em termos de viagens quer de

estadia, elemento da aristocracia. O título de «princesa» será explicativo do facto de várias das crianças do Norte do país, as únicas por ela visitadas, a recordarem.

Para as crianças seriam, naturalmente, mais memoráveis os momentos extraordinários, em parte por serem talvez aqueles pelos quais mais ansiavam ou que mais os surpreenderam, mas também por serem aqueles a que a maioria dos relatos escritos enviados aos pais e das fotografias se reporta, sustentando a lembrança e dando-lhe por vezes contornos que, de outra forma, se tornariam indistintos.

Garantir que as crianças escreviam cartas aos pais era, precisamente, uma das obrigações de que as famílias de acolhimento estavam imbuídas, na sua missão de assegurar que a criança se restabelecia física, moral e espiritualmente, sendo o primeiro ponto da lista de obrigações, de acordo com o regulamento, o cumprimento de preceitos religiosos.

Relativamente à alimentação, um dos pontos mais marcantes para as crianças, a par de alguma estranheza relativamente a alimentos desconhecidos ou à forma de os confeccionar, a maioria guardaria boas memórias, dado que vinham de uma situação de grande privação. As frutas desconhecidas eram um grande atractivo para os mais pequenos, assim como as refeições regulares e fartas, usando alimentos mais nutritivos, ricos em vitaminas e hidratos de carbono, e sendo por vezes elaboradas à medida dos gostos dos hóspedes, inicialmente ainda presos aos hábitos do país de origem. Na memória dos entrevistados, as dificuldades iniciais são, contudo, geralmente relegadas para segundo plano face aos aspectos positivos que se lhes seguiram. A aprendizagem da língua acompanhava, usualmente, o aprofundamento das relações, quer a nível familiar quer comunitário, sendo por vezes facilitada pelo ingresso, geralmente a título informal, numa escola, ou pelo recurso a professores privados, mas maioritariamente adquirida pelo chamado «método natural». As crianças tendiam a rapidamente chamar «pai» e «mãe» aos pais de acolhimento, geralmente por imitação, mas adquirindo, em muitos casos, as figuras paterna e materna um verdadeiro sentido para crianças que só por carta comunicavam com os progenitores. Essa comunicação tornava-se, em vários casos, tão mais rara quanto maior era a cumplicidade com a família de acolhimento e menor o contacto com a língua materna, que os mais pequenos tinham também tendência a esquecer mais facilmente. Para compensar eventuais hiatos de comunicação ou mesmo informações incompletas ou descontextualizadas enviadas pelas crianças às famílias biológicas, e evitar preocupações desnecessárias aos pais na Áustria, que, naturalmente, sentiam a falta dos filhos e temiam por eles, a Caritas enviava cartas gerais às famílias incluindo informações que poderiam esclarecer algumas dúvidas.

Quanto ao aspecto religioso, embora nem todas as famílias fossem cumpridoras dos preceitos definidos como desejáveis, não sendo contudo impedidas de receber uma criança, visto tratar-se, em certos casos, de grandes benfeitores da Igreja, uma grande parte era-o, tentando, e maioritariamente conseguindo, incutir a mesma religiosidade nas crianças acolhidas, as quais no seu país não tinham por hábito viver socialmente a fé. Seria esse também um dos traços mais marcantes para muitas das crianças, ainda que nem sempre as tradições religiosas

fossem vividas no seu sentido mais espiritual, ou a ele associadas. É um exemplo a vivência do Natal, muito marcante para muitos dos pequenos austríacos, a Páscoa, com uma importância e tradições muito diferentes daquelas a que estavam habituados na Áustria, bem como boa parte das celebrações de carácter religioso ou pagão que tiveram oportunidade de viver em Portugal. De igual forma, os períodos de «férias», passadas à beira-mar ou em quintas, permaneceriam na memória tanto dos mais pequenos, à época, quanto dos descendentes das famílias de acolhimento, estando as histórias dos familiares que os viveram repletas de episódios, mais uma vez, geralmente eternizados em fotografias ou cartas. Os eventos organizados pela Caritas para as crianças passariam, em geral, mais despercebidos, excepção feita àquelas que de alguma forma especial participaram dos mesmos ou com maior proximidade relativamente a um dos organizadores.

A partida, por vezes adiada pelos mais variados motivos, deixaria também a sua marca, mesmo nas crianças que quase não guardam memórias daquele tempo, por serem demasiado pequenas, confundindo-as com outros períodos que aqui passaram, mais tarde. Ao momento da partida, recordado como doloroso, tanto pela comunicação social, que então usava as melhores fotos das lágrimas das crianças, como pelos próprios envolvidos, seguir-se-iam, geralmente, algumas semanas de difícil readaptação, para alguns acompanhadas de trocas constantes de correspondência, para outros, normalmente os que mais sentiam falta de Portugal e tinham essa possibilidade, de recurso a grupos de ex-crianças para manter o Português e diminuir a «saudade» entretanto descoberta. A Caritas ajudaria, oferecendo um serviço de tradução, competindo pelo monopólio das aulas de Português, e dando a alguns a possibilidade de voltarem ao país de acolhimento. As delegações diocesanas organizavam excursões para famílias visitarem os que não podiam voltar (e não só).

Alguns ficariam em Portugal desde crianças, não conhecendo outra coisa que não seja o seu lado português, uns felizes por isso, outros lamentando não terem tido oportunidade de escolha. Uns regressariam a casa para algum tempo depois reatarem laços com o país, sendo a relação com Portugal a dar impulso às suas carreiras e base às suas conquistas, uns permanecendo, outros voltando, mas mantendo pontes com o país. Alguns voltaram a Portugal assim que a oportunidade surgiu, continuando a voltar sempre que o tempo o permite, mas muitos não deixaram rasto; outros trabalharam afincadamente para voltar um dia e veriam o dia ser adiado até que finalmente regressaram àquele que consideram «seu» país ainda que nele não vivam, ou vieram para ficar, ajudando outros a encontrar o caminho para aquela que nunca deixou de ser a sua casa. Uns procuraram até que encontraram, outros deixaram-se achar sem que pensassem que tal pudesse ainda ser possível, e outros ainda deram-se conta, décadas volvidas, que as suas expressões de criança estrangeira ficaram imortalizadas na cultura da terra que a acolheu como parte de si mesma.

Para as famílias, sendo que todas as que entrevistámos se encontram, obviamente, entre aquelas que querem preservar a memória da experiência, a passagem de um «refugiado» pela casa dos seus antepassados, ou mesmo sua, é uma fonte de histórias inesquecíveis, de senti-

mentos que foram alimentando, muitas vezes sem conhecerem mais do que um nome, de um exemplo que, regra geral, referem ser comum na história da família, estando naturalmente dispostos a dar-lhe seguimento.

Ambas as partes tendem a considerar que o seu mundo «se abriu», sendo comum entre as ex-crianças Caritas a ideia de que a passagem por Portugal as fortaleceu não só fisicamente mas também em termos de autoconfiança, de independência, de vontade de conhecer e partilhar várias realidades, o que, em vários casos, se concretizou.

A comunicação social, nomeadamente a imprensa diocesana, apresentou, em geral, a Acção Caritas enquanto imbuída do espírito cristão que pretendeu reflectir, dando também espaço à missão cristianizadora da pátria, recorrendo às fotos e às chamadas de primeira página, essencialmente nos momentos de despedida, que mereceram maior destaque. As crónicas no jornal «A Voz do Pastor», sempre carregadas das emoções e perspectivas pessoais do seu autor, Padre Alexandrino Brochado, espelham a importância por si atribuída a uma que, nas suas palavras, foi «das páginas belas da minha vida. [silêncio] É assim. Se quiser… É o facto que me deixa mais saudades na minha vida. É esse. Foi esse». Recordando-o com orgulho, como certamente o fariam outros dos organizadores da Acção em Portugal, o Padre Alexandrino Brochado considerava tratar-se de uma história que «merecia um livro», não acreditava, contudo, que tal se pudesse repetir.

> *Eu penso que não, hoje não. O mundo evoluiu muito, evoluiu num sentido materialista. Aqueles laços de amizade que nós geralmente criávamos, tende*[m] *a desaparecer. Não há aquele espírito de doação, de sacrifício e tal. Hoje é uma civilização de consumo, uma civilização mais materialista, mais egoísta. Ainda há um caso ou outro, mas, como foi nessa altura, não me parece.* […] *Agora nessa altura eles disputavam as crianças. Era uma bênção, uma criança austríaca daquelas, órfãos, havia muitas que eram órfãos.* […] *E para eles era uma bênção do céu. Esses tempos pertencem ao passado, infelizmente*[1470].

A perspectiva das ex-crianças Caritas e de familiares daqueles que os acolheram é, contudo, e felizmente, diferente. Relativamente à actual crise de refugiados, e salientando que as crianças daquela época, apesar de todas as dificuldades, «não fugiram propriamente da guerra, […] não tinham medo de não sobreviver», Werner Arthofer, cuja mãe referiria, aliás, à família de acolhimento que os filhos provavelmente não teriam sobrevivido se não tivessem sido acolhidos no estrangeiro, nota que, apesar de haver, como em outras situações, pessoas mal-intencionadas, «todas as famílias que vêm realmente da guerra, que têm medo das bombas, que têm medo de morrer» devem ser recebidas na Europa[1471]. Referindo que acolher uma família não é, de todo, «a mesma coisa que acolher uma criança em casa», Constança Sarmento nota que as condições, os objectivos e a forma de actuar terá de ser, obviamente, diferente da Acção

[1470] Padre Alexandrino Brochado (02 Out. 2015), entrevista gravada.
[1471] Werner Arthofer (09 Fev. 2017), entrevista gravada.

desenvolvida pela Caritas, de carácter temporário e de alcance completamente diferente, de que beneficiou a sua mãe[1472].

Apesar de acreditar que a melhor solução para as famílias inteiras de refugiados não está na Europa, mas antes na resolução dos problemas que originam a sua deslocação forçada, Peter Zenkl afirma, enquanto oficialmente austríaco, mesmo nunca se tendo sentido como tal, que a Áustria «não tem direito a [fechar fronteiras] porque foi ajudada quando foi preciso»[1473]. Tendo sofrido algumas das agruras hoje vividas por crianças nascidas em cenários de guerra, Annie Oswald teme pela segurança no seu país de origem, mas reconhece a responsabilidade da Europa relativamente ao destino daqueles que, como ela, em outros momentos, partem em busca de segurança, referindo, tal como Peter, a necessidade de «fazer com que não houvesse guerra lá para eles não precisar[em] de fugir»[1474]. Fincando a ideia de que Ilse não era «propriamente uma refugiada nem uma imigrante», Ilona Fonseca, tendo vivido as dificuldades de alguém que se vê na necessidade de viver longe do próprio país e da família, compreende a angústia alheia, mas questiona-se sobre a forma mais adequada de ajudar nesta situação[1475].

Maria João Pereira confessa ter algumas reticências, dada a experiência das famílias acolhidas que acabaram por sair do país, considerando, contudo, que

> […] *é uma necessidade, sobretudo as crianças, porque eu olho para aqueles campos de concentração, que é isso que são* […]. *Agora mostram os miúdos sozinhos e o que é que lhes acontece? Eles são aculturados? Há a barreira da língua, depois vamos colocá-los em casas de quem? Quem é que os acolhe? A do Conselho da Europa diz que não sabe como…*[1476]

Também Christa partilha das mesmas dúvidas, mas considera que alguma forma de acolhimento será sem dúvida melhor do que colocar as pessoas em campos de refugiados. Impressiona-a especialmente a situação das crianças sozinhas, afirmando que não seria capaz de enviar um filho sem supervisão[1477]. Considerando que, com o acolhimento de Werner, «todos» ganharam, e tendo trabalhado no sector social, Balbina Fernandes defende que, para as «crianças perdidas», nenhuma solução poderá ser mais adequada do que a integração numa família.

> *Hoje eu acho que este é um exemplo que se podia replicar. É claro que há famílias inteiras mas também sei que há crianças perdidas* […] *o acolhimento das crianças é uma das áreas que eu acho fundamental. Em vez da institucionalização, o acolhimento em famílias* […]. *Têm outras condições para potenciar melhorias de qualidade de vida destas crianças* […] *outro contexto e outros*

[1472] Maria Lucinda do Espírito Santo Rodrigues Sarmento Melo e sua sobrinha Constança (30 Set. 2017), entrevista gravada.
[1473] Peter Zenkl (21 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1474] Johanna Oswald (25 Mai. 2016), entrevista gravada.
[1475] Ilona Fonseca (01 Jun. 2016), entrevista gravada.
[1476] Maria João Amaral (16 Ago. 2017), entrevista anotada.
[1477] Christa Schuller (30 Mai. 2016), entrevista gravada.

benefícios e é um ambiente mais natural do que estar institucionalizado […]. *Viver permanentemente numa instituição é de facto mau. É perder relações, é perder condições para poder desenvolver de outra forma. Ao nível das emoções é uma coisa triste, lamentável*[1478].

Fini Gradischnig acredita que resolver as causas da situação seria também o caminho a seguir, especialmente para evitar o sofrimento acrescido de terem de fugir de casa para um local onde preferiam não estar e, pior, onde não são bem-vindos.

Então isso não é triste? Com este dinheiro todo devia até evitar a guerra ou, se não, ajudar lá porque estas pessoas queriam de certeza absoluta ficar na sua terra. Mas agora já estão cá, agora têm que se ajudar, e se eu pudesse, se eu [es]*tivesse na Áustria de certeza absoluta que ajudava, ou na Alemanha. Mas o problema é que muita gente não é bem-vinda e muita gente não pensa assim. Por exemplo a minha v'zinha diz: «ai, agora vem os refugiados para cá, tiram-nos o trabalho». Eu disse: «Oh menina, tenha juízo», e depois expliquê mas ela não acreditou. Porquê? Porque os políticos deviam primeiro falar com o povo e explicar, mas não fazem nada, não é só cá, é em todo o mundo.*

Para Fini, além de ajudar o país de origem a resolver os seus problemas, também a informação é um aspecto extremamente importante, especialmente quando se trata de acolher pessoas e respeitá-las nos seus valores[1479]. Katharina Karrer, que admite não ter conhecimento suficiente sobre o assunto para se pronunciar, acredita que, apesar de cada país dever ajudar na medida das suas capacidades, nenhum se pode eximir à responsabilidade de fazê-lo, especialmente países como a Áustria e a Hungria, a quem foi prestado auxílio em momentos de necessidade: «por que é que eles não hão-de fazer o que os outros fazem, e sobretudo [depois de] terem vivido dificuldades e terem sido acolhidos? Isso é que ainda acho mais grave»[1480].

Considerando que, certamente, dadas as condições da época, a Acção Caritas terá sido extremamente complexa em termos de organização, sendo, por isso mesmo, ainda mais louvável, Maria João Medeiros partilha da mesma opinião:

Olhe, a mim revolta-me, revolta-me muito […], *revoltou-me imenso a posição dos húngaros, sobretudo depois de ter acolhido em minha casa uma refugiada húngara. Fiquei escandalizadíssima. E acho que as pessoas* […] *há uma campanha para assustar as pessoas. Há uma grande campanha cujo objectivo é pôr as pessoas em pânico e* […] *confundem tudo: confundem religião com terrorismo, confundem terrorismo com refugiados, confundem…* […] *Muitas pessoas não estão a par daquilo que se está a passar nos países dos quais vêm os imigrantes. E depois não têm a mínima noção do que é receber 5 mil refugiados num país de 10 milhões. Acham que vão tropeçar neles quando* […] *a probabilidade de verem algum é mínima. E as pessoas ficam em pânico e*

[1478] Balbina Fernandes (17 Mai. 2016), entrevista gravada.
[1479] Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.
[1480] Anna Katharina Karrer (22 Fev. 2017), entrevista gravada.

> *eu fico completamente revoltada porque as pessoas não são ignorantes, têm obrigação de não ser, mas mesmo assim são muito influenciadas pelas campanhas que vêem e que circulam.* […] *E acho que a Europa se está a portar muito mal. Sobretudo os países* […] *que precisaram tanto de ajuda e que foram tão ajudados, que são agora completamente indiferentes…*[1481]

Recordando que, apesar de não lhe ter faltado nada, na época em que a família acolheu duas meninas, havia em Portugal «muita fome também», Júlia Bicho remata que o mais importante para si foi «poder ajudar», admitindo que acolher uma família inteira teria provavelmente sido impossível à época. Numa opinião partilhada pelos irmãos, Nuno Delgado, seu filho, afirma que «nós europeus somos […] indiferentes, uns esquecidos» e que «parece que não aprendemos nada com aquilo que se passou ao longo dos últimos dois séculos pelo menos […] e continuamos a olhar para o lado, e as pessoas continuam a vir, a morrer no mar […] a viver em tendas com neve…»[1482].

Tendo em conta esta mesma perspectiva, Manuel Godinho, que ouvia também aos avós as histórias acerca das dificuldades dos tempos do acolhimento de Elfriede, não conhecidas directamente pela família mas com as quais conviviam de perto, considera que hoje seria «muito mais fácil» realizar uma Acção do género, que, na sua opinião, «muito dignifica Portugal», principalmente tendo em conta o contexto em que ocorreu[1483].

Referindo considerar-se «muito sortudo» e ter a Acção Caritas fundamentalmente mudado a sua vida, Alois nota que a crise actual tem origens muito diferentes daquelas que o trouxeram até Portugal no passado e que o tratamento hoje dado aos refugiados não é o mesmo que no pós-II Guerra Mundial[1484]. Sentindo-se com sorte por ter em Alois família, Ema Correia sente ainda que deveria também fazer algo hoje, tal como os seus antepassados. A sua prima, Mimi Correia, por outro lado, apesar de afirmar que «se estivesse no lugar deles também gostaria que me acolhessem», teme os possíveis problemas recorrentemente associados aos refugiados[1485]. Nina Basto sente também os mesmos temores e ansiedades, mas relembra que todos os momentos em que realmente se sentiu feliz foram aqueles «em que houve uma partilha» e que «nós temos de ter a cabeça aberta e uma capacidade incondicional de amar. Eu queria era ver as pessoas felizes, tanto os refugiados… Que venham, nós até precisamos de criancinhas [risos]»[1486]. Para a Irmã Dominica uma parte da solução passaria, precisamente, pela educação das crianças.

[1481] Maria João Medeiros (31 Mai. 2016), entrevista gravada.
[1482] Maria Júlia Lopes Barata Ferreira Bicho Pacheco Delgado e filhos Nuno, Margarida e Luís (11 Jun. 2017), entrevista gravada.
[1483] Manuel Godinho (07 Jun. 2018), entrevista gravada.
[1484] Alois Sablatnig (26 Abr. 2017), entrevista gravada.
[1485] Maria de Fátima Correia Soares e sobrinha Ema (08 Fev. 2017), entrevista gravada.
[1486] Maria de Fátima Queirós de Sousa Basto (09 Jun. 2017), entrevista gravada.

Eu acho mal fechar as fronteiras […]. *Posso entender que a gente tenha problemas de integração* […] *e também a Áustria é pequenina, mas Portugal também não é grande e aceitou-nos.* […] *Talvez também era mais fácil porque eram só as crianças e sabia-se um ano depois já saem. Isso era outra coisa, porque não era uma imigração das famílias como agora está. Depois acho que a gente devia começar já nas escolas e mesmo desde a infância a saber mais sobre os outros, por exemplo.* […] *Eu sinto-me com qualquer pessoa bem, agora acho que às vezes nós não temos as preparações. Também acho que há muita gente agora que está aflita porque financeiramente muitas estão mal. Bem, eu sei que em Portugal estavam muitas também mal e aceitaram as crianças, mas,* […] *a minha família não estava mal, estava bem abastecida, mas mesmo assim não precisavam de fazer. Acho que foi uma grande dádiva, uma abertura fantástica. E eu acho que muito bem quando, por exemplo para mim acho que foi aquela ideia de ficar uma missionária porque senti-me bem no estrangeiro, pessoas desconhecidas que me amaram. Agora* […] *eu também estou muitos anos fora da Áustria, não sei a situação,* […] *mas acho que em princípio deviam estar abertos mas talvez organizar-se mais*[1487].

Apesar de mais pessimista relativamente à possibilidade de realização de uma acção do género nos dias de hoje, a opinião de Hannelore resume de uma forma muito clara aquela que aparenta ser a consequência essencial, ainda que nem sempre evidente, da vivência de uma experiência de acolhimento como aquela que uniu, de forma definitiva, todos os nossos entrevistados a uma visão mais alargada, mais generosa e mais humana do mundo.

Gostaria que os europeus em geral estivessem tão abertos a receber [menores desacompanhados] *como os portugueses, e os espanhóis também, foram para connosco, crianças de países em guerra. Eu sei que a situação é diferente hoje, eu sei que a cultura deles é muito diferente da nossa, eu também sei que a sociedade prefere que eles fiquem com as suas famílias e os mantenham lá, o que não é naturalmente essencial para o seu bem-estar, mas eu* […] *acho que hoje em dia seria difícil encontrar esse tipo de bondade, de prontidão para abrir os braços e as famílias e a casa e o seu ser a crianças de uma cultura estranha, de um país estranho, de circunstâncias estranhas, e é uma pena. É uma pena que nós, como humanidade, não tenhamos progredido neste sentido… Não sei qual é a situação em Portugal, no que diz respeito a estas crianças hoje em dia. Não conheço muitas famílias na Áustria que estejam dispostas a aceitar uma dessas crianças na sua casa. Muito poucos, acho. De qualquer forma, nem é sequer considerada a possibilidade geralmente, nem se fala sobre isso.* […] *É claro que um sentido de humanidade exigiria que os recebêssemos* [refugiados]. *Eu sei que não podemos recebê-los a todos, são milhões e milhões. Mas temos de tentar, se vierem até nós e ficarem aqui, devemos fazer tudo para integrá-los, para facilitar a integração deles, porque se não estamos a criar inimigos. Nós temos muitos turcos aqui* […] *de origens muito humildes, nunca foram totalmente integrados, e parece agora que são hostis ao seu país, que agora é a Áustria, porque não sentem que pertencem aqui. Eu acho que é porque não tiveram todas as oportunidades de integração total. Eles frequentaram as nossas escolas* […] *e as*

[1487] Ingunde Wieser (22 Fev. 2017), entrevista gravada.

> *crianças cresceram juntas, mas não acho que haja muita partilha. É um problema e será um problema maior, penso eu, no futuro.* […] *Tudo o que é estranho deixa as pessoas com medo. Agora, uma cultura diferente, uma religião diferente — a Áustria nunca foi muito religiosa, mas agora todos se dizem cristãos,* […] *não praticando muito, mas, o que é muito pior, não vivendo no espírito cristão e na essência cristã, que é «ama o teu próximo»*[1488].

O objecto do nosso estudo, centrado no acolhimento de alguns milhares de crianças austríacas em Portugal, entre 1947 e 1958, apesar de ter decorrido num contexto muito diferente do actual e no âmbito de uma acção organizada, com objectivos distintos dos que movimentam, nos dias de hoje, milhões de refugiados, não deixa de remeter, também, para a memória da Europa devastada pela guerra, num momento em que o continente conheceu, com a deslocação de milhões de europeus dos seus lugares de origem, um drama de dimensões semelhantes ao dos refugiados actuais, que aqui buscam refúgio, suscitando uma reflexão sobre os fenómenos de acolhimento e integração.

Os fundamentos que impulsionaram a criação da Caritas e, mais importante, a sua acção, precisam hoje, como então, de pessoas disponíveis a respeitar e a reconhecer no outro, por mais «diferente» que à primeira vista possa parecer, um ser humano que, em momento de maior fragilidade, precisa de e procura auxílio em quem, acredita, se disporá a acolhê-lo como tal.

As circunstâncias actuais, tendo em conta o muito que foi possível com os meios então disponíveis, há mais de 70 anos atrás, exigem uma resposta condizente com aquela que se supõe ser uma evolução no sentido de uma sociedade global mais integrada e integrante, capaz de transformar o lema popularizado por Eglantyne Jebb, «colocar as crianças primeiro» numa premissa mais abrangente: colocar a humanidade primeiro.

[1488] Hannelore Martinovsky (22 Mar. 2017), entrevista gravada.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES ARQUIVÍSTICAS

Arquivo da Caritas Diocesana do Porto

[Carta] 1949 Fev. 01, Porto [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

[Carta] 1949 Nov. 06, Porto [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

[Carta] 1949 Nov. 07, Matosinhos [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

[Carta] 1949 Nov. 11, Palácio de Cristal [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

[Carta] 1949 Nov. 17, Negrelos [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

[Carta] 1949 Nov. 21, [s.l. a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

[Carta] 1949 Out. 31, [s.l. a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

[Carta] 1951 Mai. 11, Porto [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

[Carta] 1952 Mar. 20, Porto [a] Presidente da Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

[Carta] 1958 Jul. 20, Marco de Canaveses [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

[Carta s.d.], Felgueiras [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

ALVES, Augusto César (1951) — [Carta] 1951 Mai. 11, Porto [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

AVALIAÇÃO de paroquiano enviada por pároco à Caritas Diocesana do Porto. 1958-07-20. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

AVALIAÇÃO de paroquiano enviada por pároco de Arouca à Caritas Diocesana do Porto. 1958-07-18, Arouca. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

AVALIAÇÃO de paroquiano enviada por pároco de Sobrado à Caritas Diocesana do Porto, Sobrado. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

BROCHADO, Padre Alexandrino (1950) — [Carta] 1950 Jun. 16, Porto [a] Fernanda Jardim. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

BROCHADO, Padre Alexandrino (1950) — [Carta] 1950 Nov. 23, Porto [a] Fernanda Jardim. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

BROCHADO, Padre Alexandrino (1952) — [Carta] 1952 Dez. 02, Porto [a] Vice-Presidente da Federação Portuguesa de Futebol. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

BROCHADO, Padre Alexandrino (1952) — [Carta] 1952 Nov. 27, Porto [a] Fernanda Jardim. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Mar. 25, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Abr. 04, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Abr. 09, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Fev. 03, Porto [a] pai de acolhimento. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Fev. 01, Porto [a] candidato a acolhimento. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Fev. 13, Porto [a] Caritas Diocesana de Braga. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Fev. 04, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Jan. 27, Porto [a] candidato a acolhimento. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Mai. 14, Porto [a] Presidente da Câmara Municipal do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Mai. 30, Porto [a] família de acolhimento de Franz Leitner. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Mai. 30, Porto [a] família de acolhimento de Kurt Smrcek. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Mar. 03, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Mar. 04, Porto [a] mãe de acolhimento. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Mar. 17, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Mar. 30, Porto [a] Fernanda Jardim. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Mar. 30, Porto [a] Presidente da Câmara Municipal do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Nov. 23, Porto [a] pai de acolhimento de crianças austríacas. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1949) — [Carta] 1949 Out. 27, Porto [a] pai de acolhimento de criança austríaca. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1950) — [Carta] 1949 Jul. 07, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1950) — [Carta] 1950 Jan. 20, Porto [a] Fernanda Jardim. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1950) — [Carta] 1950 Jan. 08, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1950) — [Carta] 1950 Jul. 07, Porto [a] pai de acolhimento. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1950) — [Carta] 1950 Jul. 27, Porto [a] pai de acolhimento. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1950) — [Carta] 1950 Jul. 29, Porto [a] pai de acolhimento. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1950) — [Carta] 1950 Jul. 31, Porto [a] pai de acolhimento. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.
CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1950) — [Carta] 1950 Jun. 07, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1950) — [Carta] 1950 Jun. 07, Porto [a] Fernanda Jardim. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

CARITAS DIOCESANA DO PORTO (1952) — [Carta] 1952 Jun. 30, Porto [a] Fernanda Jardim. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

CARITAS DIOCESANA DO PORTO [1949-195?] — *Guiões do programa de rádio da Caritas Diocesana do Porto na Rádio Renascença. Porto*. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

CARITAS PORTUGUESA [s.d.] — *Notas para um Natal que alegre as crianças.* Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

CARTÃO de identificação de Friedrich Maletschek, Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

CARTÃO de identificação de Gertrude Lirsch. 1949-07-09, Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

CARTÃO de identificação de Helmuth Hartmann. 1948-12-20, Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

CARTÃO de identificação de Helmuth Ködel. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

CIRCULAR da Caritas Diocesana do Porto para a partida do quarto transporte. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

IRMÃ BENEDITINA (1949) — [Carta] 1949 Mar. 21, Porto [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

PAI DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇA AUSTRÍACA [s.d.] — [Carta s.d.] [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

PAI DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇA AUSTRÍACA (1949) — [Carta] 1949 Dez. 07, Porto [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

PROGRAMA da Tarde de Arte em benefício das crianças pobres portuguesas. 1949-12-16. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

RELATÓRIO de Bernardo Nogueira à Caritas Diocesana do Porto. 1958-07-28, Ancede. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

RELATÓRIO. 1949-03-06. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

RELATÓRIO. 1949-05-07. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

RELATÓRIO. 1949-06-10, *Matosinhos*. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

RELATÓRIO. 1949-07-16. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

RELATÓRIO. 1949-07-19, Gondomar. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

RELATÓRIO. 1949-07-19, Rebordões. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

RELATÓRIO. 1949-07-22, Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

RELATÓRIO. 1949-08-29, Nogueira. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

RELATÓRIO. 1949-09-04. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

SOUSA, Filipe Craveiro (1949) — [Carta] 1949 Abr. 30, Porto [a] Pároco de Santo Tirso. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

SOUSA, Filipe Craveiro (1949) — [Carta] 1949 Mai 31, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

SOUSA, Filipe Craveiro de [s.d.] — [Carta s.d.] Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

SOUSA, Filipe Craveiro de (1949) — [Carta] 1949 Fev. 14, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

SOUSA, Filipe Craveiro de (1949) — [Carta] 1949 Jul. 13, Porto [a] Caritas Portuguesa. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AGRADECIMENTO de crianças da Áustria ao Prof. Doutor A. de Oliveira Salazar. 1950-1954. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT — *Arquivo Salazar*, PC-3J, cx. 611, capilha 24.

BROCHADO, Padre Alexandrino (1956) — [Carta] 1956 Jun. 08, Porto, [a] Fernanda Jardim. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT — *Arquivo Salazar*, D-G-2-3-3.

BRUNNER, Ursula [s.d.] — [Carta s.d.] [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT — *Arquivo Salazar*, PC-3J, cx. 611, capilha 24.

BRUNNER, Ursula (1950) — [Carta] 1950 Ago. 17, Santo Tirso [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT — *Arquivo Salazar*, PC-3J, cx. 611, capilha 24.

BRUNNER, Ursula (1950) — [Carta] 1950 Jan. 12, Viena [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT — *Arquivo Salazar*, PC-3J, cx. 611, capilha 24.

BRUNNER, Ursula (1951) — [Carta] 1951 Fev. 23, Viena [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT — *Arquivo Salazar*, PC-3J, cx. 611, capilha 24.

BRUNNER, Ursula (1951) — [Carta] 1951 Mar. 12, Viena [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT — *Arquivo Salazar*, PC-3J, cx. 611, capilha 24.

BRUNNER, Ursula (1951) — [Carta] 1951 Nov. 12, Viena [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT — *Arquivo Salazar*, PC-3J, cx. 611, capilha 24.

BRUNNER, Ursula (1953) — [Carta] 1953 Ago. 11, Viena [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT — *Arquivo Salazar*, PC-3J, cx. 611, capilha 24.

DESPACHO DE António de Oliveira Salazar sobre o financiamento da Caritas. 1948-04-08, Lisboa. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT — *Arquivo Salazar*, PC-3J, 2.ª subdivisão, documento n.º 183-187.

EMPRESA Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais n.º 100, doc. 0545Z. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. PT/TT/EPJS/SF/001001/0100/0545Z.

EMPRESA Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais n.º 100, doc. 0547Z. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0100/0547Z.

EMPRESA Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais, n.º 100, doc. 0549Z. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0100/0549Z.

EMPRESA Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais n.º 105, doc. 0549Z. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0105-0135AC.

EMPRESA Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais n.º 98, doc. 0276X. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0098/0276X.

ESTATUTOS DA UNIÃO de Caridade Portuguesa. *1946-05-09, Lisboa*. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT — *Arquivo Salazar*, PC-3J, 2.ª subdivisão, documento n.º 180-181.

GOMES, D. António Ferreira (1956) — [Carta] 1956 Abr. 30, Lisboa [a] Fernanda Jardim. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT — *Arquivo Salazar*, D-G-2-3-3.

GOMES, D. António Ferreira (1956) — [Carta] 1956 Jul. 07, Lisboa [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT — *Arquivo Salazar*, D-G-2-3-3.

JARDIM, Fernanda (1951) — [Carta] 1951, Lisboa [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT — *Arquivo Salazar*, IN-2B, cx. 309, capilha 3.

JARDIM, Fernanda (1955) — [Carta] 1955 Fev. 24, Lisboa [a] Ministro do Interior. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT — *Arquivo Salazar*, CO/PC-3J, 1.ª subdivisão, capilhas 1 a 13, documentos 172-176.

JARDIM, Fernanda (1955) — [Carta] 1955 Fev. 24, Lisboa [a] Ministro do Interior. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT — *Arquivo Salazar*, CO/PC-3J, 1.ª subdivisão, capilhas 1 a 13, documentos 172-176.

JARDIM, Fernanda (1956) — [Carta] 1956 Abr. 25, Lisboa [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT — *Arquivo Salazar*.

JARDIM, Fernanda (1956) — [Carta] 1956 Jun. 19, Lisboa [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT — *Arquivo Salazar*.

JARDIM, Fernanda (1956) — [Carta] 1956 Mar. 29, Lisboa [a] Ministro do Interior. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT — *Arquivo Salazar*, CO/PC-3J, 1.ª subdivisão, capilhas 1 a 13.

KIRSCHAMMER, Henriette (1951) — [Carta] 1951 Mar. 18, Porto [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT — *Arquivo Salazar*, PC-3J, cx. 611, capilha 24.

SANTARÉM, Délio (1951) — [Carta] 1951 Mai. 9, Santo Tirso [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT — *Arquivo Salazar*, PC-3J, cx. 611, capilha 24.

Arquivo da Universidade Católica Privada de Linz

BOLETIM de Inscrição I. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR05_0090.

BOLETIM de Inscrição II. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR05_0757.

BOLETIM de Inscrição, *Cascais*. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR04_0016.

BOLETIM de Inscrição, *M. R. Espírito Santo Melo. 1949-05-20, Lisboa*. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR04_0113.

BOLETIM de Inscrição, Padre Alfredo Alberto Gomes. 1948-10-08, Lisboa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR04_0556.

BOLETIM de Inscrição, *Padre Alfredo Alberto Gomes. 1948-10, Vila da Feira*. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR04_0399.

BOLETIM de Inscrição, *Padre Jaime Alves Oliveira. 1948-05-20*, *Alferrarede.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR04_0159.

BOLETIM de Inscrição, *Padre Manuel Custódio. 1949-05-09, Riachos*. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR04_0056.

BOLETIM de Inscrição, Padre Manuel Oliveira. 1948-10-11, Eiras do Vimeiro. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR04_0244-245.

BOLETIM de Inscrição, Vimeiros. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR04_0735.

BOLETIM DE INSCRIÇÃO. 1946-11-20, Torres Novas. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR04_0310.

BOLETIM de Inscrição. 1948-10-04, Lisboa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR04_0485.

BOLETIM de Inscrição. 1948-10-04. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR04_0485.

BOLETIM de Inscrição. 1948-10-08, Lisboa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR04_0555-0556.

BOLETIM de Inscrição. 1949-02-23, Lisboa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR04_0092-93.

BOLETIM de Inscrição. 1949-05-19, Vale de Santarém. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR04_0106.

BOLETINS DE INSCRIÇÃO do Patriarcado: Concelho de Tomar. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalizações DUB_FR07_0702-751.

BROCHADO, Padre Alexandrino (1956) — [Carta] 1956 Jun. 08, Porto [a] Fernanda Jardim. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

BRUNNER, Otto [s.d.] — [Carta s.d.] Rekawinkel bei Wien [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR02_0097.

BRUNNER, Ursula [s.d.] — [Carta s.d.], Viena [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR02_0226.

CARITAS AUSTRÍACA (1951) — [Telegrama] 1951 Set. 08, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0080.

CARITAS DA ARQUIDIOCESE DE VIENA (1951) — [Carta] 1951 Jun. 7, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0014-16.

CARITAS DA ARQUIDIOCESE DE VIENA (1951) — [Telegrama] 1951 Ago. 9, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0057.

CARITAS DA ARQUIDIOCESE DE VIENA (1952) — [Carta] 1952 Abr. 7, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0219.

CARITAS DA ARQUIDIOCESE DE VIENA (1952) — [Carta] 1952 Fev. 11, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0190.

CARITAS DA ARQUIDIOCESE DE VIENA (1952) — [Carta] 1952 Out. 13, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR05_0415.

CARITAS PORTUGUESA (1951) — [Telegrama] 1951 Ago. 08, Lisboa [a] Caritas da Arquidiocese de Viena. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0056.

CARITAS PORTUGUESA [s.d.] — *Correspondência trocada entre a Caritas Portuguesa e a Caritas Austríaca a respeito da prolongação de passaportes individuais*. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

CARITAS PORTUGUESA [s.d.] — *Dossier Ursula Brunner*. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalizações de DUB_FR02_0046-00243.

CRIANÇA AUSTRÍACA ACOLHIDA (1951) — [Carta] 1951 Jan. 14, Paradela [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR05_0336.

CRIANÇAS AUSTRÍACAS que se encontram em Portugal. 1953-11-10, Lisboa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

GARÇONS du convoi d'Avril. 1948-04-10. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR01_0099.

JARDIM, Fernanda (1950) — [Carta] 1950 Mar. 30, Lisboa [a] Padre José dos Santos Marcos. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR05_0339.

JARDIM, Fernanda (1950) — [Carta] 1950 Out. 24, Lisboa [a] Padre José dos Santos Marcos. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR05_0413.

JARDIM, Fernanda (1951) — [Carta] 1951 Set. 27, Lisboa [a] Caritas da Arquidiocese de Viena. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0092.

JARDIM, Fernanda (1951) — [Carta] 1951 Set. 27, Lisboa [a] Caritas da Arquidiocese de Viena. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0090-91.

JARDIM, Fernanda (1951) — [Carta] 1951 Set. 27, Viena [a] Caritas da Arquidiocese de Viena. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0090.

JARDIM, Fernanda (1952) — [Carta] 1952 Ago. 19, Lisboa [a] Caritas da Arquidiocese de Viena. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0356.

JARDIM, Fernanda (1952) — [Carta] 1952 Mai. 01, Lisboa [a] Caritas da Arquidiocese de Viena. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0231-0233.

JARDIM, Fernanda (1952) — [Carta] 1952 Mai. 01, Lisboa [a] Leopold Ungar. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0238-0239.

JARDIM, Fernanda (1952) — [Carta] 1952 Mai. 05, Lisboa [a] Caritas da Arquidiocese de Viena. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0270-287.

JARDIM, Fernanda (1953) — [Carta] 1953 Jul. 08, Lisboa [a] Ursula e Sylvia Brunner. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR02_0089.

JARDIM, Fernanda (1953) — [Carta] 1953 Mar. 18, Lisboa [a] Caritas da Arquidiocese de Viena. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR05_0513.

JARDIM, Fernanda (1956) — [Carta] 1956 Mai 2, Lisboa [a] Erika Dungl. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0650.

KINDERTRANSPORT nach Portugal. 1948-10-18, Viena. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

KINDERTRANSPORT nach Portugal. 1950-04-18, Viena. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

LISTAS COM A MORADA das crianças na Áustria. 1948-04-16, Lisboa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

LISTAS DE ACOMPANHANTES do Transporte. 1953-10-23. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR07_0035-0038.

MÃE DE ACOLHIMENTO (1950) — [Carta] 1950 Dez. 29, Paradela [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR05_0334.

MARCOS, Padre José Santos (1950) — [Carta] 1950 Out. 30, Bragança [a] Fernanda Jardim. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FE05_0354.

REGULAMENTO. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR04_0017.

SECRETARIA EPISCOPAL DE BRAGANÇA (1950) — [Carta] 1950 Mar. 31, Bragança [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR05_0349.

UNGAR, Leopold (1951) — [Carta] 1951 Dez. 6, Lisboa [a] Fernanda Jardim. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0147.

UNGAR, Leopold (1951) — [Carta] 1951 Dez. 6, Viena [a] Fernanda Jardim. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0147.

UNGAR, Leopold (1951) — [Carta] 1951 Jul. 25, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0041.

UNGAR, Leopold (1951) — [Carta] 1951 Jun. 07, Viena [a] Fernanda Jardim. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0014.

UNGAR, Leopold (1951) — [Carta] 1951 Nov. 21, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0145-0146.

UNGAR, Leopold (1951) — [Carta] 1951 Out. 1, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0061-0062.

UNGAR, Leopold (1952) — [Carta] 1952 Jan. 01, Viena [a] Fernanda Jardim. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0179.
UNGAR, Leopold (1952) — [Carta] 1952 Mai 26, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0317.
UNGAR, Leopold (1952) — [Carta] 1952 Mai 27, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0296-0298.
UNGAR, Leopold (1952) — [Carta] 1952 Mai. 16, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0288.
UNGAR, Leopold (1952) — [Carta] 1952 Mai. 17, Viena [a] Fernanda Jardim. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0296.
UNGAR, Leopold (1952) — [Carta] 1952 Out. 1, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0387-0388.
UNGAR, Leopold (1952) — [Carta] 1952 Out. 1, Viena [a] Fernanda Jardim. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalização DUB_FR03_0387-88.
UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA (1951) — *Crianças Estrangeiras que vieram a Portugal através da Caritas Portuguesa. 1951-08-31, Lisboa*. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.
UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA (1958) — *Crianças Estrangeiras que vieram a Portugal através da Caritas Portuguesa. 1958-08-31, Lisboa*. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

ASSUNTOS POLÍTICOS [internos e externos] da Hungria. 1956-1958. Acessível no AHDMNE, Lisboa, Portugal. PT/AHD/3/MNE-MD/LEM-AUS-LVIE/033.
PAILE, Miguel de Almeida (1956) — [Carta] 1956 Fev. 13, Viena [a] Ministro dos Negócios Estrangeiros. Acessível no AHDMNE, Lisboa, Portugal. MNE-MD/LEM-AUS-LVIE/006.
PAILE, Miguel de Almeida (1956) — [Carta] 1956 Mar. 9, Viena [a] Ministro dos Negócios Estrangeiros. Acessível no AHDMNE, Lisboa, Portugal. MNE-MD/LEM-AUS-LVIE/006.
PEREIRA, Joaquim da Silva (1956) — [Carta] 1956 Set. 27, Lisboa [a] Gustavo Cordeiro Ramos, Presidente do Instituto da Alta Cultura. Acessível no AHDMNE, Lisboa, Portugal. MNE-MD/LEM--AUS-LVIE/006.

FONTES IMPRESSAS

BASTO, Maria de Fátima (2006) — *Troncos Comuns*. Porto: [Edição de autor].
BENTO, L. San Miguel (2013) — *Uniberço: um universo paralelo*. Porto: [Edição de autor].
DGE: DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA (1933) — *Censo da população de Portugal, Dezembro de 1930*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
INE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1945) — *VIII recenseamento geral da população no continente e ilhas adjacentes em 12 de Dezembro de 1940*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. 1.
____ (1952) — *IX Recenseamento Geral da população no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, tomo 1.
KUSTKA, Ilse (2009) — *Sinto-me Lisboeta*. Velm: [Edição de autor].
SCHIESSER, Gerhard (2015) — *Weltweite Brücken aus Kork: Das kosmopolitische Leben von Gerhard Schiesser.* Viena: [Edição de autor].

FONTES PERIÓDICAS

30 Milhões de crianças que o Papa procura salvar. «A Guarda» (02 Ago. 1946), p. 1.

480 crianças francesas algumas filhas de portugueses são esperadas em Portugal na próxima madrugada. «Diário de Lisboa» (17 Mai. 1948), p. 2.

500 crianças chegaram a Lisboa. «Voz da Verdade» (02 Mai. 1948), p. 2.

A "Tarde Infantil" no Jardim Zoológico. «Diário de Lisboa» (21 Jun. 1947), p. 5.

A Acção da Caritas Portuguesa. «Notícias de Beja» (02 Out. 1948), p. 4.

A Acção da Caritas. «Correio do Vouga» (11 Fev. 1955), p. 1.

A caridade Portuguesa. «Correio de Coimbra» (19 Dez. 1947), p. 3.

A Caritas americana e a Caritas portuguesa. «A Voz do Pastor» (03 Dez. 1954), p. 3.

A Caritas e as crianças portuguesas. «A Voz do Pastor» (23 Ago. 1958), p. 2.

A Caritas e as lembranças para os nossos irmãos da Índia. «A Voz do Pastor» (02 Set. 1954), p. 2.

A Caritas Portuguesa é abençoada pelo Santo Padre. «A Voz do Pastor» (25 Jun. 1949), p. 1.

A Caritas Portuguesa vai exercer uma Acção puramente nacional. «Mensageiro de Bragança» (10 Fev. 1950), p. 2.

A Caritas Portuguesa. «A Guarda» (24 Mar. 1951), p. 3.

A Caritas Portuguesa. «Correio do Vouga», (13 Ago. 1949), p. 1.

A Caritas vai iniciar um plano de protecção às crianças portuguesas. «Correio do Vouga» (11 Fev. 1950), p. 1.

A fim de ser enviada aos Reverendos Párocos das Dioceses foi recebida nesta Cúria Diocesana a seguinte circular: — UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA CARITAS — O que fizerdes a um destes pequeninos a mim mesmo o fareis. «A Voz do Pastor» (08 Nov. 1947), p. 2.

A Holanda resolveu não enviar crianças para o estrangeiro. «O Comércio do Porto» (07 Fev. 1953), p. 1.

A obra da Caritas Portuguesa consagrada por Sua Santidade. «Mensageiro de Bragança» (10 Abr. 1948), p. 4.

A obra de assistência da Caritas: mais de quatrocentas crianças estrangeiras que haviam sido recolhidas por famílias do Norte, seguiram, ontem, no correio, para Lisboa a fim de regressarem aos seus países no Mousinho, que trará mais mil. «O Comércio do Porto» (22 Abr. 1950), p. 1 e 3.

A peregrinação a Fátima. «O Comércio do Porto» (14 Mai. 1949), p. 1 e 6.

Afim de ser enviada aos Reverendos Párocos das Dioceses foi recebida nesta Cúria Diocesana a seguinte circular: — UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA CARITAS — O que fizerdes a um destes pequeninos a mim mesmo o fareis. «A Voz do Pastor» (08 Nov. 1947), p. 2.

As crianças austríacas albergadas na Colónia da FNAT recebem amanhã, o sacramento da comunhão. «O Comércio do Porto» (08 Mai. 1947), p. 6.

As crianças austríacas protegidas pela Caritas partiram para a sua pátria. «A Voz do Pastor» (10 Mar. 1951), p. 1 e 3.

As crianças austríacas protegidas pela Caritas partiram para a sua pátria. «A Voz do Pastor» (10 Mar. 1951), p. 1-3.

As crianças austríacas protegidas pela Caritas saem de Portugal em 7 de Março. «Mensageiro de Bragança» (23 Fev. 1951), p. 4.

As Crianças Austríacas que estiveram em Portugal aprendem em Viena a dominar melhor o nosso idioma. «Diário Popular» (24 Out. 1956).

As crianças austríacas. «A Guarda» (07 Out. 1948), p. 2.

As Crianças da Cáritas vão deixar Portugal. «Mensageiro de Bragança» (01 Out. 1948), p. 1.

As crianças francesas estão encantadas com o pão branco. «Diário de Lisboa» (19 Mai. 1948), p. 6.

As crianças francesas que vieram para Portugal. «O Comércio do Porto» (20 Mai. 1948), p. 7.

As crianças vítimas da guerra que estiveram em Portugal regressam aos seus países. «O Comércio do Porto» (07 Out. 1948), p. 1.

As mulheres e crianças também combateram na Hungria — Heróis de 10 e 12 anos! «A Voz do Pastor» (01 Dez. 1956), p. 1.
Auxílio às crianças pobres da Caritas Americana. «Notícias de Beja» (22 Jan. 1955), p. 2.
BROCHADO, Padre Alexandrino (1949a) — *Do Porto a Génova: as crianças austríacas regressam à pátria — Impressões da Viagem*. «A Voz do Pastor» (09 Jul. 1949), p. 1-2.
___ (1949b) — *Do Porto a Génova: as crianças austríacas regressam à pátria — Impressões da Viagem (continuação)*. «A Voz do Pastor» (16 Jul. 1949), p. 1-2.
___ (1949c) — *Do Porto a Génova: as crianças austríacas regressam à pátria — Impressões da Viagem*. «A Voz do Pastor» (23 Jul. 1949), p. 1-2.
___ (1949d) — *Do Porto a Génova: as crianças austríacas regressam à pátria — Impressões da Viagem*. «A Voz do Pastor» (30 Jul. 1949), p. 1-2.
___ (1951a) — *As crianças austríacas protegidas pela Caritas partiram para a sua pátria*. «A Voz do Pastor» (10 Mar. 1951), p. 1-3.
___ (1951b) — *Como eu vi a partida das crianças austríacas*. «A Voz do Pastor» (24 Mar. 1951), p. 1 e 3.
___ (1951c) — *Como eu vi a partida das crianças austríacas*. «A Voz do Pastor» (31 Mar. 1951), p. 1 e 3.
___ (1951d) — *Por um mundo mais belo… (continuação)*. «A Voz do Pastor» (21 Abr. 1951), p. 1 e 3.
___ (1951e) — *Por um mundo mais belo… (continuação)*. «A Voz do Pastor» (30 Jun. 1951), p. 1 e 2.
___ (1951f) — *Por um mundo mais belo… (continuação)*. «A Voz do Pastor» (17 Nov. 1951), p. 1 e 2.
___ (1951g) — *Por um mundo mais belo… (continuação)*. «A Voz do Pastor» (15 Dez. 1951), p. 1 e 2.
___ (1951h) — *Por um mundo mais belo… (continuação)*. «A Voz do Pastor» (22 Dez. 1951), p. 1 e 2.
___ (1952a) — *Por um mundo mais belo… (continuação)*. «A Voz do Pastor» (19 Jan. 1952), p. 1 e 2.
___ (1952b) — *Por um mundo mais belo… (continuação)*. «A Voz do Pastor» (16 Fev. 1952), p. 1 e 2.
___ (1952c) — *Por um mundo mais belo… (continuação)*. «A Voz do Pastor» (10 Mai. 1952), p. 1 e 2.
___ (1952d) — *Por um mundo mais belo…* «A Voz do Pastor» (24 Mai. 1952), p. 1 e 2.
___ (1952e) — *Por um mundo mais belo… (continuação)*. «A Voz do Pastor» (16 Ago. 1952), p. 1 e 2.
___ (1952f) — *Pelas terras da Áustria — A Áustria em Portugal*. «A Voz do Pastor» (29 Nov. 1952), p. 2.
Caritas — Comissão Diocesana do Porto. «A Voz do Pastor» (27 Jun. 1957), p. 3.
CARITAS Crianças Austríacas. «Mensageiro de Bragança» (03 Mar. 1950), p. 3.
Caritas Diocesana do Porto — Crianças Austríacas. «A Voz do Pastor» (10 Mai. 1958), p. 2.
Caritas Portuguesa Crianças Francesas. «O Comércio do Porto», (17 Jun. 1952), p. 2.
Caritas Portuguesa e sua acção benfazeja. «Notícias de Beja» (10 Dez. 1949), p. 4.
Caritas Portuguesa: Tarde de Arte a favor do Natal da Criança portuguesa no Teatro S. João no dia 16 do corrente. «A Voz do Pastor» (10 Dez. 1949), p. 2.
Caritas Portuguesa. «Correio de Coimbra» (22 Mai. 1953), p. 3.
Caritas Portuguesa. «Mensageiro de Bragança» (01 Jun. 1949), p. 2.
Caritas Portuguesa. «Notícias de Beja» (12 Jul. 1958), p. 6.
Caritas Portuguesa. «Notícias de Beja» (19 Jul. 1958), p. 6.
Caritas Portuguesa. «Notícias de Beja» (28 Mai. 1949), p. 1.
Caritas União de Caridade Portuguesa. «A Guarda» (03 Set. 1954), p. 2.
Caritas: colónias de férias para crianças da Lousã. «A Voz do Pastor» (05 Mar. 1949), p. 3.
Caritas. «A Voz do Pastor» (21 Abr. 1955), p. 3.
Chegam amanhã a Lisboa mais quinhentas crianças austríacas. «O Comércio do Porto» (21 Out. 1948), p. 6.
Chegam hoje a Lisboa sessenta e nove crianças refugiadas húngaras. «O Comércio do Porto» (14 Dez. 1956), p. 8.
Chegaram à nossa diocese 69 crianças francesas vítimas da guerra. «Mensageiro de Bragança» (01 Jun. 1948), p. 1.
Chegaram mais 496 crianças de países da Europa Central. «Diário de Lisboa» (22 Out. 1948), p. 7.

Chegaram ontem 46 crianças austríacas para férias em Portugal. «Diário de Lisboa» (01 Fev. 1947), p. 6.
Chegaram ontem a Lisboa 496 crianças da Europa Central protegidas pela "Caritas". «O Comércio do Porto» (23 Out. 1948), p. 5.
Chegaram ontem a Lisboa, cinquenta crianças austríacas órfãs de guerra. «O Comércio do Porto» (02 Fev. 1947), p. 5.
Chegaram ontem ao Porto as crianças francesas que vêm passar alguns meses no Norte do País. «O Comércio do Porto» (19 Mai. 1948), p. 1.
Chegaram ontem no Mousinho 1.172 crianças húngaras, alemãs e austríacas, que vão ser acolhidas em lares portugueses. «O Comércio do Porto» (04 Mai. 1950), p. 7.
Chegou, ontem, ao Porto o primeiro contingente de crianças húngaras. «O Comércio do Porto» (19 Dez. 1956), p. 1 e 6.
Cheias de alegria partiram para os seus países as crianças vítimas da guerra. «Mensageiro de Bragança» (10 Out. 1948), p. 1.
Cincoenta órfãos de guerra vêm passar uma temporada a Portugal. «O Comércio do Porto» (26 Jan. 1947), p. 6.
Coro infantil austríaco. «Correio de Coimbra» (01 Jan. 1947), p. 2.
Coro infantil austríaco. «Diário de Lisboa» (17 Jan. 1947).
Crianças Austríacas. «Correio de Coimbra» (16 Out. 1948), p. 4.
Crianças Austríacas. «Correio de Coimbra» (17 Abr. 1948), p. 4.
Crianças Austríacas. «Correio de Coimbra» (27 Dez. 1947), p. 4.
Crianças austríacas. «Correio de Coimbra» (30 Out. 1948), p. 4.
Crianças Austríacas. «Mensageiro de Bragança» (01 Abr. 1948), p. 6.
Crianças Austríacas. «Mensageiro de Bragança» (14 Ago. 1951), p. 4.
Crianças Austríacas. «Mensageiro de Bragança» (27 Jun. 1952), p. 2.
Crianças estrangeiras vítimas da guerra. «O Comércio do Porto» (30 Ago. 1947), p. 7.
Crianças estrangeiras. «Correio de Coimbra» (14 Mai. 1949), p. 1.
Crianças Estrangeiras. «Correio de Coimbra» (19 Fev. 1949), p. 4.
Crianças Estrangeiras. «Correio de Coimbra» (22 Mai. 1948), p. 4.
Crianças estrangeiras. «Correio do Vouga» (22 Abr. 1950), p. 4.
Crianças estrangeiras. «Correio do Vouga» (25 Jun. 1949), p. 1.
Crianças Estrangeiras. «Notícias de Beja» (16 Out. 1948), p. 1.
Crianças estrangeiras. «Notícias de Beja» (22 Mai. 1948), p. 1.
Crianças francesas a caminho de Lisboa. «Diário de Lisboa» (18 Mai. 1948), p. 2.
Crianças holandesas — Apelo da Caritas. «A Voz do Pastor» (07 Fev. 1953), p. 3.
Crianças húngaras em Portugal. «A Guarda» (04 Jan. 1957), p. 3.
Crianças Vítimas da Guerra. «Correio do Vouga» (09 Out. 1948), p. 3.
Crianças Vítimas da Guerra. «Correio do Vouga» (16 Out. 1948), p. 1.
Crianças Vítimas da Guerra. «Correio do Vouga» (22 Jan. 1949), p. 1.
Crianças — vítimas da guerra. «Mensageiro de Bragança» (20 Fev. 1953), p. 1.
Crianças vítimas de guerra vão ser agasalhadas em Portugal por intermédio da "Caritas". «O Comércio do Porto» (11 Jan. 1948), p. 6.
Cruz Vermelha Portuguesa Donativos para a Hungria. «O Comércio do Porto» (02 Nov. 1956), p. 5.
Do Porto a Génova: as crianças austríacas regressam à pátria (continuação). «A Voz do Pastor» (30 Jul. 1949), p. 1 e 2.
Em favor das crianças austríacas, uma tarde infantil no Jardim Zoológico. «O Comércio do Porto» (21 Jun. 1947), p. 7.

Em favor das crianças vítimas de guerra. «A Guarda» (25 Jan. 1946), p. 1.
Em Viena de Áustria floresce a gratidão das crianças que vieram encontrar no nosso País a sua segunda Pátria. «Diário da Manhã» (18 Ago. 1956), p. 1 e 3.
Evocações: Michel-Pascal. «Correio do Vouga» (09 Out. 1948), p. 2.
Excursão à Áustria. «Correio do Vouga» (15 Mar. 1952), p. 8.
F., Padre M. de (1951) — *Como eu vi a partida das crianças austríacas*. «A Voz do Pastor» (24 Mar. 1951), p. 1 e 3.
Faleceu nesta cidade um dos pequenos austríacos que aqui se encontram já há meses. «Reconquista» (29 Ago. 1948).
GOMES, Padre J. Ferreira (1952) — *Carta da Áustria — No Club Português de Viena*. «Correio de Coimbra» (17 Out. 1952), p. 6.
Mais 500 crianças austríacas vítimas da guerra estão recebendo os carinhos da gente portuguesa. «Mensageiro de Bragança» (20 Out. 1948), p. 1.
Mais crianças austríacas vítimas da guerra chegaram à nossa Diocese. «Mensageiro de Bragança» (10 Jul. 1949), p. 1.
Mais crianças francesas que chegaram a Portugal. «O Comércio do Porto» (07 Jul. 1949), p. 7.
Mil crianças austríacas que estiveram 7 meses em Portugal seguiram hoje para Génova. «Diário de Lisboa» (09 Jun. 1949), p. 1 e 11.
Mil crianças austríacas, que, sob a protecção da "Caritas", estiveram sete meses e meio em Portugal seguiram ontem para o seu país. «O Comércio do Porto» (10 Jun. 1949), p. 1 e 6.
Missa por intenção dos povos húngaro e da Europa Oriental. «O Comércio do Porto» (29 Nov. 1955), p. 5.
Movimento de caridade pela Hungria mártir — Exemplos Reconfortantes. «A Voz do Pastor» (17 Nov. 1956), p. 1 e 3.
Nota oficiosa da Caritas Portuguesa. «Notícias de Beja» (15 Mar. 1950), p. 4.
Nota oficiosa do Secretariado Episcopal de Coimbra: Apelo em favor das crianças estrangeiras. «Correio de Coimbra» (04 Jun. 1949), p. 6.
Notícias diversas. «Mensageiro de Bragança» (01 Fev. 1949), p. 5.
O mar é a primeira tentação dos rapazes húngaros que ontem vieram para Portugal. «Diário de Lisboa» (15 Dez. 1956), p. 1 e 7.
«O Século» (24 Abr.1948), p. 18.
O SOS da Caritas Internacional em prol dos húngaros perseguidos. «Notícias de Beja» (10 Nov. 1955), p. 4.
Órfãos de guerra. «Correio de Coimbra» (01 Jan. 1947), p. 4.
Os órfãos belgas depuseram flores no Monumento aos Mortos da Guerra. «Diário de Lisboa» (21 Fev. 1947), p. 2.
Os Pequenos Cantores de Viena que passam fome e frio, dirigem um apelo aos portuenses. «O Comércio do Porto» (19 Jun. 1947), p. 4.
Papa apela à Caridade. «Notícias de Beja» (11 Jan. 1946), p. 1.
Partiram as crianças austríacas. «Mensageiro de Bragança» (09 Mar. 1951), p. 4.
Peditório nacional para as crianças vítimas da guerra. «Correio do Vouga» (19 Fev. 1949), p. 1.
Peditório para as vítimas da guerra. «Correio do Vouga» (07 Fev. 1953), p. 5.
Pelas crianças vítimas da Guerra. «A Guarda» (21 Fev. 1946), p. 1-2.
Pelo Seminário. «Correio do Vouga» (17 Out. 1948), p. 3.
Pequenos Cantores de Viena em Aveiro. «Correio do Vouga» (13 Mar. 1947), p. 1.
Pequenos Cantores de Viena em Lisboa. «Diário de Lisboa» (03 Fev. 1947), p. 10.
Pequenos Cantores de Viena. «Correio de Coimbra» (15 Fev. 1947), p. 1.
Portugal e Áustria já têm relações diplomáticas. «A Voz do Pastor» (05 Dez. 1953), p. 2.

Portugal vai receber 400 crianças estrangeiras. «A Guarda» (07 Nov. 1947), p. 3.
Rapazes e raparigas austríacos recordam Portugal. «Diário de Notícias» (28 Jul. 1956), p. 2.
Regressaram à Áustria 778 crianças que estiveram oito meses em Portugal. «Diário de Lisboa» (21 Abr. 1950), p. 6.
Rezemos pelos refugiados. «A Voz da Verdade» (06 Mai. 1956), p. 1.
Secretaria Episcopal: Nota oficiosa sobre as Creanças Estrangeiras. «Notícias de Beja» (30 Out. 1948), p. 1.
Seguiram hoje de avião as 46 crianças austríacas que passaram algumas semanas em Portugal. «Diário de Lisboa» (21 Dez. 1947), p. 1.
Sessenta e uma crianças húngaras chegaram ontem a Lisboa, em avião especial fretado pela Caritas Portuguesa. «O Comércio do Porto» (15 Dez. 1956), p. 8.
Socorro às vítimas da guerra da Europa. «O Comércio do Porto» (21 Mai. 1947), p. 4.
Sorridentes? Pudera! Escaparam da morte! «A Voz do Pastor» (28 Dez. 1956), p. 1.
Um apelo da Caritas húngara à Caritas Portuguesa. «Correio do Vouga» (24 Mai. 1956), p. 5.
Um apelo da Caritas portuguesa. «A Voz do Pastor», (10 Nov. 1956), p. 1.
Um movimento de solidariedade em Portugal com as vítimas das inundações do Norte da Europa. «O Comércio do Porto» (02 Fev. 1953), p. 2.
Uma Festa Esperantista para os órfãos de guerra belgas. «Diário de Lisboa» (04 Jan. 1947), p. 2.
Uma ponte aérea de auxílio às crianças húngaras. «Notícias de Beja» (24 Nov. 1955), p. 3.
União da Caridade Portuguesa. «Mensageiro de Bragança» (20 Jan. 1948), p. 3.
União de Caridade Portuguesa Caritas. «Correio de Coimbra» (11 Abr. 1952).
Viena. «A Voz da Verdade» (02 Dez. 1956), p. 2.
Viena. «A Voz da Verdade» (09 Dez. 1956), p. 2.
Volta ao mundo. «A Voz da Verdade» (19 Jun. 1949), p. 3.
Volta ao mundo. «A Voz da Verdade», (30 Set. 1949), p. 3.
Volta ao mundo. «Diário de Lisboa» (07 Mai. 1950), p. 3.
Volta ao mundo. «Diário de Lisboa» (21 Mai. 1950), p. 3.

DOCUMENTÁRIO

A CARIDADE não tem Fronteiras [Documentário] [1950]. Lisboa: Lisboa Filme. Disponível em <http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=16006&type=Video>. [Consulta realizada em 20/01/2017].

FONTES ORAIS

Adolfine Gradischnig (29 Jun. 2017), entrevista gravada.
Alois Sablatnig (26 Abr. 2017), entrevista gravada.
Anna Katharina Karrer (22 Fev. 2017), entrevista gravada.
Balbina Fernandes (17 Mai. 2016), entrevista gravada.
Christa Schuller (30 Mai. 2016), entrevista gravada.
Elfriede Janda (13 Out. 2015), conversa anotada.
Francisco Zenkl (17 Nov. 2016), entrevista gravada.
Hannelore Martinovsky (22 Mar. 2017), entrevista gravada.
Ilona Fonseca (01 Jun. 2016), entrevista gravada.
Ilse Kustka (18 Mar. 2016), entrevista gravada.
Ingunde Wieser (22 Fev. 2017), entrevista gravada.
Johanna Oswald (25 Mai. 2016), entrevista gravada.

Luís Rocha San Miguel Bento e irmãos Adelino, Helena e Manuel (30 Mar. 2016), entrevista gravada.
Manuel Godinho (07 Jun. 2018), entrevista gravada.
Maria da Luz Lencastre (29 Jul. 2018), entrevista gravada.
Maria de Fátima Queirós de Sousa Basto (09 Jun. 2017), entrevista gravada.
Maria de Fátima Correia Soares e sobrinha Ema (08 Fev. 2017), entrevista gravada.
Maria João Amaral (16 Ago. 2017), entrevista anotada.
Maria João Medeiros (31 Mai. 2016), entrevista gravada.
Maria Júlia Lopes Barata Ferreira Bicho Pacheco Delgado e filhos Nuno, Margarida e Luís (11 Jun. 2017), entrevista gravada.
Maria Lucinda do Espírito Santo Rodrigues Sarmento Melo e sua sobrinha Constança (30 Set. 2017), entrevista gravada.
Padre Alexandrino Brochado (02 Out. 2015), entrevista gravada.
Peter Zenkl (21 Fev. 2017), entrevista gravada.
Werner Arthofer (09 Fev. 2017), entrevista gravada.

BIBLIOGRAFIA

ACT ALLIANCE (2015) — *The Role of Faith-Based Organizations in Humanitarian Response: A Reflection on the Unique Role of FBOs in Humanitarian Crises*. Disponível em <https://www.christianaid.org.uk/resources/about-us/role-of-faith-organisations-humanitarian-response>. [Consulta realizada em 12/07/2017].

AGAMBEN, Giorgio (1996) — *Al di là dei diritti dell'uomo*. In AGAMBEN, Giorgio — *Mezzi senza fine. Note Sulla Politica.* Torino: Bollati Boringhieri.

AGER, Joey; FIDDIAN-QASMIYEH, Elena; AGER, Alastair (2015) — *Local faith communities and the promotion of resilience in contexts of humanitarian crisis*. «Journal of Refugee Studies». Disponível em <https://www.rsc.ox. ac.uk/files/files-1/wp90-local-faith-communities-resilience-2013.pdf>. [Consulta realizada em 12/05/2016].

ALMADALMADA (2013) — *Gente de Almada*. In *AlmaDalmada*. Disponível em <http://almadalmada.blogspot.com/2013/01/gente-de-almada-gente-que-viveu-almada.html>. [Consulta realizada em 20/09/2018].

ALMEIDA, João Ferreira de (1993) — *Integração social e exclusão social: algumas questões*. «Análise Social», vol. XXVIII (4.º-5.º), n.º 123-124, p. 829-834.

ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira (1975) — *Teoria e investigação empírica nas ciências sociais*. «Análise Social», vol. XI (2.º-3.º), n.º 42-43, p. 365-445.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de (2013) — *O Poder Local do Estado Novo à Democracia: Presidentes de câmara e governadores civis, 1936-2012*. Lisboa: [Edição de autor].

AMEAL, João, *dir.* (1956) — *Anais da Revolução Nacional*. Porto: Majesta, vol. V.

AMORIM GIRÃO. In *Infopédia*. Porto: Porto Editora, 2013-2018. Disponível em <https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$amorim-girao>. [Consulta realizada em 12/10/2018].

ANDERSON, Benedict (2005) — *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão da nação*. Lisboa: Companhia das Letras.

ANDRADE, José Henrique Fischel de (1996) — *Direito internacional dos refugiados: evolução histórica: 1921-1952*. Rio de Janeiro: Renovar.

___ (2006) — *A política de proteção a refugiados da Organização das Nações Unidas: sua gênese no período pós-guerra (1946-1952).* Brasília: Universidade de Brasília.

ANTUNES, Manuel Luís Marinho (1970) — *Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários.* «Análise Social», vol. VIII, n.º 30-31, p. 299-385.

ARENDT, Hannah (1979) — *The origins of totalitarianism*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA TORRE DO TOMBO [s.d.] — *Arquivo de Identificação*. In *Associação dos Amigos da Torre do Tombo*. Disponível em <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1466>. [Consulta realizada em 02/08/ 2018].

ASSOCIATION FOR DIPLOMATIC STUDIES & TRAINING (2016) — *"Austria is Free!" Post--War Vienna Escapes the Soviet Bloc*. In *Association for Diplomatic Studies & Training*. Disponível em <http://adst.org/2016/04/austria-is-free-post-war-vienna-escapes-the-soviet-bloc/#.WhwH6h9l_IU>. [Consulta realizada em 01/11/2017].

ATKINSON, Robert (1998) — *The life story interview*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. (Sage University Papers on Qualitative Research Methods, vol. 44).

BAIÔA, Manuel (2003) — *The political history of twentieth-century Portugal*. Providence, RI: Brown University.

BARATA, Óscar Soares (1985) — *Demografia e evolução social em Portugal*. «Análise Social», vol. XXI, 3.º-4.º-5.º, n.º 87-88-89, p. 981-993.

BARBOSA, Luciano Pestana; HORA, José Roberto Sagrado da (2007) — *A Polícia Federal e a proteção internacional dos refugiados*. Brasília: ACNUR Brasil.

BARDIN, Laurence (1998) — *L'analyse de contenu*. 9.ª ed. Paris: PUF.

BARICHELLO, Stefania Eugenia; ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso de (2015) — *Aspectos históricos da evolução e do reconhecimento internacional do status de refugiado*. «Revista do Direito», vol. 2, n.º 46, p. 104-134.

BARNETT, Laura (2002) — *Global governance and the evolution of the international refugee regime*. «International Journal of Refugee Law», vol. 14, n.º 2-3, p. 238-262.

BARNETT, Michael; STEIN, Janice (2012) — *Sacred aid: faith and humanitarianism*. Oxford: Oxford University Press.

BARRADAS, Ana (1991) — *As duas famílias de Gustavo Zenkl*. «Pais» (Março), p. 45-48.

BARTLETT, Frederic C. (1932) — *Remembering: An experimental and social study*. Cambridge: Cambridge University.

BEIGBEDER, Yves (1991) — *The Role and Status of International Humanitarian Volunteers and Organizations*. The Netherlands: Martinus Nijhoff Publishers.

BILLIET, Jaak (1998) — *Social Capital, Religious-philosophical Involvement and Social Integration in Belgium: an Empirical Investigation*. In LAERMANS, R.; WILSON, B.; BILLIET, J., *ed*. — *Secularization and Social Integration*. Lovaina: Leuven University Press.

BOLÍVAR, Antonio (2011) — *La recherche biographique narrative dans le développement et l'identité professionnelle des enseignants*. In GONZALEZ MONTEAGUDO, José, *dir*. — *Les histoires de vie en Espagne: Entre formation, identité et mémoire*. Paris: L'Harmattan.

BORJAS, George J. (1990) — *Friends or strangers: the impact of immigrants on the US economy*. New York: Basic Books.

BOURDIEU, Pierre (1980) — *Le capital social: notes provisoires*. «Actes de la Recherche en Sciences Sociales», n. º 31, p. 2-3.

BOURKE, Joanna (2001) — *The Second World War: A People's History*. New York: Oxford University Press.

BRAGA, Ricardo (2005a) — *O Jornal Português (1938-1951): veículo de propaganda cinematográfica de um país nas margens da guerra*. «Prisma.com», n.º 1, p. 128-173.

___ (2005b) — *Propaganda e Representação de um País nas Margens da Guerra. O Jornal Português (1938-1951)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BRAUMAN, Rony; PETIT, Philippe (2002) — *Humanitaire, le dilemme: entretien avec Philippe Petit*. Paris: Textuel.

BROCHADO, Padre Alexandrino (2010) — *As Minhas Memórias*. Porto: Voz Portucalense.

BROOKS, Julia (2014) — *Responding to Humanitarian Challenges: The Contemporary Role of Faith-based Humanitarian Organizations*. In *Harvard Humanitarian Academy* (24 Jun. 2014). Disponível em <http://atha.se/blog/responding-humanitarian-challenges-contemporary-role-faith-based--humanitarian-organizations>. [Consulta realizada em 12/4/2017].

BROSSE, Thérèse (1949) — *L'enfance victime de la guerre*. Paris: UNESCO.

BRUBAKER, William Rogers (1989) — *The French revolution and the invention of citizenship*. «French Politics and Society», vol. 7, n.º 3, p. 30-49.

CABRAL, Luís Pedro (2015) — *Bóer sorte*. «Visão História», n.º 32 (Dez.).

CAETANO, José A. Palma (2005) — *Um laço de Amizade entre Portugal e a Áustria*. Lisboa: Assírio e Alvim.

CARE [2013] — *History of CARE*. In *CARE*. Disponível em <http://www.care.org/impact/our-stories/care-history>. [Consulta realizada em 23/11/2017].

CARITAS ÁUSTRIA [s.d.] — *A Caritas desde 1900*. In *Caritas Austria*. Disponível em <https://www.caritas.at/ ueber-uns/geschichte/>. [Consulta realizada em 12/04/2017].

CARITAS GERMANY [s.d.] — *The History of Caritas in Germany*. In *Caritas Germany*. Disponível em <http://www.caritas-germany.org/aboutus/history/history.aspx>. [Consulta realizada em 12/04/2017].

CARITAS INTERNATIONALIS [s.d.] — *Cordaid*. In *Caritas Internationalis*. Disponível em <https://www.caritas.org/ where-caritas-work/europe/netherlands/>. [Consulta realizada em 12/04/2017].

CARITAS PORTUGUESA (2000) — *Estatutos da Cáritas Portuguesa*. Lisboa: Cáritas Portuguesa.

CARITAS SVERIGE [s.d.] — *Detta är Caritas*. In *Caritas Sverige*. Disponível em <http://www.caritas.se/var-organisation>. [Consulta realizada em 12/04/2017].

CARITAS UKRAINE [s.d.] — *Caritas no mundo*. In *Caritas Ukraine*. Disponível em <https://caritas-ua.org/karitas-v-sviti/>. [Consulta realizada em 12/04/2017].

CARITAS WIEN [s.d.] — *Langjähriger Caritas-Präsident*. In *Caritas Wien*. Disponível em <https://www. caritas-wien.at/ueber-uns/praelat-ungar-journalistinnenpreis/praelat-leopold-ungar/>. [Consulta realizada em 01/10/2018].

CARSTEN, Janet (1995) — *The politics of forgetting: migration, kinship and memory on the periphery of the Southeast Asian state*. «The Journal of the Royal Anthropological Institute», vol. 1, n.º 2, p. 317-335.

CASEY, Edward S. (2009) — *Remembering: A phenomenological study*. Bloomington: Indiana University Press.

CASTILHO, José Manuel Tavares (2010) — *Os procuradores da Câmara Corporativa (1935-1974)*. Lisboa: Texto Editores. (Parlamento).

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J.; AMMENDOLA, Giuseppe (2005) — *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*. New York: The Guilford Press.

CASTRO, Pedro Jorge (2017) — *As polémicas da fundadora da Cáritas*. «Sábado» (18 Jun.). Disponível em <https://www.sabado.pt/vida/detalhe/as-polemicas-da-fundadora-da-caritas>. [Consulta realizada em 12/10/2017].

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. In *La Santa Sede*. Disponível em <http://www.vatican. va/archive/cathechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html>. [Consulta realizada em 01/07/2017].

CHALANTE, Susana (2011) — *O discurso do Estado salazarista perante o "indesejável" (1933-1939)*. «Análise social», vol. XLVI, 1.º, n.º 198, p. 41-63.

CHANEBY, William L. (1920) — *Starving Budapest: Capital of Human Misery*. «The New York Times» (30 Mai.).

CIERCO, Teresa (2004) — *A Política de Refugiados e a Conjuntura Internacional*. «Revista População e Sociedade», n.º 11. Porto: CEPESE, p. 149-170.

CIPRIANO, Carlos (2015) — *Bóeres: dois anos de refúgio em Portugal*. «Público» (03 Jun.). Disponível em <https://www.publico.pt/2015/06/03/portugal/noticia/quando-caldas-da-rainha-acolheu-os--refugiados-boeres-1697726>. [Consulta realizada em 13/10/2016].

COLEMAN, James S. (1988) — *Social capital in the creation of human capital*. «American journal of sociology», vol. 94, p. S95-S120.

COLTON, M.; WILLIAMS, M (1997) — *The world of Foster Care: An international sourcebook on Foster Family Care System.* Aldershot, UK: Ashgate.

CONNERTON, Paul (2008) — *Seven types of forgetting*. «Memory studies», vol. 1, n.º 1, p. 59-71.

CONNOR, Phillip (2016) — *International migration: Key findings from the U.S., Europe and the world.* In *Pew Research Center*. Disponível em <http://www.pewresearch.org/fact-tank/2016/12/15/international-migration-key-findings-from-the-u-s-europe-and-the-world/>. [Consulta realizada em 27/06/2017].

CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS [s.d.]. Disponível em <http://www.cpr.pt>. [Consulta realizada em 04/02/2016].

CONSTITUTIONAL RIGHTS FOUNDATION [s.d.] — *The Marshall Plan for rebuilding Western Europe.* Disponível em <http://www.crf-usa.org/images/pdf/gates/Marshall_Plan.pdf>. [Consulta realizada em 01/11/2017].

CORREIA, João de Araújo (1964) — *Montes Pintados*. Lisboa: Sociedade Astória.

CORTÈS BRAÑA, Lurdes (2016) — *Ayuda humanitaria a los niños europeos víctimas de la Primera y Segunda Guerra Mundial*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.

COSTA, António Firmino da (1986) — *A pesquisa de terreno em sociologia*. In SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira, *ed*. — *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

COUNT JOSEPH VON SEILERN-ASPANG. «Ibis», n.º 4 (1940).

CRÉPEAU, François (1995) — *Droit d'asile: De l'hospitalité aux contrôles migratoires*. Bruxelles: Bruylant.

CROIX-ROUGE SUISSE [s.d.] — *Histoire de la CRS online – Du Cartel à la Croix-Rouge suisse – Secours aux Enfants*. In *Croix-Rouge suisse*. Disponível em <https://histoire.redcross.ch/evenements/evenement/du-cartel-a-la-croix-rouge-suisse-secours-aux-enfants.html>. [Consulta realizada em 27/ 09/2017].

CRUZ, Manuel Braga da (1998) — *O Estado Novo e a Igreja católica*. Lisboa: Editorial Bizâncio.

___ (2001) — *Igreja e Estado. Época Contemporânea*. In AZEVEDO, Carlos Moreira, *dir*. — *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 2.

CUNNINGHAM, Hugh (2005) — *Children and childhood in western society since 1500*. London: Longman.

CUPCHIK, Gerald (2001) — *Constructivism Realism: An Ontology That Encompasses Positivist and Constructivist Approaches to the Social Sciences*. «Forum: Qualitative Social Research», vol. 2, n.º 1. Disponível em <http://www.qualitative-research. net/index.php/fqs/article/view/968/2112>. [Consulta realizada em 02/06/2016].

CURTIUS, E. R. (1967) — *European Literature and the Latin Middle Ages.* New Jersey: Princeton University Press.

DAUVERGNE, Catherine (2008) — *Making People Illegal: Migration Laws for Global Times.* British Columbia: Faculty of Law.

DELGADO, Paulo (2010) — *O acolhimento Familiar em Portugal. Conceitos, práticas e desafios*. «Psicologia & Sociedade», vol. 22, n.º 2, p. 336-344.

DENZIN, N. K. (1989) — *The Research Act*. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice Hall.

DUARTE, Teresa *et al.* (2009) — *A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica)*. Lisboa: ISCTE.

DWORK, Debórah (1987) — *War is Good for Babies & Other Young Children.* London: Taylor & Francis.

EAST RENFREWSHIRE COUNCIL'S HOLOCAUST [s.d.] — *Kindertransport*. Disponível em <https://web.archive.org/web/20061021030926/<http://www.eastrenfrewshire.gov.uk/holocaust/holocaust_remembrance_2004_-_holocausts/holocaust_remembrance_2004_-_the_nazi_holocaust/kindertrasport.htm>. [Consulta realizada em 12/07/2016].

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA [1998] — *Theodor Innitzer*. In *Encyclopaedia Britannica*. Disponível em <https://www.britannica.com/biography/Theodor-Innitzer>. [Consulta realizada em 10/10/2018].

ESPONDA FERNÁNDEZ, Jaime (2003) — *La tradición latinoamericana de asilo y la protección internacional de los refugiados*. In FRANCO, Leonardo *et al.* — *El asilo y la protección internacional de los refugiados en América Latina.* Buenos Aires: Siglo XXI.

FARIA, Fábio Alexandre (2017) — *Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939).* «Revista Portuguesa de História», vol. 48, p. 61-84.

FAST, Vera K. (2010) — *Children's exodus: a history of the Kindertransport*. London: IB Tauris.

FEBVRE, L.; MARTIN, H. J. (1958) — *L'Apparition du livre.* Paris: Albin Michel.

FENTRESS, James; WICKAM, Chris (1992) — *Social memory*. Oxford: Blackwell's.

FERIN, Isabel; SANTOS, Clara Almeida (2008) — *Media, imigração e minorias étnicas 2005-2006.* Lisboa: ACIDI, IP.

FERNANDES, António Teixeira (2001) — *Relações entre a Igreja e o Estado no Estado Novo e no pós 25 de Abril de 1974*. Porto: [Edição do autor].

FERREIRA, António Matos; FONTES, Paulo F. de Oliveira (2000) — *Acção Católica Portuguesa*. In AZEVEDO, Carlos Moreira, *dir*. — *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 1.

FERRIS, Elizabeth (2005) — *Faith-based and secular humanitarian organizations*. «International review of the Red Cross», vol. 87, n.º 858, p. 311-325.

FOGARTY, M. P. (1962) — *The Rooting of Ideologies*. «Social Compass», vol. 9, n.º 1-2, p. 109-124.

FONTES, Paulo F. de Oliveira (2000) — *O catolicismo português no século XX: da separação à democracia*. In AZEVEDO, Carlos Moreira, *dir*. — *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 3.

FOUCAULT, Michel (2000) — *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes.

FREEMAN, Cpl. Ira H. (1945) —*This is Vienna*. «Yank Magazine» (05 Out.). Disponível em <http://www.oldmagazinearticles.com/post-ww2_Vienna_after_world_war_two#.Whwf-x9l_IU>. [Consulta realizada em 12/09/2016].

FUNDING UNIVERSE [s.d.] — *Caritas Internationalis History*. In *Funding Universe*. Disponível em <http://www.fundinguniverse.com/company-histories/caritas-internationalis-history/>. [Consulta realizada em 12/04/2017].

GADDIS, John Lewis (1997) — *We now know: rethinking Cold War history.* Oxford: Clarendon Press.

___ (2007) — *A Guerra Fria*. Lisboa: Edições 70.

GARSCHA, Winfried R. (1997) — *The Second Austrian Republic and the sequels of Nazi Dictatorship.* New York: Columbia University Press.

GASKELL, George (2002) — *Entrevistas individuais e grupais*. In BAUER, Martin W.; GASKELL, George, *org*. — *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Editora Vozes.

GENI [s.d.] — *Gräfin Ilona Maria Caroline von Seilern und Aspang*. In *GENI*. Disponível em <https://www.geni.com/people/ILONA-Maria-Caroline/6000000076831986824>. [Consulta realizada em 12/10/2018].

HARRIS, Mark Jonathan; OPPENHEIMER, Deborah (2000) — *Into the arms of strangers: Stories of the Kindertransport*. New York: MJF Books.

HART, Sonat (2002) — *Escape Through Austria: Jewish Refugees and the Austrian Route to Palestine*. London: Routledge.

HATHAWAY, James C. (1990) — *A reconsideration of the underlying premise of refugee law*. «Harv. Int'l. LJ», vol. 31, n.º I, p. 129-174.

HECKMAN, Friedrich (2005) — *National modes of immigrant integration*. In BOSSWICK Wolfgang; HUSBAND, Charles, *ed*. — *Comparative European Research in Migration, Diversity and Identities*. Bilbao: Universidad de Duesto.

HEIN, Jeremy (1993) — *Refugees, Immigrants, and the State*. «Annual Review of Sociology», vol. 19, p. 43-59.

HOBSBAWM, Eric (1995) — *A era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras.

HODGE, Deborah (2012) — *Rescuing the Children: The Story of the Kindertransport*. New York: Tundra Books.

HOLLIFIELD, James F. (2004) — *The emerging migration state*. «The international migration review», vol. 38, n.º 3, p. 885-912.

HUBINETTE, Tobias (2006) — *From Orphan Trains to Babylifts: Colonial Trafficking, Empire Building, and Social Engineering*. In TRENKA, Jane Jeong; OPARAH, Julia Chinyere; SUDBURY, Julia, *ed*. — *Outsiders Within: Writing on Transracial Adoption*. Cambridge, MA: South End Press.

IGREJA CATÓLICA. Papa (Pio XII) (1946) — *Quemadmodum*. In *La Santa Sede*. Disponível em <https://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_06011946_quemadmodum.html>. [Consulta realizada em 21/09/2017].

INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS (2016) — *History of the ICRC*. In *International Committee of the Red Cross*. Disponível em <https://www.icrc.org/en/document/history-icrc>. [Consulta realizada em 12/09/2017].

JACKSON, Carlton (1985) — *Who Will Take Our Children? The Study of the Evacuation in Britain 1935-1945*. London: Methuen.

JUBILUT, Liliana Lyra (2007) — *O direito internacional do refugiado*. São Paulo: Método.

JUDT, Tony (1992) — *The past is another country: myth and memory in postwar Europe*. «Daedalus», vol. 121, n.º 4, p. 83-118.

___ (2006) — *Postwar: A history of Europe since 1945*. London: Penguin.

KÁRPAVA, Alena (2013) — *Implicaciones de los programas de acogida temporal de los menores, víctimas de la catástrofe nuclear de Chernóbyl, en el desarrollo de la inmigración ambiental bielorrusa en la provincia de Granada. Integración en el espacio de la paz intercultural*. Granada: Universidad de Granada.

KATOLIKUS KARITÁSZ [s.d.] — *Történetünk: A szegények szolgálata az egyházban*. In *Katolikus Karitász*. Disponível em <https://www.karitasz.hu/rolunk/tortenetunk>. [Consulta realizada em 16/12/2017].

KESTERNICH, Iris *et al* (2014) — *The effects of World War II on economic and health outcomes across Europe*. «The Review of Economics and Statistics», vol. 96, n.º 1, p. 103-118.

KIND-KOVÁCS, Friederike (2013) — *The "Other" Child Transports: World War I and the Temporary Displacement of Needy Children from Central Europe*. «Revue d'histoire de l'enfance "irrégulière". Le Temps de l'histoire», n. º 15, p. 75-109.

KLINGER, Jerry (2010) — *Beyond Balfour*. «The Jerusalem Post» (21 Ago.). Disponível em <http://www.jpost.com/Christian-In-Israel/Features/Beyond-Balfour>. [Consulta realizada em 12/07/2016].

KNOX, Katharine; KUSHNER, Tony (2012) — *Refugees in an age of genocide: Global, national and local perspectives during the twentieth century*. Abingdon: Routledge.

KOCH, Hannsjoachim Wolfgang (2000) — *The Hitler Youth: Origins and Development 1922-1945*. Maryland: Rowman & Littlefield.

KÖNIG, Michael D. *et al* (2016) — *The Long-lasting Shadow of the Allied Occupation of Austria on its Spatial Equilibrium*. Brighton: Households in Conflict Network.

KOURULA, Pirkko (1997) — *Broadening the edges: refugee definition and international protection revisited*. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers.

LAMBERTS, Emiel (2000) — *La démocratie chrétienne en Europe comme expression politique des religions chrétiennes: essor et déclin (1945-2000)*. «Social Compass», vol. 47, n.º 1, p. 113-125.

LEQUIN, Yves, *dir*. (1988) — *La Mosaïque France. Histoire des étrangers et de l'immigration en France*. Paris: Larousse.

LISBOA. Patriarcado [s.d.] — *Caritas*. In *Patriarcado de Lisboa. Portugal*. Disponível em <http://www.patriarcado-lisboa.pt/site/index.php?id=413>. [Consulta realizada em 12/04/2017].

LOCHERY, Neill (2011) — *Lisbon: War in the Shadows of the City of Light, 1939-1945*. New York: Public Affairs.

LOESCHER, Gil (1996) — *Beyond charity: International cooperation and the global refugee crisis: A twentieth century fund book*. Oxford: Oxford University Press.

LOFF, Manuel (2006) — *A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa*. «Ler História», n.º 51, p. 77-131.

LOIZOS, Peter (2002) — *Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa*. In BAUER, Martin W.; GASKELL, George, *org*. — *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Editora Vozes.

LOPES, Moisés Alexandre Antunes (2018) — *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): o caso de Elvas*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MACARDLE, Dorothy (1949) — *Children of Europe: A Study of the Children of Liberated Countries: Their Wartime experiences, Their Reactions, and Their Needs, with a Note on Germany.* London: Victor Gollancz.

MACHADO, Fernando Luís (2002) — *Contrastes e continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal.* Oeiras: Celta.

MAGNO, Patricia (2012) — *Refugiado, Cidadão Universal: uma análise do direito à identidade pessoal*. «Revista Lugar Comum», n.º 27. Rio de Janeiro: CFCHUFRJ, p. 185-215.

MAISEL-SCHULZ, Christine (2010) — *Kinderlandverschickungen* österreichischer Kinder nach *Spanien in den Mangeljahren nach dem Zweiten Weltkrieg*. Wien: Böhlau.

MARTINOVSKY, Hannelore (2015) — *O «Primo Doutor» João de Araújo Correia e a menina dos «Montes Pintados»*. «Revista GEIA», n.º 4 (04 Out.). Peso da Régua: Tertúlia João de Araújo Correia.

MARTINS, José de Sousa (2008) — *A fotografia e a vida cotidiana: ocultações e revelações*. In PAIS, José Machado; CARVALHO, Clara; GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de — *O visual e o quotidiano*. Lisboa: ICS.

MARTINS, Paula Cristina (2005) — *O acolhimento familiar como resposta de protecção à criança sem suporte familiar adequado*. «Revista Infância e Juventude», n.º 4, p. 63-84.

MAYR, Susanne (2013) — *Kinderverschickungen nach Portugal. Erholungsaufenthalte in einer fremden Welt, 1947-1956*. Salzburg: Kultur und Gesellschaftswissenschaftlichen Fakultät der Universität Salzburg.

MELANDER, Göran (1988) — *The concept of the term "refugee"*. In BRAMWELL, Anna — *Refugees in the Age of Total War.* London: Unwin Hyman.

MELO, Carolina de Campos (2001) — *Revisitando o conceito de refúgio: perspectivas para um patriotismo constitucional*. In ARAÚJO, Nádia de; ALMEIDA, Guilherme Assis de — *O direito internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar.

MINEAR, Larry (1999) — *Partnerships in the protection of refugees and other people at risk: emerging issues and work in progress*. «New Issues in Refugee Research», Working Paper No. 13. UNHCR:

Centre for Documentation and Research. Disponível em <http://www.refworld.org/pdfid/4ff58bcd2.pdf>. [Consulta realizada em 01/09/2016].

MOCH, Leslie Page (1995) — *Moving Europeans: Historical Migration Practices in Western Europe*. In COHEN Robin, *ed.* — *The Cambridge survey of world migration*. Cambridge: Cambridge University Press.

MOGARRO, M. J. (2015) — *Os testemunhos orais na investigação histórico-educativa*. In ALVES, Luís Alberto Marques; PINTASSILGO, Joaquim — *História da educação: fundamentos teóricos e metodologias de pesquisa: balanço da investigação portuguesa*. Porto: CITCEM.

MOURA, Robert Manners (2012) — *Douro e duríades: memórias de uma região e das suas gentes*. [S.l.]: Bubok.

___ (2014) — *Duro Douro: Alto Douro, Porto e Gaia*. Porto: [Edição de autor].

NEVES, João L. César das (1994) — *O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global*. «Análise Social», vol. XXIX (4.º), n.º 128, p. 1005-1034.

NEVINSON Henry W. (1920) — *The Black Outlook in Europe*. «The Manchester Guardian» (08 Mar.).

NICHOLAS, Lynn H. (2006) — *Cruel World: The Children of Europe in the Nazi Web*. New York: Vintage Books.

NUNES, Ana Bela; BRITO, José Maria Brandão de (1990) — *Política Económica, Industrialização e Crescimento*. In ROSAS, Fernando, *coord.* — *Portugal e o Estado Novo (1930-60)*. Lisboa: Editorial Presença, p. 307-351.

O'GALLAGHER, Marianna (2008) — *Children of the Famine*. Québec: Beaver.

PAIS, José Machado; CARVALHO, Clara; GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (2008) — *O visual e o quotidiano*. Lisboa: ICS.

PARSONS, Talcott (1971) — *The system of modern societies*. New Jersey: Prentice Hall.

PARTL, Anton; POHL, Walter, *ed.* (2005) — *Verschickt in die Schweiz: Kriegskinder entdecken eine bessere Welt*. Wien: Böhlau.

PATRIARCA, Fátima (1995) — *A questão social no salazarismo (1930-1947)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

PEDONE, Claudia (2000) — *El trabajo de campo y los métodos cualitativos. Necesidad de nuevas reflexiones desde las geografías latino-americanas*. «Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales», vol. 4, n.º 57. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn-57.htm>.

PEREIRA, Luís Filipe Raposo (2011) — *Portugal na 1.ª Metade do Século XX*. In PEREIRA, Luís Filipe Raposo — *Museu de Arte Popular: Memórias de Poder*. «Cadernos de Sociomuseologia», n.º 39, p. 23-75.

PERKMANN, Markus (1998) — *Social integration and system integration: reconsidering the classical distinction*. «Sociology», vol. 32, n.º 3, p. 491-507.

PIMENTEL, Irene (2012) — *O quotidiano de miséria e privações no ano em que houve um superavit*. «Público» (05 Ago.) Disponível em <https://www.publico.pt/ 2012/08/05/jornal/o-quotidiano--de-miseria-e-privacoes-no-ano-em-que-houve-um-superavit-25019399>. [Consulta realizada em 02/12/2017].

___ (2015) — *Um país de salvação*. «Visão História», n.º 32 (Dez.).

PINHO, Ana Regina da Silva (2011) — *A Imigração Irregular em Portugal: vidas que explicam factos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

PINTO, Carla Alferes (2011) — À volta de três personagens e um inventário: a história do Inventário Artístico do Patriarcado de Lisboa. «Lusitania Sacra», 2.ª série, n.º 24 (Julho-Dezembro), p. 213-234.

PIRES, Rui Pedro Pena (2003) — *Migrações e integração: Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*. Oeiras: Celta Editora.

PIRES, Rui Pedro Pena *et al*. (1999) — *Uma teoria dos processos de integração*. Lisboa: CIES-ISCTE; Oeiras: Celta Editora.

PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD [s.d.] — *Caritas Portuguesa*. In *Plataforma portuguesa das ONGD*. Disponível em <http://en.plataformaongd.pt/platform/members/socia.aspx?id=89>. [Consulta realizada em 12/08/2018].

POIRIER, Jean; VALLADON, Simone Clapier; RAYBAUT, Paul (1999) — *Histórias de vida: teoria e prática*. 2.ª ed. Oeiras: Celta Editora.

PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros [s.d.] — *História Diplomática: Áustria*. In *Portal Diplomático*. Disponível em <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoes bilaterais/historia-diplomatica?view=article&id=413:austria&catid=119:relacoes-diplomaticas>. [Consulta realizada em 01/10/2018].

PORTUGAL. Presidência da República Portuguesa [s.d.] — *António Maria Santos da Cunha. Cidadãos Nacionais Agraciados com Ordens Portuguesas*. In *Presidência da República Portuguesa*. Disponível em <http://www.ordens. presidencia.pt/?idc=153>. [Consulta realizada em 02/11/2018].

PUTNAM, Robert D. (2007) — *E Pluribus Unum: Diversity and Community in the Twenty-first Century — The 2006 Johan Skytte Prize Lecture*. «Scandinavian Political Studies», vol. 30, n.º 2, p. 137-174.

QUIVY, Raymond; VAN CAMPENHOUDT, Luc (1998) — *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

QUINTA DO CASTILHO [s.d.] — *Um pouco sobre a Quinta do Castilho*. Disponível em <http://quintadocastilho.com>. [Consulta realizada em 12/10/2018].

RÁDIO RENASCENÇA ONLINE (2016) — *1919-2016. Morreu o monsenhor Ângelo Minhava* (02 Dez.). Disponível em <https://rr.sapo.pt/noticia/70051/1919-2016-morreu-o-monsenhor-angelo-minhava>. [Consulta realizada em 12/10/2018].

REDER, Christian (2016) — *Deformierte Bürgerlichkeit*. Viena: The Mandelbaum Verlag.

RATHKOLB, Oliver (2001) — *International Perceptions of Austrian Neutrality post 1945*. In BISCHOF, Günter *et al.* — *Neutrality in Austria*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers. (Contemporary Austria Studies, vol. 9).

RATZINGER, Joseph (2003) — *Eucaristia, comunhão e solidariedade*. Benevento: Congresso Eucarístico da Arquidiocese de Benevento.

RODRIGUES, José Noronha (2006) — *A história do direito de asilo no direito internacional*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.

RODRIGUEZ, Maradiaga O. A. (2011) — *Caritas - Love Received and Given: [a Theological Reflection]*. Luxembourg: Éd. Saint Paul.

ROLLO, Maria Fernanda (1994) — *Portugal e o Plano Marshall: história de uma adesão a contragosto (1947-1952)*. «Análise Social», vol. XXIX (4.º), n.º 128, p. 841-869.

ROSAS, Fernando (1990) — *Portugal entre a paz e a guerra: estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)*. Lisboa: Editorial Estampa.

___ (1998) — *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Editorial Estampa.

ROSE, Diane (2002) — *Análise de imagens em movimento*. In BAUER, Martin W.; GASKELL, George, *org. — Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Editora Vozes.

RUELA, Rosa (2015) — *Encontrar refúgio no pós-guerra*. «Visão História», n.º 32 (Dez.).

RUTHSTROM-RUIN, Cecilia (1993) — *Beyond Europe: The globalization of refugee aid*. Lund: Lund University Press.

SANTO TIRSO. Câmara Municipal [s.d.] — *Personagens Históricas*. In *Santo Tirso Câmara Municipal*. Disponível em <https://www.cm-stirso.pt/pages/1844>. [Consulta realizada em 02/07/2018].

SANTOS, Mário Cardoso dos (1965) — *Estructura e evolução da população activa em Portugal*. «Análise social», vol. III, n.º 12, p. 441-474.

SAYAD, Abdelmalek (1999) — *La double absence. Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré*. Paris: Éditions du Seuil.

SCHÄFER, Ansgar (2014) — *Portugal e os refugiados judeus provenientes do território alemão (1933-1940)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

SCHANK, Roger C.; ABELSON, Robert P. (1995) — *Knowledge and Memory: The Real Story*. In WYER JR, Robert S., *ed*. — *Knowledge and Memory: The Real Story*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

SCHMITZ, Aldo Antonio (2011) — *Classificação das fontes de notícias*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

SEQUEIRA, Carla (2014) — *Antão Fernandes de Carvalho e a República no Douro*. Porto: CITCEM.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (2001) — *Em direcção a um Sistema Comum Europeu de Asilo*. Lisboa: SEF. Disponível em <http://www.sef.pt/documentos/56/actas-coferencia%20portugues1.pdf>. [Consulta realizada em 02/06/2011].

SHIELDS, Linda; BRYAN, Barbara (2002) — *The effect of war on children: the children of Europe after World War II*. «International Nursing Review», vol. 49, n.º 2, p. 87-98.

SIMPSON, Duncan (2012) — *A Igreja Católica e o Estado Novo de Salazar*. «Locus: Revista de História», vol. 18, n.º 1.

SMERALDI, Simona (2004) — *Il diritto di asilo nell'Unione Europea.* Roma: Universitá La Sapienza.

SMILLIE, Ian; MINEAR, Larry (2004) — *The Charity of Nations*. Sterling, VA: Kumarian Press, Inc.

SMIRNOVA, Tat'iana M. (2010) — *The Outcomes for Soviet Children Evacuated to Czechoslovakia in the Early 1920s*. «Russian Studies in History», vol. 48, n.º 4, p. 26-50.

SMIT, Jan Olav (1950) — *Pope Pius XII*. London: Burns Oates & Washbourne.

SOCIEDADE AUSTRO-PORTUGUESA [s.d.] — *História da ÖPG*. In *Sociedade Austro-Portuguesa*. Disponível em <https://www.portugalaustria.at/pt/historia-da-opg/>. [Consulta realizada em 12/04/2018].

SONTAG, Susan (2002) — *Looking at war*. «The New Yorker» (09 Dez.). Disponível em <http://www.newyorker.com/magazine/2002/12/09/looking-at-war>. [Consulta realizada em 12/09/ 2015].

SOSNOWSKI, Kiryl (1962) — *The Tragedy of Children under the Nazi Rule.* Poznan: Zachodnia Agencja Prasowa [Western Press Agency].

STERLING, Eric J. (2002) — *Rescue and Trauma: Jewish Children and the Kindertransports during the Holocaust*. In MARTEN, James, *ed*. — *Children and War: A Historical Anthology.* New York: New York University Press.

TADEU, Tiago Agostinho Arrifano (2011) — *A Guarda durante a II Guerra Mundial*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

TEIXEIRA, Maria Elvira (2000) — *Assistência. Do fim da Monarquia ao Estado Novo*. In AZEVEDO, Carlos Moreira, *dir*. — *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 1.

TEIXEIRA, Ramiro (2012) — *A geração portuguesa dos anos 50*. «Intermedia Review 1», 1.ª série, n.º 1, p. 97-103.

THE KINDERTRANSPORT ASSOCIATION [s.d.] — *Kindertransport and KTA History*. In *The Kindertransport Association*. Disponível em <http://www.kindertransport.org/history.htm>. [Consulta realizada em 12/07/2016].

THOMAS, Gordon (2012) — *The Pope's Jews: The Vatican's Secret Plan to Save Jews from the Nazis*. New York: Macmillan.

THOMPSON, Paul (2017) — *The voice of the past: Oral history*. Oxford: Oxford University Press.

TORGAL, Luís Reis (2000) — *O Estado Novo. Fascismo, Salazarismo e Europa*. In TENGARRINHA, José *et al*. — *História de Portugal*. São Paulo: EDUSC.

TOWNSEND, Peter, *et al*. (1979) — *La guerre aux enfants*. Paris: R. Laffont.

TRIBUNA, F.; RELVAS, A. (2002) — *Famílias de acolhimento e vinculação na adolescência*. In RELVAS, A; ALARCÃO, M., *coord*. — *Novas formas de família.* Quarteto: Coimbra.

TROPA, Mário (2018) — *Mação Solidário*. «Revista Zahara», n. º 31.

U. N. GENERAL ASSEMBLY (1946) — *Establishment of an International Children's Emergency Fund. Resolution 57*. New York: United Nations.

UNHCR [s.d.] — *Convention and Protocol relating to the Status of Refugees*. In *UNHCR*. Disponível em <http://www.unhcr.org/protection/basic/3b66c2aa10/convention-protocol-relating-status-refugees.html>. [Consulta realizada em 27/06/2017].

___ (2016) — *Global Trends Forced Displacement 2016*. In *UNHCR*. Disponível em <http://www.unhcr.org/globaltrends2016/>. [Consulta realizada em 27/06/2017].

UNICEF (1951) — *Final Report of the First Executive Board of the United Nations International Children's Emergency Fund (11 December 1946-31December 1950)*. New York: United Nations. Economic and Social Council, Official Records, Twelfth Session, Supplement No. 3-4.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Biblioteca Geral [s.d.] — *João da Providência e Costa*. In *Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Disponível em <https://www.uc.pt/bguc/DocumentosDiversos/JoaoProvidenciaCOSTA>. [Consulta realizada em 12/10/2018].

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM [s.d.] — *Hidden Children: Quest for Family*. In *Holocaust Encyclopedia*. Disponível em <https://www.ushmm.org/wlc/en/article.php?ModuleId=10006127>. [Consulta realizada em 20/06/ 2017].

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM [s.d.] — *Shaping the Future: Indoctrinating Youth*. In *Holocaust Encyclopedia*. Disponível em <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/indoctrinating-youth>. [Consulta realizada em 02/08/2018].

VALA, Jorge (1987) — *A Análise de Conteúdo*. In SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira, *org*. — *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Afrontamento.

___ (1996) — *Identidades, estruturas cognitivas e transformações culturais*. In III CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS — *Dinâmicas multiculturais, novas faces, novos olhares. Actas das sessões plenárias do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, vol. 1.

VAQUINHAS, Irene (2015) — *Em fuga da guerra civil: refugiados espanhóis na Figueira da Foz (1936-1939)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

VERMEULEN, Hans (2001) — *Imigração, integração e a dimensão política da cultura*. Lisboa: Colibri.

VIANO, C. A. (1988) — *La biblioteca e l'oblio*. In ROSSI, Paolo — *La memoria, le immagini, l'enciclopedia*. Bari: Laterza.

VILAÇA, Helena (2008) — *Imigração, etnicidade e religião: o papel das comunidades religiosas na integração dos imigrantes da Europa de Leste*. Lisboa: ACIDI, IP.

VOYÉ, Liliane (1995) — *Le rite en question*. In DEVISCH, René; PERROT, Charles; VOYÉ, Liliane; CHAUVET, Louis-Marie, *ed*. — *Le rite, source et ressources*. Bruxelles: Publications des Facultés Universitaires Saint-Louis.

WYMAN, David S. (1984) — *The Abandonment of the Jews: America and the Holocaust 1941-1945*. New York: Pantheon Books.

YATES, F. A. (1978) — *The Art of Memory.* London: Random House.

YOW, Valerie Raleigh (1994) — *Recording Oral History: a practical guide for social scientists*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

ZAHRA, Tara (2011) — *The lost children*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

ANEXOS

ANEXO 1. GUIÃO DE ENTREVISTA A «CRIANÇAS CARITAS»

CONTEXTO SOCIOCULTURAL

Família e infância no país de origem

Questionar acerca das recordações mais marcantes durante os primeiros anos de vida.

Perceber a constituição da família, os papéis desempenhados por cada um no seio familiar, os hábitos quotidianos e a forma como se inseriam na norma comunitária.

- O que recorda como mais marcante durante a sua infância?
- Como era constituída a sua família? Como se relacionavam os seus elementos?
- Tendo em conta a norma na sua comunidade de origem, considera que a sua era uma família típica? Comparativamente, viviam com muitas dificuldades, consideraria que era de alguma forma carenciada?
- A religião era importante para a sua família? Eram praticantes? Se sim, que implicações tinha na sua vida prática?

Experiências vividas e visão do mundo

Questionar acerca da mundivisão pessoal antes da experiência de acolhimento e averiguar a influência da história familiar e contexto sociocultural nessa perspectiva.

- Nasceu num contexto de guerra, daquilo que recorda, e para além da sua família, há alguém que o/a tenha marcado de forma especial?
- Alguém da sua família ou relações próximas participou na 2.ª ou 1.ª Guerra Mundial?
- Antes de ter vindo para Portugal através da Acção Caritas, já tinha saído do seu meio?

Acção Caritas e relação com Portugal

Perceber de que forma se processou o acolhimento, que alterações provocou no percurso de vida do entrevistado e qual a sua perspectiva acerca da Acção no seu todo.

- Como se processou a candidatura ao envio para um país estrangeiro e a preparação para o mesmo? Porquê Portugal? O que recorda da partida, da viagem e da chegada? Que momentos foram mais marcantes na sua estadia?
- Como era constituída a sua família de acolhimento? Qual era a sua relação com cada um dos seus elementos? Com outros elementos das suas relações? Com a comunidade em que estavam inseridos? Com outras crianças acolhidas?
- A que aspectos da realidade portuguesa lhe custou mais adaptar-se? Como ultrapassou as dificuldades? Averiguar se manteve contacto com a família no país de origem e de que forma.
- Foi mantendo contacto com a Caritas durante este período? Como se processava esse contacto? Houve algum tipo de relação com elementos do governo/interesse da parte da comunicação social à época? Recorda algum evento especialmente organizado para as crianças?
- Como recorda a despedida e o regresso ao país de origem? Teve algum tipo de dificuldade de reintegração? Se a relação com a família de acolhimento se manteve, apurar de que forma; se não, perceber porquê. Se tiver regressado a Portugal, averiguar as condições.
- Que tipo de repercussões teve a experiência no seu percurso de vida? Aferir de que forma influiu sobre a mundivisão pessoal e indagar sobre da opinião do entrevistado acerca de Acções do género tendo em conta o contexto actual.

ANEXO 2. GUIÃO DE ENTREVISTA A FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO

CONTEXTO SOCIOCULTURAL

Família e infância no país de origem

Questionar acerca das recordações mais marcantes durante os primeiros anos de vida.

Perceber a constituição da família, os papéis desempenhados por cada um no seio familiar, os hábitos quotidianos e a forma como se inseriam na norma comunitária.

- O que recorda como mais marcante durante a sua infância?
- Como era constituída a sua família? Como se relacionavam os seus elementos?
- Tendo em conta a norma na sua comunidade de origem, considera que a sua era uma família típica? Comparativamente, consideraria que era de alguma forma privilegiada?
- A religião era importante para a sua família? Eram praticantes? Se sim, que implicações tinha na sua vida prática?

Experiências vividas e visão do mundo

Questionar acerca da mundivisão pessoal antes da experiência de acolhimento e averiguar a influência da história familiar e contexto sociocultural nessa perspectiva.

- Nasceu num contexto de guerra, daquilo que recorda, e para além da sua família, há alguém que o/a tenha marcado de forma especial?
- Alguém da sua família ou relações próximas participou na 2.ª Guerra Mundial ou mesmo na 1.ª?
- Antes de ter acolhido uma criança através da Acção Caritas, já tinha contactado com crianças de outras proveniências? Que tipo de experiência do resto do mundo tinha tido até então?

Acção Caritas e relação com criança acolhida

Perceber de que forma se processou o acolhimento, que alterações provocou no quotidiano familiar e qual a perspectiva pessoal do entrevistado sobre a Acção no seu todo.

- Como se processou a candidatura a família de acolhimento e a preparação familiar do mesmo? O que recorda da chegada da criança? Que momentos foram mais marcantes na sua estadia?
- Qual era a relação da criança com os elementos da família? Com outros elementos das vossas relações? Com a comunidade em que estavam inseridos? Com outras crianças acolhidas?
- Houve dificuldades? De que forma foram ultrapassadas?
- Mantiveram contacto com a Caritas/seus representantes/responsáveis pela Acção durante este período? Como se processava esse contacto? Houve algum tipo de contacto oficial com elementos do governo/interesse da parte da comunicação social à época?
- Como recorda a despedida e que eco teve a partida da criança no seio familiar? Se a relação se manteve, apurar de que forma; se não, perceber porquê. Se a criança tiver regressado, averiguar as condições.
- Que marcas da experiência ficaram na família? Aferir de que forma influiu sobre a mundivisão familiar e pessoal e indagar sobre a da opinião do entrevistado acerca de Acções do género tendo em conta o contexto actual.

ANEXO 3. FICHA DE ENTREVISTADA ILSE PRESCHINSKY

Nome: Ilse Preschinsky (hoje Kustka)
Data de nascimento: 21-04-1941
Família biológica: Pai (ferroviário, chamado ao serviço militar na frente francesa onde trabalha como talhante), mãe (Anna Preschinsky, doméstica), avós (Leopoldsdorf e Velm).
Morada na Áustria: Viena X (zona soviética).
1.ª estadia em Portugal: 11-10-1948 (com 7 anos) — 09-06-1949 (8 meses).
Família de acolhimento: José Maria de Barros Fonseca (48 anos, casado, tesoureiro do Grémio dos Armazenistas de Mercearia), mulher (Adelina Batista Nunes da Fonseca, doméstica), filha (Maria Ilona da Fonseca, estudante, 17 anos) e criadas (Maria Alexandrina e outras).
Morada em Portugal: Rua Ramalho Ortigão, Lisboa.
Convites: 07-06-1953 — ??-11-1953.
Regresso a Portugal: 1967 e várias vezes depois.
Contacto com a família de acolhimento: Mantido através de correspondência e visitas anuais.
Formação e carreira: Fez um curso Comercial, tendo-se tornado telefonista (encarregada dos contactos com a contraparte portuguesa) na empresa *Korken Schiesser Ges.m.b.H.* (01-04-1982).
Residência actual: Velm, Áustria.

Fig. 76. Ilse na Feira Popular de Lisboa, aquando da sua segunda estadia em Portugal (25-07-1953)
Fonte: KUSTKA, 2009: 41

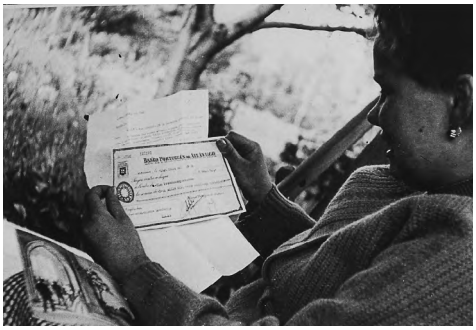


Fig. 77. Ilse recebe presente de casamento enviado por José Fonseca, Áustria (1959)
Fonte: Col. privada de Ilona Fonseca

Fig. 78. Visita a José Fonseca (à época residente num Lar de idosos), Lisboa (1978). Fonte: Col. privada de Ilona Fonseca

Fig. 79. Ilse na Rua Ramalho Ortigão, Lisboa (19-11-2009)
Fonte: KUSTKA, 2009: 59

ANEXO 4. FICHA DE ENTREVISTADA JOHANNA OSWALD

Nome Completo: Johanna Maria Oswald
Data de nascimento: 1941
Família biológica: Pai (construtor civil, só conhece no final da guerra porque chamado ao serviço militar), mãe (doméstica), irmã mais velha (mais novo nasce mais tarde), avós (Alpes).
Morada na Áustria: Klosterneuburg (zona soviética).
1.ª estadia em Portugal: 18-06-1949 (com 9 anos) — 21-04-1950 (10 meses).
Família de acolhimento: Albertina Alves Barbosa Leitão (44 anos, viúva, proprietária da empresa de importação e comércio de madeiras *J. Pinto Leitão*), seu sobrinho (Claudino Pinto Guimarães, director da mesma empresa) e criadas (Ermelinda e Casemira).
Morada em Portugal: Rua da Firmeza, Porto.
Convites: 1951? (2 anos), 1954? (2 anos?).
Regresso a Portugal: 1966?
Contacto com a família de acolhimento: Depois de longo período visitando Portugal apenas para férias, acaba por estabelecer morada no país de acolhimento, nunca perdendo contacto com familiares que a acolheram e seus descendentes.
Profissão: Administrativa na empresa da família de acolhimento, *J. Pinto Leitão S. A.*
Residência actual: Porto, Portugal, até à data do seu falecimento, em Novembro de 2018.

ANEXO 5. FICHA DE ENTREVISTADA CHRISTA SCHULLER

Nome Completo: Christa Schuller (hoje também Almeida)
Data de nascimento: 1944
Família biológica: Pai (veterano da I Guerra Mundial, trabalhador), mãe (trabalhadora), irmão (4 anos mais velho), avó (a qual só recorda após a sua estadia em Portugal).
Morada na Áustria: Viena VII (zona soviética).
1.ª estadia em Portugal: 18-06-1949 (com 5 anos) — permanência definitiva.
Família de acolhimento: José Francisco Brandão (proprietário rural), mulher (Olívia da Silva Maia, doméstica) e criados.
Morada em Portugal: Quinta da Seara, Matosinhos.
Regresso à Áustria: 1952? e algumas vezes, mais tarde (apenas em visita).
Contacto com a família de acolhimento: Mantém-se com mãe de acolhimento, pai de acolhimento foi padrinho de uma das filhas mas relação deteriorou-se.
Formação e carreira: 3 anos do curso de Físico-Químicas, mas optou pela vida de doméstica.
Residência actual: Porto, Portugal.

ANEXO 6. FICHA DE ENTREVISTADO PETER ZENKL

Nome Completo: Peter Zenkl
Data de nascimento: 31-01-1943
Família biológica: Pai (Franz Zenkl, ferroviário), mãe (Anna Vokurka, doméstica), 5 irmãos (3 mais velhos, Giti, Franz e Gustav, e 2 mais novos, Margot e Rudolph).
Morada na Áustria: Viena XIV (zona francesa).
1.ª estadia em Portugal: 16-04-1948 (com 5 anos) — 10-10-1948 (6 meses).
Família de acolhimento: José Maria Quintela Emaúz Leite Ribeiro (50 anos, Oficial do Exército), mulher (Ofélia da Veiga Malta, 49 anos, proprietária agrícola) e filhas (Maria Ofélia e Maria Verdiana da Veiga Malta Leite Ribeiro, de 18 anos, voluntária da Caritas).
Morada em Portugal: Rua Sampaio Pina, Lisboa.
Convites: 18-06-1949, para permanência definitiva (à semelhança dos irmãos Gustav, acolhido em Vale Figueira, Santarém, por Emílio Infante da Câmara, e Anna Margot, acolhida por Maria Raquel de Carvalho Monteiro em Benfica, Lisboa).
Regresso à Áustria: Já adulto, em trabalho, mantém nacionalidade, mas não se sente austríaco.
Contacto com a família de acolhimento: Mantém-se relação familiar.
Formação e carreira: Electrotecnia e máquinas, trabalhou como engenheiro.
Residência actual: Malveira da Serra, Cascais.

ANEXO 7. FICHA DE ENTREVISTADA HANNELORE MARTINOVSKY

Nome Completo: Hannelore Martinovsky (hoje Riela-Martinovsky)
Data de nascimento: 17-06-1939
Família biológica: Pai (funcionário público e militar, falecido em consequência da II Guerra Mundial), mãe (vendedora), irmãos (um mais velho e uma mais nova), avós (Boémia), tios (Tirol).
Morada na Áustria: Viena V (zona britânica).
1.ª estadia em Portugal: 21-10-1948 (com 9 anos) — 09-06-1949 (8 meses).
Família de acolhimento: Zélia Fernandes Carvalho (viúva, proprietária) e criadas (governanta Maria Augusta Matos da Silva e outras).
Morada em Portugal: Casa da Boavista, Quinta do Vale do Fojo, Régua.
Convites: 18-07-1953 — 22-10-1953 (3 meses).
Regresso a Portugal: 2013, depois de ter reencontrado famílias amigas através da internet.
Contacto com a família de acolhimento: Mantém-se contacto com amigos da família.
Carreira: Secretária, tradutora e intérprete em várias organizações e professora de Inglês.
Residência actual: Viena, Áustria.

ANEXO 8. FICHA DE ENTREVISTADA FINI GRADISCHNIG

Nome Completo: Adolfine Braunschmid (hoje Gradischnig)
Data de nascimento: 29-01-1941
Família biológica: Pai (funcionário dos Correios, falecido em cumprimento de serviço militar na frente russa), mãe (trabalhadora fabril), irmão mais velho (3 nasceriam mais tarde), avó.
Morada na Áustria: Linz (zona norte-americana).
1.ª estadia em Portugal: 18-06-1949 (8 anos) — 21-04-1950 (10 meses).
Família de acolhimento: Luís Freitas Figueiredo Mascarenhas (proprietário agrícola, presidente do município de Lagoa), mulher (Maria José Rocha da Trindade, doméstica) e suas filhas (Maria José da Trindade Figueiredo Mascarenhas, com 28 anos, Rosa Maria da Trindade Figueiredo Mascarenhas, com 24 anos, e Zulmira da Trindade Figueiredo Mascarenhas, de 20 anos).
Morada em Portugal: Lagoa, Algarve.
Convites: 12-03-1951? (3 anos e meio).
Regresso a Portugal: 1980, com o marido.
Contacto com a família de acolhimento: Mantido desde o reencontro, com visitas regulares, especialmente desde a mudança para Portugal, 4 anos mais tarde.
Formação e carreira: Hotelaria, tendo trabalhado e sido proprietária de um pequeno hotel e restaurante nas montanhas, com o marido.
Residência actual: Lagoa, Algarve.

Fig. 80. Fini com a amiga Zezinha Trindade, aquando da sua primeira estadia em Portugal
Fonte: Col. privada de Adolfine Gradischnig

Fig. 81. (esq.) Fini e a sua «mummy» no baptizado de um dos sobrinhos daquela (21-08-1953) e (dir.) durante a sua segunda estadia em Portugal
Fonte: Col. privada de Adolfine Gradischnig

Fig. 82. Fini com os filhos da «irmã» portuguesa mais velha, aquando da sua segunda estadia em Portugal
Fonte: Col. privada de Adolfine Gradischnig

ANEXO 9. FICHA DE ENTREVISTADA INGUNDE WIESER

Nome: Ingunde Wieser (hoje Irmã Dominica Maria)
Data de nascimento: 30-04-1943
Família biológica: Pai (professor), mãe (falecida pouco depois do seu nascimento) e 3 irmãos (uma mais velha e dois mais novos, filhos da segunda mulher do pai).
Morada na Áustria: Linz (zona norte-americana).
1.ª estadia em Portugal: 18-06-1949 (6 anos) — 21-04-1950 (10 meses).
Família de acolhimento: Raul Cruz (representante Citroën em Évora), sua mulher (Carlota, doméstica) e seu filho (Jorge, 6 anos mais velho).
Morada em Portugal: Évora.
Regresso a Portugal: 1971, enquanto Irmã.
Contacto com a família de acolhimento: Sempre mantido visto tratar-se da sua família biológica.
Formação e carreira: Ensino primário e secundário, seguiu a vocação religiosa, juntando-se à congregação das Irmãs Missionárias do Precioso Sangue.
Residência actual: Lisboa, Portugal.

Fig. 83. Ingunde na companhia dos pais de acolhimento, irmão e amigos portugueses, aquando da sua estadia em Portugal com a Caritas
Fonte: Col. privada de Ingunde Wieser

Fig. 84. Ingunde e Jorge no 80.º aniversário do irmão português (Março de 2017)
Fonte: Col. privada de Ingunde Wieser

ANEXO 10. FICHA DE ENTREVISTADA KATHARINA KARRER

Nome: Anna Katharina Augusta Irma de Sousa e Faro Karrer
Data de nascimento: 1936
Família biológica: Pai (Erich Fritz Philip Eduard Karrer, engenheiro), mãe (Maria de Lurdes de Sousa e Faro Nobre de Carvalho, doméstica) e duas irmãs (uma mais velha e uma mais nova).
Morada na Alemanha: Bad Rothenfelde (zona britânica).
1.ª estadia em Portugal: 16-04-1948 até regresso dos pais à Alemanha (cerca de 7 anos).
Família de acolhimento: Maria Júlia de Sousa e Faro Nobre de Carvalho (tia materna, doméstica), seu marido (Rui da Cruz Alves, proprietário de uma loja de tecidos para fatos de homem) e sua filha (Ana Maria de Sousa e Faro Alves).
Morada em Portugal: Rua António Augusto de Aguiar, Lisboa.
Regresso a Portugal: Alguns (um ou dois) anos depois de ter regressado à Alemanha.
Contacto com a família de acolhimento: Sempre mantido visto tratar-se da sua família biológica
Formação e carreira: Curso Comercial e Inglês, trabalhou como secretária numa companhia de seguros, em Colónia, na delegação portuguesa para a EFTA, em Genebra, e no Instituto Arqueológico Alemão, em Lisboa.
Residência actual: Lisboa, Portugal.

ANEXO 11. FICHA DE ENTREVISTADO WERNER ARTHOFER

Nome: Werner Arthofer
Data de nascimento: 20-10-1941
Família biológica: Mãe (Erna, secretária em hospital e distribuidora de bens alimentares no pós-II Guerra Mundial) e dois irmãos (um mais velho, acolhido em Espanha através da Caritas, e um mais novo). Pai ausente (Walter, separado da mãe).
Morada na Áustria: Klagenfurt (zona britânica).
1.ª estadia em Portugal: 18-06-1949 — 21-04-1950 (10 meses).
Família de acolhimento: Luís Gonzaga Mendes de Carvalho (proprietário agrícola, agricultor e presidente da Junta de Freguesia de Vila das Aves), mulher (Balbina Carvalho de Azevedo, doméstica), filha mais velha (Maria Inês Azevedo Mendes de Carvalho, com 27/28 anos, regente escolar), seu marido (José Ferreira Fernandes, com 28/30 anos, empregado numa loja de tecidos) e seus dois filhos (ainda bebés), e restantes filhos do casal (9 ao todo).
Morada em Portugal: Quinta da Carreira, Vila das Aves.
Regresso a Portugal: 2004, 54 anos após a sua partida, depois de visitado por filha dos pais de acolhimento.
Contacto com a família de acolhimento: Interrompido após alguns meses de troca de correspondência. Mantido desde o reencontro com neta de Luís Carvalho, Balbina, por iniciativa daquela, em 1978.
Carreira: Comerciante a retalho.
Residência actual: Klagenfurt.

Fig. 85. Werner com seus filhos, mulher e mãe, aquando da primeira visita à Áustria de Balbina, filha dos seus pais de acolhimento, em 1978, na companhia de uma amiga
Fonte: Col. privada de Balbina Fernandes

ANEXO 12. FICHA DE ENTREVISTADO ALOIS SABLATNIG

Nome: Alois Sablatnig
Data de nascimento: 16-09-1938
Família biológica: Pai (funcionário alfandegário antes da guerra, funcionário do Ministério das Finanças no final), mãe (doméstica), irmã (quatro anos mais nova) e avós.
Morada na Áustria: Riegersdorf, Arnoldstein, Klagenfurt (zona britânica).
1.ª estadia em Portugal: 10/21-10-1948 — 09-06-1949 (cerca de 11 meses).
Família de acolhimento: João Pereira Soares (administrativo numa fábrica têxtil), mulher (Maria, doméstica) e filha (Maria de Fátima — «Mimi» —, da idade da irmã de Alois).
Morada em Portugal: Calendário, Vila Nova de Famalicão.
Regresso a Portugal: 1957/58, numa viagem de mota com um amigo.
Contacto com a família de acolhimento: Mantém-se até hoje, mesmo depois da sua mudança para o Canadá, inicialmente através de correspondência e visitas pontuais, hoje através de contacto diário e visitas regulares.
Carreira: formação em Engenharia Mecânica e Comércio, tendo trabalhado em vendas de equipamento industrial numa empresa de consultadoria no sector da engenharia, austríaca, como analista de sistemas computorizados, analista financeiro, oficial de compras de combustíveis nucleares e gestor no sector imobiliário, no Canadá, onde se tornaria, graças ao sucesso almejado, cônsul da Áustria.

ANEXO 13. FICHA DE GERHARD SCHIESSER

Nome: Gerhard Schiesser
Data de nascimento: 11-02-1939
Família biológica: Pai (Leopold, talhante, feito prisioneiro de guerra pelos russos, no final da guerra), mãe (Vilma, costureira) e irmão (Walter).
Morada na Áustria: Viena XX (zona soviética).
1.ª estadia em Portugal: 10/21-10-1948 — 09-06-1949 (cerca de 11 meses?).
Família de acolhimento: Henrique Alves Amorim (presidente da empresa familiar, grupo Amorim) e sua irmã (Rosa).
Morada em Portugal: Santa Maria de Lamas, Santa Maria da Feira.
Regresso a Portugal: 1950 e 1951, enquanto criança convidada, e em 1964, para trabalhar na empresa da família de acolhimento.
Contacto com a família de acolhimento: Mantém-se até hoje, proporcionado também pelas relações profissionais entretanto estabelecidas entre a família de Gerhard.
Carreira: Comercial, de várias formas apoiada pela relação com a família Amorim, sendo que a empresa criada por Gerhard na Áustria é uma *joint venture* da corticeira portuguesa, sendo que, também graças à sua relação com Portugal e a lusofonia, se tornou Cônsul Honorário da República de São Tomé e Príncipe em Viena.

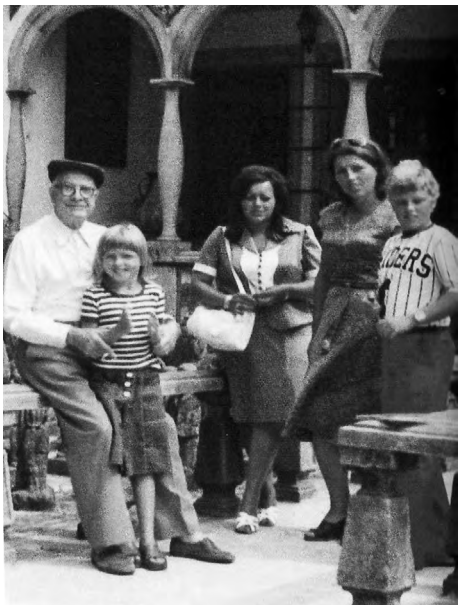


Fig. 86. Mulher, filhos e cunhada de Gerhard com Henrique Amorim, em Portugal, em 1976, *Weltweite Brücken aus Kork*, p. 90
Fonte: SCHIESSER, 2015: 90

Fig. 87. Os homens do clã Schiesser com casca de cortiça, em Portugal. *Weltweite Brücken aus Kork*, p. 36
Fonte: SCHIESSER, 2015: 36

Fig. 88. A equipa da corticeira Schiesser
Fonte: SCHIESSER, 2015: 133

ANEXO 14. FICHA DE PETER PROSS

Nome: Peter Pross
Data de nascimento: 19-06-1941
Família biológica: Pai (Josef) e mãe (Olga).
Morada na Áustria: Viena IX (zona norte-americana).
1.ª estadia em Portugal: 10/21-10-1948 — 09-06-1949 (8 meses).
Família de acolhimento: Manuel Rodrigues Bento Júnior (industrial), sua mulher (Maria Rocha San Miguel Bento, doméstica) e seus seis filhos (António, nascido em 1925, Naná, nascida em 1926, Helena, nascida em 1930, Manuel, nascido em 1935, Adelino, nascido em 1934 e Luís, nascido em 1940).
Morada em Portugal: Cantanhede, Coimbra.
Regresso a Portugal: 1961 ou 1962, de visita à família de acolhimento.
Contacto com a família de acolhimento: Manteve-se, através de contactos recorrentes e visitas pontuais, até ao seu falecimento, em 2014.
Carreira: Mediador de seguros.

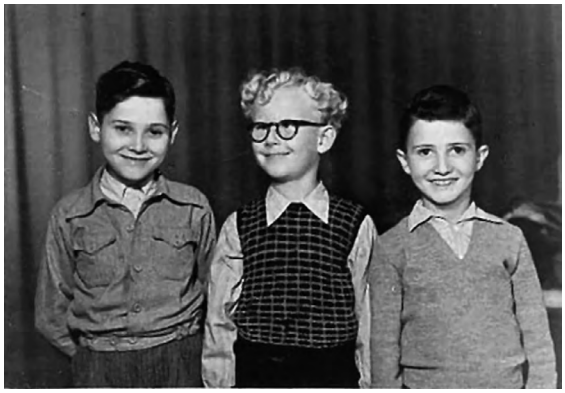


Fig. 89. Peter ladeado pelos dois irmãos Bento mais novos, Adelino e Luís
Fonte: Col. privada de Luís Bento

Fig. 90. Peter com os irmãos portugueses, Manuel e Luís, e Mónica, outra das crianças austríacas acolhidas em Cantanhede no âmbito da acção da Caritas
Fonte: Col. privada de Luís Bento

ANEXO 15. FICHA DE GOTTFRIED NEMCICKY

Nome: Gottfried Nemcicky
Data de nascimento: 02-04-1940
Família biológica: Pai e mãe.
Morada na Áustria: Viena II (zona soviética).
1.ª estadia em Portugal: 16-04-1948 — 10-10-1948 (6 meses).
Família de acolhimento: Artur Vieira de Sousa Basto (comerciante, fundador e membro de destaque de várias associações, presidente da Junta de Freguesia de Barcelos e secretário concelhio da União Nacional), nascido em 1915, sua mulher (Rosália Felisbela Viana de Queiroz, doméstica, nascida em 1921) e seus três filhos então nascidos (Maria de Fátima, em 1942, Artur José, nascido em 1944, e Maria Helena, nascida em 1946), únicos à época.
Morada em Portugal: Barcelos.
Regresso a Portugal: Por volta de 1958, com os seus 18/19 anos, numa viagem com um amigo.
Contacto com a família de acolhimento: Manteve-se durante cerca de meio ano, tendo-se perdido depois desse período e não mais sido retomado.
Carreira: Desconhecida.

Fig. 91. Fotografias enviadas por Gottfried à família de acolhimento após a sua partida
Fonte: Col. privada de Maria de Fátima Queirós de Sousa Basto

ANEXO 16. FICHA DE ELFRIEDE PETER

Nome: Elfriede Peter
Data de nascimento: 1938
Família biológica: Mãe (Emilia Peter) e irmão (mais velho?). Pai falecido em campo de concentração.
Morada na Áustria: Viena (zona francesa ou norte-americana?).
1.ª estadia em Portugal: 10/21-10-1948 — 21-04-1950 (18 meses?).
Família de acolhimento: José Ferreira Lourenço (comerciante e proprietário agrícola, ligado à Junta de Freguesia de Vilar Formoso), suas três sobrinhas, com destaque para a do meio, que assumiria o papel maternal junto de Elfriede (Elvira, comerciante, na casa dos 20 anos), seu marido (Manuel, comerciante) e três filhos pequenos (um dos quais em fase de gestação, à época).
Morada em Portugal: Vilar Formoso.
Regresso a Portugal: Não regressa.
Contacto com a família de acolhimento: Mantém-se através de correspondência trocada graças a um sacerdote austríaco que visita pontualmente Portugal, tendo-se perdido assim que tais visitas deixaram de ser continuadas. Volta a estabelecer-se anos mais tarde, através de uma visita de um dos filhos de Elvira à Áustria, sendo continuada pela irmã mais nova (nascida aquando da estadia de Elfriede em Portugal), entretanto formada em Línguas, que, durante alguns anos, com ela se corresponde e lhe envia fotografias. Volta a perder-se no início dos anos 90, após o falecimento do filho de Elvira, sendo retomado, em 2015, por um dos netos, que leva as tias à Áustria e retoma a comunicação entre Elfriede e a sua «madrina», Elvira, pouco antes do falecimento de ambas.
Carreira: Condutora de eléctricos, por forma a garantir a sobrevivência às duas filhas, após o falecimento prematuro do marido.

Fig. 92. A casa de acolhimento de Elfriede em Vilar Formoso e a própria junto daquela
Fonte: Col. privada de Manuel Godinho

Fig. 93. Elfriede integrada na família Ferreira Lourenço aquando de um casamento no seio da mesma
Fonte: Col. privada de Manuel Godinho

ANEXO 17. FICHA DA FAMÍLIA MEDEIROS

Pai de acolhimento: Manuel Goulart de Medeiros, nascido em 1920, em Lisboa, engenheiro.
Mãe de acolhimento: Maria da Graça Goulart de Medeiros (nascida Pimentel Scarlett), nascida em 1918, em Lisboa, doméstica com curso superior de Enfermagem.
Outros elementos da família: filha Maria da Graça, nascida em Lisboa, em 1945, filha Maria João, nascida em Lisboa, em 19, filho Manuel, nascido em 1953, já em Cascais, e irmão da mãe de acolhimento, José Manuel, nascido em 1920, à época estudante de Arquitectura.
Morada: R. Duarte Galvão, Benfica, Lisboa. Férias e último acolhimento em Cascais.
Crianças acolhidas, local e data de nascimento (quando disponível) e período de estadia (de acordo com a documentação disponível no Arquivo da Caritas Portuguesa):

Hannelore Hinterhafer, acolhida de 16-04-1948 a 10-10-1948 (6 meses?).

Anneliese Ziegler (nascida Hiesbock), acolhida de 18-06-1949 a 21-04-1950 (10 meses?).

Helga Kainz nascida em Gablitz, St. Pölten a 23-06-1940, filha de coveiro, proveniente de um meio rural desprivilegiado, acolhida de 02-05-50 a 07-03-1951 (10 meses?).

Eva Kaposi nascida em Budapeste a 21-04-1945, enviada, juntamente com o irmão mais novo, Tomas, nascido a 08-06-1946, de um campo de refugiados húngaros em Viena e acolhida entre 1957 e 1958(?).

Regresso a Portugal: Hannelore volta em 1951 e 1952, a convite da família de acolhimento, e através da Caritas. Helga regressa, nas mesmas condições, em 1952. Anneliese só em 1997, tendo procurado a família de acolhimento por iniciativa própria depois de perdido o contacto e de indicações da Caritas que indicavam não haver interesse da parte daqueles num eventual reencontro. Helga alguns anos depois, na companhia de Anneliese, aparentemente no âmbito de uma excursão organizada por associação de crianças austríacas acolhidas em Portugal.
Contacto com a família de acolhimento: Além de Anneliese e Helga, com quem o contacto é mantido à distância, pontuado por visitas mútuas, Eva foi visitada por Maria João nos EUA, onde residia à época, em 1979, tendo-se depois perdido o contacto com aquela. O mesmo aconteceu com Hannelore, com a qual Maria João não tem conhecimento de ter havido qualquer comunicação após a sua segunda estadia em Portugal, como convidada.
Carreira: Anneliese foi professora, Maria João desconhece o percurso das restantes.

Fig. 94. Anneliese com as irmãs de acolhimento e um amigo da família Medeiros, no Verão de 1949, e com Maria João e o pai de acolhimento, respectivamente. Ambas as fotos datam de 1950
Fonte: Col. privada de Maria João Medeiros

Fig. 95. Helga (atrás) e Hannelore (à direita da foto) com as irmãs de acolhimento, aquando da segunda estadia da primeira e da terceira estadia da segunda, na Rinchoa, no Verão de 1952

ANEXO 18. FICHA DA FAMÍLIA BICHO

Pai de acolhimento: José Fazendeiro Ferreira Bicho (operário fabril e bombeiro, nascido em 1911).
Mãe de acolhimento: Maria Luísa Lopes Barata Ferreira Bicho (doméstica e voluntária da Caritas, nascida em 1908).
Outros elementos da família: filho, José, nascido em 1933, e filha, Maria Júlia, nascida em 1937. Outros familiares acolheram também crianças austríacas em suas casas, sendo que as meninas acolhidas por José e Maria Luísa conviveram também com aquelas e com as criadas da casa.
Morada: Bairro da Saudade, Covilhã.
Crianças acolhidas, local e data de nascimento (quando disponível) e período de estadia: Françoise, nascida em Nantes, França, em 1939 (?), de uma família de pelo menos cinco filhos — sendo que François, um dos seus irmãos, mais velho, foi também recebido na diocese da Guarda —, acolhida, durante «cerca de um ano», tendo regressado a França a 10-10-1948.
Ingrid Penkert, nascida a 19-07-1939, em Viena XVI (zona de ocupação francesa), filha única, acolhida entre 18-10-1948 e 09-06-1949.
Regresso a Portugal: Só Ingrid regressa, a 25-04-1950, convidada pela família de acolhimento.
Contacto com a família de acolhimento: Françoise é visitada em Nantes pelos pais de acolhimento, cinco anos após o seu regresso a casa, e mantém correspondência até à década de 1970, altura em que a família Bicho se muda para o Porto, tendo tentado restabelecer a comunicação, inclusivamente com ajuda da Caritas, mas sem sucesso. Ingrid envia cartas e fotografias até 1958, tendo também frequentado o grupo do Professor Menhofer e dado conta do seu casamento à família de acolhimento. A partir de então, porém, o contacto perder-se-ia, tendo-o a família procurado também, no seu caso, sendo informada de que Ingrid falecera de parto.
Carreira: Desconhecida em ambos os casos.

Fig. 96. Françoise (segunda da esquerda) na companhia dos irmãos de acolhimento e de outras crianças Caritas, em Fátima, na data da sua partida de Portugal (10-10-1948)
Fonte: Col. privada de Maria Júlia Ferreira Bicho

Fig. 97. Françoise (a segunda da direita) com a sua família de origem, após o seu regresso a França, em Novembro de 1948
Fonte: Col. privada de Maria Júlia Ferreira Bicho

Fig. 98. Ingrid (assinalada) no Club do Professor Menhofer, após o seu regresso definitivo a Viena
Fonte: Col. privada de Maria Júlia Ferreira Bicho

ANEXO 19. FICHA DA FAMÍLIA SARMENTO

Pai de acolhimento: Albano do Carmo Rodrigues Sarmento (engenheiro civil, nascido em 1889, na ilha de S. Jorge, director dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Porto, Presidente da Câmara Municipal do Porto, subsecretário de Estado do Comércio e da Indústria, Bastonário da Ordem dos Engenheiros, Director das Minas de S. Pedro da Cova e dos Caminhos-de-Ferro do Vale do Vouga, Professor Assistente da Universidade do Porto (1915-1917), Oficial de Engenharia do Corpo Expedicionário Português em França (1917-1918) e Presidente da Comissão Distrital da União Nacional em Faro).
Mãe de acolhimento: Amélia Avides do Espírito Santo Sarmento (doméstica, nascida em 1896, no Porto).
Outros elementos da família: Seus oito filhos (Gonçalo, nascido em 1920, Maria da Purificação, nascida em 1922, António, nascido em 1927, Branca, nascida em 1929, Bernardo, nascido em 1930, Lucinda, nascida em 1932, João, nascido em 1932, e Nuno, nascido em 1937) e criadas.
Morada: Cedofeita, Porto.
Crianças acolhidas, local e data de nascimento (quando disponível) e período de estadia:
Marie Janik Paule Marguerite Quintin de Kercadio, nascida em Lorient, França, a 29-08-1937, filha de uma família «culta», com 4 filhos, tendo sido acolhida, provavelmente, de Junho de 1947 a finais de Setembro do mesmo ano (porque durante período de férias estivais).
Gerhild Holler, nascida em Graz a 01-11-37, acolhida de 18-10-1948 a 09-06-1949.
Sylvia Keller, proveniente de zona austríaca, provavelmente próxima da fronteira checa, ocupada pelas tropas soviéticas.
Regresso a Portugal: Marie Janik em 1949/50 e 1952, com a Caritas, e mais tarde a expensas das famílias; Gerhild voltou a 25-04-1950, tendo-se encontrado com a francesa durante a segunda estadia; Sylvia não voltou.
Contacto com a família de acolhimento: As três mantiveram correspondência com a família de acolhimento durante algum tempo, sendo que Gerhild continua em contacto, tendo sido, inclusivamente, visitada por elementos da família de acolhimento e seus descendentes, e que Janick acabaria por se casar com um dos irmãos de acolhimento, Bernardo, em 1959.
Carreira: Janick e Gerhild foram secretárias, sobre Sylvia não há informações.

Fig. 99. Gerhild com irmãs de acolhimento, amigas e uma outra menina austríaca durante a festa de formatura de um primo da família (dir.), e Sylvia durante as férias de Verão, aquando da sua estadia em Portugal (esq.)
Fonte: Col. privada de Lucinda Melo.

Fig. 100. Janik (segunda a contar da esquerda) com irmãos de acolhimento durante o casamento do mais velho daqueles, em 1952
Fonte: Col. privada de Lucinda Melo

Fig. 101. Gerhild com Amélia Sarmento aquando de uma visita dos pais de acolhimento ao seu país de residência
Fonte: Col. privada de Lucinda Melo

ANEXO 20. FICHA DA FAMÍLIA CARVALHO

Pai de acolhimento: Amândio Pereira de Carvalho (proprietário fabril e Presidente da Câmara Municipal de Tarouca).
Mãe de acolhimento: Laurentina d'Almeida Sampaio, mulher do pai de acolhimento, ainda que tenha sido a filha, Julieta Sampaio Pereira de Carvalho, nascida em 1921, a assumir o papel.
Outros elementos da família: outros filhos de Amândio Carvalho (ainda que filhas mais velhas já estivessem casadas e filhos estudassem) e criados da casa.
Morada: Lamego.
Crianças acolhidas, local e data de nascimento (quando disponível) e período de estadia: Martine e Emmanuel Breteuil, irmãos, franceses, de família «bem-educada», acolhidos em 1946 (?), ela com 6 anos (?), ele com 5 (?).
Regresso a Portugal: Martine regressa duas vezes, «por meios próprios» (?), sendo a última estadia em 1956.
Contacto com a família de acolhimento: Martine troca correspondência com Julieta até aos anos 60, altura em que se torna «freira leiga», cortando o contacto, só retomado numa ocasião, aquando do «Verão quente» de 1975.
Carreira: Martine terá estudado Psicologia ou Filosofia, seguindo então, um caminho religioso.

ANEXO 21. FICHA DA FAMÍLIA ANTUNES

Pai de acolhimento: José Sebastião Marques Antunes (nascido a 29-07-1893, licenciado em Histórico-geográficas pela Universidade de Coimbra, gestor agrícola).
Mãe de acolhimento: Maria da Piedade Amaral Madeira, nascida em 1901.
Outros elementos da família: Filha, Maria da Luz (terceira filha, nascida a 05-03-1941).
Morada: Alvoco das Várzeas, Oliveira do Hospital.
Crianças acolhidas, local e data de nascimento (quando disponível) e período de estadia: Inge Oman, nascida em Kapfenberg (na zona de ocupação britânica), filha única, acolhida com 10 anos de idade (?), em 1949 (?), durante «menos de um ano».
Felinger, um de três irmãos, acolhido em 1950 (?), também por um período de 3 a 4 meses
Regresso a Portugal: Nenhum dos dois voltou.
Contacto com a família de acolhimento: Perdido depois de alguns anos de troca de correspondência.
Carreira: Desconhecida em ambos os casos.

ANEXO 22. OUTRAS CRIANÇAS AUSTRÍACAS ACOLHIDAS EM PORTUGAL

Fig. 102. Roland no Sardoal, aquando de uma das suas primeiras passagens por Portugal (dir.), e em 2017, em visita a Lisboa, com a sua esposa (esq.)
Fonte: Col. privada de António Falcão

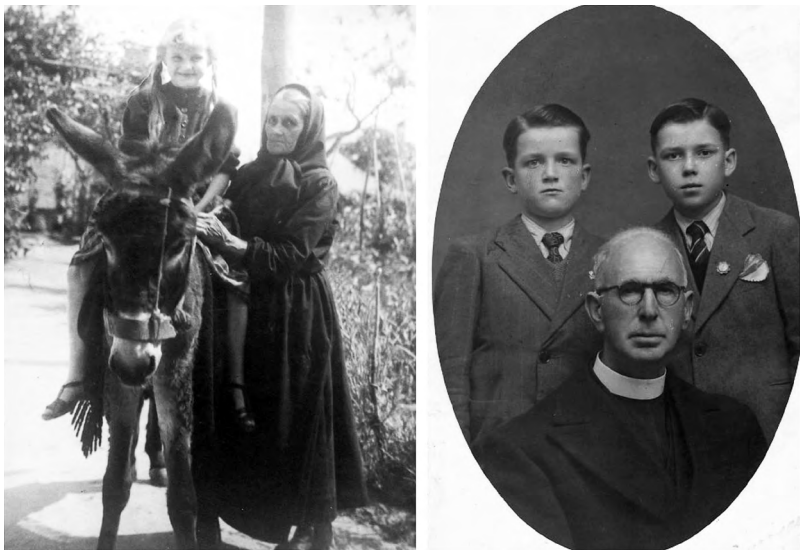
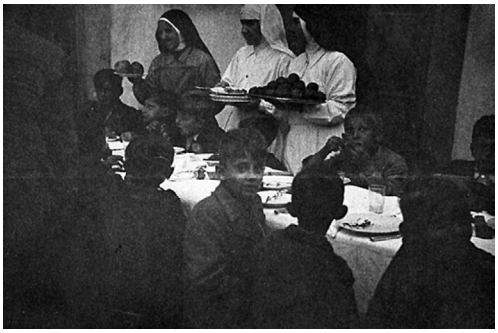
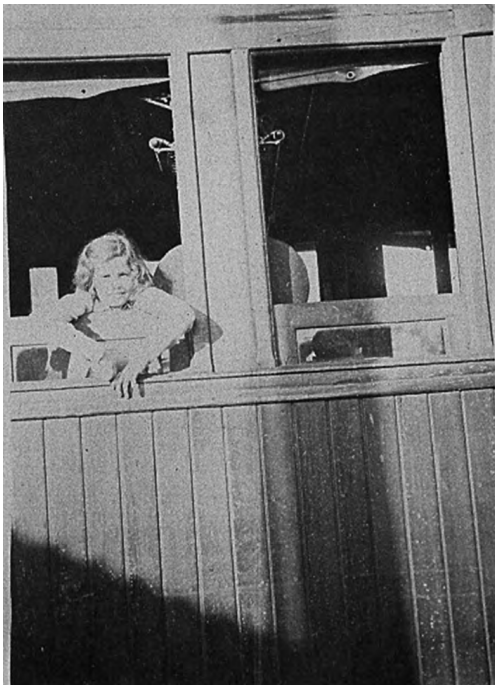


Fig. 103. Christine Winter, acolhida por Josué Ribeiro Agostinho, na companhia de D. Maria da Luz Gaspar, em Cantanhede, em 1948 (esq., col. privada de Luís Bento), e António Rodrigues Senhorinho, padre em S. Bento da Várzea, Barcelos, com os dois irmãos austríacos por si acolhidos (dir.)
Fonte: Col. privada de Fernanda Sampaio

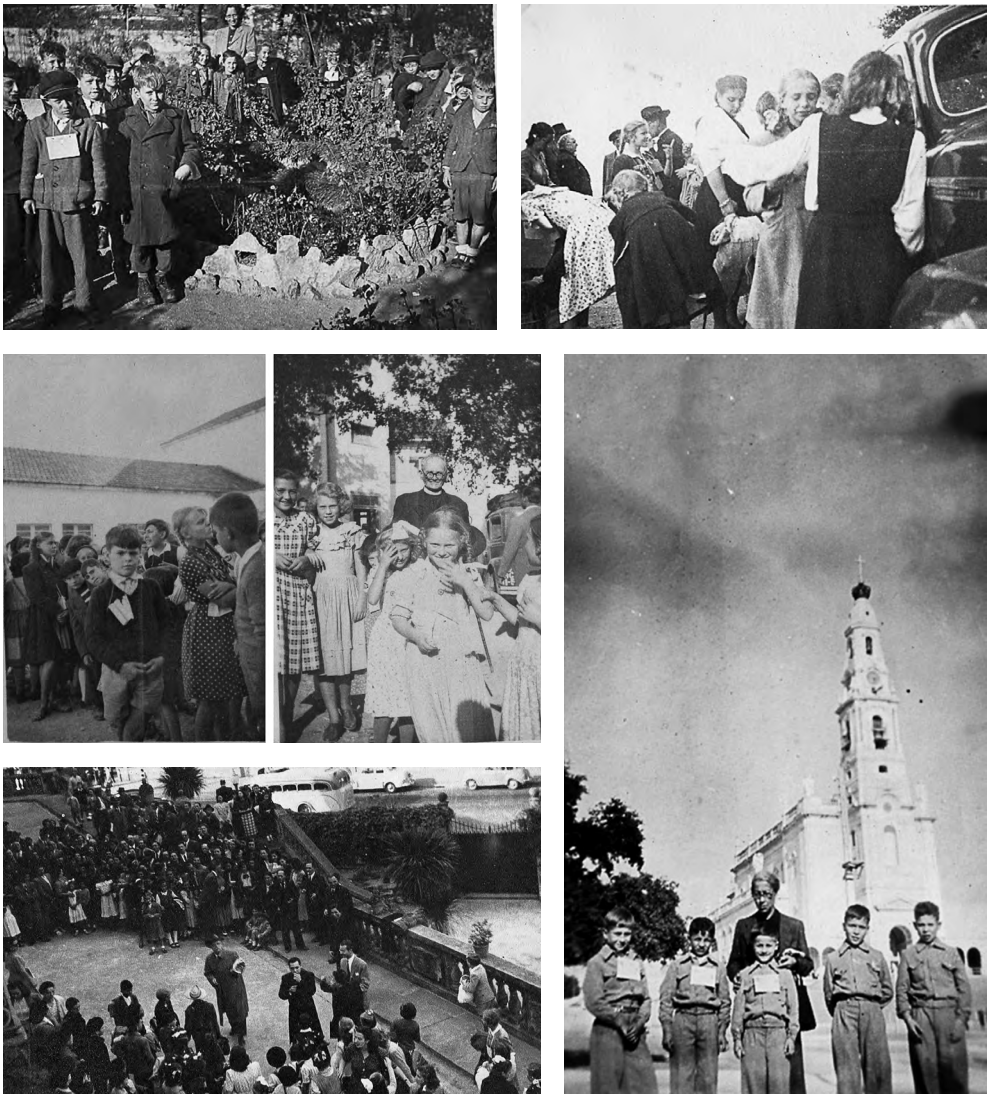
ANEXO 23. FOTOS DO ARQUIVO PESSOAL DO PADRE ALEXANDRINO BROCHADO





Figs. 104, 105, 106 e 107. Momentos antes da partida de grupo de crianças acolhidas, segundo as notas que acompanham as fotos, a 14-10-1948 (podendo referir-se não à data de partida mas antes à data em que foram colocadas no álbum em causa)

Figs. 108, 109, 110, 111 e 112. Concentração das crianças acolhidas na diocese do Porto, na presença do Bispo D. Agostinho de Jesus e Sousa, antes da partida para a Áustria, a 21-04-1950



Figs. 113, 114, 115, 116, 117 e 118. Concentração antes da partida de grupos de crianças acolhidas

Figs. 119 e 120. Fotos do «Clube dos Pequenos Portugueses em Viena», aquando da visita de um grupo de sacerdotes portugueses à Áustria, provavelmente em Julho de 1952, enviadas ao Padre Alexandrino Brochado pelo responsável pelo grupo, Professor Johann Menhofer

9 789723 618112
www.edicoesafrontamento.pt

AS «CRIANÇAS CARITAS», ENTRE A ÁUSTRIA E PORTUGAL (1947-1958)

ANA REGINA DA SILVA PINHO

Edição no âmbito do projecto
As «Crianças Caritas», entre a Áustria e Portugal (1947-1958),
apoiado pela Câmara Municipal do Porto

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Porto.